

XIV

CONIC 2014

Inovação e Tecnologia para o Desenvolvimento Profissional

ISSN 2596-2892 (edição online)

ISSN 2446-5089 (edição impressa)

ANAIS

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

30 de Outubro a 01 de Novembro



unirn.edu.br

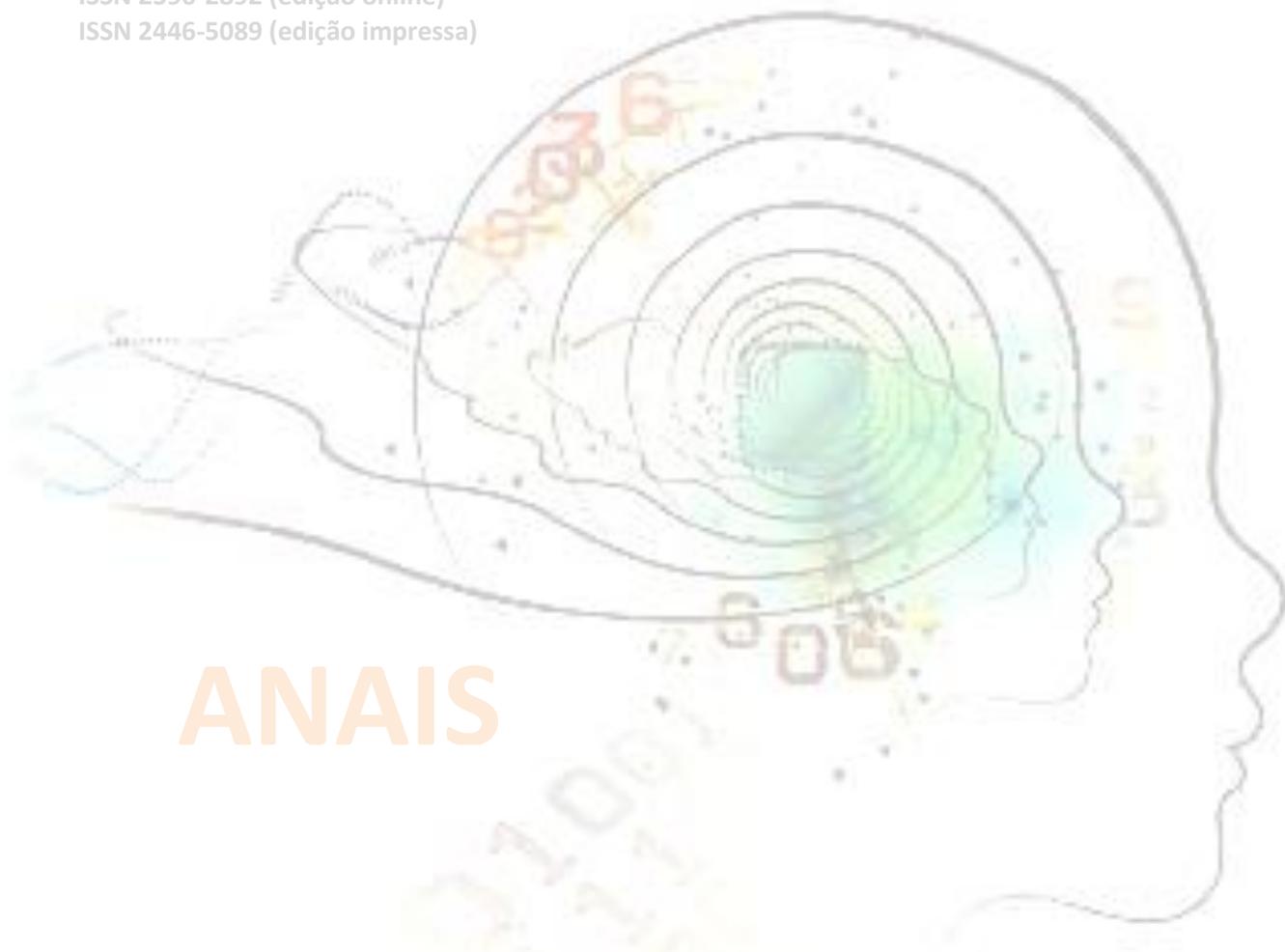
XIV

CONIC 2014

Inovação e Tecnologia para o Desenvolvimento Profissional

ISSN 2596-2892 (edição online)

ISSN 2446-5089 (edição impressa)



ANAIS

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

30 de Outubro a 01 de Novembro



unirn.edu.br

**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**ANAIS DO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNI-RN:
INOVAÇÃO E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO
PROFISSIONAL**

**NATAL/RN
2014**

ANAIS DO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CONIC:
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE – UNI-RN
Rua Prefeita Eliane Barros, 2000 – Tirol – Natal/RN – CEP 59.014-540
Portal de Revistas: <http://revistas.unirn.edu.br>

Catálogo na Publicação – Biblioteca do UNI-RN
Setor de Processos Técnicos

C759 Congresso de Iniciação Científica do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (14: 2014: Natal, RN).

Anais do Congresso de Iniciação Científica do UNI-RN: “Inovação e tecnologia para o desenvolvimento profissional”, Natal (RN), 30 de outubro a 01 de novembro de 2014. – Natal: UNI-RN, 2014.

2 v. (I, 512 f.; II, 572 f.)

ISSN 2596-2892 (edição online)

ISSN 2446-5089 (edição impressa)

(Ciências Sociais, Exatas e da Terra; v.1, Ciências da Saúde; v.2)

1. Educação - Resumos. 2. Saúde - Resumos. 3. Empreendedorismo - Resumos. 4. Iniciação Científica - Resumos. I. Centro Universitário do Rio Grande do Norte. II. Título.

RN/UNI-RN/BC

CDU 001(063)

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

CONSELHO DIRETOR E CHANCELARIA

Presidente da Liga de Ensino do RN – Dr. Manoel de Medeiros Brito
Chanceler do UNI-RN – Dr. Manoel de Medeiros Brito

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO UNI-RN
DIREÇÃO GERAL, ASSESSORIA E APOIO ESTRATÉGICO.

Reitoria do UNI-RN – Prof^o. Daladier Pessoa Cunha Lima
Direção Geral Adjunta – Prof^a. Angela Maria Guerra Fonseca
Assessoria de Planejamento – Prof^o Alcir Veras da Silva
Assessoria de Comunicação e Marketing – Bruno Felix de Araújo
Secretaria Geral – Rosana Karla Pereira Caldas
Prefeitura do Campus – Josefa Arioene Medeiros
Biblioteca – Helena Maria da Silva Barroso

ÁREA ACADÊMICA

Pró-Reitoria Acadêmica – Prof^a. Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Controle Acadêmico – Patrícia Falcone Pessoa
Núcleo Didático-Pedagógico – Prof^a. Angela Maria Guerra Fonseca
Coordenação dos Cursos de Administração e Administração com Habilitação
em Marketing – Prof^a Catarina da Silva Souza
Coordenação do Curso de Bacharelado em Sistema de Informação e
Licenciatura em Computação – Prof^a. Livia Maria Martins da Silva
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis – Prof^o. Domingos Carvalho de
Souza
Coordenação do Curso de Direito – Prof^o. Walber Cunha Lima
Coordenação do Curso de Educação Física – Prof^a. Vera Lúcia Bruch
Coordenação do Curso de Enfermagem – Prof^a. Rejane Millions Viana
Meneses
Coordenação do Curso de Fisioterapia – Prof^a. Robson Alves da Silva
Coordenação do Curso de Nutrição – Prof^a. Carina Leite de Araújo Oliveira
Coordenação do Curso de Psicologia – Prof^a. Jordana Celli Bulhões Campos
Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação – Prof^o. Aluisio Alberto Dantas
Núcleo de Extensão Universitária – Prof^a. Ana Maria da Silva Souza

ÁREA ADMINISTRATIVA

Pró-Reitoria Administrativa – Prof^o Édson Luiz Amaral de Oliveira
Setor de Informática – Francisco das Chagas da Silva
Setor de Recursos Humanos – Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola
Rodrigues
Setor de Contabilidade – Cláudio Cesar Formiga Barbosa
Setor de Compras, Material e Patrimônio – Dickson Pessoa de Lima
Setor de Serviços Gráficos – Wantoilton Albuquerque

COMISSÃO ORGANIZADORA DO XIV CONGRESSO DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA

Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação
Alúcio Alberto Dantas

Representante da Direção Geral
Alcir Veras da Silva

Assessoria de Comunicação e Marketing
Bruno Felix de Araújo

Biblioteca
Helena Maria da Silva Barroso

Curso de Administração e Marketing
Catarina da Silva Souza

Curso de Ciências Contábeis
Domingos Carvalho de Souza

Curso de Direito
Walber Cunha Lima

Curso de Educação Física
Vera Lúcia Bruch

Curso de Enfermagem
Rejane Millions Viana Meneses
Cléa Maria da Costa Moreno

Curso de Fisioterapia
Robson Alves da Silva
André Luiz Silva Davim

Curso de Informática
Lívia Maria Martins da Silva

Curso de Nutrição
Carina Leite de Araujo Oliveira

Curso de Psicologia
Jordana Celli Bulhões Campos

SECRETARIA EXECUTIVA

Alcir Veras da Silva
Alúcio Alberto Dantas
Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola Rodrigues
Ana Maria da Silva Souza
Angela Maria Guerra Fonseca
Bruno Felix de Araújo
Carina Leite de Araújo Oliveira
Catarina da Silva Souza
Cláudio Cesar Formiga Barbosa
Dickson Pessoa de Lima
Domingos Carvalho de Souza
Édson Luiz Amaral de Oliveira
Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Francisco das Chagas da Silva
Helena Maria da Silva Barroso
Jordana Celli Bulhões Campos
Josefa Arioene Medeiros Dantas
Livia Maria Martins da Silva
Patrícia Falcone Pessoa
Rejane Millions Viana Meneses
Robson Alves da Silva
Romeica Cunha Lima Rosado Batista
Rosana Karla Pereira Caldas
Vânia de Vasconcelos Gico
Vera Lúcia Bruch
Walber Cunha Lima
Wantoilton Albuquerque

APRESENTAÇÃO

O 14º Congresso de Iniciação Científica do Centro Universitário do Rio Grande do Norte, realizado em outubro de 2014, obteve total sucesso. O ano de 2014 marcou o 15º aniversário da Instituição, fazendo com que o Congresso desse ano representasse o ponto alto das celebrações. Assim, todos os integrantes do UNI-RN – professores, alunos e funcionários – se empenharam para que a Iniciação Científica tivesse uma especial atenção, tanto na qualidade quanto na quantidade dos trabalhos produzidos. O planejamento foi feito com antecedência, e tudo ocorreu da melhor maneira possível, pois, durante o Congresso, foram apresentados ótimos trabalhos, com um total de quase um mil apresentações, nos formatos de posters e de relatos verbais. Esses trabalhos, sob a orientação de professores, envolveram cerca de dois mil e duzentos alunos, ou seja, 60% do corpo discente, fato este que faz o UNI-RN se destacar, no âmbito nacional, no incentivo e na efetivação da Iniciação Científica como meio pedagógico para melhorar as atividades acadêmicas da Instituição. Parabéns aos autores dos trabalhos de Iniciação Científica apresentados no 14º CONIC, cujos nomes constam neste Compêndio, prova concreta do elevado padrão acadêmico do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN.

Natal, outubro 2014.

Daladier Pessoa Cunha Lima

Reitor do UNI-RN

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DOS TRABALHOS

ÁREA DE CONHECIMENTO	PROFESSORES AVALIADORES	
ADMINISTRAÇÃO	<i>Aluísio Alberto Dantas Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti Karina de Oliveira Costa Bezerra Luiz Augusto M. Mendes Filho Marcio Carvalho de Brito</i>	
CONTABILIDADE	<i>Aluísio Alberto Dantas Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara Augusto Cesar Rebouças de Brito Cásio Carlos Pereira Barreto Joana Darc Medeiros Martins José Emerson Firmino Marcio Carvalho de Brito Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira Roberto Davi Miranda da Costa Thereza Angélica Bezerra de Souza</i>	
DIREITO	<i>Ana Paula Oliveira Cacho Carlos Thompson Costa Fernandes Edinaldo Benicio de Sa Junior Everton da Silva Rocha Fabio Fidelis de Oliveira Gabriella Simonetti M. P. Barbalho Glaucineia Gomes de Lima Henrique Batista de Araujo Neto Humberto Lima de Lucena Filho José Albenes Bezerra Junior José Eduardo de Almeida Moura João Batista Machado Barbosa</i>	<i>Juliana Maria Rocha B. da Silva Kaio Alencar de Azevedo Dantas Lenice Silveira Moreira de Moura Luciana Flávia Nunes Casimiro Luiz Eduardo Marinho Costa Marcelo de Barros Dantas Marcelo Maurício da Silva Mario Sergio Falcão Maia Rasland Costa de Luna Freire Ronaldo Alencar dos Santos Sandresson de Menezes Lopes</i>
ENGENHARIA CIVIL	<i>Suerda Carlos Silvio Luis Fábio Pereira Werner Farkatt Joseane Alves July Herbert</i>	
SERVIÇO SOCIAL	<i>Alessandra Silva Izete Soares Deyse Silvana Suzana da Cunha Anna Waleska</i>	
INFORMÁTICA	<i>Alexandre Luiz Galvão Damasceno Aluizio Ferreira da Rocha Neto Cristiane Clébia Barbosa Itamir de Moraes Barroca Filho Kaio Alencar de Azevedo Dantas Luiz Augusto Machado Mendes Filho Romulo Fagundes Cantanhede Ytalo Rosendo do Amaral</i>	

Sumário

A CONTRIBUIÇÃO DOS FATORES LOGÍSTICOS PARA UM VALOR ECONÔMICO AGREGADO CONSTRUÍDO.	40
A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO RIO GRANDE DO NORTE	41
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA FORMAR O FUTURO INVESTIDOR BRASILEIRO	42
A IMPORTANCIA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS PEQUENAS ORGANIZAÇÕES	43
A INFLUÊNCIA DA TECNOLOGIA NO ESTOQUE DE UMA EMPRESA FARMACÊUTICA	44
A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NO DESEMPENHO ACADÊMICO DOS ALUNOS DO UNI-RN DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA.	45
A ORQUESTRA SINFÔNICA COMO METÁFORA PARA AS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS: UMA ABORDAGEM TEÓRICA	46
ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA PARA CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA DE PANIFICAÇÃO - PADARIA BELA VISTA	47
ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA PARA EXPANSÃO DA CYBER ARTE CAFÉ.	48
ANÁLISE DO NÍVEL DE MOTIVAÇÃO E SATISFAÇÃO DOS COSTUREIROS NA FÁBRICA NORDESTE	49
AVALIAÇÃO DO MARKETING DE RELACIONAMENTO NO BANCO DO BRASIL S.A - AGÊNCIA POTIGUAR	50
AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DE UMA DISTRIBUIDORA DE AGUA: O CASO DA LGI	51
CAPITAL DE GIRO	52
CONSUMO DO RIO GRANDE DO NORTE	53
CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA DE SERVIÇOS CUSTOMIZADOS EM TURISMO AVENTUREIRO: VIVA EXPERIÊNCIAS.	54

Sumário

CRÍTICAS E CONTRACRÍTICAS AO PACTO GLOBAL	55
DINAMISMO E CARACTERÍSTICAS DO MERCADO IMOBILIÁRIO	56
ESTRATÉGIA PARA COMPETITIVIDADE: UM ESTUDO EM ALGUMAS ACADEMIAS DE NATAL.	57
EXPORTAÇÕES NO RIO GRANDE DO NORTE	58
GESTÃO DE COMUNS.	59
IMPACTO DA BALANÇA COMERCIAL NA ECONOMIA	60
INCORPORAÇÃO, CISÃO E FUSÃO NAS SOCIEDADES EMPRESARIAIS.	61
INSEGURANÇA GERANDO DESCONFORTO	62
MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO ALIMENTÍCIO: O CASO DA EMPRESA PRODUTOS LUCENA LTDA.	63
MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO DE CONDICIONAMENTO FÍSICO - ESTUDO DE CASO: ACADEMIA PIQUE FITNESS	64
MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO DE INTERCÂMBIOS: SCOOOL, A AGÊNCIA ONLINE DE INTERCÂMBIO.	65
MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO DE PLANO DE SAÚDE ANIMAL: O CASO DA PETSAN.	66
MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO DE PRODUTOS DE TECNOLOGIA: PAGUE COM SEGURANÇA	67
O IMPACTO DO PRÓ-SERTÃO NA ECONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE	68
O MARKETING DIGITAL COMO POTENCIALIZADOR DE VENDAS NO MERCADO DE PLANOS DE SAÚDE: O CASO DA EMPRESA VIDA CORRETORA DE SAÚDE	69

Sumário

O TRABALHO TERCEIRIZADO E AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS	70
PIB E IDH DO RIO GRANDE DO NORTE	71
PLANO DE NEGÓCIOS PARA IMPLANTAÇÃO DA EMPRESA MAKEFOOD DELIVERY LTDA EM NATAL/RN	72
QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO	73
REESTRUTURAÇÃO DE UM NEGÓCIO NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL: O CASO DA CAPUCHE S.A	74
RESPONSABILIDADE SOCIAL X MARKETING SOCIAL	75
RESPONSABILIDADE SOCIAL E ENERGIAS RENOVÁVEIS: REPENSANDO O MERCADO	76
SIMULAÇÃO DE MONTE CARLO NA EMPRESA OGX	77
UM ESTUDO SOBRE ANÁLISE PATRIMONIAL, FINANCEIRA E ECONÔMICA DA AREZZO&CO NOS ANOS 2012 E 2013.	78
UM ESTUDO SOBRE OS ÍNDICES FINANCEIROS DA EMPRESA M. DIAS BRANCO NOS ANOS DE 2012 E 2013	79
UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FINANCEIRA E ECONÔMICA NOS ANOS DE 2012 E 2013: UM ESTUDO DE CASO NA AMBEV S/A.	80
UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FINANCEIRA E ECONÔMICA NOS ANOS DE 2012 E 2013: UM ESTUDO DE CASO NA COSERN S/A.	81
UMA ANÁLISE PATRIMONIAL, FINANCEIRA E ECONÔMICA DA NATURA S/A NOS ANOS DE 2012 E 2013	82
A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DOMÉSTICO	84
A CONTROLADORIA NO ÂMBITO MUNICIPAL: UM ESTUDO NA PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE	85

Sumário

A ÉTICA COMO ALICERCE PARA O PROFISSIONAL CONTÁBIL	86
A EXPANSÃO DO PORTO MARÍTIMO DE NATAL SOBRE A ÓTICA DA EXPORTAÇÃO	87
A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NUMA PERSPECTIVA FINANCEIRA: UMA ANÁLISE DESCRITIVA DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIRO NA CRIAÇÃO DE VALOR.	88
A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO CONTADOR COMO PERITO SOB O OLHAR DO ADVOGADO	89
A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE GOVERNAMENTAL PARA A EVOLUÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: UM ESTUDO DE MULTICASOS	90
A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM-RN	91
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA UMA LOJA DE PRODUTOS NATURAIS	92
A LEGALIZAÇÃO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) AS TRANSFORMAÇÕES DO MERCADO INDIVIDUAL.	93
ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DAS COMPANHIAS DE ENERGIA ELÉTRICA ATRAVÉS DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS	94
ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DOS GASTOS GOVERNAMENTAIS NA SEGURANÇA PÚBLICA DO BRASIL	95
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: DETERMINANTES E DISCRIMINANTES NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS.	96
ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE CUSTO-VOLUME-LUCRO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA ATACADISTA DE ALIMENTOS EM NATAL (RN).	97
ANÁLISE DE EFICIÊNCIA DAS MAIORES EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL DO BRASIL	98
AS PRINCIPAIS RESISTÊNCIAS AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NAS EMPRESAS NA CIDADE DO NATAL	99
CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE CEASA-RN	100

Sumário

CONTROLADORIA COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA: APLICABILIDADE EM UMA EMPRESA NO SEGMENTO SUPERMERCADISTA NO RIO GRANDE DO NORTE	101
EDUCAÇÃO FINANCEIRA: AS FINANÇAS PESSOAIS DETERMINANTES PARA A TEORIA DA PREFERÊNCIA DE CONSUMO.	102
EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS NA EDUCAÇÃO DO BRASIL	103
ESTUDO SOBRE A UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO PARA GERENCIAMENTO COMERCIAL DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.	104
IMPACTO NAS EMPRESAS DO BRASIL QUE ADEREM A GOVERNANÇA CORPORATIVA: ESTUDO DE CASO DA NATURA	105
IMPACTO TRIBUTÁRIO PELA ADOÇÃO DO RET: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL	106
MICROS E PEQUENAS EMPRESAS (MPES) NO RIO GRANDE DO NORTE	107
O IMPACTO DA ISENÇÃO DA CONFINS NAS SOCIEDADES CIVIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTABILIDADE EM NATAL/RN	108
O ORÇAMENTO PÚBLICO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN	109
PERCEPÇÃO DOS FORMANDOS DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO SOBRE A GOVERNANÇA CORPORATIVA.	110
SÉRIE HISTÓRICA DA PETROBRAS NO AMBITO DOS INDICADORES FUNDAMENTALISTAS	111
UM ESTUDO SOBRE O AUMENTO ELEVADO COM AS TRANSAÇÕES DE CARTÃO DE CRÉDITO E DÉBITO NO NOSSO PAÍS	112
UMA ANÁLISE A PERCEPÇÃO DO EMPRESÁRIO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO E-SOCIAL.	113
UTILIZAÇÃO E RELEVÂNCIA DA CONTABILIDADE GERENCIAL EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS FAMILIARES DO RAMO DE RESTAURANTES DA CIDADE DE PARNAMIRIM/RN	114
VIABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIACHUELO/RN	115

Sumário

ZPE MACAÍBA	116
- FUI ASSALTADO NO ÔNIBUS, POSSO PEDIR INDENIZAÇÃO À EMPRESA? UMA ANÁLISE CRÍTICA DA IMPROCEDÊNCIA DESSES PEDIDOS NA CIDADE DE NATAL.	118
24 ANOS DO ECA: DA COISIFICAÇÃO DA CRIANÇA A UM AGENTE DE VALOR E MODIFICADOR DO DIREITO	119
A (I)LEGALIDADE DA COBRANÇA DE COMISSÃO DE CORRETAGEM AO CONSUMIDOR ADQUIRENTE DE IMÓVEIS NA PLANTA	120
A (IN) VIABILIDADE DA TEORIA DAS JANELAS QUEBRADAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	121
A ADOÇÃO DO SISTEMA DE COTAS NO ENSINO SUPERIOR: IMPLICAÇÕES PRÁTICAS E SOCIAIS	122
A AMBÍGUA OPINIÃO DA SOCIEDADE SOBRE O PODER JUDICIÁRIO	123
A AMEAÇA DE EXTINÇÃO DA SEPARAÇÃO DE PODERES NO BRASIL: PODER JUDICIÁRIO ABSOLUTISTA	124
A ANALOGIA NO DIREITO: A ANÁLISE DE UM CASO DO STF	125
A APLICABILIDADE DOS EFEITOS MATERIAIS DA REVELIA À FAZENDA PÚBLICA SOBRE O ENFOQUE JURISPRUDENCIAL DO STJ	126
A APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DO SERVIDOR PÚBLICO E O CONTROVERSO ENTENDIMENTO DO STF NA CONCESSÃO DA MODALIDADE INTEGRAL	127
A ARBITRAGEM COMO FORMA DE SOLUÇÃO DE LITÍGIOS: CULTURA ARBITRAL E RESISTÊNCIA NA SUA UTILIZAÇÃO	128
A COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS FRENTE AO COMPLEXO SISTEMA DE INFORMAÇÕES COMPUTADORIZADAS: ASPECTOS JUDICIAIS RELATIVOS ÀS CONDUTAS CRIMINOSAS NO AMBIENTE VIRTUAL.	129
A CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IMPOSTOS ATRAVÉS DE TRATADOS INTERNACIONAIS FERRE O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA VEDAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS HETERÔNOMOS?	130
A CONCORRÊNCIA ENTRE CÔNJUGE E CONCUBINA NA MESMA RELAÇÃO SUCESSÓRIA.	131

Sumário

A CONCORRÊNCIA ENTRE O CÔNJUGE E O COMPANHEIRO NO DIREITO SUCESSÓRIO	132
A CONSTITUCIONALIDADE DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS IDOSOS BRASILEIROS NOS ABRIGOS FILANTRÓPICOS	133
A CONVENÇÃO CONTRA O TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A NOVA LEI DE DROGAS – LEI N. 11.343 DE 23 DE AGOSTO DE 2006	134
A CORRELAÇÃO ENTRE O HOLOCAUSTO E A CRISE NA FAIXA DE GAZA À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS	135
A DEEP WEB COMO FORMA DE DESRESPEITO A LIBERDADE NA SOCIEDADE EM REDE	136
A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	137
A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA PERANTE A REALIDADE DA GLOBALIZAÇÃO	138
A EFETIVA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE ESTADOS NA OBEEDIÊNCIA DOS CRITÉRIOS DE SEGURANÇA COLETIVA DA ONU.	139
A EMENDA CONSTITUCIONAL 66/2010: UMA ANÁLISE HISTÓRIA ACERCA DO NOVO DIVÓRCIO	140
A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL ATRAVÉS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	141
A ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA COMO REFLEXO DO DUMPING SOCIAL	142
A ESTIGMAÇÃO DO PRESO E A SUA PERPETUAÇÃO	143
A ESTIGMATIZAÇÃO DA MULHER EM “A HORA DA ESTRELA”, DE CLARICE LISPECTOR: UMA ANÁLISE DE DIREITOS CIVIS.	144
A FALSIFICAÇÃO DA MARCA E SEU FINANCIAMENTO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	145
A GLOBALIZAÇÃO E DESAFIOS DO NOVO ESTADO REGULADOR NO CONTEXTO DO DIREITO INTERNACIONAL	146

Sumário

A IMPORTÂNCIA DO EXAME CRIMINOLOGICO NA FASE DA EXECUÇÃO PENAL	147
A IMPORTÂNCIA DO SUS MEDIADO COMO FATOR DE REDUÇÃO DA JUDICIALIZAÇÃO NA SAÚDE	148
A IMPORTÂNCIA SÓCIO-ECONÔMICA DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS APLICADA AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	149
A INCONSTITUCIONALIDADE DA PRÁTICA DO TRABALHO ESCRAVO	150
A INDÚSTRIA DO CONSUMO E A MATERIALIZAÇÃO DO CORPO DA MULHER: INFLUÊNCIA E MANIPULAÇÃO ACERCA DE UM IDEAL DE BELEZA UTÓPICO	151
A INFLUÊNCIA MIDIÁTICA SOB O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA: UMA ANÁLISE A LUZ DO CASO “O MONSTRO DA MAMADEIRA”	152
A INFLUÊNCIA NEGATIVA DA MÍDIA NA FORMAÇÃO DE OPINIÃO POPULAR NO CAMPO DO DIREITO	153
A INFORMAÇÃO QUE LIBERTA, TRAZIDA PELO RAP , COMO FORMA DE CONSCIENTIZAÇÃO PARA OS JOVENS DA PERIFERIA	154
A INTERPRETAÇÃO SOBRE OS TRATADOS DE DIREITO TRIBUTÁRIOS RATIFICADOS PELO BRASIL	155
A LEGITIMIDADE DO ESTADO DE ISRAEL: A LEGITIMAÇÃO DO ESTADO JUDAICO A PARTIR DE ANÁLISES HISTÓRICAS	156
A LEI MARIA DA PENHA APLICADA A CASAS HOMOAFETIVOS	157
A MENTE CRIMINOLÓGICA E PSICOPATA	158
A MULHER INDIANA: DESIGUALDADE DE GÊNERO E O RELATIVISMO CULTURAL DOS DIREITOS HUMANOS	159
A NECESSIDADE DAS MUDANÇAS NORMATIVAS SEGUNDO HERÁCLITO DE ÉFESO	160
A OEA, A SUA ATUAÇÃO EM PROL DO RESPEITO DAS POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS E A LEI MARIA DA PENHA	161

Sumário

A ORDEM JURÍDICA INTERNACIONAL E O ACESSO SANITÁRIO	162
A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO	163
A PARTICIPAÇÃO DO POVO NO PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR	164
A PRESUNÇÃO DE VIOLÊNCIA NO ESTUPRO DE VULNERÁVEL	165
A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS COM A COOPERAÇÃO DO BRASIL EM BUSCA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	166
A REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO NAS AÇÕES POR ACIDENTE DE TRABALHO E A PROMOÇÃO DA IRRESPONSABILIDADE CIVIL PATRONAL	167
A REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. O ESTUDO DE CASO DO CONFLITO SINO-TIBETANO.	168
A RELATIVIZAÇÃO DA CONVENÇÃO DE HAIA SOBRE A RESTITUIÇÃO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE AO PAÍS DE ORIGEM	169
A RESSOCIALIZAÇÃO DOS EX-DETENTOS	170
A RESTAURAÇÃO DA DIGNIDADE DO APENADO ATRAVÉS DA REDUÇÃO DA OCIOSIDADE COMO UM MEIO EFICAZ DA RESSOCIALIZAÇÃO	171
A SOCIEDADE INTERNACIONAL GROCIANA E A SOCIEDADE DOS POVOS DE JOHN RAWLS: UM PARALELO ATUAL	172
A TUTELA INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS AMBIENTAIS	173
A VIDA DO INTERNADO NA UNIDADE PSIQUIÁTRICA DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO DE NATAL	174
A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DAS MULHERES ENCARCERADAS	175
A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS NO TRATAMENTO DADO AOS INIMPUTÁVEIS NO CONTEXTO DOS MANICÔMIOS JUDICIAIS: DO MANICÔMIO JUDICIÁRIO DO RIO DE JANEIRO À REFORMA PSIQUIÁTRICA DOS ANOS 2000	176

Sumário

A VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA: UM PROBLEMA SOCIAL DO SÉCULO XXI	177
ABANDONO AFETIVO: RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO A DANO MORAL	178
ACÇÃO REGRESSIVA ACIDENTÁRIA	179
ADOÇÃO DO CRITÉRIO BIOPSIOLÓGICO PARA INIMPUTÁVEIS EM CRIMES HEDIONDOS: A PROBLEMÁTICA DA MAIORIDADE PENAL	180
ADOÇÃO HOMOAFETIVA: A LEGALIZAÇÃO DE UM ATO DE AMOR	181
ADOÇÃO INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE A LUZ DO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO	182
ADOÇÃO INTUITU PERSONAE FRENTE À LEI 12.010/09	183
ALIENAÇÃO PARENTAL: COMO PREVENIR?	184
ALUSÃO HISTÓRICA DA CONQUISTA DO DIREITO AO VOTO E AS PERSPECTIVAS DE SEUS NOVOS DESAFIOS: CRISE DE REPRESENTATIVIDADE E DISCUSSÃO DO DIREITO AO VOTO.	185
AMICUS CURIAE: POSSIBILIDADE NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E FORA DELE	186
ANÁLISE CIENCIOMÉTRICA DO DIREITO – O DIREITO E A CIÊNCIA NO BRASIL.	187
ANÁLISE DA DECISÃO DO TST EM DESFAVOR DO MOTORISTA QUE TRABALHOU NOS FERIADOS DE CORPUS CHRISTIS E CARNAVAL	188
ANÁLISE DA INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI DE COTAS RACIAL PARA CONCURSOS PÚBLICOS ABORDADA SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE MATERIAL	189
ANÁLISE DA LEI 12.663/12 E SUAS AFRONTAS DIRETAS A DISPOSITIVOS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	190
ANÁLISE DISCRIMINATÓRIA DE GÊNERO COM BASE NA LEI 11.340	191

Sumário

ANÁLISE DO PROGRAMA BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO CIENTÍFICA INTERNACIONAL	192
ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DA AUTOTUTELA NO BRASIL: O CASO DOS “JUSTICEIROS”	193
ANALOGIA E DIREITO	194
ANALOGIA NO DIREITO: UM ESTUDO DE CASO	195
APLICABILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES ENTRE PARTICULARES QUE ENVOLVEM DESPROPORCIONALIDADE	196
APOSENTADORIA DA MULHER RURAL NO BRASIL: ASPECTOS SOCIAIS DA APOSENTADORIA DA MULHER RURAL À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	197
APOSENTADORIA DO SÍNDICO	198
AS LIMITAÇÕES POSITIVAS E NEGATIVAS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA DEMOCRACIA REPUBLICANA BRASILEIRA	199
AS SIMULAÇÕES DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS E CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO NO AMBIENTE ACADÊMICO: UMA ANÁLISE DA UNISIM - SIMULAÇÃO INTERMUNDI	200
ASPECTOS CONTROVERTIDOS DA PENHORA ONLINE NO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL	201
ASPECTOS HODIERNOS DA HOMOAFETIVIDADE: PONTOS CONTROVERTIDOS E POLÊMICOS.	202
ASPECTOS JURÍDICOS E CONTRATUAIS DAS FRANQUIAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	203
ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	204
ATIVISMO JUDICIAL E SUAS NUANCES: ASPECTOS DISTINTIVOS EM RELAÇÃO AO FENÔMENO DA JUDICIALIZAÇÃO.	205
AUTOCOMPOSIÇÃO CIVIL EXTRAJUDICIAL OBRIGATÓRIA: ASPECTOS DA AUTONOMIA PRIVADA NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS.	206

Sumário

CANABINÓIDES, UMA ALTERNATIVA AO DIREITO À SAÚDE	207
CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DAS ARMAS QUÍMICAS	208
CELERIDADE PROCESSUAL ENQUANTO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL E INSTRUMENTO DE GARANTIA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	209
CERTIDÃO DE DIVÍDA ATIVA TRIBUTÁRIA	210
CÓDIGO FLORESTAL E A ADI 4901, PROMOVIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO	211
COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA E MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL: A INTERPRETAÇÃO DO STF COMO FERRAMENTA DE MUTAÇÃO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	212
CONFLITOS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS SOB A ÓTICA PROPORCIONAL: A POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO CRITÉRIO ORIGINAL	213
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: FUNÇÕES E LIMITES À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	214
CONSTRANGIMENTO EM REVISTA PESSOAL DECORRENTE DO ABUSO DE PODER NOS PRESÍDIOS	215
CONTROLE DIFUSO: EFEITO INTER PARTES E ERGA OMNES, ANÁLISE DA FUNÇÃO DO SENADO FEDERAL E DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	216
CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER (1979, RATIFICADA PELO BRASIL EM 1984)	217
COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL: O AUXÍLIO DIRETO NAS VARAS CRIMINAIS DA COMARCA DE NATAL/RN	218
COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL ENTRE BRASIL E ANGOLA	219
COOPERATIVAS DE TRABALHO E AS FRAUDES NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS	220
COPA DO MUNDO DE FUTEBOL DE 2014 E A RELATIVIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SOBERANIA	221

Sumário

COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: AÇÕES AFIRMATIVAS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.	222
CRIMES DE MAUS TRATOS A CAES E GATOS EM AMBIENTE URBANO	223
CRIMES VIRTUAIS: FUNÇÃO DA JUSTIÇA E DO ESTADO ENQUANTO GARANTIDOR DA SEGURANÇA JURÍDICA X FALTA DE TIPIFICAÇÃO.	224
CRISE DE REPRESENTATIVIDADE: A ANÁLISE DO SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO	225
DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA: UMA ANÁLISE ACERCA DO PRECATÓRIO.	226
DECRETO Nº 6.949: A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE ACESSO À EDUCAÇÃO E OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	227
DESAPOSENTAÇÃO NO BRASIL	228
DESAPOSENTAÇÃO: UM DIREITO DO SEGURADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	229
DESMISTIFICANDO O AUXÍLIO RECLUSÃO	230
DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS CIVIL LAW E COMMON LAW COM ANÁLISE NA FORMA DE ATUAÇÃO DOS JUÍZES DE PRIMEIRA INSTÂNCIA	231
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO SISTEMA PRISIONAL E CARCERÁRIO BRASILEIRO: UMA GARANTIA CONSTITUCIONAL INEXISTENTE NA REALIDADE DO RÉU.	232
DIREITO À PRIVACIDADE E À INTIMIDADE EM FACE DAS CÂMERAS DE SEGURANÇA	233
DIREITO À SEGURANÇA: INEFICÁCIA DA SEGURANÇA BRASILEIRA E O SISTEMA DE POLICIAMENTO INTEGRADO	234
DIREITO DE REPRESENTAÇÃO DO FILHO DO HERDEIRO INDIGNO	235
DIREITO SUCESSÓRIO: PRERROGATIVAS DO CASAMENTO E DA UNIÃO ESTÁVEL	236

Sumário

DIREITO, JUSTIÇA E MORAL NA OBRA CAPITÃES DA AREIA: COMPARATIVO À ATUALIDADE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	237
DIREITOS HUMANOS NO ÂMBITO INTERNACIONAL	238
DIREITOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS: AS DESIGUALDADES EXISTENTES NAS ESCOLAS DO BRASIL	239
DO DIREITO À VIDA AO CONTRADITÓRIO: DIREITO À EUTANÁSIA	240
DOAÇÃO DE ÓRGÃOS POR RECÉM-NASCIDOS ANENCÉFALOS: ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS FILOSÓFICA, LEGAL E ÉTICA	241
DPVAT E SEUS PROBLEMAS DE INCONSTITUCIONALIDADE	242
EDWARD SNOWDEN TRAIADOR OU UM HERÓI INTERNACIONAL	243
EFETIVIDADE DO DIREITO À SAÚDE: ALGUNS ASPECTOS	244
EMPREGADO DOMÉSTICO: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL 72/2013	245
ERVA PROIBIDA. RAZÕES HISTÓRICAS, CIENTÍFICAS E JURÍDICAS PARA A PROIBIÇÃO DA CANNABIS NO BRASIL.	246
ESTATUTO DE ROMA E O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL	247
ESTIGMATIZAÇÃO DA VELHICE NO ÂMBITO DO DIREITO CIVIL: IMPOSIÇÃO DO REGIME DE CASAMENTO.	248
EXERCÍCIO DOS DIREITOS DA CRIANÇAS E DO ADOLESCENTE CONEXO A IMPLEMENTAÇÃO DE TRATAMENTOS	249
EXISTE IGUALDADE JURÍDICA NO DIREITO INTERNACIONAL?	250
EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO JUVENIL: REALIDADE OU UTOPIA?	251

Sumário

FALHAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE E MEDIDAS PARA RESOLUÇÃO	252
FATOR PREVIDENCIÁRIO: REFLEXÕES SOBRE CONSTITUCIONALIDADE E JUSTIÇA	253
FLEXIBILIZAÇÃO DA SUPREMACIA CONSTITUCIONAL ANTE À PROTEÇÃO ESPECIAL AOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL DA LEI GERAL DA COPA: VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA PROPORCIONALIDADE	254
FURTO INTELECTUAL: OS ASPECTOS JURÍDICOS DO PLÁGIO NO ÂMBITO ACADÊMICO	255
GARANTIAS E PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO PROCESSO DE ADOÇÃO INTERNACIONAL	256
GESTÃO AMBIENTAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: DA EXPERIÊNCIA SUECA A UM PLANO POLÍTICO-ESTRATÉGICO PARA O BRASIL E MUNICIPALIDADES	257
GLOBALIZAÇÃO E OS PARAÍSO DO CRIME INTERNACIONAL	258
INCONSTITUCIONALIDADE DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO: AGRESSÕES NO ÂMBITO DA FUNDAÇÃO CASA EM SÃO PAULO- SP	259
INDENIZAÇÃO À BRASILEIRA X PUNITIVE DAMAGES	260
INDÚSTRIA DA SECA: A VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	261
INEFICÁCIA SOCIAL DO ECA: REFLEXOS NA EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL INFANTIL	262
INSERÇÃO DE PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS CONSTITUCIONAIS NO CC/02: JULGADOS COMPARADOS SOBRE A CONCESSÃO DA CONVERSÃO DA UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO PARA CASAS HOMOAFETIVOS	263
INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA DO DEPENDENTE QUÍMICO: VIOLAÇÃO OU CUIDADO?	264
INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE EXTRADIÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.	265
JUDEUS E CRISTÃOS-NOVOS NAS ORDENAÇÕES FILIPINAS (SÉC. XVI E XVII): DISCRIMINAÇÃO, INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E ANTISSEMITISMO NAS LEIS DO BRASIL COLÔNIA.	266

Sumário

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: SEMELHANÇAS E DIVERGÊNCIAS EM FACE DO ATIVISMO JUDICIAL.	267
LEGALIZAÇÃO DA MACONHA PARA TRATAMENTO DE DOENÇAS CRÔNICAS	268
LEGALIZAÇÃO DO CANABIDIOL PARA O TRATAMENTO DE EPILEPSIAS MAIS GRAVOSAS	269
LEI 13.010/2014 – LEI MENINO BERNARDO: ASPECTOS SOCIO-JURÍDICOS E GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	270
LEI DA NATUREZA HUMANA	271
LEI MARIA DA PENHA	272
LEI MARIA DA PENHA PARA CASAIS HOMOAFETIVOS	273
LOAS - LEI ORGÂNICA DA SEGURIDADE SOCIAL	274
MARCO CIVIL E EDUCAÇÃO INFANTO-JUVENIL: UMA RELAÇÃO ALÉM DA RIMA	275
MEDIDAS FLEXIBILIZADORAS NAS RELAÇÕES DE EMPREGO	276
MEDIDAS PROVISÓRIAS: UMA ANÁLISE SOB O PRISMA ÉTICO DOS CRITÉRIOS DE RELEVÂNCIA E URGÊNCIA	277
METODOLOGIA DE APLICAÇÃO DO ARTIGO 4º DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE VOLTADA A INTERNAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM HOSPITAIS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NATAL, RIO GRANDE DO NORTE.	278
MITOS E VERDADES SOBRE O BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE AUXÍLIO RECLUSÃO	279
MOVIMENTO ARTICULADO DE COMBATE À CORRUPÇÃO (MARCCO): UM MARCO PARA A MITIGAÇÃO DA CORRUPÇÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	280
MULTIPARENTALIDADE: VALORIZAÇÃO JURÍDICA DO AFETO	281

Sumário

NEGRAS TERRAS: A POSSE E DA PROPRIEDADE DA TERRA QUILOMBOLA BOA VISTA DOS NEGROS – PARELHAS/RN	282
NOVA DEFINIÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SEUS DIREITOS MÍNIMOS	283
O BENEFÍCIO DO SALÁRIO-MATERNIDADE NO BRASIL EM CASO DE ADOTANTES	284
O COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA E SUA ATUAÇÃO NOS CONFLITOS DO ORIENTE MÉDIO NO SÉCULO XXI	285
O CONCEITO DE SOBERANIA NA VISÃO DE HUGO GROTIUS E DE JOHN RAWLS: SEMELHANÇAS E DISTINÇÕES	286
O CONTROLE JUDICIAL DE CONSTITUCIONALIDADE NO PROCESSO LEGISLATIVO	287
O CUMPRIMENTO OU NÃO DA FUNÇÃO RETRIBUTIVA DO SISTEMA PENAL NO QUE TANGE AOS CRIMES DE CORRUPÇÃO: SOB A ÓTICA DOS JULGADOS DO STF	288
O DANO MORAL NO ABANDONO AFETIVO	289
O DESVIRTUAMENTO DA PROPAGANDA POLÍTICA INSTITUCIONAL NO BRASIL: ENFOQUE PRINCÍPIOLÓGICO-ADMINISTRATIVO	290
O DEVIDO PROCESSO LEGAL SUBSTANCIAL ENQUANTO PARÂMETRO PARA A AFERIÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DE ATOS NORMATIVOS	291
O DIREITO A POSSE E PROPRIEDADE DE TERRAS QUILOMBOLAS	292
O DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO TUTELA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E SUA APLICAÇÃO NO STJ	293
O DIREITO AO ESQUECIMENTO E A SUA INCLUSÃO NA JURISPRUDÊNCIA ATUAL	294
O DIREITO DE ARREPENDIMENTO DO CONSUMIDOR NA COMPRA DE SERVIÇOS AÉREOS ELETRONICAMENTE	295
O DIREITO INTERNACIONAL E INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: A RESPONSABILIZAÇÃO DO BRASIL POR VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS RELACIONADOS AO TRABALHO ESCRAVO	296

Sumário

O DIREITO NOS APLICATIVOS DE REDES SOCIAIS: A QUESTÃO DO RESPEITO E DAS GARANTIAS FUNDAMENTAIS NO QUE CONCERNE A LIBERDADE DO INDIVÍDUO NOS APLICATIVOS DE REDES SOCIAIS	297
O DIREITO REAL DE HABITAÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS	298
O DISCURSO JURÍDICO SOBRE A CONDIÇÃO FEMININA: CRIMES CONTRA A HONRA NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU (1866 – 1888)	299
O EXCESSO DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO: A PROIBIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS PERANTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.	300
O FENÔMENO DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E SEU IMPACTO NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS: BREVE CONTEXTO NO MUNICÍPIO DO NATAL, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE E BRASIL	301
O GERENCIAMENTO POST MORTEM DE PÁGINAS E CONTEÚDO ONLINE DO DECUJOS: REFLEXÕES SOBRE O PL 4099/2012	302
O IMPACTO DAS NOVAS REGULAMENTAÇÕES TRABALHISTAS DOS EMPREGADOS DOMÉSTICOS NA SOCIEDADE	303
O INSTITUTO DA REMIÇÃO DA PENA E A RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO	304
O INSTITUTO DO CONTEMPT OF COURT E OS MECANISMOS UTILIZADOS PARA A EFETIVAÇÃO DOS PROVIMENTOS JUDICIAIS	305
O LICENCIAMENTO AMBIENTAL E O PODER DISCRICIONÁRIO ADMINISTRATIVO	306
O MARCO CIVIL DA INTERNET E SUAS IMPLICAÇÕES NAS SEARAS CÍVEL, PENAL E TRABALHISTA	307
O MÍNIMO EXISTENCIAL E A RESERVA DO POSSÍVEL, APLICADOS AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	308
O MINISTRO DE CONFISSÃO RELIGIOSA E A TUTELA TRABALHISTA: POSSIBILIDADES DE RECONHECIMENTO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO	309
O NOIVADO COMO UNIÃO ESTÁVEL	310
O PAPEL DA OTAN PÓS GUERRA FRIA	311

Sumário

O PEQUENO PRÍNCIPE DE SAINT EXUPÉRY: UM ENFOQUE ACERCA DO PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE NO DIREITO DAS FAMÍLIAS.	312
O PERFIL DO PSICOPATA E O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO	313
O PLURIPARTIDARISMO NO BRASIL E O FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA EM FACE DA FRÁGIL DEFESA IDEOLÓGICA	314
O PORQUÊ DO CONGRESSO NACIONAL NÃO TER FEITO O PLEBISCITO PELA CONSTITUINTE DA REFORMA POLÍTICA BRASILEIRA	315
O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A LEGITIMIDADE DO USO DE ALGEMAS	316
O PRINCÍPIO DA LAICIDADE DO ESTADO: REFLEXÕES ACERCA DE SUA APLICABILIDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA	317
O PRINCÍPIO DA MORALIDADE SOB A ÓTICA JURÍDICA: DA TEORIA CONSTITUCIONAL À PRÁTICA ADMINISTRATIVA NA GESTÃO PÚBLICA.	318
O PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA REALIDADE DOS FATOS E SUA APLICAÇÃO NO COMBATE À PEJOTIZAÇÃO	319
O PROCESSO DE INTERNALIZAÇÃO E A HIERARQUIA NORMATIVA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS NO BRASIL	320
O RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA E O DIREITO SUCESSÓRIO	321
O RECONHECIMENTO DA UNIÃO EM ESTÁVEL EM PARALELO AO CASAMENTO CIVIL: UMA AFRONTA A CONSTITUIÇÃO PÁTRIA	322
O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO E A VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	323
O SISTEMA CARCERÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE EM FACE DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS BRASILEIROS	324
O TRABALHO COMO FORMA DE RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO	325
O TRABALHO INFANTIL SOB A VISÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	326

Sumário

O TRÁFICO DE SERES HUMANOS E SUAS MODALIDADES	327
O TRÁFICO DE SERES HUMANOS, MAL PARA UNS, RENTÁVEIS PARA OUTROS	328
O VÍNCULO SOCIOAFETIVO NO SISTEMA JURÍDICO PÁTRIO: ASPECTOS PESSOAIS E PATRIMONIAIS	329
OPOSIÇÃO E INCONSTITUCIONALIDADE DA REGULAMENTAÇÃO DA CAPACIDADE PARA O CASAMENTO CIVIL: CONTROVERTIDOS OS ARTIGOS 1.514, 1.535, 1.541 III, 1565 CAPUT, 1.567 CAPUT.	330
OS DANOS MORAIS EM CASOS DE INFIDELIDADE VIRTUAL	331
OS INTERESSES DA COPA DO MUNDO NO BRASIL EM 2014 E A MANIPULAÇÃO MUDIÁTICA	332
OS LIMITES DO ATIVISMO JUDICIAL NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO À SAÚDE	333
OS NOVOS MODELOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS DE CRÉDITO E O PRINCÍPIO DA DESMATERIALIZAÇÃO	334
PARTICIPAÇÃO DA ONU E DOS ESTADOS NO GENOCÍDIO DE RUANDA	335
PATERNIDADE SOCIO AFETIVA: DIREITO DOS FILHOS DE CRIAÇÃO	336
PEJOTIZAÇÃO: O USO DE INSTITUTOS DO DIREITO TRABALHISTA PARA FRAUDAR AS RELAÇÕES DE EMPREGO	337
PERTINÊNCIA DA HERMENÊUTICA GADAMERIANA NA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: UMA ANÁLISE À LUZ DO PARADIGMA DA UNIÃO HOMOAFETIVA	338
POLÍTICAS PÚBLICAS E GARANTIA DE DIREITOS: A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NO SÉCULO XXI	339
POSSIBILIDADE DE DIVISÃO DA PENSÃO POR MORTE ENTRE A ESPOSA E A CONCUBINA	340
PRECONCEITO NAS REDES SOCIAIS: ANALISE DE CASOS DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO PRATICADOS POR MEIO DE REDES SOCIAIS À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	341

Sumário

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	342
PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE	343
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO PLANO DE CARGO, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE NATAL: VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO NÃO RETROCESSO SOCIAL	344
PROJETO DE LEI Nº. 4330/04: ANÁLISE SOB O PANORAMA LABORAL DO SÉC. XXI X FLEXIBILIZAÇÃO DE DIREITOS TRABALHISTAS.	345
PROPOSTA DE LEI 117/2013 – PAIS PARA SEMPRE	346
PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR NO ÂMBITO INTERNACIONAL E A AUTAÇÃO DA OIT	347
QUEM TEM DIREITO AO TRONO DE FERRO? UMA ANÁLISE DO PODER CONSTITUINTE (ORIGINÁRIO) A PARTIR DE GAME OF THRONES	348
RECUSA DE TRANSFUSÃO DE SANGUE POR CONVICÇÕES RELIGIOSAS	349
REFLEXOS DO MENSALÃO: ANÁLISE DE INCONSTITUCIONALIDADE DA EMENDA CONSTITUCIONAL 41/2003	350
REFUGIADOS AFRICANOS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO	351
REGIME DE DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO: ANÁLISE SOBRE A CONTRATAÇÃO INTEGRADA	352
REGULAMENTAÇÃO DO USO DO CANABIDIOL PARA FINS MEDICINAIS COMO FORMA DE GARANTIR A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	353
REPRODUÇÃO ASSISTIDA POST MORTEM E O DIREITO SUCESSÓRIO	354
RESERVA LEGAL E O NOVO CÓDIGO FLORESTAL	355
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO: OMISSÃO QUANTO A MORTE DO PRESIDÁRIO	356

Sumário

RESSOCIALIZAÇÃO DO MENOR INFRATOR: UMA ANÁLISE DE SUA APLICAÇÃO NO ÂMBITO DO CENTRO EDUCACIONAL (CEDUC) PADRE JOÃO MARIA EM NATAL-RN	357
REVISÃO CRIMINAL PRO SOCIETATE: INSTRUMENTO VIÁVEL A GARANTIR A EFETIVIDADE DA JUSTIÇA	358
SEQUESTRO INTERNACIONAL INTERPARENTAL FRENTE AO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DO MENOR	359
SERIAL KILLERS, O DIREITO E A CRIMINOLOGIA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONDUTA CRIMINOSA E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS	360
SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL, AS CONSEQUÊNCIAS DA IMPLANTAÇÃO DE FALSAS MEMÓRIAS E A EFETIVAÇÃO DA LEI 12.318/2010	361
SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL: CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS E EFEITOS PSICOSSOCIAIS	362
SUICÍDIO NO TRABALHO: NECESSIDADE DE EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO.	363
SUS MEDIADO: ASPECTOS SÓCIO-JURÍDICOS	364
TEMA: DEFICIENTES FÍSICOS E OS DIREITOS HUMANOS: A FALTA DE EFICÁCIA DAS NORMAS NO BRASIL	365
TEORIA GERAL DO ESTADO	366
TERCEIRIZAÇÃO E OS PREJUÍZOS CAUSADOS AOS DIREITOS TRABALHISTAS COM UMA POSSÍVEL APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI 4.330/2004	367
TERCEIRIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	368
TESTAMENTO É VITAL	369
TÍTULO DA PESQUISA: MARCO CIVIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA	370
TÍTULO DA PESQUISA: SÚMULA 443 DO TST – VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E O DIREITO AO DANO MORAL	371

Sumário

TÍTULOS DE CRÉDITO E O PRINCÍPIO DA CARTULARIDADE EM FACE DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS	372
TÍTULOS DE CRÉDITO: A SUPERAÇÃO DA CARTULARIDADE MEDIANTE A DESMATERIALIZAÇÃO DOS TÍTULOS VIRTUAIS.	373
TRÁFICO HUMANO: REALIDADE DA ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA	374
TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL: UMA ANÁLISE ACERCA DESTE FENÔMENO TRANSNACIONAL.	375
TRÁFICOS INTERNACIONAL DE PESSOAS	376
TRATADO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER.	377
TRAUMATIZADOS DIGITAIS	378
UMA ANÁLISE DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, CRIADOS POR MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.	379
UMA ANÁLISE JURÍDICA ACERCA DO ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEIS	380
UMA ANÁLISE SOBRE AS NORMA DE DECISÃO DO TJ/RN	381
UMA REINTERPRETAÇÃO DA LEI DE ANISTIA COM BASE NO ORDENAMENTO JURIDICO BRASILEIRO VIGENTE FRENTE ÀS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DURANTE A DITADURA MILITAR	382
USO MEDICINAL DA MACONHA: UMA ALTERNATIVA AO DIREITO À SAÚDE	383
USUCAPIÃO CONDOMINIAL	384
USUCAPIÃO DE BENS DE HERANÇA JACENTE	385
USUCAPIÃO FAMILIAR E O ABANDONO DO LAR	386

Sumário

VIABILIDADE DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO À CRIANÇA/ADOLESCENTE SOB GUARDA.	387
VIOLÊNCIA DE GÊNERO E DIREITOS HUMANOS: ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO HOSPITAL WALFREDO GURGEL	388
"CORRIDA PARA O MAR" - ESTUDO DE VIABILIDADE PARA IMPLANTAÇÃO DE USINA DE ONDAS NO LITORAL DO RN	390
ANÁLISE DA ÁGUA OBTIDA DE FONTES ALTERNATIVAS VISANDO SEU APROVEITAMENTO.	391
ANALISE DE NOVAS TECNOLOGIAS VISANDO A SUSTENTABILIDADE DE RESIDENCIAS	392
AVALIAÇÃO DO POTENCIAL EÓLICO ON-SHORE E OFF-SHORE DO RIO GRANDE DO NORTE	393
AVALIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO POTENCIAL SOLAR DE NATAL EM EDIFICAÇÕES	394
ENERGIA DOS MARES	395
ENERGIA EÓLICA OFFSHORE: UM POTENCIAL INESGOTÁVEL NAS NOSSAS MÃOS.	396
RECICLAGEM DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL	397
A ADOÇÃO DA GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM EMPRESAS	399
ANÁLISE DOS CONHECIMENTOS DOS USUÁRIOS DE SISTEMAS OPERACIONAIS	400
ANÁLISE FORENSE EM REDE: A IMPORTÂNCIA DOS CABEÇALHOS.	401
ÁREAS DE APLICAÇÃO DOS ALGORITMOS GENÉTICOS	402
BANCO DE DADOS EM NUVEM PÚBLICA: UM MODELO EM ASCENÇÃO	403

Sumário

BANCOS DE DADOS NOSQL NA SOCIEDADE DE CONSUMO	404
BIG DATA	405
DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS	406
DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES DE GERENCIAMENTO FINANCEIRO PARA MEDIAS E PEQUENAS EMPRESAS UTILIZANDO TECNOLOGIAS OPEN SOURCE	407
DESENVOLVIMENTO DO SUBSISTEMA DE EXTENSÃO E INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNI-RN	408
ESTUDO DE CASO DA IMPLANTAÇÃO DA NFC-E EM UM POSTO DE COMBUSTIVEL	409
EXPANSÃO E IMPLANTAÇÃO DE REDES EM FIBRA ÓPTICA	410
FERRAMENTAS PARA RECUPERAÇÃO DE DADOS EM SISTEMAS LINUX.	411
FIREWALL E SEGURANÇA: PFSENSE	412
GESTÃO DE PROJETOS: PRÁTICAS PMBOK E SCRUM	413
IMPLANTAÇÃO DE SAAS (SOFTWARE AS A SERVICE) ESCALÁVEL E DE ALTA DISPONIBILIDADE UTILIZANDO WINDOWS AZURE	414
IMPORTÂNCIA DA DOCUMENTAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	415
INFORMATICA DO FUTURO: TECNOLOGIAS QUE IRÃO CONTRIBUIR COM O MEIO AMBIENTE	416
INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS WEB COM O PADRÃO DE IMAGEM DICOM: UM ESTUDO DE CASO	417
LINGUAGENS DE PROGRAMAÇÃO MAIS POPULARES NO BRASIL: BREVE INVESTIGAÇÃO NO STACKOVERFLOW EM PORTUGUÊS.	418

Sumário

MÁFIA DOS BOLETOS	419
O DESAFIO EM OTIMIZAR A REFRIGERAÇÃO E CONSUMO DE ENERGIA NOS DATACENTERS.	420
O TEF É SEGURO? ENTENDA COMO FUNCIONA	421
O TEF É SEGURO? ENTENDA COMO FUNCIONA.	422
O USUÁRIO O A COMPUTAÇÃO MÓVEL	423
PIRATARIA DE SOFTWARE X LICENÇA	424
PROCESSADORES QUÂNTICOS: O FUTURO DOS PROCESSADORES	425
RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SEGURANÇA	426
SEGURANÇA DE REDE WIRELESS COM O USO DA FERRAMENTA PFSENSE	427
SEGURANÇA EM SISTEMAS OPERACIONAIS	428
SISTEMA DE CONTROLE DE RESTAURANTE	429
SISTEMA DE DECLARAÇÃO DE BENS	430
SISTEMA DE MONITORAMENTO DE COMPUTADORES UTILIZANDO CHAMADAS DE SERVIÇO	431
SISTEMA GERADOR DE HORÁRIOS DE AULAS ACADÊMICO	432
SISTEMAS OPERACIONAIS NAS NUVENS: O FUTURO	433

Sumário

TEF (TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA DE FUNDOS) FIDELIDADE AO CONSUMIDOR	434
UMA APLICAÇÃO DE GRAFOS USANDO GRAILS FRAMEWORK E GOOGLE MAPS	435
VULNERABILIDADE E SEGURANÇA NO LINUX	436
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS SUJEITOS NO MST	438
A IMPORTÂNCIA DO LEITE MATERNO: O RESGATE DA CONSTRUÇÃO DA CULTURA DA ALEITAMENTO MATERNO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	439
A PESQUISA DOCUMENTAL COMO INSTRUMENTO DE ESTUDO PARA O ASSISTENTE SOCIAL	440
A PESQUISA EXPLORATÓRIA PARA FERRAMENTA DO SERVIÇO SOCIAL	441
CANCER: UM DESAFIO PARA A SAÚDE PÚBLICA	442
DORES FÍSICAS E MUTILAÇÕES DA ALMA, UMA REFLEXÃO SOBRE AS CICATRIZES DEIXADAS PELAS POLÍTICAS PUBLICA DE PROFILAXIA A HANSENÍASE EM REGIME DE ISOLAMENTO NO RN.	443
EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL	444
LIVRO DE PANO (DIVERSIDADE DE CONTEXTO)	445
O ASSISTENE SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO: A IMPORTÂNCIA DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM FACE À EXCLUSÃO SOCIAL	446
O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NO COMBATE AO ABANDONO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL.	447
O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL SOBRE À QUESTÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER	448
O PAPEL DO CRAS NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	449

Sumário

OS PRINCÍPIOS PREVIDENCIÁRIOS E O SERVIÇO SOCIAL	450
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E QUALIDADE DE VIDA DOS MOTORISTAS DE TRANSPORTES DE LOTAÇÃO	451
PROTEÇÃO SOCIAL À CRIANÇA E ADOLESCENTE VITIMAS DE VIOLÊNCIA, ABUSO EXPLORAÇÃO SEXUAL: O CASO DA ONG VISÃO MUNDIAL.	452
TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL: UMA PROFISSÃO EM CONSTRUÇÃO	453
VIOLÊNCIA CONJUGAL COMETIDA PELO COMPANHEIRO CONTRA A MULHER NA CIDADE DO NATAL: 2009-2014	454
AGRONEGÓCIO: VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA PARA ABERTURA DE UMA FAZENDA AUTOSSUSTENTÁVEL	456
ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FINANCEIRA E ECONÔMICA DA GUARARAPES S/A NOS ANOS DE 2012 E 2013.	457
DIGNIDADE VIOLADA: UM ESTUDO SOBRE O ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO NA SOCIEDADE BRASILEIRA	458
FINANÇAS PESSOAIS – ORÇAMENTO DOMÉSTICO	459
UM ESTUDO SOBRE A SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FINANCEIRA E ECONÔMICA DA JBS S/A NOS ANOS DE 2012 E 2013	460
VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA PARA CRIAÇÃO DE UMA LAVANDERIA HOSPITALAR ACREDITADA	461
ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DOS INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS DAS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LISTADAS NA BM&F BOVESPA NOS EXERCÍCIOS DE 2012 E 2013	463
CONTROLE INTERNO: UM ESTUDO NO BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A SOB A ÓTICA DAS NORMAS INSTITUÍDAS PELO BACEN	464
ECONOMIA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO RN: O PERFIL SÓCIO ECONÔMICO DA CIDADE.	465
GOVERNANÇA CORPORATIVA E TRANSPARÊNCIA: UM ESTUDO NO BANCO ITAÚ S.A. NOS ANOS DE 2010 Á 2013 Á LUZ DO PARECER TÉCNICO DA CVM Nº15/87.	466

Sumário

O TURISTA NA GRANDE NATAL	467
A ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS: ASPECTOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA A LUZ DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.	469
A APLICAÇÃO DAS PENAS ALTERNATIVAS NOS CRIMES PRATICADOS CONTRA A PREVIDENCIA SOCIAL - APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA BAGATELA.	470
A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	471
A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO COMBATE AO CRIME DE TRÁFICO DE PESSOAS	472
A FILOSOFIA DO DIREITO DE DWORKIN: DA CRÍTICA AO POSITIVISMO A COERÊNCIA E INTEGRIDADE DO DIREITO.	473
A LEI DA COPA E A FLEXIBILIZAÇÃO DA SOBERANIA DO BRASIL	474
A MAIORIDADE PENAL NO BRASIL E O DIREITO INTERNACIONAL	475
A MILÍCIA E SUAS PECULIARIDADES: ANÁLISE DE CONCEITOS E SUA TIPIFICAÇÃO	476
A PEC Nº72 E SEUS DESDOBRAMENTOS NA SEARA TRABALHISTA	477
A POÉTICA DE WALT WHITMAN EM FOLHAS DE RELVA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS: O CÂNONE DA LIBERDADE E DA IGUALDADE PRESENTES NO ART. 5º E 6º DA CONSTITUIÇÃO.	478
A VIOLÊNCIA VIGENTE CONTRA A MULHER: ENTRE O PATRIARCALISMO E A LEI MARIA DA PENHA	479
ADI 2.240 –BA (INCONSTITUCIONAL / VALIDADE)	480
ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO	481
AUXÍLIO RECLUSÃO: MITOS E FATOS NO QUE SE REFERE A TAL BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO	482

Sumário

CONCUBINATO X UNIÃO ESTÁVEL: O DIREITO ALIMENTAR DA CONCUBINA	483
CONTEXTO PROCEDIMENTAL DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	484
CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE: OS DIREITOS HUMANOS COMO PARÂMETRO DE VALIDADES DAS LEIS	485
DA CRISE DA CULPABILIDADE A CRISE DO DIREITO PENAL	486
DENOMINAÇÕES DOS ATOS INTERNACIONAIS	487
DESAPOSENTAÇÃO DO MILITAR E AVERBAÇÃO DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA EFEITO DE APOSENTADORIA MAIS BENÉFICA	488
DIFICULDADES NO COMBATE À CORRUPÇÃO	489
DIREITO DE MATERNIDADE DAS GESTANTES NA PENITENCIÁRIA BRASILEIRA.	490
DIREITOS HUMANOS INTERNACIONAL E GÊNERO: A PARTIR DA EXPERIÊNCIA ORGANIZATIVA DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES GIRASSOL	491
ETICIDADE NA JUSTIÇA COM AS PRÓPRIAS MÃOS: AUTOTUTELA OU BARBÁRIE?	492
FLEXIBILIZAÇÃO DA SUPREMACIA CONSTITUCIONAL ANTE A PROTEÇÃO ESPECIAL AOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL DA LEI GERAL DA COPA: VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA E DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE	493
LAQUEADURA COMPULSÓRIA PARA MÃES VICIADAS EM DROGAS PESADAS EM ALTO GRAU DE DEPENDÊNCIA COM MAIS DE 3 FILHOS	494
LEI 12.850/13: UMA VISÃO GERAL; (IN)CONSTITUCIONALIDADE DOS ARTIGOS 15, 17 E 21 E A PROBLEMÁTICA DO AGENTE INFILTRADO	495
LIBERDADE SINDICAL E A PROBLEMATIZAÇÃO DA NÃO APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO Nº87 DA OIT NO BRASIL	496
O DESVIRTUAMENTO DA PROPAGANDA POLÍTICA INSTITUCIONAL NO BRASIL	497

Sumário

O FETICHE DA SOLUÇÃO MÁGICA DAS PRIVATIZAÇÕES: A GESTÃO PRISIONAL PELAS APACS E PPPS	498
O FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS NO BRASIL	499
O SISTEMA PRISIONAL NO RN E A LEI DE EXECUÇÃO PENAL	500
PODER DE POLÍCIA E AS AÇÕES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.	501
PODER DIRETIVO DO EMPREGADOR X DIREITO À PRIVACIDADE DO EMPREGADO	502
POLÍTICA DE COTAS PARA UM PROBLEMA SOCIAL E HISTÓRICO ESTRUTURANTE: UM DEBATE MAIS AMPLO PARA A SUA COMPREENSÃO JURÍDICA	503
PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS: A ORIGEM CONSTITUCIONAL DOS PRINCÍPIOS QUE REGEM A ATIVIDADE FINANCEIRA NACIONAL	504
PROPORCIONALIDADE “ESTRITO SENSU”: CRÍTICAS E APONTAMENTOS.	505
RECEPÇÃO PÁTRIA E PRODUÇÃO DE EFEITOS DO CASAMENTO POLIGÂMICO ESTRANGEIRO	506
REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: MERO PLACEBO SOCIAL	507
REFLEXÃO SOBRE A TAXATIVIDADE DO ROL DE DOENÇAS GRAVES PARA A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM PROVENTOS INTEGRAIS PARA SERVIDORES PÚBLICOS.	508
SITUAÇÃO CARCERÁRIA NO BRASIL	509
SITUAÇÃO PRISIONAL EM DESCONFORMIDADE COM A RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO	510
UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE CONTROVERTIDA DECISÃO DA SUPREMA CORTE AMERICANA CONTRA A SOBERANIA DE OUTRA NAÇÃO.	511
USUCAPIÃO FAMILIAR: UM CONSOLO PARA QUEM FOI ABANDONADO?	512

CONIC 2014

Inovação e Tecnologia para o Desenvolvimento Profissional



unirn.edu.br

CSET1 – Administração

A CONTRIBUIÇÃO DOS FATORES LOGÍSTICOS PARA UM VALOR ECONÔMICO AGREGADO CONSTRUÍDO.

Autor(es):

Karol Hellen Dias Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN
Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN*

(Introdução) Empresas que convivem com uma gestão baseada no valor tem uma visão mais direcionada à concepção dos negócios, à continuidade do empreendimento e ao objetivo de maximização da riqueza de seus acionistas, segundo Assaf Neto(2009), e em geral este é o desejo de todas as empresas, no entanto, para que se consiga criar valor é necessário que se tenha uma gestão direcionada para este objetivo. Para saber se uma empresa está criando valor é preciso se utilizar de uma ferramenta financeira importantíssima que tem por nome Valor Econômico Agregado(EVA). O EVA é o resultado de uma empresa que sobra após a dedução do custo do capital próprio como despesa. Quando positivo, evidencia a criação de valor. Este trabalho, por sua vez, tem o objetivo de mostrar algumas das variáveis que podem contribuir de forma a reduzir custos para que o EVA possa ser positivo.

(Metodologia) A pesquisa consistiu numa análise bibliográfica essencialmente fundamentada na obra do autor Assaf Neto: Curso de Administração Financeira (Editora Atlas, São Paulo, 2009), Paulo Fernando, Peter Wanke e Kleber Figueiredo: Logística Empresarial (Atlas, São Paulo, 2000) e nos sites Portogente.com.br e efficiencyforcompanies.com.

(Resultados) O Valor Econômico Agregado - EVA - é uma ferramenta de gestão utilizada para medir a criação de valor de uma empresa e é calculado pela subtração dos encargos de capital aos resultados operacionais líquidos de impostos. Se o EVA é positivo, significa que a empresa gerou uma rentabilidade superior ao custo dos capitais investidos, então se diz que a empresa criou valor, caso contrário, destruiu valor. Dentre tantas outras vantagens de se utilizar o EVA, está o fato de que essa ferramenta considera o custo da totalidade dos capitais investidos e é uma medida periódica que permite uma observação constante entre os objetivos dos acionistas e os resultados dos gestores. Desta forma, os gestores, que devem maximizar a criação de valor para os acionistas, quando se organizam de forma estratégica para alcançar um EVA construído conseguem, além de criar valor para os acionistas, também atrair novos investidores, pois os investidores investem fundos numa empresa porque esperam um retorno superior ao custo do capital. Vários fatores influenciam para que uma empresa alcance um valor construído, dentre eles a redução de custos. Esta redução pode vir de atos simples, que não necessariamente exijam o investimento de mais capital, por outro lado, consiste em utilizar bem os recursos internos da empresa de forma a evitar investimentos desnecessários. A logística é uma subárea de administração que, de forma simplificada, monitora toda parte de entrega e recebimento de produtos na empresa, a mesma influencia de forma direta na redução de custos. Três das mais importantes funções logísticas, as quais vamos nos deter, são as áreas de estoque, armazenagem e transporte. De forma prática, deter informações úteis ao estoque, ao gerenciamento de armazenagem e a área de transportes ou a adesão de algumas adaptações do mercado são simples atitudes que podem ser decisivas no que diz respeito à redução de custos.

(Conclusão) A redução de custos na melhor adaptação as tendências de mercado, a escolha de melhores respostas a variáveis básicas ou simplesmente a detenção de informações, podem e são decisivos para que a despesa operacional seja menor e conseqüentemente o lucro operacional seja maior, contribuindo para que o resultado do EVA seja positivo, e a empresa consiga criar valor.

Plavras-Chave: EVA, logística.

A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Hugo Rafael Macedo dos Santos: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Angela Karina dos Santos Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Ellen da Silva Rocha: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Rosemberg Galvao de Melo: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Fernando Gonçalves Garcia: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Aluísio Alberto Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) Há tempos a gestão de recursos hídricos foi assunto foi música e hoje é uma realidade inadiável em nosso planeta, muito embora seja contestado por alguns estudiosos no assunto, que na verdade faz até sentido, porque até visualmente observa-se que o nosso planeta é constituído de mais água do que terra, mas que o seu percentual de água potável é bem pequeno, mas ainda assim os volumes existentes são gigantescos. O estudo analisa algumas condições da gestão dos recursos hídricos, como forma de racionalizar a distribuição e consumo da água para o consumo humano e para atividades empresariais, considerando alguns problemas de estiagem e de carência da água em muitas localidades e as perspectivas com a transposição das águas do rio São Francisco.

(Metodologia) O estudo é fruto de pesquisa bibliográfica e documental, cujo universo é a realidade dos recursos hídricos do Nordeste brasileiro e a amostra é destacada em algumas situações hídricas do Rio Grande do Norte.

(Resultados) O Rio Grande do Norte tem 95% dos municípios em situação de emergência por causa da seca que atinge o estado; são 159 cidades potiguares que apresentam um quadro de gravidade no abastecimento de água e 160 municípios em situação de emergência. Temos ainda em nosso país um projeto do governo federal, que é a transposição do Rio São Francisco, já iniciado mais ainda não concluído devido as exigências das leis ambientais e ainda impedimentos jurídicos pelo Ministério Público Federal. Essa transposição, em execução, deverá ser a solução para a seca, banhando todo o Nordeste nas regiões mais afetadas por esse fenômeno cruel que causa tanto prejuízo à sociedade. A mesma exige a adoção de procedimentos corretos na sua gestão, tanto para o consumo humano como para atividades econômicas, no sentido de contribuir para o desenvolvimento econômico de forma sustentável. As bacias beneficiadas pela água do rio São Francisco serão: Brígida, Terra Nova, Pajeú, Moxotó e bacias do Agreste, em Pernambuco; Jaguaribe e Metropolitanas, no Ceará; Apodi e Piranhas-Açu, no Rio Grande do Norte; Paraíba e Piranhas, na Paraíba. Essas bacias têm uma oferta hídrica per capita bem inferior à considerada como ideal pela Organização das Nações Unidas (ONU), que é de 1.500 m³/hab/ano. A disponibilidade no Nordeste Setentrional por habitante ao ano é de 450 m³, em média. Este empreendimento, além de recuperar 23 açudes, vai construir outros 27 reservatórios, que funcionarão como pulmões de água para os sistemas de abastecimento do agreste, fornecendo 6 m³ por segundo. A obra beneficiará uma população estimada de 12 milhões de habitantes, em 390 municípios nos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, além de gerar emprego e promover a inclusão social. O empreendimento garantirá o abastecimento de água desde grandes centros urbanos da região (Fortaleza, Juazeiro do Norte, Crato, Mossoró, Campina Grande, Caruaru) até centenas de pequenas e médias cidades inseridas no semiárido e de áreas do interior do Nordeste, priorizando a política de desenvolvimento regional sustentável.

(Conclusão) A gestão de recursos hídricos é exigência potencial para o nordeste brasileiro, pois o cuidado com esse líquido precioso e escasso resulta em maior possibilidade de sobrevivência da humanidade e de consciência de preservação, pois a água é uma necessidade irrefutável para toda eternidade das espécies e para a vida. Existe a urgente necessidade de planejamento do uso racional da água no Estado, mediante eventos comunitários que socializem as propostas do líquido para o consumo humano e econômico, permitindo o equilíbrio socioeconômico da região.

Palavras-Chave: Recursos hídricos. Seca. Transposição.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA FORMAR O FUTURO INVESTIDOR BRASILEIRO

Autor(es):

Marane Amorim da Costa: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN

Alúcio Alberto Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) A recente ascensão econômica de milhões de brasileiros coloca o cidadão em contato com novas situações e operações financeiras pouco familiares para muitas pessoas. O baixo nível de instrução financeira no Brasil leva as pessoas a não planejar gastos em longo prazo, demorar em se preparar financeiramente para a aposentadoria, desconhecer riscos e instrumentos para a sua proteção, tornando-as mais vulneráveis a fraudes. O trabalho tem o objetivo de compreender até que ponto a ausência de educação financeira para crianças, jovens e adultos influencia a forma como lidam com finanças no que tange à poupança, investimento e consumo consciente, e suas consequências. Propõe-se inserir na educação básica brasileira ensinamentos práticos e teóricos para orientar o cidadão na tomada de decisões, visando melhorar a qualidade de vida e formar o futuro investidor brasileiro.

(Metodologia) É um estudo exploratório e descritivo, de caráter bibliográfico e documental (VERGARA, 1998). Fundamenta-se em materiais didáticos (Orientação para Educação Financeira nas Escolas) desenvolvidos pelo Banco Central, Bovespa e na pesquisa Nacional realizada pelo Banco Mundial, World Bank, para avaliar o Programa Piloto de Educação Financeira nas Escolas de Ensino Médio no Brasil (2011). Foi realizada com 1.809 respondentes (alunos, professores, pais ou responsáveis legais) com diferentes rendas e níveis educacionais em seis capitais: Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Tocantins. As amostras probabilísticas estratificadas foram ponderadas conforme a localidade e o grupo de renda, tendo como objetivo avaliar o grau de educação financeira da população, detalhando alguns temas relacionados ao orçamento familiar, hábitos de gasto e poupança, crédito, investimento, planos de previdência, seguros e capitalização. Posteriormente procedeu-se a organização de dados e em seguida, para análise buscou-se a abordagem qualitativa e quantitativa.

(Resultados) Os resultados confirmaram as impressões iniciais de que o nível de educação financeira da população é baixo e que 36% dos entrevistados informaram ter perfil de tipo gastador e apenas 31% deles poupam para a aposentadoria. Observou-se que uma parcela cada vez maior da renda familiar está sendo alocada para o consumo, o que torna as atuais taxas de poupança tão baixas. Os estudantes antes do programa tinham pouco interesse em assuntos financeiros e caracterizavam-se por um perfil de consumo impulsivo. Após aplicação do material os alunos mostraram-se bastante interessados e participaram ativamente das aulas; guardaram dinheiro e trocaram experiências financeiras com seus pais. A intenção de poupar, no grupo que participou do programa, foi 5% mais alta que no grupo que não participou. A análise identificou mudanças significativas não apenas nos estudantes entrevistados, como também em seus familiares: os pais se tornaram mais propensos a incluir os filhos na tomada de decisão financeira familiar e discutir assuntos relacionados a dinheiro e orçamento doméstico. Esses efeitos se mantiveram no curto e longo prazo, o que permite afirmar a sustentabilidade e longevidade do treinamento que receberam, afetando positivamente o comportamento dos jovens brasileiros.

(Conclusão) É possível afirmar que é importante a implantação da Educação Financeira nas escolas do Brasil, pois é um processo mediante o qual os indivíduos e a sociedade melhoram a maneira de poupar e investir dinheiro, analisando os produtos financeiros que melhor atendem a suas necessidades. E por meio desse conhecimento, adquirem valores e competências necessários para adotar medidas que permitam alcançar o equilíbrio financeiro sustentável.

Palavras-Chave: Educação financeira, poupança, consumo consciente.

A IMPORTANCIA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS PEQUENAS ORGANIZAÇÕES

Autor(es):

Jadson Emanuel Torres da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Bruno Alves Ferreira: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Saulo de Tarso Galvão de Carvalho: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) Podemos encontrar diversas definições para Responsabilidade Social de Empresas, porém, não são tão concretas e são bem menos usadas, já outras são bem mais consideradas. Poderíamos não afirmar, mas dar uma pequena definição do que pode ser mais considerado responsabilidade social que seriam todas as ações e atitudes tomadas pela empresa, desde que essas ações venham impactar de um modo tanto social quanto ambiental. A Responsabilidade Social nas pequenas empresas ocorre com a mesma funcionalidade que nas grandes, porém, existem maiores dificuldades, tais como: o investimento que as empresas não têm para fazer. São pouquíssimas as empresas que conseguem manter-se no mercado sem alguma ação relacionada à sociedade, ambiental e sustentabilidade. Outras não conseguem manter esse investimento pôr darem demais atenção à responsabilidade social, aos problemas que às rodeiam de maneira externa e acabam esquecendo os seus internos (processos, pessoas e qualidades).

(Metodologia) O trabalho foi feito através de uma pesquisa bibliográfica. O trabalho foi desenvolvido com base na obra Empresas na Sociedade – Sustentabilidade e Responsabilidade Social do autor José Antônio Puppim de Oliveira (2008). Foram extraídas as informações necessárias para o desenvolvimento do trabalho. E foi extraído através de pesquisa online o exemplo incluído no trabalho da empresa Maria Chocolate que contém 27 funcionários.

(Resultados) Percebemos através de pesquisas relacionadas à empresa Maria Chocolate que o nível de satisfação dos funcionários aumentou devido as ações da empresa como o bolsa-escola que oferece ao trabalhador um desconto de 50% na faculdade e de 100% em curso supletivo. Satisfação maior da comunidade graças aos cursos gratuitos oferecidos pela a empresa á pessoas de baixa renda, no qual são selecionados por ONGs que tem parceria com a empresa e enviados á institutos. E a ajuda ao meio ambiente com a coleta de lixo coletiva prevenindo as enchentes e poluições, o lixo selecionado é enviado para associações de catadores de papel.

(Conclusão) Concluimos que as empresas que investem na responsabilidade social tendem a ter maior comprometimento com a sociedade e com o ambiente em que ela vive. Comprometimento também com o meio ambiente fazendo com que os seus funcionários se preocupem e venham ajudar também, gerando um maior número de pessoas e assim promovendo mais ações socioambientais. Preocupação maior com o nível de satisfação dos funcionários em relação à empresa. Sem isso, são poucas as empresas que conseguem permanecer ou subir no mercado sem que haja tal investimento. E com o melhoramento de todos esses fatores, social, ambiental e sustentável, acaba gerando satisfação, também, para seus proprietários.

Plavras-Chave: Responsabilidade, Organizações, Ações.

A INFLUÊNCIA DA TECNOLOGIA NO ESTOQUE DE UMA EMPRESA FARMACÊUTICA

Autor(es):

Ana Cláudia da Silva : Discente do curso de Administração do UNI-RN
Gabriel Medeiros Nunes Soares: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Maraisa Milena Alves Bandeira: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Paulo Nívio Barbalho Neto: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Klebson Cristino da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN
Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os avanços tecnológicos e a disseminação da internet nas camadas mais populares torna possível a evolução dos pequenos empreendedores. O controle de estoque de um empreendimento tornou-se um processo mais simples, tendo uma maior disponibilidade nos preços e prazos de vencimento dos produtos. Conhecer e aprimorar o processo de estocagem é algo desejável por toda boa administração. Na empresa farmacêutica a influência tecnológica poderá reduzir a avaria das mercadorias. Esse avanço tecnológico representa um ganho substancial em toda parte administrativa do setor. Com o uso da tecnologia no setor de estoque, o trabalho torna-se mais organizado e preciso.

(Metodologia) O trabalho foi desenvolvido através de revisão bibliográfica e pesquisa de campo na farmácia "Boa Saúde", baseia-se cientificamente em dois tipos de pesquisa: exploratória, descritiva e caracteriza como estudo de caso. Os objetivos definidos para realização do estudo de caso foram identificar como os avanços tecnológicos influenciaram nos processos realizados no setor de estoque; descobrir que ferramentas são utilizadas na contribuição da tecnologia na área de estoque de mercadorias e propor sugestões para as mesmas.

(Resultados) Foram entrevistados sete funcionários da farmácia Boa Saúde. Observou-se que a maior parte dos funcionários são do sexo masculino (57,1%) e com idades entre 21 e 40 aos. No que se refere à opinião dos funcionários sobre as problemáticas da pesquisa, verificou-se que 57,2% + 42,8% deles concordam que o procedimento realizado para a entrada e saída de mercadorias, que é feito diariamente através da automação, é bom ou ótimo. Sobre a logística no estoque, 14,29% dos funcionários avaliaram como boa e 85,71% classificaram o procedimento sendo ótimo. Devido ao uso de recursos tecnológicos (computador, sistema interno de informatização), todos responderam que estão satisfeitos com a tecnologia disponibilizada, pois havia contribuído na agilidade da entrega de produtos e realização de serviços no prazo. Embora uma sala informatizada tenha possibilidade de ser útil, 100% dos entrevistados responderam que o estabelecimento não usufrui desse benefício. Para fidelizar o cliente, a empresa utiliza outros métodos de comunicação, exceto mídias e redes sociais, e o método promocional é usado periodicamente para seus clientes. Para chegar à conclusão desses dados, esse estudo de caso foi feito com 83,33% dos entrevistados que trabalham na área de estoque e 16,67% que trabalham nas áreas adjacentes.

(Conclusão) Para atender melhor as necessidades da empresa, concluiu-se que o processo de entrega dos produtos e controle organizacional do estoque pode ser acelerado através da influência tecnológica. Devido às mudanças sociais e econômicas, o comércio farmacêutico poderá usufruir dos sistemas de informações para manter o processo de entrada e saída de produtos atualizados. A empresa precisa investir cada vez mais em tecnologia para elevar o índice de melhoria em algumas áreas e exclusivamente na de estoque, onde fica armazenado todo o peso da distribuição para diversos setores.

Plavras-Chave: estoque, logística, tecnologia

A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NO DESEMPENHO ACADÊMICO DOS ALUNOS DO UNI-RN DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA.

Autor(es):

Amanda Beatriz Vasconcelos Galdino da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Everton Medeiros Cirne: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Nailson de Medeiros Vieira: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Leonardo Rodrigues Holanda: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Érica Sulamita Pereira da Silva : Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN
Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN

(Introdução) As redes sociais têm adquirido importância crescente na sociedade moderna. Um ponto em comum dentre os diversos tipos de rede social é o compartilhamento de informações, conhecimentos, interesses e esforços em busca de objetivos comuns. Essas tecnologias, cada dia vêm sendo mais utilizada e será descrita nesse trabalho voltada para âmbito acadêmico com os alunos do UNI-RN dos cursos de Administração e Educação Física (bacharelado).

(Metodologia) Para tanto, foram entrevistados 33% dos alunos matriculados no curso de administração e 20% dos alunos de educação física, mediante desenvolvimento de uma pesquisa de cunho exploratório, com aplicação de um instrumento de investigação realizada com os alunos de Administração e Educação Física (bacharelado), com o objetivo de avaliar como as redes sociais influenciam no cotidiano acadêmico dos entrevistados.

(Resultados) Os alunos dos cursos de administração e educação física são jovens com idade média de 25 anos e observou-se uma predominância do sexo masculino no curso de educação física e do sexo feminino no curso de administração. Quando foi analisado o nível de envolvimento dos estudantes com as redes sociais observou-se que dentre todos os entrevistados apenas duas pessoas, ou seja, 1,6% da amostra não utiliza nenhuma rede social. Também foi observado que a rede social mais usada entre todos os estudantes é o WhatsApp e mais de 80% dos estudantes entrevistados estão sempre conectados as redes. Observou-se que 4,7% dos alunos já foram chamados atenção devido o uso das redes sociais em sala de aula, podemos verificar ainda que 52,3% dos alunos de Administração e Educação Física acha que é possível haver reprovação com o uso das mesmas, corroborando com esse resultado, 3,9% dos estudantes informaram que já foram reprovados devido o uso excessivo. Quando questionados sobre a influência das redes sociais nos seus hábitos diários as respostas foram semelhantes independente dos cursos, para 57,0% dos estudantes as vezes esse uso pode afetar os hábitos. Observou-se ainda que 32,5% dos estudantes do curso de educação física nunca tiveram seus hábitos diários afetados pelo uso das redes sociais. De acordo com os resultados 59,4% alunos acham que as redes sociais dificultam a sua concentração durante os estudos, porém 6,7% dos alunos de administração nunca perderam atenção com o uso das mesmas. Quando questionados sobre a frequência com que utilizava as redes sociais alunos dos referidos cursos informaram utilizar sempre. Apenas 4,8% dos alunos do curso de educação física informaram nunca utilizarem redes sociais, resultado que não foi observado entre os alunos do curso de administração.

(Conclusão) Conclui-se que os alunos do UNI-RN independente dos cursos de administração e educação física utilizam com muita frequência as redes sociais, a maioria desses alunos (69,5%) acreditam que as redes sociais podem influenciar no sucesso acadêmico.

Palavras-Chave: Redes sociais, Acadêmico, Administração, Educação Física.

A ORQUESTRA SINFÔNICA COMO METÁFORA PARA AS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

Autor(es):

Raul Paulinelli Gomes Novais: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN

(Introdução) É possível analisar e compreender a mesma organização de diferentes perspectivas, o autor Morgan (1996) trata o tema da análise organizacional por meio de metáforas para realizar a leitura da entidade em questão. Este método é dividido em duas etapas essenciais: diagnóstica e avaliativa, sendo a primeira de modo a obter informações, analisar e compreender a organização através de aspectos-chave da situação. Já para a segunda etapa, desenvolve-se um estudo de modo avaliativo ressaltando o significado e a importância das diferentes interpretações efetuadas, com esses dois métodos é possível explorar a complexidade das organizações de modo descritivo e prescritivo. Este é um projeto aprovado pelo CNPq para ser desenvolvido e executado no período de 2014/2015. Portanto, está em sua fase inicial de fundamentação bibliográfica e tem por objetivo analisar e aplicar o modelo adotado pelo autor para a construção de metáforas organizacionais em uma orquestra.

(Metodologia) Pesquisa do tipo bibliográfica, tendo por base analítica a obra “Imagens da organização” de Morgan (1996). Também artigos científicos referentes à obra, com fins de extrair categorias essenciais de seu modelo de análise das organizações.

(Resultados) Como ponto de partida para categorizar visões sobre a organização Morgan (1996), utiliza oito metáforas que operam de maneira individual ou simultânea: máquina, remete ao modo rotineiro, previsível e eficiente em que as partes operam de maneira pré-estabelecidas; organismo, enxerga a organização como um ser vivo, o qual está imerso a um meio ambiente e necessita adaptar-se para sobreviver; cérebro, processo que desafia moldes mecanicistas, estimulado pela autoaprendizagem e flexibilidade criativa; governo, maneira pela qual é dividida a separação de poderes; cultura, tem por base valores e símbolos da organização; prisão psíquica, formado por processos conscientes ou inconscientes dos integrantes da organização; fluxo e transformação, necessidade de entender a lógica de mudança e evolução da organização; instrumentos de dominação, como a organização utiliza de exploração dos seus empregados para obter poder e lucro. No caso da orquestra, percebe-se que esta opera com papéis bem definidos para cada integrante (máquina), com a necessidade de integração e união dos membros e trabalho em equipe a fim de atingir o objetivo proposto (organismos), e funciona de modo que utiliza a técnica de percepção para evoluir em maturidade e superar imprevistos individualmente e não como organização (cérebro), com valores e símbolos fundamentados e sólidos (cultura), através do estilo de liderança autocrático em que apenas o maestro fala por todos (governo), regendo a velocidade de trabalho e a intensidade de execução para atingir um bom desempenho (instrumentos de dominação), em decorrência os integrantes algumas vezes desconhecem o resultado final da peça em questão tendo conhecimento do resultado apenas no término do mesmo (prisão psíquica), e por fim é conservadora, pois pouco mudou do momento de origem até a atualidade (fluxo e transformação).

(Conclusão) O modelo de análise organizacional segundo Morgan (1996) compreende as organizações através de diferentes significados baseado na premissa de que são: complexas, ambíguas e paradoxais. Aplicando a metodologia do autor na orquestra, percebe-se que as oito metáforas estão presentes, contudo, algumas atuam de modo mais forte e outras de modo mais fraco. As mais fortes são: máquina e cultura, pois é necessário que a mesma seja sistemática para funcionar com maestria e também preservar suas normas e valores. Já as mais fracas são: instrumentos de dominação e cérebro, tendo em vista que a orquestra em questão não possui fins lucrativos e ela não permite aprender com os erros para inovar. Finalmente, entendemos que o modelo organizacional de Morgan (1996) é eficiente e eficaz, por ter a capacidade de interpretar as organizações de maneira diagnóstica e avaliativa.

Palavras-Chave: Metáfora, Organizações e Orquestra.

**ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA PARA CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA DE PANIFICAÇÃO
- PADARIA BELA VISTA**

Autor(es):

Maria Carolina Santana Duarte: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Hermes Dantas : Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) O setor de panificação vem contribuindo consideravelmente, nos últimos anos, para o crescimento da alimentação fora de casa no Brasil. Estima-se a participação aproximada da Panificação em 36% do faturamento do setor de refeições fora do lar, os chamados food service. A criação de áreas para café, restaurantes, lanchonetes, produtos assados na hora, além de novos produtos e variações de receitas vem fazendo com que as padarias se tornem “Centros Gastronômicos”, capazes de receber e suprir os clientes em vários de seus momentos de compra e consumo. Partindo deste princípio a ideia de se montar uma empresa surgiu da necessidade local, onde não tem uma panificadora que atenda estas necessidades, onde além de distribuir pães, possuirá também serviços de conveniência como: Self service de comida caseira, lanches prontos para comer como: salgados, tapiocas, sanduíches, ou seja, refeições em geral, oferecendo uma comida bem saborosa. Para isso, a pesquisa pretende analisar a viabilidade econômico-financeira para a abertura de uma empresa de panificação.

(Metodologia) A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, bem como pesquisa de campo, por ter sido feita em cinco empresas do ramo nas proximidades onde será instalada a padaria. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se de entrevistas focadas nos objetivos propostos, com as seguintes empresas do ramo: Panificadora Delícia de Trigo, Central Padaria e Conveniência, além das pesquisas na internet em portais especializados em panificação. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa e quantitativa, com o uso de um modelo de plano de negócio do SEBRAE que é estruturado em planilhas do Excel.

(Resultados) Através da pesquisa pode-se observar que 85% dos proprietários de padarias pretendem investir no seu negócio, e esse alto índice é explicado pelo entusiasmo do setor e pelo leque de ações que podem ser feitas como: compra de equipamentos, assessórios, reformas, informatização, etc. Apenas 10% manifestaram a intenção de não terem planos de investimento e 5% não pretendem investir. São as panificadoras hoje responsáveis por 10% do consumo de alimentos do país e já representam 40% do mercado de food service gerando de forma direta aproximadamente 18 mil empregos, indiretamente esse número salta para 64 mil trabalhadores, dados fornecidos pela Indústria de Panificação. Os novos serviços introduzidos no setor, principalmente aqueles ligados à Administração e incentivando o food service, foram responsáveis por cerca de 60% do crescimento identificado. Comparado a outros setores ligados à alimentação e varejo as empresas panificadoras registram um crescimento maior que concorrentes diretos. De acordo com todos os dados obtidos nas pesquisas todas tiveram um VPL (Valor Presente Líquido) positivo e também um baixo prazo de retorno do capital investido.

(Conclusão) Levando em consideração o alto crescimento no setor, é viável investir em uma padaria deste que esteja de acordo com os novos padrões de consumo dos clientes potenciais, é necessário fazer uma pesquisa de mercado, avaliando o potencial da localização, investindo em infraestrutura para transmitir segurança e qualidade dos produtos e serviços prestados aos clientes. Este é um mercado competitivo, mas ao mesmo tempo de grandes possibilidades. O empresário deverá ficar atento às variadas formas de atuação que traga para o seu negócio iniciativas e tecnologia que lhe permita permanecer próximo ao seu cliente e torná-lo um frequentador fiel à empresa. O plano de negócio é uma ferramenta indispensável para conquista do sucesso.

Plavras-Chave: Análise da viabilidade econômico-financeira para criação de uma empresa de panificação

ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA PARA EXPANSÃO DA CYBER ARTE CAFÉ.

Autor(es):

Ilana Pereira Alves: Discente do curso de Administração do UNI-RN
João Henrique Trindade Moreira de Azevedo: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Cristiane Evelyn de Paula: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Márcia Maria Ramos Guimarães de Oliveira Marinho: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Ellen da Silva Rocha: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN
Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) No ambiente onde todos estão querendo ganhar tempo, o preparo de comida em casa tem sido um fator de atraso, principalmente para aquelas pessoas que trabalham longe de sua moradia e ainda estudam a noite, não tendo tempo de fazer suas refeições em casa. Partindo desse ponto de vista, para suprir essa necessidade, O trabalho tem como objetivo analisar a viabilidade econômico-financeira para a expansão da empresa Cyber Arte Café, que vem com a proposta de promover a aproximação de pessoas proporcionando momentos de prazer e sabor, valorizando a tradição com a tecnologia a favor, com um ambiente agradável e bem equipado com máquinas modernas para acesso a internet, televisões de grande polegada para documentários educacionais, impressoras modernas com configuração para impressão em A3 muito utilizada no curso de engenharia civil, ambiente reservados a estudo em grupo e mesas funcionais com conectores de energia.

(Metodologia) A pesquisa classifica-se como descritiva-exploratória, bem como estudo de caso. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se um questionário estruturado com opções de respostas fechadas, com os alunos do UNI-RN. Para a análise dos dados, usou-se uma abordagem qualitativa e quantitativa com a ajuda de um modelo de plano de negócio do SEBRAE que é estruturado em planilhas do Excel.

(Resultados) De acordo com a pesquisa percebeu-se a viabilidade do projeto de expansão do Cyber Arte Café, a partir das análises dos dados calculados e tabulados no plano de negocio, tendo os seguintes resultados: Um investimento inicial de 50.200,48 sendo 10.000 destinado ao capital de giro. Um VPL de R\$ 1.004.525,39 e uma Tir de 66% ao ano considerando um cenário otimista, e um VPL de R\$ 789.923,50 e uma Tir de 55% levando em consideração um cenário menos favorável, em relação ao pay back levando em consideração um desconto de 1%, verificou-se um retorno sobre o investimento de aproximadamente 2 meses, já com o desconto de 2% do ROI vem em torno de 2,5 meses e com um desconto de 5% um ROI de aproximadamente 3 meses, tendo assim um VPL positivo, maior que zero, provando a viabilidade do negócio em pouquíssimo tempo.

(Conclusão) De acordo com todos os dados obtidos na pesquisa através das entrevistas e simulações que foram feitas obteve-se um VPL positivo e também um curto prazo de retorno do capital investido. Levando em consideração que esse mercado é crescente, com isso, pode-se concluir que a empresa é viável economicamente.

Plavras-Chave: Expansão, Plano de Negócio, Viabilidade.

ANÁLISE DO NÍVEL DE MOTIVAÇÃO E SATISFAÇÃO DOS COSTUREIROS NA FÁBRICA NORDESTE

Autor(es):

Silvana Joyce Costa Cavalcante Melo: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este documento apresenta uma análise sobre o nível de motivação e satisfação dos costureiros da Fábrica Nordeste. Este tema foi escolhido para analisar se a busca pela melhoria contínua dos resultados estão realmente ligados à gestão de pessoas. Como o setor de RH da fábrica Nordeste optou por utilizar algumas ferramentas como Avaliação de Desempenho, treinamentos e desenvolvimentos de pessoas a partir de 2010, mostrou-se cada vez mais engajada no foco da empresa, que é fornecer moda com rapidez e preço baixo. Para isso teve que conscientizar os colaboradores à vestir a camisa de forma harmoniosa e que não houvesse desgastes e desentendimentos entre os líderes e seus liderados. Tratando assim a satisfação não só do cliente, como também de sua própria equipe, elevando a motivação que há em cada um dos integrantes.

(Metodologia) Foi feita uma pesquisa exploratória e descritiva, onde a amostra foi a probabilística estratificada, devido ao universo da pesquisa ter 9.000 colaboradores, foi escolhido um estrato de 1.300 pessoas e aplicado um questionário para 10% do estrato, e os temas abordados foram: o perfil dos costureiros, a identificação do grau de motivação e satisfação, e identificação dos fatores que contribuem para a insatisfação e desmotivação dos mesmos.

(Resultados) A análise dos resultados obtidos na pesquisa foram positivos. Mostrou claramente que os colaboradores são reconhecidos, sabem o que devem fazer, têm um bom relacionamento com seus líderes e colegas de trabalho e sentem-se responsáveis pelos seus sonhos e sucesso profissional, dessa forma, satisfeitas e motivadas a trabalhar pela empresa. Pode-se concluir que a grande expectativa com relação à nova gestão do RH da Fábrica Nordeste, como o aperfeiçoamento dos treinamentos, desenvolvimento e implantação da avaliação de desempenho, demonstram também que o processo de implantação de um programa estruturado não acaba, na medida em que crescem as expectativas e as exigências do mercado em geral.

(Conclusão) Os métodos das quais a empresa aderiu para melhorar seu relacionamento com os colaboradores, com o passar dos anos, trouxeram maior rendimento dos costureiros e conseqüentemente mais resultados. A relação entre as equipes de trabalho com seus líderes, fez com que a organização conseguisse implantar métodos com maior facilidade, tendo maior entendimento dos assuntos devido a melhoria da comunicação. Também foi concluído que a verdadeira gestão do Recursos Humanos influencia diretamente nos resultados desejados, o bom engajamento dos setores em relação à gestão de pessoas tornou-se essencial. Trazendo assim a nova forma de gestão, que não é apenas função da empresa selecionar e admitir funcionários, e sim, treinar e desenvolver pessoas para o progresso juntamente à seus setores.

Palavras-Chave: Motivação. Satisfação. Gestão de pessoas. Liderança. Desenvolvimento.

AVALIAÇÃO DO MARKETING DE RELACIONAMENTO NO BANCO DO BRASIL S.A - AGÊNCIA POTIGUAR

Autor(es):

Rafaella Carvalho de Farias: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) Muitos são os fatores que podem influenciar a capacidade de um Banco atrair e manter seus clientes, alta ou baixa das remunerações cobradas por serviços bancários, taxas de juros, encargos, multas, que podem ser afetados direta ou indiretamente por fatos ou acontecimentos diversos na economia do país, a maneira como são distribuídas as agências, a acessibilidade aos serviços, a estrutura, o clima da organização e a capacitação dos funcionários que recebem o cliente. Com isso, se faz necessário a utilização de ferramentas que facilitem às instituições a realizarem a tarefa de descobrir as necessidades específicas de seus clientes. A pesquisa pretende avaliar como Banco do Brasil S.A Agência Potiguar desenvolve o Marketing de relacionamento no momento em que ser competitivo e rentável é de extrema importância.

(Metodologia) O estudo é descritivo e exploratório em forma de estudo de caso. Foi feita uma amostragem do tipo não probabilística por acessibilidade no intervalo de 15 (quinze) dias, o instrumento de coleta de dados aplicados a 46(quarenta e seis) clientes externos foi um questionário, estruturado com perguntas fechadas, para análise dos dados utilizou-se uma abordagem qualitativa e quantitativa, isso por que inicialmente foi analisado qualitativamente o ambiente interno e externo da organização, a eficiência dos seus processos, seus colaboradores, em seguida como esses fatores influenciam seus clientes a manter-se ou não como clientes do banco, e o segundo passo foi a análise quantitativa dos dados coletados transformado-os em escalas de satisfação e eficiência.

(Resultados) Os dados revelaram que mais de 70% dos clientes participantes estão satisfeitos quanto aos serviços recebidos, sendo que 43% responderam que o vínculo com a instituição financeira se dá apenas pela intenção de obter as melhores vantagens monetárias, já o restante respondeu que o bom atendimento e afinidade com os valores da instituição são fatores relevantes para a haja ou seja contínuo o relacionamento com o banco. Percebeu-se que se trata de uma organização que desenvolve o Marketing de Relacionamento de maneira muito bem elaborada, possuem um rico banco de dados de maneira bem segmentada de modo a auxiliar de maneira eficiente na particularização do serviço prestado, direcionando os produtos de acordo o perfil de cada cliente, as informações são integradas e bem distribuídas retratando a constante interação entre os colaboradores. Ressalta-se ainda que 84% (oitenta e quatro por cento) das pessoas que participaram da pesquisa, consideram de alguma maneira o seu relacionamento com o Banco do Brasil importante para sua vida e que as novas tecnologias inseridas no processamento das operações são relevantes para a satisfação 67%(sessenta e sete por cento) dos participantes.

(Conclusão) Portanto, muitos requisitos podem ser eleitos como de grande importância para o cliente se fidelizar ou se sentir parte de uma organização, os indivíduos possuem exigências divergentes, que podem mudar geralmente de acordo com sua faixa etária, renda ou grau de escolaridade, porém com a personalização do atendimento, a implantação do Customer Relationship Management - CRM auxiliando na criação de um banco de dados, com a aplicação novas tecnologias que são cada vez mais necessárias para facilitar a vida das pessoas, do Endomarketing e de outros procedimentos abordados pelo Marketing de Relacionamento, uma organização pode conquistar e manter grande fatia de mercado, abrangendo considerável diversidade de seguimentos, mesmo quando se trata do mercado financeiro onde muitas vezes o que pesa é a rentabilidade.

Plavras-Chave: Marketing de Relacionamento. Tecnologias. Fidelização. Atendimento.

AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DE UMA DISTRIBUIDORA DE AGUA: O CASO DA LGI

Autor(es):

André Luis Lourenço de Freitas: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Leandro Batista Natale: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Eduardo Francisco da Gama: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Ricardo Fagner Dias de Menezes: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Rose Danielli Costa do Nascimento: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN
Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) Hoje em dia todo depósito de água é igual, o cliente liga pede uma água e diz pra quanto é o troco. O depósito manda água de todo jeito, onde muitas das vezes mandam a água com um garrafão vencido ou muito sujo. Os entregadores todos sem fardas, sem paciência para atender bem o cliente, vai entregar e vai embora, não dar uma assistência adequada, e o cliente sem entender muitas vezes acaba ficando no prejuízo. Por isso que todo depósito é igual, o difícil é achar um que faça a diferença. O objetivo da proposta é ampliar a distribuidora para novos bairros como o campus universitário, pois é uma área de poucos concorrentes, e próximo de empresas que já recebem o fornecimento do serviço, ampliando assim a clientela, e procurando se destacar entre os concorrentes.

(Metodologia) Realizou-se um estudo descritivo-exploratório através de estudo de caso, para que todas as informações obtidas favoreçam o conhecimento a cerca do funcionamento da empresa, possibilitando assim um planejamento estratégico para que sua ampliação aconteça de forma correta. A pesquisa abrangeu uma amostra por conveniência, onde o pesquisador seleciona membros dos bairros de Capim Macio e Cidade Jardim na cidade do Natal, onde se planeja a colocação da nova filial. A coleta de dados foi feita através de questionários semi-estruturados, e a observação do funcionamento da empresa no dia a dia. No questionário continha questões fechadas, onde foram trabalhadas as deficiências do local, o tipo de insatisfação existentes dos servidores, os pontos críticos que melhoram ou dificultem a obtenção de bons resultados, o que os consumidores acham que precisam melhorar. E por fim, foram observados outros aspectos que influenciam diretamente no funcionamento da instituição. Para a análise, utilizou-se uma abordagem qualitativa e quantitativa com o uso da ferramenta Plano de Negócio do SEBRAE-PB.

(Resultados) Através das pesquisas aplicadas, foi possível observar que 50% da clientela optaria por um fornecedor que oferecesse um preço mais baixo, sendo que 30% trocaria de fornecedor por um atendimento de qualidade, e 20% não trocaria por nenhum motivo. Em relação a água, 60% escolheu uma marca específica e 40% optou por outra qualquer. Podem-se verificar através da análise dos resultados, pontos fortes e pontos fracos apresentados pela empresa, tanto externo, quanto internamente, como, por exemplo, a empresa está localizada em uma avenida com bom fluxo de carros, e o clima da região também favorece o aumento do consumo de água. Foi observado também que o VPL é positivo e que o custo de se fazer um investimento nesse tipo de negócio seria recuperado em 30 meses.

(Conclusão) Analisando os resultados da pesquisa e da tabulação dos dados, pode-se verificar um VPL positivo, além de um retorno de médio prazo do capital investido. Levando em consideração que esse mercado é crescente, pois a empresa se enquadra no ramo de bens de consumo obrigatório para a sobrevivência, conclui-se que a empresa é viável economicamente.

Plavras-Chave: Ampliação, negócio, plano de Negócio.

CAPITAL DE GIRO

Autor(es):

Elionarda Cleania Alves de Souza: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Lidia Dayane Gomes Bezerra: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Angela Karina dos Santos Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) Quando uma empresa inicia suas atividades, recebe dois tipos de investimentos. Um considerado como investimento fixo, que servirá para aquisição das máquinas, móveis, prédio, ferramentas, enfim, para investir em itens do ativo imobilizado. A outra parte dos investimentos vai compor uma reserva de recursos para ser utilizada conforme as necessidades financeiras da empresa ao longo do tempo. É o chamado Capital de Giro. Esses recursos ficam alocados nos estoques, nas contas a receber, no caixa ou na conta corrente bancária. A administração do capital de giro encontra-se inserida no contexto decisória das finanças das empresas, Permitindo melhor entendimento de como as organizações geram, aplicam e gerencia seus recursos financeiros. De acordo com Assaf Neto (2012) a importância e o volume do capital de giro para uma empresa são determinados principalmente pelo volume de vendas, o qual é lastreado pelo estoque, valores a receber e caixa. Neste contexto, o objetivo desta pesquisa é estudar o capital de giro, entender a sua necessidade dentro de uma organização e sobre tudo a importância que este representa dentro do mercado corporativo, visto que de sua administração quando bem elaborada, poderá se obter grandes lucros e retornos bastante positivos dentro do mercado.

(Metodologia) Precedeu-se uma revisão bibliográfica, descritiva e explicativa acerca do tema Administração do Capital de giro, essencialmente fundamentada em obras de autores como Alexandre Assaf Neto: Administração de capital de giro (Editora Atlas, São Paulo, 2012) e nos sites administradores.com.

(Resultados) Através da pesquisa observou-se que o capital de giro é o montante de recursos necessário para que a empresa possa desempenhar suas atividades do dia-a-dia, ou seja, girar. A quantidade exigida para o capital de giro dependerá de diversos fatores, como o tamanho da empresa, o setor em que atua a sazonalidade do negócio e etc. Contabilmente, pode-se definir o capital de giro como a diferença entre passivo circulante e o ativo circulante, ou seja, é a diferença entre as dívidas de curto prazo – dinheiro em caixa, aplicações financeiras de curto prazo, recebimento de vendas a prazo. Em suma, o capital de giro é a parcela de recursos de longo prazo (endividamento, capital de sócios) que financiam as atividades de curto prazo da empresa. A pesquisa também trouxe ênfase ao cuidado da administração do capital de giro, uma vez que, trata-se de um conjunto de valores necessários para o bom funcionamento de uma empresa, pois este ativo está diretamente associado às fontes, as quais a empresa necessita para financiar seu crescimento. Uma administração inadequada do capital de giro resulta normalmente em sérios problemas financeiros, contribuindo efetivamente para a formação de uma situação de insolvência.

(Conclusão) O entendimento de capital de giro insere-se no contexto das decisões financeiras de curto prazo envolvendo a administração de ativos e passivos circulantes. É preciso buscar um nível satisfatório de capital de giro de maneira a garantir a sustentação de sua atividade operacional. As pequenas empresas que lutam para manter uma empresa de trabalho positivo devem tomar medidas para melhorar a situação para se manter viável. O capital de giro representa, em média, 30 a 40% do total dos ativos de uma empresa.

Palavras-Chave: Capital de giro, investimento e ativo.

CONSUMO DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Alice Hevilla Rolim Rodrigues: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Lucélia Maurício de Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Vivianne Cardoso da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Thiago Grande Rodrigues: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Aluísio Alberto Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) O consumo do Rio Grande do Norte aumentou 9% em 2014 comparado ao ano anterior, chegando ao valor de 41,7 milhões de reais. Natal, Parnamirim e Mossoró são os municípios que contém os maiores consumo do Rio grande do Norte. Os três municípios juntos, representam 53,7 do valor previsto. Natal que tem o maior potencial, 14,5 bilhões com 853 mil habitantes. Parnamirim com 229 mil habitantes, o potencial e a previsão de consumo é de 4,2 bilhões e Mossoró tem 280 mil habitantes e sua previsão de consumo é de 3,6 bilhões. Natal caiu duas posições no ranking nacional em 2014, passando da 21º para 23º lugar. De acordo com o estudo realizado pela IPC Marketing Editora em 2014, o total serão gastos com 45,9% pela classe B; 31,3 pela classe C; 17,1 pela classe A e 5,7% pelas classes D/E. O principal gasto dos potiguares será com a manutenção do lar, que inclui itens como prestação de alugueis, prestação de imóvel, água, luz e IPTU. Em segundo, serão gastos com alimentação no domicílio, alimentação fora de domicílio e gastos com veículos próprios. O Rio Grande do Norte, ocupa o 18º lugar no ranking dos Estados, possui 201.826 empresas, das quais são 96,1 mil na área de serviços, 78,3 mil no comércio, 25.776 indústrias e 1.615 no segmento do agronegócio. O estado tem 1 milhão de domicílios, 1.012.266 de frota de veículos. O consumo per capita ano é de R\$ 14 mil para os moradores de área urbana e R\$ 5,5 mil para os da área rural.

(Metodologia) Os instrumentos técnicos utilizados para o desenvolvimento dos objetivos do projeto e para coleta de dados foram principalmente pesquisas bibliográficas do tema em foco.

(Resultados) O consumo do Rio Grande do Norte cresceu cerca de 9% em relação ao ano de 2013. O aumento do consumo dos potiguares se deu principalmente pelos gastos com manutenção do lar, como exemplo o aluguel, prestação de imóvel, água, luz e etc. Alimentação fora do domicílio também é um dos principais gastos. Com esse crescimento dos gastos, conseqüentemente cresceu o numero de inadimplentes, cerca de 11,70% comparado ao mesmo período do ano passado. O RN foi o segundo estado do nordeste que mais cresceu a inadimplência e foi o quinto do País. A inadimplência causa um impacto negativo para a elevação da inflação, pelo aperto monetário, elevação da taxa básica de juros, a selic e para o crescimento moderado da massa salarial. Tudo isso é decorrente do consumismo exacerbado que levam as pessoas a comprarem compulsivamente sem terem condições para quitar suas dívidas.

(Conclusão) Analisando os dados das recentes pesquisas realizadas sobre o consumo no Rio Grande do Norte, notamos que alguns municípios vêm se destacando, são eles: Natal, Parnamirim e Mossoró, representando 53,7% do valor antecipado. O Estado do Rio Grande do Norte possui um número elevado no que se diz respeito á frota de veículos, atingindo a marca de 1.012.266 milhões, e ocupa a 18ª posição no ranking dos estados que mais consomem.

Plavras-Chave: Consumo, Rio Grande do Norte, Crescimento

CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA DE SERVIÇOS CUSTOMIZADOS EM TURISMO AVENTUREIRO: VIVA EXPERIÊNCIAS.

Autor(es):

Pedro Robério Mendes Pereira: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Pedro Rubens Santos de Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN
João Ricardo Soares de Paiva: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Eduardo Bezerra da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN
Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) A competitividade nos mercados atuais se caracteriza por dois cenários importantes – A globalização que se tornou ferramenta para disseminar formas de negócios, transformando as empresas cada vez mais semelhantes quanto aos produtos, serviços e meios de produção. Por outro lado nos últimos anos pesquisas indicam uma constante mudança no perfil do consumir, além da questão econômica (aumento da renda), o consumidor passou a ser mais exigente em relação ao produto, serviço e “marca” das empresas. Para essa nova conjuntura dinâmica do mercado, as novas empresas que surgem diariamente precisam captar essa nova leitura, através de uma profunda análise do negócio ao qual pretende se inserir. A melhor ferramenta para tal é o plano de negócios, indispensável no que tange o conhecimento do segmento, público alvo, oportunidades e ameaças às quais a nova empresa estará sujeita. Visando atender as novas diretrizes do mercado e realizando a prática entisica dos futuros Administradores, o presente trabalho visa por meio da elaboração de um plano de negócio, analisar a viabilidade econômico-financeira de uma empresa de serviços customizados relacionada à área de turismo aventureiro, tendo como objetivo social a promoção de experiências que causem sensações positivas (bem estar), proporcionando ao cliente momentos e sentimentos únicos. Sua área inicial de cobertura o estado do Rio Grande do Norte.

(Metodologia) A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, bem como pesquisa de campo, por ter sido feita em 06 empresas nas localidades do ramo de interesse (praias, lagoas, cidades no interior com potencial em turismo aventureiro). Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se roteiro de entrevista focado nos objetivos propostos, além de pesquisas documentais em sites específicos e em notícias divulgadas pelo SEBRAE/RN. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa e quantitativa, com o uso de um modelo de plano de negócio do SEBRAE-RN que é estruturado em planilhas do Excel.

(Resultados) O mercado de serviços em turismo aventureiro apresentou uma significativa carência quanto ao fornecimento de serviços customizados, ou seja, no estado do Rio Grande do Norte há uma falta de pacotes que envolvam desde a hospedagem até o passeio com guia, transporte, alimentação. As empresas fracionam esses serviços, sendo oferecidos em partes e por diferentes empresas (cada uma responsável por uma parte). Nesse contexto identificado a VIVA EXPERIÊNCIAS tem por finalidade ofertar todos esses serviços de forma customizada e totalmente executado por seu pessoal. Uma das estratégias adotada foi à redução (liderança) de custos com determinados serviços. De acordo com todos os dados obtidos na pesquisa, através das entrevistas e simulações que foram feitas obteve-se um VPL positivo > 0 de R\$ 196.884,3550 e também resultados como: ponto de equilíbrio de 52,44%, rentabilidade 3,79% e lucratividade de 22,57 %.

(Conclusão) Levando em consideração que esse mercado é crescente, e essa empresa se enquadra no ramo das que contribuem no desenvolvimento do turismo regional, e na capacidade administrativa de seus sócios, verificou-se que a empresa é viável economicamente, a partir da capacidade de remunerar o capital investido em até 02 anos e 03 meses, sendo na ótica do mercado atual um resultado aceitável. Percebeu-se ainda a contribuição do projeto para o desenvolvimento do turismo e da economia local onde o serviço será prestado.

Plavras-Chave: Negócios, inovação, turismo.

CRÍTICAS E CONTRACRÍTICAS AO PACTO GLOBAL

Autor(es):

Lucélia Maurício de Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Thiago Grande Rodrigues: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) Sendo a Globalização um processo econômico e social que estabelece uma integração entre os países e as pessoas do mundo todo, não podemos fechar os olhos para esse processo que vem ocorrendo de forma acelerada nas últimas décadas. E um dos grandes responsáveis por esse processo são as grandes empresas multinacionais, que lideram o mercado e tendências pelo mundo. Esse crescimento é tamanho, que as 63 mil empresas hoje existentes, produzem cerca de 25% do PIB mundial, além da diversificação nos setores e países, um exemplo hoje é que na década de 1960, 60% das mesmas eram instaladas nos EUA, hoje esse número caiu para 36%. Nesse constante crescimento, as multinacionais conquistaram seu poder político, e com isso, a corrida dos países para que essas empresas permaneçam instaladas é acirrada, uma vez que as mesmas podem trazer inúmeros benefícios (geram renda e tecnologia), para os países onde se encontram instaladas.

(Metodologia) Pacto Global é uma iniciativa proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) para encorajar empresas a adotar políticas de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade. Uma maneira de avaliar o grau de responsabilidade social é averiguar de que forma as empresas signatárias do PG incorporam os princípios acordados na adesão, pelo menos na parte de divulgação e prestação de contas de suas ações. Existem 10 (dez) princípios que são derivados da Declaração Universal de Direitos Humanos, que são: Respeitar e proteger os Direitos Humanos; Impedir violações dos Direitos Humanos; Apoiar a liberdade de associação e o direito à negociação do trabalho coletivo; Abolir o trabalho forçado ou compulsório; Erradicar o trabalho infantil; Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho; Adotar uma abordagem preventiva para os desafios ambientais; Promover a responsabilidade ambiental; Incentivar tecnologias que não agredem o meio ambiente; Combater corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno.

(Resultados) 2.1 Críticas e contracríticas ao Pacto Global Há uma preocupação relacionada ao monitoramento e fiscalização das empresas que participam e também sobre as que não participam do Pacto Global. O ponto principal dessa preocupação é: como averiguar os dados que são emitidos pelas empresas signatárias do PG, se não há um órgão competente? Por ser uma iniciativa voluntária, as empresas que não se “adéquam” ao PG ou que tem problemas relacionados ao mesmo, podem escolher ficar fora dele, assim, não há como torná-las mais responsáveis.

(Conclusão) O engajamento de uma empresa em se inserir nos parâmetros do PG deve servir unicamente para promover a ascensão da mesma, mas deve ser vista como uma forma de ajudar a sociedade em que ela se encontra, a evoluir, através dos benefícios que uma grande multinacional pode proporcionar aqueles indivíduos: geração de renda, tecnologia, sustentabilidade, o desenvolvimento do país. A importância do PG é que ele engaja e alinha as práticas empresariais, através da apresentação anual de relatórios de atividades.

Palavras-Chave: Pacto Global , Globalização, Responsabilidade Social.

DINAMISMO E CARACTERÍSTICAS DO MERCADO IMOBILIÁRIO

Autor(es):

Raul Paulinelli Gomes Novais: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Aluísio Alberto Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) O mercado imobiliário é caracterizado pelo segmento comercial que negocia terrenos, casas e prédios, através da venda ou locação. Envolvendo o trabalho direto de construtoras, incorporadoras, imobiliárias e corretores imobiliários. Este segmento é bastante influente para a economia nacional e representa 8% do PIB do Brasil, cuja perspectiva de crescimento é favorável no Brasil, considerando a expansão da demanda urbana do país. O estudo analisa o dinamismo do mercado imobiliário na cidade de Natal e no estado do Rio Grande do Norte, descrevendo as características que influenciam a demanda e a oferta do segmento, cujos resultados são refletidos nos preços dos imóveis praticados pelo mercado.

(Metodologia) O estudo foi elaborado com base em pesquisa descritiva, bibliográfica, documental e de campo. Aplicada ao mercado imobiliário local. Foram utilizadas informações secundárias coletadas através de relatórios técnicos, dados estatísticos, entrevistas e opiniões de economistas, gestores, incorporadores, construtores e corretores imobiliários da área em questão. Resultados e informações permitiram a análise e formulação de parâmetros enquanto ao progresso econômico e valorização deste segmento.

(Resultados) Após a crise econômica mundial de 2008, clientes estrangeiros e incorporadores diminuíram drasticamente os investimentos no Brasil, fato o qual movimentava bastante a economia norte-rio-grandense, por se tratar de uma região litorânea com características de imóveis de segunda residência. Trazendo a necessidade de expandir os mercados e focar no âmbito regional e nacional, atendendo por sua vez, a demanda da população em moradia de primeira residência. Mediante essa necessidade, os investidores passaram a concentrar seus esforços em construção de grandes empreendimentos no segmento vertical, podendo assim atender esta demanda reprimida. Natal deixou de ser uma cidade com característica de construção horizontal e passou a ser verticalizada. Abriu-se um leque de oportunidades para os bancos, os quais oferecem novas linhas de créditos com facilidade de adesão e taxas mais competitivas, possibilitando ao cliente a compra do primeiro imóvel através do financiamento bancário. Ao falarmos de valor de metro quadrado, Natal está entre as capitais com menor valor, sendo a média entre R\$4500,00 e R\$5000,00, já Brasília por sua vez é a capital mais cara para se investir, com o valor do metro quadrado em torno de R\$9098,00. Investir em imóveis traz uma característica de retorno em longo prazo, contudo Natal se tornou bastante atrativa no quesito de rápido aumento dos preços, principalmente por ser uma cidade a qual sediou a copa do mundo de futebol de 2014, trazendo uma média de valorização de 10,7% a.a. (G1). Este índice tende a variar quando se trata de imóveis novos, podendo valorizar até 20% a.a. Considerando a diversidade de imóveis, a valorização do mercado ocorre de forma atípica. Os apartamentos são mais valorizados nos seus primeiros anos cuja taxa é regressiva à medida que cresce o tempo de vida útil do imóvel. Terrenos, por sua vez, são imóveis de contínua valorização, em toda área da região metropolitana de Natal, considerando o dinamismo de implantação dos investimentos urbanos públicos e privados.

(Conclusão) Dinamismo e volatilidade são palavras às quais descrevem com precisão o mercado imobiliário, em função que este visa atender as necessidades da população, seja ela brasileira ou internacional. Por sua vez tem se mostrado ser sólido e interessante para trabalhar e investir, devido ao seu crescimento anual e movimentação de capital e recursos da economia nacional, havendo ainda espaço para novos profissionais e empresas, estas que desejam iniciar as atividades neste segmento.

Plavras-Chave: Mercado Imobiliário, Crescimento urbano e Investimentos.

ESTRATÉGIA PARA COMPETITIVIDADE: UM ESTUDO EM ALGUMAS ACADEMIAS DE NATAL.

Autor(es):

Daniel Barreto Costa: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Renata Lima de Mesquita: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Talita Monara da Silva Targino: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Natalia Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Patrick Alefy de Miranda França: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN
Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Diante do cenário vivido hoje no mercado competitivo, a alta concorrência é uma das características que vem como consequência dos crescentes avanços tecnológicos e intelectuais. Novos aparelhos de alta tecnologia vêm sendo criados e é evidente que o uso de estratégias altamente inteligentes na estrutura e desenvolvimento empresarial é ponto determinante para o êxito das organizações. Um exemplo de organização que se tornaram destaque nos últimos anos são as academias de ginástica, visto que a população brasileira se torna menos sedentária em busca de beleza e maior qualidade de vida. Com isso é visível o maior investimento nesse setor, propiciando excelentes resultados corporais com o auxílio de profissionais qualificados.

(Metodologia) A realização dessa pesquisa foi baseada cientificamente em duas etapas da pesquisa: bibliográfico e descritivo. Caracteriza-se também como estudo de caso e tem por objetivos: Avaliar a visão estratégica dos gestores das academias pesquisadas em Natal; averiguar as metas de cada academia de acordo com a proposta de pesquisa; e, identificar pontos favoráveis e desfavoráveis das academias estudadas. Foi realizada uma pesquisa com 12 academias em Natal, além de pesquisas bibliográficas em sites, artigos e livros sobre a temática.

(Resultados) A pesquisa foi realizada com gestores de academias e revelou que a maioria deles são formados em Educação Física e Administração, representando respectivamente 50% e 41,7%. Relacionado à experiência, os gestores das academias da Zona Sul foram classificados como mais experientes. Observou-se que 75% das academias entrevistadas estabelecem metas e entre as academias de pequeno porte 83,3% delas estabelecem metas. Tratando-se das estratégias utilizadas de forma a diferenciar as academias estudadas de seus concorrentes no atual mercado competitivo, foi identificado que as academias de grande porte investem no atendimento personalizado, diversidade de modalidades e investimento em estacionamento. As de médio porte, no atendimento e as de pequeno porte no atendimento ao cliente, preço mais em conta, tratamento com seus alunos e acompanhamento com idosos.

(Conclusão) Com os dados adquiridos através da análise feita com as academias pesquisadas, há evidências de que em nível de percentual as academias de pequeno porte são as que mais estabelecem metas e a maior parte dessas academias tem seus gestores/donos com formação em Educação Física. A utilização de planos diferenciados para perfis de clientes se faz presente em 100% nas academias de grande porte, enquanto as de médio e pequeno porte simplesmente não se utilizam desse meio, oferecendo somente planos igualitários. O uso de estratégias de marketing é bem utilizado por todas, porém bastante variadas na preferência e uso dessas organizações; a divulgação de panfletos fica em primeiro lugar, tendo parcerias como menos utilizadas. O que todas possuem em comum a nível estratégico é o investimento no atendimento para garantia de resultados e o que mais as diferem são os valores das mensalidades. Por fim verificou-se que as academias de ginástica as quais foram analisadas, aproveitam a alta procura e os investimentos das pessoas em busca de qualidade de vida e o corpo almejado.

Palavras-Chave: Competitividade; Estratégias; Gestores.

EXPORTAÇÕES NO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Gilmara Adelino de Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Fernando Isaac Melo Santos: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Camilla Ferreira de Brito: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) Esse projeto visa apresentar a evolução das exportações pela a indústria do Rio Grande do Norte, com o objetivo de identificar os principais fatores que contribuíram para impulsionar ou restringir o processo de desenvolvimento no setor de exportação bem como a forma que o mesmo influencia na economia do Estado.

(Metodologia) A metodologia do presente trabalho se divide em três fases distintas: a) A primeira, através de pesquisa de dados e informações a serem obtidas no Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e no IBGE, acerca da pauta de exportações do estado do Rio Grande do Norte, observando os critérios de cronologia, produtos, volume e valor exportado; b) A segunda, através da análise do comportamento e das variações ocorridas na pauta de exportações do estado do Rio Grande do Norte nos últimos 3 (três) anos; c) A terceira, através da análise das tendências do mercado exportador do Rio Grande do Norte para os próximos anos.

(Resultados) Levando em consideração as pesquisas realizadas, obtivemos os seguintes resultados: a) A pauta de exportações do estado apontou que o melão continua como sendo o principal produto exportado sendo o carro-chefe que representou $\frac{1}{4}$, ou seja, cerca de 23,5% do total das exportações; b) No que se refere a análise das variações ocorridas nas exportações no RN nos três últimos anos, a mesma apresentou uma crescente no ramo da fruticultura. Em 2011 foram exportados 83.222 toneladas de frutas, em 2012 o número subiu para 154.358 toneladas e no ano de 2012 foram de 168.701 toneladas de frutas exportadas. Não possuindo espaço suficiente nos navios para comportar os contêineres com as frutas o desenvolvimento do segmento foi prejudicado. c) Por fim, existe uma grande expectativa para até o final de 2014 com relação ao crescimento das exportações no RN, pois até então o Rio Grande do Norte continua apresentando crescimento no setor de exportação e com destaque para alguns setores da economia potiguar. De acordo com os dados divulgados pela Secretaria Estadual do Desenvolvimento Econômico, nos primeiros três meses do ano, o Estado fechou o trimestre com US\$ 96,3 milhões em vendas externas. O crescimento apontado, em comparação ao ano anterior, foi de 17%, superando a média nacional (15,4%) e bem acima a da região Nordeste (12,8%). Espera-se que este numero velha a aumentar, no entanto tudo ira depender de fatores como: as condições climáticas e os investimentos realizados, uma vez que há necessidade de ampliação da capacidade de comportar os contêineres.

(Conclusão) Diante do que vai ser exposto, percebe-se que o mercado de exportação se obtém vantagens em relação aos concorrentes internos. Visto que, diversifica mercados aproveitando melhor sua capacidade instalada, melhora a qualidade dos produtos a serem vendidos, incorpora tecnologia, aumenta sua rentabilidade bem como reduz os custos operacionais.

Plavras-Chave: EXPORTAÇÕES, VARIAÇÕES, RIO GRANDE DO NORTE.

GESTÃO DE COMUNS.

Autor(es):

Cynara Galvão Martins: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Paola Monique Sinedino de Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Daniel de Lima Ramos: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) A comunidade Lagoa de Fora, localizada no município de São Pedro/RN, sofre constantemente com a falta de água na região. Não existe água encanada e sim tubulações prontas para receber a água e distribuir para as casas, mas segundo a CAERN, falta apenas a COSERN efetivar a ligação da energia para as bombas começarem seus trabalhos. Hoje a população recebe água através de um projeto realizado pela prefeitura, onde há distribuição de água frequentemente. Nesse projeto, cada família tem direito a pegar em dias alternados, certa quantidade de água. Há uma variação de fonte de abastecimento de água de cada família: algumas são abastecidas pela prefeitura e outras pelo chafariz, onde pagam uma taxa simbólica. A água recebida é utilizada por todos em casa e utilizada para todos os fins.

(Metodologia) A investigação do problema proposto segue como linha metodológica a Pesquisa Descritiva, através da qual se propõe a resolução de problemas com base na observação, análise e descrições objetivas. O instrumento de pesquisa a ser utilizado é o questionário, no qual os participantes da pesquisa são incentivados a responder 70 variáveis. A partir de uma população de 500 residentes da comunidade de Lagoa de Fora de São Pedro/RN retira-se uma amostra de 70 residentes que formam o público da pesquisa.

(Resultados) No processo de fornecimento da água nas residências, foram investigadas as variáveis: se a água é suficiente para atender a família, se a cisterna recebe água de carro pipa, fonte da água do carro pipa, existência de problemas decorrido da falta de água na região, os principais problemas enfrentados por causa da falta de água, o uso mais frequente da água, onde o indivíduo pega a água que bebe, lava e cozinha, qual a distância percorrida para pegar água antes da cisterna, qual o tempo gasto para pegar a água. Na segunda etapa, que busca analisar o armazenamento da água nas residências, foi investigado se a residência possui caixa-d'água, se existe algum tipo de armazenamento de água para animais ou plantas em casa, como se conserva a água dentro de casa e pra que tanto se usa a água recebida. Na terceira etapa foram investigados os fatores que possam influenciar na qualidade da água como: qual o sabor da água fornecida se existe algum tipo de tratamento domiciliar de água, se faz limpeza periódica da caixa-d'água, de que forma a água é tratada, como a água para beber e utilizada, qual a cor da água fornecida, se os moradores acham que a comunidade poderia fazer algo para conseguir água de melhor qualidade, se a água usada para fins domésticos passa por algum processo de desinfecção e como que frequência e feita essa desinfecção e porque os habitantes não podem ou não querem se ligar a rede pública de água.

(Conclusão) Essa pesquisa teve como objetivo avaliar a qualidade e a frequência do abastecimento da água que chega até essa comunidade, sendo assim, usada somente para fins informativos. Durante a realização do Trabalho de Campo observamos as dificuldades enfrentadas pela população da comunidade, que vai desde o fornecimento, que é feito em 64% pelos carros-pipa, até a distância percorrida pela população quando o mesmo não é suficiente para atender a todos. Através da aplicação de um questionário foi visto que a qualidade da pouca água que chega até eles é de boa qualidade, 99% dos entrevistados responderam que a água é de cor clara, e apenas 1% disse que a água tinha cor amarelada. Quando questionados sobre o sabor, 70% dos entrevistados disseram que a água tinha bom sabor, 27% sabor regular e 3% considerou a água com sabor ruim.

Palavras-Chave: RECURSOS HÍDRICOS, FORNECIMENTO, RIO GRANDE DO NORTE.

IMPACTO DA BALANÇA COMERCIAL NA ECONOMIA

Autor(es):

Cristian Lucas Barbosa: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Andreia Teixeira Alves: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Thennyson Luiz da Silva Campos: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Rafael Guanais Fortes Araujo: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Ana Carolina Lima de Santana: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) Balança comercial é um termo econômico que representa as importações e exportações de bens entre os países, sendo assim uma espécie de “termômetro” da economia, que mostra em que nível de produção o país se encontra. O objetivo do presente artigo é retratar a influência da balança comercial na economia brasileira. Por exportações entende-se todo bem que o país vende para o resto do mundo, enquanto que as importações são todos os bens que o país compra do resto do mundo. Quando a economia passa por um por superávit comercial, as cifras referentes à exportação são maiores do que as cifras relativas à importação de bens e serviços. Quando ocorre o contrário, ou seja, o país importa mais do que exporta, surge o que é chamado de déficit comercial. Quando a economia está em processo de expansão, os seus parceiros comerciais também tendem a ser beneficiados, já que quando se compra mais de um lado devido a uma maior renda, então do outro lado está havendo maior venda. O Brasil se beneficia com a entrada do dólar, pelo fato do real possuir um valor inferior a ele. A atração da moeda estrangeira traz vantagens para o país exportador e gera empregos para a população, além disso, os produtores nacionais e a economia em geral têm maiores recursos para realizar e desenvolver novas atividades, fato que tem como consequência o desenvolvimento e o incentivo da economia nacional. Diante do exposto temos como problemática o impacto da balança comercial sobre atividade macroeconômica.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi do tipo descritivo, documental e explicativo, baseado em documentos oficiais do Banco Central e do ADVFN Brasil (Portal de investimento em ações da bolsa de valores do Brasil com cotações da BOVESPA e BM&F).

(Resultados) A balança comercial mensura a variação da correlação entre importação e exportação, onde a exportação influencia na quantidade de dólares do país, já que ao vender para o comércio exterior as empresas recebem em dólares e vendem para os bancos, assim quanto maior a inserção de dólar no país maior o valor do real. A dificuldade da exportação é a existência de muitos fatores externos que influenciam em ter ou não um bom desempenho, como a própria economia mundial e os países que consomem commodities sendo em sua maioria os principais produtos exportados pelo Brasil, diferente da importação que depende de fatores internos. De acordo com o portal de investimento em ações da bolsa de valores do Brasil, nos últimos 10 anos, de 2000 a 2008 a balança comercial apresentou uma evolução superavitária, já de 2009 a 2013 houve um decréscimo no saldo, chegando a um déficit de 6,071 bilhões de dólares no primeiro trimestre de 2014.

(Conclusão) Portanto, podemos observar que a balança comercial apresentou uma trajetória declinante e para vários analistas e formadores da política econômica o maior responsável por esse fraco desempenho foi à taxa de câmbio. Sendo apresentado como possíveis soluções para reverter o saldo negativo na balança e para aumentar a exportação, tem-se: a depreciação do real, maior incentivo do governo para aumentar a produtividade (já que em sua maioria o Brasil exporta commodities) e reduzir ainda mais a tributação.

Palavras-Chave: Balança comercial. Câmbio. Economia.

INCORPORAÇÃO, CISÃO E FUSÃO NAS SOCIEDADES EMPRESARIAIS.

Autor(es):

Filipe Medeiros de Miranda: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Emanuel de Oliveira Gonçalves: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Nerthz Josué Costa: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) A globalização que atinge o mundo dos negócios e o avanço tecnológico, aliado a uma competitividade atual dos mercados obriga as empresas a evoluírem sob o risco de se tornarem frágeis de modo que possam deixar de continuar suas atividades em função da concorrência, o qual não se restringe nos seus mercados nacionais, já que as transnacionais se desenvolvem em larga escala, originando novas sociedades e modificando toda a cadeia envolvida nesse processo. Portanto, as empresas têm buscado métodos como a incorporação de concorrentes inferiores, a fusão de duas sociedades, em outros casos, a divisão do capital da empresa em vista da pluralidade, menor quantidade de encargos, melhor organização, além de outros fatores.

(Metodologia) Para o levantamento dos principais conceitos associados ao tema central do estudo foram avaliadas etapas que levam para o acontecimento de cada um dos processos, tais como, benefícios fiscais, organização de processos e aumento de competitividade da organização. Em seguida, foi realizada uma pesquisa de acordo com as leis federais para observar as informações necessárias para realizar a atividade. Dando continuidade à pesquisa, foram utilizados materiais bibliográficos extraídos de sites e monografias sintonizando a abordagem em sala com as informações obtidas. Posteriormente, foram desenvolvidos entendimentos com amplitude no que foi pesquisado e nos mostrando a real motivação para tais procedimentos. A partir da interpretação dos textos foi possível diagnosticar as virtudes e problemas desses mecanismos, sendo certo que a leitura e análise dos artigos extraídos permitem uma explicação mais profunda sobre os resultados encontrados.

(Resultados) Tais atividades que estudamos, ou seja, a cisão, fusão e incorporação, acabam por refletir na economia brasileira, por trazer reflexos ao sistema concorrencial. A cisão ou fusão de sociedades dependerá de aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), caso possuam 20% ou mais de mercado relevante daquele ramo. Os procedimentos legalmente previstos para a fusão são os mesmos da incorporação, os quais estão contemplados nos artigos 223 a 224 da Lei 6.404/1976.

(Conclusão) Podemos concluir dando destaque a pouca gama de trabalhos e monografias que enfatizam o assunto aqui trabalhado. Este ramo do direito pouco estudado, aliado a frequente utilização nos últimos períodos de tais métodos de reorganização societária nos motivou para tal abordagem. Entretanto, o que se pode mencionar é que tais operações possuem a finalidade especificamente econômica, a qual pode ser pelo aumento da competitividade de mercado, diminuição de custos operacionais ou redução da carga tributária. Pode-se dizer que na maioria dos casos, as grandes organizações econômicas tomam conta das cadeias produtivas, promovendo uma concentração de poder econômico. Por fim, na tomada de decisão para promover a reorganização societária, seja através de fusão, cisão e incorporação, necessita-se alertar para a legislação societária e fiscal para que não aconteça nenhuma desconsideração do ato ou negócio jurídico, contribuindo assim para o crescimento da economia do país.

Plavras-Chave: economia, reorganização tributária, benefícios fiscais, mercado.

INSEGURANÇA GERANDO DESCONFORTO

Autor(es):

Eduardo Augusto Chianca Dourado Lemos: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Lucas Freitas e Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

ERIVAN BARBOSA NETO: Discente do curso de Administração do UNI-RN

André Lindbergh Cunha: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN

Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Sabendo que a violência é um comportamento que causa intencionalmente danos morais a outros seres humanos por vários fatores como por EX.: As pessoas que as praticam, muitas vezes não tem uma base educacional, pelo preconceito gerado pela sociedade e a maioria das vezes pelas próprias pessoas que regem nosso país, não cumprindo com excelência o Art. 6º do livro da constituição da República Federativa do Brasil que diz: Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança. Com base nesse conhecimento podemos ver que a insegurança gera um enorme desconforto na sociedade brasileira, e que isso se dá por meio de uma série de fatores que antecedem o ato da violência, que se controlados vão com certeza trazer melhorias para o país.

(Metodologia) Esse trabalho está baseado cientificamente em três tipos de pesquisas: Bibliografia, Descritiva e exploratória. E tem por objetivo identificar fatores qualitativos e quantitativos da insegurança da sociedade; demonstrar através de efeitos de correlações as diferenças em termos de resultados com a realidade da insegurança e segurança governamental e segurança privada. Para isso, foram utilizados como fontes primárias os dados estatísticos oficiais publicados, além das obras do autor Loic Wacquant (2011), bares e restaurantes da região sul de Natal.

(Resultados) Na região sul de Natal, a maioria das pessoas que frequentam bares e restaurantes já foram assaltadas e já sofreram ameaças, e a média de idade entre elas, a maioria das pessoas é adulta com qualidade de vida bastante diferenciada, por conta que na região sul, os bares e restaurante possuem clientes de alto padrão de vida e se torna mais fáceis de serem assaltadas. Com 65% das pessoas entrevistadas nos bares e restaurantes, todas elas já foram assaltadas e ameaçadas, com 35% não sofreram nenhum tipo de ameaça ou assalto. O comportamento criminoso é medido, porém não explicado e muito menos justificado por dados estatístico de crime contra vida, no trimestre de 2013 as ocorrências se distribuíram em região, e foi praticado em diferentes municípios, Natal bate o recorde de violência no Rio Grande Do Norte, com 154 ocorrências, totalizando em 264 crimes de violência no RN e lutar contra o crime é cada vez mais desigual.

(Conclusão) Os dados apresentados ao longo da pesquisa comprovam que na região sul de Natal, as pessoas estão mais expostas a assaltos por toda cidade, traumatizando essas pessoas e deixando cada vez mais suas diversões em últimos planos por conta da violência. Então muitos locais estão investindo em segurança privada, do que a própria segurança pública que não esta tomando de conta, principalmente na região sul que abrange bastante acúmulo de pessoas centralizada no mesmo canto, e se torna mais fáceis para a bandidagem, com isso a insegurança gera muito desconforto na sociedade. Podendo se revertido com mais qualificação para a segurança, trazendo novos recursos para a policia, e assim gerando mais conforto para a sociedade da cidade de Natal em toda região, principalmente na região Sul.

Palavras-Chave: Insegurança na vida noturna, reverter o sistema de segurança, gerar conforto de segurança para sociedade

MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO ALIMENTÍCIO: O CASO DA EMPRESA PRODUTOS LUCENA LTDA.

Autor(es):

Mariana Guimarães Manoel: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Gisely Santos de Souza: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Dayvid Carlos Monteiro Bezerra dos Santos: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Laura Vasconcelos Simonetti: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Felipe Viana Marcelino: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) Modelagem de negócio funciona como uma das principais ferramentas na geração de valor para a organização e seus stakeholders. Mudanças envolvendo o consumidor e a forma de fazer negócio exigem agilidade e uma visão global que alcance todos os elementos integrantes do negócio, como mercado, consumidor e produto. A construção do valor, assim como o desenvolvimento de novos negócios, são estratégias visionárias que reposicionam as empresas no mercado atual. A implantação dessa nova metodologia à realidade do mercado natalense, o qual se mostra favorável a este ramo de atividade, proporciona o desenvolvimento de uma proposta de reestruturação para a empresa Produtos Lucena Ltda. Esta que ao longo de sua existência não obteve crescimento compatível com as oportunidades do mercado, por ser uma empresa conservadora, resistente a mudanças, como ao uso de planejamento administrativo, controle contábil, gestão de estoques e marketing. Objetiva-se diagnosticar através da ferramenta Canvas possíveis deficiências, a fim de otimizar todo o processo que constitui a empresa, oferecendo uma reestruturação ampla.

(Metodologia) Realizou-se um estudo exploratório-descritivo, bem como estudo de caso. Para a fonte dos dados, utilizou-se a pesquisa documental em artigos publicados em sites da Internet, e roteiro de entrevista que foi aplicado ao gestor geral, visando a reestruturação da empresa Produtos Lucena Ltda. Para a análise, trabalhou-se com uma abordagem qualitativa e quantitativa por meio da ferramenta CANVAS (Osterwalder, 2009), visando a agregação de valor para a empresa.

(Resultados) O mercado de castanhas de caju no RN mostra-se promissor, possibilitando ao investidor uma margem de lucro de 15% a 20% sobre o produto-chave. Em Natal a castanha é conhecida como ouro branco, por se caracterizar como matéria-prima escassa e valiosa. A empresa, vem dominando o mercado há 20 anos, chegando a vender 20 mil kg de castanhas de variados tipos mensalmente e 1,5 milhão de quilo da castanha in natura por ano, possuindo um estoque avaliado em R\$ 3 milhões. Apesar dos grandes números apresentados, ela se mostra arreada a investimentos que proporcionariam crescimento, tanto econômico quanto ao valor de mercado. O proprietário possui planos de expansão, como a abertura de mais cinco lojas no Nordeste, porém tal expectativa vem sendo prejudicada pela ausência de um modelo de negócio que ofereça planejamento, organização e controle de todos os processos. Identifica-se a total falta de medidas básicas administrativas no que diz respeito ao controle informatizado das receitas e despesas, a ausência de gestão de estoque, bem como espaço físico inadequado para o armazenamento da matéria-prima, a baixa divulgação dos produtos e dos pontos de venda.

(Conclusão) Observou-se que a empresa encontra-se estagnada, sem gerar valor, tanto aos proprietários como ao mercado e seus consumidores, exigindo uma intervenção rápida e eficiente, a fim de integrar todos os processos existentes, maximizando o alcance dos seus produtos através de planejamento administrativo, controle contábil e ferramentas de marketing. É necessária uma reestruturação dos setores e das atividades, como o de estoque e a formação de parcerias para revenda dos produtos. Tais mudanças propõem a diversificação, expansão, organização e controle de toda a empresa, possibilitando sua ascensão no mercado, bem como confirmando sua predominância quanto aos concorrentes, além de maior conhecimento da sua realidade financeira, de suas metas, tal como possibilidades de crescimento.

Palavras-Chave: Reestruturação, Canvas, crescimento.

MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO DE CONDICIONAMENTO FÍSICO - ESTUDO DE CASO: ACADEMIA PIQUE FITNESS

Autor(es):

Cristian Lucas Barbosa: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Andreia Teixeira Alves: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Thennyson Luiz da Silva Campos: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Rafael Guanais Fortes Araujo: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Ana Carolina Lima de Santana: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) Evidências científicas tem demonstrado, cada vez mais, que o hábito da prática de atividade física, se constitui como um dos instrumentos fundamentais em programas voltados a promoção da saúde, proporcionando melhoria da eficiência do metabolismo, com conseqüente diminuição da gordura corporal. Diante da atual preocupação da sociedade por uma qualidade de vida melhor, as pessoas procuram academias que se assemelham a lugares familiares e aconchegantes e para isso necessitam de um ambiente que atendam as expectativas desejadas, além de propiciar a modelagem do corpo nada melhor que um local de qualidade. O presente trabalho tem como objetivo principal elaborar uma reestruturação na academia Pique Fitness através do instrumento CANVAS, proporcionando um aprofundamento da própria empresa identificando suas forças e fraquezas para oferecer um serviço de qualidade a seus clientes.

(Metodologia) A pesquisa classifica-se como descritiva e exploratória, bem como um estudo de caso realizado na academia Pique Fitness mediante uma entrevista com o dono da academia. A análise foi realizada utilizando a ferramenta CANVAS (OSTERWALDER, 2009), que se divide em nove blocos: segmentos de clientes, proposições de valor, canais, relacionamento com clientes, fontes de receitas, recursos chave, atividades chave, parceiros chave e estrutura de custos.

(Resultados) Verificou-se existir uma falta de planejamento na área de marketing, no qual a empresa teve poucos investimentos que são necessários para uma divulgação da academia de forma mais efetiva, fazendo com que a mesma não tenha uma grande visibilidade no mercado e mantendo apenas os seus clientes atuais. Apesar de ter segmentado corretamente seu público, existe uma dificuldade na comunicação que não consegue atingir pessoas que são potenciais prospectes. Diante disso, apesar de já possuir meios de comunicação realizados através das redes sociais, ainda não se tornou eficiente na sua divulgação. Entretanto, dentro de sua estrutura interna a publicidade funciona de forma eficaz, com informativos e comunicados expostos em quadros de avisos, cartazes, banners, comunicação oral reforçado pelos funcionários e via e-mail para os clientes. O problema se encontra na comunicação externa, pois não é realizada nenhuma divulgação para atrair mais clientes fiéis que realmente se encaixam no seu público-alvo. Desta forma, foram identificados três meios de divulgação para melhorar a área: outdoor, propaganda televisiva e rádio. Visto a capacidade financeira da academia e área geográfica que seu público alvo se encontra, é sugerida a utilização de outdoors localizados em áreas mais movimentadas para expor e reforçar o serviço prestado, facilitando a visão dos possíveis clientes diante da propaganda.

(Conclusão) Diante da modelagem de negócio, foi proporcionada uma maior efetividade nas ações de divulgação da empresa, direcionando para seu público alvo e maximizando o retorno sobre o investimento na área de publicidade.

Palavras-Chave: Academia. Canvas. Negócio.

MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO DE INTERCÂMBIOS: SCOOOL, A AGÊNCIA ONLINE DE INTERCÂMBIO.

Autor(es):

Renato Cleidío Souza de Araújo Pereira: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Filipe Medeiros de Miranda: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Débora Carvalho Ferreira de Melo: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Marcelo Tavares Afonso Fonseca: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Emanuel de Oliveira Gonçalves: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) Na atualidade tudo acontece de forma tão rápida e dinâmica que se observa um grande aumento do consumo de serviços no que diz respeito ao mercado de intercâmbios. Nesse contexto nota-se a real necessidade de buscar tal serviço para suprir a necessidade dessa demanda gerada por consumidores torna se importante a existência de empresas capazes de ofertar esse serviço gerando lucro e empregos diretos e indiretos, fortalecendo a economia e contribuindo para crescimento do mercado em que se está estabelecida. Partindo desse ponto de vista, surgiu o interesse pela modelagem de uma empresa classificada como Scool Agência de Intercâmbio para trabalhar com serviços, os quais são os intercâmbios escolares e culturais. Para isso, a pesquisa pretende mostrar de forma sistêmica, integrada, rápida e visual o modelo de negócio escolhido e como funciona uma empresa de intercâmbio online baseada em uma plataforma digital. O objetivo da Scool é ofertar intercâmbios para pessoas de ambos os sexos e de todas as faixas etárias, sem restrição de renda familiar, devido ao baixo custo de seus programas.

(Metodologia) A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, bem como o estudo de caso. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se de uma entrevista estruturada e focada nos objetivos propostos, com os gestores da Scool Agencia de Intercâmbio, além de pesquisas documentais sites do ramo e notícias divulgadas sobre o mercado de turismo e intercâmbio. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa e quantitativa, com o uso de uma ferramenta de modelagem de negócio, Business Model Canvas (BMC) do Osterwalder (2009).

(Resultados) O mercado de intercâmbios ainda está muito carente de inovações. Observou-se que a empresa pesquisada, possui uma abordagem inovadora que consiste em ser uma plataforma digital, não utilizando os processos comuns de uma agência de intercâmbio. A Scool se propõe a realizar um trabalho inovador tendo um tratamento diferenciado com seus clientes e afiliados, fomentando com eles uma parceria para agregar valor ao negócio, fazendo com que encarem a empresa como sendo o intermediário ideal para o sucesso do serviço. Essa atividade permite que cada cliente tenha um tratamento de acordo com sua necessidade, condição financeira e requisitos linguísticos obrigatórios, assim como para o agente afiliado, o qual pode obter retorno financeiro para cada indicação concretizada. Com a introdução deste sistema de customização para o cliente e parceria com o afiliado, a empresa ampliaria seu mercado, networking e know-how físico, capazes suficientes para suportar uma nova demanda. Tudo isso pode ser feito com o reinvestimento de 30% de toda receita obtida pela empresa.

(Conclusão) De acordo com todos os dados obtidos na pesquisa através da entrevista e da modelagem realizada, pode-se inferir que esse conceito inovador é o fator preponderante para o aumento a participação de mercado da Scool no seu segmento. Levando em consideração que esse nicho é crescente, e essa empresa não se enquadra no ramo das empresas que possuem ambientes físicos, os quais em diversas vezes inibem determinados clientes, além da economia de custos com colaboradores, predial e outros, e na capacidade administrativa de seus sócios, pode-se concluir que a empresa é viável economicamente.

Plavras-Chave: modelagem de negócio, intercâmbio, plataforma digital.

MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO DE PLANO DE SAÚDE ANIMAL: O CASO DA PETSAN.

Autor(es):

Karol Hellen Dias Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Allison Raphael Batista: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Maria Cristina Ferreira de Freitas: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Kátia Natana dos Santos Fonseca: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) Ideias são possibilidades de negócios, que não necessariamente precisam ser únicas, e vão desde pequenos negócios até investimentos mais vultosos. Todas as ideias devem partir de uma necessidade encontrada no mercado e precisam ser testadas e validadas. O trabalho em questão tem o objetivo que apresenta um modelo de negócios criado a partir da identificação de uma necessidade do mercado em questão, onde se notou a necessidade constante de cuidados com a saúde de seus pet's.

(Metodologia) A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, bem como pesquisa de campo, por ter sido feita em três empresas do ramo de interesse. Como instrumento de coleta de dados, utilizaram-se entrevistas estruturadas e focadas nos objetivos propostos, com as seguintes empresas do ramo: Amigo Bicho, Policlínica e Hospital Veterinário, além de pesquisas na internet. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa com o uso de uma ferramenta de modelagem de negócio, Business Model Canvas (BMC) do Osterwalder (2009).

(Resultados) A princípio, o segmento de clientes será as pessoas que possuem cachorros ou gatos e tenham o interesse de pagar por um plano de saúde para os mesmos, em contrapartida a empresa vai atuar dando um suporte para os momentos em que os animais estiverem doentes, com atos preventivos, como a aplicação de vacinas e com consultas periódicas. A empresa conta com um departamento de telemarketing que irá atuar marcando consultas e exames e dando informações a respeito do plano, e ainda terá um site que fornece informações a respeito dos serviços. A PETSAN atua encaminhando os pacientes para as clínicas especializadas e sua receita vem através do pagamento mensal dos responsáveis pelos animais que venham necessitar dos serviços prestados. Para isso, os recursos da empresa serão sua equipe e seus parceiros. A atividade da PETSAN será basicamente a intermediação da relação paciente-veterinário, e seus parceiros serão os consultórios e clínicas veterinárias, veterinários credenciados (que atenderá individualmente sem convênios com clínicas) os laboratórios de medicamentos, empresas de ração (para os casos de internação mediante a necessidade de alimentação especial) e clínicas de radiologia (que é um serviço prestado a parte). E por fim, os custos da empresa será manter a sede fixa, com despesas como aluguel, energia, água, telefone, internet; ações de marketing (panfletagem, e mídia); pagar o salário dos funcionários e pagar o valor negociado com as clínicas e com os profissionais que atenderão particularmente. A PETSAN oferecerá a seus clientes dois tipos de planos, um mais simples, no qual possui um valor mais acessível com atendimentos básicos, e outro mais completo, que terá um valor mais elevado, por oferecer uma gama maior de serviços com menores ou nenhum tempo de carência.

(Conclusão) A PETSAN será a primeira empresa de plano de saúde animal a atuar no nordeste, por esta razão será pioneira e provavelmente liderará o mercado. Pensa-se em atender outros tipos de animais, porém são planos futuros que necessitam de outra análise específica no mercado.

Palavras-Chave: Canvas, Plano de saúde animal, Inovação.

MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO DE PRODUTOS DE TECNOLOGIA: PAGUE COM SEGURANÇA

Autor(es):

Jéssyka Mayara dos Santos: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Maria Marlúcia Sales: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Andréia Lopes de Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Patricia Gonçalves Leite de Almeida: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Nerthz Josué Costa: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) O avanço tecnológico da informação acontece de maneira rápida e se modifica ao longo do tempo. Um desses avanços é a modernização na forma de pagamento. Antes realizado apenas através de dinheiro ou cheques, atualmente, a maneira mais utilizada para pagamento é com o cartão de crédito. Com o intuito de facilitar a vida do cliente, evitando a burocracia e a insegurança de andar com dinheiro em espécie e /ou realizar compras via internet. Propõe-se como objetivo geral da pesquisa, modelar uma inovação tecnológica a partir do uso da biometria, para assegurar as transações comerciais. Essa novidade é direcionada principalmente para os profissionais autônomos e liberais, que não disponibilizam de outros recursos e para clientes com receios de realizar transações financeiras como inserir senhas dos cartões para efetuar uma compra.

(Metodologia) A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, bem como estudo de caso, onde foi feito o levantamento de dados por meio de estudo documentado em site da empresa para mostrar o nível de insegurança dos usuários por meio do pagamento na internet utilizando senha. Para a análise dos dados, utilizou-se abordagem qualitativa e quantitativa, com o uso de uma ferramenta de modelagem de negócio: Business Model Canvas (BMC) de autoria do Osterwalder (2009).

(Resultados) Na atualidade, em um mundo globalizado, é necessário acompanhar as inovações da tecnologia para garantir o sucesso de uma empresa, atendendo às necessidades dos clientes com qualidade e eficácia. Pensando nisso, a modelagem da empresa Pag Pop se propõe desenvolver um sistema de pagamento por meio da biometria, trazendo mudanças e inovações para a segurança do cliente, haja vista que é disponibilizado de forma integrada com as administradoras de cartões de créditos. Para aqueles que não possuem a biometria cadastrada, deverá ser realizado o cadastro no banco correspondente, pois qualquer usuário de cartão de crédito poderá fazer uso dessa ferramenta, incluindo os profissionais autônomos e liberais. Para que o serviço esteja disponível, basta fazer um simples cadastro no site, no qual será cobrada uma taxa mensal de R\$ 19,90. Além de ter acesso a redes wi-fi ou aparelhos SmartPhones com tecnologia 3G e 4G para utilização do serviço com toda segurança, no qual o sucesso é garantido.

(Conclusão) Portanto os profissionais que fizerem uso dessa ferramenta inovadora terão uma opção a mais para ofertar aos seus clientes, que se sentirão mais seguros em efetuar seus pagamentos, tendo em vista o receio de registrar os dados bancários em aparelhos desconhecidos que algumas pessoas têm e, na qual a biometria trará mais segurança. A facilidade de atender os consumidores, em qualquer que seja a situação ou o local, e a rapidez no atendimento serão um fator gerador positivo de receita e satisfação. Devido a limitação de empresas concorrentes, o projeto torna-se viável.

Plavras-Chave: Inovação Tecnológica, Biometria, Segurança.

O IMPACTO DO PRÓ-SERTÃO NA ECONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Andréia Lopes de Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Pró-Sertão é um programa de interiorização da indústria no Estado do Rio Grande do Norte, com o objetivo de estimular o empreendedorismo local, mudando a mentalidade do empresário e a realidade do interior. É um programa criado pelo Governo do Estado em parceria com a Guararapes, Hering, como também o SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e pequenas empresas do Rio Grande do Norte), FIERN (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). Diante desse contexto a pesquisa tem como objetivo geral analisar o programa Pró-sertão de facção da indústria têxtil no Rio Grande do Norte e respectivo impacto socioeconômico. A pesquisa torna-se de grande relevância, pois o programa esta inserido diante do contexto na busca de novas estratégias econômicas e empresariais voltadas para o crescimento da produção têxtil, aumento do nível de renda, emprego e da força de trabalho no Estado.

(Metodologia) A pesquisa é desenvolvida por meio de abordagens quantitativas e qualitativas em pesquisas bibliográficas e documental cedidos pela FIERN (Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte), SEBRAE (Sistema de apoio aos Empresários do Rio Grande do Norte), SEDEC (Secretaria de Desenvolvimento Econômico), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial); como também coleta de dados nas empresas já inseridas no programa.

(Resultados) Atualmente são 32 confecções em funcionamento em vários municípios do Estado; foram gerados 1.180 empregos, pois cada empresa gera em torno de 27 a 30 vagas; o programa pretende implantar mais de 360 facções no Estado do Rio Grande do Norte que tem como meta gerar mais de 20.000 empregos diretos. O município de Parelhas está organizado e participa junto aos empresários do município das reuniões e capacitações provenientes ao programa; espera-se que 12 facções sejam instaladas no município, também foi iniciado no município um projeto de capacitação em massa oferecendo a oportunidade de capacitação de 300 pessoas, pois em consequência desse avanço é necessário à qualificação da mão de obra de costureiras e mecânica. O SENAI é quem disponibiliza esses cursos para as facções, qualifica os trabalhadores, na maioria jovens sem perspectivas de emprego na região, onde os únicos recursos são as prefeituras, exploração mineral e cerâmica. O IFRN (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte) em Caicó que já tem o curso Técnico em Vestuário, porém com o aumento da demanda e a necessidade de qualificar os jovens da região do Seridó o IFRN criou o curso de Técnico Têxtil. Para essas facções estão sendo capacitadas 168 pessoas, sendo 150 para Costura Industrial e 18 para Mecânica de Maquinas de Costura.

(Conclusão) O programa Pró-Sertão esta sendo um grande gerador de emprego e renda para o Rio Grande do Norte em especial para a região do Seridó, onde as facções estão instaladas; é um dos impactos na economia é o aumento do empreendedorismo, pois são pessoas que já tinham uma habilidade para a confecção, mas não tinham como iniciar sua microempresa e com o programa conseguiram dar inicio. Por esse fato o programa torna-se viável, pois são novos empreendedores gerando mais desenvolvimento dentro vista que a maioria mesmo sendo de pequeno porte consegue ter acesso a novos mercados por meio da parceria com as empresas Guararapes e Hering.

Palavras-Chave: Pró-Sertão. Empreendedorismo. Gestão

O MARKETING DIGITAL COMO POTENCIALIZADOR DE VENDAS NO MERCADO DE PLANOS DE SAÚDE: O CASO DA EMPRESA VIDA CORRETORA DE SAÚDE

Autor(es):

Ewerton Guedes da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN
João Vítor Lima de Carvalho: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Filipe Santo Netto: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Marlos Confessor Fialho: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN
Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Por influência da globalização e do avanço da tecnologia, o mercado conta hoje com um consumidor cada vez mais exigente, com novas necessidades e movido não só por seus desejos, mas também pelos seus valores. Além das mudanças no perfil do consumidor, essa constante evolução interfere diretamente no cenário macro e microeconômico, refletindo no mercado e consequentemente na formulação de preços, demanda, concorrência e outras variáveis. Esses são fatores que tornam o mundo organizacional cada vez mais competitivo e exigem que o empresário crie a sua identidade no mercado, buscando novas ferramentas para satisfazer os seus clientes, superar as adversidades e sobressair entre os seus concorrentes, independentemente do ramo de atuação. Um exemplo dessa situação é o ramo de saúde complementar brasileiro, mais precisamente a venda de planos de saúde, em que é possível observar com clareza as consequências dos fatos citados. Diante dessa problemática e com a disseminação da internet em todas as camadas da sociedade, foi visto o marketing e o marketing aplicado em ambiente virtual (Marketing Digital) como ferramentas para a criação de uma vantagem competitiva, otimização de resultados e a possibilidade de acompanhar essas mudanças de forma vantajosa. A partir de uma corretora “Vida Corretora de Saúde” que tem inovado as suas estratégias de venda, baseando-se em conceitos de marketing e motivada pela observação de falhas na concorrência, e assim, atuando positivamente em meio essas dificuldades, desenvolveu-se o estudo. Com base nessa problemática os objetivos seguiram a fim de mostrar o marketing digital como potencializador de vendas.

(Metodologia) A pesquisa foi realizada com base nos dados disponibilizados pela corretora, através de um estudo de caso, que teve como finalidade a compreensão do mercado em que está inserida, sua evolução, o cenário atual, as dificuldades, crises, consumidores, além da atuação da empresa mediante os fatos e as suas estratégias de venda. Alinhado a isso foram feitas pesquisas bibliográficas em artigos, livros e revistas.

(Resultados) No ano de 2009, com a implantação do marketing digital, a empresa “Vida” registrou um aumento de 69,9% no número de vendas. Observou-se ainda que nos últimos anos para corretoras de planos de saúde sofreu um decréscimo devido a vários ataques ocasionados pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar). Esse excesso de burocracia não fragilizou a vida corretora de saúde. Pode-se dizer que essa corretora seguiu caminhos estratégicos para sobreviver a esse conturbado ambiente de vendas, aperfeiçoando a cada ano suas estratégias no marketing digital. Estimasse que no final do ano de 2014 a vida corretora de saúde obtenha um crescimento de aproximadamente de 49% no lucro comparado ao ano inicial dessa nova estratégia.

(Conclusão) O marketing digital permite que as micro e pequenas empresas possam competir de igual para igual com as grandes empresas, a partir de investimentos menores em relação aos meios mais tradicionais de atuação. Concluiu-se que, a atuação da empresa na internet alcançou um público insatisfeito com os métodos mais populares de venda, tornando os processos mais claros, práticos e interativos. Diante do sucesso dessas estratégias e do ocorrente crescimento, a empresa passou a concentrar a maior parte das suas atividades no ambiente virtual, um ambiente que contribui para a disseminação da marca no mercado e possibilita uma maior interação entre a empresa e o funcionário, reduzindo assim os riscos consequentes de um mau atendimento – com a impessoalidade e da fácil criação de um padrão, dando agilidade e credibilidade as transações. Tudo isso sem limitação de horário. Além dos benefícios do marketing digital, se percebe a capacidade do marketing em aperfeiçoar os processos de desenvolvimento de um produto, desde a sua criação até sua distribuição.

Palavras-Chave: Estratégias de marketing; Marketing digital; Planos de saúde; Vida corretora de saúde.

O TRABALHO TERCEIRIZADO E AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Autor(es):

Giulliany Rocha Freire Fernandes de Oliveira : Discente do curso de Administração do UNI-RN

Lemuel Silva de Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Nielson Rodrigo Guimarães de Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Mandalu Michael Jackson Olegário de Farias: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Josafá Apolinário do Nascimento : Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN

Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O impacto das relações interpessoais no ambiente de trabalho foi o foco de diversas pesquisas desde o século passado. Tais pesquisas apresentaram resultados significativos sobre produtividade versus relações interpessoais, além da influencia do fator psicológico dos trabalhadores nos resultados da produção. No que condiz a terceirização, a mesma resultou como consequência da globalização onde as organizações se veem precisando desenvolver sempre melhorias em seus serviços devido a concorrência do mercado. Assim, terceirizar suas atividades-meio e atividades-fim foi a alternativa para que fosse mantido o foco no objetivo maior enquanto tais atividades eram transferidas a outra empresa que possuísse especialização na realização dessas atividades. Em algumas empresas terceirizadas, nota-se que o trabalhador se relaciona por vezes, com diversos grupos diferentes uma vez que além de trabalhar para a empresa terceirizada presta igual serviço a empresa contratante.

(Metodologia) O objetivo dessa pesquisa foi conhecer como se desenvolvem as relações interpessoais no ambiente terceirizado, a partir da compreensão sobre o trabalho terceirizado e sobre relações humanas no trabalho. Foi realizada para este estudo, pesquisa bibliográfica em livros e teses que apresentam conhecimento a respeito do serviço terceirizado e seu funcionamento como também a respeito das relações humanas no ambiente de trabalho. E para compreender as relações de forma prática, foi realizada uma pesquisa de campo em uma empresa terceirizada, a qual determinado grupo de funcionários foram submetidos a um questionário de clima organizacional focado nas relações dos funcionários entre si, com seus gestores e em relação ao ambiente da organização a qual presta serviço.

(Resultados) O questionário foi aplicado a 11 funcionários da empresa terceirizada, que representa 47% do total de funcionários que prestam serviço a entidade. Onde 72% são do sexo masculino, 54% estão entre 21 e 30 anos, 63% são solteiros, 54% concluíram o ensino médio, 90% trabalham para a empresa a mais de um ano e 46% se relacionam somente com os terceirizados. Verificamos que quando questionados sobre as relações que possuem dentro da instituição afora os próprios funcionários da terceirizada, os entrevistados que possuem relação com todos os grupos citados na pesquisa (terceirizados, alunos, professores) se mostraram bastantes insatisfeitos de modo geral, em contrapartida os que se relacionam somente com os terceirizados se mostraram bastante satisfeitos. As questões sobre a relação com o gestor imediato os homens se mostraram mais insatisfeitos que as mulheres, e essa insatisfação também foi constatada com relação a carga horária e distribuição do trabalho. Sobre o relacionamento com a equipe e o ambiente de trabalho, a média obtida demonstrou satisfação.

(Conclusão) Podemos concluir com base nessa pesquisa que as relações mais abrangentes acabam influenciando diretamente na satisfação com o trabalho, revelando dessa forma uma característica das relações interpessoais dos trabalhadores terceirizados. Essa característica em particular deve ser avaliada pelos gestores da empresa de forma que os mesmos possam compreender e criar alternativas para que seus funcionários obtenham mais satisfação com o trabalho e assim alcançar os objetivos da empresa.

Plavras-Chave: Terceirização; Relações Interpessoais; Satisfação

PIB E IDH DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Cynara Galvão Martins: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Paola Monique Sinedino de Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Daniel de Lima Ramos: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A elaboração do IDH tem como objetivo oferecer um contraponto a outro indicador, o Produto Interno Bruto (PIB), e parte do pressuposto que para dimensionar o avanço não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

(Metodologia) A metodologia de cálculo do IDH envolve a transformação destas três dimensões em índices de longevidade, educação e renda, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região. O PIB brasileiro é calculado desde a década de 40. Primeiro pela Fundação Getúlio Vargas, depois pelo IBGE. Obviamente, durante todo esse período, os parâmetros para o cálculo foram mudando, assim como a dinâmica econômica não só brasileira, mas de todo o mundo capitalista.

(Resultados) Mostrar de uma maneira clara e objetiva os resultados encontrados. A cada ano o país tem conseguido elevar o seu PIB e IDH, fatores como o aumento da expectativa de vida da população brasileira e da taxa de alfabetização são os principais responsáveis por esse progresso. - Grau de escolaridade: média de anos de estudo da população adulta e expectativa de vida escolar, ou tempo que uma criança ficará matriculada; - Renda: Renda Nacional Bruta (RNB) per capita, baseada na paridade de poder de compra dos habitantes. Esse item tinha por base o PIB (Produto Interno Bruto) per capita, no entanto, a partir de 2010, ele foi substituído pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita, que avalia praticamente os mesmos aspectos que o PIB, no entanto, a RNB também considera os recursos financeiros oriundos do exterior; - Nível de saúde: baseia-se na expectativa de vida da população, reflete as condições de saúde e dos serviços de saneamento ambiental. O Índice de Desenvolvimento Humano varia de 0 a 1, quanto mais se aproxima de 1, maior o IDH de um local. O Índice de Desenvolvimento Humano do estado do Rio Grande do Norte é considerado médio conforme dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Segundo o último Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, divulgado em 2013, com dados relativos a 2010, o seu valor era de 0,684, estando na 16ª colocação a nível nacional e na primeira a nível regional. Considerando-se o índice de longevidade, seu valor é de 0,792 (18º), o valor do índice de de renda é 0,678 (16º) e o de educação é de 0,597 (16º). A economia do Rio Grande do Norte é a 18ª e a 5ª da região Nordeste (ficando atrás de Bahia, de Pernambuco, do Ceará, do Maranhão e à frente da Paraíba, de Alagoas, de Sergipe e do Piauí). De acordo com dados relativos a 2010, o Produto Interno Bruto do Rio Grande do Norte era de R\$ 32 339 milhões (0,9% do PIB nacional), sendo R\$ 28 543 o valor adicionado bruto e R\$ 3 796 mil de impostos sobre produtos e líquidos de subsídios. No mesmo ano, o PIB per capita do estado era de R\$ 10 207,56.

(Conclusão) O Brasil é um país que apresenta inúmeros problemas socioeconômicos, como, por exemplo, a desigualdade social. As disparidades sociais no território brasileiro estão presentes em escala regional, estadual e, até mesmo, municipal, onde são perceptíveis os contrastes socioeconômicos entre os bairros de uma mesma cidade.

Palavras-Chave: PIB, IDH, RIO GRANDE DO NORTE.

PLANO DE NEGÓCIOS PARA IMPLANTAÇÃO DA EMPRESA MAKEFOOD DELIVERY LTDA EM NATAL/RN

Autor(es):

Mariana Álvares Prudêncio: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Pollyanna Karoline Tavares Medeiros: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Hugo Rafael Macedo dos Santos: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Rosemberg Galvao de Melo: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Fernando Gonçalves Garcia: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN
Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) O prazer proporcionado pela comida é um dos fatores mais importantes da vida depois da alimentação de sobrevivência. A gastronomia nasceu desse prazer e constituiu-se como a arte de cozinhar e associar os alimentos para deles retirar o máximo benefício. O negócio oferece um serviço inovador e especializado em entrega de alimentos a domicílio com produtos in-natura de alta qualidade, para que o cliente prepare a seu gosto. Maior parte dos restaurantes Delivery em Natal, são especializados em entrega de alimentos prontos. Nesse contexto, surgiu a idealização da Empresa Makefood Delivery para trabalhar com serviço de entrega a domicílio que fornece ingredientes pré prontos e receitas para preparo de alimentos de primeira qualidade, afim de facilitar e reduzir o tempo de preparo para experiências na arte de cozinhar dos consumidores. A sua missão é trazer comodidade e qualidade aos clientes, oferecendo o prazer de preparar as refeições em seu ambiente familiar; priorizando a rapidez, agilidade no atendimento e requinte. Entretanto o objetivo do trabalho é criar uma empresa com um ambiente mais aconchegante e propício a reunir à família como um todo nos finais de semana e saborear os alimentos, a fim de criar uma forma diferenciada na arte de cozinhar uma refeição de qualidade e higienicamente produzida com um sabor de alta qualidade.

(Metodologia) O presente trabalho de pesquisa é de caráter exploratório e descritivo e quanto aos meios se dá na elaboração de um Plano de Negócios, voltado a estudar a implantação da empresa Makefood Ltda, em Natal/RN. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se Pesquisa de Mercado, a fim de saber o Público Alvo, e o segmento no qual se implantaria, além pesquisas na internet e notícias divulgadas sobre outras empresas do mesmo segmento. Para a análise dos dados, foi escolhida pela abordagem qualitativa e quantitativa, com o uso de um modelo de plano de negócio do SEBRAE que é estruturado em planilhas do Microsoft Excel.

(Resultados) Utilizando-se do calculo do VPL (Valor Presente Líquido) obteve um resultado positivo onde encontrou uma Taxa Interna de Retorno (TIR) de 3% a.a. Para se obter resultados mais precisos e reais, utilizou-se também do Pay-Back, com taxa descontada de 1% a.m. onde obtive o resultado do retorno do capital inicial investido que foi de 151.103,30 em 15 meses que gerou um resultado de 159.839,05. Utilizando uma taxa de desconto no Pay-Back de 2% nesse investimento o resultado do retorno do capital investido foi em 18 meses. O nicho de mercado do seguimento de produtos pré-prontos para confeccionar comida diferenciada, e a empresa Makefood Delivery, ainda esta muito carente no mercado local em Natal-RN.

(Conclusão) De acordo com todos os dados obtidos na pesquisa através das entrevistas e simulações que foram feitas obteve-se um VPL positivo e também um baixo prazo de retorno do capital investido. Levando em consideração que esse mercado é crescente, e essa empresa se enquadra no ramo das empresas que ajudam o meio ambiente, e na capacidade administrativa de seus sócios, pode-se concluir que a empresa é viável economicamente. O objetivo do ponto de vista social que além de fornecer produtos alimentícios de alta qualidade, e que também ira gerar vários empregos ao povo potiguar.

Plavras-Chave: Plano de Negócios, Restaurante Delivery, Produtos in-natura.

QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

Autor(es):

Thauanny Mayara Batista: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Andréa Camilo Soares Lucas Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Prissyly Myrelly de Lima Machado: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Leila Teixeira Barbosa Galvão: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Maria Leniara de Araújo: Discente do curso de Educação Física - Licenciatura do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN
Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Nos tempos atuais as organizações tem se preocupado em manter uma importância relevante sobre a QVT (Qualidade de vida no ambiente de trabalho). Pois em meio a globalização de um mercado competitivo, a flexibilidade e o cuidado com o físico, mental e intelectual tem trazido resultados significantes em relação ao bom desempenho e desenvolvimento nas tarefas de seus colaboradores. QVT é uma abordagem atual, pois antes não considerava-se importante as boas condições de trabalho, porém após estudos e o surgimento do Behaviorismo (comportamento do ser humano), observou-se que a motivação era de extrema importância para o desempenho construtivo do colaborador. Quando não se tem um bom programa de QVT, o trabalhador pode chegar a desencadear desconfortos e até enfermidades, podendo ocorrer a diminuição da realização pessoal no trabalho e a exaustão emocional causada pela Síndrome de Burnout.

(Metodologia) O motivo dessa pesquisa foi fazer uma avaliação com o objetivo de analisar a satisfação dos funcionários da empresa Habib's. A fim de propor sugestões para uma melhor QVT, com o intuito de alcançar a satisfação de seus colaboradores. A empresa Habib's conta com 25 colaboradores e a pesquisa foi realizada com 56% delas, no período de 9 a 12 de outubro. Para atingir o objetivo geral, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando-se de um estudo de caso exploratório, que nos possibilitou a aplicação de um questionário com múltiplas escolhas. No instrumento de pesquisa utilizamos também as variáveis propostas por Walton (1973), com 29 perguntas.

(Resultados) Análise dos perfis dos funcionários: Observou-se que o 64,3% dos funcionários são do sexo masculino. Esses funcionários são muito jovens, tendo uma idade média de 22 anos. 71,4% dos funcionários são solteiros. Em relação a escolaridade, 38,7% possuem apenas o ensino fundamental, 57,1% possuem o ensino médio completo e apenas 0,71% dos funcionários está cursando o ensino superior. Em média os funcionários tem 9 meses e meio de serviço. Análise de carga horária e condições de trabalho: Quando questionados sobre a satisfação com os horários de trabalho observou-se que 64,3% dos funcionários encontram-se satisfeitos; Já em relação do ambiente de trabalho com a função exercida pelo funcionário, 50% deles se encontram muito satisfeitos. Quando questionados sobre o sistema de qualidade de vida no ambiente de trabalho, obtivemos os seguintes dados: 50% se encontram muito satisfeito, 37,7% estão nada satisfeito e 14,2% são indiferentes. Em relação ao trabalho em equipe, 37,7% encontram-se satisfeitos. Análise das relações interpessoais dos funcionários: Quando questionados sobre a avaliação de cada um sobre os outros, o resultado foi que 42,8% encontram-se muito satisfeitos. Já referente ao clima de convivência, 35,7% encontram-se satisfeitos. Análise de opinião sobre o programa de QVT: Percebeu-se que não existe programas ou convênios de saúde na empresa. Quando questionados sobre se os funcionários sentiam algum tipo de enfermidade, dores ou desconfortos, 57,1% afirmaram que sim, sendo dores de cabeça e dores na coluna os mais frequentes. 71,4% se sentem cansados ou muito cansados no final da jornada de trabalho. Em relação a vida social, 85,7% afirmam que o trabalho não lhes permite integração. 78,5% relatam que não tem tempo suficiente para atividades de lazer. 64,2% dizem que não são reconhecidos no trabalho efetuado por ele.

(Conclusão) Nesse trabalho abordamos o assunto de QVT, que está diretamente ligada ao nível de felicidade que deriva da carreira de uma pessoa. Percebemos que nesse programa há diversos fatores que influenciam, tais como: o clima organizacional, questões de salário, se ele atende as suas necessidades, crescimento profissional e dentre vários outros fatores internos e externos diretamente ligados a toda funcionalidade da empresa e a satisfação profissional do colaborador.

Plavras-Chave: Qualidade de Vida, Satisfação, Bem-Estar.

REESTRUTURAÇÃO DE UM NEGÓCIO NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL: O CASO DA CAPUCHE S.A

Autor(es):

Juliane Correia da Silva Sales: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Elionarda Cleania Alves de Souza: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Lidia Dayane Gomes Bezerra: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Marane Amorim da Costa: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Suenny Kelly Ferreira de Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) O mercado da construção civil trouxe muitas mudanças para o país em especial para ao estado do Rio Grande do Norte. Para muitos a compra de imóvel é a decisão mais importante da vida. Para investidores é um potencial de lucro às vezes fantástico. Para o país, um poderoso motor de crescimento e geração de empregos. A Capuche Empreendimentos Imobiliários S/A, atuante no mercado imobiliário da cidade de Natal/RN e regiões da grande Natal, há 20 anos, está voltada especificamente para um público de classe alta. Diante desse contexto, o trabalho tem como objetivo, fazer uma modelagem de um novo produto, através do modelo CANVAS (2009), para que a empresa atinja outro segmento de clientes, que é o da classe média. O objetivo geral é modelar uma diversificação do produto para alcançar um novo público alvo, oferecendo empreendimentos a um custo menor, acessíveis através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O modelo ainda propõe a expansão dos negócios para outras cidades do Estado do Rio Grande do Norte e a busca em desenvolver empreendimentos ecologicamente corretos, mostrando nesse ultimo ponto a relevância pratica e teórica da pesquisa.

(Metodologia) O estudo classifica-se como exploratório descritivo, e como subtipo estudo de caso (Vergara 1998). Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se pesquisas bibliográficas e documentais, com o uso de materiais desenvolvidos pela Capuche Empreendimentos e informações extraídas de sites e artigos que situam o setor imobiliário no estado do RN. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa e quantitativa, com o uso de uma ferramenta de modelagem de negócio, Business Model Canvas (BMC) do Osterwalder (2009), que é composto de nove blocos que se compõe em segmento de clientes, proposta de valor, canais, relacionamento com cliente, fontes de receita, recursos chave, atividades chave, parceiros chave, estrutura de custo.

(Resultados) Os dados revelaram que a segmentação de clientes precisou ser reestruturada incluindo como novo público a classe média, que busca acesso à moradia própria e facilidade de pagamento. Na proposta de valor sugere-se um produto inovador construído ecologicamente correto, e com a forma de pagamento personalizada. Nos canais de Marketing propõe-se ser utilizados sites, propagandas televisivas, feirões imobiliários, folhetos e Showroom e os canais de logística usa-se os correios e a entrega pessoal do imóvel. O relacionamento com o cliente utiliza-se a central de vendas, escritórios, atendimento online, por e-mail, agendamento de visitas, SAC, redes sociais e site. A fonte de receita provém das vendas de imóveis, investidores nacionais e internacionais, nos recursos chaves pode ser acrescentada uma tecnologia de acompanhamento da obra onde os clientes podem acompanhar o andamento da construção pela internet. Dessa forma é possível minimizar os riscos e promover ações importantes para conquistar vantagens sobre a concorrência, aumentando a participação no mercado, elevando conseqüentemente o seu faturamento, obtendo a consolidação do seu nome no ramo de empreendimentos imobiliários.

(Conclusão) De acordo com todos os dados obtidos na pesquisa através de simulações que foram feitas por meio da ferramenta obteve-se um novo cenário mais realista do mercado de construção civil, o que facilitará para a empresa elaborar estratégias de posicionamento diante do mercado atual.

Plavras-Chave: Imóvel, Canvas e negócio.

RESPONSABILIDADE SOCIAL X MARKETING SOCIAL

Autor(es):

Gilmara Adelino de Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Fernando Isaac Melo Santos: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Camilla Ferreira de Brito: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) Ao longo dos anos, a cada nova exigência de mercado em relação às empresas, foram sendo criadas estruturas internas e ações para dar respostas aos problemas sociais, em especial, a qualidade de vida dos colaboradores e aos demais públicos de interesse da organização (comunidade circunvizinha, fornecedores, acionistas etc.). E para contribuir com a perenidade, diversos modelos de gestão foram sendo incorporados ao planejamento estratégico das empresas, onde a proposta estava sempre atrelada à melhoria dos indicadores econômicos, sociais e ambientais. Como uma forma de gestão se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais se relaciona (público interno, comunidade, meio ambiente, fornecedores, governo, sociedade, consumidores ou clientes) e pela definição de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

(Metodologia) A metodologia do presente trabalho objetiva fundamentar o tema abordado e dar embasamento às conclusões relativas ao tema, e nesse desiderato, subdivide-se em etapas distintas: a) A primeira, através de pesquisa bibliográfica com a finalidade de identificar os conceitos de Responsabilidade Social e de Marketing Social no contexto histórico da empresa e de sua relação com outras, consumidores, mercados, meio ambiente e condições tecnológicas e socioeconômicas em que esteja inserida no decorrer do tempo; b) A segunda, através da análise de indicadores do comportamento das empresas em relação à temática da Responsabilidade Social e do Marketing Social enquanto gestão ou estratégia de atuação no tocante à valorização da marca como diferencial; c) A terceira, através do posicionamento do presente trabalho a partir da análise das hipóteses levantadas e dos objetivos traçados com a finalidade de estabelecer o alcance do que seja Responsabilidade Social e Marketing Social no âmbito de atuação da empresa.

(Resultados) As hipóteses estabelecidas para o trabalho serão avaliadas através de estudos de casos com base na Análise de Regressão Múltipla, viabilizando assim a avaliação da influência simultânea de diversos fatores definidos, buscando depreender como transparecem os resultados da ação empresarial interna e externa em termos de marketing e de responsabilidade social, identificando aquilo que converge para a hipótese de ferramenta de gestão e também para a de estratégia de marketing, com a finalidade de fundamentar às conclusões. Os resultados obtidos terão também um papel relevante no sentido de dar contribuições para a discussão do tema em face da complexidade dos mercados e das organizações das empresas e como estas respondem às mudanças propiciadas pelo desenvolvimento econômico e tecnológico e aos fatores internos e externos que interferem nos mercados.

(Conclusão) Responsabilidade social e marketing social representam hoje a ordem do dia das empresas, uma vez que o comportamento ético e a transparência no trato de todas as questões que envolvem a empresa e que influenciam direta ou indiretamente a população mais próxima e a sociedade de uma forma geral. É inequívoco e a história comprova isso que a responsabilidade social corporativa deixou de ser uma filosofia para se tornar uma obrigação cotidiana e que o marketing social atua no sentido de dar credibilidade à marca da empresa junto a fornecedores, consumidores e sociedade em geral. Enfim, este trabalho procura colaborar para o avanço do conhecimento, contribuindo para que a responsabilidade social e o marketing social não seja apenas uma prática cotidiana de algumas empresas, mas de todas, a partir da fundamental e indispensável ação participativa de seus colaboradores.

Palavras-Chave: EMPRESA, GLOBALIZAÇÃO, RESPONSABILIDADE SOCIAL, MARKETING SOCIAL, GESTÃO, ESTRATÉGIA.

RESPOSABILIDADE SOCIAL E ENERGIAS RENOVÁVEIS: REPENSANDO O MERCADO

Autor(es):

Raul Paulinelli Gomes Novais: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) O conceito de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) vem crescendo e sendo disseminado nos últimos anos. Antes a busca desse ideal era atribuída apenas ao lucro, já atualmente há bastante interesse pela ética empresarial e responsabilidade social. Quando a empresa exerce atividades de modo inadequado, essas podem acarretar no recebimento de multas, indenização, paralisação da mesma e até impactar negativamente a marca em longo prazo. É necessário repensar o modo de operar, utilizando o conceito de desenvolvimento sustentável, este que envolve aspectos sociais, econômicos e ambientais. Por sua importância o segmento de energias será o assunto mais abordado nesse trabalho, tendo em vista que há a possibilidade de renovação nesse setor.

(Metodologia) O trabalho foi elaborado por meio de pesquisa descritiva com base analítica em artigos publicados pela "Technical University of Denmark (DTU)" e dados estatísticos referentes ao tema. Resultados e informações permitiram analisar o progresso tecnológico e desenvolvimento deste segmento.

(Resultados) As energias estão divididas em dois grupos, renováveis e não renováveis, desse último pode-se citar o petróleo, carvão mineral e combustíveis nucleares. Essas que apresentam fortes impactos ambientais, também são fontes esgotáveis e emissoras de gases poluentes que promovem riscos a saúde da população, aumento do efeito estufa e aquecimento global. Por serem consideradas prejudiciais, as formas de obtenção de energia por intermédio de combustíveis poluentes vem perdendo espaço para fontes não esgotáveis como a energia eólica e a energia solar, as quais produzem apenas energia e calor limpo, eliminando a emissão de dióxido de carbono e possuem atividade de baixo impacto ambiental. Pode-se destacar a Dinamarca como modelo e líder no campo de energias renováveis, atualmente 43% da energia do país é oriunda destas fontes, projeta-se alcançar a marca de 70% até o ano de 2020, e atingir o consumo total em 2050. Avanços tecnológicos proporcionaram a construção de campos eólicos em terra e no mar (onshore e offshore), como também o barateamento dos custos na produção e instalação de equipamentos para uso da eletricidade. Além de determinar locais específicos com predominância diária de fortes ventos, tornando a energia eólica viável e por sua vez a fonte mais barata e sustentável. Simultaneamente existe a energia solar que gera energia através de placas solares, quando não há ventos fortes. Como modelo em questão destaca-se o prédio da Escola de Negócios da Dinamarca (CBS), em que a maior parte da energia utilizada no prédio origina-se de fontes renováveis.

(Conclusão) Um compromisso empresarial voltado para a sustentabilidade e proteção ambiental agrega valor à marca e visibilidade positiva da empresa para os clientes, população e governo. Este modelo apresenta fontes de baixo impacto ambiental, e tem como ponto positivo a expansão de possibilidades em terra e no mar, assim como a possibilidade de adaptar-se a diferentes condições climáticas. Provando que é interessante para as entidades que exista o progresso econômico e social de maneira sustentável.

Palavras-Chave: Energias Renováveis, Dinamarca e Responsabilidade Social.

SIMULAÇÃO DE MONTE CARLO NA EMPRESA OGX

Autor(es):

Jéssyka Mayara dos Santos: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Maria Marlúcia Sales: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Suenny Kelly Ferreira de Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Andréia Lopes de Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Patricia Gonçalves Leite de Almeida: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) As rápidas mudanças de mercado exigem das empresas grandes esforços na adaptação de seus negócios às novas necessidades e demanda. Segundo Carvalho & Rabechini (2008) as incertezas nos projetos são muitas e minimizá-las é uma tarefa que poucos gestores sabem. Nesse contexto a análise de risco geralmente se aplica a problemas de planejamento envolvendo horizontes de médio e longo prazo. Sendo caracterizado pelo uso da simulação de Monte Carlo, que é uma ferramenta capaz de reduzir a incerteza no processo de tomada de decisão em um projeto ou investimento, o método consiste em simular o resultado de variáveis em uma grande quantidade de cenários, considerando a incerteza de todas variáveis conjuntamente, resultando no valor intrínseco. A pesquisa tem como objetivo geral a análise do método de Monte Carlo a partir de três cenários.

(Metodologia) A pesquisa é desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica acerca do método de monte Carlo embasada nos autores Azevedo, Vergara e Richard; como também a pesquisa se caracteriza como descritiva e explicativa por fazer análise de três cenários: o otimista, realista e pessimista.

(Resultados) A pesquisa da simulação de Monte Carlo foi realizada na empresa OGX com o objetivo de analisar a melhor viabilidade de projetos, por meio das funções de parâmetros determinísticos como o Payback, Taxa Interna de Retorno (TIR) e Valor Presente Líquido (VPL), apresentando suas principais características diante do cenário otimista com uma taxa a 6%, realista com uma taxa de 11% e pessimista com uma taxa de 20%. O Payback (retorno de capital) é o primeiro indicador a ser verificado em uma análise de viabilidade, pois ele indica o momento no qual o projeto gerou a mesma quantidade de caixa que gastou no início do projeto, neste caso no período de três anos. Segundo Bruni (1998), o Payback é o período ou prazo de retorno de capital aplicado no projeto em estudo, dados as condições propostas no Fluxo de Caixa (Entradas e Saídas). A Taxa Interna de Retorno – TIR – Segundo Bruni (1998), é uma taxa de desconto do investimento que anula o Valor Presente Líquido do Fluxo de Caixa. Portanto, o projeto que apresentem a TIR superior a Taxa Mínima de Atratividade (TMA). O Valor Presente Líquido corresponde ao valor presente dos resultados esperados (negativos e positivos), do fluxo de caixa. Essa taxa de desconto refere-se àquela em que o investidor poderia aplicar o capital com baixíssimo risco (SALLES,2004).

(Conclusão) O método permitir que o investidor enxergue que o valor final de uma avaliação por meio do fluxo de caixa descontado convencional não é um número absoluto, mas o valor esperado de diversos valores intrínsecos decorrentes dos inúmeros cenários possíveis; conclui-se que o método de monte Carlo é relevante ser utilizado na empresa para a tomada de decisão e um bom gerenciamento.

Plavras-Chave: Análise de risco, indicadores

UM ESTUDO SOBRE ANÁLISE PATRIMONIAL, FINANCEIRA E ECONÔMICA DA AREZZO&CO NOS ANOS 2012 E 2013.

Autor(es):

Eliezer Cavalcanti Felipe: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN
Arethuzá Thayná Barros da Silva: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN
Julia de Oliveira Medeiros: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN
Flávia Fabiana Lacerda Brasil Vilas Boas: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Arezzo&CO nasceu há mais de 40 anos na capital mineira a partir do desejo da família Birman. A consolidação nacional veio quase uma década depois e já na década seguinte a verticalização na produção. Com a necessidade de se manter consolidada no mercado, a diversificação no portfólio foi primordial, incluindo várias outras marcas adjuntas. O objetivo da pesquisa foi analisar a situação patrimonial, financeira e econômica da empresa nos anos de 2012 e 2013. O problema de pesquisa foi: qual a situação patrimonial, econômica e financeira da Arezzo&Co nos anos de 2012 e 2013. O estudo é relevante, pois foi necessário analisar a parte financeira, patrimonial e econômica das organizações, pois é a partir destas que a empresa e seus administradores podem tomar decisões. O estudo foi importante para o meio acadêmico para aliarmos a teoria aprendida em sala de aula à prática. Para o meio profissional, para maior entendimento de como a empresa funciona financeiramente e como são calculados seus índices. E para a sociedade, para demonstrar de forma clara como as empresas obtêm seus lucros.

(Metodologia) Foi realizada uma pesquisa documental, descritiva e bibliográfica, dos anos 2012 e 2013, retirada das demonstrações financeiras, através do site da própria empresa estudada. Os dados coletados foram analisados através dos índices financeiros, como: estrutura de capital, liquidez, rentabilidade e de atividades.

(Resultados) Em 2013 o Giro do Ativo que analisa a eficiência dos recursos utilizados na empresa que quanto maior, melhor foi de R\$0,21 e em 2012, R\$0,20. A Margem Líquida que também quanto maior, melhor foram 29,15% em 2013 e apenas 22,65% em 2012. Em 2013 a Liquidez Corrente que analisa quanto à empresa possui de ativo circulante para cada R\$1,00 de passivo circulante atingiu R\$4,83 e R\$5,03 em 2012. A Liquidez Seca que quanto maior, melhor, atingiu R\$2,51 em 2013 e R\$2,53 em 2012. A Participação de Capital de Terceiros que quanto maior, pior foi igual a 23,65% em 2013 e 25,28% em 2012. Já o índice de Composição do Endividamento que se refere a quanto do capital de terceiros está alocado para compromissos de curto prazo, o mesmo atingiu 73,35% em 2013 e 73,14% em 2012. O Prazo Médio de Rotação dos Estoques que indica a média que a empresa renovou seu estoque, mediante suas vendas foi melhor em 2013, 20 dias, e em 2012 de 25 dias. O Prazo Médio de Recebimento de Vendas em 2012 foi de 94 dias, já em 2013 foi de 91 dias, esse índice indica que o ano de 2013 foi mais eficiente na utilização dos recursos a curto e longo prazo. O Prazo Médio de Pagamento de Compras que representa quanto tempo a empresa demora a pagar seus fornecedores foram iguais, com média de 19 dias.

(Conclusão) Os principais investimentos da Companhia são feitos para abertura de novas lojas e ampliação das lojas atuais. A Arezzo&Co é uma empresa sólida que está sempre se renovando, investindo em pesquisas de mercado, marketing e no desenvolvimento de novos produtos. Os ativos totais atingiram um crescimento de 11,9% em relação ao saldo no mesmo período do ano anterior. No ano de 2013 a receita líquida cresceu com destaque para o canal de franquias que teve aumento da receita em 13,8%, respondendo por 49,8% das vendas.

Plavras-Chave: Análise Patrimonial, Financeira e Econômica

UM ESTUDO SOBRE OS ÍNDICES FINANCEIROS DA EMPRESA M. DIAS BRANCO NOS ANOS DE 2012 E 2013

Autor(es):

Getúlio dos Santos Costa Júnior: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN

Geovana de Queiroz Dornelles: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN

Cirleide de Medeiros Cordeiro: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A empresa M.Dias Branco, uma das maiores no ramo nacional de fabricação, venda de biscoitos e massas e moagem de trigo. Atua desde a década de 30 e ao longo dos anos ampliou seu mix de produtos e expandiu sua área geográfica. O grupo vem se mantendo líder no mercado de massas e no de biscoitos detém 27% do mercado nacional e 6ª maior empresa de biscoitos do mundo. O objetivo deste trabalho foi de analisar a situação econômica, patrimonial e financeira da M. Dias Branco nos anos de 2012 e 2013. Essa pesquisa é importante para que a sociedade tenha conhecimento da grandiosidade da indústria que temos em nossa cidade, Natal.

(Metodologia) A metodologia utilizada na pesquisa foi descritiva, documental e bibliográfica. Foram coletadas as demonstrações financeiras da empresa nos anos de 2012 e 2013 e realizado estudo de caso utilizando dados no próprio site da empresa, como também uma visita técnica, onde foram extraídas informações específicas a respeito da organização estudada. A análise dos dados foi realizada através dos índices financeiros como: estrutura de capital, liquidez, rentabilidade e atividades.

(Resultados) Comparando os resultados de participação de capital de terceiros entre os anos de 2013 com 37,8% e 2012 com 42,2%, observou-se que houve diminuição de 10,44%. Isso indica que a empresa passou a utilizar mais seu capital próprio. Sua composição de endividamento em 2013 foi 63,9% e 2012 48,9%, aumento de 30,67%, isso indica que a empresa diminuiu sua capacidade de cumprir com suas obrigações de curto prazo. Com relação a quanto a empresa possui de ativo circulante mais realizável a longo prazo, houve uma evolução comparando os períodos de 2013 com R\$ 1,4 e 2012 com R\$ 1,2 para cada R\$ 1 de dívida total. Manteve sua liquidez seca de R\$ 1,2 para cada R\$ 1 de passivo circulante em 2013 e 2012. Os índices de rentabilidade da empresa, primeiro sua margem líquida, que triplicou entre os anos, seu lucro para cada R\$ 100 em 2013 foi 3,8% e 2012 1,3%. A empresa se mostrou rentável, pois, sua rentabilidade do ativo aumentou em relação aos investimentos totais de 1,4% em 2012 para 4,2% em 2013. A diminuição na participação de capital de terceiros, de 2012 para 2013, culminou numa valorização do patrimônio líquido da organização. Isto porque a empresa passou a utilizar mais seu PL, fazendo com que seu lucro correspondente aumentasse de 2,0% em 2012 para 5,8% em 2013. O prazo médio de recebimento das vendas aumentou em 6 dias, 2012 com 43 dias e 2013 com 49 dias. Correlacionando esses dados com o prazo médio de pagamento de compras, que se manteve linear nos anos de 2012 e 2013 com 11 dias, percebe-se que M. Dias Branco manteve seu prazo de obrigações com fornecedores, mas o período para recebimento do pagamento das vendas aumentou, ou seja, o grupo esta sacrificando seu capital de giro "financiando" o cliente 39 dias. O prazo médio de renovação de estoque aumentou de 63 dias em 2012 para 65 dias em 2013, indica que o estoque permanece 2 dias a mais para ter saída.

(Conclusão) A geração de caixa operacional em 2013 foi de R\$ 572,6 milhões, contribuindo para o aumento do caixa e equivalentes de caixa, alcançando R\$ 306,7 milhões. Através dos dados analisados, percebeu-se que a M. Dias Branco é uma empresa estável e propicia a investimentos. Atualmente encontra-se em uma situação financeira confortável e pretende expandir ainda mais sua liquidez nos próximos anos.

Palavras-Chave: índices financeiros; demonstrações financeiras; tomada de decisão; rentabilidade; índices de atividades.

UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FINANCEIRA E ECONÔMICA NOS ANOS DE 2012 E 2013: UM ESTUDO DE CASO NA AMBEV S/A.

Autor(es):

Josivania Santos de Lima: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN
Sheyla Andrea Costa de Azevedo Sampaio: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN
Katiusia Cassemiro Vilar Rodrigues: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN
Joyce da Silva Rodrigues: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) O presente trabalho apresentou a situação financeira, econômica e patrimonial de uma das maiores cervejarias do mundo, com 15 anos de existência, Ambev-Companhia de Bebidas das Américas, distribui e comercializa cervejas, refrigerantes e outros produtos não alcoólicos e não carbonatados. A empresa atua em mais de 16 países das Américas e ocupa isoladamente a 4ª posição dentre as maiores cervejarias globais. Teve como problema: qual a situação patrimonial, econômica e financeira da empresa Ambev nos anos de 2012 e 2013? O objetivo geral foi de analisar a situação patrimonial, econômica e financeira da empresa Ambev nos anos de 2012 e 2013. Os índices financeiros mostram se a empresa possui dependência em relação aos recursos externos, a capacidade de pagamento das dívidas de curto e longo prazo e quanto à empresa possui em dinheiro e bens, pois são dados relevantes para tomada de decisões. A importância desse estudo para o meio acadêmico é o conhecimento da empresa, como a mesma toma suas decisões, baseadas em quais princípios e suas ideias para enfrentar o mercado competitivo, dessa maneira aperfeiçoando o ensino e instruindo ações posteriores. Para o meio profissional, o que pode ser feito para obter crescimento, como deve ser feito um planejamento, para que assim se possa atender melhor a sociedade, buscando sempre realizar as expectativas e desejos do consumidor.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Foi realizado um estudo de caso, reunindo os dados mais relevantes sobre a empresa. A pesquisa foi bibliográfica, descritiva e documental como meio de formação de conhecimento, através de meios eletrônicos, com acesso ao site da empresa. Foi feito uma análise comparativa de dois anos (2012 e 2013) da empresa estudada. Os dados foram analisados através dos índices financeiros como: estrutura de capital, liquidez, rentabilidade e de atividades.

(Resultados) (RESULTADOS) A composição do endividamento mostra qual o percentual de obrigações a curto prazo em relação às obrigações total, na comparação dos anos estudados, pode-se observar que a empresa teve um resultado de 69,62% em 2013, superando o resultado de 2012 que foi de 63,21%. O índice de liquidez geral indica a capacidade de pagamento das dívidas de curto e longo prazo, e no caso da Ambev ela obteve um resultado de 2,78 em 2013 e 2,52 em 2012, a situação da empresa é favorável, e revela a existência de capitais de Giro Próprio. Sobre a margem líquida a empresa manteve praticamente o mesmo índice nos dois anos estudados, com uma diferença em 2013 de 32,63%, superando apenas 0,30, em 2012 foi 32,33%. Em relação aos índices de atividades, foi observado que a empresa possui resultados favoráveis, uma vez que a empresa tem um prazo de recebimento de vendas e renovação de estoque, inferior ao prazo de pagamento de compras, o que a torna favorável à eficiência com que a empresa está utilizando os seus recursos de curto e longo prazo.

(Conclusão) (CONCLUSÕES) A Ambev apresentou uma situação favorável no ano de 2013 em relação a 2012, em um ambiente de dificuldades, se preparando para um cenário desafiador, com a inflação acima da média e aumentos de tributos. A companhia manteve seus investimentos e o foco em suas prioridades comerciais, inovações, patentes de marcas Premium e crescimento no Norte e Nordeste. O total de investimentos atingiu R\$ 2,8 bilhões no Brasil. A Ambev é uma empresa sólida, confiável e consciente de sua responsabilidade social e empresarial, a reputação de honestidade e integridade da Companhia é um ativo valiosíssimo.

Palavras-Chave: Índices financeiros; liquidez; estrutura de capital; Tomada de decisão; mercado competitivo.

UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FINANCEIRA E ECONÔMICA NOS ANOS DE 2012 E 2013: UM ESTUDO DE CASO NA COSERN S/A.

Autor(es):

João Maria Câmara : Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN
Amiel Tiago Eleutério da Silva: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN
Karynne de Paiva Araújo Sousa: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN
Josias Marciano Oliveira da Costa: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A empresa estudada COSERN S/A foi fundada em 1961 e atua em todas as cidades do estado do RN, no ramo de transmissão e distribuição de energia elétrica. A pesquisa teve por objetivo geral analisar a situação patrimonial, econômica e financeira da empresa nos anos de 2012 e 2013. Seu problema de pesquisa foi: qual a situação patrimonial, econômica e financeira da COSERN nos anos de 2012 e 2013? O estudo foi relevante pois apresentou resultados e informações contábeis para tomada de decisão. Essas informações são úteis tanto para os usuários das informações contábeis, quanto para o meio acadêmico e para o meio profissional. Pois é a partir dessas informações que se conhece a saúde patrimonial, financeira e econômica da empresa.

(Metodologia) A pesquisa foi descritiva, estudo de caso, bibliográfica e documental. Por estudar uma única empresa e a coleta de dados ser através dos próprios relatórios contábeis. Os dados coletados foram demonstrações financeiras dos anos de 2012 e 2013 coletadas do próprio site da organização. A análise dos dados ocorreu através da comparação dos dois anos e dos seguintes índices financeiros: estrutura de capital, liquidez, rentabilidade e atividades.

(Resultados) Os resultados mostraram que a participação de capital de terceiros em 2012 foi de 128,62% e em 2013 de 111,65%. O índice de liquidez corrente em 2012 foi de R\$ 1,14 e em 2013 de R\$ 1,58, indicando a capacidade de pagamento da empresa aos fornecedores a curto prazo. Em relação ao índice de liquidez seca em 2012 foi de R\$ 0,96, enquanto que em 2013 de R\$ 1,37. Esse índice evidencia quanto maior, melhor. Isto quer dizer que 2013 foi o melhor ano da empresa para esse índice. Referente ao giro do ativo em 2012 foi de R\$ 0,12 e em 2013 de R\$ 0,11. Ou seja, para cada R\$ 1,00 de investimento total, a empresa vendeu R\$ 0,12 em 2012 e R\$ 0,11 em 2013. No índice da margem líquida foi encontrado o mesmo valor para 2012 e para 2013 que foi de R\$ 1,00. Isso quer dizer que a empresa obtém R\$ 1,00 de lucro para cada R\$ 100 vendidos. Nos índices do giro do ativo e margem líquida, quanto maior, melhor para a empresa. Em relação aos índices de atividades para o prazo médio de pagamento de fornecedores em 2012 foi de 13,23 dias e em 2013 de 55,02 dias. Esse índice mostra quando a organização espera pagar suas compras a prazo. Referente ao prazo médio de recebimento de seus clientes em 2012 foi de 63,50 dias e em 2013 de 61,08 dias. Ou seja, em 2012 a empresa paga primeiro seus fornecedores e depois é que recebe dos clientes. Em 2013 a situação é melhor, pois a empresa primeiro recebe dos clientes pela venda à prazo e depois paga aos fornecedores pela compra à prazo. Por fim, o prazo médio de estocagem das mercadorias em 2012 foi de 1,05 dias e em 2013 de 1,09 dias. A empresa possui um giro muito rápido de estoque de mercadorias, isso ocorre em função do ramo de atividade.

(Conclusão) A empresa apresentou um crescimento de 4,9% no lucro líquido do ano de 2012 em relação ao ano de 2013. Em relação à receita operacional líquida houve uma redução de 2,5%. Quanto aos custos e as despesas operacionais totalizaram em 2013 1.171 milhões, 0,8% inferior em relação a 2012. A empresa investiu 2,37 milhões para financiar projetos de inovação, proveniente do contrato de financiamento assinado em setembro 2012. Por fim, a organização recebeu 90,67 milhões para financiamento em investimentos e foram aplicados em 2012 e em 2013.

Palavras-Chave: Índices financeiros; demonstrações contábeis; tomada de decisão; liquidez; estrutura de capital.

UMA ANÁLISE PATRIMONIAL, FINANCEIRA E ECONÔMICA DA NATURA S/A NOS ANOS DE 2012 E 2013

Autor(es):

*Florence de Vasconcelos Medeiros : Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN
Durvanisia de Medeiros Lima: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN*

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A empresa de grande porte Natura cosméticos S.A, que atua na área de cosméticos, perfumarias e higiene pessoal, desde 1969 no mercado. A Natura alcança todos os tipos de públicos com suas diversidades de produtos. A matéria prima natural é produzido no Brasil. A natura aplica seus investimentos em projetos sociais como, Crer Para Ver, que envolve ações sociais relacionadas a contribuir para a melhoria da educação pública do Brasil, cujo lucro é direcionado para benefícios sociais sem obter ganhos. Teve como objetivo geral analisar a situação patrimonial, financeira e econômica da Natura S/A nos anos de 2012 e 2013. Para tanto o problema de pesquisa foi: qual a situação patrimonial, financeira e econômica da Natura S/A nos anos de 2012 e 2013? Essa pesquisa é relevante por estudar a saúde da empresa e analisar as informações contábeis para tomada de decisão.

(Metodologia) Foi desenvolvida uma pesquisa descritiva, bibliográfica e estudo de caso. Os dados coletados foram demonstrações financeiras para o desenvolvimento do trabalho. A fonte de pesquisa foi documental e retirada do próprio site da Natura. Foi feita uma análise comparativa com os índices financeiros (estrutura de capital, liquidez, rentabilidade e atividades) nos anos de 2012 e 2013.

(Resultados) Os resultados mostraram que de acordo com seu índice de estrutura de capital, no ano de 2012 a Natura teve 168,52% de obrigações a curto prazo em relação as obrigações totais, e no ano de 2013 teve 218,32%, isso mostra que quanto menor o percentual melhor para a empresa, ou seja, o ano de 2012 foi melhor. No índice de rentabilidade, de acordo com as informações coletadas, a Natura teve giro de ativo, vendas líquidas foram maiores no ano de 2012 de 0,83 e no ano de 2013 foi de 0,78. Com essas informações observa-se o crescimento da empresa, que a cada um real vendido de investimento total a empresa obteve lucro. A rentabilidade do PL mostrou que a empresa teve o seu melhor rendimento, lucro líquido no ano de 2013 de 72,56%, enquanto no ano anterior 2012 foi de 67,91%. O prazo médio de pagamento de fornecedores é de menos de um dia tanto no ano de 2012 quanto no ano de 2013. O prazo médio de recebimento de duplicatas no ano de 2012 é de 30 dias, no ano de 2013 é de 34 dias, o estoque da empresa tem duração tanto no ano de 2012 quanto no ano de 2013 de menos de um dia.

(Conclusão) Em 2013 a empresa finalizou o ciclo de capacitação e investimentos em infraestrutura logística, que resulta na conquista de altos índices na qualidade dos serviços prestados as consultoras e na redução de prazo de entrega dos pedidos de 5,1 para 4,5 dias (35% dos pedidos são entregues em 24 horas), aumentando os índices financeiros, tornando a empresa mais rentável, acredita-se que a Natura necessita de ajustes em relação aos prazos de pagamentos dos fornecedores, para que o prazo de recebimento de receitas seja menos do que o prazo de pagamento de fornecedores. Dentre vários projetos da Natura um dos mais importantes é o cuidado com a flora Brasileira em todos os aspectos, partindo da forma que são coletadas da natureza a matéria prima usada nos produtos até as sacolas que são usadas para entrega dos produtos, respeitando a natureza e seu potencial e valorizando os produtos produzidos no Brasil.

Palavras-Chave: Índices financeiros; demonstrações contábeis; tomada de decisão; liquidez; estrutura de capital.

CONIC 2014

Inovação e Tecnologia para o Desenvolvimento Profissional



unirn.edu.br

CSET2 – Contabilidade

A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DOMÉSTICO

Autor(es):

Delzuita Melo dos Santos Castro: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) Frequentemente são noticiados casos de endividamento, inadimplência e descontrole financeiro dos consumidores, o que deixa evidente a dificuldade da sociedade em controlar o seu patrimônio. O desequilíbrio generalizado das finanças pessoais fez sugerir que há remédio para essa epidemia que assola a sociedade brasileira. É esse remédio secular, que remonta às civilizações antigas pode ser a grande salvação para saúde financeira das famílias. Esta pesquisa objetivou verificar se a Contabilidade pode contribuir na elaboração e controle do orçamento doméstico das famílias brasileiras. A relevância científica se dar na medida em que a solução para o problema proposto pode beneficiar a população que convive com a desordem de suas finanças, além da possibilidade deste trabalho ser utilizado como uma nova fonte de pesquisa, como também vir a fomentar o interesse na realização de novos trabalhos abordando o tema nele tratado.

(Metodologia) A metodologia englobou pesquisa bibliográfica, pois foram utilizados materiais já publicados para obtenção dos dados da pesquisa. Fez-se uso do método descritivo e exploratório. Exploratório por se tratar de um tema pouco explorado no meio acadêmico. Descritivo, porque descreve métodos contábeis que são sugeridos às famílias para ordem e controle de seus patrimônios. Quanto à abordagem do problema a pesquisa é do tipo qualitativa, pois descreve a complexidade do descontrole do orçamento familiar e demonstra de que forma a Contabilidade pode contribuir no processo de controle econômico-financeiro do patrimônio familiar.

(Resultados) Nos resultados foram apresentadas as noções básicas de Contabilidade, seus princípios e a estrutura patrimonial. Para isso foram transmitidas noções de débito e crédito, discorrendo sobre a mecânica das partidas dobradas que reflete a origem e a aplicação dos recursos dos usuários. Ao apresentar as demonstrações contábeis consideradas essenciais para o adequado controle do orçamento doméstico, foi feita uma correlação entre essas demonstrações elaboradas de acordo com as necessidades de uma empresa com demonstrações adaptadas para realidade de uma família. Demonstrou também que a Contabilidade possui metodologias que servem de base para se ter uma visão conjuntural do patrimônio, como ocorre a dinâmica da sua evolução, e como essa dinâmica deve ser registrada e controlada.

(Conclusão) Constatou-se, portanto, a viabilidade do controle do orçamento familiar por meio da Contabilidade. Podendo-se concluir que é possível fazer um correlacionamento e adaptação da contabilidade empresarial para uso no âmbito familiar, e que é viável a sua utilização no controle do orçamento das famílias. Levando em consideração que a Contabilidade nasceu no seio da família dos primórdios da humanidade, e que ela tem por objeto o patrimônio, conclui-se que invariavelmente a ordem e controle do orçamento doméstico podem ser feitos com a ajuda da Ciência Contábil.

Palavras-Chave: Palavras-chave: Endividamento. Família. Orçamento. Contabilidade.

A CONTROLADORIA NO ÂMBITO MUNICIPAL: UM ESTUDO NA PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE

Autor(es):

Lorena Ferreira da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) A globalização da economia e a crescente inovação tecnológica exigem cada vez mais a modernização do aparelho do Estado, a descentralização de funções e o fortalecimento da capacidade de governo para desempenho do seu papel estratégico na promoção do desenvolvimento econômico e social. A coordenação desse processo requer um Estado forte, gerencialmente competente, com estruturas ágeis, capaz de dar respostas às demandas da sociedade. Diante da atual crise dos serviços públicos e da escassez de recursos, a alternativa que se apresenta é a inovação gerencial. Tendo em vista que a administração está centrada no compromisso com o desempenho, faz-se misto conhecer a prática do controle no âmbito da administração pública. Nesse sentido, estudos acerca das realidades locais, acompanhando a criação e funcionamento desses sistemas, estão em consonância com as prioridades da sociedade moderna. Especificamente no presente estudo, pretende-se confrontar as condições de funcionamento do sistema de controle interno do município de São Gonçalo do Amarante com os requisitos legais, na tentativa de avaliar o nível de comprometimento dos gestores públicos com a administração pública, para além da imposição constitucional que o mecanismo do controle interno representa.

(Metodologia) O presente trabalho trata-se de um estudo descritivo de natureza qualitativa sobre o controle interno, mostrando a sua importância como instrumento de eficiência e eficácia para gestão pública e confrontar, desde sua implantação, as condições de funcionamento do sistema de controle interno em São Gonçalo do Amarante com os requisitos legais estabelecidos para tal, com o intuito de realizar uma análise preliminar e apresentar sugestões para possíveis problemas diagnosticados, tendo em vista que a ênfase hoje existente foca apenas os aspectos legal e formal da gestão, em detrimento da avaliação da ação dos gestores. Esta pesquisa se utilizou de fontes bibliográficas e documentais. A pesquisa bibliográfica compreende a análise de livros, manuais, teses, dissertações, artigos de revistas científicas e sites especializados; contribuindo assim para a construção de um referencial teórico sobre o tema abordado. Para as coletas de dados utilizamos questionário, observações e análise de documentos.

(Resultados) Foi aplicado um questionário para Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante/ RN, onde foi identificado que todos os funcionários da controladoria são cargos comissionados. Verifica-se ainda que o município colocou parcialmente em prática as funções do controle, pois apesar da preocupação em instituir a Lei de criação do Sistema de Controle Interno e proporcionar treinamentos constantes aos funcionários comissionados, a gestão pública municipal não apresenta vontade política para estruturar amplamente o referido sistema e estabelecer que suas funções sejam exercidas por servidores organizados em carreiras específicas na forma da lei. Na verdade, a grande preocupação da gestão é cumprir as exigências legais, como análise das despesas públicas, orientações às secretarias municipais e apoio as ações do Controle Externo.

(Conclusão) Por meio do levantamento apresentado neste trabalho verifica-se que o sistema de controle é fundamental para qualquer administração pública e deve ser entendido de forma ampla, isto é, não está limitado apenas aos aspectos financeiros, administrativos e legais, pois compreende todo o conjunto de métodos e ações implementados dentro de determinado órgão administrativo, criando uma cultura de transparência, efetuando comparação entre os resultados previstos e os realizados em sintonia com o interesse público. É fundamental que as Prefeituras se estruturarem melhor, melhorando os seus sistemas de gestão e de controle, para elevar a qualidade dos serviços que prestam à comunidade e para atraírem investimentos econômicos e sociais que mudem a realidade social na qual se insere.

Palavras-Chave: Controle Interno, Eficiência, Gestão Pública.

A ÉTICA COMO ALICERCE PARA O PROFISSIONAL CONTÁBIL

Autor(es):

Eduardo Vinicius Braga Cabral: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) A prática fiel da ética profissional é uma das prioridades para obter, no mínimo, uma integridade moral, logrando assim, sucesso no ambiente profissional. Empresários, Gestores, Contadores vivenciam hoje muitas situações e dilemas éticos. A ética traz ao cidadão uma consciência social, conduzindo essa mesma sociedade a uma convivência harmoniosa, estudar ética e perceber que a mesma não se resume a seguir apenas códigos específicos, mas é essencial para o respeito ao indivíduo e ao compromisso de contribuir para o crescimento e valorização da sociedade. Desta forma, percebe-se que a ética é indispensável para todas as relações e aspectos sociais, permeando e muito a vida profissional. Visando esta importância, este trabalho tem como objetivo investigar o grau de ética do profissional contábil do município de Natal. A construção ética tem uma grande e importante influência no cotidiano da sociedade de forma geral, refletindo em seu desenvolvimento e em sua responsabilidade social. Nesse sentido, o interesse pelo tema: "A ética como alicerce para o profissional contábil" surgiu da necessidade de realizar um estudo mais aprofundado sobre essa questão.

(Metodologia) Procedeu-se uma revisão bibliográfica a fim de se construir um arcabouço teórico sobre o tema, e assim dar explicações com o intuito de responder o problema da pesquisa. Realizou-se uma pesquisa de campo do tipo exploratória descritiva. No que concerne à coleta de dados, foi aplicado um questionário com quinze perguntas abertas e fechadas junto aos contadores do município de Natal. A amostra foi composta por 1% de 4.687 profissionais de contabilidade devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade/RN, escolhidos aleatoriamente e por conveniência. Os dados foram tratados quantitativamente através da tabulação simples, com o uso do Excel, e qualitativamente por meio das respostas obtidas nas entrevistas.

(Resultados) Através da pesquisa observou-se que apenas 25% conhece o CEPC em sua totalidade; 75% afirmam que as entidades da profissão contábil, CRC/CFC, não exercem fiscalização eficaz, visando o cumprimento do CEPC; apenas 17% dos entrevistados afirmaram que classe contábil zela pela ética; 3% dos entrevistados não conhecem os riscos quanto a aspectos morais, sociais e éticos da profissão; perguntados sobre o que dificultava um trabalho ético, 44% afirmam que o receio de perder o emprego ou o cliente e 26% alegaram a falta de conhecimento das sanções previstas no CEPC e outros 26% alegaram a concorrência no mercado de trabalho.

(Conclusão) Os resultados da pesquisa são úteis para se refletir sobre os parâmetros a ser considerados na formação desses profissionais e no estabelecimento das normas que regulam a profissão, no sentido de se buscar a construção de um ambiente profissional ético e que mereça a confiança da sociedade. O objetivo geral do trabalho foi alcançado, pois através da pesquisa identificou-se como o código de ética pode contribuir para a valorização dos profissionais de contabilidade. Sendo este tema muito abrangente, e de interesse para toda a classe de contabilistas é necessário destacar que estudos mais aprofundados sobre o tema poderão apontar maneiras de unir a classe, valorizar mais os profissionais e, sobretudo, tornar os profissionais mais conscientes de seu papel no meio social agindo sempre de forma ética.

Palavras-Chave: Ética. Profissional Contábil. Conselho Federal de Contabilidade.

A EXPANSÃO DO PORTO MARÍTIMO DE NATAL SOBRE A ÓTICA DA EXPORTAÇÃO

Autor(es):

Laryssa Kelly de Andrade Freire: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Janaina Francisca de Pontes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Erica Domingos Paula: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Larissa Albertina Borges de Moura: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

Aluisio Alberto Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este projeto tem como objetivo geral analisar quais benefícios podem ser trazidos para o RN através da Expansão do Porto Marítimo de Natal. O mesmo também se especifica, do ponto de vista da expansão, em identificar os motivos pelos quais se fez um projeto de expansão do Porto, apontar os principais obstáculos existentes e identificar quais alternativas viáveis para amenizar os impactos desta expansão. Levando em consideração a relevância do Porto de Natal para a economia do Estado, sabendo que através deste projeto o RN terá a possibilidade de alavancar seu desenvolvimento econômico, gerar emprego e renda para a população e fazer com que outros setores da economia tenham seu destaque dentro e fora do país, surgiu o seguinte questionamento: Quais benefícios podem ser trazidos para o RN com a expansão do Porto Marítimo de Natal?

(Metodologia) Quanto ao procedimento técnico esta pesquisa caracteriza-se por ser bibliográfica, documental, e também de um estudo de caso. Com a intenção de resolver o problema escolhido para o estudo, a mesma é exploratória. Do ponto de vista do problema de pesquisa, a análise dos dados se deu através do método qualitativo. Universo da pesquisa: exportação. Amostra: exportação através do Porto de Natal.

(Resultados) Por ter uma pequena estrutura física, o Porto de Natal é criticado por não comportar embarcações de grande porte. Não há infraestrutura adequada para receber cruzeiros e não dispõe de espaço adequado para receber os visitantes. Desta forma, fez-se necessário a realização de um projeto de expansão do Porto de Natal que envolve tanto a ampliação do cais, quanto uma Estação de Passageiros para atender aos turistas. (Ministério do Planejamento. Programa de Aceleração do Crescimento, 2014). Por via marítima o porto é a empresa que auxilia a oferta de serviço de transporte de cargas, onde não é possível o transporte terrestre ou aéreo, ou que os custos seriam mais altos se fossem feitos por esses modos. (Companhia Docas do Rio Grande do Norte- CODERN, 2014). Dentre os obstáculos destacam-se as estradas estreitas para o acesso ao Porto, pouco espaço para armazenagem e a baixa profundidade impossibilitando a atracagem de grandes navios. A expansão será o catalisador da revitalização do bairro da Ribeira, contribuindo para a integração Porto – malha urbana e, assim, colaborando com o desenvolvimento econômico e social do estado do RN. Quanto ao problema das vias de acesso serem estreitas, sua solução se torna mais demorada por não depender da ação exclusiva da CODERN, mas encontra-se em andamento. Outra dificuldade, mas que está perto de ser solucionada é o aumento da profundidade. (TAVARES, 2013).

(Conclusão) Com esta pesquisa pode-se observar o quanto o Porto de Natal é importante para a economia da cidade e do RN. Gerará mais emprego e renda para a população local, revitalizará o bairro da Ribeira, e contribuirá para uma maior flexibilidade do escoamento de produtos, já que facilitará o acesso aos centros de produção e distribuição. A expansão do Porto será outro grande passo para proporcionar uma situação econômica favorável para o Estado. Sugerimos pesquisas voltadas para o turismo, visto que é um dos pontos de extrema importância e é um dos objetivos pelo qual houve a necessidade de se fazer um projeto de expansão.

Plavras-Chave: Porto. Expansão. Exportação.

A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NUMA PERSPECTIVA FINANCEIRA: UMA ANÁLISE DESCRITIVA DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIRO NA CRIAÇÃO DE VALOR.

Autor(es):

Gisleinny Cristina Alves de Melo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) RESUMO Analisar a gestão da informação numa perspectiva financeira abordando uma análise descritiva dos indicadores financeiros na criação de valor. Com a globalização, as organizações necessitam cada vez mais de informações relevantes e uma boa gestão financeira para sobreviver com suas atividades devido à grande competitividade. Uma boa gestão da informação, corroborada pela governança corporativa, tornando a análise da informação financeira ferramenta com grande relevância na criação de valor para o novo mercado. Considerando que a sobrevivência das empresas no mercado globalizado é uma das maiores dificuldades encontradas pelos empresários atualmente, devido à concorrência, a escassez dos recursos financeiros, naturais e humanos, à falta de bons gestores e a volatilidade do mercado. Tendo como problemática a gestão da informação numa perspectiva financeira na criação de valor e como objetivo geral a gestão da informação numa perspectiva financeira através da análise de indicadores e objetivos específicos verificar a importância da informação financeira na criação de valor, conhecer a literatura pertinente ratificando a importância da informação financeira no processo de tomada de decisão e analisar os indicadores financeiros que mensura o valor da empresa

(Metodologia) Este trabalho tem como objetivos específicos verificar a importância da informação financeira na criação de valor, conhecer a literatura pertinente ratificando a importância da informação financeira no processo de tomada de decisão e analisar os indicadores financeiros que mensura o valor da empresa e como metodologia o trabalho têm caráter exploratório, bibliográfico e como pesquisa uma análise descritiva na construção de cenários. A coleta dos dados foi dada através de pesquisas em livros, dissertações, teses, artigos e periódicos, na busca por embasamento e fundamentação da pesquisa, referente ao tema de estudo.

(Resultados) Os resultados encontrados foram obtidos após uma análise do Balanço Patrimonial (BP) em conjunto com a Demonstração dos resultados (DRE) . Teve como base os seguintes anos: 2013,2012 e 2011. Esta análise se deu através de cálculos e interpretações dos resultados encontrados no período. Foram calculados os Índices de Liquidez, Índices de gestão dos ativos, Índices de gestão da dívida, Índices de lucratividade e Índices de valor do mercado. Após ter sido feita a interpretação dos dados pode-se compreender a real situação econômico-financeira da Companhia estudada,colaborando para os gestores a melhor tomada de decisão.

(Conclusão) O trabalho analisa as variáveis que possibilitam a eficácia da gestão da informação financeira numa abordagem sistêmica, demonstrando e descrevendo os indicadores financeiros verificando as análises obtidas. Em suma uma boa gestão da informação consegue identificar a situação econômico-financeira e poderá utilizar os indicadores para amenizar os riscos tanto na estratégia como na tomada de decisão.

Palavras-Chave: Gestão da Informação. Boas Práticas de Gestão. Indicadores Econômico-Financeiro

A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO CONTADOR COMO PERITO SOB O OLHAR DO ADVOGADO

Autor(es):

Erika Maria Silva dos Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Rudney Rossi Moraes Ernesto: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Maria Sibebe Batista Damasceno : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Josyelle Machioni Felix: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) A perícia para alguns autores passa-se identificando e se relacionando com as mais variadas formas do pensamento possíveis. O seu objetivo é levar a justa decisão sobre a matéria em litígio, propiciando condições de justiça. Nesse contexto é essencial a atuação técnica do profissional contador (Perito), seu envolvimento com outras ciências e a humanização do mesmo com outros profissionais, sendo matéria deste trabalho uma pesquisa acerca da importância do perito contador sob o olhar dos advogados. O presente trabalho busca oferecer maior familiaridade aos acadêmicos e pessoas interessadas com relação ao assunto perícia contábil, especificamente, no que se refere a relação com o direito. Hoje, o avanço tecnológico e a globalização da economia servem como estímulo ao aperfeiçoamento da ciência contábil e, conseqüentemente, da perícia, como ramo de atividade dessa ciência. Justifica-se, portanto, a elaboração desta pesquisa, tanto para os acadêmicos do curso de ciências contábeis, pois oferecerá conhecimentos sobre mais uma das áreas em que poderão atuar após a formação, como também para as que veem nas ciências contábeis uma possibilidade.

(Metodologia) A trajetória metodológica aplicada se divide em duas fases: Na primeira delas, apresenta-se a fundamentação teórica, na qual são abordados os aspectos gerais da perícia contábil e do perito contador, apresentando sua evolução no mundo e, em especial, no Brasil. Já na segunda fase é feita uma pesquisa empírica para verificar como se dá a vivência do profissional perito contador com os advogados. Nessa fase é aplicado um questionário entre profissionais advogados que atuam com peritos contadores há longos anos, para maior conhecimento da interdisciplinaridade entre essas profissões e da visão daqueles a respeito dos trabalhos periciais desenvolvidos.

(Resultados) O assunto abordado apresenta resultados que permeiam desde gráficos para comprovação estatística, até um diagnóstico humanizado sobre a função e a postura do perito contador, profissionalmente e socialmente falando. Os questionamentos feitos aos advogados que participaram da pesquisa fizeram ainda mais salientar a importância deste que figura entre as principais funções na manutenção do equilíbrio da sociedade; fazendo do uso de sua especificidade técnica uma prática também para o bem comum.

(Conclusão) Observa-se que o perito contador assim como o assistente são indispensáveis para a constatação da veracidade de fatos ou situações que gerem dúvidas, sendo um profissional que auxilia diretamente os advogados na compreensão, avaliação e julgamento das interferências que fatos econômicos exercem na vida das pessoas e coletividade, passando a ter um papel fundamental como instrumento de cidadania.

Palavras-Chave: Perícia contábil, Perito contador; Advogado.

**A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE GOVERNAMENTAL PARA A EVOLUÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL:
UM ESTUDO DE MULTICASOS**

Autor(es):

Italo Diego Nogueira de Moraes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Marise Magaly Queiroz Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho teve como principal objetivo conhecer o controle governamental em seu âmbito interno e externo, verificando de forma específica, a implementação do controle interno em algumas prefeituras municipais do Estado do Rio Grande do Norte, a integração do controle interno com o controle externo, e a prudência do cumprimento das Leis que regem o controle governamental da gestão pública municipal. Com as exigências da Constituição Federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal, e das Resoluções dos Tribunais de Contas, a fiscalização das contas públicas evoluiu de forma significativa. Sendo assim, um efetivo controle na aplicação dos recursos é indispensável para a administração pública municipal. O Controle governamental da gestão pública deve proporcionar segurança à sociedade no aproveitamento dos recursos públicos com vistas a atender ao pressuposto emanado por lei. Portanto, a administração pública deve ser eficaz, eficiente e econômica, possibilitando uma maior transparência na aplicação dos recursos públicos, e contribuindo de forma integral com o Controle Externo, responsável por fiscalizar os atos administrativos, quanto à veracidade e fidedignidade das informações.

(Metodologia) A metodologia do trabalho foi realizada por meio de consultas a bibliografias, artigos, dissertações acadêmicas que contribuíram significativamente de forma abrangente a escolha do tema proposto, exposta sob a forma de um estudo de multicase. A aplicação do questionário objetivo direcionado aos controladores gerais dos municípios foi ferramenta prática deste trabalho, no intuito de obter informações fidedignas sobre a realidade do controle governamental destes municípios, sendo este método realizado para a obtenção da coleta de dados. O questionário foi aplicado entre os dias 01 e 15 de outubro de 2014. O Estado do Rio Grande do Norte possui 167 municípios, sendo a amostra para a coleta de dados composta por 10 municípios (Caicó, Currais Novos, Ipueira, Macau, Macaíba, Santa Cruz, Santo Antônio, São João do Sabugi, Timbaúba dos Batistas e Várzea, que somados, representam 6% do total de municípios). A pesquisa também foi de caráter qualitativo, pois o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva, ao qual envolve o uso de questionário e exploratória por se tratar de estudo de caso. A análise documental baseou-se em leis federais, estaduais e municipais.

(Resultados) Em face à análise dos dados levantados pelo questionário aplicado, detectamos haver controle interno em todos os 10 municípios pesquisados (sendo 2 com população maior que 50.000 habitantes e o restante em menor proporção), com quadro variável quanto aos servidores efetivos e graduados em áreas técnicas conforme a lei; os servidores passaram por treinamento específico para assumir as funções; julgaram contribuir com o controle externo; e que consideram de extrema importância o cumprimento das obrigações determinadas pelas leis. Todavia, cumprem em parte o que as leis determinam quanto à elaboração e envio dos relatórios em períodos estabelecidos; que o controle interno do executivo e legislativo raramente atuam de forma integrada; e que não contribuem de forma plena e eficaz para a transparência das informações públicas;

(Conclusão) Na perspectiva do trabalho, infere-se através dos resultados obtidos, que as Leis são rígidas, determinam a busca pela transparência, e conduzem a administração pública ao êxito da gestão. Entretanto, é preciso a conscientização e obediência por parte dos municípios, cumprindo integralmente as exigências das leis, e suscitando, conseqüentemente, uma gestão pública de controle governamental eficiente.

Palavras-Chave: Controle Interno; Gestão Pública; Controle Governamental.

**A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO NA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM-RN**

Autor(es):

Jéssica Karoliny Rezende de Carvalho: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) Diante de tantos casos de corrupção evidenciados na mídia, o controle interno na administração pública é uma ferramenta indispensável e eficaz para prevenir e combater a malversação do dinheiro público. O controle pode ser utilizado de forma preventiva, detectiva ou corretiva, evitando assim, eventuais desvios de verbas públicas, problemas de execução e possibilitando a adoção de medidas corretivas. Garantir a correta aplicação dos recursos públicos, dificultar a ocorrência de irregularidades, auxiliar na fiscalização da execução orçamentária e ainda respaldar e resguardar a atuação dos gestores são algumas das funções do controle na administração pública. Nesse contexto, um estudo que tem por finalidade avaliar o Sistema de Controle Interno na Prefeitura de Parnamirim-RN, tanto referente a legislação aplicada quanto a sua eficiência e eficácia, está em total consonância com as prioridades da sociedade moderna.

(Metodologia) Esta pesquisa se utilizou de fontes bibliográficas e documentais. A pesquisa bibliográfica compreende a análise de livros, manuais, teses, dissertações, artigos de revistas científicas e sites especializados; contribuindo assim para a construção de um referencial teórico sobre o Controle Interno. Para análise pormenorizada acerca do Controle Interno no município, além das verificações das leis existentes e em vigor, será aplicado também um questionário na Controladoria Geral do Município de Parnamirim-RN com os responsáveis pelo sistema de controle interno, objetivando detalhar a sua importância e eficiência na análise das despesas bem como no auxílio a tomada de decisões juntos aos gestores da administração municipal.

(Resultados) Com a análise dos dados coletados através do questionário aplicado, poderemos verificar mais a fundo o funcionamento do controle interno da Prefeitura de Parnamirim-RN e sua estrutura organizacional, bem como o nível de capacitação do quadro de funcionários da prefeitura. Também será possível conhecer como a CONGE (Controladoria Geral do Município) acompanha a aplicação de quaisquer recursos repassados ou recebidos pelo município e opina, previamente, sobre a conformação orçamentária das minutas de editais, contratos e convênios.

(Conclusão) O controle interno é de suma importância para a gestão municipal, procurando assegurar a adequada gestão, tentando evitar e corrigir erros, fraudes e desperdícios. Observa-se que todas as entidades públicas, independentemente da existência ou não do controle interno instituído por lei, se faz necessário haver o hábito de trabalhar de maneira planejada, procurando atingir os objetivos básicos da gestão pública, que é o atendimento eficiente e eficaz à população. A Prefeitura Municipal de Parnamirim-RN, embora não tenha um sistema de controle interno amplamente constituído, tenta executar as atividades inerentes a esse controle.

Palavras-Chave: Controladoria; Controle interno; Administração Pública;

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA UMA LOJA DE PRODUTOS NATURAIS

Autor(es):

Erika Maria Silva dos Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Rudney Rossi Moraes Ernesto: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Maria Sibebe Batista Damasceno : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Josyelle Machioni Felix: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Cásio Carlos Pereira Barreto: Docente do UNI-RN

(Introdução) Demonstrar a importância do uso do planejamento estratégico em uma loja de produtos naturais, por se constituir ferramenta indispensável para a manutenção de toda e qualquer atividade sócio econômica, além de proporcionar diversos outros benefícios, ter uma visão de tornar-se competitiva no qual se encontra inserida e garantir o advento da tecnologia, e em especial, da globalização com o intuito de aplicar em seus negócios, especialmente pelo fato da empresa em questão estar inserida em um segmento muito especializado. A busca para entender os clientes significa aumentar as chances de investirem na sua loja e não na do concorrente, fazendo com que o relacionamento se torne mais forte.

(Metodologia) Com base numa metodologia em que será utilizada a pesquisa bibliográfica – documental e em referência ao tema evidenciará a construção de hipóteses, aprimorando ideias e fundamentando as questões abordadas; desenvolvidas através de análise de diversas fontes como; livros, publicações periódicas, e publicações avulsas, internet, web. E fundamentada com obras do autor OLIVEIRA, D. P. R. Planejamento Estratégico: Conceitos, metodologia e práticas.

(Resultados) Espera-se poder utilizar os princípios do Planejamento Estratégico para gerar vantagem econômica e comercial, buscando sempre uma visão mercadológica, através de marketing com propaganda e publicidade direcionada com destaque para o aumento da demanda e atendendo uma clientela específica e fidelizando, aperfeiçoamento dos processos internos entre outros benefícios para o melhor posicionamento da organização no mercado. Com esse método alcançar sustentabilidade onde possa permanecer e proporcionar o crescimento.

(Conclusão) Um plano de administração estratégico eficaz, aumenta a probabilidade de a loja atingir os seus objetivos, pois constrói a visão do futuro e traça estratégias para melhorar os resultados. Todas as atividades de todo e qualquer negócio envolvem riscos, todavia se faz necessário que estes sejam cuidadosamente calculados. O planejamento visa minimizá-los, pois as decisões são baseadas no conhecimento. Normalmente, as pequenas empresas acham que não precisam especialmente desta ferramenta no seu negócio. Por este motivo é que surge a importância de um planejamento estratégico para uma loja. Entretanto quando não se faz um planejamento, leva a falta da visão empresarial e tomada de decisões incorretas. Importante também é a construção de um bom relacionamento entre o cliente e a empresa é fundamental, os clientes devem ser reconhecidos, identificados e respondidos. Para isso acontecer, é preciso conhecer bem, saber manter a comunicação, escutar as necessidades e reconhecer a sua fidelidade, pois a busca para entendê-los significa aumentar as chances de crescimento e investimento certo. Enfim, as ações sugeridas no plano de administração estratégica enfatizam assuntos críticos necessários para o sucesso.

Palavras-Chave: Planejamento estratégico, Loja, Cliente.

A LEGALIZAÇÃO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) AS TRANSFORMAÇÕES DO MERCADO INDIVIDUAL.

Autor(es):

Wilkleila Vilela Dos Santos : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Edivaldo Soares Torquato Junior: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Fabiana Alanna Silva de Andrade: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN
Aluísio Alberto Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) Nosso estudo trata do aumento dos empreendedores formal, com grande importância na economia do país, por promover o crescimento de empregos e renda, além de dinamizar a economia dos bairros e municípios, interiorizando o desenvolvimento. Promovido pelo Governo Federal, este programa destina-se para os profissionais que trabalham por conta própria, faturando até R\$60 mil ao ano, não possuem participação alguma em empresa e podem empregar um funcionário. Entre as vantagens pode –se destacar o direito de usufruir dos direitos previdências, acesso mais fácil ao crédito, menores despesas na contratação de um funcionário, aumentando as chances de fazer negócios com outras empresas e realizar investimentos para a expansão de atividades. No trabalho serão analisados dados retirado do portal do microempreendedor individual, o qual oferece informações quantitativas com relação aos MEIs oficializados no Rio Grande do Norte, c será possível visualizar o aumento pela procura do mercado formal, e quais os procedimentos necessários para se tornar MEI. Também iremos estudo as leis complementares número 128, de 19 de dezembro de 2008, a qual dita todas as normas e direitos e deveres do MEI, o estudo das responsabilidades e benefício do MEI. Portanto diante do exposto, responderemos a seguinte problemática: Porque os microempreendedores procuram se formaliza? Temos como objetivo geral e específicos respectivamente; Investigar o que o mercado formal propõem ao MEI ; identificar as alterações legais para o surgimento da nova categoria; exemplificar os processos para legalização e analisar os dados referente a entrada dos empreendedores no mercado formal.

(Metodologia) Essa pesquisa será classificada como uma pesquisa aplicada, pois a mesma objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos á solução de problema específico. No problema, a mesma será classificada como uma pesquisa quantitativa, pois iremos traduzir as informações encontradas em número para chegar a uma conclusão. Procedimentos técnicos, a pesquisa será bibliográfica, documental estudo de caso, pois iremos coleta dados a parti de documentos publicados no portal do empreendedor. O universo utilizado será os empreendedores formais e informais.

(Resultados) Ao chegar os resultados, vimos que do ano de 2011 até 2013 a quantidade de pessoas que se consolidaram um MEI (Micro empreendedor formal). Fazendo uma análise em meses dos anos vimos que o mês de julho foi o que teve um maior aumento de ingressantes nos anos de 2011 e 2012, já no ano de 2013 o destaque foi no mês de agosto, já o mês com menores ingressantes foi nos três respectivos anos, foi o mês de dezembro. Já fazendo uma análise geral dos três anos, vimos que vem crescendo gradativamente, no ano de 2011 eram em média 12.000 empreendedores formalizados, em 2012 eram quase 13000 e no ano de 2013 teve um grande alta, com um pulo de 13000 para quase o dobro de 26000 mil formalizados.

(Conclusão) Com tudo podemos concluir que o que o mercado forma propõem ao micro empreendedor, interfere como um todo para o aumento dessa categoria, podemos interferi também os benefícios e facilidades que nos dias de hoje não serão alterados facilmente é o que leva esse aumento nos anos de 2011 a 2013 do micro empreendedor formalizado (MEI), e podendo crescer cada vez mais no seu ramo, chagando a uma média empresa e até uma grande empresa.

Plavras-Chave: microempreendedor, formal, benefício.

**ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DAS COMPANHIAS DE ENERGIA ELÉTRICA
ATRAVÉS DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS**

Autor(es):

Roza Maria Diniz Dantas: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Marke Geisy da Silva Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) Dentre as vertentes do Balanço Social, a Demonstração de Valor Adicionado surge como uma das mais importantes, pois tem como objetivo analisar o desempenho econômico de uma empresa, evidenciando a sua geração de riqueza em determinado período e sua respectiva distribuição. A Demonstração de Valor Adicionado (DVA) transmite a informação contábil sobre a riqueza criada de uma empresa de forma simples e objetiva para o entendimento do usuário, em geral, conhecedor ou não de princípios e técnicas da contabilidade. Esta demonstração é capaz de tornar a linguagem contábil mais acessível para a realidade econômica e social da entidade. Simultaneamente a esse novo cenário econômico para melhor demonstração e atendimento das necessidades de informações desses novos usuários, as companhias energéticas começaram a publicar as Demonstrações de Valor Adicionado (DVA), bem antes de a mesma ser obrigada para todas as empresas acionárias e de Grande Porte. Por conta destes fatores, surge a seguinte problemática de pesquisa: Quais são os indicadores baseados na DVA mais pertinentes para uma análise de empresas do setor de energia elétrica? Em suma serão analisadas as seguintes situações: 1. Analisar a DVA, geração de riquezas das empresas de Companhia de Energia Elétrica listadas na Bovespa. 2. Verificar a forma como foi feita a distribuição da riqueza gerada com todos os que contribuíram com esta formação; 3. Avaliar as empresas de energia elétrica mediante a utilização de indicadores calculados a partir da DVA; 4. Indicar quais indicadores são mais relevantes para uma análise de DVA nas empresas de Energia Elétrica.

(Metodologia) O estudo será desenvolvido por meio de pesquisa documental, bibliográfica e quantitativa mediante a análise da DVA, de 12 empresas de energia elétrica, no período de 2009 a 2013, demonstrações extraídas do site da Bovespa das empresas de todo Brasil, com a finalidade de verificar de que forma foram geradas as riquezas e como estas foram distribuídas para com os que contribuíram para esta formação. Para o desenvolvimento do projeto monográfico o método utilizado será a Análise Fatorial, pois é um método estatístico multivariado, que tem como o objetivo transformar um conjunto de variáveis iniciais, correlacionadas entre si, num outro conjunto de menor número de variáveis não correlacionadas. São seis as variáveis utilizadas nesta pesquisa: • Potencial do Ativo em Gerar Riqueza – Percentual do Valor Adicionado sobre o Ativo Total; • Potencial do Patrimônio Líquido para Gerar Riqueza – Percentual do Valor Adicionado sobre Patrimônio Líquido; • Potencial de Retenção de Receitas - Percentual do Valor Adicionado sobre a Receita Total; • Grau de Retenção do Valor Adicionado – Percentual dos Lucros Retidos (prejuízos) sobre o Valor Adicionado; • Participação dos Empregados no Valor Adicionado - Percentual do valor destinado ao Pessoal sobre o Valor Adicionado; • Participação do Governo no Valor Adicionado - Percentual do valor destinado ao Governo sobre o Valor Adicionado.

(Resultados) De acordo com os resultados da Análise Fatorial, os indicadores “Grau de Retenção do Valor Adicionado” e “Participação do Governo no Valor Adicionado” são os mais significantes, entre os 6 indicadores analisados. Em relação aos indicadores, a EDP é a empresas que mais retém lucros e gera riqueza distribuída para o Governo.

(Conclusão) Pode-se concluir que a Análise Fatorial pode ser relevante para a escolha de indicadores, como também auxiliar na análise de desempenho das empresas de energia elétrica do Brasil, no tocante a Demonstração do Valor Adicionado.

Plavras-Chave: Demonstração do Valor Adicionado; Indicadores; Análise Fatorial

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DOS GASTOS GOVERNAMENTAIS NA SEGURANÇA PÚBLICA DO BRASIL

Autor(es):

Carlos Rannyery Fagundes da Costa: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Marke Geisy da Silva Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) - A segurança pública no Brasil, nos últimos anos, vem passando por inúmeras críticas, no tocante aos elevados índices de criminalidade, que aumentam a cada ano. Com base nos números apresentados pelos órgãos responsáveis pela segurança no Brasil, e com as notícias publicadas nos jornais, escritos e televisivos, cresce a cada dia a sensação de que vivemos em um país em que não há investimentos na segurança pública ou que os investimentos realizados pelos entes da federação são cada vez mais insuficientes para o combate à criminalidade nos Estados brasileiros. Este trabalho a ser desenvolvido tem como objetivo analisar por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA) a Eficiência dos Gastos com a Segurança Pública nos Estados brasileiros, no que tange o combate a criminalidade dos mesmos. Para atingir o objetivo geral desta pesquisa, serão analisados os seguintes objetivos específicos: 1. Estabelecer os insumos e produtos da DEA, em referência a segurança pública; 2. Determinar os Estados que servirão de referência (benchmarkings) para os demais.

(Metodologia) (METODOLOGIA) - Serão utilizados os dados sobre a segurança pública no Brasil, nos seus 26 Estados e mais o Distrito Federal, com base nas informações obtidas no site do Ministério da Justiça, por meio do InfoPen (Sistema Integrado de Informações Penitenciárias), os dados selecionados compreenderão o período de 2008 a 2012. Na pesquisa foi aplicado um dos modelos do DEA (o modelo CCR), com orientação a insumo, na qual busca o relacionamento entre o nível de gasto realizado pelos Estados brasileiros e os resultados obtidos nos grupos de crimes relacionados para o estudo. Os grupos foram divididos em: 1. Produto 1: Crimes contra a pessoa – homicídio simples, homicídio qualificado e sequestro e cárcere privado; 2. Produto 2: Crimes contra o patrimônio – furto simples, furto qualificado, roubo qualificado, latrocínio, extorsão mediante sequestro, apropriação indébita previdenciária, estelionato, receptação, receptação qualificada e roubo simples; 3. Produto 3: Grupo dos entorpecentes – tráfico de entorpecentes, tráfico internacional de entorpecentes. Por fim, o único insumo será os gastos com estaduais com segurança pública.

(Resultados) (RESULTADOS) – No ano de 2008 os Estados que obtiveram maior eficiência foram: Acre, Paraná e Pernambuco; enquanto o Estado menos eficiente foi Goiás. Em 2009, Paraná, Rio Grande do Sul, Roraima e São Paulo atingiram a eficiência. Em relação a 2010, Rio Grande do Sul e São Paulo. Em 2011, continua-se com 2 Estados eficientes: Rio Grande do Sul e Pará. Por fim, em 2012, novamente 2 Estados se destacaram como eficientes: Amapá e Amazonas. No período analisado, observa-se que o Estado do Rio Grande do Sul, foi o estado mais eficiente, pois atingiu tal feito em 3 anos consecutivos. Em termos gerais, a média de eficiência dos estados brasileiros decaiu ao longo do período analisado, saindo de 0,40, em 2008, para 0,23, em 2012. Em relação ao Rio Grande do Norte, o Estado também sofreu uma queda de eficiência, partindo de 0,39, em 2008, para a marca impressionante de 0,001, em 2012.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) – Pode-se concluir que o nível de eficiência dos gastos segurança pública vem decaindo ao longo dos anos, de forma geral. Diante dos registros de criminalidade evidenciados, os estados não utilizam os gastos realizados da melhor forma possível (eficiência). Sugere-se que novas pesquisas sejam feitas, utilizando novos dados e o conceito de “Fronteira Invertida” da DEA, já que os outputs (níveis de criminalidade) são “produtos” indesejáveis.

Palavras-Chave: Gastos em segurança, criminalidade, eficiência.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: DETERMINANTES E DISCRIMINANTES NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS.

Autor(es):

Janiel Sátiro de Assis: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Ciência Contábil vem sofrendo muitas mudanças no transcorrer dos tempos no sentido cultural, social, econômico, político e científico. Seu crescimento foi sucessivo à medida que o homem procurava novas formas para aperfeiçoar seus conhecimentos. Hoje a contabilidade deixou de ser apenas débito e crédito e passou a ser uma das ferramentas mais valorizadas no mercado para ajudar os gestores nas tomadas de decisões de investimentos e financiamentos de suas respectivas empresas. Ela envolve, de um lado, o esclarecimento de como as coisas se passam no mundo dos negócios, e de outro calcula os números dessas negociações que são efetuadas. A contabilidade engloba praticamente todos os aspectos de uma entidade, sujeitos de serem expressos em termos monetários: os ativos ou itens relacionados a riquezas; os passivos ou interesses de credores que disponibilizam dinheiro e produtos, ou prestam serviços, e esperam a remuneração ou pagamento, e por fim, os direitos de acionistas ou proprietários que fazem investimentos, ou seja, acompanha toda transformação da empresa.

(Metodologia) Esse trabalho tem como metodologia a pesquisa bibliográfica, pois foi feito a partir de levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos; descritiva, pois foi realizado um estudo, análise, registro e a interpretação dos fatos; e documental, pois os dados foram extraídos de documentos da empresa Vale S/A.

(Resultados) Através desta pesquisa observou-se que na Vale S/A no ano de 2009 o endividamento total foi de 42%, endividamento de longo prazo 32% e endividamento de curto prazo 10%. Comparando o ano de 2010 ao ano de 2009 teve as seguintes variações: endividamento total teve um aumento de 1% e fechou em 43%, endividamento de longo prazo caiu 1% e fechou em 31% e o endividamento de curto prazo teve um aumento de 2% e fechou em 12%. Agora comparando o ano de 2011 com o ano de 2010 houve as seguintes alterações: endividamento total teve uma queda de 4% e fechou em 39%, endividamento de longo prazo caiu 1% e fechou em 30% e o endividamento de curto prazo teve uma queda de 3% e fechou em 09%. Agora comparando o ano de 2012 com o ano de 2011 ocorreu as seguintes variações: endividamento total teve um aumento de 3% e fechou em 42%, endividamento de longo prazo aumentou em 2% e fechou em 32% e o endividamento de curto prazo aumentou 1% e fechou em 10%. Comparando o ano de 2013 com o ano de 2012 houve as seguintes alterações: endividamento total teve um aumento expressivo de 6% e fechou em 48%, endividamento de longo prazo também teve um aumento de 6% e fechou em 38% e o endividamento de curto prazo caiu 2% e fechou em 08%. Agora comparando o último ano com o primeiro, ou seja 2013 com 2009 temos as seguintes alterações: endividamento total teve um aumento de 6% chegando a 48%, endividamento de longo prazo também teve um aumento de 6% e chegou a 38% e o endividamento de curto prazo caiu 2% e chegou a 08%.

(Conclusão) Com o objetivo de identificar quais os determinantes e discriminantes no processo de tomada de decisões de investimentos e financiamentos com base na análise das demonstrações contábeis utilizando como metodologia a pesquisa bibliográfica, análise descritiva e documental pode-se verificar que no período de 2009 a 2012 houve oscilações pequenas entre 1% e 3%, já no ano de 2013 o endividamento teve um aumento de 6%, mas esse aumento está ligado ao aumento de pessoal e empréstimos e financiamentos feitos para comprar equipamentos, visando à melhoria da empresa.

Palavras-Chave: indicadores econômicos, estrutura de capital, visão relacional

ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE CUSTO-VOLUME-LUCRO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA ATACADISTA DE ALIMENTOS EM NATAL (RN).

Autor(es):

Jorge Inácio Filho: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Lis Daiana Bessa Taveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A instantaneidade dos meios de comunicação tem impulsionado a redução das barreiras alfandegárias e as relações comerciais, ampliando a complexidade dos negócios. As incertezas do ambiente corporativo exigem das organizações respostas rápidas e precisas, baseadas em informações e conhecimentos compatíveis com os apelos dos clientes e com os desafios impostos pela concorrência. Com isso, as empresas esforçam-se em aperfeiçoar seus processos e em ajustar seus gastos de forma a praticar preços competitivos e a não perder receita. Daí a importância da aplicação de instrumentos de gestão que embasem a tomada de decisão. Nesse sentido, de que forma a análise da relação custo-volume-lucro pode contribuir para a gestão financeira de uma pequena empresa, optante do lucro real e inserida no segmento atacadista de alimentos, localizada em Natal (RN)?

(Metodologia) A pesquisa, quanto aos objetivos, seguiu o método descritivo, em que foram investigados dados reais da empresa, tais como, receitas, custos, despesas e preços. Quanto aos procedimentos, foi realizado um estudo de caso, durante o qual foram coletados dados através de entrevista não estruturada com o sócio majoritário da empresa. Procedeu-se a uma análise documental a partir de relatórios usados pelo gestor no seu dia-a-dia, e também a uma pesquisa bibliográfica visando dar suporte ao estudo elaborado. A abordagem foi qualitativa porque não houve tratamento estatístico dos dados.

(Resultados) Baseando-se nos dados coletados relativos aos 10 produtos mais vendidos pela empresa, em junho/2014, foram calculadas as margens de contribuição unitária (MCu) e total (MCt), o ponto de equilíbrio contábil (PEC), as margens de segurança (MS) e a demonstração de resultado do período (DRP) para efeito de análise gerencial. O produto Colchão mole bovino destacou-se com MCu de R\$ 2,40, correspondente a 18,93% do preço de venda líquido unitário. A maior MCt foi a do produto Filé de peito de frango, com R\$ 36.682,50, equivalente a 22,94% da soma das MCt. O PEC do mix de produtos é de 80.714 kg. Como foram vendidos 196.000 kg, a MS foi de 115.286 kg, correspondente a R\$ 742.272,50. Com isso, a DRP apresentou um lucro líquido no período de R\$ 170.728,00, equivalente a 13,53%.

(Conclusão) Constatou-se que a empresa adotando a análise custo-volume-lucro estará capacitando-se à continuidade dos negócios. Direcionará seus esforços de venda para aqueles produtos com maiores MCt e saberá quanto precisará vender, tanto em volume quanto em Reais, sem que incorra em prejuízo. A relação custo-volume-lucro possibilitou análises de sensibilidade que explicitaram o comportamento das receitas, dos custos e do volume de vendas, bem como o grau de interferência mútua quando ocorriam variações nesses itens. O instrumento de gestão disponibilizou as MS que revelaram as sobras de vendas realizadas em comparação com as vendas no PEC, e permitiu a construção da DRP com possibilidade de serem feitas simulações de resultado a partir dos diversos cenários projetados para quantidades vendidas, custos e preços de venda. Não obstante às limitações quanto à caracterização dos custos e despesas, e as precauções ligadas ao uso da margem de contribuição e do ponto de equilíbrio, são inegáveis os benefícios que a análise custo-volume-lucro trouxe à empresa, notadamente quanto à racionalização do planejamento e do acompanhamento das vendas.

Palavras-Chave: Margem de contribuição. Ponto de equilíbrio. Lucro.

ANÁLISE DE EFICIÊNCIA DAS MAIORES EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL DO BRASIL

Autor(es):

Raiane Naiara Oliveira de Mora: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Marke Geisy da Silva Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) O setor da construção civil tem grande importância para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. É o responsável por grande parte da economia do país e também por colocar no mercado de trabalho milhares de pessoas. Hoje, existe uma combinação de mercado aquecido, escassez de mão de obra e competitividade entre as empresas do setor. Antigamente, existia uma baixa qualificação de profissionais, falta de tecnologia com o intuito de reduzir o desperdício, o que vem sendo modificado para um mercado dinâmico, com utilização intensiva de mecanização e técnicas modernas e a busca permanente pela eficiência e ganho de produtividade. O Programa de Inovação Tecnológica (PIT), capitaneado pela CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção identifica como um dos gargalos para a aplicação da inovação e melhoria da produtividade, o distanciamento entre o setor e a pesquisa acadêmica. Diante da busca permanente de eficiência e a falta de pesquisas acadêmicas no setor, este trabalho a ser desenvolvido tem como objetivo geral analisar por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA) a Eficiência das maiores empresas de Construção Civil do Brasil. Para atingir o objetivo geral, são traçados os seguintes objetivos específicos: 1. Estabelecer os insumos e produtos que serão utilizados na medição de eficiência; 2. Determinar as empresas que servirão de referência (benchmarks) para os demais.

(Metodologia) - A pesquisa quantitativa que desenvolveremos neste trabalho científico busca exprimir as dependências funcionais entre os fenômenos, procurando identificar os elementos constituintes do objeto, estabelecendo a estrutura e a evolução das relações entre elementos constituintes do objeto estudado. Os procedimentos técnicos utilizados, a presente pesquisa é caracterizada por ser uma pesquisa documental, onde serão utilizados os dados referentes as 50 maiores empresas de Construção Civil do Brasil, de acordo com os dados da revista digital “O Empreiteiro”, no período compreendido entre 2010 e 2012. Na pesquisa foi aplicado um dos modelos da DEA - o modelo BCC – com a orientação a output, na qual busca encontrar índices de eficiência na geração de receitas (o produto) das empresas de construção civil analisadas nesta pesquisa. As variáveis utilizadas serão as seguintes: 1. Total de Empregados – Insumo 1; 2. Patrimônio Líquido – Insumo 2; 3. Receita – Produto 1. O número de empregados e o Patrimônio Líquido seriam os investimentos (insumos) realizados pelas entidades estudadas, para as suas atividades. Enquanto isso, a receita seria o produto final das atividades desenvolvidas pela entidade.

(Resultados) Os resultados da pesquisa apontam que, dentre a amostra realizada, 9 construtoras foram eficientes em 2010, 8 em 2011 e 11 em 2012, o que demonstra uma variação positiva de entidades que alcançaram a eficiência no período analisado. Entretanto, a média de eficiência do conjunto de empresas sofreu uma queda durante o período analisado, saindo de 0,61, em 2010, para 0,57, em 2012. A Norberto Odebrecht, maior construtora do país, segundo a Revista O Empreiteiro (de onde se retirou a amostra), foi considerada eficiente nos três anos analisados, em conjunto com a Andrade Gutierrez e Galvão Engenharia.

(Conclusão) Pode-se concluir que, de acordo com os dados utilizados, as 50 maiores construtoras do país, em conjunto, estão perdendo eficiência em relação a geração de receitas. Contudo, a quantidade de empresas eficientes cresceu. Sugere-se que novas pesquisas sejam feitas, utilizando outras metodologias e/ou outras variáveis que possam estabelecer um modelo mais robusto para o cálculo de eficiências das construtoras do país.

Palavras-Chave: Construção civil, eficiência, benchmarking

AS PRINCIPAIS RESISTÊNCIAS AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NAS EMPRESAS NA CIDADE DO NATAL

Autor(es):

Pedro Jamys da Silva Xavier: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Ságena Luiza Gomes da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Nilton César Pessoa da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Rodrigo Francisco da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Cásio Carlos Pereira Barreto: Docente do UNI-RN

(Introdução) Cada vez mais, torna-se essencial que os gestores de empresas busquem ferramentas para a qualificação dos serviços. Dentre as possibilidades, o planejamento estratégico é um importante instrumento de gestão para as organizações. Seu objetivo é propiciar uma ferramenta que forneça informações para a tomada de decisão.

(Metodologia) No desenvolvimento do projeto foram utilizados além de pesquisas via internet e livros, foi aplicado um questionário em algumas empresas na cidade de Natal para podermos captar informações necessárias e chegar ao objetivo proposto.

(Resultados) A pesquisa demonstra a visão e o nível de conhecimento que os gestores hoje possuem perante o Planejamento Estratégico. Independente das suas experiências profissionais no mercado, a pesquisa consegue absorver desses líderes o que essa ferramenta acrescenta no cotidiano das empresas, principalmente o reflexo que a mesma traz nos resultados e quais dificuldades esses gestores encontram na elaboração de um Planejamento Estratégico. Percebemos que embora seja uma ferramenta difundida no meio gerencial, diferente das médias e grandes empresas, as pequenas não possuem conhecimento necessário para elaboração de um planejamento adequado. Não possuindo assim, um bom desempenho perante o mercado não conseguem identificar as oportunidades que surgem nem as ameaças que estão sujeitas. Com isso, não tendo o crescimento necessário para se destacar no mercado. Também observamos que os gestores das pequenas empresas não tem o conhecimento perante o planejamento estratégico. O desconhecimento dessa ferramenta se dá muitas a monopolização da gestão, tendo em vista que todas as decisões são tomadas por uma só pessoa, não tendo uma diversificação de opiniões.

(Conclusão) O planejamento hoje se tornou algo praticamente essencial para a sobrevivência de empresas no mercado. Não se pode tomar decisões sem planejar, sendo assim, não chegando ao objetivo proposto. Mas essa regra parece não estar sendo muito utilizada. De acordo com as empresas que pesquisamos e aplicamos o questionário sobre o Planejamento Estratégico, muitas empresas, apesar de saberem do que se trata, não conseguem implantar de forma eficaz a ferramenta nas suas empresas. Percebemos aí que a falta de conhecimento não é o maior obstáculo (apesar de algumas não possuírem esse conhecimento), mas, a iniciativa de planejar. Ou seja, muitas alegaram não possuir tempo necessário para elaborar um plano que pudesse evoluir a empresa ou conseguir chegar ao objetivo. Com essa pesquisa nas organizações, conseguimos concluir que o Planejamento é a ferramenta mais propícia e eficaz para se trabalhar de forma que as empresas consigam tomar decisões dentro da organização e com isso, saberem analisar o que a mesma necessitará alcançar ou até mesmo dispensar para um melhor desempenho.

Palavras-Chave: Planejamento, Decisões, Gestores, Iniciativa, Questionário

CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE CEASA-RN

Autor(es):

Michell Bezerra de Medeiros: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Pedro Paulo Lima Barreto: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Carolina de Mello Lima: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Luiz Ricardo de Sousa Ferreira Gonçalves: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Josean Silvestre Spinola : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Aluísio Alberto Dantas: Docente do UNI-RN
Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com o aumento dos centros urbanos, a distribuição dos hortifrutigranjeiros tornou-se mais complexa e com mais obrigações. Diante de uma nova realidade, os mercados tradicionais precisaram melhorar suas estruturas de comercialização e sua principal questão era como aproximar a lavoura e o campo dos grandes centros urbanos, fornecendo produtos com qualidade e baixo custo, pensando nisso o Governo Federal criou as CEASAS no Brasil no final da década de 1960. Desta forma, a pesquisa indicará como a CEASA foi importante para o comércio hortifrutigranjeiro no estado, aplicando e organizando o comércio destes produtos no setor primário de nossa economia. A pesquisa vem a esclarecer: O que pode ser feito para melhorar o espaço físico e a comercialização de abastecimento destes produtos afim de que se evite o desperdício de alimentos comercializados e estocados?

(Metodologia) O estudo busca analisar e identificar como a produção de hortifrutigranjeiros e outros produtos alimentícios tiveram uma melhora significativa em natal e municípios do estado nos anos de 2012 e 2013 com ampliação dos centros de abastecimentos do Rio Grande do Norte S/A-CEASA/RN

(Resultados) ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA É imprescindível avaliar a importância socioeconômica que a CEASA exerce na sociedade potiguar, considerando a sua função primordial de centralizar o processo de comercialização e distribuição de produtos hortifrutigranjeiros e outros gêneros alimentícios, para suprir a demanda e a segurança alimentar da população do estado. Neste sentido, o conteúdo do presente estudo tem como objetivo analisar o fluxo de mercadorias comercializadas pela instituição, em termos do volume de produção e valores comercializados, com a identificação da origem dos principais produtos demandados e ali comercializados. Essas informações serão importantíssimas para a formulação de propostas de políticas econômicas agrícolas do estado, no sentido de orientar o processo de produção com base nas demandas de mercado. Com vistas ao estudo dos objetivos de análise socioeconômica da CEASA/RN, o presente capítulo será desenvolvido com os seguintes estudos: Fluxos de mercadorias comercializadas; origens dos produtos; comportamento de preços praticados pela entidade e aspectos estruturais.

(Conclusão) O desperdício comercial na central é ainda usado na alimentação humana, não de uma forma vencida, mas quando o produto está em fase final de maturação, ele é encaminhado a programas criados pela central, conhecidos como “mesa solidária” ou para o “mesa Brasil”. Fica evidente que a CEASA/RN é uma entidade que só tende a crescer contribuindo para o crescimento do estado e a grande preocupação é em oferecer produtos com excelência no bem estar da população com compromisso e qualidade. Diante da pesquisa realizada, as evidências da organização da CEASA, que há um grande desperdício de alimentos e a falta de limpeza no espaço físico. Então sugerimos que seja feito um novo estudo sobre a CEASA com intuito de aperfeiçoar o programa “mesa solidária”, para que este seja eficaz e com menos desperdício de alimentos, melhorando assim, a estrutura de armazenamento dos resíduos.

Plavras-Chave: Socioeconômico. Desperdício alimentar. Procedência dos produtos.

CONTROLADORIA COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA: APLICABILIDADE EM UMA EMPRESA NO SEGMENTO SUPERMERCADISTA NO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Virgílio Campos Andrade de Melo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Lis Daiana Bessa Taveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Administrar empresas em uma economia instável e um mercado altamente dinâmico é sempre um grande desafio. Os ciclos de vida útil dos produtos e serviços estão cada vez menores, exigindo das empresas acompanhamentos assertivos, através de controle contínuo, utilizando-se de sistemas de informações e gestão eficaz. Para um bom posicionamento das empresas frente aos concorrentes, a controladoria, no seu enfoque moderno, é uma parceira de fundamental importância para um ciclo de vida sustentável, proporcionando, por meio de controles confiáveis, informações para a tomada de decisão nas organizações. Para realização do trabalho, realizou-se uma ação de controladoria, objetivando implantar estratégias financeiras e tributárias em um supermercado no estado do RN.

(Metodologia) A metodologia aplicada é descritiva quanto a abordagem do problema, pois buscou-se descrever e implantar estratégias tributárias através do JSCP e de gestão financeira. Quanto aos procedimentos realizados, a pesquisa aplicou um estudo de caso em uma empresa no ramo supermercadista, fundada há 15 anos. Quanto a abordagem, é qualitativa, pois para o tratamento de dados foi utilizado apenas uma análise qualitativa.

(Resultados) Realizaram-se visitas semanais, a princípio para identificação de dados com informações gerenciais, e não somente documentos contábeis, pois além das informações por competência, trabalharam-se informações de caixa. Após identificação dos dados, analisou-se o endividamento a curto, médio e longo prazo, composição do capital de giro, prazos de recebimentos e pagamentos, despesas, giro do estoque, e procedimentos operacionais de tesouraria e do setor financeiro como um todo. Posterior ao diagnóstico, as visitas foram realizadas para implantação da gestão, objetivando alavancar os resultados financeiros. Foram negociados junto a fornecedores prazos para alavancar o giro do estoque, trabalhou-se o ponto de equilíbrio de compras, implantou-se o controle de contas a pagar em sistema de informação integrado. Em conjunto com a gestão financeira, foi realizada também estratégia tributária na qual proporcionou redução dos impostos a pagar com a implantação do JSCP e controle eficiente na identificação das avarias. Após a implantação da nova gestão financeira, a empresa saiu de uma situação deficitária para superavitária, pois reduziram as compras e mantiveram as vendas, uma vez que possuíam estoque elevado, gerando contas a pagar desnecessário. O ponto de equilíbrio nas compras e negociação com os fornecedores elevando o prazo proporcionou um maior giro de estoque, gerando caixa suficiente para honrar os compromissos diários. Referente ao planejamento tributário, a empresa desembolsou menos com impostos, pois trabalhou-se o JSCP, juntamente com a identificação correta das avarias que muitas vezes não eram contabilizadas, e em um dos trimestres, contabilizaram-se também as perdas com inadimplência, gerando uma menor base de cálculo para pagamento dos tributos.

(Conclusão) Conclui-se que o impacto financeiro obtido através do uso do uso de estratégias financeiras e tributárias como instrumento de gestão em uma empresa atuante no segmento supermercadista foi de extrema relevância para a sustentabilidade e crescimento organizacional, pois a empresa em 4 meses de utilização das ferramentas, passou de um caixa negativo para positivo, honrando seus compromissos pontualmente e alavancando seu lucro líquido através de menores desembolsos com impostos.

Palavras-Chave: Estratégias, Financeiras, Tributárias

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: AS FINANÇAS PESSOAIS DETERMINANTES PARA A TEORIA DA PREFERÊNCIA DE CONSUMO.

Autor(es):

Thielly Priscila Dantas: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) É bem verdade que os temas educação financeira e finanças pessoais tenham uma grande relevância no cotidiano das pessoas, porém não é dada a devida importância para os mesmos. Esses temas são vistos por grande parte das pessoas como objeto de difícil entendimento, o que não é bem verdade, basta que as pessoas dediquem um pouco mais do seu tempo para aprimorar o uso correto do dinheiro para seu benefício. Com isso podemos ver a importância de ser um educador financeiro, quando essa educação financeira é adquirida e lapidada o indivíduo consegue arquitetar seu futuro com uma projeção do acúmulo de ativos, ou seja, consegue formar uma poupança, fazer um investimento, algo que gere uma renda a mais. Com bases nessas informações o estudo tem como a problemática da pesquisa a seguinte indagação: Qual a relação existente entre educação financeira e a teoria de preferência de consumo? Esse estudo tem como objetivo geral Analisar a relação existente entre a educação financeira e a preferência de consumo, tendo o propósito de agregar conhecimento as pessoas, tendo como objetivos específicos identificar comportamentos e atitudes relacionados ao consumo e educação financeira; verificar quais são os fatores de influência no processo de compra do consumidor e demonstrar o nível de relacionamento entre educação financeira e consumo.

(Metodologia) A metodologia utilizada nessa pesquisa tem caráter exploratório e bibliográfico, é uma pesquisa qualitativa e quantitativa, tendo uma análise descritiva do cenário. A coleta de dados foi constituída principalmente por meios de livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, monografias, dissertações, teses, internet e através de questionários que foram aplicados aos alunos dos cursos de Administração e Ciências Contábeis do 1º e 4º ano, tendo como objetivo levantar dados para embasar tópicos referentes ao problema e aos objetivos que foram estudados colocando o pesquisador em contato com o maior número de material já escrito sobre o assunto da pesquisa. O tratamento dos dados foi feito através de planilhas e gráficos desenvolvidas no Excel e posteriormente serão analisadas, fundamentadas pelas teorias e conceitos apresentadas ao longo do trabalho, fruto da extensa pesquisa bibliográfica.

(Resultados) Os resultados estão sendo analisados de acordo com o questionário aplicado, para assim poder analisar a relação existente entre a educação financeira e a teoria da preferência de consumo, analisando separadamente cada turma dos cursos de Ciências Contábeis e Administração, para saber se realmente influencia na tomada de decisão de consumo, o fato de ter uma graduação.

(Conclusão) Esse trabalho vem para demonstrar a importância da educação financeira no cotidiano das pessoas e sua relação com o consumo, mostrando que quando se têm uma boa educação financeira a pessoa consegue administrar melhor suas finanças, minimizando seu nível de consumo.

Palavras-Chave: Educação financeira. Comportamento de consumo. Tomada de decisão.

EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS NA EDUCAÇÃO DO BRASIL

Autor(es):

Eduardo Rodrigues de Medeiros: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Marke Geisy da Silva Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) O desenvolvimento de um país tem como essência a educação, tanto no quesito social, quanto no econômico. Segundo Josafá Machado Pereira (2004), a educação é considerada um fator fundamental para o crescimento econômico, uma vez que é a principal responsável pela capacitação dos indivíduos, aumentando suas habilidades e rendimentos. O Brasil apresenta um aumento no grau de alfabetização da população quando comparado aos anteriores, mas o aumento não significa qualidade de ensino. Dados da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) mostram que quase metade (49,2%) dos alunos brasileiros não alcança o nível 2 de desempenho na avaliação que tem o nível 6 como teto. Isso significa que eles não são capazes de deduzir informações do texto, de estabelecer relações entre diferentes partes do texto e não conseguem compreender nuances da linguagem. Além do mais, há um grande número de desistentes no ensino básico, o que acarreta investimentos não aproveitados para o Estado. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo avaliar o nível de eficiência dos gastos públicos em educação nos estados brasileiros no que diz respeito aos gastos que fazem em educação, analisando: os gastos públicos estaduais em educação e indicadores do IDEB (Instituto de desenvolvimento da educação básica), calculando indicadores de eficiência e quais estados são mais eficientes.

(Metodologia) No Brasil, apesar dos altos investimentos no setor da educação, cada estado tem seus recursos investidos de forma variável entre 3 a 10 mil reais por aluno, ainda assim não se chega a um resultado satisfatório de acordo com os resultados obtidos pelo IDEB. Desta forma este trabalho irá medir a eficiência dos gastos neste setor. A pesquisa utilizará da Análise Envoltória de Dados (DEA) para calcular a eficiência da educação nos estados brasileiros, utilizando como insumos os gastos públicos na área e números de estudantes e o produto as notas alcançadas no IDEB. Alcançando o produto poderemos analisar a eficiência dos investimentos públicos em educação.

(Resultados) Após a execução da pesquisa, os resultados obtidos por ela serão analisados e mostrarão quanto cada estado da federação investe por aluno. Feito isso poderemos obter um resultado concreto dos gastos em educação nos estados brasileiro e assim estabelecer um ranking de eficiência em relação à educação entre eles. Com este ranking, observaremos a situação de cada estado.

(Conclusão) Com os resultados obtidos com este trabalho, poderão ser encontradas conclusões, como o aumento ou a diminuição dos investimentos na área educacional, o bom ou mau desenvolvimento e desempenho dos estados, como também os níveis de eficiência de cada Estado.

Palavras-Chave: Eficiência, Educação e investimento

**ESTUDO SOBRE A UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO PARA GERENCIAMENTO
COMERCIAL DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.**

Autor(es):

Monique Sâmara Fernandes de Seixas: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Marke Geisy da Silva Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) As pequenas empresas, na esfera social, não contribuem apenas como geração de emprego representa também um importante mecanismo de mobilidade social, melhor distribuição de renda e ampliação da classe média à medida que se possibilita ao assalariado, ascender à posição de micro ou pequeno empresário. As Micro e Pequenas Empresas (MPE) fazem parte do mercado globalizado, sendo uma realidade fundamental à economia. Apesar de existir grande número de MPEs, é elevado o índice de empresas que fecham as portas antes de completarem cinco anos de atividades, geralmente ocorrendo devido a gestão inadequada. Por isso, é necessário que empresários e contadores atuem em conjunto, auxiliando no andamento dessas empresas, para que não ocorra a mortandade dessas MPES de forma tão imatura. Contudo, observa-se que essas empresas enfrentam dificuldades na administração e controle por serem geralmente geridas por profissionais, que na maioria dos casos é o proprietário da empresa e não tem formação contábil.

(Metodologia) A contabilidade é essencial para a sobrevivência financeira de uma instituição, pois fornece informações relevantes para o planejamento e avaliações de desempenho destas. O presente estudo tem como objetivo o uso da contabilidade como instrumento de apoio ao processo de tomada de decisão, por meio de um levantamento realizado em empresas de pequeno porte na cidade de Natal, pertencentes ao Shopping 10, no bairro do Alecrim. Parte-se do pressuposto de que grande parte dessas empresas não possui um planejamento, e que devido ao porte e forma de operacionalização, as mesmas não costumam contratar contadores para trabalharem internamente. Geralmente ocorre a terceirização dos serviços contábeis, e essa traz como consequência a contratação de contadores que se dedicam apenas a cumprir as obrigações fiscais e deixam de realizar a assessoria gerencial adequada.

(Resultados) A Empresa entrevistada é voltada para a atividade comercial, possui 5 funcionários, atua a 2 anos no mercado e está enquadrada de acordo com Receita Federal no Simples Nacional. Além de atuar na parte fiscal, a contabilidade da empresa auxilia na tomada de decisão, dando o suporte gerencial à empresa e esta vem dando resultados esperados no setor financeiro.

(Conclusão) Após a análise das empresas vistas no trabalho, chega-se a conclusão que, a racionalidade do gestor, necessária nas tomadas de decisões, deve sempre estar em consonância com as informações advindas do diagnóstico do problema, bem como da análise e avaliação das alternativas. Todas essas informações adquiridas de uma contabilidade adequada, no sentido de evitar problemas superiores aos que deram origem ao processo decisório.

Palavras-Chave: Utilização da contabilidade; gerenciamento comercial; micro e pequenas empresas.

IMPACTO NAS EMPRESAS DO BRASIL QUE ADEREM A GOVERNANÇA CORPORATIVA: ESTUDO DE CASO DA NATURA

Autor(es):

Raysse Confessor de Mendonça: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pesquisa tem por objetivo analisar o possível impacto que a Natura empresa do Brasil teve ao adotar as boas práticas da Governança Corporativa quando abriu Capital no ano de 2004. A Governança mostrou-se mais dinâmica com as privatizações das empresas e da abertura de mercado nos anos 1990. Com o passar do tempo, para as empresas que adotam as boas práticas, verificou-se que os investidores estavam dispostos a pagar mais pelo valor da empresa, o crédito perante o mercado seria mais favorável, e sabiam que ainda o resultado a adoção iria favorecer para a longevidade das empresas e que isso iria trazer benefícios a todos em um contexto geral. Os mecanismos de governança corporativa vêm evoluindo gradativamente no país. Esse movimento é muito importante para a consolidação de um ambiente de mais proteção aos acionistas, investidores e maior incentivo às empresas na busca de recursos no mercado de capitais.

(Metodologia) Utilizando Vergara (2002), quanto aos fins à pesquisa é considerada explicativa, pois tem como principal objetivo esclarecer que fatores contribuem para a ocorrência de determinado fato. A pesquisa em questão é também classificada como descritiva porque descreve os fatos ocorridos na empresa, mostrando a importância da adoção de boas práticas. Quanto aos meios é uma pesquisa bibliográfica e documental com base em material publicado em livros, revistas, jornais entre outros, que abordem o assunto. A coleta de dados foi realizada através das publicações financeiras da empresa em seu site.

(Resultados) A partir desta pesquisa analisamos preliminarmente como se comportou o endividamento da Natura no ano de 2003 quando mantinha-se ainda com capital fechado e após a sua abertura de capital no ano de 2004 e quais benefícios ocorreram decorrentes dessa adoção. No ano de 2003 o endividamento total da Natura representava 83% do seu ativo total, onde 27% eram dívidas de longo prazo e 56% de dívidas de curto prazo. Já no ano de 2004, o seu endividamento total teve uma regressão bastante significativa com a redução de 26% fechando em 56%, onde 13% eram de dívidas de longo prazo e 44% dívidas de curto prazo.

(Conclusão) Diante do que foi analisado preliminarmente, constatou-se que as reduções bastante significativas do endividamento total após abertura de capital no ano de 2004, podem ser resultado de uma maior confiabilidade que a Natura transpareceu, ao realizar as publicações de seus balanços e resultados trimestralmente, o que gerou em resultado gerou um melhor crédito no mercado pela transparência adotada, tornando-se atrativa para seus fornecedores e possíveis novos investidores.

Palavras-Chave: Contabilidade Gerencial. Resultados Econômicos. Governança Corporativa.

IMPACTO TRIBUTÁRIO PELA ADOÇÃO DO RET: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Autor(es):

Jéssica Martins de Almeida: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Lis Daiana Bessa Taveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Patrimônio de Afetação é um tema relativamente novo. Foi normatizado pela Lei nº10. 931 de 03 de agosto de 2004. Os aspectos abordados no trabalho visam demonstrar a importância do estudo do tema para a sociedade; a atividade imobiliária brasileira, que passou por transformações no decorrer dos anos, merece atenção especial, pois se trata de uma das necessidades básicas da sociedade como um todo. Saber a influência dessa nova Lei nas atividades contábeis também é de grande importância para os profissionais da área, pois a cada nova informação sobre o assunto, faz-se aumentar o interesse gerando, mais possibilidades de divulgação do tema e, conseqüentemente, a melhoria na qualidade dos serviços prestados por profissionais da área. Dentro do contexto acima descrito, o objetivo principal deste trabalho é verificar se o RET é vantajoso para as incorporadoras, quando comparado com as formas normais tributação.

(Metodologia) Em atendimento aos procedimentos metodológicos, além da pesquisa bibliográfica, também foi desenvolvida uma pesquisa descritiva. Para esta pesquisa, foram utilizadas informações extraídas de demonstrações financeiras de incorporadoras. Com esta base de dados, foram elaboradas simulações com a finalidade de verificar se o RET é vantajoso para as incorporadoras, incentivando-as a optarem pelo Patrimônio de Afetação. Para atender ao objetivo deste trabalho, que é verificar se o RET é vantajoso para as incorporadoras, Foi selecionada uma amostra por conveniência de 5 incorporadoras que atuam na BM&BOVESPA por meio da comparação do regime especial de tributação e os regimes tributários Lucro real e Lucro Presumido.

(Resultados) Face aos resultados obtidos Parcialmente, pode-se afirmar que, para as empresas incorporadoras da construção civil, uma redução de percentual Bastante significativa da alíquota do RET pode levar a maioria destas empresas a aderirem ao patrimônio de afetação, gerando mais segurança nos negócios imobiliários, através da transparência obtida pela segregação contábil e financeira dos empreendimentos. Com base nos dados obtidos na pesquisa, pode-se afirmar que a apuração dos tributos pelo RET em relação ao Lucro Real e Lucro Presumido é vantajosa para as empresas incorporadoras.

(Conclusão) O que se tem observado no mercado da construção civil, é que a adoção do patrimônio de afetação é ainda muito tímida. Além do desconhecimento do empresário desse ramo de negócios, o que se depreende é que também no meio profissional contábil há uma lacuna a ser preenchida por especialistas contadores. A lei possibilita maior transparência nas informações sobre os empreendimentos e onde e como estão sendo utilizados os recursos gerados por determinada obra. Porém para que existe interesse de todas as partes, além de uma maior divulgação sobre o tema, é preciso que seja criada condição para que se torne atrativo a todos os participantes do setor. Por fim, conclui-se que ao optar pelo Patrimônio de Afetação, as incorporadoras imobiliárias beneficiam-se com o Regime Especial de Tributação por terem uma alíquota tributária reduzida e por todas as dívidas de natureza tributária, e junto a instituições financeiras ficarem restritas ao empreendimento em construção, não tendo qualquer relação com outros compromissos e dívidas assumidas pela empresa.

Palavras-Chave: Patrimônio de Afetação, Tributação, Incorporador

MICROS E PEQUENAS EMPRESAS (MPES) NO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Kainara Priscilla Oliveira da Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Lucimara dos Santos Bezerra: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Mayara Silva dos Santos Pontes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas: Docente do UNI-RN

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) As micro e pequenas empresas tem um papel fundamental na economia do país, isso por que essas representam uma parcela significativa do mercado. As MPEs promovem o crescimento econômico, geram empregos e renda melhorando a condição de vida da população, por isso são imprescindíveis para economia e o desenvolvimento, não apenas do RN, mas de todo o país. Então se torna relevante a pesquisa para aborda o perfil dessas empresas, acompanhar o crescimento econômico e social, adotar ferramentas e procedimentos para um gerenciamento estratégico, trazendo iniciativas para evitar a mortalidade obtendo as melhores condições possíveis para evolução da mesma.

(Metodologia) O trabalho realizado classifica-se a partir de uma pesquisa descritiva, onde vamos descrever as características e os problemas encontrados nas micro e pequenas empresas. Foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta: pesquisa bibliográfica e documental através de materiais publicados, e documentos. Esses dados serão tratados de forma quantitativa, tendo em vista que serão usados recursos e técnicas estatísticas. Sendo, então, possível demonstrar o perfil das micro e pequenas empresas, identificar as principais causas do insucesso e demonstrar assim a utilização da contabilidade nesse segmento.

(Resultados) Na análise dos resultados fica evidenciado a importância dessas empresas para a arrecadação de impostos e a geração de empregos trazendo muitos benefícios para o estado, como a promoção da inclusão social. Mesmo com o crescimento tão acentuado e tantos incentivos, as micro e pequenas empresas ainda apresentam uma taxa de mortalidade preocupante, através de gráficos ficam evidentes as causas mais comuns nas falhas nos negócios, a mais relevante com 72% é a inexperiência do administrador. Por isso enfatizamos a relevância do uso da contabilidade como ferramenta principal para a tomada de decisões possibilitando ao Micro e pequeno empresário ter conhecimento da situação financeira e econômica da empresa, ajudando a criar e executar um planejamento de mercado, contanto não há uma utilização tão eficaz por parte dos empreendedores sendo usada na maioria das vezes para atender exigências fiscais.

(Conclusão) Diante de todas as possíveis causas que levam as MPE's à mortalidade, fica evidente a importância da utilização de toda e qualquer ferramenta gerencial administrativa que possa contribuir para redução deste índice. É nesse contexto que a contabilidade é inserida como instrumento de apoio e auxílio à tomada de decisão, sendo necessária e importante na gestão das MPEs, quando com sua ajuda é possível extrair diariamente informações que ajudem a encontrar melhores formas de manter o negócio sustentável.

Palavras-Chave: Micro e Pequenas Empresas, Mortalidade, Rio Grande do Norte.

O IMPACTO DA ISENÇÃO DA CONFINS NAS SOCIEDADES CIVIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTABILIDADE EM NATAL/RN

Autor(es):

Fábio Wallace Melo da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Contabilidade atua em diversas áreas e tem o papel de colaborar com o desenvolvimento das organizações, gerando informações para auxiliar os usuários na gestão e tomada de decisão, dentre essas áreas existe o processo de planejamento tributário, que tem a função de reduzir os encargos tributários, o elevado grau de tributos sobre as organizações é o um dos motivos a tornar certos negócios inviáveis, sendo motivo de fechamento das empresas nos seus primeiros anos de existência. O objetivo geral foi analisar o impacto da isenção da COFINS nos prestadores de serviços em escritórios de contabilidade. Portanto, o problema desta pesquisa respondeu o seguinte questionamento: Qual o impacto da isenção da COFINS nas sociedades civis de prestação de serviços de contabilidade?

(Metodologia) Nesta pesquisa foi inserida uma proposta metodológica de pesquisa descritiva, quantitativa e estudo multicaso, os dados foram coletados em 2 escritórios de contabilidade em Natal/RN, sendo um de médio porte e outro de grande porte, após um tratamento feito em planilha eletrônica e uma análise temporal de 2 anos, foi evidenciando o impacto econômico frente à isenção da COFINS.

(Resultados) A mensuração econômica se insere na análise comparativa de dados coletados em escritórios de contabilidade em Natal/RN. A importância do conhecimento legislativo na contabilidade é relevante em todas as situações, principalmente em que setores são beneficiados por isenções e a falta da informação pode gerar altas perdas. Os resultados foram obtidos a partir coleta de dados sobre o faturamento mensal dos escritórios X e Y. No Escritório X em 2012 e 2013 o faturamento anual foi de R\$10.156.262,27 e R\$10.514.260,50, respectivamente, já no Escritório Y, no mesmo período, o faturamento anual foi de R\$1.661.102,89 e R\$2.181.273,25. Posteriormente os dados foram submetidos a um cálculo para a apuração da COFINS, sendo aplicado um percentual de 3% sobre o faturamento, onde foi encontrado o valor referente a COFINS de cada mês e o somatório anual. Nos anos de 2012 e 2013 o Escritório X recolheu R\$304.687,87 e R\$315.427,82, respectivamente, no mesmo período o escritório Y recolheu em 2012, R\$49.833,09 e em 2013, R\$65.438,20. A partir desse resultado, observar-se o quão significativa é essa perda para os escritórios de prestação de serviços de Contabilidade caso não se busque a isenção.

(Conclusão) A pesquisa demonstrou aos estudantes do Curso de Ciências Contábeis, Contadores e Empresários que o estudo continuado da legislação tributária é importante para a viabilidade do negócio, o contador vem apresentando cada vez mais um novo perfil de profissional, deixando de ser um mero “guarda livros”, ou seja, um profissional que registra as movimentações e cumpre com as obrigações acessórias, hoje, pode-se dizer que esse profissional tem o papel de gerenciar, administrar, orientar, analisar e tomar decisões. É importante analisar a escolha na contratação de um profissional qualificado e um menos qualificado, para que essa economia não traga prejuízos para o negócio gerando dificuldades financeiras e mortalidade precoce, a isenção da COFINS é um aliado para economia dos escritórios, tendo em vista o alto percentual que é imposto. Portanto, conclui-se que o conhecimento legislativo é importante não só para atender às exigências legais, mas principalmente, para orientar e cooperar para o crescimento e viabilidade dos negócios.

Palavras-Chave: Isenção. Economia. COFINS. Sociedades Civis.

O ORÇAMENTO PÚBLICO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN

Autor(es):

Jailson Barbosa Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Marise Magaly Queiroz Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho teve como principal objetivo analisar a efetiva utilização dos conceitos do sistema de gestão e orçamento público do município de Santo Antônio/RN, considerando o orçamento como um instrumento de planejamento que serve para administração e execução das políticas públicas. O trabalho buscou esclarecer como é realizada a elaboração e o desempenho do orçamento público, pois é visto que para muitas pessoas ainda é inacessível, devido não só a falta de informações para o público em geral, e por ter uma linguagem técnica que dificulta seu entendimento, como também pela falta de transparência no trato do recurso público, fruto de uma grande tradição antidemocrática vivenciada ao longo da história. No entanto, coube apresentar alguns recursos necessários à efetivação dos programas de governo estabelecidos na Administração Pública, procurando satisfazer as necessidades coletivas da sociedade, tais como educação, saúde, segurança, tudo isso através de uma administração realizada com efetividade, buscando ter o cidadão como o principal usuário do serviço público, onde esse processo acontece com a elaboração e execução orçamentária, tendo o orçamento como peça fundamental para realização de uma gestão eficiente. Mas, há indícios de que a execução orçamentária está tão apartada do processo de planejamento das ações municipais, que a análise dos dados e indicadores da execução programática não possibilita inferências acerca do cumprimento dos reais objetivos pretendidos. Nesse contexto, surge a questão que direcionou esse estudo: O Orçamento Público tem sido utilizado como ferramenta de gestão?

(Metodologia) A metodologia de pesquisa utilizada para realização deste trabalho foi de caráter qualitativo e exploratório, onde se buscou descrever a complexidade do problema abordado através de uma entrevista realizada no setor orçamentário do município supracitado, com intuito de obter resultados através das respostas do questionário aplicado. A pesquisa bibliográfica, para realizar um estudo aprofundado a respeito do tema, foi desenvolvida a partir da bibliografia disponível em artigos, livros e dissertações. Já a pesquisa documental baseou-se na análise de documentos oficiais tais como leis e decretos.

(Resultados) Os resultados da pesquisa sinalizam que há um baixo nível de eficiência no processo de planejamento do município analisado. Eles consideram que o orçamento público deve ser utilizado como ferramenta de gestão em todas as ações de um governo; que o orçamento-programa é um instrumento primordial para elaboração e execução do orçamento público; que devem ser utilizadas as leis interdependentes para vincular o planejamento ao orçamento. Mas por outro lado, apresentam descompassos quanto a receitas previstas e despesas fixadas; o município não respeita todos os princípios orçamentários como determina a legislação; o orçamento é elaborado somente pelo prefeito e pelos secretários do município, deixando de lado a participação da população; além disso, a prefeitura municipal não realiza a efetiva transparência pública e nem se sente confortável em praticá-la.

(Conclusão) Diante dos resultados apresentados percebe-se que a prefeitura pesquisada está tentando realizar uma gestão voltada em prol do interesse público, pois busca executar o orçamento público conforme a legislação, juntamente com uma administração pública de qualidade, mas falha quando deixa de lado muitas ferramentas imprescindíveis que poderiam melhorar a qualidade na prestação dos serviços públicos, diante disso pode-se dizer que na teoria o funcionamento do orçamento público é perfeito, mas na prática há muito a ser melhorado, uma vez que o Orçamento Público não tem sido utilizado como ferramenta de gestão e como consequência a gestão pode apresentar o descumprimento dos programas de governo prometidos à sociedade, a assunção de compromisso sem disponibilidade financeira, a baixa qualidade dos serviços prestados e o desequilíbrio das contas públicas.

Palavras-Chave: Orçamento Público; Administração Pública; Planejamento.

PERCEPÇÃO DOS FORMANDOS DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO SOBRE A GOVERNANÇA CORPORATIVA.

Autor(es):

Emericy Josenete Bezerra: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Lis Daiana Bessa Taveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A governança corporativa é um sistema que tem possibilitado as sociedades que o aderem aumentar cada vez mais o seu valor, facilitando seu acesso ao capital, aumentando a confiabilidade, proporcionando grandes melhorias no aspecto do desempenho das empresas. Tornando de suma importância ter conselheiros qualificados e sistema de governança corporativa de qualidade, consequentemente podendo evitar diversos fracassos decorrentes de abuso de poder, fraudes, erros estratégicos e entre outros. Com base na importância da governança corporativa dentro das organizações, o presente busca mostrar a percepção dos formandos dos cursos de ciências contábeis e de administração sobre o tema da governança corporativa.

(Metodologia) O processo metodológico utilizado para o desenvolvimento deste trabalho teve uma abordagem de natureza qualitativa se enquadrando como descritiva, onde os procedimentos adotados foram através de um levantamento, em que o objetivo foi buscar a partir da avaliação do nível de cada acadêmico sobre a governança corporativa e sua relevância, foram questionados os acadêmicos do 8 período do curso de ciências contábeis e do 6 e 8 do curso de administração, utilizou-se um questionário com possibilidade de resposta múltipla escolha.

(Resultados) Os resultados encontrados após a análise do questionário aplicado em sala evidencia que a maior parte dos acadêmicos já ouviu falar da governança corporativa, tanto no curso de ciências contábeis quanto no curso de administração, no entanto, a maioria só conhece o assunto de forma superficial. Analisou-se que os acadêmicos que entendem do que se trata a governança, grande parte considera o assunto de grande importância, na qual agrega valores para as empresas que aderem à governança corporativa, trazendo inúmeras vantagens, reconhecimentos e transparência. Constatou-se que os alunos do curso de ciências contábeis mencionaram uma maior quantidade de disciplinas que tenham abordado a governança corporativa em relação ao curso de administração, através desta pesquisa compreende-se a importância das universidades foca cada vez mais não só no tema governança corporativa como aos demais temas atuais, deve ser sempre abordado em sala de aula, para servir como apoio aos futuros profissionais.

(Conclusão) Com base nos resultados da pesquisa conclui-se que a governança corporativa nestas últimas décadas vem assumido um elevado grau de importância, pois as organizações que o aderem tem obtido maior valorização e uma maior transparência. É notável também a suma importância das universidades focarem cada vez mais nos assuntos, mas atuais, entre eles, a governança corporativa que vem apresentando um diferencial para as empresas e para os profissionais que estão aptos.

Palavras-Chave: Governança Corporativa. Acadêmicos Ciências contábeis e Administração. Desempenho.

SÉRIE HISTÓRICA DA PETROBRAS NO AMBITO DOS INDICADORES FUNDAMENTALISTAS

Autor(es):

Katia Suely Alves: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) No mundo empresarial onde a competitividade abrange diversas áreas. A empresa de capital aberto busca diferenciais que venham proporcionar orientação aos gestores em suas tomadas de decisões. Visto sob este aspecto, a relevância de uma análise financeira e econômica esquematizada para a empresa é indispensável, de modo que, orientasse a tomada de decisão assim como, direciona-se para investimentos futuros. Os investimentos e os retornos sobre o patrimônio líquido e averiguando tendências de investimento e financiamento da organização em estudo. De modo, a fazer comparativo dos índices de liquidez medindo a capacidade de pagamento em curto prazo e analisando o endividamento que nos informam quanto à empresa utiliza de capital de terceiros e de capital próprio e a rentabilidade da empresa. Baseando-se nisto, o presente trabalho teve como objetivo realizar uma análise dos principais relatórios financeiros, calculando os indicadores que demonstrem as mudanças ocorridas na estrutura de capital, com intuito de recorrer deste recurso para alcançar uma avaliação da real situação econômico-financeiro da organização em estudo.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Foi realizada pesquisa bibliográfica, documental e com estudo de caso na empresa Petrobrás, baseada na consulta de referencial teórico, em artigos, e revistas científicas, com o intuito de encontrar dados e assuntos que pudessem relatar a relevância de uma análise setorial no âmbito dos indicadores fundamentalistas.

(Resultados) (RESULTADOS) A análise setorial que envolveu os três ângulos fundamentais da análise financeira (liquidez, endividamento e rentabilidade) da grande empresa do setor de Combustíveis (Petrobras) concluiu que de acordo com os índices de liquidez nos períodos de 2011 a 2013 haverá uma dificuldade de saldar suas dívidas, porém obteve um capital de giro líquido positivo, ou seja, mesmo sem percentuais elevados a empresa se paralisasse seus estoques por algum motivo, conseguirá saldar todos os seus compromissos em curto prazo. Da mesma forma, a análise do nível de endividamento da empresa obteve percentuais satisfatórios sobre a participação de capital de terceiros sobre os recursos totais.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Através da extração de informações retirada do balanço patrimonial (BP) e da demonstração de resultado do exercício (DRE) a análise de índices envolvendo métodos, cálculos e interpretações de indicadores financeiros para compreender, analisar e monitorar o desempenho da empresa. Deste modo, mediante a leitura dos índices e a alavancagem de seu capital quando o mesmo não corresponder à expectativa esperada, dando relevância aos índices de acordo com os setores visados no mercado atual, de forma que, demonstre uma situação econômico-financeira realista, transparente e eficaz, capacitando à tomada de decisão coerente, propiciando aos interesses dos acionistas e estimulando cada vez mais esta ferramenta fundamental para o alcance de um resultado satisfatório.

Palavras-Chave: Palavras-chave: Análise Fundamentalista. Indicadores econômico-financeiros. Estrutura de capital.

UM ESTUDO SOBRE O AUMENTO ELEVADO COM AS TRANSAÇÕES DE CARTÃO DE CRÉDITO E DÉBITO NO NOSSO PAÍS

Autor(es):

Mikaelly Fernandes Dantas: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) As vendas efetuadas com cartões de crédito e débito têm apresentado um constante aumento no Brasil devido, principalmente, a melhoria dos indicadores macroeconômicos, tais como o aumento da renda e do emprego, com destaque para ascensão das pessoas de baixa renda. Com o aumento da disponibilidade de crédito e a idealização de um forte atrativo de mercado, a indústria dos cartões fortaleceu a sua oferta, oferecendo crédito ao portador para que ele pudesse pagar seus produtos ou serviços em parcelas fixas mensais. Hoje em dia, as compras com cartões na modalidade parcelada são muito importantes para a economia brasileira, contribuindo para o aumento do poder de compra das famílias. Nesse contexto o presente estudo tem a finalidade de apresentar várias informações sobre o uso dos cartões e sua expansão, assim como informar quem são os principais usuários desta modalidade, quais são os benefícios e malefícios para quem utiliza, diretamente ou indiretamente, o impacto que esta expansão causa na economia, a crescente liberação do crédito e porque o uso do cartão cresce a cada ano.

(Metodologia) O presente trabalho é um estudo de caso do tipo descritivo e documental, sendo que é feito um levantamento secundário de dados disponíveis em livros, sites e revistas. Também é uma pesquisa bibliográfica, porque é realizada uma investigação sobre cartões de crédito e instituições de crédito, sua evolução e aspectos históricos no nosso país.

(Resultados) O assunto abordado apresenta resultados que permeiam desde gráficos para comprovação estatística, até um diagnóstico humanizado sobre a utilização do cartão de crédito no Brasil. Desta forma a pesquisa identifica o grau de utilização dos cartões no nosso país, apontando os motivos que acarretaram na expansão do crédito, além de identificar em qual região predomina o uso mais elevado dos cartões de crédito e débito, apresentando de forma simples e objetiva, a importância que essa modalidade apresenta para o crescimento da nossa economia.

(Conclusão) Com base nos dados levantados nesta pesquisa observa-se que a educação financeira é fator crítico de sucesso para o controle do endividamento dos consumidores, pois o cartão, dada sua característica, é uma das mais vantajosas opções de meio de pagamento e acesso ao crédito não oneroso, se utilizado corretamente. O uso adequado e uma boa gestão da utilização dos cartões possibilita um melhor desempenho no âmbito das finanças pessoais e também corporativas. Verifica-se ainda que as classes da base da pirâmide social brasileira deixaram de ser coadjuvantes do consumo e hoje participam de uma parte bastante significativa do mercado no nosso país.

Palavras-Chave: Cartão de Crédito. Consumo. Instituições de Crédito

UMA ANÁLISE A PERCEPÇÃO DO EMPRESÁRIO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO E-SOCIAL.

Autor(es):

Islávia Priscilla Praxedes da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em meio às tecnologias na atualidade os chamados Leiaute Nacional Unificado de Processamento de Dados, Certificação Digital, Escrituração Contábil e Fiscal em Forma Digital com Validade Jurídica compõem o SPED. Hoje, o novo SPED é o e-Social, conhecido como SPED-folha. No qual para algumas empresas já está sendo realidade. O objetivo desta pesquisa foi analisar a percepção dos empresários de forma a identificar as atitudes, perspectivas de implantação, nível de conhecimento e dificuldades encontradas. Diante o disto o problema de pesquisa foi: qual a percepção dos empresários sobre a implantação do eSocial? Acredita-se que a implantação resulta transparência da realidade das empresas, reduzindo a sonegação como exemplo, conseqüentemente proporcionando benefícios a sociedade. No momento, o eSocial é insubstituível e sendo realidade para alguns fazendo parte do meio profissional e acadêmico. Proporcionando, de acordo com seus objetivos, uma mudança “cultural” nas empresas.

(Metodologia) Procedeu-se uma revisão bibliográfica a fim de se construir um arcabouço teórico sobre o tema, e assim dar explicações com o intuito de responder o problema da pesquisa. Realizou-se uma pesquisa de campo do tipo exploratória. No que concerne à coleta de dados, foi aplicado um questionário com 15 perguntas fechadas junto aos empresários com localizados no Rio Grande do Norte. Sendo a amostra por conveniência e acessibilidade. As informações recolhidas foram analisadas e tratadas em planilhas e programas específicos para os mesmos. Os resultados obtidos foram apresentados em forma de gráficos e tabelas, para melhor compreensão e apresentação dos resultados encontrados.

(Resultados) Através da pesquisa observou-se que 52% não tem conhecimento sobre o eSocial; 42% afirmam que não foram orientados pelo seu contador até o presente momento, 62% visam obter os benefícios prometidos, 92% afirmam que a responsabilidade do eSocial deve ser total do contador. De cem por cento 20% se obtiveram da questão, onde os outros 60% concordaram que a simplificação de obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias; redução de armazenagem de livros; redução de aquisição de livros; redução de consumo de papéis; benefícios do uso da certificação digital; rapidez ao acesso a informação; disponibilidade de cópias autênticas e válidas da escrituração; redução de tempo levado com a presença de auditores e fiscais no escritório; possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e o pessoal; facilidade de emissão de relatórios gerenciais e redução de erros nas declaração são as vantagens do eSocial. Contudo concordaram, também, que o custo elevado de implantação; insegurança no envio de informação; pagamento de multas elevadas; custo elevado na contratação de mão de obra qualificada; muitas exigências do fisco; aumento da fiscalização; impossibilidade de sonegação de impostos; aumento do valor dos impostos pagos; aumento dos honorários do contador; dificuldade de adaptação de softwares já utilizados as normas exigidas são as desvantagens.

(Conclusão) Dentro do propósito da presente pesquisa foram evidenciados a percepção dos empresários sobre o eSocial. Demonstrou baixo interesse dos empresários, de forma a não possuir informação suficiente para a implantação. Percebeu-se que a ligação escritório empresa é necessária para a implantação, uma vez que as informações deveriam ser imediatas, porém grande parte das empresas optantes do Simples Nacional não possui essa ligação. Além de manter comodismo sobre seus contadores no que diz respeito à responsabilidade na organização, legalização, administração e demais informativos aos órgãos correspondentes. Concluindo-se, portanto, que em meios aos desafios que podem ser superados, o eSocial traz benefícios de curto e longo prazo, podendo ser considerada uma ótima ferramenta de gestão e que influencia muito no trabalho dos profissionais, reforçando a importância de dominarem o assunto, transmitindo as informações de uma forma clara e verídica em tempo hábil.

Palavras-Chave: Palavras-chaves: e-Social; SPED; Obrigações Acessórias e Trabalhistas

UTILIZAÇÃO E RELEVÂNCIA DA CONTABILIDADE GERENCIAL EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS FAMILIARES DO RAMO DE RESTAURANTES DA CIDADE DE PARNAMIRIM/RN

Autor(es):

Maria da Piedade Belmiro dos Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Marke Geisy da Silva Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) Muitos empreendedores iniciam suas atividades por vontade de construir algo melhor para sua família no futuro. Apenas com conhecimentos empíricos, visam buscar seu crescimento no mercado escolhido. Porém, em estabelecimentos familiares, é notória a questão da dificuldade de se implantar o Princípio Contábil da Entidade: Não se mistura as contas pessoais com as da empresa. Neste caso, família e negócios se misturam e torna-se difícil saber dividir patrimônios familiares e o da empresa. Ademais, em pequenas empresas, a Contabilidade é pouco usada em sua forma gerencial, o que poderia minimizar os problemas referentes a não utilização do Princípio da Entidade. Neste trabalho, busca-se compreender como as micros-empresas e as empresas de pequeno porte de gestão familiar do ramo de restaurantes entendem a importância da contabilidade gerencial para tomada de decisão de seus empreendimentos. Para este trabalho, foi escolhida a cidade de Parnamirim/RN, onde existem vários estabelecimentos antigos no mercado, como também empreendimentos novos, devido ao crescimento do município.

(Metodologia) Os empresários foram abordados com questões que os conduziam a responder sobre o modo de gestão utilizado por eles; se eles contam com o auxílio de relatórios contábeis para sua tomada de decisão; se em algum momento solicitam o auxílio do contador para analisar o mercado para poder investir; se controlam o retorno sobre o investimento dado a empresa; como os parentes envolvidos na empresa agem e opinam nas decisões tomadas; se há em algum momento a interferência familiar para o bom andamento do negócio; de qual maneira eles avaliam a importância do contador para a empresa; , por fim, se ainda não utilizam das informações contábeis, se gostariam de se adaptar a uma nova gestão com base em informações que poderia diminuir a margem de atos equivocados na gestão

(Resultados) Os primeiros resultados foram obtidos, embora ainda em processo de exatidão, com alguns empresários que responderam as primeiras questões. Com isso, foi realizado o levantamento do grau de envolvimento de parentes na gestão da empresa, no que tange o momento da tomada de alguma decisão que envolva o estabelecimento. Em relação à contabilidade, os empreendimentos não utilizam informações dos contadores ou não acham interessante agregarem a sua gestão, muito menos a utilização de relatórios que a contabilidade poderia gerar para melhorar o desempenho empresarial.

(Conclusão) Na visão dos empresários avaliados, investir em um trabalho de consultoria contábil para gerar informações úteis e auxiliar no processo de gestão de suas empresas, não é interessante, pois, mesmo com as dificuldades encontradas na gestão, o investimento dado à empresa vem logrando êxito na maioria dos casos, de acordo com os empresários, mesmo os próprios não sabendo ao certo quanto de retorno à empresa está gerando. Entretanto, sabe-se que, a partir do momento que o empresário deixar de optar por uma gestão de cunho familiar, e optar por uma consultoria contábil, com o fornecimento de relatórios financeiros de controles gerenciais, indispensáveis para administração eficiente da empresa, os gestores poderão “experimentar” a contabilidade como um meio útil à gestão, transformando os contadores em consultores do negócio, e exercendo, assim, uma das reais funções da contabilidade.

Palavras-Chave: Contabilidade Gerencial. Empresas familiares. Restaurantes.

VIABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIACHUELO/RN

Autor(es):

Marijane Cristina Lacerda de Medeiros: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A previdência é, antes de qualquer coisa, um direito constitucional, que juntamente com o direito à saúde e à assistência social, compõem um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da Sociedade, conforme detalhado na Constituição Federal (Art. Nº 194), o qual garante a todo empregado que terá a sua contribuição previdenciária, mediante a sua forma de contratação, o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) no entanto já representa uma economia média de 50% (cinquenta por cento) em relação à despesa que o município efetua para a manutenção dos benefícios dos servidores públicos no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), isto se dá em razão de a contribuição patronal para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ser de 22% (vinte e dois por cento) enquanto que no RPPS, a contribuição média é estabelecida no mínimo legal de 11% (onze por cento); No RPPS a contribuição estabelecida na avaliação atuarial é suficiente para garantir o pagamento dos benefícios previdenciários do exercício e cobrir as despesas administrativas relacionadas aos servidores efetivos, aposentados e pensionistas do Município, pois devido com a implantação ocorreu a redução no percentual de repasses ao INSS. Por outro lado, o município tem que continuar cumprindo com as obrigações mensais previdenciárias e acordo com RGPS os funcionários de cargos temporários, cargos comissionados, essa despesa representa saída significativa da Receita repassada através do Fundo de participação Municipal (FPM) destinada ao sistema previdenciário do município.

(Metodologia) O estudo é do tipo bibliográfico e quantitativo mediante a análise realizada das demonstrações contábeis do Instituto de Previdência Social do Município e Riachuelo.

(Resultados) Verificou-se que o município está obtendo economia mensal, correspondente ao valor que era repassado para o INSS, no qual o recurso economizado serve para investimentos no município ou quitação de dívidas deixadas pela gestão anterior, devido ao repasse do FPM tem sido reduzido pelo Governo Federal, no RPPS a contribuição estabelecida na avaliação atuarial é suficiente para garantir o pagamento dos benefícios previdenciários do exercício e cobrir as despesas administrativas, relacionadas aos servidores efetivos, aposentados e pensionistas do Município, pois devido com implantação ocorreu diretamente a redução no percentual de repasses ao INSS, por outro lado, o município tem que continuar cumprindo com as obrigações mensais previdenciárias de acordo com RGPS, relacionado aos funcionários de cargos temporários “cargos comissionados”.

(Conclusão) Diante do Objetivo proposto pode-se concluir que o RPPS é o que diz respeito à efetivação de seu equilíbrio financeiro e atuarial na gestão econômica da organização governamental, o qual também teto de aposentadoria salário do chefe do executivo e não limitado ao teto máximo conforme ao RGPS.

Palavras-Chave: Previdência Social. RPPS, RGPS

ZPE MACAÍBA

Autor(es):

Rondilene Costa da Cunha Bezerra: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Gabriela Dantas de Lima : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Jonathan Rodrigues Cavalcante Carapuça: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Ravennison Heverson Galvão da Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Luzinaria Vicente da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN
Aluísio Alberto Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este projeto tem como objetivo verificar principais vantagens e benefícios que a construção da Zona de Processamento de Exportação irá trazer para o município local, adjacentes e conseqüentemente para o estado do Rio Grande do Norte.

(Metodologia) A metodologia empregada sobre o trabalho tem em vista adquirir conhecimento a ser utilizado na prática, com a intenção de solucionar problemas específicos, envolvendo ainda verdades e interesses locais da região. Com base no que se refere ao problema serão utilizadas opiniões e informações, na tentativa de classificá-los e analisá-los quantitativamente, com o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o assunto; será exploratório com vista a torná-lo explícito ou a construir hipóteses, e com levantamento em pesquisas bibliográficas e estudo de caso, junto à materiais já publicados livros, artigos de periódicos e com informações disponibilizadas na internet.

(Resultados) Quando a Zona de Processamento de Macaíba entrar em funcionamento suas contribuições positivas proporcionarão tanto efeitos benéficos para a economia da região quanto para a população. Para a economia da região haverá um acréscimo de novas tecnologias, aumento da competitividade do Estado, aumento do valor agregado do produto, valor cobrado pelos fatores de produção aplicados e aumento do fluxo de mercado (quantidade, e até qualidade do produto no mercado). Já para a população, e segundo Sílvio Torquato (Secretário Econômico do Estado) espera-se que um número em torno de 10.000 (dez mil) empregos sejam criados com a instalação das empresas na ZPE de Macaíba; já foi pedido, pela Prefeitura de Macaíba, à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) que fossem criados cursos para a formação de mão de obra. Tudo isso impulsionará para um crescimento não só da economia do município de Macaíba, mas também fortalecerá a economia do Estado do Rio Grande do Norte. Portanto desperta total interesse por parte do Governo do Estado “Dotar o Rio Grande do Norte de estrutura, condições e projetos para que as oportunidades surjam e possam ser aproveitadas pela população é um trabalho que tem sido realizado por esse Governo. Estamos no rumo certo para fazer o Estado maior e mais justo para a nossa gente”, concluiu a Governadora.

(Conclusão) De acordo com a pesquisa realizada, é possível inferir que a instalação da ZPE, no município de Macaíba, afetará de forma direta a economia local e a região metropolitana da cidade de Natal. Levando em conta a ampliação das relações comerciais emergentes com o exterior, acreditamos que a existência de duas ZPEs, Vale do Assú e Macaíba, trará uma maior visibilidade para o Estado, elevando o crescimento econômico da região sem prejudicar o turismo.

Plavras-Chave: Economia. Incentivo. Macaíba.

CONIC 2014

Inovação e Tecnologia para o Desenvolvimento Profissional



unirn.edu.br

CSET3 – Direito

- FUI ASSALTADO NO ÔNIBUS, POSSO PEDIR INDENIZAÇÃO À EMPRESA? UMA ANÁLISE CRÍTICA DA IMPROCEDÊNCIA DESSES PEDIDOS NA CIDADE DE NATAL.

Autor(es):

Vitor Emanuel Teixeira de França: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Ana Karolina de Sena Patricio: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) Nosso trabalho abordará a possibilidade das vítimas de assaltos ocorridos no interior de transportes públicos cobrarem indenização do Estado e/ou da empresa responsável pelo ônibus, uma vez que essas empresas são pessoas jurídicas de direito privado que exercem serviço público, e, segundo o art. 37, §6º, CF, têm o dever de responder pelos danos causados a terceiros, enquanto ao Estado cabe a obrigação de oferecer segurança à população. Nesse contexto, discutiremos os direitos e deveres dos cidadãos e consumidores, assegurados tanto na Constituição Federal, como no Código de Defesa do Consumidor. Assim, o trabalho suscita indagar se é legítimo ao cidadão-contribuinte acionar o Poder Judiciário para ser indenizado do evento - tendo em vista a quantidade absurda de ônibus assaltados em Natal só no presente ano.

(Metodologia) Para alcançar os objetivos deste estudo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, mediante análise de artigos em sites jurídicos, bem como jurisprudências de tribunais, no intuito de explorar a realidade do exercício dos direitos da vítima, como cidadão e consumidor de um serviço público, mediante empresas privadas, através de embasamentos teóricos que gerem reflexão, com contraposição de ideias, caracterizando também uso do método dialético aplicado no presente trabalho científico. Foram examinados também alguns casos ocorridos na cidade de Natal no ano de 2014, analisando suas conclusões e divergências a fim de dar maior validade ao trabalho em questão.

(Resultados) O trabalho torna perceptível que as vítimas de assaltos ocorridos no interior de transportes públicos acabam sem ter a quem recorrer, em casos de mero assalto ao veículo, tendo em vista que a maioria dos tribunais excluem a responsabilidade das empresas sobre o fatalidade em questão ou, quando muito, fornecerem parcialidade ao objeto do procedimento pedido, seja pelo Estado, ou pela empresa responsável. Isso gera uma sensação ainda maior de insegurança nos cidadãos que necessitam desse meio de locomoção no seu dia-a-dia para irem ao trabalho, à escola ou ao lazer, somada a perda material que ocorre.

(Conclusão) Apesar das Cortes julgarem como improcedentes ou parcialmente procedentes os objetos dos processos oriundos desse tipo de fato por ser um caso fortuito, é fundamental analisar a situação concreto para justificar tal julgamento. Ora, notadamente, a empresa (em um primeiro momento) não tem culpa – e, portanto, não deve pagar por nada -, que seus meios de atividade sofram alguma interferência externa e essa atinja dolosamente um terceiro. No entanto, aplicando essa situação ao cenário de Natal, em que nos sete primeiros meses de 2014 houveram 491 assaltos em ônibus (uma média de 70 assaltos por mês, de acordo com Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Rio Grande do Norte - Sintro-RN), torna-se, assim, contraditório alegar: a) a imprevisibilidade do caso fortuito como rompimento de nexos causal nessas situações e exclusão de responsabilidade da empresa e b) culpar somente o Estado por ser o provedor maior da segurança.

Palavras-Chave: Assalto; Ônibus; Indenização.

24 ANOS DO ECA: DA COISIFICAÇÃO DA CRIANÇA A UM AGENTE DE VALOR E MODIFICADOR DO DIREITO

Autor(es):

Paula Santos Alves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Neste século, ao observar a infância é possível ver o reconhecimento da criança como o futuro das próximas gerações; e é com este olhar que nos move a construir uma sociedade direcionada a pensar nas crianças como sujeitos ativos e produtores de cultura, logo se almeja o preparo delas. Com isso, hoje podemos ver a criança como participante da sociedade, onde aprende e é influenciada por esta (sociedade) em seus conhecimentos e vivências; portanto, podemos classificá-las como um agente de valor e modificador da sociedade e seu sistema. Tal posição levou séculos para ser construída, já que desde a antiguidade, a criança não estava inserida como um agente ativo da “função social”, mas como uma coisa. Diante disso, há necessidade de se ponderar sobre essa mobilidade social para analisarmos a evolução que houve no tratamento da criança e para se cogitar avanços no direito desta. Hoje a criança tornou-se, sujeito de direito protegido pelo Estado, direito este garantido pela Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, a exemplo do art. 4º do ECA que trata da prioridade absoluta da criança e do adolescente, no entanto, há muito que se fazer dentro deste âmbito, já que nossas crianças são os principais “personagens” do mundo fictício no qual nós, pais, criamos ao projetar o mundo futuro.

(Metodologia) O método utilizado na elaboração do projeto foi uma revisão bibliográfica e a pesquisa teve caráter qualitativo, quantitativo, teórico e exploratório, tendo como método de abordagem o dedutivo. Onde na elaboração da pesquisa dispôs de artigos escritos por professores da área e a utilização de livros, escritos por historiadores especializados nos períodos históricos. Assim como textos normativos, a própria Constituição Federal, jurisprudências e o ECA para elaborar análises jurídicas.

(Resultados) Com o avançar dos séculos a sociedade e os legisladores sentiram a necessidade de se compilar um conjunto de normas do ordenamento jurídico brasileiro que tinha como objetivo dar proteção integral a criança e ao adolescente, que foi Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, criado em 1990. Normas que estão de acordo com a Constituição Federal de 1988. E a importância de falar da Lei nº 12.010/09 como a inovação legislativa para assegurar a convivência familiar e comunitária. Se fizermos uma pesquisa às estatísticas mostram os avanços em educação e diminuição de casos de exploração depois que o ECA entrou em vigor e garantiu uma maior efetividade na proteção integral a criança.

(Conclusão) Com o decorrer da pesquisa, notou-se uma evolução no processo histórico em relação à visão da criança como um agente influenciador e digno de cuidado, por outro lado a pesquisa também mostrou que a criança por ser um indivíduo frágil e com necessidades, é totalmente dependente dos seus guardiões. Por ser frágil, em alguns casos é suscetível a maus tratos, violência doméstica, sexual, física e forçada a trabalhos pesados. No entanto, para se coibir essas violações aos direitos da criança é necessário denúncia, porém não há tantas denúncias, então não há um real percentual de quantas crianças não estão recebendo a proteção do Estado. Logo, é de extrema importância que os órgãos públicos e a sociedade deem a necessária atenção à criança e ao adolescente, fiscalizando e denunciando os que descumprem a legislação atual em vigor, aplicando-se a sanção necessária.

Palavras-Chave: História; Criança; Direito.

A (I)LEGALIDADE DA COBRANÇA DE COMISSÃO DE CORRETAGEM AO CONSUMIDOR ADQUIRENTE DE IMÓVEIS NA PLANTA

Autor(es):

Daniel de Araújo Jofily: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) Diante da enorme quantidade de negociações de imóveis na planta, consubstanciou-se verdadeira habitualidade a oneração do consumidor em relação às despesas de corretagem cobradas em tais transações. Nesse diapasão, a presente pesquisa buscou abordar a legalidade ou ilegalidade da referida taxação por parte do consumidor, ante a atual jurisprudência brasileira e nosso ordenamento jurídico vigente. Ademais, salta aos olhos a relevância do tema, principalmente quanto à possibilidade de ajuizamento de futuras ações judiciais e a influência que uma jurisprudência consolidada poderia exercer às demandas que hoje tramitam, tendo como principal objeto, o questionamento do pagamento de tal taxa. Além disso, caso o pagamento da corretagem seja arcado pela construtora e o consumidor seja onerado com um maior preço do produto comercializado, o adquirente terá outro valor por metro quadrado a ser analisado e aqueles que arcaram com tais despesas de forma indevida, poderão acionar o Poder Judiciário.

(Metodologia) Baseando-se no método indutivo, este estudo partiu da análise qualitativa de bibliografias que tratam do tema - artigos em periódicos e sites jurídicos -, bem como de jurisprudências que transmitissem o posicionamento mais atual de nossas cortes a respeito da aludida temática, sem olvidar-se de nosso ordenamento jurídico vigente.

(Resultados) Realizada a pesquisa, pode-se apontar que a filiação à legalidade ou ilegalidade das cobranças de comissão de corretagem ao adquirente do imóvel na planta não possui posicionamento sedimentado em nossa jurisprudência. O Estado de São Paulo, por exemplo, através da Turma de Uniformização de seus Juizados Especiais, manifestou entendimento no sentido de que a oneração do consumidor é legítima, sob o argumento de que a aludida comissão integraria os custos do empreendimento e seria repassada, direta ou indiretamente, aos compradores, pois se encontraria embutida no preço final do produto (Pedido de Uniformização de nº 00018-42.2014.8.26.0968). Todavia, a jurisprudência tem inclinação pela decretação da ilegalidade de tal cobrança pelo consumidor, porque as construtoras condicionam a aquisição de seus produtos postos no mercado aos serviços de um terceiro e não disponibilizam a venda dos mesmos sem tais serviços, o que constitui “venda casada”, violando o art. 39 do CDC. Da mesma forma, restar-se-ia também ferido o art. 51, em seu inciso IV e em seu parágrafo primeiro, inciso III, do mesmo diploma legal, por colocarem o consumidor em desvantagem exagerada - excessivamente onerosa. Tanto é que o próprio Estado de São Paulo já havia sido pioneiro em tal linha de julgamento, através das decisões, perante a justiça comum, dos processos de nº 0075563-66.2011.8.26.0114 e 0170658-34.2012.8.26.0100. Da mesma forma, a Turma de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais do Estado do RN, através do julgamento dos Pedidos de Uniformização de de números 0016004-63.2012.820.0001 e 0012194-02.2012.820.0124, firmou o mesmo entendimento, assim como a Turma de Uniformização do RS (incidente de nº 0052355-40.2013.8.21.9000), além de julgados oriundos dos estados de MG, MA, RJ, ES e DF.

(Conclusão) Conclui-se que a oneração do consumidor em relação a cobrança de corretagem perfaz-se altamente controversa em nossa jurisprudência, carecendo esta de posicionamento sedimentado. Entretanto, a maioria jurisprudencial considera tal cobrança ilegal.

Plavras-Chave: COBRANÇA CORRETAGEM ILEGALIDADE

A (IN) VIABILIDADE DA TEORIA DAS JANELAS QUEBRADAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Autor(es):

Alessa Sanny Lima Pereira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa tem como objetivo a análise dos fundamentos da teoria norte-americana conhecida como Teoria das Janelas Quebradas desenvolvida pelo cientista político James Q. Wilson e o psicólogo criminologista George Kelling, uma política de segurança pública que tem como escopo mostrar a relação de causalidade entre a desordem e a criminalidade, com a subsequente necessidade de uma intervenção mais rigorosa do próprio direito penal. Além disso, procura-se mostrar o contexto no qual tais medidas foram implantadas e os seus efeitos práticos. Para atender a esse problema será apresentado também as críticas mais basilares construídas a esse novo sistema, na tentativa de demonstrar, ou não, a sua eficácia no plano e contexto brasileiros.

(Metodologia) Diante desse objetivo traçado para encontrar a síntese que melhor responda à problemática colocada irá se examinar a teoria nas condições e formas que foi criada, além de estudar as críticas e construções contrárias a esta, valendo-se, assim, do método dialético de pesquisa. Afinal, o interesse com o trabalho é analisar a existência da viabilidade de tal teoria na realidade brasileira, para isso faz mister explorar os dois lados sobre o qual corre tal temática, por ser extremamente inovadora e pouco discutida ainda há inúmeras divergências doutrinárias e pontos controversos sobre a sua real eficiência.

(Resultados) A aplicação da teoria das Janelas Quebradas foi muito bem vista nos Estados Unidos devido aos seus resultados práticos, após a sua implementação efetiva nos anos de 1990 como política criminal, houve a diminuição pela primeira vez depois de trinta anos da criminalidade na grande cidade de Nova York. Todavia, essa redução maciça dos índices criminais deve-se não somente a pura aplicação da teoria, mas também ao desenvolvimento econômico e social. O que se verificou a partir dos experimentos realizados com base em tal proposição é que a criminalidade não é um fardo apenas dos grupos sociais marginalizados, mas sim que sinais de abandono, deterioração e ausência de segurança são atrativos para as ações de vandalismo e violência.

(Conclusão) De acordo com o trabalho e com o estudo aprofundado da teoria americana das Janelas Quebradas, conclui-se primeiramente que o crime e a desordem estão intimamente ligados. Valendo-se dessa mesma lógica, é possível perceber que se tal desordem leva ao crime, por consequência, a falta de punição a contravenções de pouca relevância pressupõe o cometimento de delitos mais violentos. Por outro lado, a realidade brasileira é ainda muito distante daquela encontrada nos Estados Unidos, o que se constata é que a aplicação literal da teoria se tornaria inviável por diversos fatores jurídicos, culturais e financeiros, mas que, sem dúvida, ela pode ser um elemento importante ao combate do crime e à prevenção deste. Além disso a Broken Windows evidencia um avanço para a própria ciência da criminologia a qual merece especial atenção. Portanto, a principal lição que se tira de todo o trabalho é que a impunidade, com certeza, abre margem para a prática cada vez maior e frequente de crimes, e hoje é esse o cenário nefasto do nosso país e exigência constante da sociedade civil por uma segurança mais efetiva e um aparato jurídico realmente eficaz.

Palavras-Chave: Teoria das janelas quebradas. Criminalidade. Desordem. Política criminal.

A ADOÇÃO DO SISTEMA DE COTAS NO ENSINO SUPERIOR: IMPLICAÇÕES PRÁTICAS E SOCIAIS

Autor(es):

Nayane Marques de Lima Pereira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) Com o propósito de sanar as desigualdades de acesso as universidades públicas em nosso país, o governo brasileiro sancionou, em agosto de 2012, a Lei de Cotas para o Ensino Superior, em que dentre os critérios de seleção estão a raça do candidato - priorizando negros, pardos e indígenas - e o estudo integral do Ensino Médio em escola da rede pública. A publicação deste estudo tem por objetivo evidenciar as falhas presentes neste sistema no que se refere a sua aplicação e aos critérios de seleção, analisados concretamente com o Princípio da Isonomia ao qual foi fundamentado.

(Metodologia) (METODOLOGIA) A partir da aplicação do método indutivo de abordagem, foram feitos questionamentos acerca dos critérios de seleção dos cotistas até findar-se na problemática principal a que se aplica a todos os estudantes com expressivas dificuldades de acesso ao Ensino Superior. Serão também analisadas decisões dos tribunais e a fundamentação de petições referentes ao tema da pesquisa. Além disso, o artigo expõe estudos de caso sobre alunos prejudicados pela adoção das cotas e apresenta dados coletados sobre a situação das escolas públicas que confirmarão a ineficácia do sistema.

(Resultados) (RESULTADOS) Há muito se discute a implementação das cotas, principalmente com relação à adoção do critério racial, sendo amplamente criticado por uma grande parte dos doutrinadores, juízes e advogados, tendo em vista a dificuldade do reconhecimento da raça no território brasileiro e o questionamento da adoção das cotas como medida compensatória. Sobre a obrigatoriedade de cumprimento integral do Ensino Médio em escolas públicas, constata-se nos estudos de caso que este requisito exclui das cotas estudantes que, devido a sua condição social, deveriam ser contemplados. Através da coleta de dados fornecidos pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas) sobre o rendimento dos alunos no Exame Nacional do Ensino Médio também ficou claro a variação da qualidade de ensino nas escolas públicas, o que implica na disparidade da concorrência a uma vaga.

(Conclusão) (CONCLUSÕES) A partir dos dados coletados, do estudo de casos e das análises realizadas, depreende-se que as implicações contidas no sistema de cotas podem ser eliminadas se a condição social do candidato for dada como prioridade em detrimento de sua raça ou cumprimento do Ensino Médio em instituição de ensino público, visto que em face a todas as dificuldades enfrentadas por esses estudantes está a condição social desfavorável, que não é um fator inerente à raça e nem somente detida por aqueles que estudam em escolas públicas. Deste modo, assumindo o questão da educação brasileira como um problema social, o sistema de cotas aplicado em nosso país, atenderia a todos os candidatos com reais dificuldades de ingresso a universidades.

Palavras-Chave: cotas, critérios de seleção, Ensino Superior.

A AMBÍGUA OPINIÃO DA SOCIEDADE SOBRE O PODER JUDICIÁRIO

Autor(es):

João Felipe Gomes de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) As constantes reclamações em revistas, livros, noticiários sobre o funcionamento do poder judiciário foi o que despertou a vontade de ir a campo para realizar essa pesquisa, surgiu assim o interesse de saber da população qual a sua opinião sobre o poder judiciário em geral. Entre os questionamentos feitos para a população sobre judiciário estão inclusas questões como o seu funcionamento, o tempo de tramitação dos processos, o acesso ao poder, as custas processuais e diversos outros pontos que foram opinados pela sociedade, o que nos leva ao desafio de entender o que a sociedade pensa sobre o poder judiciário.

(Metodologia) A metodologia usada foi a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa, além da pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica das ideias e conclusões.

(Resultados) Em uma das primeiras perguntas aos indivíduos sobre o judiciário foi abordada a credibilidade que eles dão ao poder, foi perguntado: "Você acredita no poder judiciário?", 76% dos participantes afirmaram que sim e 26% disseram que não, foi perguntado também: "Como você avalia o funcionamento em geral do judiciário?", 11% das dizem ser péssimo, 11% dizem ser ruim, 49% dizem ser regular, 20% dizem ser bom e 9% dizem ser ótimo. Após as perguntas sobre a credibilidade e sobre o funcionamento do judiciário fizemos perguntas sobre o acesso à justiça e sobre o tempo de tramitação dos processos: "Quanto ao acesso à justiça você julga ser difícil, razoável ou lento?" 30% Julgam ser difícil, 56% julgam ser razoável e 14% julgam ser fácil. Na segunda pergunta foi questionado: "Em relação ao tempo de tramitação dos processos, você considera que a justiça é lenta, razoável ou rápida?", 2% afirmam ser rápida, 24% afirmam ser razoável e 74% afirmam ser lenta. Também foram feitas perguntas sobre a honestidade e a independência do poder: "Você vê o judiciário como um órgão honesto que visa realmente a justiça?", 51% dizem que sim e 49% dizem que não, sobre a independência do poder judiciário foi perguntado: "Você acha o judiciário um órgão independente?", 67% dizem que não e 33% dos entrevistados afirmam que sim. Sobre os custos para utilizar o poder perguntamos: "Quanto aos custos para acessar ao poder eles são baixos, razoáveis ou altos?" 9% julgam ser baixos, 27% julgam ser razoáveis e 64% afirmam julgam ser altos.

(Conclusão) A sociedade se posiciona de forma confusa frente ao poder judiciário, dizem acreditar no poder, mas ao mesmo tempo diz não ser fácil acessar ao poder, afirma que o judiciário é um órgão lento, não acha o judiciário um órgão independente e acha os valores para acessar ao judiciário altos. Frente a isso pôde-se constatar que a sociedade vê no judiciário o único meio de se fazer justiça, alguns entrevistados diziam acreditar no judiciário por não ter outro meio para resolver os problemas sociais, além disso, julgam ser o judiciário um órgão lento, que não é independente, com altos custos e de difícil acesso. A imagem que o judiciário está passando para a sociedade está danificando o conceito dos indivíduos sobre justiça que muitas vezes estão deixando de procurar o poder para mediar os conflitos sociais e estão partindo para a justiça com as próprias mãos, esse número de pessoas só tende a crescer a cada ano, pois o número de processos irá aumentar e pouco se investe em políticas alternativas de resolução de conflitos, como a conciliação. Se nenhuma medida for tomada teremos em pouco tempo um caos social instaurado pela impunidade e uma justiça falha que não atende mais os interesses do povo.

Palavras-Chave: Judiciário, Opinião Pública, Sociedade

A AMEAÇA DE EXTINÇÃO DA SEPARAÇÃO DE PODERES NO BRASIL: PODER JUDICIÁRIO ABSOLUTISTA

Autor(es):

Victória de Melo Araújo Macedo Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Maria Eduarda Monte Nunes Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Na França e na Inglaterra, Jean Jacques Rousseau e Jhon Locke já haviam, respectivamente, iniciado uma reflexão sobre a separação dos poderes. Entretanto, foi Montesquieu que desenvolveu a mais famosa teoria sobre o assunto, em sua obra “O Espírito das Leis” que se denomina Teoria dos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). O objetivo dessa separação seria tornar possível a acomodação social dos interesses conflitantes que são a base das formas políticas. Porém, no Brasil, não encontramos ainda uma separação firme dos três, e levando em consideração o que se encontra nos tribunais, percebe-se uma orientação exagerada para que a interpretação constitucional favoreça soluções que facilitem e façam preponderar o papel do Poder Judiciário. Por esse motivo temas como “ativismo judicial” e “judicialização da política” se tornam cada vez mais atuais.

(Metodologia) Procuramos um embasamento jurídico e caráter teórico e qualitativo, para atingir o objetivo do projeto. Analisando julgamentos em tribunais superiores de justiça com a concepção sistêmica do direito constitucional. O método de abordagem Hipotético-dedutivo e método de procedimento sendo Histórico. Considera-se principalmente, a necessidade do enfrentamento teórico em razão das enormes divergências doutrinárias e jurisprudenciais sobre os critérios e as definições de onde se inicia e se termina os três poderes.

(Resultados) A partir dessa utilização inadequada da separação dos poderes no Brasil, ocorre a sobreposição de um poder em cima do outro. Ou seja, o ativismo judicial pode ser equiparado com o fenômeno da judicialização da política como uma injustificada e anticonstitucional invasão do poder judiciário sobre os outros. E a superação na rigidez dessas divisões, faz com que os órgãos realizem atividades que não deveriam ser de sua ordem. No Brasil, podemos perceber o abuso dos juizes que se sentem absolutos, não respeitando sua função hermenêutica de interpretar, em que não tem o preparo para legislar e administrar normas, trazendo uma instabilidade no judiciário.

(Conclusão) A separação dos poderes é de fundamental importância para a construção e a manutenção de uma sociedade justa, e a ameaça de extinção dessa teoria pode trazer graves consequências para a estabilidade jurídica e a forma de divisão constitucional. Portanto, é preciso tornar a divisão cada vez mais rígida, para que não ocorra um desvirtuamento de função. Dessa forma, podemos concluir que a existência dos três poderes é essencial para que não se desenvolva uma incoerência de poder. O que nos mostra que o trabalho do judiciário, legislativo e executivo, evoluirão somente se acontecer uma subordinação ao princípio da harmonia por meio dos três órgãos, o que não quer dizer em hipótese alguma o domínio de um pelo outro. Entende-se que os magistrados não são infalíveis, e portanto, não devem agir como tal, deve ser reconhecido que em determinados campos agentes dos outros dois poderes tem mais preparação, treinamento e competências técnicas que os permitam solucionar qualquer conflito que venha a existir em sua área de atuação.

Palavras-Chave: Incoerência de poder. Absolutismo judiciário. Separação dos poderes.

A ANALOGIA NO DIREITO: A ANÁLISE DE UM CASO DO STF

Autor(es):

Debora Fabricio Silva Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

José Eduardo de Almeida Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho tem como tema principal A Prática da Argumentação no Direito, com ênfase na utilização da analogia. Em regra, argumentos por analogia são utilizados quando o discurso é direcionado para a persuasão de um público específico, porque permite comparar um problema complexo com algo a que o público está habituado, familiarizado ou sobre o que tem sentimentos positivos. A utilização da analogia no Direito é um método de integração das lacunas da lei, baseando-se no princípio da igualdade jurídica, ou o adágio romano que diz: ubi eadem ratio, ibi eadem legis dispositivo, onde existe a mesma razão da lei, ai se aplica o mesmo dispositivo legal. Alguns juristas que abordam a aplicação da analogia do Direito dividem-na em analogia legis e analogia juris. Existem dispositivos jurídicos bem conhecidos que facilitam o uso da analogia. Este trabalho analisa um caso de utilização de analogia que tem uma característica relevante: a identificação de um erro.

(Metodologia) O presente trabalho foi realizado a partir de levantamento bibliográfico e posterior leitura de uma série de trabalhos sobre analogia, o que levou ao entendimento dos critérios de avaliação dos argumentos por analogia. A base empírica do trabalho decorre de levantamento de algumas decisões do STF que usam analogia e a análise desses casos concretos (acórdãos).

(Resultados) Na discussão de um Agravo Regimental Extraordinário, cujo argumento principal baseia-se em uma analogia, o Ministro Relator, no STF, explicita uma definição de 'aplicação analógica' para mostrar um erro de argumentação por desatenção a uma dessemelhança relevante no documento que analisa. O Ministro descobre uma falha no argumento apresentado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, encontrando uma dessemelhança entre o fato previsto (instituição de novo tributo ou aumento de um já existente) pela lei (art. 150, III, c, da Constituição Federal) e o fato novo (sistema de recolhimento do tributo por substituição das empresas contribuintes), por essa dessemelhança entre os fatos, a consequência prevista (princípio da anterioridade nonagesimal) não se aplica ao fato novo.

(Conclusão) Submetendo os argumentos apresentados aos critérios avaliativos do argumento por analogia, podemos concluir que o argumento do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul cometeu erro na aplicação analógica, porque não interpretou corretamente o fato que possibilitava a aplicação analógica do prazo previsto pelo art. 150, III, c, da Constituição Federal. Conhecer como deve ser feita a aplicação analógica é essencial não só para a Prática Argumentativa Jurídica, mas também é útil na fundamentação de decisões. É possível observar que não conhecer a aplicação analógica de uma lei provoca processos enormes, que poderiam ser evitados.

Palavras-Chave: Analogia; Direito; Argumentação Jurídica.

A APLICABILIDADE DOS EFEITOS MATERIAIS DA REVELIA À FAZENDA PÚBLICA SOBRE O ENFOQUE JURISPRUDENCIAL DO STJ

Autor(es):

Gabriela Xavier: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Letícia de Andrade Albuquerque Marques: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Ana Carla Felipe dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Luiza Marinho de Magalhães: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Gabriela Azevedo Varela: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Edinaldo Benicio de Sa Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) A aplicabilidade dos efeitos materiais da revelia a Fazenda Pública é questão que revelou novo entendimento jurisprudencial. É certo que quando se está diante de direitos indisponíveis, tem-se a não aplicabilidade dos efeitos materiais da revelia, quais sejam, a presunção relativa de veracidade dos fatos alegados pelo autor, quando o réu não contesta a ação. Porém, diante de um julgado do Superior Tribunal de Justiça, a questão se tornou acalorada, merecendo, portanto, um estudo pormenorizado do princípio da supremacia do interesse público, bem como da indisponibilidade do interesse público, bem como de demais prerrogativas da Administração Pública, como a questão da dilação dos prazos processuais, a fim de que se entenda a nova linha de pensamento levantada pelo Superior Tribunal de Justiça.

(Metodologia) A construção do estudo se deu a partir do método e do estudo pormenorizado da doutrina, legislação, bem como de jurisprudências.

(Resultados) Fazenda Pública, refere-se à área da Administração Pública que cuida da gestão de finanças, bem como da fixação e implementação de políticas econômicas. Desse modo, está sujeita ao Regime Jurídico Administrativo, e goza de supremacias inerentes ao poder público. Sendo assim, quando encontra-se na posição de ré, em determinada relação processual, faz jus ao benefício da dilação dos prazos processuais, disposta no artigo 188 do Código de Processo Civil Brasileiro. Por ser um ente que está intimamente relacionado ao interesse público, e por incidir no princípio da Supremacia do interesse público sobre o privado, defende direitos que são tidos por indisponíveis, os quais não se podem alienar, haja vista estar relacionada a gestão de finanças e portanto, do bem comum. Logo, quando em questão direitos indisponíveis, insuscetível incidirem os efeitos da revelia em uma relação processual envolvendo a Fazenda Pública. Porém, quando em voga direitos disponíveis, diante dos quais a Administração situa-se em condição horizontal ao particular, a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu que os efeitos materiais da revelia, quais sejam, a presunção relativa de veracidade dos fatos alegados pelo autor, pode sim incidir.

(Conclusão) Por fim, entende-se como Fazenda Pública toda a área da Administração Pública que cuida da gestão de finanças, e, portanto, do bem comum. Diante disso, conclui-se que a Administração goza de prerrogativas, que são na verdade, privilégios concedidos ao ente em questão, em virtude do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado. Sendo assim, utiliza-se da prerrogativa de dilação dos prazos processuais por tutelar o interesse público e inconteste, que quando diante de direitos indisponíveis, não se pode falar em aplicabilidade dos efeitos materiais da revelia ao referido ente. Porém, estando em tela, direito disponível e situações específicas de direito privado, ou até mesmo contratos que não sejam genuinamente administrativos, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu pela aplicabilidade de tais efeitos, pautado nos princípios da supremacia do interesse público bem como da indisponibilidade do interesse público.

Palavras-Chave: Fazenda Pública. Revelia. Direitos indisponíveis. Contratos administrativos.

**A APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DO SERVIDOR PÚBLICO E O CONTROVERSO ENTENDIMENTO DO STF
NA CONCESSÃO DA MODALIDADE INTEGRAL**

Autor(es):

Mariana Lustosa Fonsêca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Thalita Rodrigues Vianna de Farias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O benefício da aposentadoria por invalidez é previsto tanto no Regime Geral de Previdência Social quanto no Regime Próprio de Previdência Social, sendo esse específico dos servidores públicos em regime estatutário de qualquer um dos entes políticos da Federação. Em regra, no RGPS tal benefício é concedido integralmente, auferindo o segurado uma renda de cem por cento do salário de benefício, sendo que não incide o fator previdenciário em seu cálculo. De outro lado, as regras gerais do RPPS são traçadas pelo artigo 40 da atual Constituição Federal, cabíveis aos servidores públicos de provimento efetivo. A aposentadoria por invalidez será devida em favor do servidor que apresentar incapacidade permanente para o trabalho, conforme definido em laudo médico pericial. A redação original do citado artigo previa no inciso I do parágrafo 1º que os proventos seriam integrais quando a invalidez fosse decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave especificada em lei e proporcionais nos demais casos. Antes, a modalidade proporcional se dava em caráter residual apenas e, como especificava-se que a doença grave, contagiosa ou incurável deveria constar em lei, não havia margem para conceder o benefício integral se a doença não estivesse especificada em legislação infraconstitucional. Com a Emenda Constitucional n. 20/1998, o dispositivo passou a estatuir como regra a modalidade proporcional, embora a doutrina majoritária da época ainda considerasse a modalidade integral como regra. Já com a EC 41/2003, o dispositivo que antes dizia que as doenças graves, contagiosas ou incuráveis precisavam estar “especificadas em lei” passou a ter como nova redação “na forma da lei”, fato que deu margem para o magistrado considerar a doença não especificada em lei tão ou mais grave do que aquela discriminada na legislação, garantindo assim a integralidade do benefício. Importa destacar que as regras atinentes a esse tipo de aposentadoria são de responsabilidade do ente federativo ao qual o servidor está vinculado, de forma que, não editando o ente a lei listando as doenças graves, os proventos serão proporcionais. Essa é a atual jurisprudência do STF, o que fere brutalmente o princípio da dignidade da pessoa humana e da proteção social, pois, nesse caso, o servidor inválido se vê ceifado de manter sua capacidade de sustento.

(Metodologia) Aplicando o método dedutivo, o estudo usou como recursos a pesquisa bibliográfica sobre o tema em livros de doutrina e artigos publicados em revistas da área Jurídica, bem como legislação e jurisprudência, publicados por meio escrito e na internet.

(Resultados) O STF consolidou o entendimento que, para os servidores públicos, o rol de doenças graves previstas em legislação será um rol taxativo (RE 656860 / MT, de 21.08.2014). Os proventos serão calculados, quando na modalidade proporcional, considerando 35 ou 30 anos de contribuição, para homem e mulher respectivamente, caso o servidor não se encaixe nas exceções previstas na Constituição. A jurisprudência atual é incisiva no sentido de que, em não havendo lei que especifique a doença, os proventos serão proporcionais.

(Conclusão) Como poderia uma doença retirar a capacidade laborativa do servidor sem ser considerada grave, se esta deu ensejo a incapacidade permanente? Na medida que o STF exige que a doença esteja especificada em lei acaba por ferir o princípio da dignidade da pessoa humana e da proteção social. Necessário se faz uma reforma constitucional acerca da matéria retirando a modalidade proporcional da aposentadoria por invalidez do artigo 40.

Palavras-Chave: aposentadoria por invalidez, proporcional, servidores públicos.

A ARBITRAGEM COMO FORMA DE SOLUÇÃO DE LITÍGIOS: CULTURA ARBITRAL E RESISTÊNCIA NA SUA UTILIZAÇÃO

Autor(es):

Leocádio Trindade de Araújo Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A atividade jurisdicional vem sendo cada vez mais requisitada no Brasil, diante disso vivemos uma fase de banalização do processo judicial, na qual todo e qualquer conflito tende a se transformar de forma quase que instantânea em uma demanda judicial. A arbitragem como forma de resolução de conflitos de modo geral é considerada uma alternativa viável para descaracterização do processo como instrumento moroso, além de ser menos oneroso ao estado. A garantia ao exercício do Direito de forma plena deve ser assegurada não simplesmente para satisfação do judiciário ou para que seja somente mais um número em estatísticas, mas sim para que o processo revele o seu cunho social, ou seja, para que a finalidade real do processo seja atingida com êxito, satisfazendo por completo os anseios das partes no tocante da realização de seus interesses.

(Metodologia) Como método de abordagem para pesquisa utilizou-se o dedutivo, partindo das leis e teorias, que no caso específico regulam e orientam a aplicação da arbitragem. Como método de procedimento, foi utilizado o comparativo, buscando trazer exemplos da execução e eficácia da arbitragem em outros países que já aderem e possuem a cultura arbitral de forma muito ampla, com objetivo de demonstrar que é possível a utilização do instituto; além do estatístico com dados de instituições reconhecidas nacionalmente, apontando de forma concreta a necessidade da implementação de medias alternativas para amenizar a situação demonstrada estatisticamente nos dados estudados.

(Resultados) Através da análise da Lei 9.307/96 que regulamenta a arbitragem no Brasil, foi possível verificar que esta dispõe de forma completa e satisfatória sobre o uso dessa alternativa para resolução de litígios. Dados estatísticos do CNJ – Conselho Nacional de Justiça apontam um congestionamento no nosso judiciário, o que nos faz crer que cada vez torna-se necessário o uso de uma “válvula de escape” para amenizar a situação atual. Doutrinadores estudados também já enxergam a arbitragem como uma excelente forma de desafogar o judiciário brasileiro diante da situação caótica que este vive no que diz respeito a elevada quantidade de demandas ingressas.

(Conclusão) Após o estudo realizado através dos meios já apontados anteriormente foi possível verificar que a utilização da arbitragem com maior frequência, sobretudo o estímulo à cultura arbitral em nosso país, torna-se extremamente necessários para a modernização e eficiência do nosso sistema jurídico, bem como também para a satisfação da população de forma geral, que é o público para o qual o judiciário deve prestar sua atividade de forma eficiente. Ademais, é importante que haja primordialmente um foco na ruptura da banalização do processo judicial que hoje já faz parte da nossa cultura, assim como na descrença da população com relação à eficácia das decisões emanadas dos julgamentos realizados.

Palavras-Chave: Arbitragem. Cultura. Processo. Judiciário.

**A COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS FRENTE AO COMPLEXO SISTEMA DE INFORMAÇÕES
COMPUTADORIZADAS: ASPECTOS JUDICIAIS RELATIVOS ÀS CONDUTAS CRIMINOSAS NO AMBIENTE
VIRTUAL.**

Autor(es):

Luana Cristina Silva da Fonseca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Claudio Renato Silva Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com a massificação da rede mundial de computadores, milhões de pessoas começaram a utilizar deste meio em suas atividades rotineiras. Não obstante, também se nota que nem todos o utilizam de maneira moderada, e acreditando ser a Internet um espaço sem limitações, acabam por exceder em suas condutas, criando novas modalidades de delito - os cybercrimes. Além disso, está se tornando rotina acompanhar nos noticiários e nos julgados dos Tribunais Superiores, casos constrangedores cometidos por provedores, como: Vazamento de informações íntimas na web e armazenamento de dados pessoais sem a devida autorização, consubstanciando uma verdadeira invasão à privacidade dos indivíduos. Diante do exposto, torna-se mister discutir a problemática destacada: Até que ponto, provedores podem invadir a intimidade do indivíduo de forma a violar direitos fundamentais. Assim, partindo do pressuposto que a função primordial do Direito é pacificação das relações sociais, estabelecemos como objetivo geral, trazer para o campo jurídico a discussão da sua adequação social a fim de tutelar esses novos conflitos existentes no ambiente virtual decorrentes da colisão de princípios fundamentais.

(Metodologia) Para alcançar as metas propostas, pretende-se utilizar o método de abordagem dedutivo, iniciando da análise das teorias e das posições doutrinárias que versem sobre o tema e então partir para a exploração de casos concretos corroborando para o entendimento da pesquisa. Constatando-se a ocorrência de casos concretos no mundo e no Brasil assim como os posicionamentos jurisprudenciais, doutrinários, e leis que regulamentem conflitos existentes no ambiente informático. Utilizaremos como diretriz procedimental o estudo de casos a partir da análise dos julgados dos Tribunais Superiores de 2012 a 2014.

(Resultados) Evidencia-se no ordenamento jurídico brasileiro a presença de leis que regulamentam esses novos conflitos como a Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012 a qual tipifica alguns crimes informáticos, e a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 que estabelece princípios e garantias para o uso da Internet no Brasil. No que se refere ao entendimento doutrinário prevalece o raciocínio que o complexo sistema de informações computadorizadas, não deverá jamais constituir poderosa ameaça à privacidade das pessoas e nem tornar devassada a sua individualidade. Paralelamente, notam-se julgados direcionando o entendimento no sentido de resguardar a privacidade dos indivíduos em primeiro plano em contraste a qualquer forma de liberdade.

(Conclusão) Notadamente, apesar dos avanços conseguidos pelo ordenamento, pouco se tem feito para combater de forma eficaz os cybercrimes. Avalia-se a necessidade do ordenamento impor limites a essas práticas violadoras da privacidade dos indivíduos, assim como também é imprescindível garantir a segurança dos direitos fundamentais no ambiente virtual. Para tanto, indicaremos como possível solução para a problemática pressupostos que passam por duas medidas básicas: A começar pela execução de acordos internacionais para punir os criminosos além dos limites legislativos estabelecidos pelos países, pois esses crimes envolvem uma rede globalizada de informações. Além disso, é crucial a implementação de um Núcleo centralizado e articulado de combate aos cybercrimes, a exemplo, da Agência da União Europeia para a segurança das redes e da informação.

Palavras-Chave: Cybercrimes. Invasão de privacidade. Provedores.

A CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IMPOSTOS ATRAVÉS DE TRATADOS INTERNACIONAIS FERE O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA VEDAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS HETERÔNOMOS?

Autor(es):

Áurea Pereira da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) A arrecadação de tributos é a principal fonte de custeio de despesas para viabilizar a captação de recursos financeiros a fim de custear as despesas do Estado. Não obstante o Estado ser legitimado para impor aos contribuintes tributos com a finalidade de angariar recursos necessários a manutenção dos serviços públicos, a Constituição da República Federativa do Brasil dispõe de princípios e imunidades, institutos que se apresentam como limitadores ao Poder de Tributar do Estado. O objetivo desse trabalho é verificar a compatibilidade entre o princípio da vedação de benefícios fiscais heterônimos, disposto no artigo 151, III da CRFB e a possibilidade de a União conceder, através de tratados internacionais, isenções de tributos de competência dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi à pesquisa executada através de consultas à literatura especializada, a Constituição da República Federativa do Brasil, o artigo 98 do Código Tributário Nacional, a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. Para ilustrar foi trazido à baila um caso concreto em que os Estados Membros do Brasil concederem isenção de ICMS sobre negociações internas do pescado, a concessão alcançou, também, as mercadorias similares oriundas de países signatários do GATT reconhecendo a isenção do ICMS na importação de bacalhau (peixe seco e salgado, espécie do gênero pescado).

(Resultados) Na análise do caso concreto, instado a se pronunciar sobre a constitucionalidade da referida isenção, o Supremo Tribunal Federal afirmou que a concessão de isenção de tributos estaduais previstos no Acordo Geral de Tarifas e Comércio para as mercadorias importadas dos países signatários, quando o similar nacional tiver o mesmo benefício, foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988. De acordo com a Suprema Corte, no que tange ao Direito Internacional, apenas a República Federativa do Brasil tem competência para firmar Tratados (artigo 52 § 2º da Constituição Federal) dela não dispendo a União, os Estados membros ou os Municípios. Ressaltou-se que o Presidente da República não subscreve Tratado como chefe de governo, mas como chefe de Estado o que descaracteriza uma isenção heterônoma, vedada no artigo 151, III, da Constituição Federal.

(Conclusão) Conclui-se, portanto, que não obstante a discussão no mundo jurídico e em especial pelos entes Federados que questionam a constitucionalidade da isenção concedida, alegando que, apenas pode isentar aquele que pode tributar, e, em se tratando de impostos estaduais, no caso o ICMS, apenas o Estado pode conceder a isenção, o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento pela possibilidade da isenção de tributos através de Tratados Internacionais, tendo em vista que o Chefe de Estado ao firmar Tratados Internacionais age em nome da soberana República Federativa do Brasil e não da autônoma União. Sendo assim, não há ofensa ao princípio da vedação de benefícios fiscais heterônimos.

Palavras-Chave: Isenções heterônimas. Tratados Internacionais. Supremo Tribunal Federal.

A CONCORRÊNCIA ENTRE CÔNJUGE E CONCUBINA NA MESMA RELAÇÃO SUCESSÓRIA.

Autor(es):

Brenda Jordana Lobato de Araújo Teixeira : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Thaís Ferreira Cunha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Lara Ohanna Vieira Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Marcela Maria Gomes do Nascimento: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Marília Guedes de Carvalho Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho busca elucidar a sociedade o instituto do concubinato, bem como desvelar esclarecer as deturpações existentes sobre o tema, além de apresentar as plausíveis soluções que estão sendo atribuídas pelos tribunais brasileiros, quando provocado o judiciário. O concubinato é conceituado no Código Civil brasileiro como sendo a relação não eventual entre homem e mulher, impedidos de casar. Essa, inclusive, é a única manifestação de todo o ornamento jurídico a respeito do tema, não havendo nenhuma outra exposição sobre qualquer corolário da relação concubinária.

(Metodologia) Como substrato para materializar a busca pelo conhecimento necessário ao desenvolvimento desse trabalho optou-se pelo método dedutivo-qualitativo, partindo de uma construção geral para obter possíveis desenlaces, mediante a adoção de pesquisa, debruçada sobre fontes bibliográficas relacionadas ao tema em discussão, de modo a tentar encontrar uma melhor elucidação para os casos em que há conflito de interesses e direitos garantidos de partes adversas, como nos casos de concorrência entre cônjuge e concubina na mesma relação sucessória.

(Resultados) A Constituição Federal garante a todos como direito fundamental o princípio da dignidade da pessoa humana em seu primeiro artigo e, os tribunais o têm como o maior dos princípios constitucionais, prezando pela não violação desse jamais. Já o atual direito de família tem como fundamento maior o princípio da afetividade. Logo, as relações concubinárias, por mais que moralmente condenadas devem receber tutela jurídica, uma vez que são praticadas por pessoas constituídas, geralmente, pela existência de afeto entre elas. Uma vez não existindo lei sobre o concubinato, resta ao poder judiciário decidir sobre os casos de concorrência entre cônjuge e concubina ao aplicar seu posicionamento ao caso concreto. No entanto, a jurisprudência não é pacífica quanto à discussão com decisões favoráveis e contra a concessão dos direitos da concubina, desde que provada a sua boa-fé na relação concubinária. Por tanto, é com base no princípio da dignidade da pessoa humana e no da afetividade, na maioria das vezes, que os tribunais têm decidido, quando favoravelmente, os direitos da concubina, como a concessão de alimentos, direito a previdência social.

(Conclusão) O objetivo deste estudo foi demonstrar a freqüente existência das relações concubinárias, bem como os conflitos decorrentes dela entre as concubinas e cônjuges, dando enfoque especial quando esses se originam pelo fator morte do cônjuge adúltero, abrindo então a sucessão; também aos direitos garantidos as partes conflitantes previstos na Constituição Federal e no Direito de Família. Partindo inicialmente do estudo histórico do concubinato, mostrando os direitos garantidos legalmente, os possíveis efeitos jurídicos, findando nas soluções concedidas pelos tribunais brasileiros.

Palavras-Chave: Concubinato, concorrência, cônjuge, concubina, sucessão, direitos, solução, boa-fé.

A CONCORRÊNCIA ENTRE O CÔNJUGE E O COMPANHEIRO NO DIREITO SUCESSÓRIO

Autor(es):

Layr Rodrigues da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Lizandra Karen Pontes Diniz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Camila Gabriel Gurgel: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho científico visa o estudo prático do direito de sucessões, sobre a ótica da concorrência sucessória entre o cônjuge e o companheiro, quando essas relações ocorrem de forma simultânea, tendo em vista o impedimento presente no Código Civil brasileiro de 2002, causando, assim, uma lacuna jurídica. Dessa forma, as lides que possuem esse cerne meritório acabam ficando a mercê do livre convencimento motivado do Douto Magistrado, uma vez que a falta do amparo legal gera uma incerteza jurídica.

(Metodologia) O método adotado para a pesquisa é o teórico, baseado no complexo da análise dos Princípios da Boa fé e da Má fé, frente à possibilidade ou não de reconhecer o companheiro como possuidor de direito sucessório, quando existir mais de uma relação afetiva.

(Resultados) Ao observar as mudanças sociais ocorridas nos últimos tempos, percebe-se que as regulamentações desenvolvidas pelo legislador, bem como pelo constituinte originário, foram se tornando obsoletas, um exemplo disso é o Direito de Família. Apesar do grande avanço que o Código Civil e a Constituição deram com a previsão do divórcio e a união estável, o ordenamento pátrio ainda não regulamentou o efeito jurídico sucessório decorrente da coexistência, simultânea, de mais de uma relação. Segundo a codificação civilista, um dos requisitos para se reconhecer a união estável é que os envolvidos não sejam casados com terceiros, à exceção da separação de fato. Neste diapasão, aos olhos do Poder Judiciário, esse relacionamento paralelo ao casamento, mesmo que revestido com todas as características de união estável, não pode ser considerado como tal e, por conseguinte, não encontra amparo legal em caso de morte do indivíduo, o qual mantém dupla relação. Considerando, pois, a incerteza jurídica causada pela inexistência de regulamentação do caso em apreço, faz-se mister tecer a respeito da intenção do companheiro, devendo ser observado se está presente o requisito da boa-fé, tendo em vista ser esse o elemento que vem orientando e servindo como parâmetro das reiteradas decisões. Acerca do assunto, preleciona Maria Berenice que, "Deixar de reconhecer a família paralela como entidade familiar leva à exclusão de todos os direitos do âmbito do direito das famílias e sucessório. Assim, não há direito à herança nem à meação dos bens adquiridos em comum - somente divisão do patrimônio mediante a prova da participação."

(Conclusão) Ante o exposto, tem-se que a falta de previsão legal gera incerteza jurídica para as partes envolvidas, restando a incumbência de decidir o caso concreto para a jurisprudência, a qual atua baseada em princípios e convenções e no livre convencimento motivado.

Palavras-Chave: Direito Sucessório; Concorrência; Cônjuge; Companheiro; Incerteza Jurídica; Boa-fé; Má-fé.

A CONSTITUCIONALIDADE DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS IDOSOS BRASILEIROS NOS ABRIGOS FILANTRÓPICOS

Autor(es):

Rebeka Souto Brandão Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) O objetivo do presente trabalho foi promover uma reflexão sobre os aspectos constitucionais acerca da responsabilidade dos abrigos filantrópicos para com os idosos vulneráveis.

(Metodologia) Foi realizada uma revisão na literatura jurídica e na legislação brasileira sobre a responsabilidade de amparar e zelar pelos direitos dos idosos brasileiros.

(Resultados) O cenário de crescimento demográfico do Brasil concernente à população idosa é bastante pertinente, em 2010, o IBGE constatou um crescimento populacional da pessoa idosa, segundo a qual, em 2050, 52 milhões serão idosos. Nesta perspectiva, urge discutir quem oferecerá cuidados ao idoso: a família, ou Estado ou as Instituições. Pois, a CF/88 estipula que um dos objetivos fundamentais da República é o de promover o bem de todos, sem preconceito ou discriminação em face da idade do cidadão. A CF, no art. 1.º afirma que são um dos princípios fundamentais da República Federal do Brasil, a cidadania e a dignidade humana. Na perspectiva do cuidado com a pessoa idosa, tendo em vista sua tutela constitucional, quando falta da família, o idoso necessitado, busca lares substitutos para a sua moradia. O IPEA 2011, traz um panorama geral das instituições de idosos no Brasil, no qual foi constatada a existência de 3.548 instituições de longa permanência no território brasileiro, das quais 3.294 responderam à pesquisa. Ressalta que a principal motivação pela busca é a carência financeira e a falta de moradia, neste sentido, tem-se por justificativa a existência de um percentual de 65,2% das instituições brasileiras serem filantrópicas. Apenas 6,6% das instituições brasileiras são públicas ou mistas. Nesta perspectiva, quanto à proteção e os cuidados da pessoa idosa no Brasil, cabe à família, bem como do Estado e da sociedade, amparar e assegurar sua participação na comunidade, assim como defender sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. Segundo a Constituição Federal, na falta da família, o Estado transfere sua responsabilidade para as ILPs filantrópicas, ficando estas, no papel de garantidoras do direito à vida, à saúde, à alimentação, à cidadania, à liberdade, à dignidade, dentre outros. Contudo, vale discutir acerca da constitucionalidade que transfere a responsabilidade de amparar idosos em situação de vulnerabilidade às instituições filantrópicas, as quais representam o maior número no Brasil. Neste sentido, entende o Judiciário Brasileiro (AI Nº 70059764407 – TJ/RS) que o Estado não pode se furtar do dever de propiciar os meios necessários ao gozo do direito à saúde por todos os cidadãos; tal omissão, seria uma grave violação de uma norma constitucional

(Conclusão) Neste diapasão, se para o Idoso inexistir qualquer elemento de seu núcleo familiar que tenha condições financeiras de prestar-lhe auxílio material, caberá de forma solidária aos entes federativos, a serem compelidos a complementar tal verba, a fim de assegurar-lhe o direito à saúde e à vida (Agravo de Instrumento Nº 70059764407 – TJ/RS). Torna-se oportuno ressaltar que tal decisão não viola o princípio da separação dos poderes, posto que compete ao Judiciário fazer cumprir as leis, ordenando a observância dos dispositivos constitucionais violados quando da negativa da Administração, o que não consagra, igualmente, ofensa à universalidade, à isonomia e à igualdade.

Palavras-Chave: Idoso, Abrigos, Filantrópicos, Constitucionalidade.

A CONVENÇÃO CONTRA O TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A NOVA LEI DE DROGAS – LEI N. 11.343 DE 23 DE AGOSTO DE 2006

Autor(es):

Elizabete Félix da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução)) Este Trabalho tem como foco analisar a contribuição que a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes trouxe à Nova Lei de Drogas. Os malefícios e problemas advindos do Tráfico Ilícito de Entorpecentes e substâncias psicotrópicas, que assumiu proporção assustadora, sendo grave ameaça à sociedade, ao bem-estar e a saúde dos cidadãos, realizou-se em Viena na data de 20 de Dezembro de 1988 a Convenção das Nações Unidas Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, entrando em vigor internacional em 11 de novembro de 1990, Ratificada pelo Brasil no dia 14 de Junho de 1991. Seu objetivo é conhecer as ferramentas utilizadas pela Convenção, e que foram incorporadas no nosso ordenamento. A Cooperação Internacional utiliza os meios jurídicos eficazes para eliminar as atividades criminosas internacionais de tráfico ilícito, reconhecendo que o combate ao tráfico ilícito é de Responsabilidade Coletiva de todos os Estados, pois o aumento da produção e demanda do tráfico ilícito estava culminando em efeitos devastadores à saúde, e ao bem-estar dos seres humanos.

(Metodologia) Este trabalho foi realizado através de estudo da Legislação e material bibliográfico. Em 2006, o Brasil sancionou a Nova Lei de Drogas n. 11.343 que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, esta prescreve medidas de prevenção, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, e institui normas para repressão à produção não autorizada e o tráfico ilícito de drogas, define crimes e dá outras providências.

(Resultados) São duas dimensões, com fundamentos únicos, no princípio da Responsabilidade Compartilhada, uma é a nova visão do dependente e usuário de drogas aplicando um sistema de tratamento do indivíduo como uma pessoa doente que antes eram vistos como criminosos agora passam a ser vítimas do tráfico, necessitando de proteção, cuidado e atenção especial, principalmente quanto a sua saúde a outra é a criação de leis mais severas aplicadas ao traficante de drogas que deve ser combatido com medidas mais eficaz, penas mais duras e leis mais rigorosas.

(Conclusão) Dos resultados obtidos infere-se que a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas foi de extrema importância para que o nosso ordenamento inovasse incorporando o Princípio da Responsabilidade Compartilhada na Nova Lei de Drogas, atribuindo ao indivíduo, família, sociedade, órgãos públicos, privados e governo o dever de cooperar mutuamente para que o dependente e o usuário sejam tratados de forma adequada e o traficante combatido com um sistema mais rigoroso.

Palavras-Chave: Convenção; Nova Lei de Drogas; Responsabilidade Compartilhada.

A CORRELAÇÃO ENTRE O HOLOCAUSTO E A CRISE NA FAIXA DE GAZA À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS

Autor(es):

Amanda Oliveira da Câmara Moreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Thiago Reis e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) Desde a declaração de Ciro, do direito natural romano e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão francesa, se vê os primeiros traços da existência dos Direitos Humanos no mundo. O estopim de discussão aconteceu no Holocausto com a tentativa de dominação dos povos, ocorrendo face à existência de totalitarismo alemão que pregavam a extinção de determinadas raças colocando em xeque a existência do que viria a ser os Direitos Humanos. De acordo com Mazzuoli, o Holocausto foi considerado o grande fato gerador da moderna visão da internacionalização dos Direitos Humanos, pois após 2ª GM houve uma tentativa de reafirmação daqueles, como por exemplo a ONU que criou a Declaração dos Direitos Humanos. Porém, tem-se que a tese central figura na órbita do momento da criação do Estado de Israel (1948), que não possuía território próprio e a partir daí iniciaram os conflitos armados entre a desmembrada Palestina e o Estado novo. Intuindo que, inicialmente baseava-se em dominação de território, mas com o passar dos anos se transformou numa guerra civil. Compreendendo assim, uma grande crise na institucionalização dos Direitos Humanos no próprio estado palestino.

(Metodologia) Utilização do método dedutivo a partir de pesquisas bibliográficas.

(Resultados) Desde a criação do Estado de Israel em 1948, após a saída dos judeus vítimas do Holocausto para seu retorno a cidade originária começaram os conflitos árabes-israelenses cujo estopim foi a Guerra dos 6 Dias, que Israel ocupou a Faixa de Gaza. Assim, num paralelo com a ideia de Nurit Peled-Elhanan, tem-se que permanece uma tentativa de disseminação de povos até a sociedade hodierna, pois há uma fomentação da ideia de que palestinos não existem, devendo ser dominados, inclusive, não trazendo figuras nos livros didáticos que demonstrasse a realidade do mapa mundo, cujo Estado palestino está ausente podendo gerar a desumanização de um povo. Logo, os conflitos desde os primórdios da criação do estado israelense até hoje, o que se percebe são infrutíferas tentativas de acordos de paz por parte dos organismos internacionais. Todavia, a busca pela paz deverá partir, inicialmente, da aceitação da existência do outro, respeito mútuo, busca pela solução de controvérsias internacionais, que poderia propor uma cooperação entre os Estados, havendo uma relação estatal e de respeito à soberania nacional, para a efetivação dos Direitos Humanos.

(Conclusão) Conforme o que foi visto, ressalta-se que a busca pela resolução dos conflitos em Gaza deve ocorrer através de soluções de controvérsias internacionais, como o previsto no artigo 33 da Carta da ONU, sendo uma maneira de poder chegar à manutenção da paz e da segurança internacional. Contudo, para que isso se mostre possível, é necessário que haja a efetivação, propriamente dita, dos direitos humanos além de uma intervenção internacional nos Estados em Israel e na Palestina, pois é perceptível que a violação dos direitos humanos gera consequências destrutivas para os cidadãos que vivem lá. Logo, observando os Direitos Humanos analisados numa ótica contratualista, haveria a necessidade de um novo contrato social para que a paz fosse reafirmada. Contudo, a busca por soluções não pode ser pautada somente no estado de natureza ou contratual e conforme Arendt a concretização dos Direitos Humanos somente ocorrerá se houver uma relação entre estes e a soberania nacional, ou seja, se forem realmente efetivados.

Palavras-Chave: Direitos Humanos; Israel; Palestina.

A DEEP WEB COMO FORMA DE DESRESPEITO A LIBERDADE NA SOCIEDADE EM REDE

Autor(es):

Maria Luiza Ferreira Tosta Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Mariana Carvalho Sampaio de Freitas Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Cláudia da Costa Aguiar: Docente do UNI-RN

(Introdução) As funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizadas em torno de redes. Redes constituem a nova morfologia social de nossa sociedade e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Tudo isso porque elas são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós (que seriam as ligações entre as informações) desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação. A forma como produzimos e divulgamos a informação caracteriza esta nova forma de estar no mundo, transformando a experiência humana. Nessa conjuntura, é possível exemplificar essa nova sociedade em rede com a Deep Web, que concerne a Wolrd Wide Web, cujo conteúdo não faz parte da Surface Web, a qual é indexada pelos mecanismos de busca padrão. Analogamente, imagina-se a rede mundial como um iceberg: a internet indexada, que pode ser encontrada pelos sistemas de busca, seria apenas a ponta superficial, o remanescente, imerso na água, é a Deep web. A internet em si abrange 90% da Deep Web, fato que demonstra seu potencial e, inclusive, sua permissividade. Essas características advêm do completo anonimato concedido aos seus usuários, conferindo uma gama de possibilidades para atitudes em sua maioria ilegais.

(Metodologia) A fonte de pesquisa foi fundamentada na análise da obra "A Sociedade em Rede", de 1996, do sociólogo espanhol Manuel Castells, como igualmente tomou por base pesquisa bibliográfica do texto "The Deep Web: Surfacing Hidden Value", autoria de Michael K. Bergman, pioneiro no que diz respeito à pesquisa e desenvolvimento substancial de informação sobre a Deep Web. Em síntese, objetivou aplicar a dialética entre as duas obras e as convergir com a premissa básica da ciência do direito: Ubi societas, ibi jus.

(Resultados) A partir do constatado sobre a existência de uma sociedade em rede, mediante a verificada Deep Web; e, uma vez de conhecimento coletivo a realidade do que ela permite, constituindo como mecanismo para uma liberdade drasticamente inconstitucional; dessarte, tendo como referencial a verdade de que onde há sociedade, há direito, e de que esse mesmo direito tem como condição de existência reger as relações sociais e suas consequências, é imprescindível controlar, restringir e vigiar, ante a devastadora realidade autorizada nessa sociedade

(Conclusão) Em síntese, desenvolve-se a ideia do princípio do dano dentro do âmbito da liberdade de expressão e, conclui-se que a liberdade de manifestar-se pode ser realizada até o momento em que não causará prejuízos diretos e evidentes a demais indivíduos, assim como prevê o Tratado Internacional dos Direito Humanos de 1948, em seu artigo terceiro o qual consiste em dizer: "Ninguém pode ser privado da sua liberdade, a não ser nos casos previstos pelas leis e segundo as praxes estabelecidas pelas leis já existentes". De acordo com a presunção de que não existe liberdade absoluta, torna-se inviável defender que a Deep Web proporciona uma liberdade consideravelmente legal, visto que a principal característica dos usuários dessa rede é o anonimato. Por ter seus usuários protegidos criptograficamente, afora defeituosa fiscalização, abre-se espaço para a realização de crimes como a quebra dos direitos autorais e até crimes considerados desumanos, como a ação de grupos extremistas, casos de parafilia e pedofilia, tráfico de drogas, órgãos, e tudo o que há de mais nefasto, fazendo-se dever do Estado, através do direito, coibir e punir as ações que transgridam este limite.

Plavras-Chave: Deep Web. Sociedade em Rede. Ciência do Direito

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO

Autor(es):

Thaíza Felipe dos Anjos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Marina Dias Marinho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Trata-se de uma pesquisa jurídica na qual, partindo-se da concepção civilista da função social do contrato, discute-se a noção dessa função social na celebração do contrato de trabalho. Igualmente, aborda-se a aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana, ferramenta esta utilizada como tutela aos abusos irrestritos praticados na relação laboral e do mesmo modo, no século XXI, emergiu a concepção do trabalho decente. Destina-se a traçar como zona de convergência o direito do trabalho e o direito constitucional, partindo-se também de uma ótica civilista no tocante a formação do contrato. Busca-se demonstrar como a dignidade humana é limitadora na celebração de um contrato de trabalho, porém essencial, dada a sua dimensão nos dias atuais, daí a relevância científica, jurídica e prática do tema. Objetiva, por fim, exemplificar que por meio de medidas flexibilizadoras, a relação de trabalho vem suscitando questionamentos sob a ótica do princípio da dignidade da pessoa humana e função social do contrato individual do trabalho.

(Metodologia) O trabalho desenvolvido é um artigo científico original, através da adoção do método dedutivo, partindo-se de uma perspectiva da dogmática jurídica e a pesquisa realizada foi qualitativa. O apanhado jurídico utilizado se deu por intermédio de um levantamento bibliográfico doutrinário, bem como da constituição federal brasileira, a CLT, os códigos civis e fontes documentais advinda da OIT.

(Resultados) Verificou-se que o contrato de trabalho resta dirigido pela dignidade humana, a qual não se perfaz absoluta. A flexibilização é uma dessas restrições que limitam o poder de negociação entre o empregador e empregado, tudo isso como forma de proteger o polo mais vulnerável da relação. Observou-se ainda que essas medidas flexibilizadoras, atualmente, são ferramentas inevitáveis face ao atual cenário jurídico trabalhista vivido, todavia, acabam, em situações específicas, por afrontar a concepção contemporânea do trabalho decente.

(Conclusão) O trabalho deve ser encarado como questão social e não raras vezes tem se desvirtuado essa finalidade. Concluiu-se que face à essa deturpação trabalhista é que surgiu uma nova concepção do trabalho, que é a de trabalho decente, concepção essa desenvolvida pela OIT. Concluiu-se ainda que o contrato de trabalho deve ser relativizado, porém à luz da ponderação e razoabilidade, em face da atual conjuntura trabalhista instalada, que é a da flexibilização trabalhista, desde que, esta seja feita sob a análise de um trabalho decente e de modo a não afrontar o ordenamento jurídico pátrio. Observou-se, por fim, que essas medidas flexibilizadoras, atualmente, são ferramentas inevitáveis face ao atual cenário jurídico trabalhista vivido, todavia, acabam, em situações específicas, por afrontar a concepção contemporânea do trabalho decente.

Palavras-Chave: Contrato de Trabalho. Função Social. Dignidade da Pessoa Humana. Trabalho Decente. Flexibilização.

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA PERANTE A REALIDADE DA GLOBALIZAÇÃO

Autor(es):

Filipe Manuel Morim Peixoto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) A sociedade internacional encontra-se mergulhada cada vez mais na globalização, sobretudo com a internet, onde cada vez mais pessoas passam maior parte do tempo, como se esta fosse uma nova forma de cultura mais cosmopolita, mas nem por isso centrada na dignidade da pessoa humana, logo o que se busca é demonstrar a relativização da dignidade da pessoa humana perante a realidade do processo de globalização.

(Metodologia) A cartografia foi o método empreendido na recolha de elementos epistemológicos que segundo Boa Ventura de Sousa Santos permite delimitar aspectos críticos que exaltam o tema.

(Resultados) Em tempos a palavra vinda de cima, se centrava na Igreja ao difundir os seus fundamentos, que regulavam um determinado comportamento social, logo os espaços públicos serviam de debates, discussões onde se reuniam e ensinavam as pessoas a renovarem os valores sociais. Ao fazer o mapeamento do comportamento social, com a globalização essa fase vem sendo superada, pois existem redes sociais e a internet, será que essa é a nova forma de rezar a uma voz que vem de cima, com o nome globalização. Já no mapeamento do crescimento das cidades, as praças ficam vazias, como se alguém que nelas se situe pareça estar desvirtuado pela face da sua desatualização. A sociedade se fecha em redes globais, as cidades aumentam, os valores sociais são suprimidos, a criminalidade aumenta, as pessoas refugiam-se em condomínios sendo a segurança um fim ilusório. Por fim o mapeamento atingiu a influência da globalização para uma desigualdade, os estudantes que são o futuro de uma nação já apresentam reflexos, pois hoje a maioria dos que concluem um curso superior passam a comunicar como se o seu estatuto não existisse, ou sem uma postura profissional e ética.

(Conclusão) Existem vozes que no âmbito Global procuram ao que parece na sociedade atual a existência de uma face multifacetada mas que em parte não está na virtude dos seu anseios. O renomado Zygmund Bauman, deixa claro que todos estão a contra gosto, por designio ou à revelia, em movimento. Estão em movimento mesmo que fisicamente imóveis, a imobilidade não é uma opção realista num mundo em constante mudança. Seria bom que todos façam parte dela da forma mais correta, pois os efeitos da mudança são radicalmente desiguais, logo cuidado aos que se tornam plena e verdadeiramente “globais”, olhem pelos que se fixam na vossa localidade. Se a globalização se centrasse no respeito aos direitos humanos, surgiria um ideal de sociedade mais justa, no entanto isso só seria possível interferindo diretamente na sua implantação. Valores que no âmbito internacional são exemplos que permitiriam atingir um patamar da dignidade da pessoa humana, a partir da consciência sobre a ação individual, tanto de cada Estado, como de cada indivíduo. O fumus boni iuris também deveria fazer parte da forma de comunicação entre pessoas e entre todos os Governos.

Palavras-Chave: GLOBALIZAÇÃO, DIGNIDADE, RELATIVIZAÇÃO

A EFETIVA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE ESTADOS NA OBEDIÊNCIA DOS CRITÉRIOS DE SEGURANÇA COLETIVA DA ONU.

Autor(es):

Jonas da Costa Farias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) INTRODUÇÃO: É de extrema relevância, o papel do Conselho de Segurança das Nações Unidas e o caráter político que este organismo recebeu desde a sua criação, no período pós-Segunda Guerra Mundial, refletindo o interesse individual dos Estados considerados vencedores do conflito. Todavia, é inegável, que a realidade internacional atual se distancia muito do que se tinha quando a ONU surgiu. Grandes mudanças ocorreram nos campos jurídico, político e econômico, contudo, rápidas evoluções vivenciadas em todo o planeta, parecem não ter sido acompanhadas pelo principal órgão da ONU, o seu Conselho de Segurança. O fato da ONU não ter acompanhado esse avanço, tem gerado, entre outros problemas, o sentimento de impunidade, nutrido pelo aspecto frágil normativo da entidade e o descrédito da comunidade internacional, principalmente no que diz respeito ao tema “segurança”, que claramente, após o episódio da invasão do Iraque sob a chefia dos EUA, as sucessivas desobediências aos acordos e recomendações da instituição sobre ataques, além do aumento do chamado terrorismo internacional, a partir dos eventos ocorridos no 11 de Setembro de 2001, a ideia de reforma do Conselho de Segurança foi suscitada para combater a representação desbalanceada e do uso do poder de veto dos membros permanentes para satisfação interesses pessoais.

(Metodologia) METODOLOGIA: O presente artigo nasceu de uma revisão de literatura de vários livros com a temática voltada para a discussão sobre reforma, Conselho de Segurança e sanções no âmbito da Organização das Nações Unidas e das normas do direito internacional, além de artigos de portais jurídicos e matérias lecionadas na graduação no presente semestre.

(Resultados) RESULTADOS: Finalmente, Através da jurisdição de uma Corte com poderes e regras previamente constituídas sobre a regra da equidade, os membros permanentes do Conselho de Segurança teriam que, obrigatoriamente, frear seus impulsos individuais, e já que não o fazem em prol de interesses da comunidade internacional, o teriam que fazer em estrito cumprimento às determinações da CIJ, sob pena de uma ou cumulativas sanções no campo Econômico. Só assim estabeleceriam dois aspectos fundamentais de uma reforma, a saber: o funcionamento e a composição desse órgão tão importante. Esses dois fatores, se obtidos, trarão um caráter democrático, contemporâneo e totalmente pleno, do ponto de vista da segurança jurídica na aplicabilidade normas internacionais.

(Conclusão) CONCLUSÃO: Diante disso, é mais do que previsível que tal problemática não tenha uma fácil resolução, no entanto, podemos aduzir, num pensamento minimamente racional, que apesar da ONU não ser um ente celestial ungido por poderes divinos, ainda é a maior conquista institucional da humanidade na sua história; imperfeita e longe do ideal, é verdade, mas diante disso tudo, um mundo sem ela, não teria chance de ser melhor, sem o debate, distante do diálogo entre os povos, dominado pelo poder do mais forte.

Palavras-Chave: PALAVRAS CHAVE: ONU, Segurança, Conselho de Segurança, Direito Internacional.

A EMENDA CONSTITUCIONAL 66/2010: UMA ANÁLISE HISTÓRIA ACERCA DO NOVO DIVÓRCIO

Autor(es):

Sabrina Bardana Diniz Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Lara Fernandes de Queiroz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Henrique Batista de Araujo Neto: Docente do UNI-RN

(Introdução) Diante da problemática surgida com a Emenda Constitucional 66/2010, primamos pelo esclarecimento a respeito do "novo" divórcio concomitantemente com a teoria do eudemonismo, a qual defende a tese que a dissolução do matrimônio deve ocorrer quando o casal não está mais conseguindo conviver de forma harmoniosa. Esta emenda apesar de ser divergente do que está imposto no Código Civil vigente, deve ser analisada e aplicada nos casos concretos, pois, de acordo com o princípio da temporalidade, as fontes do direito mais novas sobrepõem-se às anteriores. Além disso, ressalva-se que o direito e seus respectivos ramos não são estáticos, ou seja, com a finalidade de melhor atender as necessidades sociais, é imprescindível que as normas sejam adequadas e/ou adaptadas às mudanças sociais.

(Metodologia) No trabalho de pesquisa em questão utilizaremos o método dedutivo, partindo de doutrinas e leis que se complementam, com a finalidade de averiguar o fenômeno histórico-evolutivo sobre a emenda do novo divórcio. No que tange ao método de procedimento, será empregado o estudo de casos e cumulativamente o método documental buscando jurisprudências dos nossos tribunais. Além disso, a análise terá como base um referencial pragmático, qual seja, a Emenda Constitucional 66/2010, em função do qual será estabelecida uma relação mais adequada com a evolução social, e, conseqüentemente, com a realidade atual.

(Resultados) A partir de um embasamento teórico fundamentado pela Emenda 66/2010 conjuntamente com a teoria do eudemonismo, a qual defende a primazia do princípio da felicidade dos cidadãos que já foram casados, doutrinas, jurisprudências e de uma análise da histórica e sociológica da evolução dos meios de dissolução do casamento, primordialmente no que diz respeito ao novo divórcio, é possível constatar que de certa forma a recente aprovação da Emenda supracitada tornou mais rápida e eficaz o fim do matrimônio, buscando sempre a felicidade dos nubentes. Já que com o avanço da sociedade, ninguém poderá ser obrigado a permanecer casado com alguém se essa não for a sua vontade.

(Conclusão) Em respeito aos Princípios referentes ao Direito de Família, principalmente o da dignidade da pessoa humana; da liberdade e o da igualdade e respeito, é importante salientar que a Emenda do novo divórcio foi aprovada com o objetivo de alcançar as mudanças sociais e, conseqüentemente, diminuir os relatos de cônjuges frustrados pelo fato de continuarem casados, mesmo quando o matrimônio não fizesse mais nenhum feliz, acarretando em prejuízos para a instituição familiar. Dessa forma, é imprescindível salientar que a sociedade atual almeja que seja respeitado a felicidade do casal, deixando de lado o individualismo e pensando em prol da unidade familiar.

Plavras-Chave: divórcio, eudemonismo, princípios, emenda

**A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL ATRAVÉS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E A ATUAÇÃO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

Autor(es):

Iandra Izabelli Honorato Vidal: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Mayara Fyama Nelo Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este presente estudo pretende destacar através de uma análise crítica e epistemológica as políticas públicas de prevenção e erradicação do trabalho infantil à luz da garantia dos direitos cristalizados no Estatuto da Criança e do Adolescente e dos fundamentos esculpidos na Constituição Federal. Partindo desse pressuposto, traçam-se breves contornos sobre este instituto, seu conceito, contexto histórico e análise da atuação contemporânea. Nossa pretensão é analisar os programas de políticas públicas desenvolvidos e direcionados a erradicação do trabalho infantil, construindo um comparativo dos avanços produzidos nos últimos anos e por fim, evidenciar a atuação do Ministério Público do Trabalho, enquanto instrumento de concretização de políticas públicas de enfrentamento ao trabalho infantil.

(Metodologia) Para viabilização do estudo, realizamos uma pesquisa de cunho teórico que revela uma análise da problemática do trabalho infantil, face a garantia da doutrina da proteção integral e dos direitos fundamentais. O método de pesquisa é o dialético interdisciplinar uma vez que não se verifica possível considerar fatos fora de um contexto social, político, econômico e outros fatores. Emprega-se uma pesquisa qualitativa e quantitativa, incluindo-se uma abordagem doutrinária e jurisprudencial sobre o princípio da proteção integral da criança e do adolescente.

(Resultados) Diante do estudo ficou constatado que o trabalho infantil é uma grave violação aos direitos humanos e fundamentais da criança e do adolescente e por isso deve-se despertar atenção de toda a sociedade, dos entes estatais (através de políticas públicas) e da família, necessitando portanto de um tratamento prioritário de acordo com o ECA em todas essas instâncias. Evidencia-se uma tríplice responsabilidade: família, sociedade e estado na eficácia das políticas públicas e programas que venham identificar as crianças em situação de trabalho e na superação de sua vulnerabilidade socioeconômica, permitindo que a situação do trabalho infantil cesse. O Ministério Público do Trabalho tem como suas metas o combate ao trabalho infantil e a regularização do trabalho do adolescente, enfrentando essa questão na prevenção e repressão através da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente em ações estratégicas, uniformes e coordenadas buscando a implementação de políticas públicas sociais, educacionais de saúde e trabalho que venham a contribuir para eliminar as condições fáticas que levam ao trabalho infantil. Ademais, destaca-se a questão dos mitos e verdades acerca da situação do trabalho infantil.

(Conclusão) Observa-se que existe a necessidade de se reavaliar determinados conceitos e destituir certos mitos acerca do trabalho infantil, reconhecendo a doutrina da proteção integral e efetuando-se a garantia aos direitos humanos e fundamentais insculpidos na legislação vigente. É preciso que estejamos cada vez mais atentos com as transformações que ocorre na sociedade, e assim garantir a prevenção e erradicação dividindo as responsabilidades, produzindo políticas públicas eficazes, e por fim conferindo diretrizes sistematicamente orientadas para tornar efetiva a garantia constitucional da prioridade absoluta dos direitos das crianças e adolescentes.

Palavras-Chave: Trabalho Infantil. Políticas Públicas. Proteção Integral

A ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA COMO REFLEXO DO DUMPING SOCIAL

Autor(es):

Tassius Marcius Tsangaropulos Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Rodrigo Cabral de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Thiago Reis e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) Partindo do argumento de que o Direito do Trabalho é uma das vertentes dos Direitos Humanos que assegura o postulado ético “dignidade, cidadania e justiça social” no contexto internacional, e que ao mesmo tempo, está intimamente ligado à economia mundial, buscar-se-á realizar um paralelo entre a escravidão na contemporaneidade e o dumping social, fenômeno decorrente das vantagens econômicas oriundas da precarização das relações de trabalho, e consequentemente, responsável pela exploração do trabalhador e pelo desrespeito à direitos trabalhistas mínimos preconizados pela OIT. Outrossim, se defenderá a principal meta da OIT: a implementação do trabalho decente, por meio da proteção da pessoa humana contra os arbítrios do poder, e como meio de humanização das relações capitalistas.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Análise de artigos científicos, valendo-se do método dedutivo.

(Resultados) (RESULTADOS) Ainda que um determinado país tenha participado da Conferência Anual da OIT, e votado favoravelmente por determinada Convenção, ela precisa ser ratificada pelo ordenamento jurídico pátrio, tendo em vista não só a dificuldade da implementação de direitos sociais trabalhistas, que só se realizam havendo um esforço conjunto da sociedade, mas também a premissa de que a criação de uma norma internacional de caráter universalista deve levar em conta a capacidade de cada Estado em implementá-la, o que também exige que os atores do plano internacional sejam ao mesmo tempo destinatários e sujeitos destas deliberações, como assinala o doutrinador Rodolfo Pamplona Filho. E ainda que existam as Convenções 29 e 105 da OIT que tratam especificamente sobre o trabalho forçado ou análogo ao escravo, nota-se que estes ainda não foram abolidos como deveriam, e que se faz presente em diversos Estados, tanto os que ratificaram, como os que não ratificaram tais Convenções, pois não há como impor pacificamente a aplicação de uma norma internacional a um país que não deseje voluntariamente sua adoção. Recorre-se então, mais uma vez, à afirmativa acerca da aplicação das normas e princípios trabalhistas, que não dependem do contexto externo, e sim da preservação das condições de trabalho existentes (direitos mínimos, e logo, indisponíveis), evitando a sua degradação. Conforme as lições de Domingos Sávio Zainaghi, a escravidão é tão antiga quanto a presença do ser humano na terra. Não obstante, ela vai, com o passar do tempo, se moldando à atualidade, e muitas vezes, passa despercebida. E por ser inerente ao homem se utilizar do trabalho de seu semelhante para satisfazer suas “necessidades”, nem o trabalho escravo nem o análogo a este serão erradicados, pelo menos, à longo prazo. Desta forma, deve haver um aprimoramento das relações de trabalho, não reconhecendo apenas a proteção do trabalhador, e sim a construção de um sistema normativo que se adapte às demandas sociais e econômicas.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) O que deve se buscar são mecanismos legais de punição aos empregadores que utilizam desses serviços e, uma fiscalização incessante, para que este quadro possa ser reduzido ao máximo, mas sempre de acordo com os princípios mínimos de respeito à cultura e ao costume do local. Ademais, avanços legislativos no reconhecimento de direitos sociais e na positivação de direitos humanos, bem como a preservação da garantia de direitos trabalhistas mínimos, como férias e repouso semanal, por exemplo, e o pagamento das verbas trabalhistas ao empregado, são indispensáveis para o combate ao dumping social, e consequentemente, à redução da escravidão na contemporaneidade.

Palavras-Chave: Direito Internacional do Trabalho; Escravidão Contemporânea; Dumping Social

A ESTIGMAÇÃO DO PRESO E A SUA PERPETUAÇÃO

Autor(es):

Cícero Alves de Sousa Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Fernanda dos Santos Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) No curso da história, inúmeros pensadores perceberam que a prisão, na verdade, estava contribuindo para o crescimento da criminalidade. O Italiano Cesare Lombroso, por exemplo, ao criar a figura do delinquente habitual, comprovava isso, e constatou que um dos meios desse indivíduo transgressor permanecer cometendo delitos, sem sombra de dúvida, era em razão de um sistema penal falho e fraco, além de uma sociedade altamente repressora. A pena cria uma série de desigualdades, que reprovam, e conseqüentemente marginalizam permanentemente o indivíduo que já a cumpriu.

(Metodologia) A pesquisa caracteriza-se pelo uso do método de pesquisa indutivo, por tratar-se de uma extração discursiva do conhecimento a partir de evidências concretas passíveis de ser generalizadas, partindo de uma esfera de científica particular e concreta, para um patamar de conhecimento mais geral, amplo. As fontes bibliográficas consistem em livros específicos do ramo da criminologia, bem como obras de clássicos autores do direito penal, com suporte em periódicos e artigos científicos, e até mesmo em palestras de juristas.

(Resultados) A estigmatização do preso é fruto de uma atribuição de status, nesse caso a sociedade, desde o primeiro comportamento que contraria a sua habitualidade, passa a etiquetar o indivíduo como transgressor e esse processo é consolidado no momento em que o crime se torna público. Essa estigmatização se perpetua em razão da falência da pena de prisão e do sistema progressivo em conjuntura a distancia do cárcere para com a coletividade. No momento que o preso se reencontra com a liberdade, este, se depara com todas as conseqüências morais e psicológicas da estigmatização, daí temos a justificativa da dificuldade da reinserção social do ex-detento e de sua alta propensão a cometer novos delitos.

(Conclusão) De acordo com o estudo se percebeu que a perpetuação do agente na vida criminosa se deve muito mais as relações sociais do que com a pena propriamente dita, em razão da reação ostensiva daquela, quando se atribui e se perpetua uma punição de caráter moral e muitas vezes irreversível. O descaso do Estado com essa problemática também influencia diretamente na permanência do estigmatado na vida criminosa, pois quando este cumpre a pena, não é sustentado por qualquer espécie de política que estimule sua reintegração na sociedade. Haja vista, encontram-se soluções cabíveis para o controle dessa realidade: maior integração dos agentes penitenciários; criação de uma corregedoria no sistema penitenciário; estímulo para capacitação individual e trabalho; e por fim, e mais importante, é necessário se desprenda desse juízo preconceituoso da estigmatização do ex-apanado e busque se aproximar desde, pois a reinserção social do ex-detento se dar por uma relação recíproca.

Palavras-Chave: Criminologia. Ineficácia da Ressocialização do Preso. Estigmatização. Descaso Estatal. Perpetuação. Reincidência.

A ESTIGMATIZAÇÃO DA MULHER EM “A HORA DA ESTRELA”, DE CLARICE LISPECTOR: UMA ANÁLISE DE DIREITOS CIVIS.

Autor(es):

Cassiene Silvério da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Isabella Jamel Lauar dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Luciana Flávia Nunes Casimiro: Docente do UNI-RN

(Introdução) A proposta desta pesquisa acadêmica é estudar as relações entre os gêneros, visualizando a história de inferiorização da mulher, a partir da escrita de Clarice Lispector, em sua obra *A Hora da Estrela*. Destaca-se o vínculo entre a Literatura e o Direito, especialmente no que tange à observância da evolução dos Direitos Civis da Mulher.

(Metodologia) O método abraçado para o estudo é o teórico, firmado na análise da obra *A Hora da Estrela*, de Clarice Lispector, e a evolução dos Direitos Civis da Mulher, promovendo o reflexo da intertextualidade entre o Direito e a Literatura.

(Resultados) Em *A Hora da Estrela*, Lispector desperta o leitor, por meio da história das “fracas aventuras de uma moça numa cidade toda feita contra ela”, para uma realidade perturbadora, na qual a personagem principal, Macabéa, entra em contato com o mundo opressor onde, para ela, não há espaço. Por meio da história de opressão desta mulher, Lispector tece uma reflexão crítica acerca das relações entre os gêneros, “porque há direito ao grito, então eu grito”, demonstrando que, para o retrato social da época, a invisibilidade feminina era a regra. Voltando-se prioritariamente ao sistema jurídico romano-germânico, também conhecido como “Civil Law”, e que impera no Direito Brasileiro, Radbruch anuncia que “as mulheres foram excluídas da participação ativa na jurisdição, sobretudo em face da necessidade de uma interpretação e aplicação puramente racionais e práticas de disposições genéricas duras, diante das quais o indivíduo e seu sentimento não contam”. Os estudos feministas deflagram que a tradição do legislador sempre foi a de criar normas jurídicas que discriminassem a mulher. Na realidade legislativa brasileira não foi diferente, pois no CC/16 podemos encontrar expressões como “pátrio poder” e “mulher honesta”. Diversas são as demonstrações do tratamento discriminatório das mulheres no Código Civil de Beviláqua, dentre elas: a inserção da mulher no rol dos relativamente incapazes, a necessidade da anuência e ratificação do cônjuge para que os seus atos tivessem validade na esfera civil, o desempenho tolhido do papel de mãe, já que o pátrio poder lhe era conferido de forma subsidiária, tendo o homem a última palavra sobre a família. Por meio da personagem Macabéa, Clarice Lispector denuncia o destino de opressão, de desigualdade que foi reservado à mulher por meio do reflexo social da época e que findou refletindo diretamente na elaboração das leis civis, a exemplo do antigo Código Civil Brasileiro.

(Conclusão) A mulher moderna afasta-se cada vez mais de Macabéa, retratada por Lispector. Com o advento do Estatuto da Mulher Casada, em 1962, a figura feminina foi libertada do comando masculino e, a partir deste momento, inúmeras leis culminaram com a promulgação da CF/88, buscando garantir e reforçar as conquistas que foram precedidas de enorme luta pelas mulheres brasileiras. Fica comprovado que no momento em que o gênero feminino obteve emancipação e, conseqüentemente, o firmamento dos seus direitos civis, que foram referendados pelo CC/02, a luta apenas iniciou-se, pois as mulheres que antes eram “marcadas pelo seu sexo”, como já previa Beauvoir, agora se tornam marcadas pela luta secular em levantar a bandeira da igualdade “e cair no abismo povoado de gritos: o inferno da liberdade”.

Palavras-Chave: Direitos Civis da Mulher; *A Hora da Estrela*; Clarice Lispector

A FALSIFICAÇÃO DA MARCA E SEU FINANCIAMENTO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Autor(es):

Amanda Oliveira da Câmara Moreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Juliana Maria Rocha Bezerra da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Hodiernamente, à contrafação se deve a grande popularidade das marcas de luxo, o que tem gerado, por conseguinte, grandes impactos negativos de natureza econômica, tanto para a iniciativa privada quanto para o Poder Público. Trata-se de um problema de envergadura global, em razão mesmo da interdependência econômica dos países de economia capitalista. Busca-se, por meio desta pesquisa, uma solução plausível para minorar ou extinguir tal problemática, demonstrando-se, ademais, que parte da solução poderia se encontrar na devida e eficaz aplicação da legislação, doméstica e internacional, de proteção às marcas – sendo certo que o direito à propriedade industrial é constitucionalmente garantido no art. 5º, XXIX, da CRFB/1988 – por parte do Poder Público, que vem tendo uma atuação desidiosa, ou tolerante, em seu dever-direito de fiscalizar, controlar e sancionar a prática de importação, exportação e comercialização de produtos advindos da contrafação da marca. Para tentar encontrar uma solução jurídica para esse problema, consultou-se os relatórios da CPI da Pirataria, do Fórum Nacional Contra a Pirataria e, por fim, partiu-se para uma análise comparativa entre a legislação doméstica e alienígena.

(Metodologia) A metodologia utilizada no presente trabalho foi: pesquisa bibliográfica, de campo, jurisprudencial e legal, através do método de abordagem dedutivo, passando de uma análise geral para particular.

(Resultados) Os resultados obtidos, com tal estudo, partiram dos pressupostos de que o problema da contrafação é de envergadura global, o que dificulta o seu enfrentamento e neutralização, e de que o Poder Público brasileiro mantém uma posição de desídia e/ou tolerância em relação à prática. Percebe-se que os produtos falsificados ingressam no território brasileiro facilmente, o que se deve à insuficiência de fiscalização nas fronteiras. A principal consequência quem sofre é o Fisco, que deixa de obter receita derivada dos impostos, que seriam recolhidos caso a fiscalização fosse eficaz. Por outro lado, chegou-se a conclusão de que a CPI da Pirataria não resultou em medidas efetivas de combate à pirataria, trazendo apenas medidas educativas, numa tentativa insuficiente de conscientização dos consumidores. Observa-se, também, que a omissão do Poder Público acabou por criar uma espécie de concorrência desleal, ferindo os princípios da ordem econômica, pois os produtos importados são encarecidos em razão do imposto aduaneiro, enquanto os produtos falsificados ingressam no mercado sem a devida oneração, sendo comercializados, portanto, a preços mais baixos. Em 2008, segundo dados trazidos pelo Fórum Nacional Contra a Pirataria, o impacto econômico negativo seria em torno de dezenove bilhões de reais. Além disso, ainda existem casos em que a própria Administração Pública fomenta diretamente esse comércio, como ocorreu na obra da cobertura da Feira dos Importados em Brasília, com financiamento realizado pelo Governo do Distrito Federal. Quanto ao direito alienígena, concluiu-se que na Europa existem legislações mais eficazes, como na Itália e na França, com o "Alto Commissariato per la lotta contraffazione" e o "Institute de Recherche Propriete Intellectuelle", ou Alto Commissariado para combater a contrafação e o Instituto da Pesquisa da Propriedade Intelectual, respectivamente.

(Conclusão) Conclui-se que o problema da falsificação é global, mas alguns países estão buscando soluções para minorar os impactos através de leis, como a CUP, o UNICRI e demais legislações europeias. Afinal, é impossível ignorar a existência da comercialização de tais produtos, mas não se pode negar que a venda deles traz prejuízos aos cofres públicos e aos empresários, tendo em vista que gera impactos econômicos diretos ao Fisco. Assim, sugere-se que tal impasse poderia ser solucionado através da aplicação da lei de forma mais eficaz, da veiculação de propagandas educativas, de modo a conscientizar a população acerca dos malefícios do consumo destes produtos e, por fim, de fiscalizações mais constantes e eficazes.

Plavras-Chave: Marcas; Falsificação; Administração Pública.

A GLOBALIZAÇÃO E DESAFIOS DO NOVO ESTADO REGULADOR NO CONTEXTO DO DIREITO INTERNACIONAL

Autor(es):

Valfredo Batista: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) Desde a segunda metade do século XX, o direito internacional vem sofrendo grandes transformações em sua disciplina, ampliando seu objeto e incorporando novos elementos no debate de seus institutos. Por outro lado, na análise evolutiva do papel do Estado, ponderando a própria identificação das necessidades da coletividade e o seu grau de intervenção nas atividades privadas, diversas teorias foram formuladas para justificar cada modelo assumido historicamente pelas organizações estatais. Desde o reconhecimento incontestado do Estado Regulador, diversas exposições tem igualmente sugerido as razões para a modificação do papel estatal, sendo algumas dessas associadas à perspectiva dos avanços da Globalização e das realidades advindas do plano internacional. Como o papel regulador do Estado encontra-se jungido a uma nova etapa do liberalismo, restaria uma indagação se esse não poderia ser uma mera invenção dos neoliberais, os quais irradiariam as concepções do interesse das corporações supranacionais às diversas nações. Nesse sentido, por meio do controle estatal seriam reconhecidos oficialmente aqueles interesses das grandes corporações, servindo a Regulação e o Estado como coadjuvantes dos grandes protagonistas do fenômeno global. Diante disso, o objetivo deste trabalho foi analisar o contexto de Estado Regulador, relacionando-o a globalização e ao direito internacional.

(Metodologia) Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, na qual uma revisão literária foi feita a partir da leitura de artigos relacionados ao tema proposto.

(Resultados) É fato que essa internacionalização em escala, produziu novas formas de criminalidade e ilícitos em geral, que se caracterizam, fundamentalmente, por ser supranacional, sem fronteiras limitadoras, distanciando-se nitidamente dos padrões de antijuridicidade que tinham sido até então objeto de consideração legal. Hoje, os conglomerados empresariais transnacionais tornaram-se os protagonistas não estatais da vida econômica mundial, concentrando um poder gigantesco. Tais empresas buscam planejar a sua atuação e disciplinar o seu relacionamento recíproco valendo-se de regras próprias de conduta, que não se confundem com as leis de qualquer Estado Nacional, mas que antes representam praxes aceitas pelos agentes do mercado em que atuam. Com o advento da globalização e os seus efeitos, houve a importância focar na direção de perceber o fenômeno da Globalização e suas repercussões, principalmente no Direito e assumindo dimensão bem ampla, não se limitando a uma expressão neoliberal e de bases puramente econômicas, o Estado-Nação se tornou importante e os governos internos passou a ter um sentido cada vez mais relevante.

(Conclusão) Não é possível se imaginar uma globalização somente guiada pelas leis de mercado ou que legitime apenas os interesses dos Países mais poderosos, de fato, a regulação da atividade privada pelo Estado não teve início na década de 90, mas agora deve ser ponderado a partir do fenômeno da globalização. Alguns reduzem para o direito constitucional, o empresarial e o internacional como os principais campos que recebem a evolução das relações internacionais e seus efeitos e a globalização. Entretanto, todo o papel do Estado como um agente regulador, considerando os interesses sociais que justificam o controle setorial. Se no campo do direito internacional as concepções humanitárias já encontraram seu caminho de normatização por meio dos tratados internacionais, sejam global ou de âmbito regional, ainda que precisando de maiores mecanismos de efetivação, no campo das relações econômicas, a globalização requer que os Estados e as ferramentas de direito internacional tragam os conceitos reguladores para uma crescente disciplina comum entre as nações evitando os efeitos perversos da globalização.

Palavras-Chave: Globalização, Estado Regulador, Direito Internacional.

A IMPORTÂNCIA DO EXAME CRIMINOLOGICO NA FASE DA EXECUÇÃO PENAL

Autor(es):

Talita Gancedo Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Wesley Tiago Antunes de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Elise dos Santos Moura: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Hallyson Brenno Lobato Ribeiro Teixeira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Lincoln José Rufino: Docente do UNI-RN

(Introdução) Partindo-se de um enfoque crítico, com base na relação da criminologia com o Direito Penal, busca-se aprofundamento sobre o estudo do crime no sistema penal, objetivos centrais da criminologia e suas contribuições sociais, as quais refletem na finalidade das normas do Direito penal, fim este que refere-se a preservação da sociedade e garantir seu desenvolvimento; analisando também o exame criminológico, tendo como base de toda a pesquisa a Lei de Execução penal, princípios, doutrina, pesquisas de campo e casos concretos, buscando assim demonstrar a relevância do estudo dos crimes para a melhor efetivação do direito não só para progressão de regime, assim como na prevenção de crimes, e justo retorno do preso ao convívio social com baixa possibilidade de reincidência.

(Metodologia) A metodologia aplicada no trabalho foi pesquisa em livros, análise de dados reais e do ordenamento jurídico, averiguação dos problemas, levantando informações e obtendo um diagnóstico da atual situação. A busca de posicionamentos ocorreu em livros, informativos da internet e artigos e outros informativos disponíveis. Assim podendo evidenciar a validade e confiabilidade do estudo através de fontes seguras e possíveis dados obtidos por pesquisa de campo.

(Resultados) Pois bem, visando à individualização da pena, o art. 8º da LEP, determina a realização de exame criminológico para o condenado a pena privativa de liberdade. O exame criminológico inicial, tem como fim a promoção da correta individualização da pena a ser cumprida, adequando-a às características pessoais de cada preso. A proposta original da LEP é, pois, que a análise feita por equipe multiprofissional no exame criminológico inicial tenha por meta determinar a inserção de cada preso no grupo com o qual conviverá no curso da pena. Tem por objetivo nortear a forma do cumprimento da pena, bem como servir de parâmetro para o acompanhamento do preso durante a execução. Implica em dar a cada preso as oportunidades que tem direito como ser individual e distinto dos demais. Sem o exame criminológico inicial não há plano de execução e a pena se torna de inútil ao fim que a integração social que se propõe. No entanto, sabe-se que o exame criminológico não é mais obrigatório, mas Resolução 09/2010 emitida pelo Conselho Federal de Psicologia trouxe a público uma discussão que já segue de longa data sobre o papel do psicólogo dentro do contexto penitenciário. Uma análise mais criteriosa do problema mostra que esta discussão ultrapassa a simples questão de realizar ou não o exame criminológico, exigindo que se repense de modo mais aprofundado a função deste exame e a sistemática de sua realização.

(Conclusão) A natureza do exame criminológico consiste na realização de um diagnóstico e de um prognóstico criminológicos, aos quais se segue uma proposta de conduta a ser tomada em relação ao examinando. Trata-se de perícia acerca da dinâmica do ato criminoso. Pelo diagnóstico, o exame busca avaliar as condições pessoais do preso, orgânicas, psicológicas, familiares e sociais, que estariam associadas à sua conduta criminosa e a “explicariam”.

Palavras-Chave: Criminologia - Direito Penal - Exame Criminológico - Finalidades - Contribuições sociais

A IMPORTÂNCIA DO SUS MEDIADO COMO FATOR DE REDUÇÃO DA JUDICIALIZAÇÃO NA SAÚDE

Autor(es):

Ive Barbosa de Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pesquisa em tela visa analisar o fenômeno da judicialização da saúde no estado do Rio Grande do Norte, com ênfase na implementação - por parte do Estado do Rio Grande do Norte - do programa SUS Mediado, que tem por objetivo o estabelecimento de ampla cooperação de vários entes públicos com vistas ao intercâmbio de ações, difusão de informações, sempre no intuito de garantir maior efetividade às políticas públicas de saúde no Estado.

(Metodologia) O presente trabalho utiliza basicamente dois métodos de pesquisa: o dedutivo e o dialético. A abordagem tem como início a reflexão a respeito do direito à saúde previsto na Constituição, sempre em relação aos princípios da máxima efetividade, mínimo existencial, isonomia, igualdade e da reserva do possível, para, em outro momento, pormenorizar o fenômeno da judicialização da saúde, sob a ótica da jurisprudência e doutrina e, por conseguinte, a importância de projetos como o SUS Mediado como mais um instrumento garantidor desse direito. O uso do método dialético se dá através da colocação dos pontos de vista divergentes em face da jurisprudência e doutrina a respeito das consequências decorrentes do aumento desse tipo de ação.

(Resultados) O tema em tela, exatamente por se tratar de um direito fundamental, à priori é visto como óbvio e como tal de pronto deve ser concretizado, impreterivelmente efetivado. No entanto, apesar dessa característica, esse entendimento não deveria sobremaneira afetar o julgamento dessas ações, exatamente por, apesar de constar no rol dos direitos fundamentais, existirem outros princípios constitucionais não menos importantes, quais sejam: como o gestor deve se comportar quando se depara com casos nos quais o Estado não possui orçamento (reserva do possível) ou discutir se tal demanda deve ou não ser negada principalmente em relação a quem está reclamando (princípio da isonomia e igualdade). Diante do crescente aumento de demandas nesse sentido, dos vários princípios envolvidos e, não raro, dos poucos recursos orçamentários e do intrincado e burocrático Sistema Único de Saúde (SUS), criou-se o programa SUS Mediado, uma parceria de vários órgãos do Rio Grande do Norte, com o intuito de se evitar como primeiro recurso a via judicial, objetivo em parte alcançado quando - de acordo coordenador em substituição do programa - o defensor público Marcus Vinícius Soares Alves, ao fim de apenas cinco meses de implantação do programa verificou-se uma queda 30% desse tipo de ação. Dessa feita, não é à toa que os tribunais (regionais e superiores) e o Conselho Nacional de justiça muito tem se preocupado com o tema promovendo audiências públicas e propondo, inclusive, a criação de varas especializadas como forma de melhor garantir esse direito.

(Conclusão) Portanto, entre aqueles que pactuam que, exatamente por se tratar de um direito fundamental, sua efetividade de longe deve ser negociada, estão os que entendem a necessidade de se impor certos limites - exatamente pelo fato de o país ser uma nação de proporções continentais- o que tornam ainda maiores os desafios da efetivação do direito envolvido. Dessa forma, o fato é que ao se adotar tal pensamento no sentido de impor critérios mais objetivos, em face de uma população carente nos seus direitos já tão vilipendiados, definitivamente a postura a ser adotada pela pesquisa não é a linha mais simpática, mas também, não pode ser vista como menos importante exatamente por trazer à tona a necessária reflexão dos riscos para a ordem pública se tais critérios não forem adotados.

Palavras-Chave: Saúde – Judicialização -SUS Mediado

A IMPORTÂNCIA SÓCIO-ECONÔMICA DOS CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS APLICADA AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Autor(es):

Maiara Pereira da Silva Elias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Yasmin Lis de Lira Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com respaldo na nossa Constituição Federal de 1988, temos a plena garantia do direito a dignidade da pessoa humana, já firmado no artigo 1º, inciso III da Carta Magna. Além de direito expresso, a dignidade da pessoa humana é um princípio máximo do ordenamento jurídico brasileiro, sendo norte para criação e aplicação das leis. E a partir de tal artigo, juntamente da análise descritiva do documentário "Lixo extraordinário" (Lucy Walker, 2010), o presente trabalho aborda, sob os fundamentos do princípio da dignidade da pessoa humana, um breve desenvolvimento quanto a importância, sobretudo, social da profissão dos catadores de materiais recicláveis.

(Metodologia) Esse trabalho fundamenta-se em pesquisas exploratórias sobre o assunto, valendo-se do método de abordagem dialético e de levantamento qualitativo das informações, através da Constituição Federal brasileira de 1988, da Lei 12.305/ 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), de artigos atuais sobre o assunto, além de reportagens relevantes quanto ao quadro dos catadores de materiais recicláveis após a recente mudança na disposição de resíduos sólidos urbanos, qual seja a desativação dos vazadouros a céu aberto ("lixões"). Diante desse levantamento, busca-se mostrar a dignidade existente no exercício da atividade dos catadores de materiais recicláveis, embora o Estado e a sociedade ainda não a vejam com devida e merecida relevância ambiental, social e econômica.

(Resultados) Assim, esse trabalho além de analisar descritivamente a produção "Lixo extraordinário" (Lucy Walker, 2010), apresenta informações sobre a situação dos catadores de materiais recicláveis no presente quadro de gestão de resíduos sólidos no Brasil e discute a respeito do alcance do princípio da dignidade da pessoa humana na atividade de catação de materiais recicláveis; ainda contém apontamentos quanto as situações nas quais houve significativa omissão estatal para regular as condições de trabalho dos catadores (utilizando os próprios casos apresentados no documentário), bem como as consequências dessa ação nos dias de hoje; como também das possíveis soluções para melhorias nas condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis .

(Conclusão) Por fim, o presente trabalho mostra que a visão indigna a qual se tem da profissão de catadores de materiais recicláveis advém não do material utilizado na atividade (o lixo), mas na verdade das condições de exercício submetidas aos profissionais, tal como a falta de assistência médica e de equipamentos de proteção individual. Ressaltando a necessidade da participação estatal para com os catadores para sanar esse quesito. Como também da mídia que expõe tal lado tão fragilizado dessa categoria.

Palavras-Chave: Lixo Extraordinário. Princípio da Dignidade. Catadores de materiais recicláveis. PNRS.

A INCONSTITUCIONALIDADE DA PRÁTICA DO TRABALHO ESCRAVO

Autor(es):

Priscilla Ferreira Cortez: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Maria de Pontes Camargo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com base nos artigos 5º e 7º da Constituição Federal brasileira, além do artigo 149 do Código Penal, a presente pesquisa busca demonstrar a existência da prática de trabalho análogo ao de escravo nos dias de hoje, demonstrando a sua inconstitucionalidade, assim como mostrando preceitos penais que comprovem a criminalidade deste tipo de prática. Além disso, buscamos demonstrar através de casos concretos como essas ações ocorrem e de que maneira podem ser combatidas através de ajustes jurídicos. Portanto, notamos uma necessidade em aprofundar e analisar de maneira crítica a realidade social e se os direitos e garantias dos trabalhadores possuem uma eficácia real ou apenas teórica.

(Metodologia) A fim de alcançarmos os objetivos da presente pesquisa, as técnicas que utilizamos para o desenvolvimento desse estudo foram a análise da nossa Constituição Federal, do nosso Código Penal e da CLT para melhor nos aprofundarmos, assim como a coleta de pensamentos de alguns doutrinadores para que pudéssemos analisar diversos posicionamentos, além de uma ampla revisão bibliográfica, e nossas próprias deduções. Com isto, nessa pesquisa científica, fizemos a utilização do método dedutivo, do método hipotético-dedutivo e do método fenomenológico.

(Resultados) O trabalho escravo se faz muito presente nos dias atuais, embora não em sua forma tradicional, legalizada e permitida pelo Estado. Hoje, observamos um tipo de trabalho altamente explorador, no qual, em sua maioria das vezes, o trabalhador não é remunerado e tem a sua liberdade parcial ou totalmente extinta, assemelhando-se, em partes, ao escravo negro no que se refere ao trabalho forçado e às condições degradantes de habitação, alimentação e sobrevivência. O Ministério Público do Trabalho, auditores fiscais e demais responsáveis pela fiscalização, atuam de maneira eficiente nos flagrantes e nas punições, punindo madeireiras com trabalho escravo, carvoarias com o uso de menores e fazendo-os de escravos, cadeias produtivas com condições de trabalho sub-humanas. Conforme constatado diante de leituras e pesquisas, está havendo uma ação fiscal eficaz e mais enérgica, porém cabe também a conscientização da população em denunciar práticas escravas de trabalho e por parte dos trabalhadores não aceitarem devidas condições sub-humanas de emprego, precisando conhecer seus direitos estabelecidos constitucionalmente e consolidados pela CLT, exigindo-os e os assegurando nas relações de trabalho.

(Conclusão) Em vista de tudo o que se constata através dos nossos estudos, podemos dizer que o fator econômico é o grande desencadeador desses atos na atualidade. Em busca de sobrevivência, e levando-se em consideração o alto índice de desemprego em todo o mundo, os trabalhadores acabam não tendo outra opção de escolha que não seja a de aceitar empregos oferecidos com retribuições ínfimas ou sob condições degradantes. As formas de escravidão contemporânea estão diretamente relacionadas com a globalização e os efeitos que desse fenômeno decorrem, como a facilidade de migração de pessoas, assim como as legislações trabalhistas obsoletas, que não conseguem acompanhar a rapidez das evoluções nas relações de trabalho. A Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943, não garante a fiscalização necessária de certas relações empregatícias, fato que deixa claro o quanto é preciso que o Governo Federal busque recursos suficientes para melhorar tal falha, sendo essencial que os órgãos competentes participem mais efetivamente de modo a punir severamente os infratores. Além disso, há uma necessidade de maior investimento em medidas que evitem o desemprego e que aumentem o índice de educação no país, como forma de evitar que a escravidão continue tendo lugar no futuro e que a justiça social prevaleça.

Palavras-Chave: Trabalho escravo. Constituição Federal. Consolidação das Leis Trabalhistas. Relações de trabalho.

**A INDÚSTRIA DO CONSUMO E A MATERIALIZAÇÃO DO CORPO DA MULHER: INFLUÊNCIA E MANIPULAÇÃO
ACERCA DE UM IDEAL DE BELEZA UTÓPICO**

Autor(es):

Ana Paula de Oliveira Penha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Alana Letícia Rolim Antunes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) É visível a intensa e contínua manipulação existente na indústria da beleza realizada através dos mais diversos meios de difusão de imagem presentes no dia a dia do cidadão. Pessoas insatisfeitas com seus corpos, ou sendo obrigadas a se vestir e se portar de maneira específica em sociedade - resultante da influência estética em nosso meio - não vivem mais suas vidas. Passam a viver agora uma vida de aparências. As mulheres são as principais atingidas pelos meios de comunicação em massa, sendo tratadas como meros objetos pela mídia, a qual, cada vez mais impõe padrões de beleza inalcançáveis. Diante disso, elas encontram-se obrigadas a seguirem padrões de beleza considerados aceitáveis pela sociedade e partem numa jornada para alcançar o tão almejado 'corpo perfeito'. Mulheres altas, brancas e loiras permeiam a mídia brasileira como um todo. Uma contradição considerando a evidente miscigenação no Brasil. Diante disso, as mulheres negras - principalmente - não são contempladas pela mídia brasileira, resultando muitas vezes, a não se aceitarem e recorrerem a métodos como escova definitiva para deixarem seus cabelos lisos, que é o aceitável e pregado por toda a sociedade como 'bonito'. Por isso, é essencial que a mídia inclua todos os tipos de padrões femininos, onde todos os tipos de mulheres se encaixem e se aceitem como realmente são.

(Metodologia) O tema abordado será retratado devidamente através de uma pesquisa teórica, a qual fará uso do método de abordagem o hipotético-dedutivo; em relação ao método de procedimento estará presente o método comparativo e, por último, os instrumentos de pesquisa usados para o aprimoramento do trabalho constam nos sites da internet majoritariamente e, em menor quantidade, filmes que tratam a respeito do tema.

(Resultados) O presente trabalho resulta em um maior foco atribuído às mulheres no meio social e nos motivos que levam a sociedade a censurar determinadas características das mesmas, permitindo atitudes sexualmente agressivas a elas. Baseando-se na forte corrente de pensamento feminista, obtém-se informações que levam uma maior percepção da influência exorbitante a que todos são expostos e submetidos diariamente por uma mídia impositora.

(Conclusão) Frente as inúmeras modificações corporais sofridas atualmente por um grande número de pessoas, a influência e o mergulho ao mar social das aparências é intensa, o que acaba por resultar em problemas psicológicos ou físicos ao cidadão. O artigo luta pelo reconhecimento diário dessa manipulação, pela aceitação, pela quebra dos paradigmas atualmente estabelecidos através das mesmas e, também, pelo amor próprio.

Palavras-Chave: Indústria da beleza. Manipulação. Meio social. Corrente de pensamento Feminista. Amor próprio.

A INFLUÊNCIA MIDIÁTICA SOB O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA: UMA ANÁLISE A LUZ DO CASO “O MONSTRO DA MAMADEIRA”

Autor(es):

Dayana Xavier de Couto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Fernanda Saldanha de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Vivencia-se na maioria dos lares brasileiros o acesso à informação através dos meios de comunicação e com isso os brasileiros têm recebido diversas opiniões as quais são adquiridas como verdade absoluta pela massa facilmente manipulável. A imprensa sensacionalista aproveita-se dessa fácil manipulação para impor seus julgamentos à sociedade tornando-se perigosa e causando prejuízo demasiado à honra, à imagem, à privacidade e a presunção de inocência do suspeito/acusado. O objeto utilizado pela mídia para tal manipulação é o discurso. Para Foucault, ao se formular um discurso existe algo chamado “sistema de exclusão” que seria de certo modo o exterior de um discurso, o qual seria a ação de excluir/tirar do seu discurso o que não convém ou acredita-se que não convém ser dito, ele diz “Aqueles de que falei até agora se exercem de certo modo do exterior; funcionam como sistemas de exclusão; concernem, sem dúvida, à parte do discurso que põe em jogo o poder e o desejo” (FOUCAULT, 1970) Ou seja, o discurso é totalmente manipulável. Para fazermos com que alguém acredite no que estamos a dizer podemos transformar todo o nosso discurso de uma forma que seja favorável e que confirme o que estamos dizendo.

(Metodologia) Pretendemos usar como base metodológica para a realização deste artigo a análise da influência midiática sob a sociedade mitigando assim o princípio da presunção da inocência e para isso utilizaremos o caso Monstro da mamadeira (2006) acontecido no Brasil. Para isso trataremos esse artigo à luz do Direito Penal e do Direito Constitucional quando os mesmo tratam no inciso LVII do art. 5º da CF sobre a Presunção da inocência e também no Artigo 5º, IX sobre o Direito de Liberdade de Expressão e o Direito de Liberdade de imprensa disposto no Artigo 220 da Constituição Federal. Utilizaremos o método de abordagem indutivo.

(Resultados) A mídia é de primordial importância para a formação de opinião, fazendo isto através da manipulação do seu discurso. Onde demonstram apenas os fatos que confirmam o que eles estão afirmando em seu pré-julgamento, não se preocupando com a qualidade e veracidade da informação. Com isso, podemos afirmar que há uma mitigação da presunção da inocência. Pois, este é um direito fundamental inviolável e indiscutível de todo cidadão brasileiro. Como se é presumido no Artigo 9º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, na França: Todos são inocentes até que supostamente terem sido declarados culpados e os primeiros artigos do código de Processo Penal dizem que qualquer pessoa suspeita ou processada presume-se inocente até que sua culpabilidade tenha sido estabelecida. O artigo 5º, LVII da Constituição Brasileira diz que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. No artigo 11 da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que: Toda a pessoa acusada de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até provar-se culpado de acordo com a lei em um julgamento público no qual eles tiveram todas as garantias necessárias para sua defesa. A luz do caso “monstro da mamadeira” temos uma mãe que foi injustamente acusada pela mídia de matar sua própria filha por overdose, o que foi de fundamental importância para o conceito da sociedade. Foi presa, torturada e depois comprovada sua inocência.

(Conclusão) Diante desse caso e dos direitos garantidos em Lei, podemos ter a certeza de que houve a condenação prévia antes da sentença penal condenatória, dessa forma mitigando o direito da presunção da inocência. E que é necessária a imparcialidade da mídia nestes casos para que não haja a mitigação desse direito dado ao suspeito/réu.

Palavras-Chave: Mídia, Presunção da inocência, Constituição Federal.

A INFLUÊNCIA NEGATIVA DA MÍDIA NA FORMAÇÃO DE OPINIÃO POPULAR NO CAMPO DO DIREITO

Autor(es):

Alexandre Wagner Bezerra Miranda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Raul Guedes Narciso Basilio: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O interesse de pesquisadores em conhecer a influência midiática na condução dos processos judiciais de grande apelo popular tem crescido, o que pode ser observado nos estudos de significativa relevância e textos que fazem parte das referências bibliográficas utilizadas para compor o presente trabalho. Muitos desses estudos e textos se referem à interferência danosa da mídia e a condução, inclusive, de membros que integram o júri popular a uma visão preconceituosa do caso e falta de independência nos posicionamentos que adotam e opiniões que proferem. O tema, no entanto, requer uma abordagem mais ampla do impacto dessa influência na formação de opiniões, aliada ao estudo dessa interferência da mídia nos processos e suas decisões finais. Nesse sentido, a pesquisa se fundamenta no estudo de espaços midiáticos e sua importância na formação de opiniões populares, com possibilidade de chegar a interferir nos ritos de rotina na condução de processos judiciais.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa de base teórica e qualitativa, que se utilizou de dados disponíveis na mídia e em literatura específica, além de estudo de casos concretos sobre a matéria. O objeto de estudo foi a influência midiática na formação de opiniões frente a casos onde há suspeita de cometimento de crime de grande apelo popular. Com vistas a dar consistência ao estudo, se levantou os dados de diversas fontes, com base em diferentes perspectivas, utilizando um desenho de estudo que buscou atingir o objetivo definido com o emprego do método mais indicado para coletar e analisar os dados.

(Resultados) Embora se tenha analisado a influência da mídia na formação de opinião popular durante a investigação de diversas suspeitas de cometimento de crimes de grande impacto perante a sociedade, na realização das pesquisas que conduziram o estudo que no momento se apresenta, os pesquisadores se debruçaram sobre os casos da Escola de Base, Isabela Nardoni e recente caso de suspeita de racismo atribuída a torcedora de time gaúcho. Tendo por base os eixos enfocados durante a pesquisa foi possível constatar que os canais midiáticos observados se utilizam do seu amplo alcance para influenciar a formação de opinião popular e que acabam por interferir na condução formal e rito processual de rotina no campo do direito penal. Utilizaremos como método de abordagem, o dialético e o hipotético-dedutivo

(Conclusão) O acompanhamento profissional da mídia em casos que podem desencadear grande mobilização popular seria bem vindo e até poderia contribuir para que os processos alcançassem a celeridade desejada em todas as situações. O que se tem observado, no entanto, demonstra que o sensacionalismo dedicado aos casos que envolvem a investigação de suspeitas de cometimento de crimes passíveis de serem enquadrados no direito penal tem levado a condutas indesejadas no meio jurídico. Todo cidadão tem direito a ampla defesa e não pode ser submetido a aplicação de penalidades várias, sem que, sequer, tenham sido cumpridos os trâmites legais aplicáveis a cada caso. São positivas as iniciativas que busquem ampliar a disponibilidade de informação, mas são emergenciais as discussões e proposições de direcionamentos que venham a solidificar a uniformidade na condução dos processos judiciais, preservação dos direitos de defesa dos acusados e manutenção da independência do júri e de todos os envolvidos, conforme atribuição de cada um.

Palavras-Chave: Mídia. Direito penal. Processos Judiciais.

A INFORMAÇÃO QUE LIBERTA, TRAZIDA PELO RAP, COMO FORMA DE CONSCIENTIZAÇÃO PARA OS JOVENS DA PERIFERIA

Autor(es):

Edson Michael Fernandes Rosa Losano: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ruy Matheus de Carvalho Mariz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho vem mostrar o papel de muita importância que o RAP tem, principalmente, quando se está diante de um contexto de periferias, de favelas, de seus moradores, a se destacar os jovens marginalizados pelo sistema, não tendo oportunidades de crescimento e acesso a questões básicas para uma criança como: educação, alimentação digna, esporte, lazer, conhecimento cultural, e segurança. Certamente, o jovem tendo melhores condições de vida, em sua maioria, não irão migrar para o mundo das drogas e do crime, que é algo que traz retorno financeiro mais fácil, entretanto com um forte efeito colateral, qual seja: a morte de uma criança que, muitas vezes, só queria ter condições mínimas para viver, mas que, devido a falta dessas condições, mergulham em um universo sombrio, cruel e impiedoso com a vida de quem nele se encontra. O RAP é um movimento, é uma espécie do gênero HIP HOP, o qual surgiu para buscar o espaço e o respeito para os negros, que sofriam e até hoje sofrem com a discriminação e os fortes preconceitos por parte de uma sociedade egoísta, consumista, que não possui consciência e amor ao próximo. Portanto, pode-se visualizar e entender o que é o RAP, como sendo um estilo musical, derivado do HIP HOP, com atuação nas áreas faveladas, focando nos jovens, para que estes possam ter uma vida regada de todos os direitos e garantias fundamentais trazidas pela Constituição Federal.

(Metodologia) Para a realização deste estudo, levou-se em consideração, fundamentalmente, as experiências de elementos que compõem os principais grupos de RAP, servindo de inspiração e modelo de superação para os jovens das favelas, contextualizando e conceituando o tema em questão. O RAP tem de ter o respeito, a fim de que se prolifere, atingindo um maior número de jovens e presidiários, fazendo denúncias do que é errado no sistema, protestando por situações melhores, almejando a inclusão da classe baixa de forma não preconceituosa, mostrando ao jovem que o crime não compensa, incentivando o detendo para recomeçar de modo certo a sua vida, colocando consciência naqueles que estão no caminho errado. O RAP pode sim salvar menores favelados e recuperar aqueles que já cometeram crime e pagaram por ele. Observa-se essa recuperação nos próprios depoimentos de rappers, narrando, nas músicas, suas histórias de vida, experiência pelas quais eles passaram neste contexto de periferia, colocando o RAP como protagonista desta revolução que é feita principalmente pela conscientização.

(Resultados) Para que o movimento do RAP tenha eficácia é necessário que ele seja livre de preconceitos e que seja respeitado. Os jovens, a partir da conscientização trazida pelo RAP, passam a não aspirar ao mundo perigoso do crime, e sim a buscar o crescimento de maneira correta, muitas vezes se tornando rapper e dando continuidade a esse importante papel de levar informação que tenha influência positiva. Muito se vê também o que o RAP conseguiu resgatar dentro das prisões. Grandes grupos de RAP são formados por detentos e ex detentos, sendo criados dentro dos presídios, fazendo com que recupere aquele que a sociedade, de fato, exclui.

(Conclusão) Portanto, diante de toda a problemática abordada no trabalho, fica evidenciado o importante instrumento que é o RAP, fundamentalmente, para levar a informação que liberta o jovem do mundo do crime e recuperando aqueles que se encontram na condição de presos e marginalizados pela sociedade em geral.

Palavras-Chave: RAP; conscientização; libertação; jovem favelado; periferia.

A INTERPRETAÇÃO SOBRE OS TRATADOS DE DIREITO TRIBUTÁRIOS RATIFICADOS PELO BRASIL

Autor(es):

Alexandre Ribeiro Vanderlei: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Leonardo Pessoa da Camara: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) O artigo 98 do Código Tributário Nacional - CTN - dispõe que os tratados e convenções internacionais revogam e modifica a legislação tributária interna, isso é uma forma de o Brasil se contextualizar no cenário internacional econômico, uma vez que a necessidade de se inserir em blocos econômicos é um fato indispensável no sistema econômico atual. Esta temática é de grande importância para os grandes países que circulam mercadorias e capital constantemente, pois isso é a base do direito tributário. Nesse contexto, o direito tributário interno não poderia viver sem os acordos e tratados entre os blocos econômicos, regulamentando as isenções e bases de cálculos. No entanto, a aplicabilidade dos tratados no território interno gera diferentes posicionamentos referente ao art. 98 do CTN. Há quem defende a inconstitucionalidade desde dispositivo, pois, segundo a jurisprudência, o artigo não observou as regras pertinentes à ratificação dos tratados no território nacional. Portanto, esta pesquisa tem como objetivo analisar a interpretação e aplicabilidade das ratificações dos tratados no território brasileiro.

(Metodologia) A presente pesquisa foi desenvolvida através a leitura e análise da doutrina e jurisprudência que pudesse demonstrar o posicionamento atual da praticidade dos tratados ratificados pelo Brasil, no que diz respeito à interpretação da aplicabilidade do artigo 98 do Código Tributário Nacional.

(Resultados) A doutrina segue o entendimento de que o tratado seria uma lei especial perante a lei geral, na qual, tecnicamente não existiria a possibilidade do tratado “revogar” ou não a lei interna. Mas sim, o convívio harmônico entre os tratados e leis internas. Assim, o conflito entre a lei interna e o tratado resolve-se a favor da lei especial. Na decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, preceitua-se de que os tratados não são revogados por lei tributária interna, pois refere-se aos acordos firmados pelo Brasil a propósito de assuntos específicos. Entretanto, em 03/12/2008, o STF manifestou-se no sentido de que os tratados de direito de direito humanos possuem valor supra-legal, ou seja, valem mais do que as leis e menos do que a Constituição. Consequentemente, deve-se, segundo o entendimento do STF, no caso concreto, o juiz aplicar uma norma interna tributária se está viola algum tratado em vigor no país.

(Conclusão) Diante disso, chega-se a conclusão de que os tratados internacionais de matéria tributária estão num grau de hierarquia superior às normas internas, devendo, assim o magistrado levar em consideração os tratados firmados pelo Brasil para que seja analisado se há ou não alguma incongruência.

Palavras-Chave: Tratados, leis internas, direito tributário, incongruência.

A LEGITIMIDADE DO ESTADO DE ISRAEL: A LEGITIMAÇÃO DO ESTADO JUDAICO A PARTIR DE ANÁLISES HISTÓRICAS

Autor(es):

Rute Rocha Maia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Stephane Gomes Henriques Cavalcanti: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Nunca foi tão difícil apoiar a existência do Estado de Israel. Nesse ano, após uma guerra de 50 dias entre o Estado Judeu e a Palestina, o que mais comenta-se nas ruas são falácias de senso comum, que, com base em uma mídia manipuladora, induz as pessoas a falsas conclusões, tentando apontar culpados de um conflito milenar com base em fotos e estatísticas, as quais podem ser utilizadas de maneira parcial. Esse culpado, como todos sabem, é sempre Israel. Sendo assim, como poderíamos justificar a legitimação de um Estado, que aos olhos da opinião pública internacional, é opressor e racista? A missão não é das mais fáceis; desafiemos análises superficiais sobre o tema a fim de desmistificar falsos dogmas, explanando o histórico da presença judaica no território hoje conhecido como Israel desde os seus primórdios. Tratar desse tema torna-se ainda, a cada ano, mais importante, uma vez que, com o passar dos anos, há uma maior integração entre os países, no cenário internacional, causando uma maior interdependência entre eles. Sendo Israel, muitas vezes, prejudicado injustamente.

(Metodologia) Nossa pesquisa baseia-se no método de procedimento de análises históricas com o escopo de investigar a origem da legitimidade da criação do Estado de Israel, demonstrando a presença judaica na região por meio de registros arqueológicos. Utilizamos também o método de pesquisa teórico qualitativo, realizando levantamentos bibliográficos na própria história, antiga e moderna, sem deixar de lado a referência bíblica da Canaã como uma fonte de informações, visando proporcionar um maior entendimento sobre a gênese dessa ocupação desde o primeiro contato dos hebreus com a "terra prometida".

(Resultados) Após todo o período de intensa pesquisa, a fim de encontrar fundamentos para legitimar o Estado de Israel, nos deparamos com diversas correntes e opiniões, as quais, em sua maioria, consagram a inexistência dessa legitimidade. Questiona-se a historicidade dos textos bíblicos e a veracidade dos registros arqueológicos, alegando-se que Israel se vale dessas "invenções" para justificar seu direito à terra. Acontece que, através de nossas análises, comprovamos a tese defendida pela corrente minoritária, a qual aduz que Israel tem sim o direito de existir. Além do mais, chegamos à origem do conflito, que não se resume a uma disputa territorial, mas sim à uma disputa ideológica por parte do Hamas, que prega abertamente a destruição do Estado Judaico.

(Conclusão) É nítido que a mídia de alguns países, dependentes do petróleo árabe, se aproveita da ignorância intelectual e da falta de conhecimento histórico sobre o tema de maior parte da população para difundir falsas ideias, que tentam deslegitimar a existência do Estado Judeu, ignorando a história e supervalorizando a força bélica de Israel frente aos conflitos com palestinos, aliando Israel à imagem de um Estado militarista e xenófobo. Os pró-Palestina usam ainda o conceito de autodeterminação dos povos de maneira seletiva, conceito esse que é bradado ao acusar o Estado Judeu de suas intervenções militares em Gaza e ocultado quando diz respeito às próprias responsabilidades das lideranças palestinas na proteção do seu povo. Israel busca a paz e o direito de ser reconhecido pelos seus vizinhos árabes, ao passo que esses empregam muito mais esforços para destruir o Estado de Israel do que construir o seu próprio Estado.

Palavras-Chave: Legitimidade, Estado de Israel, Palestina

A LEI MARIA DA PENHA APLICADA A CASAIS HOMOAFETIVOS

Autor(es):

Marianna de Sá Leitão Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Ana Luiza de Sá Leitão Moraes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Analisando a conjuntura social em que estamos inseridos, notamos o quanto é importante buscarmos uma inserção de todos, independentemente de raça, cor, sexo e opção sexual. Do mesmo modo, ressaltando que seja qual for a escolha sexual, eles devem ter os mesmos direitos que as pessoas heterossexuais. No caso de uniões estáveis ou até o próprio casamento, deve ser aplicado a casais homossexuais os mesmos direitos dos casais heterossexuais, até porque o CC/02 já reconhece essas uniões. O presente resumo propõe como problema de pesquisa: A Lei Maria da Penha que foi criada para proteger mulheres da violência doméstica pode ser aplicada a casais homoafetivos? Da análise dos casos concretos levados a julgamento pelo Poder Judiciário, percebemos várias questões levantadas com base na aplicação da Lei Maria da Penha. Na sistematização dessas questões, identificamos os objetivos gerais e específicos: como objetivo geral, a análise do conteúdo e origem da Lei Maria da Penha e como objetivos específicos, mostrar a quem se aplica essa lei, o conceito e o contexto de violência doméstica, e suas diversas formas; analisar os princípios constitucionais em defesa dos direitos dos homossexuais; mostrar entendimentos jurisprudenciais que reconhecem a aplicação da lei a casais homoafetivos.

(Metodologia) A presente pesquisa é aplicada e fará utilização do método dedutivo, partindo das leis e da análise dos princípios constitucionais que fundamentam a aplicabilidade da Lei 11.340/06 a casais homoafetivos, foi utilizado o método histórico, onde será investigada a origem da Lei Maria da Penha, envolvendo um relato sobre a posição histórica da mulher na sociedade. Como método de procedimento, utilizamos o estudo de casos, visando proporcionar o melhor entendimento do por que a lei pode ser aplicada a casais homoafetivos, envolvendo levantamento bibliográfico e mostrando entendimentos jurisprudenciais que reconhecem a aplicação.

(Resultados) Existem divergências quanto à possibilidade ou não da aplicação da Lei Maria da Penha a relações homoafetivas, porque esta lei foi criada para proteger mulheres e não todos os casos de violência doméstica. Lei nº 11.340/06: Art. 2º Toda mulher, independente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. Portanto, o artigo 2º determina que para fins de incidência e assistência previstas na lei, que a vítima deve ser mulher e no parágrafo único do artigo 5º, entende-se a permissão da aplicação da Lei 11.340/06 em hipótese de relações homoafetivas entre mulheres em casos de violência doméstica e familiar. A Constituição no seu artigo 5º estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança, nos termos seguintes: I- homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição. Os entendimentos jurisprudenciais reconhecem a aplicação da lei em casos de violência entre casais homossexuais.

(Conclusão) A Lei Maria da Penha também poderá ser aplicada em relações homoafetivas entre homens, já tendo sido a decisão de alguns juizes, baseando-se no princípio constitucional da isonomia. A especial proteção destinada à mulher pode e deve ser estendida a homens nos casos em que eles também são vítimas da violência doméstica e familiar. Devemos considerar de forma correta a aplicação dessa lei a homossexuais, visto que da CF/88 extraímos o princípio da isonomia, no qual todos devem ser iguais perante a lei, não podendo haver distinção entre homens e mulheres.

Palavras-Chave: Lei Maria da Penha. Relações homoafetivas. Violência doméstica e familiar.

A MENTE CRIMINOLÓGICA E PSICOPATA

Autor(es):

Sarah Barros de Mendonça Vieira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) É com o objetivo de nos proteger que foi desenvolvido dentro da área da psicologia aplicada uma vertente que procura compreender a mente do criminoso de maneira a prever e evitar comportamentos criminosos e o próprio crime. Tendo assim surgido a psicologia criminal, que estuda essencialmente a saúde mental de crimes ocorridos na sociedade, logo analisa a personalidade da pessoa e os seus conflitos internos tentando perceber o porquê de uma atitude mais agressiva ou então de o porquê de um crime tão violento. Como as mudanças e as constantes transformações sociais acabam também influenciando não somente o comportamento humano, como também as relações sociais, leis, normas vigentes, valores e até mesmo as concepções de crime, criminoso, bem como os fatores externos à prática criminosa, os quais têm se mostrado atores determinantes na sua efetivação. Logo, aspectos como contexto sociocultural, biológicos, físicos e até psicológicos acabam refletindo na prática delituosa e tem se tornando extremamente fundamentais para compreensão do delito. Portanto, a criminologia moderna desde as últimas décadas vem sendo auxiliado por diversas ciências da área da medicina-psiquiátrica, psicologia e neurobiologia a fim de verificar as consequências que os diversos fatores psicossociais e socioculturais podem exercer nas atitudes do infrator e da prática criminosa. Dentre os tais encontra-se o psicopata que ao longo das últimas décadas vem despertando interesse em razão do número crescente de casos de crimes violentos que impressionam a sociedade por sua crueldade.

(Metodologia) A presente pesquisa fará a utilização do método dialógico, por se tratar de um tema transdisciplinar, de criminologia, analisando o que leva os indivíduos a cometerem um crime, de jurisdição, como esse crime é visto e sancionado, que pode vir a ser intercalado com alguma perspectiva clínica e de psicologia, que não analisará apenas os criminosos “comuns”, como também os portadores de doenças mentais e psicopatias. Assim como também utilizar-se-á do método dialético para as possíveis vertentes sobre o caso da psicopatia. E dos métodos comparativos, com também do estudo de caso, que serão analisados isoladamente casos de indivíduos portadores de psicopatia.

(Resultados) Este estudo realizado por meio de revisão nas bases de dados, buscou informações a respeito da psicopatia já que é importante conhecer as características da psicopatia para intervir junto, evidenciando suas características, responsáveis pela exteriorização de comportamentos antissociais.

(Conclusão)) A conclusão de pesquisa procurou abordar que atualmente não somente o direito penal, mas a sociedade como um todo necessita se voltar para a problemática da psicopatia, dentro da área da criminologia, especialmente diante dos casos do aumento de prática delituosa deste caráter nos últimos anos. Assim, os diversos estudos tentam explicar este transtorno, nos quais necessitam ser apropriados pelo direito penal brasileiro para embasar a criação de normas e medidas efetivas que contemplem as demandas deste tipo de personalidade antissocial. Desse modo, apresento as diversas nuances de sua condição que são resultantes de múltiplos fatores, incluindo os físicos e biológicos que interferem no seu comportamento e por consequência na conduta delituosa. Sendo assim, ao mostrar toda complexidade jurídica em torno da psicopatia, nos permite observar que a incapacidade do ser antissocial se ressocializar e compreender o sentido da punição deve ser levado em consideração para a construção de uma legislação que contemple esta problemática.

Palavras-Chave: Psicopatia , Criminologia e Ressocialização

A MULHER INDIANA: DESIGUALDADE DE GÊNERO E O RELATIVISMO CULTURAL DOS DIREITOS HUMANOS

Autor(es):

Adrielle Oliveira Cachina: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Monalisa Silvério da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A proposta desse projeto é fazer uma análise sobre a desigualdade de gêneros na Índia, um dos principais fatores responsáveis pelos crimes sexuais e as violências domésticas cometidas contra a mulher e fazer uma crítica ao relativismo dos direitos humanos sobre a questão cultural indiana. Procuramos analisar a falta de garantia de defesa e proteção das indianas, justificadas por meio da construção histórico cultural do país, através de casos concretos, levantando as diferenças entre cultura e direitos humanos, além de como o direito internacional pode interferir na questão

(Metodologia) A partir do contexto histórico e utilizando-se do método indutivo e da pesquisa teórica, desenvolvemos o questionamento sobre a desigualdade de gênero na Índia, tendo como ponto de partida o caso de estupro coletivo da indiana Jyoti Singh Pandey, ocorrido em 2012. O método comparativo também foi utilizado através da referência da Constituição Federal Brasileira acerca da igualdade de gêneros e a introdução dos direitos humanos como modelo a ser seguido.

(Resultados) A discriminação da mulher e a sua objetivação faz-se desde pequena, em decorrência do processo histórico cultural, ocasionando e agravando o número de violência contra as indianas, como revelam os dados obtidos: A prática de aborto a bebês do sexo feminino ainda persiste em números discrepantes. Segundo a BBC, apesar do número de mulheres tenha aumentado na Índia – em virtude do aumento na expectativa de vida - a proporção entre o número de meninas e o de meninos no país é a segunda pior do mundo. Em 1961, a cada mil meninos com menos de sete anos de idade, havia na Índia 976 meninas. Nos dias atuais esse índice caiu para 914 meninas. O censo recente revelou ainda piores nos índices de 17 Estados do país. Em relação à violência sexual, no começo de 2011, 95.000 casos de estupros ainda aguardavam julgamento na Índia e ao final do mesmo ano, apenas 16% deles foram resolvidos. Destes transitados em julgado, apenas 26% terminaram em condenação, de acordo com Centro de Pesquisa Social da Índia. Dados do governo indiano, ainda em 2011 foram registrados 24.206 estupros no país, 9,2% maior que no ano de 2010. A média da idade das vítimas (54,7%) eram entre 18 e 30 anos, e, em 94% dos casos, os agressores eram pessoas conhecidas, desde vizinhos e parentes da família. Uma nova lei indiana foi sancionada dia 03 de fevereiro de 2013 para punir com mais severidade os crimes de estupro, porém, a lei apresenta lacunas e falhas.

(Conclusão) A essência de todas essas violências cometidas contra as mulheres indianas está fundamentada no costume e na tradição que tem força de lei na Índia, onde se observa uma enorme desigualdade de gênero. Em pleno século XXI, onde os países se integram para se fazer valer os direitos humanos, inerentes à soberania de qualquer Estado, faz-se necessário uma intervenção positiva dos Estados signatários dos Direitos Humanos no sentido de cobrar da Índia medidas efetivas no combate a desigualdade de gênero e a garantia da liberdade e igualdade da mulher indiana. Nesse aspecto, o Brasil pode e deve ser espelhado ao se analisar a nossa Constituição Federal de 1988 que logrou assegurando não somente os direitos formais, no papel, mas implementando ações afirmativas para a garantia desses direitos, no caso, da igualdade de gênero e no combate a violência contra a mulher.

Palavras-Chave: Desigualdade de gênero. Mulher indiana. Violência contra a mulher. Direitos humanos.

A NECESSIDADE DAS MUDANÇAS NORMATIVAS SEGUNDO HERÁCLITO DE ÉFESO

Autor(es):

Vanessa Cristina Araujo Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Marcella Caroline Pinheiro de Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Patrice Alexandra de Farias Teixeira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN
Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo tem como tema norteador a formulação de um filósofo grego que viveu no século V a.C, Heráclito de Éfeso. Parafrazeando Heráclito: “Nada é permanente, exceto a mudança”, em consonância a isto, vemos que as principais mudanças ocorridas na sociedade, possuem caráter reparador, necessário, ou até mesmo supérfluo, a depender da sociedade em que estão inseridos; contudo, a mudança é constante e inevitável. Assim como pregava Heráclito, iremos analisar e externar a necessidade que o ordenamento jurídico possui de modificar-se ao longo dos anos, tendo em vista que todos os âmbitos da sociedade modificam-se constantemente.

(Metodologia) Para o desenvolvimento do trabalho em questão, foi-se utilizada a pesquisa bibliográfica, tendo como base a filosofia, a introdução do estudo ao Direito, doutrinas, jurisprudência e legislação; utilizando-se ainda o método dialético e a interpretação dinâmica. De maneira a estabelecer um paralelo entre a real essência da mudança e sua necessidade aplicada as relações existentes atualmente implicando necessariamente em sua função normativa, uma vez que as normas necessitam dessa Constancia para acompanharem e subsidiarem a sociedade que as exigem para melhor reger as pessoas e o atos aos quais esta inserida.

(Resultados) Os resultados obtidos foram de que a sociedade deve modificar-se sempre, seguindo o pensamento de Heráclito de Éfeso, para melhor adaptar suas regras, normas e convenções de acordo com as necessidades que vão surgindo no decorrer da história das sociedades. Se uma sociedade modifica-se social e culturalmente, é preciso que o ordenamento jurídico seja também modificado, tendo em vista os novos anseios e projetos sociais. Para que um governo atue de forma efetiva, é mister a necessidade de adequar os seus aparatos coercitivos às mutações inerentes a sociedade, afinal, a mudança é constante. Seguindo o pensamento de Heráclito tudo é um constante devir, tudo muda, tudo fluir e é necessário que o direito e a sociedade acompanhe essa mudança, pois o direito é o espelho da sua época.

(Conclusão) Desta forma, depois de realizado o presente estudo, observa-se que as modificações operam-se diante da sua própria essência e constitui-se como sendo uma necessidade pela qual qualquer sociedade não poderia viver sem. Sem modificações sociais e jurídicas, estaríamos fadados a uma sociedade desenfreada, em busca de interesses individuais e repleta de conflitos. Vivenciando uma situação de conflito e caos completo, com normas arcaicas fazendo a sociedade se adequar a meios retrógrados, que em nada acompanham a evolução, conhecimento, ou mesmo o tempo. Assim, verificamos a necessidade do direito

Plavras-Chave: Heráclito de Éfeso, sociedade, mudança, ordenamento jurídico

A OEA, A SUA ATUAÇÃO EM PROL DO RESPEITO DAS POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS E A LEI MARIA DA PENHA

Autor(es):

Tony Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Organização dos Estados Americanos, criada em 1948 em Bogotá, tem como estatuto a Carta da Organização dos Estados Americanos, que ao longo dos anos passou por algumas reformulações, teve seu processo de criação acelerado devido à 2ª Guerra Mundial, e tem como principais objetivos promover as políticas de proteção aos Direitos Humanos bem como a busca pela manutenção da paz no bloco de seus países membros. Foi com o intuito de fomentar a promoção e proteção dessas políticas relacionadas aos Direitos Humanos, que em 1960 a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) passou a funcionar como um dos órgãos internos da OEA, que é um dos principais órgãos para o desempenho do papel deste organismo, que no caso em tela teve papel fundamental para que a petição realizada por uma vítima de violações dos Direitos Humanos não só de seu agressor, mas como também de um Estado omissor, e que pôde gerar resultados não só para ela, mas que principalmente deixou um legado para a coletividade, que ficou materializado com a entrada em vigor da Lei 11.340/06, a Lei Maria da Penha.

(Metodologia) A metodologia aplicada será de uma pesquisa bibliográfica em livros e publicações em sítios na internet para fomentar um embasamento técnico adequado para uma breve descrição histórica da OEA e da sua atuação em defesa dos Direitos Humanos.

(Resultados) Em 1983 a Biofarmacêutica Maria da Penha sofrera duas tentativas de homicídio por parte de seu marido que a levaram a condição de paraplegia, mesmo depois de condenado pelo Tribunal do Júri do Ceará por duas vezes, e com mais de 15 anos após o crime seu agressor permanecia em liberdade, e diante da inércia do Estado ela auxiliada por algumas ONGs conseguiram ingressar com uma denúncia junto a CIDH, e a análise do mérito foi feita baseado nos seguintes artigos: XVIII da Declaração, 8º e 25º da Convenção e artigo 11º da Convenção Interamericana dos Direitos Humanos. A Comissão decidiu pela ineficácia, omissão e negligência das ações da justiça brasileira, e outro fator analisado foi à igualdade perante a lei com base nos artigos 24º da Convenção e II e XVIII da Declaração, e ainda sim foi levado em conta pela CIDH o artigo 7º da Convenção de Belém do Pará, e a chegou-se a conclusão houve violação no dever de processar e condenar, como também de prevenir estas praticas degradantes.

(Conclusão) Com a quebra do paradigma nos casos de violência doméstica a CIDH além de receber a denúncia agiu de forma rígida e exemplar neste caso, que culminou com a prisão do agressor, mesmo que por pouco tempo além de condenar o Estado brasileiro por omissão e negligência, e a partir desta decisão cominou uma pena pecuniária em favor da denunciante além de fazer a recomendação de que uma legislação mais eficiente e severa fosse criada, e como consequência desta condenação vexatória para o Brasil, e baseado em várias propostas de entidades engajadas na luta pelo direito de mulheres agredidas física e psicologicamente em seu ambiente doméstico, um anteprojeto de lei foi aprovado, e enfim em Setembro de 2006 a Lei 11.340/06 entrou em vigor tirando a violência doméstica contra a mulher passou a ser encarada de forma diferenciada material e processualmente criando um novo paradigma no nosso ordenamento.

Plavras-Chave: Violência, Proteção e Paradigma

A ORDEM JURÍDICA INTERNACIONAL E O ACESSO SANITÁRIO

Autor(es):

Danielle Sousa da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) O direito Internacional busca atender aos interesses da sociedade. Com as transformações globais ocorridas na modernidade, dentre elas a garantia do direito a saúde, têm provocado o surgimento de novos desafios e a necessidade de busca por novas perspectivas na participação dos atores no sistema internacional. No contexto normativo internacional, a saúde é um dos direitos humanos, dentre outros, devidamente expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas – DUDH / ONU- de 1948 e no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC- no art. 12, I, de 1992. Neste contexto de transformações se busca compreender a ordem internacional e o acesso sanitário, tentando desmitificar a compreensão de que a quebra de patentes trariam riscos para as novas pesquisas no campo da farmacologia.

(Metodologia) Para o desenvolvimento do trabalho aplicou-se o método dialético dedutivo, confrontando com contextos Normativos Internacionais e pesquisas bibliográficas.

(Resultados) Como resultado, foi observado que embora a indústria farmacêutica se justifique acerca dos altos custos do medicamento, com argumentos de que grandes são os investimentos financeiros destinados às pesquisas e produção destes produtos, a quebra de patentes deve ser levada em conta e tratada como um aliado no combate aos excessivos lucros proporcionados às empresas farmacêuticas. Ademais, cabe chamar atenção que a quebra de patente dos medicamentos deve necessariamente estar pautada também em preceitos éticos, que são de suma importância para a construção de uma sociedade mais justa, que se preocupa com todos os seres vivos e com o meio ambiente.

(Conclusão) Percebemos neste trabalho que a real situação vivenciada pela população mundial se deve a ineficácia dos serviços de saúde prestados pelo Estado, gerados pela falta de políticas públicas voltadas ao acesso universal e de qualidade a toda a sociedade. Ora, tanto a prevenção, como o tratamento e o controle médico de uma doença são características essenciais do direito à saúde. No entanto, se a obtenção dos medicamentos não é considerada, igualmente, uma parte indispensável deste direito, não há como tais características serem preservadas, já que a garantia da saúde depende também do acesso a medicamentos. Percebe-se, então, que um dos deveres do Estado é o de assegurar que tais ações garantam o acesso aos medicamentos existentes. Vale ressaltar, por fim, que o presente trabalho não tem o intuito de esgotar o tema, ao contrário, busca explicar a importância do mesmo e gerar questionamentos para a efetivação do direito à saúde.

Palavras-Chave: Direito Internacional. Direito à Saúde. Direitos Humanos. Direito Sanitário. Medicamentos.

A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

Autor(es):

Everlyn de Araújo Guerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Abimael Silva Chibério: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Caroline Lima Teixeira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Juliana Brito Rocha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho visa dar enfoque a um tema de extrema relevância, o sistema carcerário brasileiro. A Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984, que dispõe sobre a execução penal no nosso país onde há, destaque-se, “em tese”, uma sistemática maravilhosa, uma vez que garante assistência ao preso em várias áreas. Além disso, institui teoricamente uma classificação entre os presos, para que estes tenha uma execução individualizada. Aduz também sobre os direitos e deveres dos apenados, dentre várias outras disposições imprescindíveis para que a reclusão tenha sua finalidade atingida, ou seja, a ressocialização do encarcerado. Neste cenário, sabe-se que o nosso sistema prisional necessita de mudanças. É o que iremos demonstrar com os argumentos e dados expostos nas linhas futuras.

(Metodologia) Os métodos utilizados na pesquisa são o teórico e dedutivo, baseados no estudo da realidade das prisões públicas brasileiras, comparado às prisões que utilizam o sistema de parceria público-privada no Brasil.

(Resultados) Atualmente, segundo dados do CNJ, a população carcerária brasileira é de 563.700 mil detentos. Contudo, a capacidade dos estabelecimentos prisionais do país é de 363.500 mil. O déficit de 200.200 vagas (55%) resulta inicialmente na superlotação dos presídios. Celas construídas para 12 homens, por exemplo, comportam 70 apenados. Não bastando este fato, soma-se a insalubridade dos estabelecimentos com as mínimas condições de higiene. Ressalta-se, ainda, que a execução individualizada instituída na lei nº 7.210/84 não passa de uma utopia, pois praticamente não existe distinção entre presos primários, reincidentes, provisórios ou condenados. Tal cenário é por si só suficiente para desrespeitar os direitos fundamentais garantidos na nossa Carta Magna. À vista do exposto, a saída mais eficaz para o nosso país em termos de curto prazo e diminuição de gastos seria a parceria público-privada. Tema este que vem ganhando mais importância a cada dia, principalmente após a construção do presídio em Ribeirão das Neves, no Estado de Minas Gerais. A título de exemplo, o presídio de Ribeirão das Neves foi construído e administrado através de um consórcio entre construtoras, apresentando com a economia de R\$ 100,00 a menos no custo mensal de cada preso. Ademais, considerando os objetivos sociais de punição e ressocialização do detento, a gestão público-privada mostra-se indiscutivelmente mais satisfatória que o sistema vigente, haja vista buscar efetivamente resolver a condição desumana de superlotação dos presídios, garantindo condições básicas de higiene, promovendo o estímulo ao estudo e ao trabalho, a assistência psicológica, pedagógica e jurídica aos encarcerados.

(Conclusão) Não obstante a abordagem acima defendida, críticas não faltam a este posicionamento, tais como, a possibilidade de eclosão da chamada “indústria do crime” onde o poder econômico poderia incentivar a criminalidade como forma de garantir com que fiquem presos por mais tempo. Contudo, cabe ao Poder Público, por meio de seus órgãos, promover a devida fiscalização por todos os meios existentes em nosso ordenamento, no afã de se garantir o saudável e regular funcionamento das empresas contratadas na prestação desse serviço público, evitando os custos elevados através de licitações e atos ilegais daqueles que pretendam auferir ganhos em cima da restrição de liberdade de outros.

Palavras-Chave: Sistema Carcerário. Parceria Público-privada.

A PARTICIPAÇÃO DO POVO NO PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR

Autor(es):

Alexandre Ribeiro Vanderlei: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) A vida participativa do povo na formação democrática do Estado é essencial para um sentimento de satisfação da sociedade. Cada cidadão é responsável pelos candidatos eleitos que representam a vontade geral da sociedade. No entanto, será que este objetivo realmente acontece? Além disso, nossa própria Constituição Federal de 1988 expressa que “todo poder emana do povo...”, eis o motivo para nos mostrar a importância do Povo conhecer os mecanismos que fazem concretizar todo esse poder a sua disposição, em especial os projetos de lei de iniciativas populares. No referido artigo da Carta Magna, o Povo é chamado para ser o titular do poder, agir ativamente no procedimento legislativo, opinando e regendo as diretrizes da sociedade, conforme disposição em lei. Por esta razão, é de grande importância o cidadão conhecer e utilizar as formas diretas de participação democrática. São poucos os exemplos em que o povo toma a iniciativa para criar um projeto de lei, por exemplo, a lei da ficha limpa, pois o trâmite até protocolar no congresso é uma tarefa árdua. Mesmo assim, ações como essa, a exemplo do projeto de lei referido, devem criar a consciência política e cidadã na sociedade, tornando-a mais ativa no processo legislativo. Com isso, tem-se o objetivo identificar as principais dificuldades de elaborar um projeto de lei de iniciativa popular, seus procedimentos, e conceituar o significado da palavra “Povo”, tão presente no processo democrático brasileiro, conforme a concepção de Muller.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, na qual foi analisado o texto constitucional brasileiro, as teorias a respeito de palavras essenciais que conceituam a soberania popular e a participação do povo no processo legislativo. Ademais, o conceito de “Povo” foi analisado segundo a teoria de Friedrich Müller, em que é feita uma crítica ao sistema representativo de participação popular.

(Resultados) Nesses 25 anos da Constituição de 1988, apenas esses quatro projetos tornaram-se leis. Essa pequena quantidade de projetos aprovados é resultado da dificuldade de conseguir a assinatura de pelo menos 1% dos eleitores brasileiro. Diante dessa pequena quantidade de projetos de lei de iniciativa popular que tornaram-se leis, apenas conseguiram a tramitar no Congresso Nacional porque foram protocoladas como iniciativa parlamentar, e não de iniciativa popular. No contexto atual, a atuação do povo teve um caráter mais mediato do que imediato. Na Constituição Federal de 1988, o povo é citado no preâmbulo pelos membros da Assembleia Nacional Constituinte como sendo os representantes do povo brasileiro, demonstrando, assim, a participação popular de forma indireta, limitando a soberania popular no processo legislativo.

(Conclusão) O procedimento atual de participação popular de forma direta nos procedimentos legislativos é ineficaz para efetivar a soberania popular na criação das leis, pois há uma limitação no exercício da soberania popular através do sistema representativo, no qual, o Povo atua, apenas, escolhendo seus representantes através das eleições.

Palavras-Chave: povo, poder constituinte, limitação.

A PRESUNÇÃO DE VIOLÊNCIA NO ESTUPRO DE VULNERÁVEL

Autor(es):

Hudson Brendo Lobato Araujo Teixeira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Talita Gancedo Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Wesley Tiago Antunes de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Elise dos Santos Moura: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Hallyson Brenno Lobato Ribeiro Teixeira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo busca fazer uma análise a cerca da presunção de violência no estupro de vulnerável, crime esse tipificado no artigo 217-A do CP. Podemos ver claramente que nos dias atuais os crimes contra a liberdade sexual está crescendo o número de casos em nossa sociedade, principalmente quando nos voltamos para a questão da vítima vulnerável. O que vem em questão no presente artigo é justamente a busca pelo que vem a ser essa vulnerabilidade, quais os limites dessa vulnerabilidade, até quando uma pessoa pode ser considerada vulnerável e como se configuraria a concretização do delito. Essas e mais indagações estamos buscando no artigo aqui apresentado. O que se pretende no artigo é justamente apresentar o que se pode ser considerado a questão da vulnerabilidade: tendo em vista que uma pessoa de 12 e 13 anos não é mais considerado criança de acordo com o ECA, e porquê que o artigo 217-a diz que o menor de 14 anos é vulnerável, uma vez que os mesmo já menstruaram, alguns não são mais virgens, muitos cometem crimes, até crimes mais severos como o homicídio tipificado no artigo 121 do código pena, essas pessoas podem ser consideradas vulneráveis? Então a questão da vulnerabilidade é muito mais intensa do que a lei friamente discorre em seu artigo 217-a, não podemos generalizar e dizer que todas as pessoas menores de 14 anos são vulneráveis, claro, sempre respeitando o parâmetro estabelecido pelo ECA que é a partir do momento que a pessoa deixa de ser criança com 11 anos e passa a ser adolescente com 12 anos, de 11 anos pra traz há a vulnerabilidade absoluta, mas a partir dos 12 anos, tem que haver uma relativização a depender de cada caso concreto específico.

(Metodologia) A metodologia utilizada no artigo foi um amplo levantamento bibliográfico das decisões do STF e STJ, onde procura-se compreender o posicionamento das duas cortes em relação ao título supracitado. Além disso, busca-se embasamento no CPB, especificadamente no artigo 217-A, no ECA e para fomentar a pesquisa utilizou-se o livro do conceituadíssimo André Estefan que fala sobre os crimes da dignidade sexual.

(Resultados) Vimos ao longo da pesquisa a cerca do título acima descrito que a presunção de violência é fundamental para a aplicação do tipo penal estabelecido no artigo 217-A do Código Penal, uma vez que, evita o poder judiciário de cometer injustiças, tendo em vista que se uma pessoa maior de 18 anos namora com uma jovem de 13 anos, com consentimento da mesma e o consentimento da família, essa pessoa não pode ser considerada um esturador sendo punido com as severas penas a qual o artigo descreve, qual seja: - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

(Conclusão) Portanto concluímos que não se pode ter uma visão fria e seca do artigo 217-A do CPB, uma vez que, tendo esse tipo de visão abre uma grande margem para cometer injustiça. Conseguimos perceber também que a questão da vulnerabilidade é muito mais ampla do que se pensa, uma vez que, a vulnerabilidade é nada menos que um estado que uma pessoa possa estar sem que consiga responder por suas emoções; a exemplo disso temos: Crianças, doentes mentais e também pessoas ébrias. Em nossa pesquisa constatamos que tanto o STF, quanto o STJ tem uma visão abrangente a cerca da presunção de violência, não se enquadrando na presunção absoluta e sim na presunção relativa de violência, analisando sempre o caso concreto.

Plavras-Chave: Estupro – vulnerável – Criança – Adolescente – presunção de violência

A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS COM A COOPERAÇÃO DO BRASIL EM BUSCA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Autor(es):

*Ricardo Amaury Vasconcelos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Anderson Kleiton de Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Linian Lariele de Paula Brasil: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em meio à crise mundial, o número de pessoas que pedem refúgio a outros Países cresceu consideravelmente nas últimas décadas. No Brasil, tal fato não poderia ocorrer de modo distinto, tanto é que o agravamento da crise no Oriente e os conflitos nos continentes africano e americano geraram um aumento no número de refugiados em território brasileiro. Em 2010 o número de solicitações aceitas chegaram a 126, ao passo que em 2013 atingiram o marco de 649. Diante de toda essa proteção, o presente trabalho tem por escopo esclarecer quais as principais circunstâncias que levam os refugiados a solicitarem o asilo brasileiro, bem como estabelecer uma relação entre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 e na Lei 9.474/07, tendo como parâmetro a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967. Diante de todo esse contexto normativo, o Brasil confere aos refugiados não só a liberdade de opinião política e a participação em qualquer grupo social independentemente da raça ou nacionalidade, mas também garante aos mesmos toda a estrutura básica necessária para que eles possam ser independentes no território em que se encontram, por exemplo: o ensino do idioma pátrio, o direito ao trabalho remunerado e a concessão de tratamento mais favorável do que com relação aos nacionais dos países estrangeiros, especialmente no que tange aos direitos da livre associação sindical e da participação em organizações civis e beneficentes. Desta forma, todo esse contexto fomenta ainda mais as relações internacionais envolvendo o Brasil, sendo um instrumento para que se consiga alcançar o tão sonhado bem-estar social global.

(Metodologia) O método utilizado foi o dedutivo, partindo-se de uma análise universal para um caso em específico, qual seja: a proteção internacional dos refugiados. A pesquisa foi basicamente documental, observando-se, principalmente, os projetos realizados pelas personalidades internacionais, artigos científicos e sites relacionados à Organização das Nações Unidas e ao Projeto de Apoio para a Recolocação dos Refugiados.

(Resultados) Diante das pesquisas acerca da evolução das normas e técnicas utilizadas pelas autoridades brasileiras, verificou-se que o maior interesse do Brasil em conceder refúgios no País está diretamente relacionado ao interesse político e econômico, havendo ainda mais o estímulo às relações com sujeitos de personalidade internacional, a exemplo da ONU. Desta forma, partindo-se da noção de desenvolvimento e do quanto o País tem a ganhar com essa proteção aos refugiados, é que diante de diversos problemas humanitários envolvendo pessoas de todos os lugares do mundo, o Brasil está concedendo cada vez mais sua proteção. Enquanto estes ganham o asilo do Brasil, o País desenvolve cada vez mais suas relações internacionais.

(Conclusão) Portanto, a partir da busca de inserção como “jogo global”, ao cooperar com a agência da ONU e aderir aos regimes internacionais, o Brasil pretende se projetar como País solidário, generoso em matéria de direitos humanos, assumindo um caráter cada vez mais protetivo, ao mesmo tempo em que não deixa de lado a sua busca por desenvolvimento. Embora há muito já se reconheça os direitos dos refugiados, só a partir da Constituição de 1988 o Brasil passou a garantir maior importância a este grupo. O País ao conceder tamanha proteção aos refugiados, não ganha somente o status de País “emergente” no cenário internacional, mas também no aspecto econômico, e em questões políticas e humanitárias. Ao mesmo tempo que investe nas “fronteiras solidárias”, fortalece sua posição de líder no cenário regional, já que se percebe um privilégio dos refugiados reassentados em detrimento dos “espontâneos”, estimulando assim o respeito a dignidade da pessoa humana.

Palavras-Chave: Refugiados; dignidade humana; proteção.

A REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO NAS AÇÕES POR ACIDENTE DE TRABALHO E A PROMOÇÃO DA IRRESPONSABILIDADE CIVIL PATRONAL

Autor(es):

Mateus Terra de Paiva Palhano: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Geraldo Ismar Lopes Júnior: Docente do UNI-RN

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Sobre o pálio da justiça obreira, vislumbra-se cenário controversos das indenizações em decorrência de acidentes de trabalho, apresentando um decaimento ao longo da jurisdição. Por consequência, o trabalhador não é recuperado ao status quo anterior ao acidente, nem mesmo é assegurada a sua incolumidade física e mental, direitos irrenunciáveis nos termos da Carta Magna. Nesse diapasão, o âmago desta pesquisa encontra-se na análise conjuntural da redução dos valores arbitrados no âmbito ordinário, os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais, assim como nos reflexos das decisões do judiciário sobre a irresponsabilidade civil patronal. Ademais, observa-se que o tema apresenta uma enorme repercussão e insatisfação entre os operadores do direito com a aplicação do instituto, somado à crescente demanda de judiciária em decorrência de acidentes laborais. Também, destaca-se a incipiência de pesquisas quanto ao tema no âmbito acadêmico.

(Metodologia) Para a obtenção dos resultados da presente pesquisa, foram utilizados o método dedutivo, numa análise da jurisprudência pátria, doutrina brasileira e de números fornecidos por órgãos governamentais. Para obtenção dos resultados de forma mais precisa, procedeu-se uma pesquisa no sítios dos Tribunais Regionais do Trabalho, do Tribunal Superior do Trabalho e do Ministério do Trabalho e Emprego.

(Resultados) Diante dos problemas abordados, constata-se que a justiça do trabalho brasileira, por intermédio do instituto do duplo grau de jurisdição, tende a reduzir substancialmente o quantum indenizatório arbitrado pelo julgador ordinário. Paralelamente, o Tribunal Superior do Trabalho instituiu a ideia dos precedentes judiciais para reduzir a sua demanda de trabalho. Todavia, essa metodologia impede a análise profunda da extensão do dano, como percebido pelo juízes do trabalho de primeira instância. Noutra perspectiva, os desembargadores ou ministros promovem a atenuação da reparação civil em virtude do instituto do enriquecimento ilícito ou enriquecimento sem causa. Entretanto, nota-se que o montante arbitrado em solo pátrio não é capaz de pagar um plano de saúde vitalício ou melhorar significativamente à vida do acidentado. Nessa espécie de ação, as decisões dos litígios trabalhistas brasileiras se mostram unânimes quanto à diferença exponencial nos valores estabelecidos na reparação civil entre o dano moral e o dano estético, mesmo em casos irreparáveis ou parcialmente reparáveis. Consoante as informações do Ministério do Trabalho e Emprego, com fulcro na emissão das Comunicações de Acidente de Trabalho (CAT), na década de 2000, constata-se que não houve redução significativa dos acidentes de trabalho. Aliás, destaca-se que nos anos de 2002, 2004, 2006, 2007 houve uma elevação nos fatídicos episódios. Outrossim, quando se compara a década de 1990 com a década posterior, observa-se uma elevação de 231.286 casos de acidentes laborais

(Conclusão) As indenizações ínfimas arbitradas, principalmente, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho impedem a efetivação da função pedagógica e não garantem a restituição ao estado indemne do trabalhador. Nesse sentido, evidencia-se que a irresponsabilidade civil patronal é amparada pelo Poder Judiciário. Por último, é necessário que o Judiciário brasileiro altere a sua postura em relação à mitigação do quantum indenizatório no decorrer da sua jurisdição, isto é, abdicar do favorecimento empresarial em favor da integridade física e moral dos trabalhadores, ou melhor, pela redução dos acidentes de trabalho

Plavras-Chave: quantum; irresponsabilidade; redução; acidente; trabalho; laboral.

A REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. O ESTUDO DE CASO DO CONFLITO SINO-TIBETANO.

Autor(es):

Francisco Bruno Gomes da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Ivan Braga de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Conselho de Segurança é um dos principais órgãos das Organizações das Nações Unidas, composto por cinco membros permanentes, que possuem o direito ao veto, quais sejam China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos da América e dez membros não permanentes, com função precípua de manutenção e promoção da segurança e da paz mundial. Apesar do reconhecimento da importância deste órgão no cenário político internacional, notadamente pela execução de operações de paz em países que estão em processo de conflito militar, o estabelecimento de sanções internacionais à países que adotam medidas que ameaçam a paz e a segurança no mundo ou em determinadas regiões e autorizações de ações militares que visem o estabelecimento da paz, a reforma deste órgão para um funcionamento efetivo, democrático e transparente é um dos temas emergentes da atual política mundial internacional. Nesse sentido, o presente trabalho buscar enfrentar um estudo sobre Conselho de Segurança, caracterizando-se a hipótese de que é indispensável à reforma daquele órgão, eliminando-se o desequilíbrio provocado pelo poder de veto, pela ausência de uma democratização dos membros permanentes, como o desiderato de restringir as decisões extremamente políticas no plano internacional, que no atual cenário fica ao alvedrio das potências mundiais com “status” de membros permanentes, a margem, diversas vezes, do fim axiológico instituído pela ONU.

(Metodologia) Desta forma, o levantamento das propostas de reforma do Conselho de Segurança das Organizações das Nações Unidas será realizada com o estudo paradigmático do conflito sino-tibetano. O método de abordagem utilizado é o lógico-dedutivo, com a utilização de procedimentos metodológicos, através de pesquisas e levantamentos de dados sobre reforma do Conselho de Segurança, notadamente sobre o paradigma do Estado Tibetano.

(Resultados) É nesse prosclênio que impera o estudo do presente trabalho. O produto desses conflitos entre o Tibete e a China surge de um longo período histórico e desde meados de 1949, quando ocorreu um domínio territorial chinês. Esse conflito vem ganhando vulto com destaque na política internacional. O conflito emerge desde os sucessivos governos da China desde os anos de 1950 e tem a sua percepção política voltada para o socialismo/comunismo vivenciado naquele País. Essa vertente política que defende um Estado sem intervenção religiosa de nenhuma espécie, sem eleições democráticas e prega uma igualdade econômica entre os seus nacionais. Essas, dentre outras características – exceto eleições democráticas, vão contra o sistema político tibetano que consistia num regime político teocrático.

(Conclusão) Assim, apesar de todas as manifestações internacionais apontarem para os descumprimentos de tratados internacionais e de violação de direitos humanos intentadas pela China, a sua representatividade no Conselho de Segurança impede qualquer ação efetiva daquele organismo internacional em face do Governo Chinês, contras as ações ilegais supostamente cometidas naquele território tibetano, bem como a atual regulamentação jurídica e regulamentação institucional do Conselho impede uma ação.

Plavras-Chave: Conselho de Segurança. ONU. Reforma. Conflito. Tibete.

A RELATIVIZAÇÃO DA CONVENÇÃO DE HAIA SOBRE A RESTITUIÇÃO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE AO PAÍS DE ORIGEM

Autor(es):

Ellen Nayane Rodrigues Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Brasil aderiu à Convenção de Haia de 1980, que trata dos aspectos civis do sequestro internacional de crianças. O artigo 3º da Convenção trata sobre os casos em que a transferência ou retenção da criança ou adolescente é considerada ilícita. Quando isto ocorre, deve ser imediatamente restituído ao genitor da qual foi retirada sua posse indevidamente, pelo outro genitor. Se isto é desrespeitado, não é dado cumprimento aos instrumentos internacionais e surge a possibilidade de responsabilização internacional da República Federativa do Brasil nos foros internacionais. O país pode sofrer uma desmoralização internacional por se recusar a cumprir a Lei. Porém, na prática, observa-se que mesmo sob pena de ofensa à legislação supracitada, o judiciário brasileiro, provocado nestas situações, busca equilibrar os interesses dos envolvidos, buscando a decisão mais adequada em relação à criança. O trabalho investiga os aspectos avaliados pelo juiz ou autoridade administrativa, antes que determine o efetivo retorno da criança, matéria que entende o STJ ser de competência absoluta da Justiça Federal.

(Metodologia) O presente trabalho investiga os critérios avaliados pela justiça brasileira para a restituição do menor ao país de origem, por meio da metodologia de análise jurisprudencial comparativa e bibliográfica.

(Resultados) O "sequestro internacional", conforme artigo 3º da Convenção de Haia, diz respeito ao deslocamento ilegal da criança de seu país e/ou sua retenção indevida em outro local que não o de sua residência habitual. Embora signatário desta, o judiciário brasileiro vem decidindo de maneira relativizada os casos concretos deste tipo de sequestro, com base nos princípios constitucionais, como a dignidade da pessoa humana. Também serve como embasamento a legislação específica nacional, como o Código Civil e o Estatuto da Criança e Adolescente, conforme demonstram as decisões analisadas de tribunais recentes em todo o país, observando o princípio do melhor interesse da criança na ação de guarda de menores, onde vem prevalecendo, antes suas necessidades, em detrimento das intenções dos pais.

(Conclusão) A justiça brasileira, seja o juiz ou autoridade administrativa responsável, antes de determinar o retorno imediato da criança ao país de origem nos casos de sequestro internacional, considera critérios subjetivos da legislação nacional que inicialmente parecem conflitar com as orientações a Convenção de Haia. Um dos pontos comumente analisados no caso concreto, por exemplo, é a presença da alienação parental, que é punível com a aplicação as sanções previstas na Lei 12.318/10, e o princípio do melhor interesse da criança, com base no Art. 1.586. do Código Civil. Preleciona este artigo que "Havendo motivos graves, poderá o juiz, em qualquer caso, a bem dos filhos, regular de maneira diferente da estabelecida nos artigos antecedentes a situação deles para com os pais". Este instituto da guarda e responsabilidade tem por finalidade não apenas amparar o menor em relação ao seu aspecto econômico, mas precipuamente, à prestação de assistência moral e emocional a qual necessita uma criança para se firmar como indivíduo, o que inclui os casos de seqüestro de menores no estrangeiro Assim, a presunção do retorno não é absoluta. Não basta que o judiciário brasileiro constate a retenção da criança e do adolescente por um dos cônjuges, mas as condições em que esta criança ou adolescente se encontra, suas necessidades materiais, integridade física e emocional desta. O Brasil aderiu e ratificou formalmente a Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças e vem cumprindo-a de boa-fé, respeitadas, assim, as eventuais exceções.

Palavras-Chave: Convenção de Haia; sequestro de menor; restituição de menor

A RESSOCIALIZAÇÃO DOS EX-DESENTOS

Autor(es):

Valtecia Silva de Sa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Clarissa Pereira Matias da Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Daniel Silva Pinheiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN
Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em decorrência da grande divulgação midiática, é notório que o sistema prisional brasileiro vive uma crise devido à precariedade dos serviços, bem como: superlotação, péssimas condições de higiene, despreparo dos agentes, entre outros fatores. Essas condições desumanas que são submetidos os presos pode-se assemelhar a uma dupla penalidade, isso, porque além de cumprir a sua pena o preso é obrigado a sobreviver em um local onde há péssimas condições de vida e higiene sendo este propenso a adquirir qualquer tipo de doença. Por esta razão somos levados a acreditar que a lei de execução penal (LEP) de nº 7.210/84, não é cumprida. Isso, pelo fato do art. 40 apontar que todas as autoridades devem primar pelo respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios, o que geralmente não acontece. Entretanto, legalmente o preso tem uma série de garantias, além dos Direitos Humanos previstos nos estatutos legais bem como no art. 10 que determina o dever do estado à assistência ao preso e ao internado, como objetivo a prevenção do crime e orientação do mesmo a retornar a convivência em sociedade. Embora existam algumas políticas públicas no tocante a ressocialização, ainda sim elas não são completamente efetivas, tornando o processo ineficaz gerando um “ciclo vicioso”, onde os ex-detentos acabam retornando para o “mundo do crime” e cometendo novas infrações, pois não são aceitos na sociedade. Comumente, a situação vivenciada pelo preso dentro do sistema carcerário é reproduzida quando o mesmo retorna a vida em sociedade, ou seja, dentro dos presídios eles cometem e são acometidos por práticas de espancamento, extorsão, abusos sexuais, entre outras, a predisposição é que o detento se tornem egressos, tais práticas voltem a ser perpetuadas e, isso, pelo fato desses indivíduos, ao experimentar as situações como as decorridas acima, tornaram-se um protótipo de conduta. Por estas razões o sistema carcerário não prepara os ex-detentos para uma vida fora do cárcere, de modo que esta pessoa viva em harmonia com a sociedade, não mais oferecendo risco à mesma. Dentro do panorama que se encontra no momento, em busca de soluções a curto, médio e longo prazo, o presente artigo tem como objetivo uma reflexão, análise e crítica acerca dos programas de ressocialização dos ex-detentos. Tendo como foco as políticas públicas para inclusão no mercado de trabalho, baseada em capacitação individual e coletiva dentro e fora do sistema penitenciário conforme legitima os Direitos Humanos na perfectibilização da dignidade da pessoa humana em ser reinserido no mercado de trabalho, retirando-o da invisibilidade.

(Metodologia) Este trabalho de cunho acadêmico foi baseado em pesquisas bibliográficas, assim como reportagens dos mais diversos meios de comunicação e tem como caráter uma metodologia dialética em grupo que nos possibilitou o levantamento de dados importantes para o desenvolvimento deste estudo.

(Resultados) Diante do método realizado é necessário que o sistema prisional brasileiro realize efetivas mudanças, a começar pela inserção de políticas públicas, em curto prazo o Estado deveria promover incentivos fiscais para as empresas, a fim de implantar uma aceitação valorativa desse grupo no ambiente de trabalho, e em longo prazo tal iniciativa despertaria na sociedade uma mudança de valores morais e éticos, como por exemplo, já ocorre no Estado.

(Conclusão) Em virtude dos aspectos apresentados, somos induzidos a acreditar que se obtenha uma mudança no sistema penitenciário brasileiro, contudo uma mudança moral e ética do conceito de vida social para que os detentos não retornem a marginalidade, proporcionando uma reintegração na sociedade, com o resgate de sua dignidade, espelho do neocostitucionalismo vigente.

Palavras-Chave: Ressocialização, Direitos Humanos e políticas pública.

A RESTAURAÇÃO DA DIGNIDADE DO APENADO ATRAVÉS DA REDUÇÃO DA OCIOSIDADE COMO UM MEIO EFICAZ DA RESSOCIALIZAÇÃO

Autor(es):

Sara Emanuelle Ferreira Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Nathália de Souza Martins: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Maria Clara do Nascimento Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rafaela Câmara da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Marina Dias Marinho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) Abramos a história, veremos que a privação da liberdade era desconhecida, mesmo havendo o encarceramento de delinquentes, esse não tinha caráter de pena e sim de preservar os réus até seu julgamento ou execução, era tida como sanção penal. Não obstante as reprimendas privativas de liberdade tenham como finalidade a punição daqueles que infringiram, na época atual a sua função precípua é a ressocialização. Através da fixação de pena atribuída pelo Estado, os indivíduos que praticam ilícitos penais são penalizados, configura-se hoje, meramente, um castigo ao infrator. Os malefícios da prisão comum são por demais conhecidos, e dispensável torna-se arrolá-los. Amontoados às centenas em espaços ínfimos, muitas vezes dormindo em pé ou amarrados nas grades das celas, submetidos a constantes violências físicas, morais, psicológicas, expostos a todo e qualquer tipo de risco, a falta de mínimas condições de ali permanecerem prevalece, o maior prejudicado com isso é a sociedade, pois nestas condições lamentáveis, o detento que cumpre pena, retorna ao convívio social, muitas vezes, pior do que quando começou a cumprir a pena. A já consolidada realidade do sistema carcerário brasileiro desvela a brutalidade e a crueldade com que o homem é capaz de tratar os seus iguais.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Este artigo científico utilizou-se de estudo realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica, realizada por meio de documentos, legislações atualizadas, doutrinas e artigos já existentes, que tratam do tema central ora estudado, esta pesquisa enfocará a temática a partir dos aspectos históricos e jurídicos. Onde se busca demonstrar através de iniciativas e discussões, que existe a possibilidade de efetivar o processo de ressocialização do apenado através do trabalho de maneira digna.

(Resultados) (RESULTADOS). O artigo 1º da Lei de Execução Penal, além de prever o papel de efetivar as disposições da decisão criminal, impõe a necessidade de que se ofereçam “condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. Assim, tem-se como dever do Estado oferecer condições concretas para que, após o cumprimento da pena, o condenado possa retomar a sua vida fora do cárcere, sem que lhe impeçam de conviver plena e efetivamente em sociedade. A Lei de Execução é clara quanto ao seu objetivo ressocializador, na verdade o que acontece é que os sistemas prisionais não traçam objetivos efetivos para que esse processo se concretize, a pretensão de transformar a pena em oportunidade para promover a reintegração social do condenado esbarra em dificuldades inerentes ao próprio encarceramento. Para cumprir efetivamente o seu papel ressocializador, as prisões deveriam buscar maneiras concretas de ocupar o tempo do detento, seja com estudo, com trabalho, com aperfeiçoamento, o detento que trabalha, estuda, que tem uma ocupação fica longe de corrupção, o tempo ocioso é um combustível negativo para a reinserção no mundo do crime.

(Conclusão) (CONCLUSÕES) Prisão que não reeduca o preso, não satisfaz à sociedade, porquanto a reincidência é uma constante, contribuindo cada dia mais para a violência desenfreada vista nos nossos dias. Portanto, baseando-se nos fins destinados a essa pesquisa concluímos que ressocializar é tornar o detento apto a viver em sociedade, e que isso se faz, através de punição com prisão, porém possibilitando a este participação em atividades laborais, utilizadas como terapia e com a nítida função de infiltrar nele a importância de ser útil e produtivo, condições dignas são inicialmente necessárias.

Palavras-Chave: Ressocialização; Dignidade humana; Sistema Carcerário Brasileiro; Reabilitação; Ociosidade.

A SOCIEDADE INTERNACIONAL GROCIANA E A SOCIEDADE DOS POVOS DE JOHN RAWLS: UM PARALELO ATUAL

Autor(es):

Fernanda Monteiro Cavalcanti: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem como objetivo traçar as semelhanças entre o conceito Sociedade Internacional de Hugo Grotius, renomado pensador do século XVI que exerce grande influência nos estudos das relações internacionais tanto em sua época quanto na atualidade, e da Sociedade dos Povos John Rawls, filósofo igualmente influente em sua época, por ter escrito extensa obra, a qual serviu de paradigma para conceituada evolução doutrinária neste sentido.

(Metodologia) Trata-se de trabalho teórico, realizado através da exploração bibliográfica e em pesquisa de artigos científicos e obras literárias dos relacionados aos autores abordados. Como método de abordagem, utilizou-se o comparativo, de modo a analisar tal questão em ambas as obras.

(Resultados) Ao estudar a obra grociana e observar sua grande importância nos estudos atuais das relações internacionais, não se pode deixar de atentar para o notório e influente instituto da Sociedade Internacional de Hugo Grotius, dados seus próprios elementos característicos. É sabido que a mesma detinha caráter universal, não possuindo restrições quanto às novas integrações de membros, e conseqüentemente, detendo caráter pluralista, seja nas etnias de seus membros ou nas religiões que acabavam por integrar a dita sociedade, dando igualmente primazia à tolerância entre os Estados-membros. Além do mais, apesar de ter caráter global, também afirmamos que a sociedade internacional grociana não se estendia à toda a humanidade, sendo composta, porém, somente dos Estados-membros que detivessem os mesmos interesses e pretensões. Expostas algumas características da sociedade grociana, aduzimos que, ao fazermos a leitura do pensador contemporâneo americano John Rawls, em seus estudos de política internacional, mais especificamente da sua obra "O Direito dos Povos", estudamos uma de suas ideias mais relevantes: a "Sociedade dos Povos". E, ao examiná-la, é praticamente impossível não notar as grandes semelhanças que possui com a Sociedade Internacional de Hugo Grotius, tendo este trabalho como objetivo final compará-las e ressaltar a importância do pensador holandês para o direito internacional contemporâneo, além de provocar uma reflexão por parte dos espectadores quanto à validade que se deve dar ao Direito Internacional e à Filosofia Jurídica, sendo esta última disciplina basilar do raciocínio jurídico, servindo de base para a construção de qualquer argumento com base legal.

(Conclusão) Conclui-se que, apesar de ter vivido e produzido seus trabalhos num período tão distante, Hugo Grotius continua a exercer grande influência nos estudos não só das relações internacionais atuais, mas, da mesma forma, no campo da filosofia jurídica atual, através de grandes nomes como o de John Rawls.

Palavras-Chave: Grotius. Sociedade Internacional. Sociedade dos Povos.

A TUTELA INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS AMBIENTAIS

Autor(es):

Luma Sabino Labanca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Nayara Regina Gomes Revorêdo Marques: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) Ante ao visível crescimento das catástrofes ambientais, sejam pela força da natureza, como tornados e tsunamis, ou pelas mãos do homem, como nos casos de desmatamento, ou acidentes nucleares, pessoas são afetadas diariamente, perdendo seus meios de subsistência e sendo submetidas a uma situação de vida difícil. Em 1999, Serageldin, presidente do Conselho Mundial da Água, alertou que o número de refugiados devido a questões ambientais já era superior aos refugiados de guerra, estimando-se que hoje existam cerca de 50 milhões de refugiados ambientais, o que, segundo perspectivas, só irá aumentar, chegando na marca de 250 milhões a 1 bilhão até o ano de 2050. Contudo, ainda hoje, os refugiados ambientais não recebem a real importância e cuidado que merecem. Diante desse contexto, a presente pesquisa busca traçar a situação jurídica e fática dos refugiados ambientais, como também a necessidade de reconhecimento jurídico pela comunidade internacional.

(Metodologia) Adotou-se como método uma visão dialética e análise qualitativa do conteúdo pesquisado. Com esse fim, realizou-se um levantamento bibliográfico visando traçar a atual situação legal dos refugiados ambientais no âmbito do direito internacional, utilizando-se, ainda, do mapeamento das atuais grandes catástrofes ambientais com vistas a analisar a escala de impacto que essas catástrofes geram em suas vítimas.

(Resultados) Como resultado, observou-se que apesar do Tratado de Genebra de 1951 ter criado a figura dos refugiados, esse conceito não se aplica aos refugiados ambientais, não havendo, atualmente, qualquer instrumento legal que reconheça a situação desses indivíduos e que lhes garanta direitos. Ademais, constatou-se ainda que apesar da ONU (Organização das Nações Unidas) reconhecer a gravidade da situação dos deslocados ambientais, não admite a possibilidade de concessão do "status" de refugiado por questões unicamente ambientais, ainda que drásticas. Com relação ao mapeamento das atuais grandes catástrofes ambientais, aponta-se como mais grave a situação das nações-arquipélago do Pacífico Sul, dentre elas a nação de Tuvalu, considerado o 4º menor país do mundo, que se apresenta em processo de extinção devido ao aumento do nível dos oceanos, forçando o deslocamento dos seus cidadãos.

(Conclusão) Diante da pesquisa realizada pode-se observar que a atual situação dos refugiados ambientais, que carecem de instrumentos jurídicos capazes de tutelar a especificidade de suas condições, atinge, acima de tudo, o âmbito dos direitos humanos, uma vez que diante da ausência de reconhecimento legal não lhes é assegurado o mínimo para a sobrevivência com dignidade, estando esses sujeitos carentes da tutela que lhes deveria ser conferida. Assim, necessário é a definição de um conceito internacional legal acerca dos refugiados ambientais, como também a regulamentação desses direitos, e a criação de um órgão capaz de analisar e pesquisar sobre o tema, divulgando estatísticas e soluções para minimizar, e prevenir, as consequências geradas, a fim de que eles possam ser devidamente tutelados.

Palavras-Chave: Refugiados Ambientais. Deslocados Ambientais. Catástrofes Ambientais.

A VIDA DO INTERNADO NA UNIDADE PSIQUIÁTRICA DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO DE NATAL

Autor(es):

Fernanda Maria da Mata Dias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Alexandro Gomes Bezerra dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Lei nº 7.210, que institui a Lei de Execução Penal, confere aos internados em decorrência da aplicação de medida de segurança, diversas prerrogativas, tais quais a assistência material, jurídica, educacional, social, religiosa, à saúde e ao egresso. A Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, por sua vez, dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Conhecida como "Lei antimanicomial", esta lei dispõe sobre a tentativa de humanizar o tratamento desses doentes mentais bem como dar a eles a devida assistência psicossocial. Com base em todas estas garantias, trazidas pela Lei de Execução Penal e pela lei antimanicomial, que se pretende elaborar um trabalho de campo, que tem como alvo a pretensão de avaliar EM QUE MEDIDA TAIS GARANTIAS ESTÃO SENDO APLICADAS NA UNIDADE PSIQUIÁTRICA DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO DE NATAL.

(Metodologia) Será realizado um trabalho de campo, que inclui visita à Unidade Psiquiátrica de Custódia e Tratamento de Natal e entrevistas com os responsáveis pela administração do local. Também serão elaborados questionários e entrevistas com profissionais da área, tais como, o juiz de execução, a direção do local e o psicólogo

(Resultados) Os principais problemas apontados foram: a falta de uma unidade feminina para tratamento dos inimputáveis; a falta de serviço médico constante; a falta de serviço de psicólogo e terapeuta ocupacional; a falta de estrutura do local no que diz respeito as salas de aula e a falta de assistência da rede pública ao egresso do internado que deixa de apresentar periculosidade. Os pontos apontados como razoavelmente bons foram à assistência religiosa e material. Além disso, surpreendeu o relato do juiz quanto a aplicação da Lei 10.216, lei antimanicomial. Esperava-se que a introdução da lei no sistema iria ser benéfica para os internados. Porém, pelo que se extrai do relato o juiz Henrique Baltazar, a introdução na lei antimanicomial no ordenamento jurídico apenas fez com que o número de vagas nos hospitais diminuísse.

(Conclusão) Após o levantamento de dados, conclui-se que as assistências trazidas pela LEP não estão sendo aplicadas em sua integralidade, principalmente com relação às assistências a saúde, educacional e social. A lei antimanicomial aparentemente também não representou uma melhora no sistema. Por fim, após a realização do cotejo entre a legislação e a situação fática verificada in locu, constata-se que, em que pesa existir uma estrutura física de acomodação de inimputáveis submetidos à medida de segurança, as medidas necessárias para a recuperação desses indivíduos e posteriormente a sua ressocialização estão longe de ser alcançadas.

Palavras-Chave: Ressocialização, medida de segurança, hospital de custódia, Lei de Execuções Penais, Lei Antimanicomial

A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DAS MULHERES ENCARCERADAS

Autor(es):

Rodrigo Greiner Calazans: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Aryane de Araújo Calazans: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em análise ao tema, percebemos de forma clara a ausência da relação entre o devido encarceramento, aliado ao contexto da ressocialização penal. Nesse sentido, constatamos que o tratamento imposto às presidiárias não condiz com os prepostos estabelecidos na nossa Carta Magna, tampouco em legislação especial, tal qual o Código Penal e a Lei de Execuções Penais. Destarte, buscamos analisar o alcance da eficácia das políticas governamentais, também no sentido de estruturação dos estabelecimentos prisionais, de forma a garantir o mínimo necessário para a reeducação das detentas e promover a devida reintegração desse grupo na sociedade. Tendo como objetivo, expor o direito à saúde, o direito das lactantes e o devido tratamento educacional, abrangendo também os aspectos culturais e de lazer, sem negligencia-los e tratando-os de forma central, dado a importância de todos à função ressocializadora da pena.

(Metodologia) Pesquisa teórica, no que concerne à análise jurisprudencial, normativa e doutrinária, nos tratados de direito penal, constitucional, e de postulados acerca da realidade prática do assunto, buscando a priori entender como a questão é tratada, no plano ideal e prático. Partindo desse referencial geral da abordagem do assunto, buscamos extrair dados mais específicos, através do método dedutivo de análise. Dessa forma, buscamos empiricamente tal entendimento pontual, através de visita ao Centro de Detenção Provisória de Parnamirim, onde fizemos entrevistas às detentas e agentes, que demonstraram os reais problemas e necessidades a serem supridas em tal estabelecimento. Isso apenas enfatizou a desarmonia entre o referencial teórico, que propõe as formas ressocializadoras. Assim, utilizou-se como procedimento, os métodos: comparativo, observando os fatos; histórico, buscando o início da problemática e antecedentes; estatístico, com a análise de dados; e clínico, com entrevistas às partes afetadas.

(Resultados) Partindo da análise normativa e empírica do assunto, percebeu-se a discordância prático-teórica acerca do tema. Da legislação, temos uma Constituição que protege, sobretudo os direitos e as garantias fundamentais, enquanto o Código Penal e a LEP seguem em total harmonia com a Constituição Federal, todos visam o caráter ressocializador da pena. Outrossim, os dados obtidos na pesquisa não demonstram aplicação prática de tais previsões. Ainda dessa análise, constatamos o desrespeito à mulher presa, ao ponto de afastar qualquer possibilidade de ressocialização, caso não haja melhorias. Do Plano Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, constatamos a existência de dados que demonstram que 71,6% das presas relatam ter algum problema relacionado à saúde sexual. Em visita ao CDP de Parnamirim, percebemos a falta de higiene do local, além de não haver disponibilidade de instrumentos de asseio, e sequer é respeitado o direito ao “banho de sol” ou assistência profissional destinada ao respeito e à manutenção da saúde da mulher.

(Conclusão) De tal estudo, o resultado não poderia ser outro senão constatar que no Brasil, há falta de harmonia entre os postulados normativos e doutrinários, o que impõe às presas um tratamento desumano e degradante, em total desacordo com o caráter ressocializador da pena. Nessa perspectiva, a solução se dará somente com investimentos na manutenção dos atuais estabelecimentos, além da construção de novos, a fim de desafogar o já deficiente sistema prisional, não obstante, deve-se rever o caráter da logística de tais centros, garantindo o tratamento mais eficiente, eis que está comprovado que com atual conjuntura prisional, não há como implantar um melhor tratamento administrativo às presas, dada à dificuldade de lidar logisticamente com as deficiências encontradas nos presídios em geral.

Palavras-Chave: MULHER PRESA; RESSOCIALIZAÇÃO; DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS; SISTEMA PRISIONAL.

**A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS NO TRATAMENTO DADO AOS INIMPUTÁVEIS
NO CONTEXTO DOS MANICÔMIOS JUDICIAIS: DO MANICÔMIO JUDICIÁRIO DO RIO DE JANEIRO À
REFORMA PSIQUIÁTRICA DOS ANOS 2000**

Autor(es):

Manoela Beatriz Souza da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Daiany Fidelis Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A loucura, como se sabe, sempre foi um assunto polêmico frente à sociedade, que nunca soube, de fato, como lidar com esse tipo de situação. O aprisionamento dos vitimados por enfermidades psíquicas, era visto como a melhor forma de solução para problema. No entanto, deparamo-nos com um sistema falido em que os doentes mentais tornaram-se objetos, marionetes nas mãos dos hospitais de custódia. Afastar do meio social os considerados loucos e ao mesmo tempo não se preocupar com o tratamento dado a eles, apenas reforça a ideia de desvalorização de tais seres humanos. É seguindo esse raciocínio, que se faz necessária uma análise desde a origem de tal fenômeno, até os dias presentes, para que seja possível entender o lado obscuro e cheio de mistificações, que pouco é mostrado, denunciando, assim, as “prisões perpétuas” que existem por trás de cada hospital-presídio. Dessa maneira, é plausível que, junto à psiquiatria, o nosso ordenamento jurídico possa dar condições dignas de tratamento, além de tornar eficazes os direitos e garantias fundamentais inerentes a todos os cidadãos.

(Metodologia) Para atingir os objetivos propostos da presente pesquisa, utilizamos os métodos de abordagem dedutivo, hipotético-dedutivo e dialético, tomando como ponto de partida as teorias e as leis que algumas vezes não condizem com o que está sendo realizado na prática. Tudo isso, envolvendo o comportamento adotado pela sociedade brasileira mediante tal problemática. Além desses, como métodos de procedimentos, utilizamos o histórico no qual verificamos a origem do fenômeno, bem como, o comparativo e o estudo de caso com o intuito de serem analisadas situações reais que facilitem a compreensão do tema proposto. Sendo, portanto, uma pesquisa de cunho teórico, com a análise de alguns casos específicos a fim de aproximar teoria e prática.

(Resultados) Diante do exposto, como forma de resolver à problemática, aponta-se como solução adequada o afastamento dos inimputáveis dos precários manicômios judiciários e sua inserção na rede do SUS - na ala de atenção à saúde mental, principalmente nos centros de atenção psicossocial - acreditando que essa é a melhor forma de tratamento a ser oferecida; distanciando-se da competência da justiça criminal, tendo como base a lei 10.216, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica e aproximando-se da área da saúde. Outra tentativa de solução e assistência àqueles infratores que sofrem da doença mental foi proposta pelo STF quanto às medidas de segurança. Nesse sentido, entende o Supremo Tribunal Federal que o tempo máximo de cumprimento dessas é de 30 anos, uma vez que, nesse intervalo de tempo é possível a recuperação e reinserção do paciente, tendo com isso, a possibilidade de não mais ficar preso para o resto de suas vidas naquilo que na verdade são hospitais-presídios.

(Conclusão) Assim, entendemos que, apartar socialmente os inimputáveis, enfatiza o profundo descumprimento do direito constitucional, no qual se presume a construção de uma sociedade justa, fraterna e solidária para com todos os cidadãos. Sendo assim, tratar com dignidade e oferecer boas condições aos inimputáveis não é apenas um dever do Estado, mas também um direito constitucional dos inimputáveis nestas circunstâncias. Já está mais do que na hora de pensarmos em políticas públicas eficazes que resolvam essas amarras de despreparo e preconceito. As alternativas existem, basta o Estado se comprometer a investir nelas. Como ponto de partida, tem-se que promover a conscientização de que não é apenas um problema de cunho jurídico, como também uma questão de saúde pública. A medida de segurança não deve visar à punição, mas sim o tratamento, sempre ressaltando que estamos tratando de seres humanos detentores de direitos a serem preservados.

Palavras-Chave: Inimputáveis. Direitos. Garantias. Manicômios. Saúde.

A VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA: UM PROBLEMA SOCIAL DO SÉCULO XXI

Autor(es):

Mozângela Míria de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Diante do recente processo de envelhecimento da população global, o escopo deste trabalho é denunciar à violência contra a pessoa idosa no Brasil, como um fenômeno que nas últimas décadas, tem alcançado absurda relevância social apesar de todas as políticas públicas regidas por lei e regulamentadas em estatutos. Pode-se perceber a discrepância entre o direito regulamentado e o direito vivido na dinâmica da vida do idoso, destacando, que na maioria das vezes, o agressor está dentro da própria estrutura familiar da vítima.

(Metodologia) Utilizou-se a metodologia do tipo qualitativa, com métodos de abordagem estatísticos e dialético, destacando-se a comparação histórica do fenômeno do envelhecimento populacional e seus aspectos mais recentes, com perspectivas globais e locais, e com métodos de procedimentos auxiliares: o histórico, o comparativo e o estudo de caso, uma vez que o objetivo principal do trabalho foi fazer uma análise crítica do aumento da violência. Utilizou-se de livros especializados, artigos científicos sobre o tema e notícias divulgadas nos meios de comunicação.

(Resultados) Em termos de ordenamento jurídico, a lei brasileira é quase perfeita. De fato, nos últimos anos as instituições governamentais, organismos da sociedade civil e movimentos sociais conquistaram uma gama de leis, decretos, propostas e medidas que estabelecem direitos voltados para a pessoa idosa, referenciados pelas diretrizes internacionais (Plano de Ação internacional para o Envelhecimento). Contabilizam-se conquistas democráticas importantes, como a criação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) em 2002 e a elaboração e publicação do Estatuto do Idoso (Lei 10.741 em 2003), que regulamenta os direitos das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, criando, também, determinados instrumentos de amparo ao idoso e dando alguns poderes ao Ministério Público de ter livre acesso a toda entidade de atendimento ao idoso (Art. 73 ao Art.77) e no seu Art.81 do estatuto deve-se destacar que “Para as ações cíveis, fundadas nos interesses dos idosos, estão legitimados – a Ordem dos Advogados do Brasil”. A lei conferiu também para o idoso o procedimento sumário. Foi também necessário definir tecnicamente as diversas situações em que a pessoa idosa é vítima de violência, se é de natureza criminal, social ou questão de saúde. A Secretaria de Direitos Humanos (SDH) disponibilizou o Disque-100 que, desde 2011 até o primeiro trimestre de 2014, registrou 77059 denúncias de violação de direitos humanos contra a pessoa idosa. Uma verdadeira calamidade pública. Tipos mais comuns de violação: negligência (68,7%), violência psicológica (59,3%), abuso financeiro e econômico relacionado à violência patrimonial (40,1%).

(Conclusão) A legislação brasileira apesar de, aparentemente, proteger e proporcionar melhor qualidade de vida ao idoso, tida como uma das melhores do mundo, na sua prática, não condiz com a realidade apresentada, não gerando a esperada e necessária eficácia social. O Estatuto seria perfeito se tivéssemos um sistema judiciário que funcionasse. O Estado de modo geral, no mais amplo sentido, não exerce uma proteção efetiva sobre o idoso, devido à falta de interesse e fiscalização, existindo assim, determinadas casas de apoio ao idoso em condições precárias de acomodação, de alimento e de tratamento. É necessário um trabalho multidisciplinar, de assistentes sociais, de psicólogos, do Poder Público Estadual, das organizações não governamentais, família e sociedade de combate à violência e violação dos direitos da pessoa Idosa. Precisa-se de uma nova conscientização social que devolva a dignidade da pessoa idosa como cidadão.

Plavras-Chave: Estatuto do Idoso. Pessoa idosa. Eficácia social.

ABANDONO AFETIVO: RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO A DANO MORAL

Autor(es):

Delkismeika Alves Cavalcante: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Núbia de Souza Miranda: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Fernanda Elizabeth Matos de Queiroz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Monaliza Vanessa de Brito Gondim Moura Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Henrique Batista de Araujo Neto: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo trata do abandono afetivo. O conceito ampliado de família se baseia na importância do afeto como elemento agregador. É da família o dever de cuidar das crianças e adolescentes. Os princípios constitucionais devem ser garantidos no âmbito do Direito de Família. A ausência do afeto no ambiente familiar traz prejuízos à formação do indivíduo, sendo assim reconhecido o dano. No campo da responsabilidade civil, o abandono afetivo deve ser passível de indenização por dano moral. Assim, com o objetivo de demonstrar a possibilidade indenizatória em virtude do abandono afetivo dos pais para com os filhos, será realizado esse estudo.

(Metodologia) O estudo teve por metodologia uma análise crítico descritivo sobre o tema, para tanto foi feita uma pesquisa bibliográfica na legislação, doutrina e jurisprudência.

(Resultados) Como resultado observou-se que é de fundamental importância um seio familiar saudável para o desenvolvimento de uma pessoa em formação, tendo em vista que ela levará para vida e para o seu convívio social os valores agregados desde a primeira infância. A proteção integral trazida pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do adolescente tem por finalidade assegurar que haja uma paternidade/maternidade responsável, garantindo as crianças e adolescentes com absoluta prioridade, os direitos fundamentais, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, igualmente lhes garantindo o direito a serem educados e criados no seio de suas famílias. Os Princípios basilares da dignidade da pessoa humana, da Solidariedade Social e da Isonomia proporcionaram uma nova forma de análise dos institutos privados. O Código Civil de 2002 passou a ser aplicado de acordo com esses Princípios Constitucionais, realizando verdadeira revolução no Direito de Família, buscando se garantir uma realidade familiar concreta onde os vínculos de afeto se sobrepõem, às vezes, até a realidade biológica. Assim, a negativa de afeto, gera diversas sequelas psicológicas, caracterizando ato contrário ao ordenamento jurídico e por isso sancionável no campo da responsabilidade Civil. Com isso, o poder judiciário brasileiro se posicionou, discutindo a questão do afeto através da concessão de decisões inéditas como a proferida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), na qual um pai foi condenado a pagar indenização de R\$ 200 mil por abandono afetivo a sua filha. A decisão da ministra Nancy Andrighi, da Terceira Turma do STJ, se baseou na tese que amar é faculdade, mas cuidar é dever.

(Conclusão) Conclui-se que o reconhecimento da necessidade afetiva como bem juridicamente tutelado só trouxe avanços para a sociedade, pois se reverte de caráter pedagógico, ao passo que desperta a atenção para a importância do significado do convívio entre pais e filhos. Não se trata de se impor valor monetário ao amor, mas reconhecer que o afeto tem um valor muito alto para a nova configuração familiar, no caso a função social da família deve ser protegida, pois é em seu seio que ira se formar o cidadão. O que se busca é que a recompensa monetária traga pelo menos uma compensação material e um sentimento de que a justiça não se viu inerte diante dessa questão, pois mostra aos pais que o afeto faz parte do cuidar, não sendo possível desvincular um do outro.

Palavras-Chave: Família. Abandono afetivo. Dano moral.

AÇÃO REGRESSIVA ACIDENTÁRIA

Autor(es):

Lívia da Fonsêca Galvão: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Kim Ferreira de Melo Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Igor Couto Farkat: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Marjória Silva dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo tem o escopo de fazer uma análise sobre a ação regressiva do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) em face do empregador nos casos de acidente de trabalho, com o objetivo de expor um estudo sobre o direito do INSS de reaver, via ação regressiva, os benefícios pagos ao empregado, cobrando esses valores ao empregador, explicando sua finalidade, conceito e fundamentos, analisando quando terá o INSS o direito de regresso. Além de expor as questões controversas da ação regressiva, proposta pela Autarquia, como sua competência para julgamento, o prazo prescricional, e a inconstitucionalidade ou constitucionalidade do artigo 120 da lei 8.213/91, por não está pacificado tal entendimento. O interesse no presente estudo surge diante das inúmeras controvérsias presentes na doutrina e jurisprudência, restando bons argumentos tanto para as empresas réas, como do INSS, visando, justamente, expor seus pontos controvertidos, analisando entendimentos doutrinários e jurisprudenciais. Surge também, da problemática vivida pelos empregados pela suposta negligência das empresas, devido ao crescente número de acidentes de trabalho.

(Metodologia) A metodologia utilizada neste trabalho, para um melhor enfoque do tema, foi através de pesquisas bibliográficas, seja livros (doutrina específica que aborda o tema) ou artigos científicos sobre o assunto, como também, pesquisa jurisprudencial, seja de decisões monocráticas de primeiro grau, tribunais regionais, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

(Resultados) Desta forma, por meio deste estudo, que tem objetivo de expor as divergências presentes na ação regressiva, como também, o conceito, finalidade e fundamentação, de acordo com os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais, e a partir desses posicionamentos, debater sobre os pontos controvertidos no tema, como o prazo prescricional, competência para demandar e elencar os argumentos sobre a constitucionalidade da ação regressiva.

(Conclusão) A ação regressiva acidentária, caracteriza-se quando o empregador causa dano aos cofres públicos, agindo com negligência, não respeitando as normas de segurança e higiene do trabalho, sendo a vítima do acidente o beneficiário do INSS. Sendo assim, por essa via, a respectiva Autarquia Federal tem o escopo de buscar indenização, regressivamente, dos valores pagos ou que serão pagos para o beneficiário. Partindo da análise doutrinária e jurisprudencial, atualmente os Tribunais veem aceitando a competência da Justiça Federal, por ser uma ação indenizatória, apesar de versar a demanda sobre acidente de trabalho. O prazo prescricional, que por se tratar de recebimento mensal, isto é, continuado, nasce à pretensão em cada parcela recebida. Ademais, há divergência de entendimentos entre a prescrição de 3 anos, presente no Código Civil, defendida pelas empresas réas, e a prescrição de 5 anos, em que o INSS alega ser o mais igualitário, baseando-se no princípio da isonomia. Ao analisar a constitucionalidade da ação regressiva, chega-se a outra divergência, em que há doutrinadores e decisões afirmando a inconstitucionalidade da ação, por ter o SAT natureza securitária, e por óbvio contrariar dispositivos da CF. Porém, a jurisprudência majoritária vem se posicionando em conhecer a ação regressiva acidentária, com intuito de punir os empregadores negligentes, ou simplesmente prevenir acidentes de trabalho, como também, ressarcir os cofres públicos.

Palavras-Chave: Ação regressiva acidentária; competência; prescrição; constitucionalidade

**ADOÇÃO DO CRITÉRIO BIOPSIOLÓGICO PARA INIMPUTÁVEIS EM CRIMES HEDIONDOS: A
PROBLEMÁTICA DA MAIORIDADE PENAL**

Autor(es):

Tibério de Araújo Coutinho Madruga: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A redução da maioridade penal é, hoje, uma questão onde se faz mister a discussão acerca de seus pressupostos fáticos e jurídicos, pois toda a sociedade brasileira esta empenhada em procurar alternativas para melhorar a resposta do Estado a quem comete um crime tanto seja maior, quanto, sobretudo, seja o menor de idade o autor do ato infracional, buscando dessa forma coibir a impunidade, através de medidas mais eficazes para combater a violência. Por isso, mesmo em meio a tanta divergência doutrinária, a adoção do critério biopsicológico vem para tentar sanar essa falha do nosso sistema penal, ainda que restringindo esse rol para apenas o de crimes hediondos a serem cometidos por inimputáveis, no que se refere o artigo 228 da Constituição Federal, onde taxa, biologicamente, os menores de 18 anos.

(Metodologia) Como forma de buscar concretização dos objetivos propostos, desenvolveu-se uma pesquisa de caráter teórico e qualitativo, com análise de métodos de procedimento comparativo na análise sistêmica de casos de direito comparado e alguns julgados e jurisprudências de diversos tribunais de justiça e tribunais superiores acerca do tema. Considerando-se, especialmente, a necessidade do enfrentamento teórico em face das significativas divergências doutrinárias e jurisprudências sobre a adoção do critério biopsicológico para os inimputáveis em crimes hediondos, utilizaremos, como métodos de abordagem, o dialético e o hipotético-dedutivo.

(Resultados) O que nos parece absurdo, com tanta divergência acerca desse tema, é rebaixar, pura e simplesmente, a maioridade penal de 18 para 16 anos com o intuito de convencer a população de que estamos diante de uma solução mágica para conter a criminalidade juvenil. Isso é um engodo. No tocante ao rebaixamento da maioridade é necessário, ainda, avaliar a unidade prisional para qual seria encaminhado o jovem submetido à internação. Pois passaria a cumprir a pena a partir desse momento no sistema prisional comum. Assim, adotando-se o critério biopsicológico para os inimputáveis que cometam crimes hediondos, estaríamos dando uma resposta à altura para sociedade, que clama por uma solução para essas causas de crimes cometidos por jovens. Pois, os crimes hediondos, em sua natureza geram muita comoção social, pelo seu alto grau de reprovação, sobretudo, quando cometidos por menores. Então, a partir deste momento, os delinquentes juvenis, serão julgados da mesma forma que os maiores, recebendo, assim, a pena devida prevista em nosso sistema jurídico.

(Conclusão) Portanto, é preciso realizar tal mudança, pois, acima disso, é preciso que a lei penal se adapte a realidade existente em nosso país. O menor de 18 anos, hoje, já não é o mesmo do início do século. Os jovens, hodiernamente, tem acesso a todo e qualquer tipo de informação, seja recomendado para ele ou não. E, diante disso, não merece mais ser tratado como uma pessoa que não tem noção do caráter ilícito do que faz ou deixa de fazer. Como em vários lugares do globo, a redução se deu por meio de imposições naturais, pois a sociedade se transforma junto com seus valores e costumes, e o por ser fruto dela, o Direito deve sempre acompanhar tais transformações, procurando englobar o máximo possível dessas características.

Palavras-Chave: Ato Infracional. Critério Biospsicológico. Crime Hediondo. Inimputáveis.

ADOÇÃO HOMOAFETIVA: A LEGALIZAÇÃO DE UM ATO DE AMOR

Autor(es):

Márcia Luisa Monteiro Cunha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Aryam Pessoa da Cunha Lima Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho é fruto de nossas pesquisas, questionamentos e reflexões, acerca do tema da adoção de crianças por casais homoafetivos e suas complexidades. No momento atual, em nosso País, observa-se em parte de nossa sociedade uma discussão intensa, permanente, no sentido de legalizar este ato. Debate este que se contrapõe ao preconceito ainda existente, da ala social conservadora. Deste modo, nossa problemática de pesquisa é: “como a adoção pode acompanhar a evolução social do conceito de família, levando em consideração a questão da homoparentalidade?”. O nosso objetivo é promover o entendimento de que a prática adotiva deve ser fomentada, sem discriminação de nenhuma natureza, apenas oportunizando às crianças condições mínimas de estrutura social, ética, moral e emocional, e aos pais, a possibilidade de exercer o amor filial que lhes é precioso.

(Metodologia) Para o presente trabalho, utilizamos o método hipotético-dedutivo, tomando como norte o Estatuto da Criança e do Adolescente e a leitura da obra “Adoção homoafetiva - O preconceito e a Justiça”, da vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família e jurista Maria Berenice Dias. Recorremos à internet no intento de pesquisar julgados, e retirar informações relevantes ao tema, utilizando sites especializados, como o “âmbito jurídico”. Por fim, realizamos uma entrevista com o Professor de Psicologia da Uni-RN, Carlos José, o qual adotou, juntamente ao seu companheiro, duas crianças.

(Resultados) Obtivemos, por meio de nossas pesquisas, o conhecimento da atual situação legislativa e jurisprudencial do processo de adoção por casais homossexuais. Hoje, constata-se a abertura em ambos os segmentos, no que diz respeito ao referido tema. Os casos registrados são inúmeros, e bem-sucedidos (vide exemplo do Professor Carlos José, o qual, inclusive, escreveu um livro narrando a experiência adotiva: “Duas Filhas, Dois Pais”, Editora Sapiens, 2013). Observa-se ainda, que as dificuldades iniciais para a consolidação da adoção por famílias homoparentais, bem como a concepção de que família somente se constitui pela união entre pessoas de sexos distintos, estão profundamente arraigadas à mentalidade retrógrada, mesquinha, e preconceituosa a qual se formou em priscas eras, acentuada no decurso do tempo, até a metade do séc. XX. No depoimento cedido pelo citado docente Carlos José, constatamos um amor paternal sublime (maior que qualquer dificuldade imposta pelo padrão heteronormativo vigente), o qual não poderia ser injustamente ceifado pelo estigma do preconceito.

(Conclusão) Por fim, apresenta-nos como resultado desse trabalho a reflexão, junto ao leitor, da grandeza do ato adotivo sem distinção de orientação sexual. Elucidamos aqui a validade da possibilidade de conciliar evolução social e preservação dos Direitos Elementares dos menores adotados. Tendo como luzeiro o melhor interesse da criança e do adolescente, o resultado prático de nossa produção é o favorecimento de inúmeros seres humanos, com a realização do desejo de exercer um amor filial, puro e incondicional.

Palavras-Chave: Adoção; avanços sociais; homoafetivos

ADOÇÃO INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE A LUZ DO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

Autor(es):

Núbia de Souza Miranda: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Monaliza Vanessa de Brito Gondim Moura Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trata sobre a adoção internacional à luz do sistema jurídico pátrio, entendendo que a família sendo a base da sociedade é de fato o lócus mais importante para acolher a criança num ato de amor. A ONU com base na Declaração Universal dos Direitos da Criança afirma o valor da criança como pessoa humana, e dada a importância do tema, há reflexões, pois a adoção Internacional faz parte de uma nova realidade social e se reveste da possibilidade efetiva de resgatá-la para a sociedade quando se encontrar destituída da tutela familiar. No Brasil, é expressivo o número de crianças abandonadas, e nesse sentido o Estado criou essa ferramenta vislumbrando o melhor interesse, segurança e equilíbrio da criança. Isso é controlado pelas normas internas do judiciário que tem por finalidade o melhor interesse da criança. Por fim, o objetivo é analisar se esta forma de adoção é eficaz e traz garantias para a criança.

(Metodologia) Este trabalho teve por metodologia um estudo teórico-descritivo através de uma análise da Constituição Federal, ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), da Convenção de Haia, da nova Lei de Adoção e da doutrina sobre o assunto.

(Resultados) Como resultado observou-se que a adoção internacional se reveste de um caráter humanitário muito importante, uma vez que torna possível a uma criança desamparada, a última possibilidade de inserção em um núcleo familiar, após terem sido exauridas as chances de adoção por uma família brasileira. A lei, ao se revestir de inúmeros requisitos e declará-la exceção, o fez com a intenção de coibir práticas ilícitas e fraudulentas comuns no passado e que ainda hoje existem, como a prática da adoção a brasileira que propicia o tráfico de menores. A Convenção de Haia de maio de 1993, da qual o Brasil é signatário assevera que os países devem instituir medidas para garantir que as adoções por pais estrangeiros sejam realizadas primando pelo interesse superior da criança e com respeito a seus direitos fundamentais. Foi possível observar que a legislação possui as suas regras especiais, mas é a sentença definitiva que estabelece o vínculo entre adotante e adotado.

(Conclusão) A referida análise demonstra que a adoção internacional está revestida de garantias para o melhor interesse da criança e do adolescente. A adoção é um ato de amor pautado na convivência e respeito que visa o maior interesse da criança, além de evitar que sejam vítimas de atos ilícitos de tráficos. Sob esse aspecto está a Convenção de Haia, a qual foi ratificada pelo Brasil cujo objetivo é diminuir o impacto do tráfico de crianças, garantindo que a adoção internacional deve sempre ser a última medida tomada. Destaca-se a obrigatoriedade da sentença transitada em julgado para que a criança saia do país como é evidenciado na jurisprudência brasileira em que se objetiva a realização da adoção por meios lícitos. Fica evidenciado que o importante não é se o adotante será um cidadão nacional ou estrangeiro, mas sim se o lar é adequado e se a família é capaz de receber a criança de forma segura.

Palavras-Chave: Adoção internacional. Legislação brasileira. Tráfico de menores.

ADOÇÃO INTUITU PERSONAE FRENTE À LEI 12.010/09

Autor(es):

Joycelany Borges Soares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Henrique Batista de Araujo Neto: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho tem por objetivo demonstrar a necessidade da regulamentação da adoção intuitu personae mesmo após o advento da Lei nº 12.010/12. Em meados de 2009 o Estatuto da Criança e do Adolescente sofreu a sua primeira grande reforma por intermédio da chamada Lei Nacional da adoção. A nova legislação acabou por obstaculizar ainda mais o processo de adoção, criando uma série de inconveniências para quem quer adotar e, sobretudo, para quem precisa de adoção. Pretende-se demonstrar que a burocracia trazida pelo Cadastro Nacional de Adoção e a ausência de legislação que proteja este instituto mesmo após a referida legislação, ferem o princípio do melhor interesse da criança e põem em situação desmerecida as mães biológicas. Visa analisar a necessidade da regulamentação da adoção mencionada, tanto para os infantes como para as genitoras; demonstrando que a insegurança jurídica trazida pela ausência de legislação sensível a realidade e pertinente a adoção discutida, acaba por fomentar práticas ilegais como falsificação de registro (adoção à brasileira) ou a desnecessária espera pelo famoso tempo de formação do “vínculo afetivo”, onde a criança aguarda na clandestinidade, sem documentos ou reconhecimento algum para que a família adotante possa ter alguma chance frente a nossa legislação ou “nova” lei da adoção, afastando essas mulheres da esfera regulatória do poder público. O trabalho tende a demonstrar que o risco trazido pelo legalismo estrito se opõe ao fato social de mães que querem literalmente escolher determinadas pessoas a qual consideram serem as melhores para criar os seus filhos, e assegurar-lhes uma vida melhor.

(Metodologia) Pesquisa realizada em caráter teórico-explicativa, buscando analisar, interpretar e identificar os fatos expostos e suas causas. Baseada em referenciais bibliográficos (livros, artigos e etc.) e documental, com base nos textos legais sobre a matéria (Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei nº 12.010/09) e lições doutrinárias correlatas de Maria Berenice Dias e Flávio Rodrigo Freire Ferreira, assim como, artigos científicos e monografias.

(Resultados) Após as diversas análises e reflexões frente aos dados encontrados, podemos considerar a hipótese que, diferentemente do que ocorre na adoção permitida por lei, que tem por base o Cadastro Nacional de Adoção (CNA), na intuitu personae quando os pais biológicos consentem com a adoção, além do consentimento dos pais há mais do que isso; há a plenitude da aceitação. Dessa forma, o processo é bem mais célere, protegendo a criança do longo e desgastante processo de destituição do poder familiar com acolhimento institucional e garantindo a mãe biológica o direito de conhecer a quem será entregue o seu filho.

(Conclusão) Tendo em vista que após diversas controvérsias, restou consagrado o entendimento de que o nosso ordenamento jurídico permite a adoção intuitu personae, mesmo após o advento da Lei nº 12.010/09, se faz necessário regulamentar tal espécie de adoção, a fim de assegurar, inclusive, uma melhor assistência às mães biológicas que, pelas mais diversas razões, venham a optar por entregar seus filhos para adoção. Diante do cenário analisado, a partir do que foi colocado, da análise dos textos, fica reafirmado a necessidade da regulamentação da adoção intuitu personae, garantindo aos infantes e as genitoras a devida proteção frente ao cansativo processo de destituição do poder pátrio, o Cadastro Nacional de Adoção e o direito de escolha das mães biológicas.

Palavras-Chave: Adoção intuitu personae; Lei nº 12.010/09; Princípio do melhor interesse da criança.

ALIENAÇÃO PARENTAL: COMO PREVENIR?

Autor(es):

Vanessa Salustino Galvão Pinto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Andrea Karla da Silva Alves : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Marjorie Lopes Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Ana Luiza de Melo Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sarah de Oliveira Tenório da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Henrique Batista de Araujo Neto: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo almeja destacar algumas formas de prevenção ao fenômeno da Alienação Parental, que consiste no ato de interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este. Sendo uma realidade, nosso objetivo é informar sobre os danos irreparáveis que esse fenômeno pode causar - ferindo até a própria Constituição Federal, onde no artigo 227 prevê o direito a uma convivência familiar harmônica - propondo medidas preventivas como a guarda compartilhada, para que este abuso seja remediado e que alivie o sofrimento das vítimas.

(Metodologia) O método utilizado para a realização dessa pesquisa foi o dialético, através da pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, utilizamos a doutrina do Direito da Criança e do Adolescente, além da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente como fontes diretas de informação. Como fontes indiretas foram empregados opiniões e estudos de psicólogos especializados no assunto, como também artigos e sites que descreviam experiências sobre tema.

(Resultados) A Síndrome de Alienação Parental é uma condição capaz de produzir diversas conseqüências nefastas, tanto em relação ao cônjuge alienado quanto ao próprio alienador, mas certamente seus efeitos mais dramáticos recaem sobre os filhos. Sem tratamento adequado, pode produzir sequelas capazes de perdurar para o resto da vida, instaurando vínculos patológicos, promovendo vivências contraditórias da relação entre pai e mãe, criando imagens distorcidas da figura dos dois. O combate a esse fenômeno é imprescindível, dentre outras formas, a guarda compartilhada e a educação são sem dúvida os principais meios de prevenção, falar sobre a Lei 13.218/10 e divulgar o que ela prevê também coopera, pois pode ser que o alienante esteja agindo de maneira inconsciente. Não deixamos de evidenciar que conversas com profissionais especializados no assunto como os psicólogos e advogados estão promovendo ainda mais o combate dessa prática.

(Conclusão) Distinguir a função conjugal da função parental no processo de separação dos pais é o fator mais importante para garantir a promoção do desenvolvimento emocional saudável dos filhos de pais separados. Ressalta-se a importância da função parental conjunta do pai e da mãe frente às crianças - cuidar, proteger e prover as necessidades materiais e afetivas, além de manter na medida do possível a saúde mental e física dos seus filhos, que com a Síndrome da Alienação pode sofrer distúrbios psicológicos como: depressão, ansiedade, pânico; utilizar drogas e álcool como forma de aliviar a dor; cometer suicídio; apresentar baixa auto-estima; dentre outros. A prevenção deve ser vista como fundamental ato de proteção a convivência saudável entre os pais e filhos. Considerando que ambos os genitores têm o direito de participar do crescimento e da educação da criança e do adolescente.

Palavras-Chave: ALIENAÇÃO PARENTAL. FORMAS DE PREVENÇÃO. GUARDA COMPARTILHADA.

**ALUSÃO HISTÓRICA DA CONQUISTA DO DIREITO AO VOTO E AS PERSPECTIVAS DE SEUS NOVOS
DESAFIOS: CRISE DE REPRESENTATIVIDADE E DISCUSSÃO DO DIREITO AO VOTO.**

Autor(es):

Felype Felício Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Ian Alves de Freitas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Diante do panorama político e democrático brasileiro atual, descrever a evolução histórica do direito ao voto é essencial para que se possamos construir uma reflexão sobre a consciência do eleitorado, de modo a caracterizar esse perfil, fazendo observâncias de possíveis relações entre voto obrigatório e crise de representatividade, tendo por objetivo principal apontar soluções viáveis para as problemáticas abordadas, procura-se explicar as novas perspectivas das conquistas democráticas, sendo o voto seu principal mecanismo, uma garantia fundamental de um Estado soberano e constitucional, que se legitima justamente por base do reconhecimento popular, conquistado por lutas evolutivas, sendo assim, até que ponto seria viável a obrigatoriedade do exercício desse direito, analisando por meio da Teoria dos Quatro Status, de Jellinek, a contraposição com realidade brasileira.

(Metodologia) O método de procedimento utilizado para elaboração desta pesquisa foram o histórico, sendo esse a análise dos acontecimentos do passado para reverenciar suas influências na sociedade de hoje, onde o objeto de estudo foi a conquista do direito ao voto, identificando seu panorama na sociedade brasileira de hoje, e suas perspectivas futuras. O método de abordagem dialético abriu premissa para formulações de hipóteses de um perfil eleitoral brasileiro e foi essencial para estabelecer relações entre dois componentes da sociedade, políticos e eleitores, esse foco de uma pesquisa de campo realizada pela Unicamp e pelo TSE, em que usamos com objetivo traçar seu perfil para caracterizar uma relação entre esse e o tema do trabalho.

(Resultados) A partir da Constituição de 1988 houve um salto qualitativo na democracia, onde ela deixou de ser puramente representativa para ser participativa, sendo assim, o povo passou a exercer também o poder político. Uma reforma política seria o primeiro passo a dar para repensar o estado brasileiro e as instituições políticas, corrigindo eventuais distorções no modo de fazer política. É evidente que por outro lado a sociedade precisa ser mais participativa, acompanhar mais o desempenho dos seus representantes, exercitando assim a democracia direta. Com o fortalecimento da democracia, o eleitor irá demonstrar convicção da sua efetiva participação na vida política evitando abstenções e exercendo sua cidadania através do voto. É evidente também que a obrigatoriedade do voto também ocasiona a crise de representatividade, uma vez que o cidadão deve votar mesmo quando não se identifica com nenhum candidato, prevalecendo a regra “do menos ruim”.

(Conclusão) Portanto, foi de significativa importância a análise de opiniões divergentes a respeito do tema abordado, expondo as consequências para nossa democracia e a forma de participação política do eleitorado uma vez que se refere a princípios constitucionais, onde no art.1, parágrafo único, da Constituição Federal, diz que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos através do voto. É pelo voto que o povo manifesta a sua vontade e sua preferência, cabendo não só ao Estado, mas a sociedade como um todo implementar e melhor esse exercício, percebendo-se quando se fala em participação democrática o papel do povo brasileiro se resume meramente ao ato de votação, esquecendo nos anos seguintes das eleições em quem se votou, sendo assim inviabiliza uma fiscalização efetiva dos gestores e parlamentares. Outra divergência da democracia é as formas de protestos empregadas pela sociedade, desapropriadas e no fim se tornando contraditórias.

Palavras-Chave: Democracia, crise de representatividade, voto obrigatório.

AMICUS CURIAE: POSSIBILIDADE NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E FORA DELE

Autor(es):

Amanda Oliveira da Câmara Moreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Assis Rogério Maia Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Inicialmente, importante ressaltar que o Amicus curiae (amigo da corte) é instituto que dissemina o ideal da sociedade aberta dos interpretes. Sua participação tem o condão de prestar informações ao juízo, que venham a esclarecer fatos que sejam incontroversos na ação e que possam influir no julgamento. Visa claramente subsidiar o órgão julgador com informes variados que poderiam ser omitidos pelos contendores do feito. Conforme se manifestou o STF, esta figura não é parte processual. A título de exemplo de efetivação desse instituto na Corte Maior, é válido citar o julgamento que terminou por permitir a interrupção da gravidez quando o feto for anencéfalo, momento em que os Ministros necessitaram desta ferramenta para julgar de forma escorreita. Entretanto, engana-se quem pensa que o Amicus curiae é exclusivo de ações no STF e que se trata de uma modalidade de intervenção de terceiros. Conforme aduz o art. 7º, caput e art. 18 da Lei 9.868/99, é incabível a intervenção de terceiros em ADC e ADI, porém o § 2º traz uma ressalva, qual seja, a possibilidade de se pedir a manifestação de outros órgãos. Logo, a previsão legal, para a figura do amigo da corte, encontra-se no dispositivo supracitado. Analogamente o instituto poderá ser utilizado na ADPF e na ADO, por força do art. 12-E, da Lei 9.868/99. Existindo outras hipóteses de cabimento, como nos casos de interesse da CVM, em processos judiciais que se discuta o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, no Controle Difuso de Constitucionalidade, e no âmbito dos JESP Federais, assim como no STJ, no caso da alienação fiduciária. E ainda há quem defenda, minoritariamente, o cabimento do Amicus curiae nas ações coletivas.

(Metodologia) Método indutivo, passando da análise do Amicus curiae no Controle de Constitucionalidade, para, posteriormente, analisarmos como este se adequa a causas não relacionadas ao Processo Constitucional. Utilizando-se nesse método, pesquisa bibliográfica, jurisprudencial e legal.

(Resultados) Procurando demonstrar a diferenciação entre a figura do Amicus curiae da intervenção de terceiros, temos que este consiste na entrada de um terceiro no processo, agindo como interessado e parte processual, não podendo entrar quem não detém interesse, ou que não possa ser afetado com a decisão final. Somente em um dos casos de intervenção de terceiros é que não haverá a figuração de determinado indivíduo como parte, como vislumbramos na assistência. Contudo esta modalidade não poderá ser confundida com a figura do amigo da corte, pois o primeiro tem interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, podendo, inclusive ser afetada pelo resultado do processo. Tal caso não ocorrerá com o Amicus curiae, pois ele apenas auxiliará para que sejam esclarecidos fatos relevantes. Não caberá intervenção de terceiros em sede de controle de constitucionalidade, por expressa vedação legal, salvo a hipótese do "amigo da corte", não obstante o disposto no art. 131, §3º, do RISTF. O que se trata além dessa diferenciação, é a presença do Amicus curiae além das causas de competência originária do STF, exemplo visto no art. 482, § 3º, CPC, que admite esta figura em sede de controle difuso e nos casos da CVM.

(Conclusão) Portanto, face aos róis trazidos nas Leis 6.385/76, 12.529/11, 12.529/11, 5.869/73 e 10.259/01, no Controle de Constitucionalidade e da participação destes em ação coletiva, tem-se que existe uma abrangência desse tipo de auxílio em diversas ações e em casos específicos determinados pelo legislador. Não podendo, ainda, ser confundido como intervenção de terceiros, pois, por força legal, não poderia existir tal atuação em sede de Controle Concentrado de Constitucionalidade. Logo, não é o Amicus curiae exclusivo do Controle Concentrado de Constitucionalidade, sendo possível a abrangência para outros processos.

Plavras-Chave: Amicus curiae; STF; controle de constitucionalidade

ANÁLISE CIENCIOMÉTRICA DO DIREITO – O DIREITO E A CIÊNCIA NO BRASIL.

Autor(es):

Gustavo André Fernandes Silveira : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Cláudia da Costa Aguiar: Docente do UNI-RN

(Introdução) A publicação científica é um instrumento essencial para o desenvolvimento e evolução da ciência. Neste sentido, as intensas pesquisas nas diversas áreas científicas resultam na publicidade de novos conhecimentos. (QUEIROZ & NORONHA, 2004). A análise quantitativa das produções científica direcionam para um melhor entendimento e compreensão da amplitude das atividades de pesquisa desenvolvidas nas diferentes áreas do conhecimento, de diversos países, instituições e pesquisadores (NORONHA et al., 2000). Destarte, as técnicas cienciométricas, advindas das análises quantitativas dos conhecimentos científicos publicados, são importantes para, entre outras atividades, identificar as tendências e o desenvolvimento do conhecimento (SPINAK, 1998). O direito se encontra em um amplo campo de conhecimento que vem sistematicamente sofrendo modificações e interpretações, motivo pelo qual dificulta um arbitramento científico adequado para o segmento. (MARQUES NETTO, 1982). Assim, objetivamos analisar cienciométricamente as publicações sobre a temática “Direito” a fim de perceber tendências e compreender o impacto deste tema no contexto científico.

(Metodologia) Através da ferramenta de busca científica “WEB OF SCIENCE”(portal.isiknowledge.com), que compila todas as publicações em anais científicos desde 1945, filtramos informações quantitativas através de três pesquisas, com as seguintes palavras-chaves: “Direito”, “Direito+Lei”, “Direito+Ciência”. Vale salientar que as pesquisas foram restritas somente a língua portuguesa e publicadas no Brasil.

(Resultados) As três pesquisas indicaram que somente a partir do ano de 2002 publicações com a temática Direito começaram a ser publicadas em periódicos científicos no Brasil, sendo n=60 para a pesquisa com a palavra “Direito”, n=1 para a combinação “Direito+Lei” e n=1 para “Direito+Ciência”. Até outubro de 2014 foram publicados 2.108 artigos que incluíram a palavra-chave “Direito”. Para a combinação “Direito+Lei” foram publicados 41 artigos e para combinação “Direito+Ciência” foram publicados 28 artigos. Desde 2002 o número de publicações está crescendo exponencialmente, sendo publicados mais de 260 artigos com a palavra-chave “Direito” em 2013. Entretanto, em 2014, faltando somente dois meses para o término do ano, não foram publicados nem 30% do total publicado em 2013.

(Conclusão) Anualmente no Brasil são publicados mais de 30.000 artigos nos mais diversos periódicos nacionais e internacionais, deste total apenas 5% estão dentro da temática de Ciências Sociais Aplicadas (PACKER, 2011). Dentro deste universo das ciências sociais aplicadas as publicações do tema “Direito” representam somente 17,3% deste total e do universo total de publicações brasileiras, representa 0,86%. Modestamente o Direito se apresenta como objeto de estudos científicos, reduzindo-se a pouquíssimas publicações que almejam a discutir o seu corpo normativo de lei e liga-lo à ciência. Neste sentido, percebemos que a publicações e discussões científicas do Direito estão muito mais relacionadas à integração deste conhecimento as diversas outras áreas. A abrangência do Direito permite um amplo diálogo com as diversas áreas de conhecimento, sendo ferramenta fundamental de auxílio para compreensão social, que objetiva em acompanhar os avanços científicos da sociedade Brasileira, almejando padronizar os anseios destes membros participantes da sociedade. Assim, percebemos a dificuldade de aceitação científica do Direito, sendo este muito mais relacionado a discussões de doutrina dentro do seu próprio corpo normativo. REFERÊNCIAS MARQUES NETTO, Agostinho Ramalho. A ciência do Direito: conceito, objeto, método. Rio de Janeiro : Forense, 1982. NORONHA, D.P. et al. Produção científica: análise cienciométrica das comunicações apresentadas nos SNUBs 1978-1998. In: XI Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 2000, Florianópolis, SC. Anais... Florianópolis: UFSC-BU, 2000. p. 1-12. PACKER, Abel L.. Os periódicos brasileiros e a comunicação da pesquisa nacional. Rev. USP [online]. 2011, n.89 [citado 2014-10-23], pp. 26-61 QUEIROZ, F. M.; NORONHA, D.P. Temática das dissertações e teses em ciência da informação no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP, Brasília, Ciência da Informação, v. 33, n. 2, p. 132-142, maio/ago. 2004. SPINAK, E. Indicadores cienciométricos, Brasília, Ciência da Informação, v. 27, n.2, p. 141-148, maio/ago 1998.

Palavras-Chave: Cienciométrica, Ciência, Direito

ANÁLISE DA DECISÃO DO TST EM DESFAVOR DO MOTORISTA QUE TRABALHOU NOS FERIADOS DE CORPUS CHRISTIS E CARNAVAL

Autor(es):

Samantha Rique Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Maria Rayanne Barbosa de Sousa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Lara Fernandes de Queiroz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) Diante da problemática surgida com uma decisão do TST, no dia 29 de setembro de 2014, na qual negou o pagamento em dobro para o motorista que trabalhou nos feriados de Corpus Christis e Carnaval, sem ter obtido a concessão de outros dias de folga. Este é um direito costumeiro, portanto, é uma fonte formal autônoma do Direito do Trabalho que deve ser reconhecido como “válida, diante da sua prática reitera, uniforme e geral”. Previsto na Lei 605/49, artigo 9º, que regulamenta as atividades que não for possível, por exigências técnicas das empresas, a suspensão do trabalho, nos dias de feriados civis e religiosos, a remuneração será paga em dobro. Desta forma, objetivamos em mostrar a interpretação errônea dado pelo TST, e a problemática de sua validade.

(Metodologia) Esta pesquisa utilizará o método dedutivo, partindo de jurisprudência e leis que se complementam, com o intuito de esclarecer as normas trabalhistas em prol do empregador. No que tange ao método de procedimento, será empregado o estudo de caso e cumulativamente o método documental buscando jurisprudências dos nossos tribunais, além de promover uma maior compreensão social e atenuando a tão corriqueira má interpretação do texto legal. Além disso, a análise em questão ancora-se em um referencial teórico, em função do qual se poderá estabelecer uma relação mais apropriada com a realidade.

(Resultados) A partir de um embasamento teórico fundamentado pela Lei 605/49 conjuntamente com a súmula do TST nº146 e a súmula do STF nº461, doutrinas, jurisprudências e de uma análise sociológica, certifica-se que a aprovação do pagamento em dobro em feriados, que para a corrente contrária está em desacordo com o rol de feriados incorporados pelo uso e costume de toda a nação, pois por se tratar de feriado religioso deve estar expresso na lei municipal, como não se encontra não será a empresa obrigada a pagar.

(Conclusão) Em respeito ao Princípio dos Usos e Costumes, um dos princípios basilares do direito do trabalho, primamos pela concessão de pagamento do salário em dobro para o empregador que trabalha em dias de feriados e domingos. Tendo em vista que seria uma medida justa para o motorista, devido ser algo enraizado na cultura de do o Brasil. Além disso, é importante ressaltar que a classe dos motoristas não seria a única beneficiada, pois a sociedade também só terá benefícios, já que todos os trabalhadores que exerceram ou exercerão funções durante os feriados do Carnaval e Corpus Christi terão os mesmos direitos de acordo com o Princípio da Isonomia e o da Proporcionalidade/Razoabilidade.

Palavras-Chave: feriado, salário em dobro, direitos dos trabalhadores

**ANÁLISE DA INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI DE COTAS RACIAL PARA CONCURSOS PÚBLICOS
ABORDADA SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE MATERIAL**

Autor(es):

Claudia Henriette Medeiros de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Ariza Menezes Soares Prado: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Débora Fagundes Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com o suposto objetivo de compensar os efeitos da escravidão no Brasil, o Governo Federal propôs ao Congresso Nacional, o Projeto de Lei 6738/13, que culminou na Lei 12.990/14. Esta Lei reserva aos negros 20% das vagas dos concursos públicos para provimento de cargos efetivos na administração federal direta e indireta. Diante disso surgem dúvidas acerca da constitucionalidade da norma, pois é, no mínimo, contraditório, já que pretende combater efeitos da discriminação com nova discriminação. Portanto, além de considerar vagas as justificativas ditas “históricas”, para a aprovação do projeto é necessário analisá-lo sob a luz do princípio da igualdade, já que o critério utilizado é racial e não social, o que afronta a real efetivação da igualdade material já que existe um contingente considerável de brasileiros brancos excluídos pela pobreza e de negros já socialmente incluídos que não necessitam de quotas, basta imaginarmos o exemplo hipotético de ingresso na carreira pública através das quotas por eventuais filhos do Ministro Joaquim Barbosa, o que resultaria em flagrante inconstitucionalidade.

(Metodologia) Com o intuito de atingir os objetivos deste projeto, realizou-se uma pesquisa de caráter exploratório, com ênfase em posições doutrinárias sobre o princípio da igualdade. Analisada as diversas posições doutrinárias em relação ao princípio da igualdade, como justificativa para essa ação afirmativa, entendeu-se fazer pertinente um enfrentamento teórico para a formulação da base necessária na comprovação da nossa tese, e assim, utilizou-se os métodos de abordagem dialético e hipotético-dedutivo.

(Resultados) Constatou-se existir divergências acerca do tema. Em relação às ações afirmativas, Tavares (2014) diz que tal ação não se trata de mera ação compensatória por perdas passadas, mas de concessão de preferências fomentando oportunidades reais para alguns grupos sociais. Além disso, segundo Aristóteles (2000), o princípio da igualdade diz, tratar com desigualdade pessoas iguais seria desigualdade flagrante e não igualdade real. Para Moraes(2013), torna-se mister a vedação da criação de normas com tratamento abusivamente diferenciado a pessoas que se encontram na mesma situação. Não obstante, doutrinariamente, a corrente majoritária defende a constitucionalidade da lei de cotas racial fundamentada nos motivos ditos “históricos” e na necessidade de se compensar possíveis discriminações passadas; enquanto, a corrente minoritária, cujo pensamento coaduna com nossas conclusões, afirma a inconstitucionalidade da referida lei baseada nos conceitos jurídicos centrados no princípio da igualdade material e eficiência.

(Conclusão) A lei 12.990/14, confrontada com o princípio da igualdade material, incorre em flagrante retrocesso inconstitucional, pois o produzido com sua vigência é a formação de critérios diferentes de admissão no serviço público para pessoas igualmente aptos às exigências de um edital, quando utiliza apenas o critério racial como fator determinante para este ingresso. Sabendo-se que o Brasil tem a característica da miscigenação racial, é inapropriado utilizar um fator biológico como meio de ingresso no serviço público. Se o argumento utilizado para justificar a criação desta lei de cotas for à quantidade de negros “possivelmente” hipossuficientes em relação aos brancos, não existiria justiça para com estes que, provavelmente, também se encontram na mesma situação desfavorável, do grupo beneficiado pelo critério racial, tendo iguais condições econômicas e mesmas dificuldades para alcançar a estabilidade do cargo público efetivo. Trata-se de tratar os iguais de forma diferente, desequilibrando a balança em favor de um grupo que através de outras ações afirmativas alcançou a igualdade com os demais grupos, não necessitando de benefícios de uma lei claramente inconstitucional.

Palavras-Chave: Cota Racial. Ação Afirmativa. Princípio da igualdade. Inconstitucionalidade.

ANÁLISE DA LEI 12.663/12 E SUAS AFRONTAS DIRETAS A DISPOSITIVOS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Autor(es):

Raphael Targino Dias Gois: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Breno Sales Brasil: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
José Reinaldo Coelho Peixoto Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Lorena Nicolau Gurgel: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Rinaldo Santos Feijó de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) O fio condutor deste trabalho é a interpretação da Lei da Copa, ou Lei 12.663/12, bem como sua afronta aos preceitos constitucionais e à legislação infraconstitucional, a exemplo do Código de Defesa do Consumidor, Estatuto do Torcedor, Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Lei de Propriedade Industrial. Desse modo, fazendo uma análise crítica e mostrando detalhadamente que a Lei 12.663/12 não merecia ter prosperado, por ser uma legislação temporária que visava abranger o período de competições entre o início da Copa das Confederações e fim da Copa do Mundo, assim como por ter sido feita claramente para o benefício exclusivo de uma entidade particular estrangeira, ao passo que deixou os brasileiros desamparados de seus direitos e garantias fundamentais. Diante de tal fato, foi feito o estudo descritivo teórico sobre o ferimento ou não de tal Lei Geral da Copa ao Estatuto do Torcedor, ao Código do Consumidor e à Soberania Nacional. O presente trabalho aborda as restrições impostas em relação à área, marcas e vias de acesso, assim como as violações ao direito do consumidor, acesso à justiça e a responsabilidade do Estado de danos decorridos em função do evento. Tais temáticas são essenciais para analisar e compreender a matéria, juntamente com a pesquisa da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4976, na qual se debate acerca da inconstitucionalidade de alguns dos temas abordados neste artigo. Por fim, entende-se que o debate sobre esse tema, dar-se-á por completo, quando elucidada as questões teóricas básicas que fundamentam as eventuais inconstitucionalidades contidas na Lei, mostrando suas supostas falhas, de forma que as freqüentes dúvidas e questionamentos entendidos comuns àqueles que apenas copiam informações sem compreendê-las, possam tomar um entendimento mais firme acerca do assunto.

(Metodologia) Este trabalho baseia-se num resultado de uma pesquisa, de cunho teórico, na doutrina especializada associada ao direito constitucional, consumerista e cível, estabelecendo uma abordagem comparativa da noção.

(Resultados) Constitui-se como objetivo deste trabalho ressaltar as afrontas diretas da Lei 12.663/12 à Constituição Federal, Código de Defesa do Consumidor e Estatuto do Torcedor.

(Conclusão) Com base nisso, conclui-se que a União ultrapassou todos os limites constitucionais ao assinar o documento denominado "Hosting and Bidding Agreement", o qual levou a República Federativa do Brasil a criar a Lei 12.663/12. Com os resultados dessa pesquisa, foi possível observar a afronta que a Lei representou à Carga Magna brasileira e, com efeito, à população brasileira, em benefício a uma entidade privada estrangeira.

Palavras-Chave: Copa do Mundo. FIFA. Inconstitucionalidade

ANÁLISE DISCRIMINATÓRIA DE GÊNERO COM BASE NA LEI 11.340

Autor(es):

Talita Gancedo Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Wesley Tiago Antunes de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Elise dos Santos Moura: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Lei 11.340 recebeu o nome de Lei Maria da Penha foi sancionada no dia 07 de agosto de 2006 em razão do caso da cearense que foi violentada por seu marido que a espancava incontestavelmente, ocasionando problemas físicos e psicológicos irreparáveis. Contudo, visando a lei somente a proteção exclusiva da mulher, houve uma certa desiquiparação nas relações de gênero, ofendendo o princípio da isonomia. Essa situação, contudo, suscitou bastante discussão, porquanto muitos vislumbraram inconstitucionalidade na lei por violação ao princípio da isonomia, haja vista, dentre outros fatores, que o art. 5º, inc. I, da Constituição Federal prevê a igualdade, em direitos e obrigações, entre homens e mulheres. Mais adiante, aborda a possibilidade de análise da aplicação da referida lei em questões relacionadas às vítimas de violência doméstica e familiar dentro das relações homo afetivas, tudo baseado pela doutrina e jurisprudência.

(Metodologia) Objetiva este artigo analisar aplicabilidade da Lei Maria da Penha específica para o homem.

(Resultados) Embora seja incomum a aplicabilidade da lei 11.340 em favor ao homem, houveram casos por parte da doutrina e jurisprudência beneficiando na justificativa de que este também pode ser integrante no contexto familiar por violência doméstica, baseando tais argumentos conforme princípio da isonomia expressa na Constituição Federal.

(Conclusão) O escopo do presente artigo de conclusão de curso foi de apresentar a discriminação quanto ao gênero masculino com relação as medidas protetivas da Lei nº 11.340/2006, analisando o princípio da isonomia expresso no art. 5º da Constituição Federal. A Lei 11.340 através do seu art.7º estipula um rol, sendo este não taxativo, com relação aos tipos de violência domésticas e familiar dando importância de que, a família como um todo merece proteção especial. Enquanto no âmbito das relações homossexuais são consideradas como entidade familiar e estão sujeitos a aplicação da lei 11.340 de 2006. O tema central da pesquisa foi baseado em jurisprudências, embora existam divergências, há decisões favoráveis à aplicação analógica da Lei Maria da Penha aos homens, quando agredidos no meio familiar, seja física ou psicologicamente, dando também possibilidade de ser estendida a aplicação para todos os entes familiares. Nesse contexto, é plenamente possível um amparo legal específico para o homem quando a mulher muitas das vezes se aproveita dessa ausência de lei específica para agredi-lo no âmbito familiar. Ademais, o homem deve ser tratado de maneira igual a mulher, reforçando o princípio da igualdade, previsto no art. 5º, I da CF/88. Por fim, a aplicação por analogia da Lei nº 11.340/2006 é possível na defesa do gênero masculino, uma vez que tanto a doutrina como jurisprudência vêm entendendo ser cabível o texto legal a toda a unidade doméstica, estando o homem, dessa forma, também sob o âmbito de sua proteção, pois, quando este se encontrar em situação de vulnerável, será considerado o princípio da proporcionalidade.

Palavras-Chave: Lei Maria da Penha. Violência doméstica e familiar. Princípio da Igualdade. Discriminação de Gênero.

ANÁLISE DO PROGRAMA BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO CIENTÍFICA INTERNACIONAL

Autor(es):

Delkismeika Alves Cavalcante: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Larissa Vasconcelos Parente: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Mariana Oliveira Ferrolho de Carvalho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) A produção intelectual contemporânea tem suplantado meios institucionais para estabelecer a abordagem da aplicação do direito ante à sociedade, principalmente no que concerne às fronteiras intelectuais. O Ciência sem Fronteiras é um projeto de internacionalização da educação criado através do Decreto nº 7.642/2011, vem objetivando propiciar a formação de recursos humanos, promovendo a internacionalização da ciência e da tecnologia nacional, através do intercâmbio acadêmico. De acordo com o Princípio da Cooperação Internacional os Estados devem agir em conjunto, colaborando para a busca de objetivos comuns. Tem-se como objetivo analisar o projeto Ciências Sem Fronteiras sob a ótica do princípio da cooperação científica internacional.

(Metodologia) Realizou-se uma pesquisa de natureza exploratória, qualitativa e descritiva a partir de entrevistas a estudantes intercambistas participantes de Programas de Cooperação Científica e de coleta de dados do site institucional do próprio Programa Ciências Sem Fronteiras. Como caminho de interpretação utilizou-se o método dialético e analisou-se o Programa à luz do direito internacional e elaborou-se um documentário sobre ele.

(Resultados) Ciência sem Fronteiras é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. O programa visa promover a cooperação técnico-científica entre pesquisadores brasileiros e pesquisadores de reconhecida liderança científica residentes no exterior por meio de projetos de cooperação bilateral e programas para fixação no País, na condição de pesquisadores visitantes ou em caráter permanente; contribuir para o processo de internacionalização das instituições de ensino superior e dos centros de pesquisa brasileiros. Para atender aos objetivos do Programa Ciência sem Fronteiras, a CAPES e o CNPq propõe-se a conceder bolsas de estudos em instituições de excelência no exterior para estudantes de graduação e pós graduação. Este projeto ganhou espaço no âmbito internacional e hoje se apresenta como prioritário no campo da cooperação científica. O projeto prevê a utilização de até 101 mil bolsas em quatro anos e já foram implementadas 70.188 bolsas. Todos os bolsistas são selecionados pelo mérito acadêmico, dessa forma, o bom desempenho do estudante durante o curso tem sido estimulado, além do desenvolvimento da fluência em uma segunda língua, já que este é um dos requisitos para participação no programa.

(Conclusão) A exposição de jovens a um universo mais cosmopolita pelos Programas de cooperação acadêmica são de valor indisputável e estabelecem relações institucionais e pessoais que, repercutem positivamente nos programas de graduação e pós-graduação brasileiros e que contribuem na formação de pessoal qualificado e de núcleos de pesquisa de excelência, bem como, possibilitam e desenvolvem a cooperação internacional, promovendo a globalização do conhecimento e a igualdade dos povos.

Palavras-Chave: Princípio da Cooperação Internacional; cooperação científica internacional; Programa Ciência Sem Fronteiras.

ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DA AUTOTUTELA NO BRASIL: O CASO DOS “JUSTICEIROS”

Autor(es):

Tassius Marcius Tsangaropulos Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Rodrigo Cabral de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Thiago Reis e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) Tem crescido vertiginosamente e se tornado habitual nos noticiários a ocorrência do que se denominou autotutela, ou à cunho popular a “justiça com as próprias mãos”. Sendo assim, o presente trabalho parte de uma alusão histórica para buscar compreender, apesar da evolução legislativa e do pensamento humano, o porquê de não se abandonar práticas retrógradas e inconsonantes com o nosso ordenamento jurídico e com o poder que atribuímos ao Estado, para satisfazer com as próprias mãos os impulsos de suas paixões, o que outrora se confia ao Judiciário, e conseqüentemente, afrontar o repúdio socialmente construído pelo senso comum aos Direitos Humanos. Buscar-se-á aqui explicitar a problemática de forma a compreendê-la em sua íntima ligação à descrença cada vez maior no Poder Judiciário e o sentimento de incerteza da punibilidade, bem como à afronta a um Direito secularmente construído e a seus princípios basilares, tais quais o da dignidade da pessoa humana, da presunção de inocência, da ampla defesa, da proibição do retrocesso social e a direitos tidos inalienáveis, como os direitos humanos, assim como à inspiração de princípios constitucionais outros, assegurados pela Carta Magna, que deverão ser analisados pormenorizadamente. Visa-se debater em que aspectos o biopoder, e o tanatopoder proposto por Foucault pode se relacionar às atuais e crescentes ocasiões de autotutela e o suposto poder sobre a vida, e o poder de punir outrem por próprio punho, à luz dos conceitos de poder estudados por Michel Foucault.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Utilização do método dialógico, havendo também a realização de pesquisas bibliográficas.

(Resultados) (RESULTADOS) Partindo da premissa de que se o ceifamento da vida para os seres humanos é tida como uma injustiça, o que nos leva a aceitar que se for o de um criminoso é a mais plena satisfação da Justiça? Percebe-se que hoje a morte é aceita e banalizada pela máxima de que “bandido bom é bandido morto”, e na instituição dessa como justificativa, acreditando ser a plena satisfação da justiça, quando na realidade esta “justiça” é realizada por populares enfurecidos e frustrados, daqueles que não são submetidos ao devido processo legal, mas também tão somente às vítimas de espancamento, e na instituição dessa como justificativa. Trata-se, na realidade, de um caminho que a sociedade percorre em determinar aqueles que merecem viver e os que não merecem por sua aparente inutilidade no sistema capitalista produtivo. O que é posto em debate é o fato de não submeter, ao poder que se atribui ao Judiciário, aquele que pratica crime para que a ele sejam imputadas as penalidades cabíveis. É uma vertente para qual a sociedade caminha, transformando todos os dias as subjetividades particulares em grandes estatísticas.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) O presente trabalho não se trata de um discurso em defesa da criminalidade, sob nenhuma hipótese, evidentemente, mas uma defesa à certeza de punibilidade diante de institutos processuais céleres e eficientes.

Palavras-Chave: Autotutela; Sociologia Jurídica; Justiceiros

ANALOGIA E DIREITO

Autor(es):

Priscila Freire da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

José Eduardo de Almeida Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Muito se discute sobre a construção de argumentos com base na analogia, porém, principalmente no âmbito jurídico, faz-se necessária uma discussão mais aprofundada sobre essa temática tendo em vista a amplitude dos usos desse tipo de argumento na fundamentação de decisões jurídicas. Diante dessa importância, vale destacar que autores como Copy, Salmon, Walton, que discutem a forma do argumento por analogia, apresentam critérios de avaliação para ponderar como, ao compararmos objetos de espécies diferentes, porém com aspectos semelhantes, essa similaridade repercutirá na força da indução que sustenta a conclusão apresentada. Particularmente, Walton, em *Argument from analogy in legal rhetoric*, ao analisar a argumentação jurídica na utilização de precedente — caso anterior serve como referencial analógico para o caso presente —, verifica que na apresentação do raciocínio analógico devem ser observadas, estritamente, as similaridades entre as situações jurídicas em tela. O recurso de expressão de similaridade que foi analisado nesse artigo, utiliza uma história ou narrativa, modelada na ideia de script, como usado em inteligência artificial. Esta relata casos familiares direcionados a um determinado público alvo, por exemplo, o tribunal do júri. A ideia trazida pelo autor, vai além do mencionado por Copi e Salmo, ou seja, na argumentação por analogia adota-se — mesmo no contexto da analogia envolvendo fatos ou objetos presentes no cotidiano da sociedade — a estrutura de premissa (caso fonte, com seus aspectos e quantitativos de similaridades, relevâncias e dessemelhanças) e conclusão (caso alvo). O impacto persuasivo da argumentação que repercutirá no entendimento e aceitação do público, no caso o júri, deve ser avaliado sob a ótica dos scripts. Estes devem ser de fácil compreensão em virtude do nosso conhecimento comum sobre a forma como as coisas normalmente acontecem em vários tipos de situações cotidianas.

(Metodologia) No tocante a metodologia, para tanto fora desenvolvida pesquisa bibliográfica baseada na análise documental: artigos científicos, inclusive publicados em outros idiomas (inglês, espanhol). Sendo estas publicações as que majoritariamente subsidiaram a discussão da temática.

(Resultados) Dessa forma, o problema da pesquisa aponta as divergências no entendimento teórico acerca da utilização da analogia para a construção dos argumentos na retórica jurídica. As divergências conceituais, enfatizando a teoria desenvolvida por Walton e como a analogia é uma facilitadora na exemplificação de questões técnicas e na aceitação de uma determinada tese jurídica aparecem no confronto das diversas teorias da argumentação por analogia. A relevância social e científica do estudo dá-se na descoberta da desconstrução errônea presente nos textos de operadores do direito que parecem, até, desconhecer o conceito de analogia. Pelo uso frequente, entende-se quão valioso esse instrumento é, para os operadores de direito. Por fim, o principal resultado até agora obtido, aponta para a importância da desmistificação conceitual a respeito da analogia, e sua importância para o operador do direito, principalmente na abordagem de questões técnicas presentes nos argumentos.

(Conclusão) Conclui-se que o presente trabalho evidencia a importância do estudo conceitual a respeito da analogia e suas implicações para o âmbito jurídico e seus operadores, já que essa é uma ferramenta que principalmente nos tribunais do júri pode elucidar a este corpo julgador questões complexas e fortalecer a tese defendida pelo operador que faz uso da analogia baseada teoria de Walton.

Palavras-Chave: analogia; direito e scripts.

ANALOGIA NO DIREITO: UM ESTUDO DE CASO

Autor(es):

Laiana Heulália de Souza Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

José Eduardo de Almeida Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Quando, no direito, apresentamos um argumento buscando defender, esclarecer ou evidenciar fatos, lançamos mão de diversos tipos de raciocínios, na expectativa de tornar mais fácil o entendimento do leitor e, assim sendo, comprovar nosso ponto de vista. Com frequência observamos o uso do raciocínio por analogia (ou pelo menos a menção da sua utilização no texto), que para Copi seria aquele argumento que busca retirar de experiências passadas o discernimento sobre a possibilidade ou não do acontecimento de fatos, partindo, necessariamente, da comparação entre dois ou mais casos em que as suas similaridades permitem uma determinada conclusão factual. Ao contrário do método dedutivo, o raciocínio por analogia não é “matematicamente seguro”, levando apenas à ideia de que se A possui características x, y, z e B também, sendo tais características relevantes para a conclusão de que A e B são semelhantes, conforme nos explica Walton, se aplicam a ambos os mesmos predicados. O presente trabalho faz parte de um estudo mais amplo que tem como objetivo entender de que forma vem sendo feito o uso da analogia permitida para preencher as lacunas legais e evidenciar argumentos nos tribunais de justiça. Analisamos, então, um acórdão do TJRN sobre pedido de Mandado de Segurança contra ato praticado pelo Presidente do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (PCS-MPRN).

(Metodologia) A metodologia utilizada para tanto, se baseia no estudo de caso configurado pela análise exaustiva do acórdão, fazendo uso de uma base documental-bibliográfica para o embasamento teórico.

(Resultados) Observamos que a analogia é referida na ementa do acórdão, mas não aparece explicitamente no restante do documento, mesmo após a expressão “em casos semelhantes ao analisado”, e é somente encontrada de forma implícita. O objetivo do relator é mostrar, supostamente por aplicação analógica da súmula 177, que o mandado de segurança não pode ser julgado pelo TJRN. Porém, o que o relator faz é afirmar que o PCS-MPRN, por ser também Procurador-Geral de Justiça, supondo que se trata de cargo análogo ao do Advogado Geral da União, recebe por força da Lei nº 8.682/93, o mesmo tratamento dispensado aos Ministros de Estado, sendo assim, segundo a súmula em questão, o TJRN seria incompetente para julgar o mandado de segurança impetrado.

(Conclusão) Concluimos, por meio dessa análise, que o uso da analogia é feito de maneira subliminar, obrigando o leitor a descobrir onde se encontra o raciocínio e em que se baseia. Além disto, houve um verdadeiro equívoco na aplicação da analogia, pois as características semelhantes dos cargos de Procurador da Justiça e Advogado Geral da União não são destacadas, e de fato, em nada se assemelham, tornando impossível concluir que o primeiro é análogo ao segundo e, assim sendo, que teria todas as prerrogativas de Ministro de Estado justificando a incompetência do TJRN para o julgamento do mandado de segurança. Em suma, o TJRN não se considera competente para julgar o mandado de segurança em questão posto que, embora o Procurador Geral da Justiça seja assemelhado (a nosso ver, erroneamente) a Ministro de Estado, o ato fora praticado por órgão colegiado e não pela pessoa do seu presidente, conforme prevê a súmula 177.

Palavras-Chave: Analogia, Procurador Geral da Justiça, Advogado Geral da União, Ministro de Estado.

APLICABILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES ENTRE PARTICULARES QUE ENVOLVEM DESPROPORCIONALIDADE

Autor(es):

Hortência de Lima Pereira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Tito Luiz Torres da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) É pacífica pela doutrina jurídica a existência da eficácia horizontal dos Direitos Fundamentais, visto a incidência desses direitos em todas relações, sejam elas Estado-Cidadão ou Cidadão-Cidadão. Mas, especificamente, em algumas relações entre particulares a eficácia estaria simetricamente horizontal? Ao iniciar o estudo dos Direitos Fundamentais, é notado que tais direitos são instrumentos de proteção do cidadão em face à figura do Estado, traduzindo desse modo, uma relação vista pela perspectiva vertical. Entretanto, tal concepção já foi alterada desde meados do século XX, a Corte Constitucional alemã foi pioneira para os estudos da eficácia dos direitos fundamentais na esfera das relações privadas. E mais recentemente são perceptíveis os avanços de uma nova perspectiva da eficácia de tais direitos em nosso ordenamento jurídico, que busca justamente tratar de relações entre particulares que envolvam, por si só, desequilíbrio ou desproporcionalidade.

(Metodologia) O método adotado no trabalho é o de abordagem dedutiva, partindo do objeto geral para o mais específico. E como orientação de pesquisa, a análise do avanço das teorias que tratam sobre a eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares que há desequilíbrio axiomático, principalmente observando as divergências doutrinárias e apreciar a jurisprudência atual sobre o assunto, o que tornou pertinente a aplicação do método de abordagem dedutivo.

(Resultados) A doutrina majoritária sustenta a eficácia direta e imediata dos direitos fundamentais, seja nas relações verticalizadas entre os indivíduos e o Estado, seja nas relações horizontais entre os particulares. Com isso, a aplicação desses direitos não está condicionada à publicação de legislação infraconstitucional, devendo-se dar a máxima efetividade às normas constitucionais. O pesquisador chileno Sergio Gamonal vem sendo citado pela jurisprudência em razão de seus estudos sobre o tema. Demonstrando, dessa forma, que a ideia de uma eficácia vista da perspectiva diagonal, que se empenha em defender a necessidade de proteger os particulares em patamares desproporcionais, está em evidência em nosso ordenamento. Alguns julgados do STF tratam sobre esses novos posicionamentos em relações trabalhistas, que evidentemente é possível vislumbrar a hipossuficiência do trabalhador em relação ao empregador. A exemplo do RR-TST de número 7894-78.2010.5.12.0014.

(Conclusão) Em virtude de tratar-se de uma novidade doutrinária, foi interessante a análise de casos práticos que se encaixam no instituto e suas consequências para o ordenamento jurídico, uma vez que, refere-se ao desenvolvimento social e proteção da dignidade da pessoa humana, esteja o indivíduo em qualquer lado ou patamar de uma relação jurídica. Em especial aos assuntos que versam sobre questões trabalhistas, a aplicação dos direitos fundamentais nas relações de trabalho impõe a construção de um novo marco paradigmático, centrado na constitucionalização. A vedação das dispensas arbitrárias, tanto individuais quanto coletivas, está prevista no inciso I do art. 7º da CF/88, que detém eficácia plena mesmo quando inexistente norma infraconstitucional, de modo que a exigência de observância dos direitos fundamentais nas relações entre particulares é plenamente sustentável pelo ordenamento brasileiro, que em nenhum momento restringiu sua aplicação apenas em face do Estado.

Palavras-Chave: Direitos fundamentais. Eficácia horizontal. Eficácia diagonal.

APOSENTADORIA DA MULHER RURAL NO BRASIL: ASPECTOS SOCIAIS DA APOSENTADORIA DA MULHER RURAL À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Autor(es):

Isadora Beatriz de Vasconcelos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Indyara Camilo dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A aposentadoria da mulher rural foi conquistada a partir da Constituição Federal de 1988, porém, ainda há muitos fatores de interferência, tanto na esfera social quanto no sistema previdenciário que dificultam para elas adquirirem esse direito. O presente trabalho busca investigar os problemas que as mulheres rurais têm para ter acesso ao direito de aposentadoria à luz da Constituição Federal e da perspectiva do gênero, este tão presente no ambiente rural. Diante dessas circunstâncias, é necessário o estudo que busque encontrar os principais obstáculos que dificultam as mulheres rurais de se aposentarem, buscando o porquê das mulheres rurais, apesar de possuírem direitos e garantias constitucionais regulamentados pela legislação brasileira atual, elas ainda encontram tantas dificuldades para conseguirem se aposentar.

(Metodologia) A pesquisa teve caráter qualitativo, quantitativo, teórico e exploratório, tendo como método de abordagem o dedutivo e como método de procedimento o estudo de um caso concreto à luz da Constituição Federal de 1988, legislação previdenciária, da jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça e estatísticas do Ministério da Previdência Social.

(Resultados) Através da jurisprudência do STJ (Supremo Tribunal de Justiça) observa-se que os problemas enfrentados pelas mulheres, para terem acesso ao direito de aposentadoria, já são reconhecidos e que a prática foge da realidade vivenciada por elas no meio rural. Os problemas de gênero, unidos com a falta de estrutura para a comprovação da atividade rural, agravam ainda mais a situação. De acordo com o Anuário Estatístico da Previdência Social de 2012, a quantidade de aposentadorias rurais concedidas por tempo de contribuição, mostra um desequilíbrio entre o ano de 2010 a 2012, foram concedidas no total para o sexo masculino 3.671, enquanto para o feminino foram 329 aposentadorias concedidas. Esses números comprovam as desigualdades do gênero no ambiente rural, que além de ter uma cultura toda baseada no patriarcalismo, acaba dificultando a autonomia das mulheres, ficando elas totalmente dependentes do chefe da família, desde a documentação até a divisão de trabalho.

(Conclusão) Diante dos problemas enfrentados pelas mulheres para alcançar o benefício da aposentadoria tanto no âmbito estrutural como no sociocultural para a eficácia plena de seus direitos, que foram alcançados já tardiamente. É notório que as leis que estão em vigor trazem a previsão dos direitos das mulheres rurais, mas não estão condizentes com a realidade vivida por elas. A falta da comprovação da atividade rural seria um dos maiores problemas para que elas possam se enquadrar nos requisitos que a lei traz, além do espaço rural ser caracterizado como machista, sobretudo, no que concerne ao labor, a mulher perde a sua autonomia, ficando submissa ao patriarca.

Palavras-Chave: Mulheres rurais. Aposentadoria. Trabalho Rural.

APOSENTADORIA DO SÍNDICO

Autor(es):

Fabiana de Lima Corrêa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Maria da Conceição Honório de Melo Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Todos (ou quase todos) os prédios e condomínios possuem um síndico. Trata-se de um morador escolhido por meio de uma votação para cuidar dos assuntos relacionados ao prédio ou condomínio. Esse morador também é responsável por garantir que as regras do condomínio estejam sendo devidamente cumpridas pelos moradores. Com base no Artigo 14 da Lei 8.212/91, o segurado facultativo é a pessoa natural que não trabalha e objetiva uma proteção previdenciária filiando-se ao RGPS mediante a inserção formalizada e o ulterior pagamento da contribuição previdenciária. Objetivando conferir a maior cobertura possível, especificamente em favor das pessoas que não estão exercendo atividade remunerada, é que o citado artigo no seu inciso elenca a figura do síndico do condomínio, quando não remunerado. A filiação do síndico pressupõe a inscrição e o pagamento da primeira contribuição previdenciária. A inscrição desse segurado ocorre antes da filiação, esta inscrição deve ser formalizada com a inclusão do cadastro de dados na previdência social. No caso, mesmo que não venha a perceber qualquer remuneração em pecúnia, a Previdência Social qualifica o síndico como um contribuinte individual, caso haja a isenção da taxa condominial. Ao permitir que o ocupante do cargo máximo de administração não custeie o rateio das despesas comuns, o condomínio estará, para o INSS, concedendo uma remuneração indireta, sendo, portanto, devido o pagamento da contribuição em face da verificação do seu fato gerador. Somente estará excluído desta obrigação previdenciária aquele que ocupa o cargo de síndico sem qualquer remuneração, benefício ou vantagem conferida pelo condomínio. A Previdência Social classifica o síndico como um contribuinte individual quando este é remunerado ou isento da taxa condominial. Nesses dois casos, ele deve contribuir. Entende-se que, mesmo se o síndico não for remunerado a isenção da taxa de condomínio é um tipo de pagamento e, por isso, os descontos devem ser calculados com base nesse valor. Vale lembrar que síndicos que não recebem qualquer pagamento ajudam de custo ou isenção não contribuem com o INSS.

(Metodologia) A metodologia desta pesquisa será a dialética, contextualizada através de pesquisas bibliográficas de caráter descritivo, cuja revisão literária se dará por pesquisas em livros, artigos, pesquisas científicas, doutrina e jurisprudência.

(Resultados) Conforme a Legislação Previdenciária que classifica o síndico como contribuinte individual, com isso determina o recolhimento de contribuição previdenciária, pois ele é considerado como segurado obrigatório da Previdência Social (Lei nº 8.212/91, artigo 12, inciso V, alínea f). De acordo com a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, artigo 4º, a responsabilidade pelo recolhimento da contribuição previdenciária passou a ser da fonte pagadora, ou seja, o que obriga o condomínio a descontar o correspondente a 11% (onze por cento) do total da remuneração paga ou creditada ao síndico, desde que a pessoa não tenha contribuído pelo teto em outras fontes pagadoras, conforme itens "5" a "5.2". Deve contribuir obrigatoriamente na qualidade de contribuinte individual o síndico ou administrador do condomínio, sendo remunerado ou isento do pagamento da taxa condominial.

(Conclusão) Se o síndico em questão não recebe pela função, mas é isento da taxa do condomínio, ele é obrigado a pagar o INSS. Em casos como esse, o próprio desconto da taxa condominial é considerado uma espécie de pagamento pelo trabalho do síndico. Sendo assim, ele deve contribuir com o INSS. Se o síndico receber ajuda de custo, deve recolher ao INSS sobre a mesma. A ajuda de custo é considerada um tipo de remuneração, exatamente como a isenção do valor cobrado pela taxa do condomínio. Nesses casos, o condomínio em questão recolhe um valor que equivale a 20% dos benefícios, à medida que o síndico contribui individualmente com uma alíquota mínima que equivale a 11%.

Palavras-Chave: síndico; aposentadoria;

AS LIMITAÇÕES POSITIVAS E NEGATIVAS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA DEMOCRACIA REPUBLICANA BRASILEIRA

Autor(es):

Vitor Lopes Varella: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Pedro Ruben Peres da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) O Cenário político social trazido pelas jornadas de junho, marco social considerado o mais expressivo depois do acontecimento das diretas já, remete à necessidade de se estudar e esclarecer algumas questões sobre a Liberdade de Expressão. O abuso do exercício do referido direito por parte de quem o detém, assim como o indevido cerceamento do exercício do mesmo direito na maioria das vezes por parte do Estado, mostra o quão é imperioso determinar os limites à liberdade de expressão, uma vez que nenhum direito fundamental é totalmente absoluto. Este cenário foi retratado pelas mídias brasileiras e mundiais.

(Metodologia) (METODOLOGIA) O trabalho teve como metodologia a pesquisa bibliográfica, com a consulta à doutrina do Direito Constitucional brasileiro. Além disso, foram feitas pesquisas jurisprudenciais nos tribunais pátrios para se conhecer posicionamentos do Supremo Tribunal Federal quanto ao assunto do trabalho. Ao presente estudo sobre a dimensão da liberdade de expressão foi aplicado o método analítico dedutivo.

(Resultados) (RESULTADOS) A Liberdade de Expressão é um direito fundamental ilustre para o homem, uma vez que esse protege a faculdade mais básica da democracia, que é a de manifestar o pensamento. Está prevista na Constituição Federal de 1988, mais precisamente em seu art. 5º, IV, que aduz ser “ livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”. O processo histórico de afirmação dos direitos fundamentais foi inscrito em importantes documentos, dos quais destacamos a Magna Carta (1215-1225), a Petition of Rights (1628), a Bill of Rights (1688), a Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia (1776), a Declaração Norte-Americana ou Constituição dos Estados Unidos da América (1787) e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789). Os limites são muito importantes dentro de uma sociedade, pois eles é que dão um equilíbrio nas ações do homem. A falta de limites ao cidadão dentro da sociedade gera abusos ou até mesmo violência na conduta deste cidadão. Verifica-se que a Liberdade de Expressão tem limitações positivas e limitações negativas. Os limites positivos à Liberdade de Expressão são aqueles que buscam coibir o abuso deste direito, buscam coibir o exercício indevido do direito aqui estudado. Estes limites impedem que o exercício da liberdade de expressão fira outro direito fundamental. Os limites negativos à liberdade de expressão são aqueles que cerceiam de forma indevida ou ilegal o direito à liberdade de expressão, ou seja, um limite negativo é qualquer ação que importe em cerceamento do direito à liberdade de expressão.

(Conclusão) (CONCLUSÕES) Percebe-se que, apesar de o direito à liberdade de expressão ser fundamental, este não é absoluto, uma vez que pode ser relativizado em situações de conflito com outros direitos ou com preceitos constitucionalmente previstos. Os limites à liberdade de expressão, quando positivos, se mostram verdadeiros protetores dos direitos das outras pessoas. É importante que o agente do Estado conheça o alcance da liberdade de expressão para que não venha cometer um cerceamento indevido. É necessário que o cidadão tenha o conhecimento da amplitude da liberdade de expressão. Ora, o cidadão que não conhece seus direitos nem mesmo os limites destes, certamente, irá abusar dele ou tê-lo cerceado sem saber, realmente, até onde pode manifestar seu pensamento, inconscientemente, sofrendo assim, as consequências. Não se pode deixar que o conhecimento de direitos tão importantes fiquem restritos a classe jurista, é necessário que esse conhecimento chegue a todas as classes sociais. Um cidadão por mais pobre ou ignorante que seja, tem direito a uma educação de qualidade, uma educação que o informe sobre seus direitos previstos na Constituição Federal, isso nada mais é do que a solidificação do direito à informação.

Palavras-Chave: Liberdade. Expressão. Limites.

**AS SIMULAÇÕES DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS E CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO
NO AMBIENTE ACADÊMICO: UMA ANÁLISE DA UNISIM - SIMULAÇÃO INTERMUNDI**

Autor(es):

Maria Clara Fernandes Araújo de Paiva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Augusto César Costa Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

João Victor Gomes Bezerra Alencar: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os Modelos das Nações Unidas (MUN's) são simulações do processo decisório e das regras de conduta de organismos e tribunais internacionais, principalmente, daqueles ligados ao sistema da Organização das Nações Unidas (ONU). Durante as simulações, os participantes assumem e desempenham o papel de diplomatas, discutindo assuntos relevantes da agenda internacional. Fundada em 2006, a UniSim Simulação Intermundi do UNI-RN, procura recriar o sistema da ONU, proporcionando aos seus participantes a oportunidade de conhecimento e domínio das normas que regem a Organização das Nações Unidas e suas respectivas especificidades. Tendo em sua VIII edição, no ano de 2014, discussões pautadas em casos de violações aos Direitos Humanos no continente americano, questões políticas nas fronteiras da América Latina, sistema carcerário no Brasil e Conflitos Étnicos e Terrorismo no Continente Africano.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, onde aplica-se o método hipotético-dedutivo de abordagem. Dessa forma, a fonte de pesquisa fundamenta-se em uma análise dialética entre as resoluções produzidas nos comitês simulados na edição de 2014, e a realidade geopolítica vivenciada na contemporaneidade, vislumbrando, assim, o alcance da contribuição para o desenvolvimento acadêmico dos discentes participantes.

(Resultados) Com o intuito de vivenciar de forma fidedigna o ambiente dos organismos nacionais e internacionais, a UniSim Simulação Intermundi do UNI-RN propicia aos discentes de diversas áreas de graduação uma oportunidade de exercer a representação política e diplomática, diante da conjuntura da legislação brasileira e do Direito Internacional. Levando em consideração que as atividades do agente diplomático se referem à atuação em diversas situações em nome do seu Estado, o participante desse projeto tem o foco no estudo das relações internacionais como ferramenta para as possíveis negociações realizados durante os dias de evento. Com isso, o universo da geopolítica é posto em prática para que, diante dos choques de interesses e divergências socioeconômicas entre as delegações, os envolvidos no contexto discutido possam chegar a um comum acordo através de documentos de resolução para a solução da problemática debatida. Tal esfera de trabalho promovido pela UniSim representa, fortemente, o significado da aliança entre o ensino, extensão e pesquisa universitárias, tendo em vista o aparato didático e científico que é oferecido ao discente. Dessa forma, seu objetivo é a promoção da reflexão crítica acerca dos conflitos e "situações-problema" presentes nos demais espaços geográficos da comunidade nacional e internacional.

(Conclusão) Cientes da capacidade fomentar um entendimento mais amplo e produto das necessidades da comunidade global, além de provocar reflexões críticas sobre os mais diversos assuntos da agenda internacional, é perceptível a observação da necessidade de ampliação do alcance dessas discussões, que acabam sendo causas da inserção da juventude em problemáticas sociais que, tradicionalmente, lhe são distanciadas, expondo assim, a função social do projeto, em relação à conjuntura acadêmica dentro da própria UNI-RN.

Palavras-Chave: UniSim. Geopolítica. Direito Internacional.

ASPECTOS CONTROVERTIDOS DA PENHORA ONLINE NO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL

Autor(es):

Francisco Bruno Gomes da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Ivan Braga de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Trata-se o presente trabalho científico do exame dos aspectos da penhora online no processo de execução fiscal, com o intuito de instrumentalização do processo e sua eficácia, mas com controvérsias na sua aplicabilidade. Fundamenta-se, em análise axiológica dos princípios constitucionais, notadamente, os da razoável duração do processo, da celeridade e economia processual, nos princípios atinentes ao processo executivo exposto no Código de Processo Civil, bem como sob o prisma da doutrina e jurisprudência aplicáveis a este instituto, mensurando-se a possibilidade de realização dessa penhora ex officio e antes da triangularização processual, e a possibilidade de substituição da penhora online por outro bem. Destarte, o processo de execução fiscal é um instrumento judicial para a cobrança dos créditos fazendários tributários ou não-tributário regulado pela Lei 6.830/80, entretanto, não obstante esse tratamento legislativo específico, cujo o intuito foi agilizar e simplificar o processo judicial de cobrança pela Fazenda Pública, diferenciando-o do tratamento ordinário dispensado pelo Código de Processo Civil, no atual estágio do judiciário, combinado com o desenvolvimento da tecnologia e aliada à cultura de sonegação fiscal alicerçada em nosso país, não atende, na atualidade, o propósito intentado na gênese deste regulamento. A perscrutação neste tema ganha relevância a partir da observância finalística da atividade arrecadatória do Estado. Assim, cabe ao Estado prover, através de seus bens econômicos, as atividades e necessidades públicas que assumiu ou que em razão de uma decisão política inserida em norma jurídica lhe confiou e que são atendidas, basicamente, pela prestação do Serviço Público. O cumprimento de tal mister depende, prima facie, da atividade tributária-arrecadatória do Estado, como meio para o suprimento econômico destinado ao cumprimento dos fins sociais instituídos pela ordem normativa, principalmente, pela ordem Constitucional. Ademais, cabe ao Estado prover com prioridade, celeridade e eficiência a atividade de recolhimento dos créditos tributários, com o desiderato de prover os serviços sociais.

(Metodologia) O método de abordagem utilizado é o lógico-dedutivo, com a utilização de procedimentos metodológicos, através de pesquisas e levantamentos de dados sobre a aplicabilidade da penhora online, revelando suas vantagens e desvantagens.

(Resultados) Verifica-se que a penhora online consiste na constrição judicial de ativos financeiros do executado, através do Sistema BacenJud, como meio a garantir o juízo e, posteriormente, satisfazer o exequente com a entrega do bem da vida pleiteado em juízo. Assim, diante da crise de satisfatividade que permeia o processo de execução fiscal, deve o magistrado, observando a finalidade desta demanda, caminhar o processo para a satisfatividade, ou seja, para entrega daqui que é de direito da requerente, resultando. Assim, depreende-se que o melhor tratamento ao instituto da penhora é o que se coaduna com os princípios do impulso oficial, da instrumentalidade das formas, da eficácia e da celeridade na prestação jurisdicional.

(Conclusão) Constata-se que a penhora online depende do rompimento com o atual parâmetro estagnado e legalista que permeia toda a aplicabilidade atual do instituto. Verifica-se, assim, como possível o deferimento da penhora online ex officio pelo magistrado à luz de uma interpretação axiológica do processo de execução fiscal, como meio satisfativo para finalidade arrecadatória da fazenda pública. Ainda considera-se plenamente possível a incidência da penhora online antes da citação do executado, haja vista a observância de que no curso procedimental regular do processo de execução fiscal sempre gerará o dispendimento de bens pelo executado, bem como o que ordenamento jurídico impede é a inexistência de citação no curso do processo e não a citação diferida ou postergada. Finalmente, em conformidade com os princípios da máxima efetividade e da menor onerosidade possível a substituição da penhora online pela penhora sobre o faturamento mensal da empresa.

Palavras-Chave: Penhora online. Execução fiscal. Instrumentalização do processo.

ASPECTOS HODIERNOS DA HOMOAFETIVIDADE: PONTOS CONTROVERTIDOS E POLÊMICOS.

Autor(es):

Leilianne Maria Vital Pinheiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Anna Paola Medeiros de Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN

(Introdução) A homoafetividade é caracterizada hodiernamente pela busca do reconhecimento dos direitos homossexuais, em virtude da formação da parceria, através das leis. Isto é, os casais homoafetivos buscam casar e realizar todos os atos e direitos de uma sociedade natural, como as decorrentes de marido e mulher. Contudo, os homoafetivos ainda sofrem muita resistência social, seja em razão da dificuldade em ter garantidos os seus direitos, através de decisões jurídicas contrárias aos ideais homoafetivos; seja simplesmente pelo repúdio social enfrentado diariamente, vítima de desrespeito, quando muitos são vitimados à morte, consequência de toda intolerância e preconceito humanos.

(Metodologia) Trata-se de um assunto muito controvertido, principalmente pela inexistência de legislação expressa para tanto. Sendo assim, as análises de julgados dos tribunais tornam-se grande base para a estruturação deste trabalho, não excluindo, todavia, as necessárias e imprescindíveis lições da doutrina cível. Os recursos metodológicos utilizados para exposição do tema escolhido serão: pesquisas bibliográficas; jurisprudencial e também através de artigos e noticiário veiculado pela internet.

(Resultados) A CF de 1988 trouxe em seu bojo o reconhecimento das mais diversas formas de constituição da família, contudo, a falta de regulamentação específica sobre a união de pessoas do mesmo sexo fez surgir divergências doutrinárias e jurisprudenciais sobre o tema. Em razão dessa lacuna, adveio a dificuldade dos casais homoafetivos terem os seus direitos regulamentados. Mesmo que seus direitos sejam equiparados aos direitos de uma relação de união estável heterossexual, gera, por sua vez, outras controvérsias, como por exemplo, a possibilidade de casamento entre pessoas do mesmo sexo, não regulamentada pelo Código Civil vigente. Por outro lado, em termos patrimoniais há outras controvérsias criadas pelo próprio Código Civil. Ademais à dificuldade legislativa em ter os direitos amplamente reconhecidos, os homossexuais ainda enfrentam vastas situações vexatórias, consequência do preconceito da sociedade. Como exemplo de intolerância ao homossexualismo, pode-se citar situação recentemente ocorrida no CTG no RS, local escolhido para ocorrer cerimônia de casamento homossexual coletivo, determinado por decisão da juíza Carine Labres, em resistência à intolerância homofóbica da comunidade, contudo não ocorreu em razão de terem ateadado fogo no local, como forma de protesto.

(Conclusão) O Direito, por ter caráter eminentemente social, baseado ainda na famigerada “ubi societas ibi jus”, portanto, deve acompanhar o desenvolvimento social em todos os seus aspectos. Não se pode dizer, em momento algum, com razoabilidade, que o Judiciário usurpou o que era tarefa do Legislativo. O Judiciário simplesmente agiu, enquanto o Legislativo permanecia inerte e sonegava direitos a uma imensa parcela dos cidadãos brasileiros. Infelizmente a questão jurídica é o fator menos preocupante a ser suportado pelos homossexuais. Quando, na verdade, o maior impacto, sem dúvida, ainda é a resistência da sociedade em aceitá-los. A natural aceitação advinda da sociedade faria com que os direitos dos homossexuais - porque também são seres humanos, porque também vivem em sociedade – já estivessem garantidos há muito mais tempo. Como o que ocorreu em outros países. A intolerância e a violência contra essa minoria é reflexo de uma sociedade retrógrada e hipócrita que se veste de princípios e preceitos religiosos, desconsiderando o mais importante: o respeito ao ser humano.

Palavras-Chave: Homoafetividade; direitos, polêmicas.

ASPECTOS JURÍDICOS E CONTRATUAIS DAS FRANQUIAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Autor(es):

Ênio Augusto de Almeida Filgueira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os investimentos realizados por empresários e empreendedores dentro dos vários segmentos da economia requerem cada vez mais a valoração da segurança no retorno do capital investido. E no investimento em franquias não poderia ser diferente, por ser a franquia um formato de negócio bastante almejado e que, acima de tudo, requer segurança e, também, a minimização dos riscos inerentes ao mundo dos negócios. Diante disso, tem-se um escopo pautado na busca de enfatizar-se a necessidade de uma segurança jurídica para enfrentamento dos conflitos existentes entre franqueados e franqueadores a fim de se evitar, inclusive, futuros litígios provocados por alguma ilegalidade, ignorância ou desconhecimento das partes envolvidas – franqueado e franqueador. Observe-se também o fato de as franquias, por si só, terminam por ditar uma norma jurídica mercadológica.

(Metodologia) Para tanto, considerado o Contrato como um vínculo jurídico entre o franqueado e o franqueador, e dessa forma a sua necessidade mútua de oferecer as melhores condições às partes, aborda-se temas relacionados às questões controversas enfrentadas no dia-a-dia por franqueados e franqueadores diante da complexidade inerente à própria natureza jurídica do mútuo aqui tratado, tais como a importância a ser atribuída previamente à literalidade do modelo de Contrato, a questão dos royalties e da taxa de franquia, os aluguéis, a sobrecarga fiscal e as responsabilidades junto aos empregados, prestadores de serviços e fornecedores. Tudo ao fulcro do que é admitido na forma legal regulamentar e mais precisamente pelo o que dispõe, por exemplo, a legislação cível e comercial, o Código Civil, o Código de Auto-regulamentação do Franchising, a Lei nr. 8.955/94 (Lei da Franquia Empresarial), a COP Circular de Oferta de Franquia, a Comissão de Ética da ABF Associação Brasileira de Franchising e a Lei da Propriedade Industrial (Lei nr. 9.279/96).

(Resultados) Com base nos procedimentos havidos, detectamos vantagens e desvantagens inerentes ao franqueado e também ao franqueador, quando principalmente observada a troca de competência e experiências entre tais parceiros.

(Conclusão) A realidade atualmente existente mostra a importância de aplicar-se uma segurança jurídica nas preliminares, ou seja, antes que seja firmado qualquer compromisso, sendo essencial para tanto os cuidados para evitarem-se as “armadilhas dos contratos”, quando então as precauções jurídicas através de um trabalho cauteloso de conformidade a procedimentos vinculados à legislação vigente passam a exercer grande importância, haja vista os riscos futuros que poderão advir de implicações jurídicas, notadamente quanto a possíveis litígios provocados por insucessos entre as partes envolvidas e assim tornando-se salutar, e porque não imprescindível, a utilização de uma linguagem mais segura e de um melhor entendimento na concretização do negócio jurídico das franquias.

Palavras-Chave: Franquia. Contrato. Aspectos jurídicos.

ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Autor(es):

Yanne Maria Medeiros de Sousa Dantas Ramos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Joanelma Isana Moreira do Nascimento Rocha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Elencado no rol de Direitos Fundamentais da Constituição, o "Princípio da Dignidade da pessoa humana" é tido como um valor de cunho moral e espiritual, sendo inerente à pessoa, posto que, todos os seres humanos são dotados deste preceito. Contudo, este princípio é historicamente violado pela presença do assédio moral nas relações de trabalho e, além disso, este fenômeno do qual tratamos, tem se intensificado como consequência das mudanças ocorridas no cenário organizacional na contemporaneidade. Nesse sentido, o presente trabalho traz à tona a problemática do assédio moral, assim como particularidades da relação empregatícia, conferindo maior atenção à condição de hipossuficiência do empregado frente ao poder econômico dos empregadores, diante de uma relação hierárquica, ocasionando um ambiente favorável para que ocorram situações dotadas de atos atentatórios à dignidade, intimidade e moral do empregado, características do assédio moral, evidenciando-o como clara afronta aos direitos e garantias fundamentais, demonstrando a necessidade de legislação específica acerca do tema, pois embora a jurisprudência, majoritariamente tenha se mostrado favorável às vítimas do assédio, faz-se necessário que o direito o aborde de forma mais abrangente. A relevância desta discussão revela-se imensa, residindo no fato de que ela fundamenta a legitimidade do Estado de punir as pessoas que desrespeitarem as normas jurídicas.

(Metodologia) Este trabalho teve seu embasamento nas legislações, sobretudo no ramo do Direito Constitucional e Direito do Trabalho, bem como nos posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais do nossos Tribunais, mais especificamente observando as decisões dos magistrados do Tribunal Superior do Trabalho nos últimos 05 anos, evidenciando, assim, a problemática do assédio moral como agente que fere direitos e garantias fundamentais, tendo em vista decisões favoráveis à vítima do assédio no pleito de uma indenização por assédio moral, apontando para a necessidade de legislação específica acerca do tema. Foi utilizado como método de abordagem, o dedutivo, tendo em vista tal embasamento. Com vistas a demonstrar como o assédio moral sempre se fez presentes nas relações trabalhistas, e compreender como se deu sua intensificação, analisando-o desde sua origem, o método histórico como método de procedimento, se fez presente.

(Resultados) Diante da deficiência de legislação específica acerca do tema discutido, observamos que o Tribunal Superior do Trabalho, vem, corriqueiramente, realizando o julgamento de diversas demandas, assim como os Tribunais Regionais do Trabalho, inclusive, o do Estado do Rio Grande do Norte, deferindo indenização por danos morais, para vítimas de assédio moral no ambiente que exercem suas atividades laborativas, embasando-se nos direitos fundamentais constitucionalmente garantidos, assim como na legislação trabalhista e no direito comparado, fazendo uso de legislação de países estrangeiros acerca do tema para julgar, de modo a assegurar o direito do trabalhador. Nesse sentido, constatamos que tanto a doutrina, como especialistas no assunto defendem a ilegalidade do assédio moral, posto que este tipo de conduta viola os princípios da Constituição Federal e demais legislações que asseguram direitos aos empregados, assim como direitos naturais do cidadão, buscando não colocar em risco garantias individuais de toda a coletividade.

(Conclusão) Faz-se mister salientar, por oportuno, que foi constatado o assédio moral como afronta ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, e detectou-se sua presença histórica e crescente nas relações trabalhistas, bem como, a inexistência de legislação específica em relação ao tema, dessa forma, tal regulamentação é colocada como meio necessário que viria a contribuir na resolução da problemática discutida.

Palavras-Chave: Assédio Moral. Relações trabalhistas. Dignidade da Pessoa Humana.

ATIVISMO JUDICIAL E SUAS NUANCES: ASPECTOS DISTINTIVOS EM RELAÇÃO AO FENÔMENO DA JUDICIALIZAÇÃO.

Autor(es):

Vitor Emanuel Teixeira de França: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Paulo Renato Guedes Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo perfaz uma análise distintiva entre ativismo judicial – que consiste na atividade mais expressiva do Poder Judiciário -, e judicialização – que trata de garantir razoável efetividade ao que dispõe a Constituição Federal de 1988 (CF/88) - a partir da necessidade da flexibilização da atividade/inatividade dos Poderes Executivo e Legislativo, no cumprimento de suas funções típicas. Nesse contexto, analisamos o momento em que esses fenômenos começam a tomar ‘robustez’ e a diferença de um para o outro, especialmente no que tange aos efeitos jurídicos, bem como tratamos de aferir as críticas a eles apresentadas. Assim, o trabalho suscita apontar, cientificamente, o que caracteriza um e outro evento em face da comum confusão conceitual feita entre eles – o que o torna relevante tanto do ponto de vista acadêmico, no que diz respeito à precisão do tema e a análise dos efeitos de cada um dos fenômenos, quanto do ponto de vista jurídico para fins de classificação em um caso concreto em análise.

(Metodologia) Para alcançar os objetivos deste estudo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, mediante análise de artigos, livros, discursos e revistas jurídicas especializadas, bem como do estudo de casos concretos que evidenciam a aplicação dos institutos objeto da pesquisa, a fim de explorar suas realidades e no intuito de que essas gerem reflexão, através da contraposição de ideias, caracterizando assim, o método de abordagem dialético também aplicado no presente trabalho científico. Foi examinado ainda o momento de destaque do ativismo judicial e da judicialização como fenômenos sócio-jurídicos relevantes, utilizando-se, dessa forma, o método histórico como método auxiliar de pesquisa.

(Resultados) A pesquisa torna perceptível que a maior atividade do Judiciário de uma forma (judicialização) ou de outra (ativismo) está cada vez mais presente, buscando efetivar direitos sociais não realizados; sobrecarregando-se com questões nunca antes postas em juízo no Brasil e indo além de suas funções típicas. A partir dessas atividades, observamos dois eventos distintos: efetivação dos Direitos Sociais em razão de uma disposição constitucional ‘nova’ (a CF/88) traduzida como judicialização e a efetivação dos Direitos Sociais em resposta ao típico jogo político dos outros Poderes tida como ativismo judicial.

(Conclusão) Apesar de ser fundamental a uma democracia deixar claro a função de cada Poder, percebemos que é inevitável a interferência do Poder Judiciário nas funções dos demais poderes e na efetivação de Direitos sociais tão necessários a sobrevivência dos cidadãos que esperam por atitudes quase que de ‘boa vontade’ política do Legislativo e do Executivo. Como verificamos na diferenciação em estudo, o Poder Judiciário tem se assoberbado de demandas judiciais de cunho social (educação, infraestrutura, e, principalmente, saúde), mas tem defendido com justiça o Direito de quem realmente o têm - ‘peitando’, para tanto, qualquer outra instância da democracia. Afinal de contas, quando há um litígio no Executivo ou no Legislativo, quem, no final das contas é qualificado a resolvê-lo é o Judiciário – condão esse atribuído pelo poder constituinte. Portanto, a partir do exposto, ficam claras as diferenças entre o ativismo judicial e a judicialização.

Palavras-Chave: Ativismo Judicial; Judicialização; Direitos Sociais.

AUTOCOMPOSIÇÃO CIVIL EXTRAJUDICIAL OBRIGATÓRIA: ASPECTOS DA AUTONOMIA PRIVADA NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS.

Autor(es):

Sérgio Roberto de Andrade Rebouças Filho: Discendente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O tema da pesquisa é a autocomposição civil extrajudicial obrigatória com a finalidade de se perquirir a autonomia privada para a solução de conflitos. Buscamos mostrar uma análise do poder judiciário, indicando ser a autocomposição uma forma mais simples e ética de solução de conflitos; Analisando a forma pela qual os equivalentes jurisdicionais proporcionariam uma justiça mais simples e menos solene, culminando com a adoção de uma “justiça de proximidade” pautada na boa-fé e na colaboração. A partir disso, apontamos os motivos preponderantes à necessidade de adoção de medidas incisivas da autonomia privada na solução de conflitos, observando a iminente falência do sistema jurídico nacional; Destacando o diagnóstico da forma como se procederia à implantação desse instituto e se, com a sua utilização, seria possível proporcionar a pacificação social, sendo esse, o escopo principal da jurisdição. Com isso, observamos que a cultura centralizadora do estado torna-o não apenas o meio ordinário para a resolução de conflitos, mas sim, a única forma pela qual os particulares se utilizam para obter essa resolução; Criando o cenário jurisdicional atual, onde a onerosidade e a falta de celeridade são aspectos vigentes.

(Metodologia) Visando a obtenção de uma conclusão acerca do exposto, realizamos uma pesquisa de caráter teórico com base nos doutrinadores de processo civil brasileiro, em consonância com a observação da utilização dos equivalentes jurisdicionais em outros países e apreciação jurisprudencial. Para lograr êxito, utilizamos do método de pesquisa meta-análise, em consonância, com os métodos comparativo, dedutivo, hipotético-dedutivo e estudo de caso, sendo estes, os métodos que consideramos essenciais para a plena compreensão da tese proposta.

(Resultados) É compreensível a problemática na adoção de formas alternativas de solucionar conflitos, já que o nosso ordenamento jurídico tem como base a jurisdição apoderada do monopólio dessa função. Contudo, a partir da nossa análise a diversas fontes jurídicas, tornou-se válido, perquirir até que ponto podemos utilizar dos equivalentes jurisdicionais. A base analítica do artigo permeou aspectos de livros de Processo Civil, onde os doutrinadores citam os fatores favoráveis em relação a utilização da autocomposição; Além disso, nos apropriamos de princípios amplamente utilizados em outras searas, para que pudéssemos, a partir de analogias, transmitir o papel negativo da utilização da jurisdição em todos os casos de direito material, e, utilizamos da jurisprudência mostrando como o nosso ordenamento jurídico clama por uma forma de solução de conflitos alternativa.

(Conclusão) O legislador em sua atuação, definiu no art 5, inciso XXXV, da Constituição Federal, o princípio da indeclinabilidade da prestação jurisdicional, todavia, estamos caindo no erro de confundir indeclinabilidade, que seria a vedação ao poder judiciário de negar apreciação a uma lesão ou ameaça de lesão, com o monopólio da função resolutive de conflitos pelo poder judiciário. Fica evidente, a impossibilidade de continuarmos vivendo sob a égide de um sistema pautado em conceitos, quando se observa o sobrecarregamento dessa instituição. Portanto, torna-se imprescindível a adoção de equivalentes jurisdicionais, sendo a autocomposição, caracterizada por ser confidencial, informal, flexível e econômica, a melhor forma de solução; Como já vem sendo observado no nosso ordenamento jurídico, tendo como exemplo, as comissões de conciliação previa.

Palavras-Chave: Jurisdição, Autonomia Privada, Equivalentes Jurisdicionais, Autocomposição, Processo Civil.

CANABINÓIDES, UMA ALTERNATIVA AO DIREITO À SAÚDE

Autor(es):

Beatriz Fonseca Barbalho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O grande embate que gera a polêmica dessa pesquisa é que alguns medicamentos a base de THC precisam ser usados para uma melhoria do direito à saúde, bem como para a dignidade da pessoa humana. O uso de tais substância se faz ilícito no nosso ordenamento jurídico, e o que fazer quando se precisa do mesmo e só pode ser adquirido com a permissão do Estado para ser importado? Embora a maconha possua Tetraidrocarbinol (THC), a substância responsável pela psicoatividade da droga, o Canabidiol (CBD) é totalmente livre desse efeito. Mesmo assim a sua utilização como remédio não é permitida no Brasil, a não ser que você tenha uma autorização especial concedida pela Anvisa para importar a substância.

(Metodologia) Averigua-se com base nesse projeto, esclarecer o conteúdo estudado para demonstrar o que está em questão. Como é sabido, A liberação da importação chegou a ser discutida pela Anvisa, mas a decisão foi adiada, sem razões concretas. O atraso só aumenta o sofrimento de pessoas que precisam adquirir a substancia para tratamento de alguma doença.

(Resultados) Referente a tais resultados, podemos perceber que em certos casos específicos, o uso da base da maconha pode ter sido liberado, aqueles que estão sendo analisado, como a utilização de algo que em primeiramente é proibido pelo ordenamento jurídico, só venha a ser lícita quando o objeto de manutenção do caso seja exclusivamente a única solução a ser tomada quando se trata de tal doença, garantindo assegurar a manutenção dos direitos e certas garantias constitucionais ao indivíduo.

(Conclusão) Ao decorrer do meu trabalho, percebe-se que tal lei pode ter uma certa flexibilidade a certa de determinado caso, - como a utilização de certos medicamentos com a base de maconha – Então, percebe-se que podemos mudar algo que inicialmente vem ser vedado pelo Estado.

Plavras-Chave: Maconha; Direitos e garantias constitucionais; Direito à saúde.

CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DAS ARMAS QUÍMICAS

Autor(es):

Raphael Targino Dias Gois: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Lorena Nicolau Gurgel: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) O elemento norteador deste trabalho é o estudo descritivo teórico sobre a evolução histórica, as causas e consequências da exploração das armas químicas em combates armados, bem como a atuação de combate de um dos organismos da ONU: OPAQ – Organização para Proibição de Armas Químicas. O qual busca a eliminação, não só da utilização, mas da produção, transporte e armazenamento de armas químicas, sobretudo em razão dos efeitos catastróficos que sua utilização traz para o meio ambiente e, principalmente, para o ser humano. Embora uma temática, comumente, associada à modernidade e à tecnologia, o uso de armamentos químicos tem registro de exploração por variados Estados na busca da destruição maciça e mais fácil de seus oponentes desde 2.000 a.C. Contudo, a temática ganhou notoriedade internacional com o reconhecimento do trabalho da OPAQ através do recebimento do prêmio Nobel da paz em 2013. Utilizamos o método histórico dialético, de forma a mostrar, na medida em que as utilizações de armas químicas foram aparecendo na linha do tempo, o combate da ONU por meio de sua Organização ora em tela, a qual estabeleceu diversas medidas na tentativa de combater a produção, armazenamento, transporte e uso de armas químicas. Destacamos, por oportuno, a Convenção sobre a Proibição, Desenvolvimento, Produção, Armazenagem e Utilização (1993) e o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (1968), os quais foram tratados internacionais eficazes no combate a armas químicas. Contudo, não foram capazes de impedir a utilização destas armas na Guerra do Vietnã, a qual deixou centenas de milhares de vítimas dos efeitos das armas, não só habitantes da região afetada, como veteranos de guerra. Entendemos que teremos chegado ao nosso objetivo, quando elucidarmos as questões teóricas básicas que fundamentam a evolução do desenvolvimento, causas e as consequências da utilização de armas químicas, de forma que os freqüentes mal entendidos comuns àqueles que apenas copiam informações sem compreendê-las, possam tomar um entendimento mais firme. Não queremos, contudo esgotar o tema, sem antes disso, suscitar novas e frutíferas discussões.

(Metodologia) Este trabalho baseia-se num resultado de uma pesquisa, de cunho teórico, na doutrina especializada associada ao direito internacional e aos direitos humanos. Constitui-se uma abordagem comparativa da noção.

(Resultados) Compõe-se como objetivo deste trabalho ressaltar as devastadoras causas e consequências, químicas e biológicas, da utilização das armas químicas.

(Conclusão) Com base nisso, conclui-se que a vedação à aplicação das armas químicas nos combates nacionais e internacionais é o único instrumento que possibilita a preservação dos fundamentais, tais como direitos humanos e direito ambiental por meio de um ecossistema equilibrado. Com os resultados dessa pesquisa, foi possível observar o desenvolvimento de ações internacionais que assegurem o cumprimento do direito internacional afim de impossibilitar novas consequências ao ser humano durante o travamento de conflitos armados, especialmente a pessoas não envolvidas, diretamente, no conflito.

Palavras-Chave: Armas químicas. OPAQ. ONU.

CELERIDADE PROCESSUAL ENQUANTO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL E INSTRUMENTO DE GARANTIA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Autor(es):

Anna Clara Couto Barros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Leonardo Oliveira Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Almeja-se buscar a concretização dos direitos e garantias fundamentais no âmbito processual civil aos quais todos os cidadãos brasileiros dispõem sem nenhuma restrição – tutelados pela Constituição Federal de 1988. Utilizando dessa forma os princípios constitucionais do direito processual civil, com o enfoque no Devido Processo Legal bem como o princípio da Celeridade Processual, no intuito de efetivar a busca da tutela jurisdicional a quem a provoca. Pretende-se analisar, de uma maneira geral, o Estado-Juiz como responsável a conceder às partes aquilo que lhe é devido e justo, sem deixar de exercer e defender seus direitos e deveres de pessoas dignas a uma justiça acessível, menos burocrática e que preza pela resolução da maneira mais rápida e eficiente do litígio. Através do devido processo legal, celeridade processual e economia processual é possível chegar a uma solução eficaz, efetiva e justa. Tendo que ressaltar os meios alternativos dados pela justiça brasileira de acesso a justiça para acelerar a tutela desejada. Para tal será aqui apresentado, uma compilação das teses e entendimento de diversos doutrinadores e da jurisprudência dos Tribunais Superiores brasileiros.

(Metodologia) Devido a grande problematização se tratar de uma discussão doutrinária e teórica, focando em princípios – sejam eles, implícitos ou explícitos no ordenamento jurídico -, devem ser utilizados os métodos de abordagem como o dialético e o hipotético-dedutivo. É mister utilizar o método de pesquisa qualitativa, para buscar uma interpretação livre e teórica das soluções cabíveis, para a solução da problemática relacionada ao tema deste projeto de pesquisa. Somado a isso, será trazido, dentro do referencial teórico, jurisprudências e as diferentes doutrinas, para que sejam analisadas e a partir disso uma solução seja mostrada no final.

(Resultados) Com a pesquisa elaborada acerca do tema celeridade processual enquanto princípio constitucional como instrumento de garantia da dignidade da pessoa humana o que podemos aferir sobre a realidade no país, é que apesar do quadro geral do sistema judiciário brasileiro não ser o mais adequado ao país, nós possuímos ferramentas, dentro do nosso Ordenamento Jurídico, que são suficientes para sanar alguns problemas que o Judiciário enfrenta com a mora. Mas, como possuímos ferramentas para a solução de alguns problemas e não a utilizamos? Bem, essa pergunta será mais bem preenchida na conclusão ao fim da pesquisa jurídica, mais diante mão, podemos aferir que o grande vilão causador disso, é a chamada burocracia.

(Conclusão) Enquanto tivermos tanta burocracia no sistema judiciário, será impossível sanar de vez, situações inadequadas – embora saibamos que as três ondas de acesso à justiça, bem como outras medidas adotadas pelos tribunais superiores, legislativo e governo, contribuíram bastante para a evolução em soluções cada vez mais precisas contra esses vícios que nosso sistema possui. Mas a má administração pública nos últimos anos vem criando dificuldades até mesmo para Juizados Especiais. É fato, indiscutivelmente, que nem mesmo estes Juizados, que foram desenvolvidos com o objetivo de diminuir a demanda de pequenas causas no Judiciário em uma das ondas de acesso a justiça, estão dando conta de sua função. Estão totalmente sobrecarregados.

Palavras-Chave: Princípios Processuais. Devido Processo Legal. Celeridade Processual. Dignidade da pessoa humana. Garantias e direitos fundamentais.

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÀRIA

Autor(es):

Gustavo Henrique Câmara de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A certidão da dívida ativa é elemento principal e objetivo da execução fiscal. A certidão é um atestado de certeza e liquidez de um débito tributário. Ainda, é considerada um título executivo extrajudicial, pois é derivado do não pagamento do devedor acerca do crédito tributário, este que por sua vez faltou com o pagamento, sendo revel ou obtido defesa negada. O título de certidão de dívida ativa necessita do Termo de Inscrição em Dívida Ativa para sua efetividade como tal. Sendo assim, é percebido que sobre o que se trata de títulos tributários é quesito de validade o regramento específico para sua finalidade plena. No caso, a certidão de dívida ativa precisa estar de acordo com seus pré-requisitos para que a mesma tenha poder de fato sobre o débito tributário estudado. Não obstante, no que tange os créditos de natureza tributária, a situação de sua aplicabilidade é diversa da não-tributária, que possuem regulamento próprio de lei ordinária, e é por isso, que se torna um objeto de estudo interessante. Pois, há profundas divergências jurídicas acerca do tema, assim gerando uma insustentabilidade de eficácia do dispositivo específico, o da Lei de Execução Fiscal, em matérias de natureza tributária.

(Metodologia) Por meios de pesquisas bibliográficas e documentais, foi possível unir a doutrina e a letra da lei em consonância para o melhor entendimento dos conceitos específicos que fundamentam o instituto da dívida ativa e da certidão da dívida ativa tributária. Adjunto com alguns artigos online, a pesquisa tornou substancial a temática, uma vez que, serviu de fundamento para o desenvolvimento do estudo acerca do contexto histórico, do desenvolvimento da causa e sua positivação.

(Resultados) Com o estudo sobre a dívida ativa e a certidão da dívida ativa, percebe-se a importância e o uso desses institutos, na formalização das inscrições dos débitos nos seus diversos níveis, como o municipal, estadual, federal. Também, no que tange a administração, organização e execução das cobranças e de seu parcelamento. Além, de gerir a emissão da certidão de dívida ativa e de certidão negativa de débitos. Ainda sobre o tema, é notado a inclusão atualização monetária, multas e juros, previstos em normas legais que cercam os créditos inscritos.

(Conclusão) A existência da Certidão de Dívida Ativa deve ser substancialmente analisada, a fim de evitar que se cometam ilegalidades e inconstitucionalidades, de maneira a vir fragilizar o credor que pretende receber pelo seu crédito exequendo. É pensamento demonstrado, a preocupação do Judiciário sobre um possível colapso de processos físicos nas Secretarias das Varas, uma vez que, a Certidão de Dívida Ativa seria um mecanismo permitidor para o desafogo do Judiciário com autos de processos físicos. Observa-se mister, que o advogado representante do credor atue de forma diligente, laborando os requerimentos nos autos do processo em sede de execução, não deixando tão somente que o Tribunal seja o único responsável, para a satisfação do crédito a fim de evitar o desamparo ao titular da ação.

Palavras-Chave: Certidão de dívida ativa; Lei da execução fiscal.

CÓDIGO FLORESTAL E A ADI 4901, PROMOVIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO

Autor(es):

Naama Celi Lucena Lobo Maia: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Fernanda Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Ingrid Farias de Lacerda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A ADI4901 do dia 18.01.2013 que foi movida pelo Ministério Público Federal, pela Procuradoria-Geral da República, esta solicita que o Supremo Tribunal Federal declare a inconstitucionalidade de alguns dispositivos normativos da Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, bem como as alterações que foram dadas pela Lei nº 12.727 de 17 de outubro de 2012. Os dispositivos impugnados são: art. 12, §4º, §5º, §6º, §7º, §8º; art.13, §1º; art. 15; art. 48, §2º; art.66, §3º, §5º, II,III,IV e §6º e 68, os mesmos contrariam o Constituição Federal em seus artigos 186,I e II; art. 225. Outra solicitação do MP é que siga a interpretação conforme a constituição Federal ao artigo 28 da Lei nº 12.651/12. Todavia, ao analisar os dispositivos notou-se a constatação de que o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado foi ferido, sendo assim inconstitucional muitas destas mudanças. A impetração da ADI objetiva que o STF se posicione para efetuar mudanças no sentido de corrigir as inconstitucionalidades materiais na Lei nº 12.651/12 e afastar também as que não podem ser corrigidas.

(Metodologia) O método de pesquisa utilizado é o explicativo, buscando a reflexão para importância da preservação e do zelo com o meio ambiente. Sendo, pois, uma abordagem de forma direta, utilizando-se como objeto de pesquisa as doutrinas, artigos, decisões e jurisprudências. Com isso, a metodologia empregada é a dialética.

(Resultados) Espera-se que as inconstitucionalidades constatadas pela ADI 4901 e Lei nº 12.651/12 sejam sanadas, de modo que favoreça a conservação do meio ambiente. Assegurando a utilização de todos aqueles que necessitam da sustentabilidade dos recursos naturais, provenientes do meio ambiente. Sendo assim, é imprescindível a busca e aplicação das soluções que favoreçam o processo de recuperação e manutenção do meio ambiente.

(Conclusão) A redução imprópria e sem fundamento da RL causa uma afronta a matéria socioambiental, pois acarreta em retrocesso. A exceção deste artigo (as dispensas) é a problemática, pois afeta a conservação de todo um ecossistema e biomas existentes nessas grandes áreas que serão utilizadas para empreendimentos de ampla magnitude, não sendo nem cobrado quaisquer retratação ambiental, ou obrigando uma devida compensação proporcional. É necessário sempre respeitar todos os princípios que norteiam o direito ambiental, contudo os dispositivos normativos tratados são uma afronta aos princípios gerais, Sendo qualquer dano causado ao meio ambiente deve ser reparado, caso não possa ser viável é necessário que haja uma recomposição de alguma forma, podendo ser fixado um valor para indenização. As áreas de preservação permanente e as áreas de reserva legal possuem funções socioambientais distintas, sendo essas complementares, uma a outra, realizando um papel em busca de sustentabilidade para as propriedades rurais. A modificação ou supressão da RL só poderá ocorrer mediante Lei, de acordo com nossa constituição em seu art. 225, § 1.º, III, da CF/88.

Palavras-Chave: Código Florestal; Ação direta de Inconstitucionalidade; Reserva Legal

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA E MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL: A INTERPRETAÇÃO DO STF COMO FERRAMENTA DE MUTAÇÃO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Autor(es):

Arthur Costa Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) O surgimento de novas atividades econômicas e a pretensão de permanência da Constituição Federal enseja a discussão acerca da possibilidade da mutação constitucional operar-se na esfera da competência tributária. Em virtude das razões supracitadas, é necessária uma interpretação dos conceitos de competência tributária voltados à realidade social, econômica e jurídica de cada Ente Político. A Constituição Federal não pode estar em dissonância com os anseios da sociedade, sob pena de tornar-se obsoleta, pois que há sempre novas atividades sujeitas à tributação que a Carta Magna não conheceu ao tempo de sua edição. Ora, não seria outra a intenção da mutação constitucional via interpretação do STF senão conformar o sentido da norma que prescreve acerca da competência tributária às realidades e necessidades da sociedade dinâmica em constante mudança – visto que os signos nela contidos admitem significações das mais variadas –, sem ultrapassar os limites designados pela competência em respeito à segurança jurídica, ao art. 110 do CTN e ao próprio sentido da Constituição, mantendo a coerência do ordenamento jurídico e do Sistema Constitucional Tributário. Assim é possível evitar tornar-se a Constituição um mero documento, conferindo-a eficácia e respeitando os princípios da segurança jurídica e da capacidade contributiva.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Privilegiamos os ensinamentos doutrinários, de expoentes das searas constitucional e tributária, apreciando, cumulativamente, jurisprudências recentes sobre o tema, analisando-as sob a perspectiva de um Sistema Constitucional Tributário, bem como a leitura do artigo de Daniel Serra Lima, essencial para a formulação do raciocínio aqui desenvolvido. Foram utilizados os métodos dedutivo, hipotético-dedutivo e o método dialético, por considerarmos serem estes métodos os necessários e suficientes para a consecução dos objetivos e para a compreensão plena do trabalho.

(Resultados) (RESULTADOS) Grande parte da doutrina voltada ao direito tributário admite a hipótese de mutação constitucional das normas que tratam de competência tributária, desde que esse procedimento obedeça o sentido da Carta Magna, bem como os princípios tributários. Além disso, estes doutrinadores exigem a observância do art. 110 do CTN: a norma que institui competência tributária não pode ter ampliado o seu alcance. O voto-vista do Min. Joaquim Barbosa no RE 547.245 / SC admitiu a incidência do ISS sobre operações de leasing entendendo que estas caracterizam-se como operações de arrendamento mercantil e não como negócio jurídico de aluguel ou de financiamento, caracterizando uma clara mutação constitucional voltada à manutenção da coerência entre ordenamento jurídico e realidade ontológica. Ora, vislumbra-se uma clara orientação doutrinária e jurisprudencial voltada à consideração da mutação constitucional em se tratando de competência tributária, reconhecendo a importância deste instituto e valorizando a eficácia da Constituição Federal.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) A mutação constitucional é ferramenta imprescindível para manter o ordenamento jurídico coeso, e em conformidade com as novas veleidades da sociedade, sobremaneira em sede tributária, adequando conceitos polissêmicos e adaptando as normas de competência tributária aos novos fatos sociais sujeitos à tributação. Resta evidenciado o posicionamento favorável do Supremo Tribunal Federal quanto a esta questão, encontrando proporcionalidade ao assegurar os princípios da segurança jurídica e da capacidade contributiva aliados à necessária mutação constitucional com vistas a abarcar os novos fatos econômicos sujeitos à incidência tributária. Entretanto, a observação destes princípios durante o processo hermenêutico é fundamental para que não incorra em inconstitucionalidade a interpretação do jurista e para que seja possível a consecução de um Sistema Constitucional Tributário justo e coeso.

Palavras-Chave: DIREITO TRIBUTÁRIO. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. DIREITO CONSTITUCIONAL. MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL.

CONFLITOS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS SOB A ÓTICA PROPORCIONAL: A POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO CRITÉRIO ORIGINAL

Autor(es):

Leonardo Fernandes Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) O tema das colisões de Direitos Fundamentais é evidenciado pela utilização da proporcionalidade em suas resoluções. Porém, a proporcionalidade sofreu distorções em seu caminho da origem ao ordenamento jurídico e à doutrina brasileira, ganhando um ar basicamente de “princípio de equidade” e sendo comumente confundido com o princípio da razoabilidade. Faz-se necessária uma análise mais objetiva das circunstâncias que envolvem os Direitos conflitantes, de maneira a eliminar a alta carga político-filosófica das ponderações realizadas pelos tribunais brasileiros; e nesse sentido encontramos o critério de proporcionalidade utilizado no Tribunal Constitucional Federal alemão como um norte a ser seguido.

(Metodologia) O método de abordagem utilizado foi o hipotético-dedutivo, de maneira qualitativa, de modo a entender de maneira ampla, e ainda completa, o assunto abordado. As técnicas presentes foram a analítica e a bibliográfica, de maneira a aprofundar os conhecimentos da realidade seguindo o norte das pesquisas e revisões bibliográficas dos principais doutrinadores do assunto, além de artigos que abarquem o assunto.

(Resultados) A partir da análise da doutrina, principalmente as palavras de Dimitri Dimoulis e Leonardo Martins, e de Robert Alexy, percebe-se que isolados os princípios colidentes geram juízos de dever-ser contraditórios entre si. Entre as maneiras de se solucionar os conflitos existem as precedências, critério prontamente rejeitado pelo Tribunal Constitucional Federal alemão, já que um princípio de Direito Fundamental não deve exercer precedência em face de outro, abstrata ou absolutamente. Resta, portanto, a condicionalidade. Nela, um princípio só terá peso maior que outro se houver razão suficiente para isso em determinada situação ou circunstância. A realização de sopesamentos objetivos condicionados será a mais eficiente forma de julgamento.

(Conclusão) O poder Judiciário não poderá decidir da forma que se entender ser a melhor se não aquela decidida pelo legislador, devendo o órgão jurisdicional se ater ao controle formal e material das decisões políticas oferecidas pela Constituição. Nos conflitos entre Direitos Fundamentais sempre ocorrerá o sacrifício, em parte, de um deles. Sendo os Direitos Fundamentais heterogêneos de um ponto de vista material, essa característica impediria um sopesamento (o qual só seria possível entre objetos mensuráveis); portanto, deve-se ater à aplicação do critério proporcional strictu sensu, respeitando a prerrogativa do legislador diante do controle de constitucionalidade, e somente diante de incompatibilidade legal diante da Constituição agir de maneira “legiferante”, modificando a decisão legislativa. Existe essa constatação devido ao uso do princípio de proporcionalidade dar margem à invasão do Poder Judiciário na esfera do Legislativo nas decisões políticas.

Palavras-Chave: Direitos Fundamentais; Proporcionalidade; Conflitos; Precedência condicionada.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: FUNÇÕES E LIMITES À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Autor(es):

Gabriela Xavier: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Carla Felipe dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Luiza Marinho de Magalhães: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Gabriela Azevedo Varela: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Edinaldo Benicio de Sa Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Emenda Constitucional n. 45/04 foi um marco fundamental para a transição de uma justiça isolada e corporativista para um poder Judiciário com caráter mais republicano, e que concomitantemente atendia aos anseios da sociedade brasileira. Sua principal inovação foi a criação do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, ao qual cabe fiscalizar o cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados. Assim, o que se busca é estudar o referido órgão que compõe o Judiciário, detendo-se principalmente, nos seus limites de atuação, especificamente na sua atividade regulamentar e disciplinar. Além disso, pretende-se problematizar a intersecção entre essas duas atribuições quanto ao seu poder punitivo em face dos magistrados e servidores do judiciário, como também o seu poder normativo-regulamentar. O cerne da questão é analisar se a competência para apuração e punição do magistrado seria do Tribunal ao qual o juiz estivesse vinculado, ou se o próprio CNJ possuiria competência concorrente para dar início ao respectivo processo disciplinar.

(Metodologia) A construção do trabalho se deu a partir do estudo teórico na doutrina, jurisprudência e análise da legislação pertinente buscando-se analisar criticamente os mecanismos de criação, estruturação e os limites da atuação do CNJ.

(Resultados) Dentre as várias atribuições do CNJ, o dispositivo constitucional que disciplina as atribuições de poderes regulamentares ao referido órgão é o inciso I, do §4º, do art. 103-B. Neste sentido, a política regulamentar do CNJ possui o poder de disciplinar o seu funcionamento interno, sem, todavia, inovar a ordem jurídica. Contrariando tal entendimento, o ente em questão baixou a Resolução 07, que veda a prática do nepotismo. Esta resolução provocou inúmeras discussões na mídia brasileira. Pugnano pela inconstitucionalidade da referida resolução, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) ajuizou ação direta de constitucionalidade nº 12 e o Supremo Tribunal Federal, decidiu pela constitucionalidade da norma. Entre suas atribuições, destaca-se também o poder disciplinar, que fiscaliza a atuação dos magistrados, com o escopo de que eles cumpram seus deveres funcionais. O CNJ, através da Resolução n. 135/2011 no seu artigo 12, dispôs que teria competência concorrente com os Tribunais para apuração e julgamento de infrações disciplinares de magistrados, em evidente violação à competência subsidiária prevista na Constituição Federal. O Supremo Tribunal Federal consolidou seu entendimento neste mesmo sentido.

(Conclusão) Por fim, diante da pacificação da matéria perante decisão do Supremo Tribunal Federal, conclui-se quanto à atuação concorrente do CNJ para investigar e punir magistrados adotou-se o argumento segundo o qual a sua competência normativa não poderá eliminar a dos tribunais. O CNJ, a título de uniformizar as regras concernentes ao procedimento disciplinar aplicável aos magistrados, não pode se sobrepor ao autogoverno dos tribunais. Assim, o ente em questão, com relação à competência punitivo-disciplinar, só poderia atuar com observância do princípio da subsidiariedade, ou seja, só poderia atuar em situações atípicas, como a inércia dos Tribunais para adoção de medida disciplinar; postergar de maneira injustificada os atos de fiscalização e a incapacidade de promover procedimentos para julgar a responsabilidade funcional dos juizes. Quanto ao poder normativo-regulamentar, não cabe ao CNJ, criar deveres, editar direitos e sanções, mediante simples resoluções, ou se fazer substituir à competência do Legislativo. Na verdade, o próprio Conselho deve estar subordinado às normas constitucionais e se submeter ao Estatuto da Magistratura, que até os dias atuais não foi regulamentado.

Palavras-Chave: Judiciário. Conselho Nacional de Justiça. Limites. Eficiência. Democracia Social.

CONSTRANGIMENTO EM REVISTA PESSOAL DECORRENTE DO ABUSO DE PODER NOS PRESÍDIOS

Autor(es):

Rayanne Marques dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Hyanna Maria Freitas Cosme de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Lisandra Correia Rêgo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo pretende discutir a maneira como as visitas dos apenados são submetidas a constrangimentos e tratamentos desumanos na hora da revista pessoal nos estabelecimentos penais, ressaltando o abuso de poder por parte dos agentes carcerários, uma vez que, apesar daquela ser obrigatória, fere princípios constitucionais devido à forma como é realizada, bem como promove consequências psicológicas aos apenados e seus familiares.

(Metodologia) O trabalho foi abordado segundo o método dedutivo, partindo do objeto geral para o objeto mais específico, ou seja, fundamenta-se em princípios gerais e tidos como inquestionáveis para estabelecer relações com uma questão particular, assim, nesta pesquisa, procederam de princípios constitucionais para correlacionar com o caso concreto, isto é, na revista pessoal nos presídios. Exploramos o tema dando ênfase em pesquisas através da legislação, doutrina, jurisprudência e tipos bibliográficos e documentais.

(Resultados) O apenado receber visitas é direito reconhecido no artigo 41 da Lei de Execuções Penais, porém, por não existir legislações que versem sobre como essas revistas devem ser feitas, os agentes estatais as fazem de forma extremamente abusivas, por isso, são chamadas de revistas vexatórias. Desse modo, violam os princípios constitucionais assegurados pelos direitos e garantias fundamentais apresentados no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, como dignidade da pessoa humana, a honra, a intimidade e a imagem. Nessa perspectiva, por ser um tema ausente de legislação, doutrinas e jurisprudências, torna-se difícil o desenvolvimento do assunto, no entanto, há um projeto de lei n. 7764, de 2 de julho de 2014, em tramitação, além da resolução nº 5, de 28 de agosto de 2014 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária que iniciam a tratar sobre como devem ser aplicadas as revistas. Quanto às divergências sobre a matéria, não há quem seja a favor da revista vexatória, porém, como não existem métodos alternativos viáveis, os agentes carcerários não abrem mão das revistas, pois há a necessidade de prevenir a entrada de objetos ilícitos nos presídios.

(Conclusão) Com a realização deste estudo, verificou-se que a revista praticada nas prisões, nos visitantes dos apenados, tida como vexatória, não é adequada para garantir a segurança nos estabelecimentos penitenciários, já que o número de apreensões de objetos ilícitos com os presos é exacerbadamente maior do que com os visitantes, logo, espera-se que a prática da revista íntima seja totalmente vedada em todos os Estados brasileiros, uma vez que se trata de pleno abuso de poder por parte dos agentes carcerários, pois praticam um tipo de revista constrangedor que viola a intimidade, a honra, a dignidade da pessoa humana, por exemplo. Nosso intuito com essa presente pesquisa é que os presídios optem por meios alternativos, como a utilização de aparelhos eletrônicos, para a sua substituição. Para que, dessa forma, todos estejam protegidos contra essa prática desumana e não tenham os seus direitos fundamentais violados.

Palavras-Chave: Revista pessoal; Abuso de poder; Direitos e garantias fundamentais; Meios alternativos.

CONTROLE DIFUSO: EFEITO INTER PARTES E ERGA OMNES, ANÁLISE DA FUNÇÃO DO SENADO FEDERAL E DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Autor(es):

Renato Santos Veras Saldanha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Mirley de Almeida Cardoso: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Beatriz de Lemos Romão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Alana Câmara Queiroz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Ana Carolina Regis de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) O controle de constitucionalidade difuso, ou por via de exceção, implica na verificação de compatibilidade entre o teor das leis e atos normativos com a Constituição Federal. Este controle pode ser feito por qualquer magistrado, seja de primeira instância ou tribunal, a partir da análise de um caso concreto, no qual, incidentalmente, será declarada a inconstitucionalidade. Pelo fato deste controle de constitucionalidade ser aplicado em razão da averiguação de um caso concreto, os efeitos da decisão que declara a inconstitucionalidade é, em regra, inter partes. Todavia, a Carta Magna prevê em seu art. 52, inciso X, uma alternativa para que o efeito inter partes se torne erga omnes. Essa transcendência de efeitos está condicionada à remessa do processo ao Senado Federal, quando o Supremo Tribunal Federal analisar o recurso extraordinário, entendendo que a declaração de inconstitucionalidade deve ser aplicada a toda sociedade, e não restritamente às partes do processo em questão. É cediço que o Senado Federal não está vinculado ao entendimento do Supremo Tribunal Federal, de modo que constitui uma liberalidade daquele suspender a execução da lei ou ato normativo objeto do controle de inconstitucionalidade, tanto integralmente, quanto parcialmente.

(Metodologia) O método de pesquisa empregado foi o dedutivo, uma vez que, foi possível chegar a uma conclusão geral, a partir da análise de premissas específicas. A pesquisa foi baseada na coleta de dados e informações constantes em livros de Direito Constitucional, artigos científicos e pesquisas realizadas na Internet. A apresentação será realizada, primeiramente, através da exposição dos dados coletados e, conseqüentemente, será levantada uma reflexão sobre a temática.

(Resultados) Isto posto, sobreleva observar e, conseqüentemente, questionar, a necessidade do Supremo Tribunal Federal, revestido pelo manto de guardião e intérprete oficial da Constituição Federal, submeter ao Senado Federal o teor da análise de compatibilidade de leis ou atos normativos com a própria Carta Magna, sob a qual possui dever determinante de proteger e salvaguardar, para tão somente declarar a inconstitucionalidade válida para a sociedade brasileira. Ocorre que em decisões recentes, o Supremo Tribunal Federal, admitiu a aplicabilidade do efeito erga omnes em suas decisões proferidas a partir da análise realizada em controle difuso, sem submetê-las ao Senado Federal, em razão da relevância da matéria em pauta. Essa tese encontra respaldo na Teoria da transcendência dos motivos determinantes.

(Conclusão) O ministro Gilmar Mendes e o ex-ministro Eros Grau abordam a Teoria antedita como incondicionada à excepcionalidade dos casos, em razão da supremacia da Constituição Federal e sua aplicação uniforme a todos os destinatários, mediante a ocorrência do fenômeno da mutação constitucional, que implica na reforma da Constituição Federal em determinado contexto, sem expressa alteração na previsão legal, mas tão somente na sua interpretação. Em vista disso, denota-se que a função do Senado Federal é meramente acessória na atribuição do efeito erga omnes prequestionado pelo Supremo Tribunal Federal, tomando por base as questões suscitadas, tanto a supremacia da Constituição Federal, quanto o papel deste em salvaguardá-la e interpretá-la. Dessa forma, a Teoria da transcendência dos motivos determinantes é louvável, porém para garantir a sua vinculação é necessário respeitar os ditames constitucionais no que tange os procedimentos necessários para reforma do texto constitucional, de maneira que é imprescindível que ocorra através de medidas próprias previstas pela Carta Magna, como uma Emenda Constitucional, e não simplesmente pela modificação da interpretação que lhe cerca.

Palavras-Chave: MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL; TRANSCENDÊNCIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES; SENADO FEDERAL; SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL; EFEITOS; ERGA OMNES; INTER PARTES; SUPREMACIA CONSTITUCIONAL.

**CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER
(1979, RATIFICADA PELO BRASIL EM 1984)**

Autor(es):

Wallace Bruno de Oliveira Paiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pesquisa tem por objeto a evolução dos direitos adquiridos pela mulher tendo como principal foco a convenção de 1979 que trata das questões de combate a discriminação contra a mulher. Trazendo uma análise de como os Costumes, religiões, políticas governamentais tem influenciado ao não tratamento igualitário da mulher, desrespeitando seus direitos, embora hoje seja um direito universalmente válido, independente do costume e cultura, sendo um direito humano reconhecido e efetivado pelas nações, sendo possível a convivência através do Universalismo Plural. Visão dos Direitos Humanos que são direitos e conquistas universais, todavia precisam conviver com as nuances tradicionais de cada povo, desde que estas não aviltem, nem prejudiquem a dignidade humana, abrangendo-se, portanto a erradicação de qualquer forma de preconceito ou tratamento desigual para com a mulher, pois há de se convir que existam direitos humanos adequados para todo o Mundo.

(Metodologia) Far-se-á uma breve digressão histórica sobre o percurso e as conquistas da mulher em diferentes épocas, até chegar ao Tratado em questão. Como a convenção vem surtindo efeito em âmbito global. Emprego do método dialético, com estudo crítico, para conceituar os Direitos Humanos, especificamente no que se trata de todas as formas de discriminação contra a mulher. A pesquisa se instrumentalizou, ademais, pela revisão bibliográfica e das decisões da corte internacional.

(Resultados) O estudo apontou que países membros, embora tenham participado e ratificado a convenção tem se tornado relutante em cumprir todo o acordo por questões culturais, sociais e religiosas de modo a influenciar decisivamente no tratamento não isonômico a mulher, não assegurando todos os direitos que lhe são cabíveis, como também a não observância da integralidade dos Direitos Humanos. No Brasil a conquista da Lei Maria da Penha para assegurar à proteção a mulher, o homem preso não só por falta de pensão. Mas também pelo abuso contra a mulher. A diminuição do número de mortes e crime contra a mulher. A proporção de divulgação e informação que a lei tomou, o alcance social e a mobilidade da sociedade.

(Conclusão) Concluímos então, que a proteção aos direitos da mulher deve ser resguardada com base na universalidade do Direitos Humanos, respeitado a isonomia de cada cidadão independente do sexo, religião ou cultura, mesmo que para isso será necessário aplicações de sacões para os Estados membros que ratificaram o acordo e desrespeitam, Tal como a pena de advertência, já que até o presente momento não existe uma sanção maior para países membros descumpridores, em virtude do respeito a soberania de cada país membro.

Palavras-Chave: isonomia; mulher; direitos humanos.

**COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL: O AUXÍLIO DIRETO NAS VARAS
CRIMINAIS DA COMARCA DE NATAL/RN**

Autor(es):

Nailton Gomes Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) O elevado fluxo de informações, valores e serviços, bem como a progressiva movimentação de pessoas (imigração) entre Estados são elementos indissociáveis da sociedade contemporânea, havendo, nas últimas décadas, um incremento no número de crimes transnacionais e fugas internacionais. Nesse contexto, alguns dos mecanismos clássicos de cooperação jurídica internacional, sendo exemplo a carta rogatória, perderam sua eficácia e eficiência em determinadas situações, como no combate ao crime organizado, circunstância que instigou a criação de instrumentos mais ágeis e seguros, como é o Auxílio Direto. Impende marcar que a cooperação jurídica internacional, firmada através de diversos acordos (tratados) bilaterais ou multilaterais objetiva exatamente proporcionar uma maior celeridade e auxílio à concretização da justiça entre estados, de onde se revela a relevância desse estudo. Assim, objetiva-se (i) investigar o que se entende por Auxílio Direto em matéria penal, destacando se existem e quais seriam as vantagens em relação a carta rogatória; e (ii) verificar se os Juízos Criminais da Comarca de Natal/RN utilizam desse instrumento de cooperação jurídica internacional. A contribuição da pesquisa supera a simples reunião de dados bibliográficos em um único lugar e busca contribuir com proposições sobre a realidade e utilidade do Auxílio Direto no Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte.

(Metodologia) Como metodologia, a presente investigação utilizou de revisão bibliográfica e de estudo de campo e documentos, pautando-se em doutrina especializada sobre o assunto, como Fábio Ramazzini BECHARA e Denise Neves ABADE, e consultando a Convenção de Viena, Decreto n.º. 154, de 26 de junho de 1991, a Convenção de Palermo, Decreto n.º. 5.015, de 12 de março de 2004, e a Convenção de Mérida – Decreto n.º. 5.687, de 31 de janeiro de 2006. Noutro vértice, foram examinados 66 (sessenta e seis) tratados de assistência jurídica mútua em matéria penal celebrados entre a República Federativa do Brasil e uma gama variada de países que preveem o instituto do Auxílio Direto. Por derradeiro, foram entrevistados, informalmente, os representantes (magistrados e diretores de secretaria) das 12 (doze) varas criminais da comarca de Natal/RN sobre a utilização desse instrumento de cooperação jurídica internacional.

(Resultados) O pedido de auxílio jurídico direto internacional em matéria penal consiste em um requerimento direcionado a um estado estrangeiro com quem tenha anteriormente firmado tratado, diferenciando-se por não haver homologação do ato jurisdicional estrangeiro. Embora haja algumas variações em cada tratado, há um núcleo legal ou requisitos mínimos para que os pedidos sejam cumpridos, são eles: (i) resumo da investigação que motivou o pedido; (ii) identificação das partes envolvidas; (iii) descrição sóbria e específica dos fatos sob apuração judicial; (iv) a transcrição dos dispositivos legais relativos à espécie; (v) as diligências a serem realizadas, bem como eventual procedimento que deva ser observado; e (vi) a finalidade e utilidade da medida solicitada. De outro modo, o pedido de Auxílio Direto, no campo teórico e prático, demonstrou-se ser mais eficaz e célere do que o instrumento da carta rogatória, precisamente por não ser necessária a concessão de “exequatur”. Por derradeiro, constatou-se que somente uma vara criminal da comarca de Natal/RN conhece e utiliza do Auxílio Direto, como se pode observar do processo n. 012526-25.2012.8.20.0001.

(Conclusão) O caráter arrojado do Auxílio Direto proporcionou um aumento na utilização dos pedidos de cooperação jurídica internacional em matéria penal, sobressaindo-se como um relevante mecanismo de combate à corrupção e à criminalidade organizada, possibilitando a obtenção de informação ou de elementos probatórios para os casos nacionais de maneira ágil e sem complicações, se comparado com a carta rogatória, embora, se tenha constatado que a má utilização do Auxílio Direto pode ferir às inviolabilidades constitucionais de réus e trazer diversos prejuízos à persecução penal.

Palavras-Chave: Cooperação Jurídica Internacional, Crimes Transnacionais, Auxílio Direto.

COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL ENTRE BRASIL E ANGOLA

Autor(es):

Cristina Eiko Tajiki Suassuna: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Aracelle Batista Gonzaga: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo tem como objetivo fazer uma análise do histórico entre Brasil e Angola descrevendo a cooperação jurídica que pauta a relação entre esses dois países. O estudo da cooperação jurídica internacional adquire particular importância na atualidade, quando se analisa a conjuntura internacional de um mundo globalizado juntamente com os mecanismos de auxílio existentes, tornando possível e eficaz a prestação da tutela jurisdicional. Diante da crescente atuação do Brasil no cenário internacional e do incremento da diplomacia de negócios, as relações diplomáticas com os países da África foram intensificadas e, nesse panorama a Angola que possui laços históricos e culturais com o Brasil, tem um papel privilegiado. A rede de cooperação jurídica e judiciária internacional dos países de língua portuguesa foi criada com objetivo de facilitar e acelerar a cooperação entre os Estados que as integram, provendo informações jurídicas e práticas para as autoridades nacionais e apoio na formulação de solicitações de auxílio.

(Metodologia) A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa será a dialética, através de pesquisa bibliográfica de caráter descritivo, sendo a revisão literária realizada através de livros, artigos, pesquisas científicas, doutrinas e legislações, pertinentes à temática abordada.

(Resultados) A cooperação internacional é apontada como importante instrumento para correção e combate às desigualdades econômicas entre os Estados, atendendo exigências humanas, sociais, econômicas, políticas e jurídicas internas daqueles que a adotam. As redes de cooperação jurídica internacional são criadas no âmbito de organizações regionais, paralelamente ou em consequência de acordos multilaterais de auxílio jurídico mútuo. Alguns tratados internacionais foram assinados, entretanto, aguardam ratificação.

(Conclusão) Atualmente é possível afirmar que há tentativa de assimilação do dever de cooperação e solidariedade entre os Estados que compõem a sociedade internacional, tendo em vista que se vivencia uma realidade na qual não há objeções a este dever, e hoje há um verdadeiro dever jurídico no sentido dos estados cooperarem entre si. É importante que o país acompanhe as tendências internacionais, e para isso, é imprescindível o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos mecanismos de auxílio para promover uma cooperação mais célere e eficiente, e assim, perpetuar a ordem jurídica. Isto porque a cooperação jurídica internacional não é apenas um ideal, mas uma necessidade prática para justiça eficaz. Conclui-se, ainda, que a ausência de legislação específica sobre cooperação jurídica internacional, o despreparo de magistrados e operadores do direito quanto à utilização dos recursos, a ausência de comunicação eficiente, a concentração de competência dos tribunais superiores, bem como a incorporação recente da assistência direta à legislação pátria são dificuldades que devem ser analisadas e superadas para que a cooperação se mostre, de fato efetiva.

Palavras-Chave: cooperação, Brasil, Angola.

COOPERATIVAS DE TRABALHO E AS FRAUDES NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS

Autor(es):

Mariana Pinheiro de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Beatriz Araújo de Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Vitor Emanuel Teixeira de França: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Ana Paula de Sales Ferreira : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Karoliny Vidal Rocha : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) O sistema cooperativista é fruto de lutas sociais dos trabalhadores pela própria sobrevivência, os quais sofrem muitas limitações de ingresso no mercado de trabalho, encontrando alternativa de se unirem em grupos a fim de criarem um novo sistema de produção e poderem sobreviver em face das novas necessidades do mercado. Entretanto, a grande e crescente proliferação de cooperativas de trabalho prestadoras de serviços vem desencadeando uma série de críticas calcadas no fato de que tais cooperativas se constituem para descaracterizar o vínculo empregatício e se desvencilhar de uma série de impostos e obrigações sociais para com o trabalhador.

(Metodologia) O presente trabalho tem como proposta uma análise a respeito das Cooperativas de Trabalho, pelo uso do método hipotético-dedutivo, bem como pela análise jurisprudencial e da legislação vigente - Lei nº 8949/94 que introduziu parágrafo único ao artigo 442 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), Lei 5764/71 (que define a política nacional do cooperativismo) -, as consequências das falsas cooperativas para a sociedade como um todo e, por fim, uma consideração ao andamento do Projeto de Lei n. 131/08 que regulamenta as atividades das cooperativas de trabalho.

(Resultados) O trabalho torna claro que a finalidade precípua das cooperativas de serviços é organizar o trabalho do seu associado provendo-lhe de suas necessidades, eliminando a figura do patrão e o conceito de lucro. Neste quadro, a cooperativa de trabalho surge visando corrigir a distribuição da riqueza, se inspirando em princípios de ordem ética e moral na busca de uma economia mais humana, em proveito de seus associados, a fim de atingirem seus objetivos comuns, com finalidade de subsistência. Porém, constata-se algo que deve ser combatido: a utilização das sociedades cooperativas de trabalhos na prática de verdadeiras fraudes à legislação trabalhista. Visando somente, sob a “roupagem” de cooperativas, fornecer às empresas uma forma menos onerosa de mão de obra. Desta forma, não é de nenhuma valia a invocação da norma do parágrafo único do artigo 442 da CLT ou a do artigo 90 da Lei 5.564/71, se no plano da realidade o trabalho foi realizado de forma subordinada na tentativa de “fechar” as eventuais brechas do desvirtuamento de tão nobres institutos, sugere-se a utilização de princípios como o da primazia da realidade dos fatos.

(Conclusão) A utilização de autênticas cooperativas de trabalho é permitida e deve ser estimulada. O cooperativismo é, sem dúvida, uma das formas de relação de trabalho que vem contribuindo na luta contra o desemprego e o trabalho informal. O que deve ser combatido é a prática de verdadeiras fraudes à legislação trabalhista, por meio da utilização de empregados, importante destacar que além da desvalorização do trabalhador o agir fraudulento dessas falsas cooperativas gera danos também à sociedade como um todo. Dentre eles: a precarização do trabalho; a pejotização; a elevação do número de acidentes do trabalho; a violação à dignidade humana do trabalhador cooperado, assim como ao princípio da isonomia; a violação ao princípio da livre concorrência. Assim sendo, o seu desvirtuamento deverá sempre ser duramente combatido pelos órgãos competentes, em especial pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio de seus Auditores-Fiscais, em ação preventiva e repressiva, assim como pela Justiça especializada, quando demandada.

Palavras-Chave: Cooperativas; Fraudes; Relações Trabalhistas.

COPA DO MUNDO DE FUTEBOL DE 2014 E A RELATIVIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SOBERANIA

Autor(es):

Roxanna Beatriz Gundin de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Carlianna Victória Costa Procópio Hackrad: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) Será desempenhada uma análise do Princípio da Soberania do Estado, presente no art. 1º, I da CF/88, o poder supremo do Estado que se divide em: interno e externo. No âmbito interno, o poder do Estado é o mais alto existente dentro do próprio Estado. Já no âmbito externo, que é o mais relevante nessa pesquisa, o Estado goza de liberdade e independência para realizar atos de interesse da sua sociedade, sem necessitar do consentimento de qualquer outro Estado ou órgão internacional, isto é, não há subordinação nem dependência entre eles, e sim igualdade. Em contrapartida, esse instituto foi relativizado devido à interferência da Fédération Internationale de Football Association (FIFA) nos períodos em que foram realizados os eventos esportivos da Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de Futebol de 2014, sediadas no Brasil. Para que isso fosse possível, o país teve que se submeter a várias obrigações que acabaram modificando vários aspectos da nossa estrutura e cotidiano, a fim de que se atingisse o “padrão-FIFA”.

(Metodologia) Foi realizada uma pesquisa exploratória através do método dialético, utilizando-se do suporte de livros doutrinários e legislação nacional para conceituar e comprovar a importância do Princípio da Soberania do Estado e sua relativização frente às exigências da entidade organizadora, durante a realização dos jogos.

(Resultados) Houve uma grande intervenção da federação internacional de futebol no nosso território, a fim de que fossem cumpridos os requisitos estipulados pela FIFA para sediar os eventos esportivos. Ocorreram transformações na infraestrutura das cidades com as construções de estradas, aeroportos, mobilidade urbana e estádios exorbitantes, ocasionando situações conturbadas com uma série de desapropriações da população local. Havendo inclusive interferência em nossas leis federais e estaduais, como por exemplo, a mudança de algumas regras contidas no Estatuto do Torcedor, a Lei nº 10671/2003, como a permissão de venda de bebida alcoólicas nos estádios, entre outros, modificando-os através de lei temporária Lei nº 12663/2012, conhecida como a Lei Geral da Copa.

(Conclusão) Ficou evidente a grande interferência da FIFA durante os eventos esportivos, como condição para as suas realizações no Brasil, caracterizando uma intromissão na soberania do nosso Estado, havendo uma verdadeira subordinação do nosso país aos seus interesses políticos e econômicos e submissão as suas regras, resultando na revogação temporária de vários direitos dos cidadãos brasileiros durante a Copa. Sendo um assunto ainda mais controvertido, devido ao fato dos altos investimentos não terem sido revertidos em benefício da sociedade, instituto que justifica a existência da soberania do Estado, já que deve prevalecer primeiramente o interesse da população defendida pelo Estado nas relações internacionais.

Palavras-Chave: Princípio da Soberania; FIFA; Copa do Mundo.

COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: AÇÕES AFIRMATIVAS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.

Autor(es):

Lucas Soares Fontenele: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Victor Norio Nagatomi Viegas : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A educação superior para negros pardos e indígenas é, na maioria das vezes, um sonho distante. Vemos a situação atual como um produto do colonialismo escravocrata a que fomos submetidos por quase 400 anos e infelizmente não conseguimos superar o racismo nem a desigualdade econômica e social entre as raças, mesmo após um século do fim da escravidão. Por outro lado, a CF/88 ao trazer princípios como o da Dignidade Humana e da Isonomia, por exemplo, permitiu ao Estado interferir para reduzir a desigualdade entre raças e regiões. Por tais razões, nosso trabalho faz uma incursão sobre a questão das cotas raciais que é uma ação afirmativa voltada para inclusão de tal parcela racial nas universidades públicas do país. No entanto, por não haver espaço para tratar todas as peculiaridades do povo indígena sem perder profundidade no tema principal, resolvemos destacar apenas as situações dos negros e pardos.

(Metodologia) O presente trabalho foi feito através de pesquisas estatísticas sobre o tema, do julgamento sobre a constitucionalidade das cotas pelo STF, da evolução das leis que tratam sobre racismo no nosso ordenamento jurídico e de um breve relato histórico sobre situação econômica e educacional dos negros e pardos. Nós utilizamos o tipo de pesquisa teórica quantitativa, com os métodos de abordagem e de procedimento hipotético-dedutivo e histórico.

(Resultados) Diante das estatísticas acolhidas por nós, conseguimos inferir que apesar de serem alunos cotistas e por vezes tidos como não merecedores de vagas ou piores que os não-cotistas, na prática essa ideia não se confirma, as notas de ambas categorias são basicamente as mesmas. Outra informação retirada do trabalho foi a melhora social e econômica daqueles com diploma do ensino superior em comparação àqueles sem, uma diferença salarial que alcança os 219%. Obviamente que as cotas não são permanentes nem substituem as falhas apresentadas na educação pública de base, mas são ações afirmativas que buscam mudar uma realidade precária presente na nossa sociedade e reduzir a desigualdade entre raças tão presente no Brasil.

(Conclusão) Analisamos os dados e concluímos que as cotas raciais são extremamente necessárias para a evolução social e econômica de uma parcela da população excluída desde o início da história do nosso país, os negros e pardos. Após estudar o tema, chegamos à mesma conclusão que o STF, as cotas apesar de tratarem as pessoas de forma desigual não chegam a ser inconstitucionais, muito pelo contrário, elas são a realização do direito à educação previsto no artigo 6º da Constituição Federal. Vale ressaltar também que apesar de ter passado quase um século do fim da escravidão e da absoluta igualdade entre raças (pelo menos na teoria) no Brasil, a população pobre se apresenta com uma maioria significativa de negros e pardos, o que nos leva a crer, mais uma vez, que a decisão pela constitucionalidade das cotas e sua subsequente aplicação como uma medida acertada e merecedora de elogios.

Palavras-Chave: Desigualdade. Cotas raciais. Constitucionalidade.

CRIMES DE MAUS TRATOS A CAES E GATOS EM AMBIENTE URBANO

Autor(es):

Wallace Bruno de Oliveira Paiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ronaldo Ramon Aguiar Da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Elísio Pereira de Araújo Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Otávio Araújo Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Leonardo Pessoa da Camara: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O objeto do presente trabalho é analisar a prática de crueldades contra os animais domésticos, previsto nas leis brasileiras, levando em consideração a facilidade e a vulnerabilidade destes animais, onde os seres humanos tem sido verdadeiros carrascos, torturando-os com as suas próprias mãos, No entanto, tal prática é inadmissível intolerável na sociedade em que vivemos, tais crimes devem ser banidos do nosso meio

(Metodologia) Será usado o emprego do método dialético, com estudo crítico desde o início da relação entre seres humanos e animais, seus relacionamentos era exclusivamente de trabalho, a única finalidade que o animal possuía era executar os interesses do seu dono, vivendo à disposição e ao o seu domínio Procedendo-se à pesquisa bibliográfica e da legislação aplicável. Onde presencia a evolução da proteção aos animais, no Brasil, a Lei Federal 9.605, em 1998, denominada Leis dos Crimes Ambientais. impõe aos autores dos crimes de maus tratos, penalidades e por consequência, sansões administrativas e penais para cada caso

(Resultados) O presente estudo apontou que a legislação brasileira dispõe de proteção aos animais, principalmente ao tipificar crimes de maus tratos. Mesmo assim, os crimes não param de crescer e os animais ficam cada vez mais vulneráveis, em razão do aumento dos maus tratos, muito embora exista uma Delegacia de Polícia especializada para crimes ambientais (DEPREMA) e outros órgãos administrativos para proibir esse tipo de conduta ilícita. Desse modo, analisa que as Leis não são os únicos meios para evitar tais condutas, sendo necessária a conscientização, como aliado para diminuir a prática de tais delitos. A falta de respeito a essas espécies, faz no nosso dia a dia, conviver com pessoas que acham normal a negociação de animais domésticos, os cachorros e gatos são os mais comuns. Os adquirentes fazem uso da compra, muitos alegam que tratam como se fosse um membro da família. Mesmo adquirindo em um local como pet-shop (comércio), não considera como mercadoria. Nas vitrines de alguns pets-shop são expostos os animais, sem qualquer fiscalização, vivem em lugar que mal cabe o seu próprio corpo, muitas das vezes em ambientes com poucas ou até higiene onde os alimentos e águas se misturam com as próprias fezes e urina dos animais, portanto são vulneráveis às doenças. O maiores índice de pontos comerciais, são os clandestinos, os quais não tem estrutura e sem qualquer preocupação com o bem estar dos animais, Tais lugares são completamente insalubres para a criação, até o período que os mesmos são colocados à venda. Os adeptos do abolicionismo asseguram que a compra ou venda de animais golpeia a ética e os direitos dos animais, visualizando a comercialização a uma atividade antiética. Presencia que os abolicionistas, motiva, a supressão do abuso aos animais, sem se conformar com o regimento a essa exploração

(Conclusão) Pode-se observar uma evolução ocorrida ao longo dos anos no que tange os crimes contra os animais, proporcionalmente a ascensão aos maus tratos. Os quais vêm sendo denunciado com maior frequência, devendo assim, conscientizar toda a sociedade, de que, deve acabar por completo, com o mau trato e abandono dos animais, os quais não possuem meios de se defender e tão menos procurar os seus direitos

Plavras-Chave: proteção; abolir; maus tratos

CRIMES VIRTUAIS: FUNÇÃO DA JUSTIÇA E DO ESTADO ENQUANTO GARANTIDOR DA SEGURANÇA JURÍDICA X FALTA DE TIPIFICAÇÃO.

Autor(es):

Maurício Cesar da Silva Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Maria Luiza de Almeida Carneiro Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O uso da internet virou algo corriqueiro em nosso dia a dia, simultaneamente com o benefício desse serviço surgiram os crimes virtuais. Essa nova modalidade de crimes acompanhou a evolução, de modo que o anonimato da rede mundial de computadores, a falta de tipificação de tais crimes, de forma específica, juntamente com a mora na aplicação da punição por parte do Poder Judiciário facilita o cometimento desses ilícitos, o que acaba a obrigar a população a buscar mecanismos de prevenção contra eles. Várias empresas estão criando congressos que ensejam o debate e a disseminação de soluções contra os crimes virtuais, com o objetivo de se articular para a precaução contra esses riscos. A intenção do criminoso, nesse tipo de crime, pode ser de ludibriar uma pessoa para obter uma vantagem financeira ou pessoal, enganar suas vítimas ou mesmo furtar informações particulares com o intuito de utilizá-las em proveito próprio. Ultimamente uma modalidade de crime que vem se tornando muito comum na internet é o envio de e-mail simulando ser de algum órgão estatal conhecido, como é o caso da Receita Federal, Polícia Federal e Serasa, como também utilizando nomes de Instituições Financeiras.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi à revisão bibliográfica, além do estudo da legislação aplicada, tudo com base no método dedutivo, com base em pesquisa qualitativa.

(Resultados) O poder judiciário brasileiro utiliza atualmente os crimes já tipificados em nosso ordenamento para adequar os crimes virtuais. Os magistrados, em sua maioria, fundamentam seus julgados utilizando o artigo 171 do Código Penal, esse artigo é bem amplo e abrange algumas modalidades de crimes virtuais. Outros crimes, como no caso da pedofilia são enquadrados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ocorre que não basta apenas iniciativa para punição dos crimes virtuais, visto que o que dificulta a justiça quanto à punibilidade de tais condutas quando praticadas pela internet é a identificação dos sujeitos e a adequação dessa modalidade de crime praticado em âmbito virtual com os crimes em espécie já previsto em lei é precária. Embora se saiba da impossibilidade da legislação em acompanhar os avanços dos crimes virtuais é fundamental que nos conscientizemos de que a falta de legislação específica corrobora para o desdobramento dos Crimes Virtuais, e essa realidade precisa mudar, mas enquanto isso não ocorre, esse argumento não deve ser o fator determinante para a impunidade dos criminosos. O advento da Lei 12.737 de 2012, que dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos já é considerado um avanço na tipificação correspondente por ter dado um ponta pé para o surgimento de novas leis, no entanto ela inseriu três crimes somente, ficando árias condutas ainda sem tipificação.

(Conclusão) Faz-se necessária a imediata tipificação em nosso ordenamento jurídico de condutas criminosas praticadas por meio da internet. Em um mercado tão disseminado como é a internet, a falta de legislação que defina e classifique quantos e quais são os crimes cometidos virtualmente para amparar os usuários desse serviço constitui atraso no aspecto jurídico, mas progresso na criminalidade realizada por meios virtuais. O Direito, por ser instrumento regulador dos fatos juridicamente relevantes, deve acompanhar essas mudanças tecnológicas buscando se adaptar as transformações de modo direto, a fim de trazer adequação efetiva e gradual perante a mudança na realidade, obtendo como fim a segurança jurídica. Dessa forma, faz-se primordial, em razão da complexidade do tema, que medidas sejam tomadas, e essas medidas dependem estritamente da excelente relação entre o Direito e os Órgãos Especializados da Justiça, para o tratamento dessas questões por meio da legislação específicas que abordem o tema para inibir condutas similares.

Plavras-Chave: Internet, Crime, Tipificação.

CRISE DE REPRESENTATIVIDADE: A ANÁLISE DO SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO

Autor(es):

Fernanda Souza de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Jarlanny da Silva Campos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O maior desafio da República Federativa do Brasil é a efetivação da Democracia Representativa nos moldes constitucionais, sendo o sistema partidário o modelo mais viável para a sua concretização. Concernente a sua estrutura é possível auferir que essas instituições são deficientes, pouco institucionalizadas e oscilantes do ponto de vista ideológico, o que reflete diretamente na coletividade, que se vê continuamente pouco representada, justificando, em partes, a Crise na Representatividade. Outro apontamento que deve ser feito é a significativa contribuição da omissão legislativa no frágil modelo de Democracia partidária no país. A Constituição Federal de 1988 assegura alguns direitos relativos aos partidos políticos, deixando vago a verdadeira função política que deve ser desempenhada por essas instituições, abrindo uma lacuna para que interferiam na política de Estado, atingindo a liberdade Democrática já conquistada, o chamado limite do que constitucionalmente é aceito.

(Metodologia) Com o escopo de alcançar os objetivos propostos, procurou-se fazer uma pesquisa no campo teórico, buscando opiniões de especialistas e doutrinadores da temática. Através do método dedutivo, fez-se uma análise de casos práticos de ampla visibilidade Nacional. Ademais, realizou uma análise a partir do método histórico de procedimento, investigando a origem do fenômeno. Por fim, fez-se a utilização do método dialético de abordagem que promoverá uma adequada discussão teórica acerca do tema.

(Resultados) A presente crise de representatividade consiste na falta de identidade entre o povo e suas autoridades públicas. Na atual conjuntura brasileira, a Democracia Representativa expressa na Constituição Federal de 1988 se vê efetivada através dos partidos políticos. Nesse sentido, a constitucionalização dessas organizações no país foi uma aquisição tardia, porém significativa, resta ainda seu reconhecimento formal como instância política vital para a Democracia brasileira. Esse entendimento é consequência dos partidos políticos ainda não serem reconhecidos como cooperadores no processo de formação da vontade coletiva. Para aprofundar essa situação, a Constituição pátria é omissa quanto à importância das instituições político-partidárias para a estrutura democrática do país com a função precípua de administrar e representar a vontade dos indivíduos. Concernente à insatisfação do povo, convém dissertar qual o verdadeiro sentido da fidelidade partidária. Sendo esta, a aceitação dos seus filiados as diretrizes e objetivos do partido, essa obediência à ideologia propagada na legenda se quebra com a “permuta partidária”, já que contradiz a identidade político-ideológica do parlamentar para com o eleitor. Assim, são maculados princípios basilares da Administração Pública, principalmente, o da moralidade, já tão deficiente na política brasileira.

(Conclusão) Diante das problemáticas abordadas é necessário explanar soluções a fim de minimizar os efeitos nocivos da ausência de elementos cruciais referentes à temática abordada. Primeiramente, é imprescindível buscar colmatar a lacuna Constitucional presente no nosso ordenamento jurídico a respeito da falta de normatização que defina a real função de um partido político no país, o que amplia a crise do nosso sistema de representação brasileira. Como consequência disso é preciso refazer a organização da estrutura dos partidos políticos brasileiros sem interferir em sua autonomia, visto que a Constituição impõe esse limite de interferência do Estado em assuntos partidários. Por fim, para se atingir este objetivo é necessário promover uma reforma política no país, de maneira que haja a criação ou a utilização de mais instrumentos que possibilitem a participação direta dos cidadãos, dando voz a uma Democracia cada vez mais participativa.

Palavras-Chave: Crise de Representatividade. Partidos Políticos. Legislação Constitucional.

DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA: UMA ANÁLISE ACERCA DO PRECATÓRIO.

Autor(es):

Fernanda Moura Bandeira Antas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Klesia Barbalho Cavalcante de Brito : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luiz Marinho Simas Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Guilherme Tavares Cortês: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Priscila Costa de Almeida Rodrigues : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Bruno Tavares Padilha Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) Ao longo dos anos, a execução contra a Fazenda Pública sofre mudanças a fim de otimizar sua sistemática e alinhar-se aos princípios da administração pública; neste contexto, a constituição de 1934 trouxe a sistemática dos precatórios, a qual foi mantida, por último, pela constituição de 1988, em vigor até os dias atuais. O instituto dos precatórios é um sistema de execução diferenciado, fundado na premissa essencial de que os bens públicos são inalienáveis e impenhoráveis, uma vez que são afetados pelo uso público; portanto, o precatório é o meio utilizado para a execução de obrigação pecuniária contra a Fazenda Pública, e estão sujeitas todas as entidades compreendidas no conceito de Fazenda Pública nos três níveis de federação, excluindo-se deste regime as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações públicas de direito privado, uma vez que não ostentam natureza de direito público, subordinando-se ao regime do direito privado.

(Metodologia) O estudo em pauta situa-se na área jurídica, bebendo da fonte, primordialmente, doutrinária; a pesquisa a ser realizada se dará entre os mais ilustres doutrinadores e renomadas obras jurídicas, nas bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN).

(Resultados) Esta sistemática é pouco explorada pela doutrina, pelo que se percebeu a necessidade de contribuir para com o assunto e, tendo em vista, as inúmeras discussões concernentes ao assunto em epígrafe, nasce então o presente trabalho.

(Conclusão) Pretende-se construir uma visão sistemática do instituto em discursão, com objetivo de fazer a análise acerca do instituto dos precatórios esclarecendo seu significado, abordando suas variações, diferenciando do instituto da requisição de pequeno valor e observando sua evolução legislativa sem, contudo, esgotar o tema, que, por vezes polêmico e democrático, encontra grande dificuldade no seu planejamento e norteamiento. Com os escritos, intui-se, também, a explanação das diferentes formas de execução contra a fazenda pública ao longo do tempo, observando sua evolução legislativa. Outrossim, abordar-se-á ao longo do trabalho o que, segundo Paulo Afonso, foi dito em virtude da sistemática governamental perante o pagamento dos precatórios, qual seja, a importância desse sistema que permite aos gestores governamentais terem ciência com antecedência do quanto será gasto com essas despesas obrigatórias, permitindo o planejamento financeiro para satisfação dos créditos. Tendo em vista a crescente de demandas contra a administração pública, o tema tem bastante relevância no mundo jurídico, uma vez que ainda há muito no que avançar quanto sistemática dos precatórios e observando que é um tema pouco explorado pela doutrina.

Palavras-Chave: Execução; Fazenda pública; Precatórios; Evolução

DECRETO N° 6.949: A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE ACESSO À EDUCAÇÃO E OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Autor(es):

Layla de Oliveira Lima Linhares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Larissa Paim Veppo dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) No cenário histórico, o conceito de igualdade fundamenta-se nos postulados trazidos pelos pensadores gregos Sólon (640-560 a. C.), Platão (429-347 a. C.) e os estoicos enquanto ideal de igualdade valorativa e natural entre os seres humanos, que ultrapassa a ideia da escravidão. Em seguida, o cristianismo, reconheceu dignidade, valor e liberdade espiritual a todas as pessoas, baseada no universalismo cristão. Não obstante, a evolução histórica e as necessidades advindas do convívio em sociedade demonstraram a premência de readequação daquilo que se abstraía do conceito de igualdade, a fim de que as especificidades e diferenças entre os sujeitos detentores de direitos passassem a ser realmente observadas e respeitadas. A igualdade e o reconhecimento da diferença impuseram, como dever de abstenção, a não-discriminação, tida como desdobramento do princípio da igualdade. Notório que somente através da igualdade e da não-discriminação é que se viabilizaria a comutação da igualdade formal, abstrata e geral para a igualdade material e substancial, permitindo a plena concretização do postulado da dignidade da pessoa humana e o pleno exercício dos seus direitos. Nesse deslinde, a igualdade material, jurídica e historicamente vinculada ao Estado Providência e Direitos Sociais, ocupa espaço singular no mundo contemporâneo, de forma que violação a este fundamento normativo configura atentado contra a própria estrutura democrática. O presente trabalho dedica-se a abordar os aspectos relevantes da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada através do Decreto n° 6.949, primeiro tratado internacional de direitos humanos aprovado nos termos do art. 5°, §3°, da Constituição Federal, no que diz respeito à garantia de acesso igualitário à educação, conforme leciona o art. 206 do mesmo diploma legal. Nesse âmbito, busca-se analisar a existência de avanços trazidos pela Convenção bem como pelas recentes leis e decretos referentes ao tema abordado.

(Metodologia) A pesquisa realiza-se através do método lógico-dedutivo, o qual permitirá através de uma breve exposição bibliográfica a elucidação da temática abordada, mediante levantamento da literatura jurídica pertinente, relacionando os preceitos abarcados pela Carta Magna e pelo Decreto objeto da discussão.

(Resultados) Como resultado, observa-se que, uma vez promulgada a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, torna-se viável a promoção e a proteção do exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, por todas as pessoas com deficiência assim como proposto pelo próprio Decreto n° 6.949, assegurado o acesso amplo à educação.

(Conclusão) Conclui-se que, promulgada Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, passam a ser tutelados direitos e materializa-se o dever de proteção às pessoas abarcadas por tal instituto, garantido, desse modo, o acesso igualitário à educação que encontra respaldo não só na Constituição Federal, mas em outros diversos diplomas legais, dentre eles o Decreto objeto do presente estudo.

Palavras-Chave: Igualdade; Pessoas com deficiência; Decreto n° 6.949.

DESAPOSENTAÇÃO NO BRASIL

Autor(es):

Raphael Targino Dias Gois: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Breno Sales Brasil: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O fio condutor deste trabalho é a análise do novo fenômeno previdenciário conhecido como desaposentação, o qual, apesar de ainda não possuir previsão legal, tem gerado uma enxurrada de processos no sistema judiciário brasileiro há pouco mais de cinco anos. A desaposentação é preocupante, uma vez que, segundo o Instituto Nacional do Seguro Social, o impacto, caso o Supremo Tribunal Federal conceder o benefício aos aposentados, será de setenta bilhões de reais. O julgamento está previsto para vinte e nove de Outubro de 2014 e tem gerado grandes e calorosas discussões acerca da temática. O presente trabalho tem por escopo analisar os argumentos contrários e a favor à aprovação desta no STF. Para tanto, utiliza de metodologia linear, aprofunda-se no conceito, no histórico brasileiro, perpassando por um exame dos dados estatísticos, em especial os julgamentos que levaram a formulação da Súmula 3 do TRF 4 e Súmula 70 do TRF 2, assim como o entendimento do STJ que tende a favorecer a desaposentação, os quais, em princípio, serão consideradas para o julgamento definitivo do STF. Expondo, posteriormente, as possíveis causas e impactos que o julgamento trará em âmbito econômico, jurídico e social, enaltecendo pressão social acerca do tema. Destacamos, por oportuno, o voto do Ministro Luís Roberto Barroso, o qual acompanhou o Ministro Relator Marco Aurélio, votando a favor da desaposentação, propondo, entretanto, a criação de uma fórmula para concessão da aposentadoria no caso do recálculo que, segundo ele, gerará um "custo fiscal assimilável". Ressalta-se que os defensores da desaposentação apontam direitos fundamentais em sua defesa, utilizando-se dos princípios constitucionais da Dignidade da pessoa humana e Solidariedade para embasar seus pedidos, que não podem ser confundidos com Ações de Revisão e/ou Recálculos de benefício. O INSS, em sua defesa, aponta, principalmente o impacto negativo no âmbito financeiro, o que impossibilitaria a manutenção e planejamento do instituto, tal como a insegurança jurídica que a decisão favorável a este tipo de ação traria. Não queremos, contudo esgotar o tema, sem antes disso, suscitar novas e frutíferas discussões.

(Metodologia) Este trabalho baseia-se no resultado de uma pesquisa de cunho teórico, na doutrina especializada associada ao direito previdenciário e constitucional. Integrando-se uma abordagem comparativa dos impactos provenientes da desaposentação.

(Resultados) Constitui-se como objetivo deste trabalho ressaltar a importância do debate acerca da desaposentação, por sua relevância econômica e social, assim como, e em especial, pela aproximação de seu julgamento pelo Supremo.

(Conclusão) Com base nisso, conclui-se o dever da análise da questão para que se alcance um binômio perfeito entre a economia e preservação dos direitos previdenciários e constitucionais dos aposentados. Com os resultados dessa pesquisa, foi possível observar os efeitos da desaposentação, bem como o desenvolvimento das normas previdenciárias que visam a garantia dos direitos dos aposentados, tal como a necessidade da criação de um plano estratégico de longo prazo para o restabelecimento financeiro do INSS e o equilíbrio dos fundos da instituição.

Palavras-Chave: Desaposentação. STF. Direitos fundamentais.

DESAPOSENTAÇÃO: UM DIREITO DO SEGURADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Autor(es):

Wallace Bruno de Oliveira Paiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ronaldo Ramon Aguiar Da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Rafael Carvalho dos Anjos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Otávio Araújo Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Leonardo Pessoa da Camara: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Analisa a aposentadoria seja por idade ou por tempo de contribuição, que nem sempre são sinônimos de inatividade profissional. A continuação do trabalho pelo segurado é justificada pela queda de renda sentida em razão da aposentadoria, tornando árdua a tarefa de continuar provendo a subsistência própria e dos familiares. A consequência gerada por esta situação é que, mesmo após conseguir atingir a aposentadoria, o segurado continuará contribuindo, daí decorrendo, para o futuro, o pleito de utilização do novo período de contribuição para uma nova aposentadoria, mais vantajosa que a primeira.

(Metodologia) Emprego do método dialético, com estudo crítico, para conceituar a desaposentação como “uma nova aposentadoria” concedida ao aposentado, aproveitando-se a totalidade de suas contribuições, incluindo aquelas efetuadas após aposentar-se. A pesquisa se instrumentalizou, ademais, pela revisão bibliográfica e das decisões jurisprudencial.

(Resultados) O estudo apontou que a desaposentação é um direito do segurado que se manteve ou retornou ao exercício de atividade remunerada, com o desfazimento da aposentadoria por vontade do titular, para fins de aproveitamento do tempo de filiação em contagem para nova aposentadoria, no mesmo ou em outro regime previdenciário. Mesmo que considerada a aposentadoria um ato jurídico perfeito, a Previdência jamais poderá prejudicar o contribuinte, impedindo o exercício da renúncia à primeira aposentadoria e aproveitamento de novo tempo de contribuição a fim de obter um novo benefício. “Decisão do recurso julgado na 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais o homem foi representado pelo advogado Hallan Rocha. O juiz federal Carlos Roberto Alves dos Santos afirmou que o artigo 18 da Lei 8.213/91 foi considerado inconstitucional diante da inexistência de respectiva retribuição financeira ao segurado, conforme prevê artigo 201 da Constituição Federal. ”Tendo sido comprovado que, após a aposentadoria, o segurado continuou trabalhando e contribuindo para o RGPS, as novas contribuições devem ser consideradas para fins de concessão de novo benefício, com a eventual majoração do salário de benefício em face dos novos salários de contribuição utilizados, considerou o magistrado. Diante das injustiças perpetradas pela EC nº 20, e a insegurança que assolava os brasileiros durante os anos que precederam a sua publicação, a desaposentação constitui o único meio hábil a proporcionar ao segurado, melhor aposentadoria, e a esperança de conseguir corrigir as injustiças provenientes desta reforma previdenciária”

(Conclusão) Concluímos então, que o contribuinte aposentado, que continua a trabalhar e a recolher com os cofres da Previdência Social pode tentar recalcular seu novo benefício, mais vantajoso, embora isso ainda se dê apenas na esfera judicial. Jurisprudencialmente, o STJ admite a desaposentação, mas o ainda não se encontra pacificado.

Palavras-Chave: Desaposentação; direito; contribuição

DESMISTIFICANDO O AUXÍLIO RECLUSÃO

Autor(es):

Maria Veridiana Avelino da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Maria Gabriela Furtado Marinho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) O presente trabalho visa uma abordagem analítica acerca de um dos benefícios da previdência social, o auxílio-reclusão. Tem por objetivo buscar compreender o que é, como ocorre sua concessão e quais os seus requisitos. Assim, visa-se desmistificar ideias errôneas que comumente são divulgadas entre a população, que se mostra contrária ao benefício sem que o conheça satisfatoriamente. A previdência social protege inúmeros riscos sociais, dentre eles a necessidade econômica em detrimento da prisão do segurado, sendo este o fato gerador que pode vir a ensejar o recebimento do auxílio-reclusão.

(Metodologia) (METODOLOGIA) O método científico utilizado para a efetivação do presente trabalho concerne na pesquisa exploratória (não inédita), através do método dissertativo, com análise de pesquisas bibliográficas.

(Resultados) (RESULTADOS) O auxílio-reclusão tem previsão constitucional no inciso IV, do art. 201; sendo regulamentado no âmbito infraconstitucional pela lei nº 8.213/91. O auxílio-reclusão está condicionado ao fato de o recluso/detento ser segurado da previdência social, ou seja, tenha contribuído para o RGPS. Não será pago ao segurado, sim aos seus dependentes, para que estes não sejam indiretamente condenados por algo que não cometeram. É valor único a ser igualmente rateado entre todos os dependentes legais. Não se protege a prisão do segurado, sim garante meios de sobrevivência aos seus dependentes. Há requisitos a serem observados. Para obter o benefício é necessário que o segurado atenda o requisito baixa-renda, o que exclui diversos reclusos segurados. Além de ser segurado, inclusive no período de graça, e baixa-renda, outros requisitos para concessão do benefício: recolhimento do segurado à prisão; o segurado não poderá estar recebendo remuneração pelo empregador, aposentadoria, auxílio-doença ou abono de permanência; e a existência de dependentes habilitados. Em caso de fuga há suspensão do benefício, e só será reestabelecido após recaptura se o recluso mantiver a condição de segurado. Se advier a morte do segurado, o auxílio-reclusão se converte em pensão por morte automaticamente. O benefício só será devido para segurados que se encontrem em regime fechado ou semiaberto, mesmo que em prisão cautelar; porém, em caso de soltura, livramento condicional, progressão para o regime aberto, não se fará jus. A previdência busca meios que visem evitar a fraude, como a não concessão do benefício aos cônjuges em que o casamento ocorreu quando o segurado já se encontrava recluso, o que evita casamento com o objetivo de receber o benefício. Conforme observado, o auxílio-reclusão não será percebido por todos os dependentes de segurados presos, para que isso ocorra é preciso atender a diversos requisitos; não se é pago ao segurado preso, sim aos seus dependentes, e não será proporcional ao número de dependentes; há hipóteses de suspensão e de cessação do auxílio-reclusão; há um teto a ser observado, que terá por base o valor das contribuições do segurado.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Percebe-se que as críticas ao benefício muitas vezes são construídas baseadas em argumentos falaciosos, formando opiniões equivocadas. A rejeição da população ao benefício é observada através da enquête realizada pelo site da Câmara dos Deputados, porém o resultado pode mascarar a falta de conhecimento da população.

Palavras-Chave: Palavras-chaves: auxílio-reclusão; requisitos; desmistificação.

DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS CIVIL LAW E COMMON LAW COM ANÁLISE NA FORMA DE ATUAÇÃO DOS JUÍZES DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Autor(es):

Marlon Dályson Francelino de Arruda: Discendente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O projeto tem como intuito trazer um esclarecimento sobre a temática proposta, utilizando das problemáticas como meio de esclarecimento. O tema trata de uma distinção entre o Civil Law e Common Law falando um pouco de como estes sistemas jurídicos foram adotados: por herança dos portugueses após colonização e por solidificação dos costumes como norma jurídica, respectivamente. Trata quais são as principais características destes sistemas, suas convergências e sobre sua aplicação nos Estados Unidos e no Brasil. Após a realização da explanação das características de tais sistemas foi feita uma breve análise na forma de atuação dos juizes de primeira instância em ambos os países citados, assim, trazendo também uma distinção da forma de atuação dos dois sistemas jurídicos.

(Metodologia) Para realização de tal projeto, foi feito levantamento bibliográfico em artigos e sites sobre o tema. Partiu-se da utilização do método de abordagem hipotético-dedutivo e dos métodos de procedimento histórico e comparativo. Com a utilização dos métodos citados foi possível compreender os sistemas jurídicos do Civil Law e Common Law na sua criação e adoção pelo Brasil e Estados Unidos, respectivamente. Bem como, as suas diferenças e semelhanças. Trazendo também, a partir da utilização destes métodos, uma abordagem sobre os juizes de primeira instância em ambos os sistemas jurídicos.

(Resultados) Com o presente projeto foi possível perceber que ambos os sistemas jurídicos possuem sua eficácia no país em que são aplicados. Porém, uma interação entre os sistemas gera um resultado bem positivo tendo em vista que, tanto o Brasil quanto os Estados Unidos tem utilizado características do Common Law e Civil Law, respectivamente. Quando se realizou a análise sobre a diferenciação na atuação dos juizes se teve como resultado a constatação de uma total diferença na forma com que os juizes de primeira instância são selecionados bem como, em sua atuação no Brasil e nos EUA. Todo o projeto se voltou para uma análise sucinta dos dois sistemas abordados para melhor entendimento do funcionamento de toda jurisdição brasileira e americana. Ao final dele, é possível constatar que os resultados foram positivos, pois, todas as problemáticas sugeridas foram devidamente confirmadas e debatidas.

(Conclusão) Após a elaboração do projeto, foi possível perceber que, o enriquecimento gerado a respeito do assunto é bastante elevado. Também Foi possível compreender as distinções entre os dois sistemas jurídicos (Civil Law e Common Law), bem como, poder defini-los e expor a forma com que eles influenciam as jurisdições em que atuam. No Brasil, foi possível constatar que o Civil Law foi implantado por influência dos colonizadores, pois, Portugal adota o mesmo sistema. Já nos Estados unidos, a adoção do sistema da Common Law se deu por uma forma diferente: utilizando a solidificação dos costumes da nação como norma jurídica e assim, desenvolvendo todo o ordenamento jurídico até os dias atuais. Com a finalização do trabalho, outros conhecimentos também adquiridos foram as convergências de ambos os sistemas, pois, atualmente, é bem comum utilizar características de um sistema na aplicação do outro. O trabalho trouxe um vasto conhecimento no que diz respeito à atuação dos juizes de primeira instância no Brasil e nos Estados Unidos, sendo possível traçar as distinções e semelhanças nas formas de se ingressar e na atuação dos mesmos.

Plavras-Chave: Common Law, Civil Law e Juizes de primeira instância.

DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO SISTEMA PRISIONAL E CARCERÁRIO BRASILEIRO: UMA GARANTIA CONSTITUCIONAL INEXISTENTE NA REALIDADE DO RÉU.

Autor(es):

Clara Beatriz Pereira de Souza Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os problemas do sistema carcerário são gerados por diversos fatores, dentre eles, podemos citar como principais a falta de preocupação do Estado com tal situação e o desconhecimento populacional da mesma. Existem, no sistema jurídico brasileiro, leis que protegem a vida e dignidade do preso, tanto quanto a execução da pena, tanto dentro como fora das penitenciárias, podemos citar, entre muitas, a LEI DE EXECUÇÃO PENAL, que, infelizmente, é vista como mero dispositivo legal não posto em prática. Dito isto, não se pode fechar os olhos, simplesmente, para a relevância social deste trabalho, visto que é o descaso com a violação do direito de milhares de pessoas que sofrem sem o mínimo de dignidade necessária pra viver, prevista e pregada na Constituição Federal, que está em jogo. De acordo com o caso concreto, pretende-se levar em conta como objetivo do trabalho o modo como são tratados os apenados na prática, mesmo que a lei diga o total contrário.

(Metodologia) A presente pesquisa é qualitativa, visto que procura analisar a realidade do preso no sistema carcerário e prisional brasileiro, as possíveis causas e soluções desta realidade, e estes, sujeito e situação, são indissociáveis. O método histórico é usado como procedimento auxiliar, a fim de tornar clara a origem dos problemas prisionais apresentados. O método de abordagem será o hipotético-dedutivo, visto que se pretende analisar as hipóteses das causas de tal situação com o intuito de sugerir novas soluções para a melhoria do campo estudado. Haverá, também, durante o presente trabalho, diversos aparecimentos bibliográficos para que melhor possa ser explicadas algumas situações.

(Resultados) O princípio da DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA está elencado nos DIREITOS FUNDAMENTAIS, artigo 1º da Constituição Federal, III, logo, é um fundamento do Estado Democrático de Direito, devendo ser aplicado à todo e qualquer cidadão. Em matéria relacionada à provisão de estabelecimentos e serviços penitenciários, o legislador, através da Lei n. 7.210, de 11.7.1984, Lei de Execução Penal - LEP, estabeleceu que, no prazo de 6 (seis) meses após a sua publicação, as unidades Federativas, em convênio com o Ministério da Justiça, deveriam projetar a adaptação, construção e equipamento de estabelecimentos e serviços penais previstos na respectiva Lei (art. 203,§ 1). Sabemos que isso não acontece, visto que os apenados vivem em celas pequenas, com condições sub-humanas, sujas e sem o menor preparo. O artigo 40 da LEP traz que as autoridades têm que respeitar a integridade física e moral do apenado, já o art. 41, desta prevê em seus incisos os direitos do preso. Citando alguns deles, seriam: alimentação suficiente; vestuário; trabalho com remuneração; previdência social; atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas; assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa; entrevista com advogado; visita; igualdade de tratamento; etc. Esses são alguns dos artigos visivelmente desrespeitados em sua amplitude.

(Conclusão) A realidade do sistema carcerário e prisional brasileiro é deficiente e ineficaz no que diz respeito a sua totalidade. O preso é maltratado, vive em condições subumanas, e seu direito de ressocialização, como a maioria dos seus outros direitos, fica apenas na teoria. É preciso entender e conscientizar toda a população sobre isso, mobilizá-la e cobrar atitudes estatais que mudem essa escassez de direitos, mesmo existentes, aos apenados. A Constituição Federal, lei mãe e máxima, é ferida e pouco ou nada disso é levado em conta. As leis existem, o grande problema de todo esse caos é a negligência para tais, dando origem a sua não aplicação.

Plavras-Chave: Dignidade da Pessoa Humana. Direitos Humanos. Sistema Prisional e Carcerário Brasileiro.

DIREITO À PRIVACIDADE E À INTIMIDADE EM FACE DAS CÂMERAS DE SEGURANÇA

Autor(es):

Brenda Jordana Lobato de Araújo Teixeira : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Lara Ohanna Vieira Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Marcela Maria Gomes do Nascimento: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Marília Guedes de Carvalho Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Mônica Holanda Lira da Nobrega: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Juliana Maria Rocha Bezerra da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O advento de novas tecnologias, como as câmeras de para proporcionar segurança à sociedade, invadiu limites impostos por direitos anteriormente criados em nossa Constituição Federal, tais como o direito à privacidade e à intimidade. As transmutações sociais, tecnológicas e legislativas implicam em transformações no modo de vida da população mundial. Evoluções em um ramo aleatório resultam na invasão de limites impostos anteriormente em outro. As leis devem acompanhar as mudanças sociais, o direito deve progredir com a sociedade, mas, nem sempre isso acontece e, quando acontece, não é ocorre em um processo lento. Enquanto não ocorrem mudanças legislativas, muitas vezes, conflitos podem acontecer entre elas. No presente trabalho aborda-se o conflito existente entre o direito à segurança e o direito à privacidade e à intimidade.

(Metodologia) Como substrato para materializar a busca pelo conhecimento necessário ao desenvolvimento desse trabalho elegeram-se o método qualitativo, partindo de uma construção geral para obter soluções, mediante a adoção de pesquisa qualitativa, debruçada sobre referências bibliográficas relacionadas ao tema abordado, de modo a encontrar a melhor alternativa para o conflito existente entre o direito à privacidade e à intimidade em face das câmeras de segurança.

(Resultados) Como resultado do presente trabalho chega-se a conclusão que para chegar aos direitos atuais à intimidade e à privacidade ocorreram diversas alterações com a evolução da sociedade, permitindo que as ideias primordiais fossem superadas pela necessidade de mudança nas leis, estas por sua vez se adaptam ao contexto histórico vivido pela sociedade em cada época. O conflito existente entre os direitos em questão podem ter diferentes respostas, resultados, dependendo do caso concreto. Em não existindo legislações com todos os casos explícitos que podem ocorrer, ou legislações que impeçam o uso das câmeras, os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da ponderação serão os responsáveis por expor o resultado analisando caso a caso, definindo por fim o grupo de normas que irá prevalecer.

(Conclusão) O objetivo do presente estudo é demonstrar a interação existente entre os direitos à intimidade e à privacidade e o direito à segurança, representado pelas câmeras de segurança, dando ênfase ao modo como pode ser resolvido à tensão existente entre eles. Partindo inicialmente do estudo histórico dos direitos fundamentais, dos direitos à intimidade e privacidade e das câmeras de segurança e o seu papel e aceitação na sociedade, finda nos métodos de resolução do conflito encontrado, sendo possível por fim extrair conclusões sobre a temática abordada, sendo os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da ponderação responsáveis pela aplicação adequada dos direitos em conflito em observância a cada caso concreto.

Palavras-Chave: Direito à intimidade, direito à privacidade, câmeras de segurança, princípio da proporcionalidade.

DIREITO À SEGURANÇA: INEFICÁCIA DA SEGURANÇA BRASILEIRA E O SISTEMA DE POLÍCIAMENTO INTEGRADO

Autor(es):

Thiago Breno Nascimento da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A segurança é definida como uma garantia fundamental inviolável e como direito social segundo os artigos 5º e 6º da Constituição Federal, e, de acordo com o artigo 144 os órgãos responsáveis pela manutenção da segurança pública são polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares. Embora seja garantindo, é possível perceber que o Estado não está cumprindo de maneira eficaz, pois os casos de violência, assaltos e homicídios vem aumentando de uma maneira significativa não só nas capitais como também nos interiores e o Poder Público parece não ter uma solução para a resolução do problema. Sendo assim, o presente trabalho, tem o intuito de esclarecer as funções dos órgãos responsáveis e perceber se está sendo garantido, efetivamente, o direito fundamental à segurança pública.

(Metodologia) Trata-se de um estudo do tipo descritivo. A pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, o estabelecimento de relações entre variáveis. Foi realizado um estudo de caso a fim de coletar dados e identificar fatores que interferem na ineficácia da segurança. Para a melhor compreensão do tema, adotou-se o método de abordagem dedutivo e, como método de procedimento, o estatístico.

(Resultados) Em 2012 o Brasil foi responsável por 10% dos homicídios mundiais. De acordo com o Relatório Global sobre Homicídios de 2013, o aumento de homicídios no Brasil prevalece nas regiões norte e nordeste do país. Segundo o artigo 144 da Carta Magna, a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades. Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. A dificuldade do Estado em cumprir com seu dever constitucional está relacionada a vários fatores que atrapalham o desempenho das funções atribuídas aos órgãos responsáveis pela preservação da ordem. A falta de investimento é a principal causa, as forças que atuam no combate ao crime precisam estar equipadas e modernizadas, para acompanhar os avanços da sociedade e consequentemente ter um melhor monitoramento dos casos. Os baixos salários desestimulam esses profissionais, atrapalhando na prestação do serviço. Todos levam a um desestímulo emocional, causando estresse, falta de interesse de executar a função atribuída, gerando comodismo, bem como a falta da execução das rondas policiais. Pode-se afirmar que a situação atual é difícil, pois faltam condições básicas para esses profissionais. Os policiais constituem uma categoria de servidores públicos para quem o risco não é mero acidente. Estes desenvolvem seu trabalho em um meio conflitivo, no limite da marginalidade e criminalidade. O efetivo pode ser considerado baixo quando se compara a quantidade de habitantes de determinado município com a proporção de policiais civis e militares, assim como os bombeiros.

(Conclusão) Levando em consideração a problemática, faz-se necessário à integração do policiamento, principalmente após as guardas municipais adquirirem poder de polícia, vindo a somar forças para uma atuação mais eficiente nas cidades brasileiras. O sistema de policiamento integrado traz consigo vários benefícios, pois o aumento do policiamento nas ruas fortalecerá o trabalho ostensivo, bem como agilizará as ocorrências, melhorando assim a qualidade do serviço prestado.

Palavras-Chave: Palavras-chave: Segurança pública. Policiamento integrado. Eficácia social.

DIREITO DE REPRESENTAÇÃO DO FILHO DO HERDEIRO INDIGNO

Autor(es):

Everlyn de Araújo Guerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Abimael Silva Chibério: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Caroline Lima Teixeira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Juliana Brito Rocha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Como em várias áreas do Direito, no âmbito cível, em sua matéria de Sucessões, encontramos alguns pontos que provocam certos questionamentos e dúvidas a respeito de como tratar o tema e quando este se aplica na realidade. Um desses temas é o direito de representação do filho de um herdeiro indigno na sucessão da herança, temática a ser tratada neste trabalho. Assim, este consiste em demonstrar, quando pode ocorrer e suas consequências práticas na vida de um herdeiro que foi considerado indigno pela prática de certos atos ofensivos à pessoa ou interesse do hereditando, possuindo uma postura de ingratidão contra o de cujus. Além disso, procuramos demonstrar como se encontra o filho deste herdeiro indigno perante a sucessão a qual tem direito, da forma que descreveremos mais detalhadamente a seguir.

(Metodologia) Para tratar do assunto foi elaborada uma pesquisa teórica, abarcando a doutrina e o Código Civil, como meio de elucidar dúvidas e abordar a sua aplicação prática de forma clara, sucinta e objetiva.

(Resultados) No Direito de Sucessões, é sabido que para receber a herança do familiar que faleceu é estabelecida legalmente uma ordem de vocação, ou seja, os parentes mais próximos excluem os mais distantes, até o parentesco de 4º grau, no entanto os descendentes possuem o direito de herdar em linha infinita, havendo como pressuposto para suceder o simples fato de estarem vivos. Contudo, há casos em que o herdeiro pratica atos que vão de encontro à moral e ao interesse do de cujus, ofendendo a figura da pessoa da qual provém a herança, classificando, assim, tais atos, como de ingratidão daquele que se encontra em posição de sucedê-la. No Código Civil, em seu art. 1.814, estão tipificadas condutas que culminam com a perda herança, como o fato de praticar homicídio doloso (sendo autor, coator ou partícipe), acusar caluniosamente em juízo o autor da herança ou utilizar violência e meios fraudulentos, para fazer com que o autor da herança não disponha livremente de seus bens por ato de última vontade. Então, com a prática de “atos indignos”, a indignidade é declarada por sentença, excluindo o herdeiro da linha de sucessão. No entanto, se este herdeiro indigno possuir filhos, os mesmos ainda possuirão direito à herança, devido ao princípio constitucional da individualidade da pena, neste caso, herdarão por meio do instituto da representação, como aduz o art. 1.816 do Código Civil. Portanto, o filho do herdeiro indigno terá direito ao quinhão correspondente ao que este receberia se por acaso indigno não fosse. Tal representação se dá considerando que o herdeiro pré-morto ao tempo da sucessão, dividindo o quinhão pela quantidade de filhos que possuir. Além disso, fica vedado ao excluído da sucessão o direito de dispor ou administrar os bens herdados por seus sucessores.

(Conclusão) Fica evidente que o Código Civil abarca o assunto pelo campo moral, punindo aqueles que praticam atos indignos contra o autor da herança. Porém, o ordenamento trata o caso reconhecendo o direito dos filhos do herdeiro excluído da sucessão, fazendo com que estes não se vejam prejudicados por atos que não foram responsáveis, e com que o herdeiro indigno seja considerado, para o Direito das Sucessões, como pré-morto, sem direito nenhum sobre a herança, diferentemente do instituto da renúncia de herança, que privaria os filhos do herdeiro indigno do direito de recebê-la.

Palavras-Chave: Sucessões. Indigno. Direito de Representação.

DIREITO SUCESSÓRIO: PRERROGATIVAS DO CASAMENTO E DA UNIÃO ESTÁVEL

Autor(es):

Natalia Pereira Gomes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Vanessa Cristina Araujo Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Marcella Caroline Pinheiro de Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Larissa Lamas da Cunha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN
Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho busca fazer uma relação entre os dois institutos do direito sucessório, casamento e união estável. Estabelecendo suas semelhanças, diferenças, bem como vantagens e desvantagens aos participantes. Mostrando como a família se comporta sendo regida por qualquer um desses institutos, tendo em vista que até mesmo a proteção dada a cada um é divergente. Do ponto de vista do casamento iremos ressaltar a escolha dos regimes, bem como a sua proteção dada a cônjuge no momento da dissolução. Estabelecendo que as prerrogativas da união estável, bem como o seu reconhecimento e os direitos daí advindos. Dentro do Direito Sucessório está contido dois institutos em que se faz mister determinar suas diferenças e semelhanças, bem como as suas consequências dentro das famílias. Na União Estável encontramos como sendo forma mais comum de união em nossos dias, contudo, vale-se ressaltar que há bastantes divergências entre o Casamento quando diz respeito a sucessão entre os dois institutos.

(Metodologia) O desenvolvimento do nosso artigo foi feito com base na doutrina, jurisprudência e legislação, fazendo-se a comparação desses dois institutos.

(Resultados) O presente trabalho visa demonstrar no direito sucessório, a diferença entre estar casada de fato e de direito, ou seja, casamento ou morar junto, isto é, união estável. Sabemos que ambos deveriam estar em pé de igualdade. Sendo que os efeitos jurídicos do casamento são diferentes daqueles que estão previstos na união estável. No casamento, muda-se o status civil dos cônjuges e os cônjuges escolhem o regime de bens, e o cônjuge sobrevivente se torna herdeiro necessário. Já na união estável os companheiros permanecem solteiros e o regime utilizado em regra na união estável é o regime da comunhão parcial de bens, além de o companheiro sobrevivente concorrer com os herdeiros necessários.

(Conclusão) Diante de todo o exposto concluímos que esses dois institutos trazem muitas diferenças entre si, porém, havendo uma primordial semelhança. Já que são duas instituições em que há o enlace amoroso entre duas pessoas, seja matrimonial ou não, e por consequência a formação de uma família. Diferindo em sua estrutura e consequências, pois, como já foi dito acima, o casamento se mostra muito mais benéfico aos participantes dessa relação, fazendo com que a cônjuge seja muito mais protegida que a companheira. Na provável dissolução de algum dos institutos deve-se observar todo o conjunto de prerrogativas que foi fixado no contrato de casamento, inclusive qual regime foi o escolhido. Ressaltando a natureza contratual e ao mesmo tempo protecionista desse instituto. Não ocorrendo o mesmo com a união, apenas aplicando as regras gerais próprias desse instituto reconhecido. Dessa forma, analisamos que a instituição do casamento se torna mais vantajosa aos participantes, porém não podemos deixar de reconhecer que a união estável é um instituto válido com suas próprias prerrogativas e que tem a mesma origem do casamento, ou seja, o enlace amoroso.

Palavras-Chave: Casamento; União Estável; Sucessão; Regime; Proteção; Instituto;

**DIREITO, JUSTIÇA E MORAL NA OBRA CAPITÃES DA AREIA: COMPARATIVO À ATUALIDADE NA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

Autor(es):

Ana Catarina Marçal Pires Ferreira Lucas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Marina Lima de Aguiar Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) As informações aqui apresentadas são baseadas no Código Penal, na Constituição Federal e no ECA. Tais normas apresentam os elementos para a solidificação desse artigo científico. O objetivo desse trabalho é através da fusão de Direito e Literatura, buscar uma análise interdisciplinar jurídica a partir do romance “Capitães da Areia”. Temos a necessidade de estudar, seja no âmbito do Direito, da Sociologia, da Psicologia, da Literatura, e de compreender, com um olhar múltiplo, a questão da criança e do adolescente no nosso país. Partindo dessa premissa, analisaremos a sociedade descrita por Jorge Amado na referida obra, segundo, o que está prescrito nos artigos dos ordenamentos citados. Bem como, fazer uma comparação entre o cenário no ano em que “Capitães da Areia” foi publicada com o cotidiano atualmente.

(Metodologia) A metodologia utilizada no trabalho foi a abordagem dedutiva, pois no decorrer do artigo foram apresentados vários levantamentos que deram validade a uma conclusão. Bem como, o transdisciplinar, considerando a riqueza da análise proporcionada pelo diálogo entre as ciências sociais e a literatura.

(Resultados) No período em que a obra foi publicada era vigente no Direito, o Código de Menores, criado em 1927, até ser sancionado e dado lugar ao Estatuto da Criança e o Adolescente-ECA. Porém, a carência da aplicabilidade das autoridades competentes das já referidas doutrinas, expõe de quem as gozam à mercê de uma condição de vida não satisfatória, onde, como bem aborda Jorge Amado, não veem outra alternativa, a não ser viver do crime. Logo, essa passa a fazer parte da essência desses garotos. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana concebe a valorização da pessoa humana como sendo razão fundamental para a estrutura de organização do Estado e para o Direito. Em contrapartida, os personagens presentes na obra não são acolhidos por tal princípio, ao passo que o Estado não respeita, não protege e não promove as condições que viabilizem a vida com dignidade para essas crianças e jovens. A Constituição Federal de 88 metodiza entre outros, os Direitos e Garantias Fundamentais, e asseguram, individual e coletivamente, a proteção e realização desses direitos, assim como, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça social, como estão expressos em seu texto, o princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inc. III). A responsabilidade penal dos adolescentes autores de atos infracionais não é atual, contudo, serão abordados no trabalho os aspectos sociais do crime. Ora, se é próprio do ser humano ser bom e ser ruim, e que em todo lugar existe a criminalidade, por que em alguns lugares existe mais crime que outros? Logo, o aspecto social também estará presente induzindo a tais condutas.

(Conclusão) Sustenta-se na obra um aspecto de marginalidade por parte dos personagens, um sentimento de desprezo e de desamparo. A obra foi publicada em 1937, 70 anos após, ainda vemos jovens em ruas em condições análogas às dos personagens. As instituições competentes para o acolhimento de crianças e adolescentes fracassam desde aquela época. Como é preciso dar sempre um passo à frente, para modificar as circunstâncias, é necessária intervenção do governo no auxílio de programas para acolhimento destes, buscando a realização das leis e dando, no mínimo, educação, alimentação, saúde e moradia adequada.

Palavras-Chave: Direito e Literatura. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Direito Penal. Direito Constitucional. Capitães da Areia.

DIREITOS HUMANOS NO ÂMBITO INTERNACIONAL

Autor(es):

Gustavo Henrique Câmara de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os direitos humanos objetivam a manutenção da dignidade da pessoa humana, em todos os momentos e em todas as suas dimensões. São normas jurídicas adotadas por Estados no âmbito de organizações internacionais como as Nações Unidas (ONU), Organização de Estados Americanos (OEA), a União Africana (UA) e o Conselho da Europa (CoE). Em meio a sua evolução histórica, no intuito de efetivar a sua realização e vistoriar possíveis violação, alguns órgãos tiveram a sua criação nessas mesmas organizações internacionais. Os direitos humanos, apenas na segunda guerra mundial, passaram a se consolidar no cenário mundial, em confronto a todo o mal e as atrocidades que ocorreram no nazismo. A partir desse período, no pós-guerra, com os eventos e seus efeitos de esfera mundial da guerra, fora percebido que um novo caminho teria de ser traçado. Essa caminhada começou com a Carta das Nações Unidas de 1945 e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Embora, assim ocorreram, os direitos humanos são antigos, se confundidos com o direito natural, grande parte de seu fundamento. E é essa ruptura dos direitos humanos, ainda não consolidados, criada na segunda guerra, sua importância e evolução histórica que o presente trabalho objetiva tratar.

(Metodologia) Por meios de pesquisas bibliográficas e documentais, foi possível unir a doutrina e a letra da lei em consonância para o melhor entendimento dos conceitos específicos que fundamentam o instituto político dos direitos humanos, no que tange o direito público internacional. Adjunto com alguns artigos online, a pesquisa tornou substancial a temática, uma vez que, serviu de fundamento para o desenvolvimento do estudo acerca do contexto histórico, do desenvolvimento da causa e sua positivação.

(Resultados) Verificou-se que com a consolidação gradativa dos direitos humanos, que acompanhou a mudança pós-guerra, trazendo uma série de grandes modificações nos âmbitos sociais e de cidadania. Com essa evolução, classificou-se os direitos humanos em três gerações. A primeira geração dos direitos civis e políticos (liberdades individuais, direito a propriedade, a vida, etc), a segunda dos direitos econômicos e sócias (a saúde, trabalho, lazer, etc) e a terceira dos direitos dos povos (a paz, ao desenvolvimento, etc). Essas gerações assim como, os tratados e convenções, vieram a trazer novos horizontes para os povos, definindo o teor de direitos, estabelecendo uma rede de proteção e controle para sua manutenção.

(Conclusão) Depois de isto posto, e reconhecendo o ser humano como um indivíduo que possuem direito inerentes e indispensáveis a sua condição, ou ainda, detentor de direitos comuns a sua espécie e característica de sua natureza, o Jusnaturalismo prepara o fundamento intelectual para fomentar a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em que os Estados se desvinculam de modo tacito, com o regime vigente e aceitam, categoricamente, os direitos naturais. Nesse ponto, estavam confirmando que os direitos eram pré-existentes e intocáveis, necessitando de um governo novo, garantidor dos direitos universais. E assim, o direito natural, considerando a natureza e a razão como fundamento dos direitos humanos, não comprovou a natureza, entidade abstrata e intangível, pode iniciar, proteger e legitimar o ideal de igualdade entre os homens.

Plavras-Chave: Direitos humanos; Jusnaturalismo; Direitos universais.

DIREITOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS: AS DESIGUALDADES EXISTENTES NAS ESCOLAS DO BRASIL

Autor(es):

Helena Alcântara Teixeira de Carvalho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A educação não surge apenas nas escolas, deve ter início no próprio meio de convivência da criança, porém a educação não é apenas um dever familiar, é do Estado também. Quem não tem o acesso à educação não é capaz de exigir seus direitos e deveres, levando-o a se prejudicar na inclusão social. Em muitos casos existentes no Brasil, crianças são obrigadas a trabalhar para ajudar no sustento da família, acarretando em uma falta de incentivo dos familiares, por se acostumarem com a ajuda da criança nas despesas da casa, fazendo com que a criança trabalhe na idade errada e perca o direito de estudar e ter um futuro melhor, que é o que os estudos e a educação adequada proporcionam. De acordo com o Estado todas as crianças deveriam ter acesso à escola, e para aumentar esse nível de escolaridade para todos, melhorar a qualidade do ensino, e diminuir as desigualdades sociais, principalmente a desigualdade em relação ao ensino público, foi criado em 2001, o Plano Nacional de Educação, que teve como objetivo organizar o sistema de ensino, buscando valorizar todo tipo de educação que o Estado oferece, tentando transformar todo tipo de ensino em um só núcleo, querendo fazer com que o Brasil tenha uma educação igualitária.

(Metodologia) Visando atingir o objetivo do trabalho, será dado enfoque a pesquisas direcionadas, com dados e argumentos atualizados e sensatos, que possam trazer as informações necessárias da melhor forma para todos. Com a amplitude do tema, será dada também ênfase a outros objetos de pesquisa, tais como as causas práticas, e cotidianas que ocorrem nas escolas públicas para que seja vista com maior clareza os problemas enfrentados por quem frequenta tal ambiente. Embasamento jurídico e caráter teórico e qualitativo, Método de abordagem Hipotético-dedutivo e método de procedimento sendo Histórico.

(Resultados) A educação é o principal marco para o desenvolvimento de um país, contudo, existem várias deformações no sistema educacional brasileiro, o que impede um desenvolvimento econômico e social do nosso país. E o que acontece, é que ao invés de termos políticas públicas afim de melhorar a qualidade da educação brasileira, existe um desleixo por parte do estado para com a educação, o que reflete no nosso dia-a-dia. A educação é essencial para o desenvolvimento de uma nação, os países que não valorizam a educação tem uma economia frágil, refletindo na expectativa de vida de todo o país.

(Conclusão) É notável, que há uma distinção do ensino público quando se trata das instituições federais, na qual, muitas são consideradas as melhores de seus estados e cidades. Um dos fatores que influencia nessa diferenciação, é o tratamento de seus profissionais, isto é, professores bem remunerados, com condições de trabalho elevada as instituições municipais ou governamentais, salário em dia. E infelizmente, o que era pra ocorrer em toda instituição, as instituições públicas não federais deixam de realizar, influenciando diretamente na qualidade de vida de várias famílias. Para deixar claro, a lacuna deixada pelo ensino de base das escolas públicas tem feito com que o Estado se prevaleça de medidas paliativas e não definitivas para que o estudante público não fique totalmente prejudicado, o que fica claro por esta medida, que para o estudante da escola pública competir com um estudante de uma instituição privada é necessário uma ajuda, devido aos prejuízos obtidos por não ter condições de “comprar” o direito da educação de qualidade.

Palavras-Chave: Expansão da escolarização. Desvalorização do ensino público. Educação.

DO DIREITO À VIDA AO CONTRADITÓRIO: DIREITO À EUTANÁSIA

Autor(es):

Josivan Nascimento da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
José Maria da Luz Rebouças Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) Diante de um ordenamento jurídico visto essencialmente como um sistema normativo aberto de regras e princípios fundamentais, torna-se recorrente a discussão acerca do princípio da dignidade da pessoa humana e sua projeção. Esse cenário de sucessivas mudanças dentro de um processo gradual, porém contínuo, da globalização econômica, política e cultural permeiam os debates no dia a dia e, influenciam nosso modo de pensar, agir e se posicionar em sociedade. Para tanto, o presente trabalho propõe a quem cabe o direito à dignidade como proteção da pessoa humana, na amplitude de seu direito à vida, e a sua existência e aplicação para aqueles que se encontram em manutenção de vida digna. Ademais, propõe-se apresentar a Eutanásia como um direito possível, para uma morte tranquila, em face à tutela oferecida pelo Estado de manutenção da vida. Não obstante, revela posicionamentos sobre a correta aceitação do termo “vida”, suas implicações, concepções e conceitos doutrinários, bem como a determinação acerca da correta significação do objeto do presente estudo: a Eutanásia. Assim, defende-se a possibilidade do indivíduo abreviar a sua vida, em razão de um estado terminal ou vegetativo permanente, em que a possibilidade de manutenção da vida esteja facultada à utilização de equipamentos de ponta, isto é, Eutanásia não objetiva legalizar o ato-fato de tirar-se uma vida, mas propõe uma reflexão acerca de uma morte mais suave e menos dolorosa amparada pelo Direito, enquanto ciência, muito embora reste pouquíssima aplicação em casos concretos. Outrossim, urge como dever do Estado a garantia ao dever de respeito na medida em que impede a realização de atividades prejudiciais à dignidade, o dever de proteção exigindo uma ação positiva contra qualquer espécie de violação e, não menos importante, o dever de promoção, propiciando meios indispensáveis à manutenção de um mínimo existencial, de uma vida digna. Tanto que, prestigiar a vida biológica do indivíduo sem qualquer qualidade com o fim apenas de prolongá-la, não é dever do Estado, que deve respeitar a autodeterminação e a autonomia do paciente. Posto isto, apresentar que a mesma tutela que garante o direito à vida aos seres humanos, também, pode e deve se estender ao direito de uma morte tranquila, observados critérios determinantes, é função precípua da pesquisa

(Metodologia) Nesse diapasão e, não podendo ser dispensado, fomentar debates a respeito da aplicação do princípio da liberdade que apesar de sua subjetividade, na limitação do termo, o trabalho apresenta a disponibilidade para se fazer algo por si mesmo. Assim sendo, a partir de obras literárias, artigos científicos e pesquisas exploratórias acerca do tema e sua possibilidade prática, é que foi plausível fornecer o devido embasamento para o desenvolvimento do presente trabalho, apropriando-se de nomes reconhecidos e atuantes na temática, perpassando desde doutrinadores jurídicos, até cientistas da área médica, a fim de tornar claro e abrangente a perspectiva, ora, estudada.

(Resultados) Resultar, alicerçado em direitos fundamentais, que a Eutanásia surge como ponto de grande interesse e relevância científica, moral, ética e social e que, não se trata apenas de defender o direito indiscriminado a morte, mas de ampliar os horizontes quanto às possibilidades de incorporar novas concepções ao discurso empregado.

(Conclusão) Em suma, fomenta e sugere debates entre a manutenção artificial da vida, direito de morrer com dignidade e, a prática da Eutanásia como um ato que promova uma morte serena, sem sofrimento, não devendo ser negada e, muito menos, criminalizada, a qualquer ser humano.

Palavras-Chave: Direito à vida; Eutanásia; Morrer com dignidade

**DOAÇÃO DE ÓRGÃOS POR RECÉM-NASCIDOS ANENCÉFALOS: ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS
FILOSÓFICA, LEGAL E ÉTICA**

Autor(es):

Maria Clara Fernandes Araújo de Paiva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Augusto César Costa Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Desde as primeiras organizações sociais humanas, observa-se a ascensão de normas reguladoras das relações intersubjetivas, as quais, em face das consideráveis evoluções, adaptam-se ao surgimento de novas exigências – econômicas, políticas, culturais e científicas. Sob a égide deste raciocínio, observam-se as problemáticas éticas e legais concernentes às intervenções médicas na vida humana, como a doação de órgãos por recém-nascidos anencéfalos. Na perspectiva legislativa brasileira, é nítida a carência de critérios específicos para a determinação de “morte” dos anencéfalos aplicada à autorização para transplante, agravada pela ausência de lei federal que imponha condutas. Ademais, é conflituoso o posicionamento ético sobre o tema, sendo alegados a “coisificação” do ser humano e o princípio da beneficência – que descarta considerações amorais dessa conduta. Vistas tais problemáticas, o artigo citado, visa analisar, filosoficamente, juridicamente e eticamente, a temática, esclarecendo conceitos massificados pelo senso comum; e expandir os debates acadêmicos através da ótica interdisciplinar.

(Metodologia) Visando à concretização dos objetivos propostos, elabora-se a presente pesquisa sob o alicerce teórico dos métodos dialético e hipotético-dedutivo, por considerar: a contraposição de valores, o contraditório de ideias, e a identificação de problemas unida à proposição de soluções plausíveis. Ademais, em complementação aos métodos de abordagem, utiliza-se: a análise de letras normativas, quais sejam: a Lei nº 9434/97; as Resoluções nº 1480/97, nº 1.752/04 e nº 1949/10 do CFM; a Portaria GM/MS nº 487/07 e jurisprudências brasileiras; como também, adentram-se as compilações filosóficas, éticas – sob a égide da deontologia –, e bioéticas – Belmont Report – unidas aos conceitos médico-legais tangíveis.

(Resultados) Sob a luz das informações coletadas, tem-se a licitude da doação gratuita de órgãos por anencéfalos, obedecendo aos critérios da Portaria (MS) nº 487/07, que delimita o diagnóstico de parada cardíaca irreversível. Além de tal norma lato sensu, aplica-se a Lei nº 9434/97, destacando-se, em seu artigo 5º, a deliberação dos responsáveis legais diante a doação post mortem por incapazes. Além do dito, apuram-se jurisprudências brasileiras – escassas – sobre a temática, que se fundamentam, principalmente, na tutela à continuidade da vida

(Conclusão) Através das compilações cognitivas, detém-se que seja ética a doação de órgãos por recém-nascidos anencéfalos no Brasil, desde que se observem os princípios e direitos inerentes à Constituição Federal, como: a dignidade da pessoa humana, as integridades física e moral, os direitos à vida e à morte digna. Desta maneira, faz-se imprescindível a implantação de procedimentos médicos eficazes à manutenção do recém-nascido anencéfalo, a fim de conservar os órgãos e consolidar o seu direito à vida – ainda que, biologicamente, breve –, fato que afasta a transformação do ser humano em um meio para se alcançar um fim (utilitarismo). Por fim, acata-se a deontologia, ao passo que o recém-nascido seja tratado como um fim em si mesmo, tendo como base a universalização de um dever de beneficência – continuidade da vida pela doação de órgãos –, sendo coerente atribuir valor moral à ação através da busca por sua verdadeira essência.

Palavras-Chave: Anencéfalo. Transplante. Deontologia

DPVAT E SEUS PROBLEMAS DE INCONSTITUCIONALIDADE

Autor(es):

Arthur Leandro Pipolo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Lêda Monteiro Pereira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Paulo Renato Guedes Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho visa discutir os problemas, bem com as questões de práticas de inconstitucionalidades referentes ao programa de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT. Essa discussão teve início com as modificações que a Lei 6.194/74 sofreu com a criação das Medidas Provisórias nº 340/06 e nº 451/08, convertidas posteriormente em lei. Deste modo, analisamos como objeto de debate a tabela para cálculo do DPVAT, a inconstitucionalidade formal e material, a retirada do princípio da livre persuasão do juiz, acarretando em um retrocesso social e em uma ofensa ao princípio da dignidade humana. A matéria em questão é bastante controversa, sendo necessária uma análise mais acurada a cerca do assunto para que assim se possa constatar a inconstitucionalidade no que tange as modificações em lei já citadas.

(Metodologia) Por constituir-se em pesquisa de cunho exploratório e descritivo, para respondermos aos questionamentos do presente trabalho, utilizamos o método dedutivo de abordagem, bem como o método dialético, para fins de realização de um debate entre os posicionamentos divergentes sobre o tema. Como método auxiliar, adotamos o estudo do caso de julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4627, impetrada pelo PSOL - Partido Socialismo e Liberdade no dia 30 de junho de 2011.

(Resultados) O DPVAT é um seguro regido pela Lei 6.194/74. A partir deste, as vítimas de acidentes causados por veículos que têm motor próprio e circulam por terra ou por asfalto podem requerer, judicialmente ou não, o pagamento da indenização devida. Entretanto, as resoluções trazidas pelas Medidas Provisórias nº 451/08, transformada na Lei 11.945/09, e 340/06, transformada na Lei 11.482/07, referentes à lei do DPVAT, trouxeram ao mundo jurídico uma gama de questionamentos acerca da inconstitucionalidade existente nos artigos. Problemas relativos ao valor da indenização, à inconstitucionalidade formal e material, à afronta ao princípio da Dignidade Humana, à impossibilidade do exercício do princípio da livre persuasão racional do juiz.

(Conclusão) A partir da pesquisa, analisou-se que as modificações sofridas pela Lei 6.194/74 levaram a diversos problemas e inconstitucionalidades. O Princípio do Devido Processo Legal para a formação das leis, regido pelo artigo 22 da Constituição Federal, foi inobservado, levando, portanto, a uma inconstitucionalidade ativa por vício formal. Sendo ainda constatada uma inconstitucionalidade material no que diz respeito à afronta ao princípio da dignidade humana e a impossibilidade do exercício do princípio da livre persuasão racional do juiz. Além da mudança no valor da indenização paga pelas seguradoras serem um exemplo de retrocesso social sendo esta uma prática recriminada pelo sistema político em que vivemos, no âmbito do Estado Democrático de Direito, uma vez que isto é vedado, principalmente no que diz respeito à matéria de direitos fundamentais sociais. Visto que o tratamento jurídico anterior às modificações tinha um conteúdo que correspondia a um maior grau de desenvolvimento social, caracterizando um anacronismo o seu retrocesso a um tratamento legal menos benéfico, pondo em jogo o primado jurídico da boa-fé e da segurança jurídica.

Palavras-Chave: DPVAT, inconstitucionalidade formal, inconstitucionalidade material, retrocesso social

EDWARD SNOWDEN TRAIADOR OU UM HERÓI INTERNACIONAL

Autor(es):

Islan Alves Gonçalves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Bruna Machado Cavalcanti de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Moisés Gonçalves de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Otávio Araújo Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
José Américo Ferreira da Silva Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) Neste trabalho analisaremos o caso de Edward Snowden de 29 anos, ex-técnico da CIA, acusado de espionagem por vazar informações sigilosas de segurança dos Estados Unidos, revelando a utilização de alguns programas e servidores de empresas como Google, Apple e Facebook – os quais serviam inclusive para o monitoramento de conversas de presidente e seus principais assessores, de vários países da Europa e da América Latina, entre eles o Brasil

(Metodologia) Os documentos vazados por ele repercutiu ao redor do mundo, sobre informações de espionagem de presidentes e chanceleres de países da Europa. Snowden procurou os jornais e entregou parte dos dados, antes das primeiras reportagens. Deixou o estado do Havaí e foi para Hong Kong, como já esperado, os EUA passou a persegui apresentando as acusações criminais por espionagem, roubo e conversão de propriedade do governo. Existindo tratado de extradição entre os países, os Estados unidos pressionaram Hong Kong para responder ao pedido de extradição. O acusado deixou Hong Kong para Moscou, na Rússia. A viagem foi feita com o apoio do WikiLeaks, de Julian Assange. O americano com o seu passaporte revogado pelos Estados Unidos ficou 40 dias na área de trânsito do aeroporto de Sheremetyevo por, em um "limbo" jurídico, já que o referido não tinha documentos para entrar em território russo, o mesmo pediu asilo temporário oficialmente à Rússia, o qual obteve documentos necessários e deixou a área de trânsito do aeroporto rumo a um "local seguro" em território russo. Segundo os EUA, a ação da Rússia "mina uma longa tradição de cooperação no cumprimento da lei". Snowden enviou pedido de asilo para 21 países, entre eles Brasil, segundo o WikiLeaks. Três desses países se dispuseram a abrigá-lo – Venezuela, Bolívia e Nicarágua.

(Resultados) Snowden teve acesso às informações do programa Prism que vazou para a imprensa, quando prestava serviços terceirizados como um hacker, para a Agência de Segurança Nacional (NSA) no Havaí Snowden tem certificado de hacker ético, Segundo o site da entidade, um hacker ético é aquele que testa a segurança de redes e os sistemas de computadores para encontrar vulnerabilidades e brechas a fim de comunicá-las às empresas, para que as repare. Segundo a presidenta Dilma do Brasil, "os EUA feriu "o direito internacional" e "afrontou" os princípios que regem a relação entre os países. "inadmissíveis" e "inaceitáveis"

(Conclusão) Snowden um hacker ético, tendo acesso a documentos que comprovam a violação de privacidade de vários países, mesmo tendo como objeto de trabalho, algo considerado mais eficiente do que a mente, porem o jovem tem o que os computadores não têm que é: uma consciência não alienada e sim de um ser humano justo e honesto com os demais. Para muitos, o ato foi de um herói, batendo de frente com o mais temido guerreiro, em contra partida, o seu bravoso ataque, cai diante de um astuto adversário, detentor de uma maquina temível por todos, pelo seu incalculável valor, revestido de uma mascara de Austeridade

Plavras-Chave: Edward Snowden traidor ou um herói internacional

EFETIVIDADE DO DIREITO À SAÚDE: ALGUNS ASPECTOS

Autor(es):

Régia Cristina Alves de Carvalho Maciel: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Luanny Almeida Galvão de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) Só após a CF de 1988 é que a saúde foi declarada como direito fundamental, insculpido como um direito social no art. 6º e como direito de todos e dever do Estado no art. 196. Logo depois foi editada a Lei 8080/90 a qual regula as ações e serviços de saúde em caráter permanente ou eventual. Prevendo ainda que o Estado deve prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. Chamado de Sistema Único de Saúde, ele pretende ser universal, integral, promover igualdade de atendimento, ter descentralização político-administrativa, ser regionalizado e hierarquizado, mas o que se observa atualmente é a não efetividade plena desse direito. Efetividade significa a realização do Direito, o desempenho concreto de sua função social, a materialização dos preceitos legais, e ainda simboliza a aproximação entre o dever-ser normativo e o ser da realidade social.¹ Desta forma, verificam-se várias problemáticas na efetividade do direito à saúde pelo seu não exercício pleno por parte da população, dentre elas: a insuficiência de informação sobre medidas profiláticas contra doenças; a falta de leitos para internações e atendimentos de urgência, a demora ou ausência de atendimento pelo SAMU; e o mais impactante devido a necessidade imediata, é sobre a política de medicamentos, a qual faz parte do campo de atuação do SUS, que muitas vezes, ou na maioria delas, não fornece o medicamento ao cidadão por não constar na Relação Nacional de Medicamentos (RENAME), ou por questões orçamentárias. Dizemos o mais impactante visto que sai da esfera do Poder Executivo e é levado pelo cidadão necessitado à esfera do Poder Judiciário, o qual é chamado a decidir questões de políticas públicas. Ao decidir, não podendo negar apreciação à direito fundamental, o Juiz dá impulso a um “efeito bumerangue”, pois vai causar impacto na esfera do Poder Executivo (planejamento e orçamento). E disso surge mais problemáticas que são discutidas doutrinariamente, exemplos: ativismo judicial; intervenção nas relações sociais; quebra da separação dos poderes/funções; inobservância do princípio do mínimo existencial. O assunto é complexo, esse estudo não pretende esgotá-lo mas sim traçar pontos que mais impacto causam nos Poderes Executivo e Judiciário e propor ações de médio e longo prazo a fim de amenizar essa situação, pois uma vez que as políticas públicas sejam efetivadas plenamente, as demandas judiciais relacionadas irão reduzir substancialmente. Com a efetivação do direito à saúde o cidadão será o maior beneficiário das ações, daí a relevância social do estudo.

(Metodologia) Revisão literária, análise de casos concretos para esmiunçar os motivos determinantes das demandas judiciais, análise da lei 8080/90 e dos artigos da CF relacionados ao direito à saúde.

(Resultados) Demonstrar a importância das ações de promoção de saúde (prioridade) para solução à longo prazo da redução de demanda judicial, estabilidade orçamentária para o Poder Executivo e efetivação do direito à saúde para o povo.

(Conclusão) Maior investimento na promoção da saúde pelo Poder Executivo refletirá, à longo prazo, na redução da morbidade e das demandas judiciais. À médio prazo os Poderes Executivo e Judicial devem traçar juntos a melhor maneira de resolver a demanda, atendendo ao cidadão sem causar tanto impacto no orçamento.

Palavras-Chave: Direito à Saúde. Efetividade. Promoção de saúde.

EMPREGADO DOMÉSTICO: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL 72/2013

Autor(es):

Rebeca Ferreira Duarte: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Raquel Rocha Maia: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Chellida Uira Paulino da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho objetiva demonstrar a evolução histórica dos institutos legais acerca dos direitos inerentes ao trabalhador doméstico até o advento da Emenda Constitucional 72/2013, traçando um paralelo entre os benefícios e os prejuízos da inclusão dos trabalhadores domésticos como beneficiário de alguns direitos presentes no rol do Art. 7º CF/88. Além disso, analisar principalmente o possível efeito precarizador decorrente dessa emenda na manutenção das relações de emprego doméstico. Demonstrando, também, as mudanças ocorridas no panorama atual.

(Metodologia)) A metodologia utilizada para o este trabalho foi a hipotético-dedutiva, sendo esta técnica a mais adequada para a análise da ingerência da Emenda Constitucional 72/2013 nas relações empregatícias dos trabalhadores domésticos. Pesquisamos artigos científicos e trabalhos acadêmicos disponibilizados on-line, além disso, utilizamos de pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais acerca da temática.

(Resultados) Trabalhadores domésticos são alvo de discriminação desde nosso passado mais longínquo, por herança escravocrata sua mão de obra foi por longos anos considerada inferior às demais. No entanto, desde as ordenações do Reino até hoje, com o advento da Emenda Constitucional 72/2013, a legislação brasileira vem lutando por melhorias para os trabalhadores domésticos e, embora os avanços sejam muitos, eles ainda não são suficientes. A prestação do serviço doméstico difere-se dos demais, tanto pelo local de trabalho quanto pela pessoa a qual é prestado o serviço, ou seja, muito embora a prestação de serviço ocorra no âmbito particular ou residencial de uma pessoa física, havendo alteridade, subordinação jurídica, pessoalidade, onerosidade e não eventualidade está configurada a relação de emprego e sobre ela devem recair direitos e deveres como em qualquer outra relação empregatícia. Nesse diapasão, surge a Emenda Constitucional 72 de 2013 conferindo aos empregados domésticos direitos sociais garantidos ao trabalhador no art.: 7º de nossa constituição pátria, sendo o restante ainda passível de normatização para que se adira ao rol dos direitos garantidos aos trabalhadores domésticos.

(Conclusão) Apesar dos direitos trazidos para o empregado doméstico, antes não existente de forma obrigatória, não foram conquistados apenas benefícios. A verdade é que diminuíram o número de contratações destes empregados, aumentaram as dispensas, e ao invés de terem seu papel de empregado doméstico reconhecido, o que passou a acontecer foi a transformação do empregado doméstico em diarista. De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, após a aprovação da PEC 66 pelo Senado houve o desemprego cresceu 8,1% entre as domésticas do Distrito Federal. Ainda como base de dados, temos que a PED junto a Dieese constatou o aumento de 5,7% no número de diaristas após a promulgação da Emenda, observando ainda que as mensalistas caíram 9,7%. Tornou-se mais interessante para o empregador ter uma rotatividade de empregados, ao longo da semana, para não ter reconhecido com eles o vínculo empregatício. O grande problema para o empregador, enquanto pessoa física é o número de encargos que a emenda trouxe, pois nem todo patrão tem condições financeiras de arcar com as obrigações trabalhistas, sendo obrigados a não contratar essa mão de obra. Portanto, concluímos que além do impacto financeiro causado pela emenda, haverá um número crescente de reclamações trabalhistas relacionadas ao emprego doméstico e um crescimento no desemprego e no emprego clandestino de trabalhadores domésticos.

Plavras-Chave: Emenda Constitucional 72/2013. Empregado Doméstico. Desemprego. Direitos.

ERVA PROIBIDA. RAZÕES HISTÓRICAS, CIENTÍFICAS E JURÍDICAS PARA A PROIBIÇÃO DA CANNABIS NO BRASIL.

Autor(es):

Hudson Brendo Lobato Araujo Teixeira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Brenda Jordana Lobato de Araújo Teixeira : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Talita Gancedo Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Wesley Tiago Antunes de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Elise dos Santos Moura: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Hallyson Brenno Lobato Ribeiro Teixeira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) O artigo busca compreender os diversos aspectos que permeiam a temática sobre substâncias ilícitas, principalmente cannabis e suas consequências jurídicas. Pretende-se compreender com mais profundidade o universo de ideias, debates, mitos e realidades no que tange à Cannabis. O estudo tenta analisar e compreender as razões históricas, científicas e jurídicas que dão base à proibição do consumo da cannabis. Procurar-se fazer diálogos entre a legislação, sua aplicação e o que dizem os especialistas sobre a política de drogas no Brasil. Este trabalho terá escopo de investigar se a tentativa de combater as drogas com repressão e criminalização dos usuários tem sido eficiente. A pesquisa será norteada pelos livros legais Constituição Federal, Código Penal e Processo Penal, assim como Lei 11.343/2006. Ao final do projeto procura-se mostrar que as razões históricas, científicas e jurídicas não dão respaldo para a criminalização da maconha.

(Metodologia) O método utilizado é de natureza qualitativa. Para chegar a uma conclusão da necessidade ou não da proibição e consequente criminalização da Maconha no Brasil se faz necessário a divisão da pesquisa em três etapas. Primeiro um amplo levantamento bibliográfico investigará o histórico da planta e sua relação com os homens, depois se deterá aos aspectos científicos e fechando a revisão bibliográfica, nos deteremos a analisar aspectos jurídicos - leis, doutrinas e jurisprudências. A segunda etapa da pesquisa consiste em entrevistas semi estruturadas com pessoas de alguma maneira envolvidas com a temática drogas. A terceira etapa do trabalho consiste na observação e análise dos dados obtidos e elaboração de relatório conclusivo.

(Resultados) Como resultado entendemos que não há justificativa real para a proibição da Cannabis. A proibição está ligada à teorias discriminatórias e controvérsias que foram divulgadas por setores tendenciosos da sociedade. As razões científicas se põem bastantes favoráveis à descriminalização da maconha. Estudos apontam diversos fins, terapêuticos, comerciais, etc. No tocante as razões jurídicas aparecem embasadas pelas históricas e científicas, mas ao serem controvérsias as razões históricas e científicas há de se ponderar que não deve permanecer a maconha na condição de proibida. Os efeitos negativos que são causados à sociedade com a política proibicionista e a atual guerra as drogas devem ser revistos uma vez que não atendem às necessidades da sociedade.

(Conclusão) O tema pesquisado é de extrema relevância para o nosso contexto social. As novas relações sociais estão postas numa configuração muito dinâmica, em que a diversidade, a pluralidade, o multiculturalismo são palavras de ordem. São várias as motivações para se pesquisar sobre a cannabis no contexto sócio jurídico do Brasil. Uma dessas motivações é a tentativa de compreender qual a real ligação entre a explosão da violência no Brasil e a cannabis. A sociedade tem assistido ao crescimento desenfreado da violência. Os órgãos estatais parecem andar em desencontro no sentido de darem respostas efetivas. O senso comum da maior parte da sociedade, por diversas razões, costuma dar respostas prontas e na maioria das vezes fabricadas. Dentre as relações, observa-se a que é feita entra a violência e as drogas, como se esta fosse causa daquela. Em nossa ótica pretendemos olhar tanto a violência como as drogas como sendo fenômenos sociais.

Palavras-Chave: Direito Penal Garantista, Lei antidrogas, descriminalização do uso da maconha, política proibicionista.

ESTATUTO DE ROMA E O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

Autor(es):

Ulisses de Araújo Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Diogo Pedroza Damásio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) O tema pelo qual este trabalho se debruça está alocado na conjuntura sócio-política ambientada no momento histórico do surgimento do Estatuto de Roma, ao qual se foi aberto à assinatura em 17 de julho de 1998, e somente ratificado pelo Brasil em 2002. Este que teve o propósito de instituir o Tribunal Penal Internacional, ou Corte Penal Internacional (como também ficou conhecido), enquanto uma ferramenta antagonista aos crimes mais graves que afligem a Humanidade em âmbito supranacional. É visível que a agenda global que se encontra em andamento, no tocante as relações internacionais, anseia pela consciência de que todos os povos devem estreitar os laços que lhes são comuns para que se evite conflitos de maior magnitude. Também é sabido que o último século foi marcado por práticas desumanas contra um número incalculável de homens, mulheres e crianças. O reconhecimento da prática de atrocidades e de atos abomináveis pelo ser humano ao longo dos anos é uma constatação que choca fundamentalmente e excessivamente a consciência humana. É para tanto que esta impunidade passou a ser discutida pela comunidade internacional no intuito de se determinar a criação de um juízo com alçada para tratar de crimes de maior potencial gravoso que atinjam os objetivos e os princípios das Nações Unidas. O Estatuto de Roma teve seu alicerce iniciado em 1994 pela Comissão de Direito Internacional. Entretanto apenas em 1995 se iniciaram as primeiras articulações realmente efetivas nas Nações Unidas. Foram necessárias algumas reuniões para que fosse criado um comitê com a missão de projetar o que viria a ser o Estatuto de Roma. Quando após diversas outras reuniões o estatuto foi apresentado em 1998. Tendo o devido cuidado quanto ao conteúdo, se atentou para as matérias que nele seriam inseridas deveriam ser entendidas de forma bastante clara por todos aqueles que a ratificaram, de sorte a não legitimar qualquer Estado membro a tomar iniciativa de intervenção em conflitos armados ou assuntos internos de qualquer outro membro. Mas foi a persistência e determinação em se progredir nessa meta que abarcaria um futuro mais seguro e humanitário para as futuras gerações que se conseguiu instituir um tribunal penal internacional de caráter permanente e independente.

(Metodologia) Propõe demonstrar uma ampla visibilidade do propósito de amparo aos direitos do homem que por este instrumento são tutelados, através de pesquisa pautada em uma abordagem descritiva e argumentativa. Sendo estas desenvolvidas por meio da análise de documentos oficiais e doutrinários, podendo ser encontrados em obras literárias, artigos de revista e presentes em sítios virtuais. Tomando ainda como procedimento metodológico a coleta de dados históricos mediante classificação e cruzamento de informações pertinentes a temática.

(Resultados) A busca pela obtenção de ponderação e discernimento das análises obtidas em pesquisa, frente as diversas correntes de pensamento que dizem respeito ao tema proposto. Tratar de enxergar a amplitude da contribuição produzida pelo objeto analisado após reflexão dos conceitos e raciocínios obtidos ao final desta obra.

(Conclusão) O objetivo a ser alcançado permeia a produção do entendimento dos principais fatores que de fato foram responsáveis pela elaboração do estatuto em questão; a demonstração de sua valiosa importância no cenário global enquanto objeto de prevenção à impunidade dos crimes de maior gravidade à disposição da comunidade internacional.

Palavras-Chave: Combate; Impunidade; Conflitos internacionais.

ESTIGMATIZAÇÃO DA VELHICE NO ÂMBITO DO DIREITO CIVIL: IMPOSIÇÃO DO REGIME DE CASAMENTO.

Autor(es):

Rebeka Souto Brandão Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O objetivo do presente trabalho foi promover uma reflexão sobre os aspectos do direito civil no que concerne ao regime de casamento adotado no casamento entre pessoas idosas, pois, é sabido que ocorre uma diferenciação quando se trata de casamento civil entre pessoas com menos de 70 (setenta) anos. Portanto, torna-se interessante discutir sobre a referida temática.

(Metodologia) Foi realizada uma revisão na literatura jurídica e na legislação brasileira sobre a obrigatoriedade do regime de separação total de bens quando se tratar dos direitos dos idosos brasileiros na ocorrência do casamento civil.

(Resultados) O cenário de crescimento demográfico do Brasil concernente à população idosa é bastante pertinente, em 2010, o IBGE fez uma projeção em relação ao crescimento populacional da pessoa idosa, segundo a qual, em 2050, a população brasileira alcançará 238 milhões de habitantes, dos quais 52 milhões terão atingido mais de 60 anos de idade. Nesta perspectiva, segundo o mesmo Instituto de pesquisa, afirma que existe um crescimento de oficialização de uniões estáveis entre os idosos brasileiros, pois bem, mais de 8,3 mil pessoas acima de 61 anos se casaram no ano de 2010, e 9.046 no ano de 2011. Contudo, para o casamento civil na terceira idade existe uma limitação, quando comparada com o mesmo fato em qualquer fase da vida. Posto que, existe uma imposição do regime de separação obrigatória de bens aos idosos maiores de 70 anos, o que restringe os direitos dos idosos, no que concerne em optar por outro regime. Contrariando o Estatuto do Idoso, no qual dispõe que claramente uma vedação acerca da discriminação contra esse público, além de evidenciar que cabe ao Estado e à Sociedade assegurar respeito e dignidade da pessoa idosa, como pessoa e sujeito de direitos civis garantidos na Constituição Federal e nas Leis.

(Conclusão) Neste diapasão, tal imposição do direito civil, implica na contrariedade das disposições constitucionais, mas tem por fundamento a proteção do idoso dos crimes de estelionato ou apropriação indébita advinda de pessoas que usaria a instituição do matrimônio para a efetivação dos crimes. Ou seja, na perspectiva do direito civil, deve preexistir a tutela da estabilidade patrimonial do idoso, o que garantiria a saúde física e mental, além de preservar a vida em sua plenitude da pessoa idosa, bem como o aperfeiçoamento moral, intelectual e social, logo, reafirmando a liberdade e dignidade. Contudo, não se pode olvidar que, na contramão dessa corrente, está a Constituição Federal de 1988, que reafirma a questão da não discriminação da pessoa humana, além de ressaltar a os aspectos da necessidade de haver a igualdade entre todos os cidadãos. Devendo então, haver a quebra do estigma da velhice no âmbito do Direito Civil, posto que, claramente é um obstáculo para o exercício pleno dos direitos na terceira idade.

Plavras-Chave: Idoso, estigma, regime de casamento, direitos

EXERCÍCIO DOS DIREITOS DA CRIANÇAS E DO ADOLESCENTE CONEXO A IMPLEMENTAÇÃO DE TRATAMENTOS

Autor(es):

Raphaela Oliveira da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Millena Nascimento Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Durante um longo período da nossa história nunca foi cogitado acreditar na consideração do bem estar do menor, e com o passar do tempo foi desenvolvido, a passos lentos, uma regulamentação de proteção aos direitos da criança e do adolescente. Mas, apesar desse avanço ter acontecido, infelizmente não se verifica com o êxito o que foi pretendido devido aos empecilhos que surgem, principalmente, quando focamos nos casos dos que sofrem com a dependência química no estado do Rio Grande do Norte por ser extremamente difícil de executar a regra e o que deveria ser uma maneira de reverter esse cenário consequentemente se torna o contrário. Lamentavelmente não contamos com números expressivos de projetos sociais e muito menos com incentivos sociais ou financeiro, já que a escassez de projetos não ajuda na recuperação dos jovens, assim como a falta de recursos significativos não colaboram para a implementação de atividades, além da pobre divulgação dos trabalhos. Ressaltando que convivemos com essa realidade trágica diariamente e por isso é pertinente investigar o motivo do problema persistir e crescer com o tempo, bem como trata-la como uma matéria essencial a ser explorada.

(Metodologia) A estrutura metodológica empregada foi o dedutivo, por partir de um assunto geral para um determinado caso concreto, pesquisa usou de caráter qualitativo, quantitativo, teórico e exploratório. Da mesma forma que foi utilizado o método estatístico através das pesquisas adquiridas para demonstrar os dados de maneira . Acrescentaremos o método comparativo que faz a confrontação entre os dados informados. Consumindo da fonte da constituição, do estatuto da criança e do adolescente e também de alguns autores especializados no assunto.

(Resultados) Como expresso na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 disposta no estatuto da criança e do adolescente (ECA) e na própria Constituição Federal de 1988 que prevê as condições necessárias em que se deve ter, ou melhor, conceder aos portadores de dependência química. Declaram a importância a proteção que deve ser dada ao menor e sempre resgata o prestígio do âmbito familiar junto ao estado e a sociedade; lembrando do tratamento que deve ser tratado de forma relevante.

(Conclusão) Levando-se em conta o que foi observado, em seguida, surge uma preocupação com a continuação do problema por afetar a todos nós como humanos por se tratar do desperdício de várias vidas de jovens que não tem, muitas vezes, a oportunidade real de viver de forma mais digna. Acreditando na sensação que esse tema irá causar por inquietar a omissão da regulamentação e por seguinte pode instigar a cobrança e atenção popular, já que se trata de algo diário talvez não tenha a atenção devida.

Palavras-Chave: Regulamentação. Direito. Criança e do adolescente.

EXISTE IGUALDADE JURÍDICA NO DIREITO INTERNACIONAL?

Autor(es):

Islan Alves Gonçalves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Bruna Machado Cavalcanti de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Felipe Baía Araújo Fernandes Rosado: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Moisés Gonçalves de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
José Américo Ferreira da Silva Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) Desde que o homem deixou de viver da sua própria produção, com a finalidade da sua sobrevivência, pôde-se vislumbrar que, gradativamente o capitalismo toma conta da humanidade, o poder faz a desigualdade reinar desde o menor ao maior, cada nação vive o seu descaso, desde os conflitos da sociedade as leis vigentes. Este trabalho tem o objetivo de analisar de modo crítico a igualdade jurídica no direito internacional, previsto nos princípios jurídicos de igualdade, liberdade e propriedade, levando em consideração divergentes opiniões. Haja vista a Teoria do Imperialismo a qual analisa os mecanismos de internacionalização no aspecto jurídico, no amplo da partilha e repartilha do mundo entre as forças do capitalismo, é preciso destacar, entretanto, que hodiernamente tal teoria vem sendo pouco aceita, em virtude do crescimento da falta de igualdade da forma tácita

(Metodologia) A pesquisa que dará conteúdo e forma ao que se pretende analisar foi realizada dentro da metodologia teórico-descritiva, através de uma sucessão de passos, orientados por conhecimentos teóricos, com fontes bibliográficas e das doutrinas. O que se deu a partir de estudos prévios, com enfoque no exame de artigos e notícias recentemente veiculados em meios eletrônicos, Esta Pesquisa exploratória tem a finalidade de esclarecer o princípio do Imperialismo de modo factó, com o objetivo de modificar conceitos em vista a formulação de entendimentos doutrinários

(Resultados) Pelo acima exposto, foram vistas a Teoria do Imperialismo em sua essência, haja vista que não é muito aceita se tratando da igualdade jurídica, no entanto, cuja realidade pode ser comprovada pelos fatos, recentemente pode-se vislumbrar: ocorrido entre USA versus China. Acrescentando que, o Imperialismo não é conhecedor só das práticas militar, mas uma compreensível relação de subordinação, desde as formas pacíficas as malhas da submissão financeira e diplomática, chegando também às formas violentas expressas nas guerras. Paradoxalmente, há uma afirmação de princípios do Direito Internacional e de mecanismos de descolonização, sobretudo no âmbito da comunidade humana e da doutrina do Mandato. A negação do colonialismo e a comprovação de uma sociedade internacional embasada na igualdade soberana entre Estados o qual caminham junto com a renovação dos artifícios de subordinação e exploração

(Conclusão) Com esta análise, observou-se que o Direito Internacional não se conhece pelo aspecto atual de seus mecanismos, contudo pelo o seu desenvolvimento histórico, logo, não significa está resignando a um sistema internacional embasado na igualdade, no entanto, aderindo o raciocínio da concentração do capitalismo que reforça tacitamente a desigualdade. A universalização do Imperialismo admite a todos os Estados o mesmo direito, do qual reduz a oligarquia que concentra o capital. Os fundamentos do Direito Internacional não estão fundamentados apenas na celebração de tratados como também longe da afirmação dos direitos humanos, contudo as forças das potências imperialistas em disputa, assegura a insegurança do Direito Internacional

Palavras-Chave: Igualdade jurídica; Direito Internacional; Imperialismo

EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO JUVENIL: REALIDADE OU UTOPIA?

Autor(es):

Madson Alberto Viana Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Não é de hoje que a exploração sexual Infanto Juvenil, vem sendo tema de grandes debates, nos diversos meios sociais. Entende-se por essa prática, o uso de crianças e adolescentes para fins sexuais, quer seja dentro do seio familiar, onde geralmente as vítimas são molestadas por padrastos, irmãos, tios ou avôs, ou ainda para fins comerciais, de forma ilícita, onde crianças e adolescentes são forçados a manterem relações sexuais com pessoas geralmente mais velhas, podendo também serem submetidas a trabalhos pornográficos dos mais variados, por fim, o tráfico desses , onde os mesmos, na sua maior parte, pobres, sem grau de instrução algum, oriundas de pequenas cidades do interior, são enviadas aos grandes centros urbanos, sobretudo com a anuência dos seus pais, onde negócios são feitos, como se mercadorias fossem ,ao invés de filhos. Prática essa que cada vez mais está se tornando comum em nossa sociedade.

(Metodologia) Compreende-se que o escopo desse trabalho é tentar mostrar a discrepância existente, entre realidade e utopia, quanto a alguns dispositivos existentes de proteção a criança e adolescente, quer seja legalmente, através da Constituição Federal de 88 ou do Código Penal, precisamente no Capítulo IV e V do mesmo, onde assume sua proteção a ambos, ou ainda ,disponível em Estatutos, como o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Mas ainda assim, essa proteção que deveria ser real e integral, na maioria das vezes se torna falha e quimera.

(Resultados) Deixar a salvo de riscos ou ameaças, a criança e o adolescente, assim como prega os mecanismos constitucionais de proteção a ambos, devendo ser tratada com zelo e atenção aquele que encontra-se em plena fase de mudanças e desenvolvimento. Caso identifique-se , vestígios de exploração ou abuso contra indefesos, denúncias a organismos competentes deverão ser feitas, afim de evitar infâncias destruídas e interrompidas, decorrente de atos que violem a liberdade, a dignidade e respeito de quem necessita crescer em condições saudáveis.

(Conclusão) Muitos dizem se preocupar com o bem estar social da Criança e adolescente , alegando serem esses o futuro do país. Contudo, poucos são os que protegem e zelam por esses vulneráveis. A capacidade de discursão sobre essa problemática, ainda é muito ineficiente, cabe a nós cidadãos, dar-mos o primeiro passo para mudar essa realidade em que nos encontramos. Salvar as crianças é mudar o mundo.

Plavras-Chave: Exploração Sexual Infanto Juvenil

FALHAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE E MEDIDAS PARA RESOLUÇÃO

Autor(es):

Aline Amaral da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Rebecca Laíse Pimentel da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Ao longo dos anos a sociedade brasileira tinha uma grande preocupação com o emprego e a renda, porém nos dias atuais com o aumento da oferta de emprego, melhoria do salário mínimo, certo controle inflacionário, a preocupação da sociedade é com a segurança pública e a criminalidade. Analisamos os aspectos gerais do sistema carcerário brasileiro com um enfoque no estado do Rio Grande do Norte, discutimos seus problemas, abordando o perfil dos encarcerados e discutindo alternativas e soluções para o seu melhoramento, visto a situação precária em que se encontram, por isso procuramos discutir essa problemática. O nosso objetivo é de investigar a real situação do sistema carcerário brasileiro, aprofundar o estudo sobre as causas e consequências dos problemas existentes; verificar o cumprimento ou não do aparato jurídico nacional e internacional relacionado aos direitos dos encarcerados.

(Metodologia) Para alcançar os objetivos sugeridos, realizamos uma pesquisa com teor qualitativo com um foco na análise do nosso sistema carcerário sobre o caos em que se encontra, sob a luz da Constituição Federal de 88 e da lei de execuções penais. Considerando as observações feitas sobre o estado em que se encontram os nossos presídios, utilizamos como métodos de abordagem o hipotético-dedutivo, comparativo e o estatístico.

(Resultados) Visto o panorama geral dos dados obtidos através da comissão parlamentar de inquérito (CPI), observamos o quão grave é a situação. Segundo seus dados, temos cerca de 2.973 presos em 2.672 vagas, havendo um déficit de 301 e uma superlotação de 9%. Há 470 agentes, com salário inicial de R\$ 1.142,00, que cuidam da população carcerária no estado do Rio Grande do Norte. Quando vamos analisar os custos com cada presidiário, segundo o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), é de R\$ 1.300,00 o custo médio mensal de cada preso em presídios comuns e de R\$ 4.500,00 nos presídios de segurança máxima. Os custos são tão elevados e não vemos esse dinheiro sendo aplicado em favor dos presos.

(Conclusão) Portanto, em razão dessa lamentável situação no sistema carcerário do nosso estado, vamos destacar a relevância de maiores investimentos nesta seara. Por isso propomos, como possível solução para a problemática de pesquisa, a implantação das parcerias público-privada (PPP) visto que, o estado do Paraná após a implantação na penitenciária Industrial da Guarapuava, obteve êxito e o índice de reincidência criminal diminuiu para 6%. Acreditamos que essa é a medida mais eficaz para a erradicação das falhas do sistema carcerário do Rio Grande do Norte; além disso, garantir que as verbas sejam efetivamente investidas, como também assegurar os direitos dos apenados e agentes penitenciários que estão previstas na LEP. Garantindo assim, que todos os encarcerados sejam ressocializados e melhorando consequentemente o nosso sistema.

Palavras-Chave: Sistema carcerário. Parcerias Público-Privado. Rio Grande do Norte. Problemas. Soluções.

FATOR PREVIDENCIÁRIO: REFLEXÕES SOBRE CONSTITUCIONALIDADE E JUSTIÇA

Autor(es):

José Renaldo Alves da Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Lucas Gonçalves de Sena: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Trata-se de uma pesquisa jurídica com o intuito de estudar o instituto do Direito Previdenciário conhecido doutrinariamente como Fator Previdenciário. Discute-se sua função, buscando desvendar suas vantagens e desvantagens. Busca-se verificar sua essência, a saber, se se trata de uma forma de desestimular as aposentadorias precoces ou uma maneira de reduzir o valor dos benefícios percebidos. A presente pesquisa pauta-se na necessidade de informações sobre o tema, que constantemente gera dúvidas.

(Metodologia) a pesquisa está pautada no método dedutivo, tomando-se por base a perspectiva da dogmática jurídica, e a pesquisa realizada foi qualitativa. O levantamento jurídico colhido parte de uma análise bibliográfica doutrinária e de legislações.

(Resultados) Verificou-se as formas de aposentadoria estabelecidas no ordenamento pátrio, quais sejam: por invalidez (quando a previdência entende pela incapacidade de trabalhador para exercer suas funções), por idade (critério pelo qual trabalhadores urbanos do sexo masculino têm direito a perceber o benefício a partir dos sessenta e cinco anos, e as mulheres a partir dos sessenta anos), e a aposentadoria por tempo de contribuição (em que o homem deve ter contribuído por trinta e cinco anos e a mulher por trinta anos). Constatou-se que, a partir da reforma sofrida pela Previdência em 1999, o valor de algumas modalidades de aposentadorias passou a ser calculado com base no então denominado fator previdenciário. Trata-se de uma fórmula que envolve o salário médio, o tempo de contribuição, a idade, e a expectativa de vida do segurado conforme tabela do IBGE. Ocorre que, para as aposentadorias por tempo de contribuição, a aplicação dessa fórmula tornou-se obrigatória, e para as aposentadorias por idade restou facultativa. Percebeu-se também que em 1999, notadamente no governo de Fernando Henrique Cardoso, constatou-se que o aumento da expectativa de vida do cidadão brasileiro apresentava-se como um problema para a Previdência Social. Foi nesse sentido que o supramencionado presidente da república buscou conseguir convencer o Congresso Nacional a aprovar uma idade mínima para o empregado da iniciativa privada poder se aposentar. No entanto, a aprovação se deu apenas para o servidor público, ficando o trabalhador da iniciativa privada ressaltado da pretensão do governo. Nesse contexto, surgiu então o fator previdenciário, criado pelo artigo 2º da lei 9.876 de 26 de novembro de 1999 ao alterar o artigo 26 da lei 8.213 de 24 de julho de 1991, a Lei de Benefícios Previdenciários. Um multiplicador que considera a expectativa e o tempo de contribuição do empregado, incidindo sobre a média dos salários de contribuição. Dele decorre que quanto mais jovem se aposentar o trabalhador, maior será o redutor de sua aposentadoria. Este mecanismo foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o STF, utilizando-se como parâmetro o artigo 195, §5º da Constituição Federal, tendo em vista que se está contribuindo com valores para um benefício e em dado momento o legislador infraconstitucional cria um fator que não foi previsto na Carta Política a fim de diminuir o valor do benefício à um patamar, por vezes, injusto. Além disso, é flagrante a falta de razoabilidade de, num país continental como o Brasil, haver uma tabela única que defina a longevidade do brasileiro e reflita negativamente sobre os benefícios percebidos pelos aposentados.

(Conclusão) Vê-se, então, a consistência da problemática jurídica apresentada, e que deve ser encarada como uma questão social, tendo, não raras vezes, desvirtuado a finalidade a que se prestam os benefícios (contra)prestados pela Previdência Social. O que enseja reflexões.

Plavras-Chave: Direito Previdenciário; Aposentadoria; Fator Previdenciário.

FLEXIBILIZAÇÃO DA SUPREMACIA CONSTITUCIONAL ANTE À PROTEÇÃO ESPECIAL AOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL DA LEI GERAL DA COPA: VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA PROPORCIONALIDADE

Autor(es):

Mauricio Neves Gomes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) É razoável afirmar que a lei 12.663/12 (Lei Geral da Copa) proporcionou para FIFA benefícios e regalias, acerca dos direitos de propriedade industrial, caracterizando uma afronta aos Princípios da Isonomia e Proporcionalidade, e dessa maneira a consequente flexibilização da supremacia constitucional? Para atestar como positiva a problematização proposta, objetivamos com o presente artigo realizar um estudo comparado da realidade legislativa e concreta do nosso país, com a legislação especial proposta pela lei em estudo e os efeitos que ela acarretará no plano concreto. A relevância da pesquisa assenta-se na necessidade de promovermos uma reflexão mais profunda sobre a força normativa da Constituição Brasileira, e principalmente, no receio de que o paradigma legislativo objeto da pesquisa sirva de precedente para que uma futura lei venha descaracterizar o ordenamento assim como ocorrido com a Lei Geral da Copa.

(Metodologia) A presente pesquisa utiliza como método de abordagem o método dedutivo, no momento em que parte-se da Constituição Federal e do ordenamento infraconstitucional para confrontar o dispositivo em estudo. Como metodologia auxiliar, o presente estudo faz uso do método comparativo, sempre utilizando como referenciais comparativos normas e realidades diversas e incompatíveis com a situação proposta pela Lei Geral da Copa. Além do estudo comparado de realidades e leis, utiliza-se na construção do trabalho levantamentos de cunho teórico-bibliográfico para explicitar conceitos necessários.

(Resultados) A Lei Geral da Copa traz em seu capítulo II, seção I, artigos referentes à proteção especial que a FIFA obteve perante os direitos de propriedade industrial. A primeira prerrogativa que constatamos é da possibilidade da criação de marcas com matéria esportiva, o que é vedado pela lei nacional que trata da regulamentação do direito em pauta, a lei 9.279/96. Outro benefício proporcionando pela Lei da Copa refere-se à concessão de marcas de alto renome. A tamanha complexidade para o registro dessas marcas fez necessário à criação da Resolução 107/2013, desconsiderada pelo artigo 5º que favorece a criação de marcas de alto renome pela FIFA. Ainda a respeito das regalias obtidas, temos a antecipação e estipulação de prazos, para que os órgãos competentes realizem o mais rápido possível o registro das milhares de marcas que foram exploradas e veiculadas durante a copa (Art. 7º ao 9º). E por fim, o artigo 10º traz para a Federação Futebolística a isenção de custas referentes a todos os registros que forem realizados, trazendo um prejuízo milionário para o país.

(Conclusão) Os benefícios concedidos exclusivamente para a FIFA para realização de eventos privados, claramente caracterizam discriminações negativas que ferem descaradamente o princípio da isonomia. A situação das empresas nacionais que tanto contribuem para o país é cada vez pior quando falamos em registro de marcas e patentes, e ainda tivemos que suportar e esperar que todas as regalias da FIFA fossem atendidas. Pelo mesmo motivo, nos parece claro e evidente a inconsonância da legislação em estudo com os requisitos necessários para observância da proporcionalidade, sejam eles: adequação, ponderação, necessidade. Dessa forma, certificando a violação de preceitos tão importantes da nossa Constituição, percebemos nitidamente a flexibilização da supremacia constitucional ante a Lei Geral da Copa.

Palavras-Chave: Lei Geral da Copa, direitos de propriedade industrial, supremacia constitucional

FURTO INTELECTUAL: OS ASPECTOS JURÍDICOS DO PLÁGIO NO ÂMBITO ACADÊMICO

Autor(es):

Daniela Faria de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Rafael Albano Soares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O plágio é conceituado como ato de copiar obras alheias, tomando-as como sua, e este, ocorre em diversos níveis, seja em um parágrafo, um texto ou em apenas poucas linhas de um trabalho intelectual. O plágio surge muitas vezes pela grande quantidade e facilidade de obter informações nos meios de comunicações virtuais, sem controle. A apropriação de criações alheias constitui crime, de acordo com a Lei nº 9.610/98. Entende-se que tal ato, além de injusto é antiético e amoral. Pegar o trabalho de alguém que se dedicou tanto de seu tempo naquilo e tomar como seu, constitui ofensa ao direito de autor, que está inserido no artigo 5º, Inciso XXVII e XXVIII, da Constituição Federal. As penalidades de quem pratica o plágio vai da simples expulsão da instituição que está matriculado ou é colaborador, até sanções mais sérias. Diante disso, este trabalho teve como objetivo verificar os principais aspectos jurídicos relacionados ao plágio no âmbito acadêmico. Para isso verificou-se as Leis divulgadas sobre o cerne da questão, e também os melhores meios de combates desse crime.

(Metodologia) As informações contidas no artigo trabalhado foram coletadas a partir de uma pesquisa teórica qualitativa, em um método de procedimento científico. Para que se completasse a elaboração deste artigo foram fundamentadas análises e discussões de informações já publicadas, e pesquisas com base em leis, sites, livros, artigos e periódicos encontrados na internet.

(Resultados) A atual Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98) que contempla o tema abordado foi criada em 1998, quando pela percepção e relevância da proteção do autor de obra intelectual. Apresenta as ações que caracterizam o crime, atos para retratação e suas principais sanções. A Lei é voltada para a proteção do autor da obra, que além de ter suas obras furtadas, é prejudicado financeiramente em detrimento da ação cometida pelo plagiador. Fora essa Lei, existe casos de jurisprudência que já servem como base para o tratamento da matéria. Detectou-se ainda, que a incidência de plágio no Brasil triplicou de 1970 até 2007. Um aumento considerável devido à inserção da internet no cotidiano acadêmico. Por fim, foi observado que a tecnologia vem apresentando sua contribuição no combate ao crime em questão, através de programas de computador para detecção e delação do plágio.

(Conclusão) O plágio é um furto intelectual, sendo assim, no momento que este ocorre, estão sendo utilizados pensamentos, fontes, ideais e outras formas de expressão e argumentação não originais. Pode-se concluir então, que essa é uma ação banalizada, pois as pessoas param de se preocupar em estabelecer seus próprios pensamento, conclusões, e fundamentação de pesquisas, sabendo que podem encontrar várias informações na internet e outras fontes. E assim, acabam tomando como seus, as obras alheias, e conseqüentemente, alienando-se. Ou seja, além de aspectos morais e financeiros, o plágio contribui para o não crescimento intelectual daquele que o usa. Os indivíduos que cometem o crime de plágio não percebem que com essas ações eles não estão prejudicando somente o autor do pensamento inicial, mas à eles mesmos e toda a sociedade que de boa-fé, crê que a informação lida é original e fonte de um trabalho árduo e sério. Por isso, o direito do autor na sociedade contemporânea se torna importante dentro da academia, onde são as maiores fontes de produção intelectual e a propagação do combate ao plágio.

Plavras-Chave: Plágio. Direito do Autor. Obras Alheias. Internet.

GARANTIAS E PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO PROCESSO DE ADOÇÃO INTERNACIONAL

Autor(es):

Maria Luiza de Almeida Carneiro Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Thaís Alves de Meneses: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) A adoção é um tema que requer atenção e proteção, pois trata de uma relação de vontade e afeto, onde a criança ou adolescente tem a oportunidade de ter uma família de forma definitiva, ou seja, a oportunidade de se dar um filho a quem decidiu ter. Quando fala-se de Adoção Internacional percebe o grande receio da população em admitir sua concessão aos estrangeiros, já que dá margem aos casos de tráfico de crianças e adolescentes, fato que cresce bastante e ainda não é coibido de forma eficaz. São fatores que contribuem para o tráfico a falta de regulação e supervisão, principalmente nos países de origem, a possibilidade de ganho financeiro, através da venda e do rapto de crianças, a coerção dos pais e o suborno. As tragédias também contribuem para o aumento das adoções, principalmente por casais de países mais ricos. O Brasil tem ratificado os tratados internacionais e tem permitido em caráter excepcional a adoção de crianças e adolescentes a estrangeiros, após ser esgotadas todas as possibilidades dessas pessoas serem adotadas no Brasil, como forma de tentar coibir o tráfico e preservar o melhor interesse do menor, tal rigor esta presente na Lei nº 8069/90.

(Metodologia) Será utilizada como procedimento metodológico, a pesquisa bibliográfica, bem como um estudo da legislação pertinente ao assunto.

(Resultados) Para assegurar e proteger crianças e adolescentes que serão adotados por estrangeiros, o Brasil só permite a saída dos adotados do território nacional após o trânsito em julgado da sentença judicial que concedeu a adoção e após a expedição de alvará com autorização de viagem. O processo de adoção deve atender uma série de exigências determinadas pelo ECA, bem como a Convenção de Haia e Protocolos internacionais, tudo com a finalidade de se preservar o melhor interesse da criança e do adolescente Conforme estabelecido no próprio Estatuto, haverá um acompanhamento da adoção internacional pelo período mínimo de 2 anos e isso vem mostrar a preocupação com este tipo de adoção, respeitando-se sempre os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta, considerando-os como pessoa em desenvolvimento. O que não se deve permitir é que crianças e adolescentes fiquem em abrigos a espera de uma família brasileira que nunca virá. Os estrangeiros, na maioria das vezes, não apresentam muita exigência como os brasileiros, referente a idade, sexo e cor de pele, tornando a adoção mais fácil.

(Conclusão) A nova lei brasileira, 12.010/2009, trouxe vários progressos para o processo de adoção, principalmente quanto à internacional ao ser concedida em caráter excepcional, exigindo a participação das Autoridades Centrais dos países envolvidos, cercado-se de todos os cuidados necessários para se evitar o tráfico. O Brasil deve estimular a adoção internacional desde que sejam cumpridos todos os requisitos legais necessários para a realização desse processo, possibilitando assim a inserção de crianças e adolescentes em uma família substituta, onde eles poderão ter afeto e um desenvolvimento sadio. É claro que a adoção por famílias brasileiras é a melhor alternativa, até por não haver risco de choque cultural que impeça a criança ou adolescente de se adaptar bem ao seu novo lar, no entanto, o bem estar deles está em primeiro lugar, e adoção, seja ela de que forma for, deve ser priorizada e facilitada, cabendo ao Estado fiscalizar esse processo de forma efetiva, evitando irregularidades, fazendo-se cumprir o ordenamento jurídico e respeitando os princípios do melhor interesse, proteção integral e acima de tudo o da dignidade da pessoa humana.

Plavras-Chave: Adoção internacional, Tráfico de menores, Legislação brasileira

**GESTÃO AMBIENTAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: DA EXPERIÊNCIA SUECA A UM PLANO POLÍTICO-
ESTRATÉGICO PARA O BRASIL E MUNICIPALIDADES**

Autor(es):

Barbara Marques Putriq: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN

(Introdução) A fim de investigar um modelo de gestão de resíduos sólidos viável, ponderando que a conscientização ambiental capaz de envolver a sociedade na missão de criar um meio ambiente ecologicamente equilibrado é paulatina, este estudo busca as bases do sistema sueco e analisa-as frente aos princípios ambientais, para, posteriormente, considerando a Lei 12.305-PNRS, pensar um plano de ação brasileiro que englobe a sociedade, ONGs e Poder Público.

(Metodologia) Trata-se de pesquisa teórica de cunho qualitativo, desenvolvida mediante análise documental e bibliográfica, abalizada pela doutrina de Paulo Leme, Resoluções, Tratados e Relatórios de entidades internacionais; composta, ainda, de estudo comparado entre o modelo de gestão e instrumentos de efetivação suecos e brasileiros. Objetivando pensar um sistema aplicável à realidade brasileira a curto e longo prazo –, recorreu-se ao método comparativo: verificado o êxito do paradigma adotado pela Suécia, sob a égide dos princípios do direito ambiental internacional foram averiguadas as políticas públicas promovidas, sobretudo pela União Europeia, visando à detecção dos fatores determinantes do sucesso do modelo, para, posteriormente confrontar os dados obtidos com a PNRS e as especificidades do Brasil.

(Resultados) A investigação dos parâmetros estabelecidos às políticas públicas de gestão de resíduos sólidos permitiu a revelação dos pilares do regime sueco contemporâneo: redução, reaproveitamento, reciclagem, responsabilização de produtores e consumidores, tratamento para disposição final e reaproveitamento energético. Em face desses resultados e do conhecimento que se tem da realidade nacional, foi possível formular um plano de ação ordenado pelos instrumentos que demonstram maior efetividade e prevendo-se etapas progressivas, compatíveis com a colaboração e conscientização dos atores sociais. Em curto prazo devem ser empregados instrumentos econômicos: taxas do tipo pay as you throw e recompensa por produtos destinados à reciclagem. No que tange ao setor produtivo, deverá ser aplicada a logística reversa, fazendo-se necessária a fiscalização pelo Poder Público, que terá a obrigação, também, de criar meios adequados de coleta e disposição final. Em médio prazo, espera-se que as empresas reformulem melhores produtos e embalagens, com ampla liberdade de criar e adotar medidas sustentáveis; os consumidores selecionarão os artigos que lhes trouxer menores encargos e estarão familiarizados com a coleta seletiva. A taxa de recompensa por reciclagem poderá ser diminuída até a extinção, valorizando o reaproveitamento dos materiais. Por fim, em longo prazo, as políticas de incentivo e conscientização terão sido absorvidas pela sociedade, que entende a relevância da gestão sustentável de resíduos e opta pelos produtos e atitudes ambientalmente corretos.

(Conclusão) Diante de todas as investigações e reflexões, chega-se à conclusão de que para atingir a desejada mudança de paradigma imposta pela PNRS, todos os ramos da sociedade e as três esferas governamentais precisam estar integrados na missão de criar e pôr em prática planos sustentáveis de manejo de resíduos. Deve-se evitar objetivos utópicos, posto que a adesão de produtores e consumidores é gradativa, contudo a alteração do modelo de gestão consiste em mudança político-estratégica imprescindível ao equilíbrio ambiental, perfeitamente possível de ser operacionalizada, conforme demonstra este estudo.

Palavras-Chave: Direito ambiental. Resíduos sólidos. Suécia. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Plano brasileiro.

GLOBALIZAÇÃO E OS PARAÍÇOS DO CRIME INTERNACIONAL

Autor(es):

Francialdo Cassio da Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Eleonora Bezerra de Melo Tinoco: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) Busca analisar aspectos obscuros e pouco discutidos do subterrâneo da globalização, camuflados em operações de vários setores da economia de mercado: armas, petróleo, setores da aviação, bancos, que realizam desvio de fundos oriundos de contas lícitas das sociedades transnacionais para paraísos fiscais. Essa prática conhecida popularmente como lavagem de dinheiro se tornou possível graças ao segredo bancário penalmente protegido, ao direito de realizar alguns contratos, e de constituir sociedades comerciais com empresários estrangeiros. Diante da “vague deferlant” do processo de globalização e os avanços inconteste das novas tecnologias de comunicações, satélites de baixa órbita, cabos axiais perdeu se o controle da contabilidade global e do aumento das transações comerciais e financeiras. Ao que parece, o processo foi possível graças a cumplicidade dos meios de negócios escusos e a permissividade do poder político. Ainda que esse não seja um fenômeno novo, as novas formas de transações ilícitas desafiam toda e qualquer tentativa de controle. Observam-se setores especializados que permitem trocas de mercadorias e de recursos financeiros operados por sistemas sofisticados de difícil identificação, muitas vezes de procedência duvidosa. Ao longo da historia, muitos países abrigaram seus meios criminais; A Cosa Nostra nos Estados Unidos, A máfia Siciliana na Europa, os cartéis da droga na Colômbia dentre tantos outros.

(Metodologia) Trata-se de Pesquisa qualitativa - bibliográfica e documental - que busca refletir sobre a o processo de internacionalização do crime e o deficiente sistema de combate das instituições responsáveis. Como não se trata de pesquisa quantitativa com resultados empíricos fica mais difícil estabelecer uma conclusão mais precisa.

(Resultados) Atualmente esses grupos se multiplicam e se instalam em países de baixo risco com uma legislação flexível ou inexistente. As transações são diversas e se misturam às commodities cotadas no comercio exterior: drogas, armas, pedras preciosas, trafico de órgãos, de crianças, de mulheres. Na origem dos paraísos da criminalidade estão à liberalização dos movimentos de capitais que desde o final dos anos 80, foge a todo controle nacional e internacional; a desmaterialização das transações financeiras e o crescimento de lugares especializados na gestão tolerada da criminalidade financeira: os famosos paraísos fiscais.

(Conclusão) Esse tipo de transação que envolve operações ilícitas qualificadas de crimes e delitos é permitida muitas vezes por conta das leis nacionais e dos acordos internacionais que se estruturam associados aos governos hospedeiros e às empresas especializadas nos off shores da legalização da comercialização em um mercado prospero e vantajoso. Neste sentido, indaga-se qual o papel do Direito Internacional nas formas de controle do comercio ilegal? Que organismos internacionais monitoram o fluxo de transações clandestinas?

Plavras-Chave: Direito Internacional Globalização e Crimes.

INCONSTITUCIONALIDADE DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO: AGRESSÕES NO ÂMBITO DA FUNDAÇÃO CASA EM SÃO PAULO- SP

Autor(es):

Narcisia Ilza Santos Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Stephanie Lunne Cruz Vieira Pereira : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem como escopo fazer uma análise sobre a violência que ocorre na fundação casa, pois, conforme sabido, em nosso país, há tempos, observa-se um aumento na taxa de criminalidade. Neste contexto de violência, até mesmo perpetrada pelo próprio Estado, destacam-se as torturas realizadas no sistema carcerário e na fundação casa. Assim faz-se necessária uma análise mais detalhada sobre esta realidade, uma vez que evidenciam-se as frequentes agressões e o despreparo dos funcionários destas instituições. Esses atos de torturas são vedados pela Constituição segundo o artigo 5º, XLVII, e mesmo assim há uma grande frequência de acontecimentos e impunidade para com os agressores.

(Metodologia) A metodologia empregada para a realização deste trabalho teve como base uma pesquisa de cunho teórico e bibliográfico, buscando formular critérios adequados para análise do tema. Para isto utilizamos uma abordagem de método dedutivo e, como método de procedimento, o estudo de caso.

(Resultados) Ao analisar o caso concreto em questão, onde este diz respeito aos casos de torturas na fundação casa, podemos perceber a fragilidade em que se encontram estes menores infratores, agredidos e violentados em sua dignidade. Mediante isso podemos ver onde se encontra grande parte dos problemas do sistema carcerário brasileiro. Conforme constatado em visita técnica realizada, os casos de tortura para com os menores infratores são comuns, estes são submetidos à penas cruéis como espancamento, fome e ameaças constantes, e muitas vezes por medo de mais opressão, nada fazem para promover a identificação dos agressores. Como forma de assegurar que os agressores sejam identificados, foi criado o comitê nacional de prevenção a tortura, onde peritos irão ter livre acesso aos presídios e delegacias, assim tendo mais probabilidades de uma real punição para estes agentes agressores. Os espancamentos são muito comuns em tentativas de fuga, que acontecem muitas vezes devido à terrível situação em que se encontram esses ambientes, e a situação em que estes menores infratores são expostos, indo contra o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, as tentativas de fuga não são consideradas crime, no entanto, quando capturado estes são vítimas de espancamento e das mais terríveis condições, o que nos faz pensar na necessidade da implantação de cursos profissionalizantes para os agentes penitenciários, onde estes possam receber uma formação que os façam saber agir de forma correta nas mais variadas situações, além da necessidade de implantação de cursos técnicos e profissionalizantes nas penitenciárias e na fundação casa, com a intenção de a pena cumprir sua função de ressocialização.

(Conclusão) A realidade em que se encontra o sistema carcerário brasileiro vai de encontro com a Constituição Federal, chegando a ofender a dignidade humana, e como soluções para melhorar este presente sistema poderíamos propor o aperfeiçoamento de agentes penitenciários, onde estes devem passar por um curso profissionalizante, sendo treinados para as situações mais diversas, sem que façam uso de penas vedadas constitucionalmente, também sendo cabível um maior investimento por parte do estado na capacitação e na formação técnica dos apenados, o que conseqüentemente, acarretará numa queda no índice de reincidência e o uso das penas alternativas quando cabíveis, além da continuidade do comitê nacional de prevenção a tortura, que dão livre acesso aos peritos nas delegacias e presídios, onde estes poderão flagrar casos de maus tratos e torturas, vindos a denunciar estes responsáveis, para que estes sejam indiciados tanto na esfera penal como na administrativa, e sejam afastados de seus cargos.

Palavras-Chave: Tortura. Fundação Casa. Agentes Penitenciários.

INDENIZAÇÃO À BRASILEIRA X PUNITIVE DAMAGES

Autor(es):

Rafaelle Capistrano Lira dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) O objetivo do referido estudo é analisar o instituto do Dano Moral, ofertando enfoque a função social, e a quantificação da indenização recebida pelo ofendido, bem como os seus desdobramentos.

(Metodologia) A pesquisa foi desenvolvida utilizando-se do método teórico, sob a análise da doutrina e jurisprudência pátria.

(Resultados) No Brasil, no que concerne a tutela dos direitos humanos, a mesma se encontra bem resguardada pela Constituição Federal e Código Civil de 2002 no sentido de estar positivada a possibilidade de reparação dos danos materiais e a compensação dos danos morais. No entanto, a problemática circunda sob a ótica da função social e da quantificação da indenização recebida pelo ofendido, o que de fato é também um dilema para a classe magistrada, visto que não há um diploma legal que estabeleça e regulamente critérios para a quantificação de uma indenização de cunho punitivo. Segundo Paolo Gallo, a indenização punitiva e a compensatória têm finalidades essencialmente distintas. Conforme ele ensina, a indenização compensatória tem a intenção de restabelecer o status quo ante, seja na esfera patrimonial, seja em sua esfera moral; ao passo que a indenização punitiva, centra-se na figura do ofensor com escopo de lhe penalizar, pela ofensa à personalidade do indivíduo-ofendido. Dessa forma, a introdução da indenização punitiva no ordenamento brasileiro, ainda figura de forma esdrúxula, por não haver amparo legal ao qual expeça-se, além da compensação indenizatória uma punição ao ofensor, desestimulando-o a prática do ato ilícito. Além disto, a parcela adicional recebida pela vítima é entendida muitas vezes como enriquecimento sem causa, o que consequentemente, fere o princípio da legalidade, conforme disciplina o artigo 884 do Código Civil. Ciente disto, percebe-se que no Brasil o intuito é desestimular o ofendido a ajuizar ações indenizatórias, com o argumento de que o dano moral transmuda-se em mero aborrecimento cotidiano, na tentativa de diminuir a judicialização dos danos morais. Diferentemente do que ocorre no Brasil, nos Estados Unidos é adotada a indenização punitiva com mais consistência, pois lá o objetivo maior é coibir a reincidência do ato ilícito, fazendo com que os valores pagos pelos ofensores reflitam a intenção dos juízes e jurados em estabelecer punições e indenizações que tenham o caráter pedagógico, servindo como exemplo para não haver reincidência. O renomado filósofo Michael Foucault, em sua obra vigiar e punir ensina em sua inteligência que : "A certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro. A mecânica exemplar de punição muda as engrenagens" (FOUCAULT, 1987, p.13). Dessa forma, Michael Foucault esclarece que é necessário punir o ofensor de forma que este realmente padeça sobre o ato ilícito praticado. Para isto o Estado deverá alterar suas 'engrenagens' no sentido de que haja a certeza que, se praticado o ato lesivo, a consequência será sempre a punição, além da compensação do dano, ou seja, as indenizações deveriam ter uma função sócio-pedagógica, e não apenas compensatória a qual figura o cenário atual do poder judiciário brasileiro.

(Conclusão) Portanto, em uma breve comparação entre o sistema de reparação civil brasileiro e o estadunidense, apesar do sistema americano gerar indenizações com valores muito altos, a ideia central da reparação civil por danos morais não deve apenas ser a aplicação de uma indenização alta, mas a certeza da aplicação de uma indenização punitiva na ocorrência de um fato ilícito.

Plavras-Chave: DANO MORAL. INDENIZAÇÃO PUNITIVA. FUNÇÃO SOCIAL. MENSURAÇÃO.

INDÚSTRIA DA SECA: A VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Autor(es):

Claryssa Lacerda de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Milena Maria Queiroz de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) A identidade nordestina é marcada por fortes influências do fenômeno natural da estiagem que pode ser contornada com o monitoramento do regime das chuvas, implantação de estratégias próprias para região ou projetos de irrigação/açudes. Tal realidade acaba por projetar um cenário marcado pela marginalização de uma classe oprimida mediante estratégias políticas que visam somente tirar proveito dos subsídios oferecidos pelo governo para combater tal adversidade, fazendo surgir um questionamento acerca da falta de eficácia do Poder Público para desconstruir esse panorama que afeta a dignidade dos indivíduos e, principalmente, a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes marginalizados por uma situação de miséria e abandono verificados ao longo da pesquisa. Perante o fenômeno natural da seca e da inércia do Estado, a sociedade semiárida se torna cada vez mais vulnerável e, unindo-se à forte presença de relações de poder, reforçam cada vez mais a submissão dos afetados a oligarquias detentoras de influência política e econômica.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Pesquisa aplicada, fundamentada em uma perspectiva dialética, que em seu decorrer, não foi utilizado amostragem, caracteriza-se como exploratória e explicativa, sendo qualitativa a forma de abordagem e os instrumentos de pesquisa construídos através de estudos transversais da população da Região Nordeste. A fim de chegar ao objetivo proposto, fizemos uso de referenciais teóricos.

(Resultados) (RESULTADOS) Ao expor um tema que torna evidente um problema real da sociedade do sertão nordestino, em sua totalidade, submetidos a uma abstenção do Estado e explorados devido a sua condição de existência por aqueles que detêm poder, nota-se que a escassez de políticas públicas toma dimensão muito maior, pois, além de marginalizarem a população rural, fere direitos que a Constituição determina como vitais aos indivíduos para que tenham acesso a uma vida digna, tais como o direito a alimentação, fixado no artigo 6º da Constituição Federal através da emenda constitucional 64, posto entre os direitos sociais e, além disso, limita as atividades produtivas, com a centralização de terras nas mãos de uma oligarquia rural que impõe ao sertanejo gerar agropecuária de subsistência em que não é possível apossar-se do excedente, nem armazená-lo ou, sequer, comercializá-lo. Em meio a esse cenário, é notável a violação, primeiro da própria Constituição Federal Brasileira de 1988 e, segundo, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 8.069/90. Ambos dispõem que qualquer dinâmica em razão da proteção da infância e na garantia de seus direitos deve ocorrer com “prioridade absoluta”. É dentro desse aspecto que atentamos para a primordialidade de se conceber os direitos violados, necessitando, pois, de uma atuação real e eficaz do Estado, da família e da sociedade.

(Conclusão) (CONCLUSÕES) A situação das crianças e adolescentes da região em pesquisa atesta a uma existência de fatos totalmente diversos do pretendido pela norma jurídica. De tão corriqueira, essa desobediência da lei, parece ser um episódio normal, regulamentado e, por consequência, permitindo, a vulnerabilidade das vítimas. A estratégia promovida pela famigerada Indústria da Seca é decorrente, principalmente, da inação do Estado e da subordinação da sociedade a um plano de ordem política que visa o favorecimento daqueles que detêm poder em relação àqueles que vivem à mercê do cenário estabelecido pelo fenômeno natural da estiagem. Lembrando que, a seca em si não pode ser limitada somente a partir da onda e afluência das precipitações, pois tem como característica uma harmonização lógica entre estiagem e vulnerabilidade social, ou seja, é a inaptidão dos indivíduos para responder ao evento climático. Através de um comparativo estabelecido, é possível concluir que essa situação não atinge a todos de forma igual.

Palavras-Chave: Indústria da Seca, Região Nordeste, Dignidade da Pessoa Humana, Crianças e Adolescentes.

INEFICÁCIA SOCIAL DO ECA: REFLEXOS NA EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL INFANTIL

Autor(es):

Hanna Silvia Macêdo Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa tem como objeto a análise da ineficácia social das políticas públicas destinadas a efetivação do ECA e seus reflexos na exploração sexual comercial infantil. Por se tratar de um fenômeno complexo que envolve diversos aspectos, a exploração sexual comercial, enquanto uso (abuso) do corpo, reforça ainda mais o processo de mercantilização e o uso simbólico-cultural da criança e do adolescente como objetos de direitos, reforçando imaginários de culturas machistas, patriarcais, discriminatórios e autoritários. A evolução da doutrina da situação irregular para a atual doutrina da proteção integral (ECA) privilegiou o caráter preventivo em detrimento do repressivo. No entanto, o Estado tem sido ineficiente e omissivo no cumprimento de sua função de tornar efetivo o ECA e não vislumbramos uma perspectiva social e jurídica de mudança desse status quo.

(Metodologia) Para alcançar as finalidades deste estudo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, mediante análise de artigos científicos sobre o tema, adotando-se método de procedimento histórico-evolutivo e o método de abordagem hipotético-dedutivo. Também foi objeto de análise, além da legislação aplicável, os tratados internacionais que versam os direitos da criança e do adolescente.

(Resultados) Apenas com a CPI da exploração sexual comercial infantil esse problema passou a ser tratado e discutido com mais relevância no Brasil. Constatou-se, por exemplo, que o processo de vulnerabilização e estigmatização que sofrem as 23.973 crianças e adolescentes em situação de rua, devido a condições econômicas e sociais, são reflexos da omissão dada pela sociedade civil e o poder público. Resultante dessa exclusão social, a situação desses sujeitos, que também estão cotidianamente em contextos de discriminação e violência estrutural, social e interpessoal, só favorece na violação gravosa dos seus direitos, beneficiando os grupos exploradores sexuais. É válido lembrar que os responsáveis pela proteção dos direitos da criança e do adolescente são a família, a sociedade civil e o Estado, existindo ações extragovernamentais, que no entanto, não são suficientes para a proteção integral.

(Conclusão) Verifica-se que sendo a exploração sexual comercial infantil um problema muito complexo, uma vez que possui diversos aspectos, o combate à violência da exploração sexual comercial implica na responsabilização de todos os envolvidos, inclusive os que estão envolvidos indiretamente, por fazerem parte da rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente. Deve, pois, o Estado atuar de maneira incisiva para a construção de uma cultura cívica que vise à proteção dos direitos dos mais vulneráveis, desmistificando a ideia da doutrina da proteção irregular, na qual a criança/adolescente é mero objeto de direitos.

Palavras-Chave: Criança e adolescente - exploração - ECA

**INSERÇÃO DE PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS CONSTITUCIONAIS NO CC/02: JULGADOS COMPARADOS
SOBRE A CONCESSÃO DA CONVERSÃO DA UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO PARA CASAIS
HOMOAFETIVOS**

Autor(es):

Natasha Helena Benigno de Azevedo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
José de Souza Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Araujo de Medeiros: Docente do UNI-RN
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Embora não seja de plena concordância social, a relação homoafetiva é um fato (mesmo que minoritário) que se impõe oriundo das diversas mutações sociais existentes na sociedade orgânica e, por isso, dinâmica e mutável, e não pode ser negado e nem excluído pelo Ordenamento Jurídico, mesmo com todo o preconceito existente. Devido a isso, objetiva-se com a presente pesquisa a análise desse fato social, que vem cada vez mais gerando impacto na sociedade, devendo, portanto, o Direito contemplar todas as relações sociais existentes. Tudo isso tem como justificativa a falta de um consenso doutrinário e jurisprudencial acerca da concessão da conversão da união estável em casamento para casais homoafetivos assim como a busca de uma solução jurídica que possibilite a manutenção da dignidade da pessoa humana e dos demais princípios constitucionais a exemplo do princípio da afetividade, bem como os direitos fundamentais existentes no Ordenamento Jurídico brasileiro.

(Metodologia) O projeto se baseia em uma pesquisa teórico qualitativa acerca do tema, tendo em vista que utiliza-se da análise tanto de decisões judiciais opostas como da extensa e divergente doutrina. Pautando-se em uma melhor objetividade, o presente projeto é alicerçado em uma dissecação do problema de forma dialética e hipotético-dedutiva. Somado a isso, adota-se um procedimento histórico-evolutivo, de forma que para um melhor entendimento do assunto tal abordagem se faz de fundamental e extrema importância, bem como a indispensável interpretação casuística. O instrumento de pesquisa, então, diz respeito aos casos em concreto consonantes com o objeto da pesquisa assim como a produção doutrinária.

(Resultados) Apesar de o tema não ser pacificamente aceito majoritariamente por doutrinadores, havendo, então, severas divergências, o Supremo Tribunal Federal vinculou uma súmula adotando o entendimento de pluralismo familiar, então não se pode negar o direito pleiteado pelos casais homoafetivos de converterem sua união estável em casamento civil, uma vez que outrora se negava tal fato alegando-se que apenas constituía casamento civil a família pautada entre a relação de homem e mulher, tal qual se extrai da interpretação literal de alguns dispositivos legais do Ordenamento Jurídico.

(Conclusão) Tendo em vista que a sociedade é um sistema orgânico, sendo, então, bastante complexo e dinâmico, o Direito tem como finalidade maior a proteção dos fatos sociais. Dessa forma, as produções das normas jurídicas devem estar sempre atentas aos anseios sociais à época da sua feitura. Isso quer dizer que se a sociedade mudar, o Direito também deve acompanhar a sociedade, de forma a não ficar estagnado, sob pena de descumprir a função sobre a qual existe. Outra forma de o direito não executar sua função é a utilização pelos seus aplicadores de apenas a lei como fonte de Direito e apenas o método literal como processo interpretativo. Conclui-se, portanto, que a jurisprudência, principalmente, vinha adotando apenas dispositivos legais arcaicos em relação a formatação da sociedade atual, bem como o método literal de interpretação normativa. Para que isso não ocorra, então, necessita-se utilizar a forma adequada de interpretação aplicada em cada caso em concreto, bem como não se limitar apenas a fonte legal, devendo, então, o aplicador do direito utilizar a melhor dentre as quais diversas fontes existentes no Ordenamento para a resolução de cada caso específico.

Plavras-Chave: Casamento; Direitos fundamentais; União homoafetiva;

INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA DO DEPENDENTE QUÍMICO: VIOLAÇÃO OU CUIDADO?

Autor(es):

Laís de La Zerda Alves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Maria Clara Duarte Florêncio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Várias matérias têm relacionado à dependência química a uma epidemia sem controle no país, chegando a considerá-la como um fato consumado e legítimo. Por ter disseminado tão rápido, chegando a altos níveis de incidência, traz consequências não só para seus usuários, mas a toda sociedade, carregando consigo a prostituição, assaltos, doenças infecto contagiosas e homicídios. Para extinguir esse problema, e protegendo a vida desses usuários, foi instituída em nosso ordenamento jurídico a internação compulsória: o dependente é levado sem o seu consentimento a um tratamento na expectativa de tirá-lo dessa situação. Contudo, as discussões estão voltadas à constitucionalidade. Defensores dos direitos humanos não são a favor dessa ação, pois para eles os usuários são tratados como doentes mentais, ferindo o princípio da liberdade. Por outro lado, a permissão da internação compulsória pode trazer benefícios no combate às drogas sendo associada com outras medidas de políticas públicas eficazes. Assim, pretende-se responder a questão jurídica em torno do tema: A internação compulsória de dependentes químicos pode ser vista como uma violação do direito à liberdade ou como proteção do direito à vida? Como objetivo geral, analisa-se os aspectos sociais e as possibilidades jurídicas relacionada à internação compulsória como forma de tratamento à dependência química com intuito de conservar a saúde, a liberdade, o direito à vida, o princípio da dignidade da pessoa humana sob o que está estabelecido na legislação. A temática abordada é contemporânea e atual posto que traz uma problemática importante para debate e questionamentos onde podem surgir diversas soluções, em contrapartida com uma sistematização de oposições. O trabalho busca expor e definir internação compulsória. Entretanto, tem-se o intuito de mostrar a necessidade de impor algum tipo de tratamento a alguém que não tem mais a sua dignidade como pessoa devido ao uso de drogas, assim como, avaliar as hipóteses referentes às autorizações judiciais para a internação compulsória sob uma ótica do direito a vida e o papel do estado em garantir a dignidade da pessoa humana, reinserir o cidadão.

(Metodologia) Com o intuito de explicitar e proporcionar um maior conhecimento sobre o tema pretende-se abordar uma pesquisa de caráter qualitativo. Aborda-se método do tipo dialético e comparativo, buscando contextualizar o objeto de estudo na dinâmica histórica, cultural e social. Tem-se base bibliográfica e documental, realizada a partir de levantamentos como: Legislações atualizadas, publicações do tema tratado com base técnica e histórica, abordagem comparativa, doutrinas apropriadas e dados estatísticos como representação para dar melhor visibilidade. Como coleta de dados fez-se uma entrevista a profissionais relacionados ao problema abordado.

(Resultados) Organizando a coletânea de dados, o tema de internação compulsória, especificamente neste de dependentes químicos, tem duas linhas de pensamento opostas que dialogam sobre: a internação compulsória como uma política que protege a vida, ou restringe o direito à liberdade. A justificativa legal à proteção a vida desta temática está no nosso ordenamento jurídico definido em Lei Federal de Psiquiatria Nº 10.216; já a justificativa à restrição do direito a liberdade do dependente químico estaria previsto na Constituição Federal em seu Artigo 5º, na tangente que assegura que todo cidadão tem direito a vida no obstante seria dar ao cidadão o direito a sua liberdade.

(Conclusão) Diante do que foi examinado, podemos entender que a internação compulsória é uma medida por decisão judicial para o cidadão dependente químico se tratar, embora inicialmente não seja de cuja vontade, em relevância que este necessita do tratamento e no qual não tem a capacidade de avaliar a situação e as circunstâncias. Entretanto, o dependente químico tem direito a vida sim e, portanto, tem direito a se tratar para continuar vivendo como cidadão digno.

Palavras-Chave: Internação. Dependência. Drogas.

INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE EXTRADIÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.

Autor(es):

Thaiane Ohanna Gomes da Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Ana Carolina Câmara Silva Gama: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Extradicação, prevista na Lei 6.815/80, pode ser fundamentada em: tratados internacionais entre o país requerente e o país requerido ou por promessa de reciprocidade entre ambos. A promessa de reciprocidade consiste em ser reconhecido pelo Estado requerente, mesmo ausente o tratado internacional para a entrega do extraditando, no contrário, onde o Brasil requeira seu cidadão que se encontra no país ora requerente, o Estado estrangeiro honrará com a obrigação assumida com o Brasil.

(Metodologia) Através de uma análise dialética da legislação, o presente trabalho almeja a reflexão sobre o processo de extradição no ordenamento jurídico brasileiro, chamando a atenção para sua burocracia exacerbada.

(Resultados) Devido ao cunho penal da extradição, esta deverá seguir o princípio da Legalidade, sendo tais fundamentos para sua realização limitados à taxatividade da norma, caso contrário, não deve ser conhecido o pedido. O requerimento geralmente é feito pela via diplomática, porém, existindo tratado, pode ser efetuado diretamente ao Ministério da Justiça. No Brasil, o pedido de Extradicação feito, após juízo prévio de admissibilidade, deverá ser remetido ao Supremo Tribunal Federal para que seja declarada a prisão cautelar do extraditando, que perdurará até o julgamento, não sendo admitidas outras medidas. Ainda, a Lei 6.815/80 prevê situações em que não poderá conceder a extradição pelo Brasil, são os casos dos brasileiros natos e naturalizados, exceto se naturalização ocorrer após o fato motivador do pedido de extradição ou se o agente for envolvido com tráfico ilícito de entorpecentes independente do momento da naturalização; dos crimes políticos; e se o extraditado houver de responder perante Tribunal ou Juízo de exceção no Estado requerente. O julgamento pelo STF, na Extradicação passiva, deverá ser feito no Plenário e se limitará a analisar a legalidade e a procedência do pedido, sendo os Embargos de Declaração o único recurso cabível. Portanto, se o pedido de extradição for improcedente, só poderá ser reavaliado se fundamentado em outro fato. Pelo princípio da dupla tipicidade, o fato que motivar o pedido de extradição deve ser considerado crime e não está prescrito no país estrangeiro e no Brasil. Ademais, deve ter pena abstrata acima de 1 ano, ter sido praticado no território do requerente ou ser o extraditando submetido à sua legislação penal e existir mandado de prisão no país requerente. Quanto a soberania brasileira, mesmo que não iniciada a ação penal, se o Brasil possuir competência concorrente para processar e julgar a causa do crime fundamento do requerimento, este deverá ser indeferido. Pelo devido processo legal, o relator designará dia e hora para o interrogatório do agente, acompanhado de defesa técnica, em 10 dias, para defesa escrita, onde poderá alegar vícios processuais, legitimidade ou ilegalidade na extradição. Após, o Procurador Geral da República, terá vistas do processo, podendo requerer diligências. Se julgado procedente, deverá ser comunicado ao país requerente pelo Ministério das Relações Exteriores que providenciará a retirada do extraditando do território brasileiro pelo requerente, sob pena dele ser libertado. Na entrega do extraditando, o requerente deve obrigatoriamente prestar compromisso de não processar nem prender por fatos anteriores ao pedido, submete-lo a pena de morte ou castigos corporais, entrega-lo a outro país que o requeira sem consentimento brasileiro, assim como de efetuar a detração penal em relação ao tempo que o agente passou encarcerado por força do processo de extradição e motivação política não seja majorante da pena a ser aplicada.

(Conclusão) Com o breve resumo do processo brasileiro de extradição, pode-se perceber que tratamos de um dos principais instrumentos de cooperação internacional para o combate ao crime, porém o Brasil ainda o efetua de maneira lenta e burocrática, interferindo violentamente no direito da liberdade do indivíduo.

Palavras-Chave: Palavras-chave: Extradicação, Direito Internacional, Direito Internacional Público.

JUDEUS E CRISTÃOS-NOVOS NAS ORDENAÇÕES FILIPINAS (SÉC. XVI E XVII): DISCRIMINAÇÃO, INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E ANTISSEMITISMO NAS LEIS DO BRASIL COLÔNIA.

Autor(es):

José Carvalho Silva Júnior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ronaldo Alencar dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) O grande objetivo deste trabalho é analisar o tratamento dado pelos Habsburgos aos judeus e Cristãos-novos nas Ordenações Filipinas, dentre o período de União Ibérica (séculos XVI e XVII), sabendo que as Ordenações Filipinas trata-se de uma documentação jurídica elaborada no período em que Felipe II subiu ao trono de Portugal, unindo as coroas de Portugal e Espanha, e que por consequência atingia o Brasil que era Colônia de Portugal. Sabe-se ainda, que entre seus capítulos havia um que tratava da punição aos hereges e que havia uma intenção clara de punir judeus, cristãos-novos e todos aqueles que não se encaixavam nos ideais cristãos da época.

(Metodologia) (METODOLOGIA) O período de dominação da Espanha sobre Portugal marcou o aprimoramento das leis de punição aos “infiéis” ou outros criminosos. Documentos como o Regimento dos Degredados, que continha detalhes da transferência da prisão para o porto de embarque para o degredo, datado dos primeiros anos da União Ibérica; e as Ordenações Filipinas que eram códigos de leis válidas para a Península Ibérica e as suas Colônias, do mesmo período. Esses são exemplos da dureza com que passaram a ser tratados os judeus e os cristãos-novos. Crimes banais hoje, naquela época, era motivo para o degredo em colônias como o Brasil.

(Resultados) (RESULTADOS) Apesar de se perceber a importância da atuação dos judeus, e depois convertidos em cristãos-novos, assim como da existência da discriminação, do preconceito e do antissemitismo nas leis do Brasil Colônia, não se verifica um tratamento mais aprofundado ao tema, no meio universitário principalmente. Nesse sentido, o objetivo é compreender esse tratamento e os argumentos de interdição (material e cultural), e a relação entre tais argumentos, contra os cristãos-novos, judeus e outras minorias se dão a partir da análise dos textos jurídicos da época e da Bibliografia de apoio que representam a posição de Portugal e Espanha em relação ao Brasil.

(Conclusão) (CONCLUSÕES) Com esse trabalho é possível se verificar que o preconceito, a discriminação, o antissemitismo, a intolerância e a teoria de supremacia racial, são valores, muitas vezes vistos como modernos ou dos conflitos mais modernos de de nossa sociedade, mais estão muito enraizados nas leis existentes no Brasil Colônia e em períodos anteriores ao surgimento do próprio Brasil, e mais, da própria América. Essa constatação é importante para que possamos traçar um perfil das leis do passado, saber que tipo de leis chegaram ou foram criadas no período colonial e as leis que existem hoje no Brasil.

Palavras-Chave: (PALAVRAS CHAVES) Leis, Brasil, intolerância.

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: SEMELHANÇAS E DIVERGÊNCIAS EM FACE DO ATIVISMO JUDICIAL.

Autor(es):

Vitor Emanuel Teixeira de França: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Paulo Renato Guedes Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho aborda o fenômeno da judicialização da saúde – que consiste na busca judicial por tratamentos -, a partir da necessidade de concretização do disposto no art. 196 da Constituição Federal de 1988 (CF/88): a saúde é concebida como direito de todos e dever do Estado, que deve garanti-la, mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução de risco de doença e de outros agravos. Nesse contexto, é notória a "epidemia" de decisões judiciais que obrigam os governos estadual e federal a fornecer medicamentos/tratamentos de alto custo que, em geral, não são oferecidos pelos SUS. Ora, de um lado estão os pacientes, as associações, o Ministério Público e as Defensorias Públicas que buscam efetivar o direito constitucional da assistência à saúde através do Poder Judiciário. Do outro lado estão a Administração Pública, os secretários de saúde, municipais e estaduais, bem como o Ministério da Saúde que reclamam da interferência do Poder Judiciário nas ações do executivo e do elevado custo das demandas judiciais – sem contar que a Justiça ainda pode usar-se do ativismo judicial para efetivar esse direito em razão da omissão legislativa da Agência Nacional de Saúde, por exemplo. Assim, o trabalho visa expor todo esse cenário e indagar a respeito da legitimidade do ativismo judicial e da judicialização para o alcance de tratamentos e medicamentos que várias vezes são apenas experimentais.

(Metodologia) Para alcançar os objetivos deste estudo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, mediante análise de artigos em revistas jurídicas especializadas, bem como de casos extremos oriundos do ativismo judicial, como o de um paciente que em 2011 pleiteou o acesso a um medicamento na justiça para tratar de uma doença que afetava o sistema sanguíneo e só uma dose do medicamento custou aos cofres públicos potiguares R\$ 15 milhões, segundo Adriana Torquato - procuradora do estado responsável pela defesa do governo neste tipo de ação judicial. Foi examinado também o programa 'SUS Mediado' de autoria da procuradora do estado do Rio Grande do Norte, Dra. Cláudia Carvalho Queiroz, redutor desses tipos de demandas ligadas à área da Saúde.

(Resultados) O trabalho torna perceptível que a elevação do direito de acesso à saúde ao nível constitucional social fundamental somado ao princípio democrático de amplo acesso à Justiça tem abarrotado o sistema judiciário com casos desse tipo – cerca de 240 mil no Brasil, de acordo com o Conselho Federal de Justiça – e que, antes mesmo de escutar a Administração Pública, já lhe é concedida a antecipação de tutela em quase 100% dos casos fazendo com que o gestor público faça um verdadeiro malabarismo financeiro para não deixar de atender a demanda judicial e não prejudicar tanto assim o erário dependente daquele serviço.

(Conclusão) Apesar de ser um direito constitucional social fundamental, o acesso à saúde não é absoluto porque esbarra em aspectos financeiros limitados. Notadamente, não se deve esquecer da má contribuição de gestão da Administração Pública dos recursos financeiros, bem como da omissão legislativa que em alguns momentos trás o pesadelo de qualquer gestor público: o ativismo judicial como solucionador de problemas e criador de outros talvez ainda maiores já que estremece o equilíbrio entre os Três Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) mesmo essa sendo uma prerrogativa oferecida ao Judiciário pelo poder constituinte. Felizmente, diante de tamanho cenário há quem possa enxergar não uma solução, mas um excelente paliativo para casos de judicialização de demandas ligadas à área da Saúde, o SUS Mediado, já que, de acordo com a procuradora Adriana Torquato, houve uma redução de 50% desses tipos de casos a partir da mera resolução administrativa e focada desses casos.

Palavras-Chave: Ativismo Judicial; Judicialização da Saúde; SUS Mediado.

LEGALIZAÇÃO DA MACONHA PARA TRATAMENTO DE DOENÇAS CRÔNICAS

Autor(es):

Ednaldo Lopes Gonçalves Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Arthur Augusto de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O artigo proposto irá tratar de segmentos nas esferas científicas, culturais e penais, tendo em vista que o tema aborda a legalização de uma droga para o tratamentos de doentes crônicos. O nosso tema é bastante complexo e aborda opiniões divergentes, causando assim diferentes análises do tema proposto, e conseqüentemente diferentes interpretações. Como legalizar, como utilizar e como controlar a venda e o uso da droga, são questões que buscamos resolver com a apresentação do artigo, baseando-nos em pesquisas científica, sociológicas e jurídicas. Buscamos quebrar o paradigma do preconceito no que diz respeito à legalização da maconha, pois em nosso país não há mais espaço para discursões irrelevantes sobre tal matéria, as quais não adicionam nenhuma melhoria ou conhecimento, e sim privam a sociedade de muitas melhorias na área da saúde.

(Metodologia) A pesquisa de uma forma geral tem como base o método dedutivo, pois parte de leis, teorias e princípios gerais que norteiam o direito, utilizando casos e acontecimentos de modo posterior ao fenômeno analisado. Para assim atingir os objetivos apontados na problematização, não deixando de lado a analogia ao caso concreto com julgados do Superior Tribunal de Justiça, em um âmbito jurídico penal. Por isso será usado também o método de procedimento comparativo, para que, desta forma, seja possível uma semelhança com o problema de uma forma abstrata para o plano real, visando torná-lo explícito. Como método de procedimento, utilizamos o estudo de caso, perfazendo-se análise de casos concretos para embasamento empírico da problemática proposta.

(Resultados) Atualmente ocorrem inúmeros casos de pedidos de importação de medicamentos derivados da maconha constatando-se um número significativo de pedidos negados pela justiça brasileira, embora provada a eficácia dos benefícios dos medicamentos. Analisamos o atraso da indústria farmacêutica no país, pois essas são impedidas de avançar, na prática, com a produção de medicamentos e derivados da Cannabis Sativa, e esse impedimento se dá única e exclusivamente as forças estatais. As pesquisas comprovam os benefícios, tudo caminha a favor deste avanço, só precisamos da legalização por parte dos nossos legisladores do uso da referida substância para fins medicinais.

(Conclusão) É direito de todo cidadão, a saúde! A nossa Constituição Federal assegura esse direito, e a própria lei diz que pode emitir uma autorização para o plantio, cultivo e cultura da erva, desde que seja para fins de pesquisas ou medicinais. Eis então a pergunta que não cala: porque não liberar o uso da droga para doentes crônicos? Dias após dias vemos o caos que a saúde pública se encontra. A deficiência no setor farmacêutico, a ineficácia dos remédios, filas por cima de filas nos hospitais públicos, e o pior de tudo, com os pacientes sofrendo. A solução está mais próxima do que imaginamos. Não defendemos a liberação da droga para todos, e sim para quem realmente necessita, utilizando toda a droga que é apreendida em operações policiais, essa é a solução, utilizar essa droga para abastecer as indústrias farmacêuticas e conseqüentemente tratar dos doentes crônicos, não incinera-las como fazem dia após dia, jogando no lixo, o que para muitos pode ser a salvação das suas vidas, ou, pelo menos, a minimização do sofrimento.

Plavras-Chave: Legalização. Preconceito. Saúde.

LEGALIZAÇÃO DO CANABIDIOL PARA O TRATAMENTO DE EPILEPSIAS MAIS GRAVOSAS

Autor(es):

Beatriz Barreto Camara de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Vanessa Ferreira de Holanda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Todos os cidadãos gozam de direitos sociais prescritos na Constituição Federal, um deles é o direito à saúde. Com isso, torna-se possível o tratamento público e gratuito da epilepsia utilizando a cannabis sativa. Na lei nº 11.343/2006, está exposto o rol de substâncias ilícitas e dentre elas esta o Canabidiol, porém, pesquisas recentes feitas por médicos americanos comprovam que a mesma substância está livre da dependência psíquica. Levando em conta os tratamentos dos epiléticos, acredita-se que com a autorização da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) juntamente com órgãos competente, conseguir-se a importação lícita. No entanto muitas famílias remetem-se a compra ilegal, decorrente da dificuldade de adquirir medicamento via legal por existir ainda várias barreiras, dentre elas ser ilegal e carece de médicos capazes de prescrever tais tratamentos, a solução são projetos e pesquisas científicas que comprovam os benefícios do CBD. Um país de relevância nas pesquisas sobre funções desconhecidas dos canabidioides, situa-se inerte, por fatores morais e jurídicos. Por ser uma droga muito conhecida pelo seu uso recreativo, é condenada pela sociedade, sendo necessário mudar esse pensamento, visto que a planta possui também compostos para fins medicinais, sendo indispensável a existência de pesquisas para comprovar os benefícios do tratamento de modo que tal uso torne-se legal para os referidos fins. Segundo a Constituição, todos os cidadãos também tem direito a tratamentos gratuitos, no entanto todos os que são disponibilizados pelo governo necessitam de prévios estudos e nesse caso não é diferente, principalmente por se tratar de substâncias ilícitas.

(Metodologia) Para atingir a finalidade desta pesquisa, utilizamos o método de abordagem indutivo e o método dialético, além do estudo de casos, visto que nosso objetivo é a partir dos poucos casos existentes da aprovação do tratamento da epilepsia a base de Cannabis, ampliar a acessibilidade e gratuidade e assim atingir a toda a sociedade e posteriormente desenvolvimento de centro de pesquisas, a partir da aprovação do tratamento.

(Resultados) Atualmente a ANVISA situa-se ainda processando a aprovação da importação do canabidiol para tratamentos médicos, em especial, alívio de convulsões decorrente de epilepsias graves, pois, configura a enfermidade de maior demanda do canabinóide para seu fim medicinal; mesmo os benefícios do canabidiol em tratamentos de epilepsias já serem comprovados cientificamente em diversos países que o aprovam, como Estados Unidos; no Brasil, médicos se vêm desprotegidos para receitar tal substância, pois somente existe lei que os condene à esse ato, por isso toda a demora e muita vezes a impossibilidade da liberação. Elisaldo Carlini (2014), pioneiro de pesquisas no Brasil a respeito do uso medicinal da Cannabis, defende a celeridade na venda de um suposto remédio à base de canabidiol e ainda vai além: a morfina, anestésico, e a heroína, substância ilícita, vem da mesma planta, a papoula, e o uso não acarretou nenhuma desordem na sociedade. A partir disso, percebe-se a necessidade de uma mudança no pensamento da população e isso já está sendo feito, como a criação da campanha Repense, que tem o intuito de sanar as possíveis dúvidas, expondo as informações sobre o uso do composto, além disso alguns curtas foram produzidos, dentre eles ilegal, mostrando a vida dos enfermos e como suas vidas melhoraram consideravelmente depois do tratamento.

(Conclusão) Abraçar a presente causa trata-se de uma medida necessária, pois muitas crianças ainda necessitam desses tratamentos, mas como todo tratamento prematuro, precisa-se de interesse para se começar a pesquisar e futuramente comprovar a efetivação e que isso venha logo, porque a vida não espera; depois disso é essencial a fácil acessibilidade e gratuidade, pois é direito de todos e dever do estado garantir o direito à saúde .

Palavras-Chave: Cannabis Sativa. Epilepsia. Legalização.

LEI 13.010/2014 – LEI MENINO BERNARDO: ASPECTOS SOCIO-JURÍDICOS E GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Autor(es):

Stephane Gomes Henriques Cavalcanti: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O estudo nasceu dentro do Projeto de Pesquisa e Extensão “Políticas públicas e garantia de direitos: a criança e o adolescente no século XXI” que visa examinar as políticas públicas para as crianças e adolescentes existentes no país. Para tanto, a presente pesquisa partiu do eixo temático sobre efetivação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes no século XXI para analisar de forma mais detalhada a Lei nº 13.010/2014. Publicada em junho do presente ano, a Lei n.º 13.010/2014, altera o ECA e estabelece que as crianças e os adolescentes têm o direito de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante. A nova Lei tem sido chamada de “Lei da Palmada” ou “Lei Menino Bernardo”, em homenagem ao garoto Bernardo Uglione Boldrini, de 11 anos, que foi morto em abril deste ano, em Três Passos (RS), figurando como suspeitos do crime o pai e a madrasta da criança.

(Metodologia) O aprofundamento teórico foi realizado pelo método dialético, a partir de dois aspectos diferentes, mas complementares. O primeiro refere-se ao debate social, que possibilita a ampliação do olhar sobre a temática da efetivação dos direitos. O segundo diz respeito aos processos para a garantia de seus direitos, incluindo a questão do enfrentamento da violência e maus-tratos. Trata-se de uma pesquisa explicativa, pois foi feito o registro dos dados e procurado as razões da necessidade e eficácia da novidade legislativa. O método de procedimento foram o comparativo e o método histórico. Bem como a técnica utilizada foi à documentação indireta, com coleta de dados em diversas fontes pautados na Doutrina do Direito da Criança e do Adolescente e Direito Constitucional.

(Resultados) A Lei n.º 13.010/2014 prevê que as crianças e os adolescentes têm o direito de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante. A nova lei define castigo físico como a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física que cause na criança ou adolescente sofrimento físico ou lesão. Desse modo, a “palmada” dada em uma criança, mesmo que não cause lesão corporal, poderá ser considerada “castigo físico” se gerar sofrimento físico. Essa é a inovação da Lei. Isso porque o castigo físico que gera lesão corporal sempre foi punido, inclusive com a previsão de crime (arts. 129 e 136 do Código Penal). Por outro lado, é necessário dizer que a Lei aprovada não proíbe toda e qualquer palmada nas crianças e adolescentes. Somente é condenada a palmada que gere sofrimento físico ou lesão. Se a palmada for leve e não causar sofrimento ou lesão estará fora da incidência da lei. Sobre esse aspecto, vale ressaltar que o projeto original que tramitou no Congresso Nacional proibia expressamente toda e qualquer palmada, tendo havido, portanto, um abrandamento na versão final aprovada.

(Conclusão) A pesquisa demonstrou que, na prática, praticamente nada foi alterado com a nova lei. Os castigos físicos e o tratamento cruel ou degradante já eram punidos por outras normas existentes, como o Código Civil, o Código Penal e o próprio ECA. A Lei n.º 13.010/2014, que não cominou sanções severas aos eventuais infratores, assumiu um caráter mais pedagógico e programático, lançando as bases para a reflexão e o debate sobre o tema. A Constituição de 1988 já exigia que as famílias, o poder público e a sociedade em geral reúnam esforços para garantir a efetivação de direitos de crianças e adolescentes com absoluta prioridade, assegurando, assim, dignidade e proteção integral.

Palavras-Chave: Direitos fundamentais da Criança e do Adolescente. Maus tratos. Garantia de Direitos.

LEI DA NATUREZA HUMANA

Autor(es):

Ana Clara Silvino da Fonseca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Samuel de Oliveira Martins: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Mariana de Lucena Fabrício: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) Todos gostaríamos de saber se há algum poder por trás do modo como o universo é. Tão verdade que, nos últimos 300 anos, grandes pensadores discorreram sobre essa temática incluindo, inevitavelmente, o assunto da moral humana. O objetivo desse artigo é encontrar o caminho mais adequado na discussão moral trazida por esses filósofos. Observando dentro de nós mesmos uma espécie de influencia ou ordem que procura nos convencer da maneira que devemos nos portar, chegamos a uma lei moral objetiva.

(Metodologia) Realizou-se uma pesquisa bibliográfica de renomadas figuras do mundo intelectual, tais como: Jean-Paul Sartre, C.S. Lewis, Antony Flew, F. Nietzsche, Albert Einstein bem como outros grandes nomes. Utilizou-se o método dialético como caminho de interpretação, dialogando as ideias de cada pensador, sempre com uma visão transdisciplinar da ciência.

(Resultados) O racionalismo iluminista trouxe consigo uma declaração radical: a razão seria capaz, por si só, de explicar satisfatoriamente tudo sobre o mundo e nós mesmos. No entanto, houve um colapso na confiança do pensamento racional iluminista devido a razão falhar em oferecer uma moralidade adequada ao mundo real. Com essa crise, originou-se o perspectivismo de Nietzsche, juntamente com o pensamento relativista e pluralista, trazendo o fim da possibilidade do significado fixo e absoluto da moralidade. Dessa forma, agora, a moralidade passa a ser variada de indivíduo para indivíduo, não havendo parâmetros de certo ou errado. Ao mesmo tempo que o pluralismo diz não haver uma verdade absoluta, é garantida com absoluta certeza a inexistência de tal verdade: eis paradoxo do relativismo. As velhas certezas estão mortas e se foram. Em 1942, C. S. Lewis publica em sua célebre obra *Mere Christianity* (Cristianismo Puro e Simples) seu posicionamento sobre a moralidade apresentando a ideia de Lei da Natureza Humana. É isso que encontramos dentro de nós, algo que rege o universo e que aparenta mais com uma lei, pois diferencia o certo do errado, apontando para um padrão moral universal. Os povos podem divergir entre si sobre com quem devem ser altruístas — se com seus familiares, compatriotas ou toda humanidade — mas o ponto moral objetivo é que não devemos colocar nossos interesses acima dos outros. O egoísmo nunca foi admirado. Tal lei apresenta um padrão moral a ser preservado, transcendendo todas as culturas e regendo o padrão moral social.

(Conclusão) O papel do cientista social é interpretar e decifrar o comportamento humano, incluindo a conduta moral. Nesse sentido, os cientistas iluministas e relativistas falharam. Portanto, ao dialogar as ideias desses grandes pensadores modernos e pós modernos, a conclusão não poderia ser outra senão a existência de uma lei moral objetiva regente de nossas condutas em sociedade; nossos certos e errados. A moral comporta-se como um maestro que rege nossas ações de acordo com a melodia universal da lei da natureza humana.

Palavras-Chave: Lei da Natureza Humana; Moralidade; Padrão Moral.

LEI MARIA DA PENHA

Autor(es):

Patrícia da Silva Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Josinaldo Costa de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) A banalização da violência doméstica levou à invisibilidade o crime de maior incidência no país, tendo seu efeito multiplicador as perversas sequelas não só à pessoa do ofendido como também a todos os membros da entidade familiar. Maria da Penha Maia Fernandes, foi uma das tantas vítimas de violência doméstica deste país a qual vivenciou e sofreu repetidas agressões e intimidações, sem reagir, temendo represália. Após duas tentativas de homicídio, a primeira em 29 de maio de 1983, quando levou um tiro pelas costas enquanto dormia, o que resultou seu estado de paraplegia, e conseqüentemente, na segunda quando foi empurrada da cadeira de rodas na tentativa de eletrocutá-la no chuveiro, cujo autor era o seu esposo, diante desta violência tomou coragem de fazer uma denúncia pública, mas nenhuma providência efetiva era tomada. Apesar das investigações terem iniciado em junho de 1983, a denúncia só foi oferecida em setembro de 1984, passados 8 (oito) anos, realizado o primeiro julgamento em 1991, o réu foi condenado pelo Tribunal do Júri a 8 (oito) de prisão, o qual, além de ter recorrido em liberdade, teve seu julgamento anulado, levando-se a novo julgamento em 1996, em que foi julgado e condenado há dez anos e seis meses mas conseguiu recorrer. Inconformada com a omissão do Estado brasileiro decidiu denunciar a situação de violência à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. A denúncia foi feita em conjunto através do Centro pela Justiça e Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), onde se denunciou a tolerância do Estado brasileiro frente à violência ocorrida, e ainda, por não haver efetivamente tomado por mais de 15 anos as medidas necessárias para processar e punir a agressão, apesar das denúncias efetuadas.

(Metodologia) A metodologia operacionalizada para esta pesquisa será a dialética, contextualizada através de pesquisas bibliográfica de caráter descritivo, no qual terá como trajetória a busca do conhecimento, cuja revisão literária será em livros, artigos, pesquisas científicas, doutrinas e legislações pertinentes à temática.

(Resultados) Com base no Relatório nº 54 da OEA, responsabilizou o Estado brasileiro por negligência e omissão, recomendando a adoção de várias medidas com fito de simplificar os procedimentos judiciais e reduzir o tempo processual. No ano de 1995 o Brasil ratificou a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher - "Convenção de Belém do Pará" com a ratificação de tais tratados o Brasil passou a ter obrigações tanto no cenário internacional como nacional.

(Conclusão) Com merecida homenagem, o advento da Lei 11.340/2006, chamada de Maria da Penha, a violência vivenciada pelas mulheres no espaço doméstico nunca foi alvo de merecida atenção no âmbito nacional, o qual significou um grande avanço aos direitos humanos, relacionados diretamente ao fenômeno social baseado nas desigualdades de gênero, relacionada aos mecanismos de proteção para coibir a violência, no que tange o processo de erradicação e prevenção da violência doméstica e familiar, a partir de suas diversas formas sejam física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Palavras-Chave: violência; mulheres; direitos humanos.

LEI MARIA DA PENHA PARA CASAIS HOMOAFETIVOS

Autor(es):

Luam Ferreira da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Karollyne Oliveira da Cunha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) No decorrer da história da humanidade, a homossexualidade foi sempre tratada como algo desprezível, sendo alvo de discriminação, preconceito e, muitas vezes, violência. Atualmente, porém, os homossexuais estão ganhando espaço em nossa sociedade, conquistando direitos como a união estável e o direito à privacidade (utilização do banheiro feminino ou masculino e, até mesmo, banheiro próprio). Apesar disso, em relação à violência, muitas coisas precisam melhorar. Os homossexuais ainda se sentem desamparados e desprotegidos por um direito vigente positivo. Eles reivindicam, por exemplo, a igualdade formal no que diz respeito à aplicação da Lei Maria da Penha, desejando ser beneficiados por ela. Teriam eles razão em reivindicar essa garantia para si? A lei Maria da Penha, lei nº. 11.340/06 tem como objetivo assegurar, proteger e principalmente dar garantias aos direitos das mulheres vítimas de qualquer tipo de violência, familiar e doméstica. A lei vai além da proteção à vítima, trazendo também a prevenção contra futuras agressões e, principalmente, a punição dos devidos agressores. Em uma interpretação mais literal da lei protetora, parte da doutrina defende que a Lei somente incidirá nos casos em que a vítima, necessariamente, seja mulher; já a outra parte, fazendo uma interpretação mais extensiva da norma, argumentando com base no art. 5º de nossa constituição, entende que qualquer pessoa debilitável pode ser beneficiada dessa norma, já que a Constituição prevê a igualdade de todos perante a lei. Essa discussão em relação à Lei Maria da Penha se dá devido ao surgimento de novos tipos de família na sociedade, ou seja, hoje os novos modelos de família fogem do padrão homem e mulher. Existe a concepção de que o afeto é o principal elemento para se constituir uma família. Neste contexto, surge a denominada família homoafetiva, que designa a existência de uniões de pessoas do mesmo sexo e, desse modo, a Lei Maria da Penha deve considerar também esse novo tipo de família. Esse estudo, que utiliza o método bibliográfico, é importante, visto que, permite uma melhor compreensão da Lei Maria da Penha, de modo particular dentro dessa realidade das uniões homoafetivas, e seu alcance na sociedade, para que haja menos violência.

(Metodologia) Para desenvolvimento dos estudos aqui propostos, utilizaremos uma pesquisa descritiva, com fontes secundárias, por meio de classificação de métodos qualitativo e quantitativo. Coletando dados, pela via de entrevistas com os homossexuais que possuem união estável, iremos analisá-los buscando resultados e conclusões, também no âmbito social, exibindo as condições jurídicas, a partir de questionamento baseado nos caminhos do pensamento complexo, enquanto método e referencial teórico, para obtenção clara e objetiva. Quanto a metodologia, será através observação in loco, com dados colhidos nas delegacias especializadas.

(Resultados) A lei nº 11.340/06 “Maria da Penha” deve ser legalizada para os casais homoafetivos como o propósito de assegurar, defender e eliminar todas as formas de discriminação contra os homossexuais no arcabouço jurídico, tornando-a mais justa e igualitária.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) O direito deve acompanhar a realidade e os fatos sociais que se impõem perante a ordem jurídica. Podemos confirmar a aplicação dessa lei, aos casos de violência doméstica onde a vítima é esquecida. Esse tema merece um olhar diferenciado pelo estudioso de Direito, pois é possível a utilização de medidas protetivas a casais homoafetivos do gênero masculino, vítimas de violência doméstica, onde estão cobertos pela proteção do Estado na teoria, e nem tanto na prática.

Palavras-Chave: Palavras-chave: Lei Maria da Penha, Casais homoafetivos, Âmbito Social

LOAS - LEI ORGÂNICA DA SEGURIDADE SOCIAL

Autor(es):

Gustavo Henrique Câmara de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A lei orgânica de seguridade social ou LOAS foi um marco no que se trata de seguridade social. Esse termo foi utilizado para representar a nova política do Estado brasileiro para com o processo de construção da gestão pública e participativa na assistência as diversas categorias. Na medida em que a lei fora aprovada, a política de assistência social ampliou-se no seu atendimento, com a adesão de novo conjunto de diretrizes. Esta está representada pela Lei 8.742/93, e traz um novo ideal para sua constituição, pautada no direito dos indivíduos e não como caridade, favor. Ainda assim, a LOAS inova trazendo a assistência social ao patamar de políticas públicas, dever do Estado e direito do indivíduo. E assim, garantindo a todos os direitos sociais e da cidadania. A seguridade social é composta pela assistência social, previdência social e a saúde. E é nessa tríplice, em que se foca a problemática do tema, trazendo os melhoramentos e a importância de sua criação, uma vez comparada ou sistema anterior.

(Metodologia) Por meios de pesquisas bibliográficas e documentais, foi possível unir a doutrina e a letra da lei em consonância para o melhor entendimento dos conceitos específicos que fundamentam o instituto da política assistencial da lei orgânica da seguridade social. Adjunto com alguns artigos online, a pesquisa tornou substancial a temática, uma vez que, serviu de fundamento para o desenvolvimento do estudo acerca do contexto histórico, do desenvolvimento da causa e sua positivação.

(Resultados) Verificou-se que a criação das LOAS, acompanhou a mudança pós-constitucional, trazendo uma série de grandes modificações nos âmbitos sociais e de cidadania. Ainda, acompanhando os novos mecanismos constitucionais que descentralizavam político e administrativamente, alterando as regras que a centralizavam e derivando competências do poder do Estado Nação para as suas regiões e localidades. Com essa descentralização, se faz mister perceber, o incentivo da maior participação local para com o coletivo, consequentemente para a sociedade, num processo de controle social.

(Conclusão) O desenvolvimento de políticas públicas é de notória significância para as sociedades. É dever do Estado de criar e manter políticas voltadas para o que a sua população precisa. No que tange a seguridade social, há um conflito entre o direito positivo garantidor de direitos universais e o acesso a esse direito, numa esfera micro, individual. Na qual, a própria letra da lei, inviabiliza o acesso ao direito por parte do cidadão. Esse obstáculo acaba por blindar o processo de concessão do direito, aliado a falta de conscientização dos indivíduos. O que poderá mais tarde, vir a criar uma crise social enorme e sem solução que não afete negativamente a sociedade

Palavras-Chave: LOAS; assistência social; Estado.

MARCO CIVIL E EDUCAÇÃO INFANTO-JUVENIL: UMA RELAÇÃO ALÉM DA RIMA

Autor(es):

Fernanda Costa Cabral: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Rayssa Luana de Lima Monte: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Lilian Nicodemos Furtado Nôca : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Maria Luísa Machado Dantas de Sena: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN
Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN

(Introdução) Ubi societas ibi jus. Um dos brocardos mais utilizados no meio jurídico, principalmente no que tange os estudos sobre o direito, é claro ao afirmar: onde há sociedade, há direito. E se a sociedade é passível de mudanças a todo momento, o direito deve acompanhá-la. Logo, com a intensa utilização da internet nos diversos dispositivos tecnológicos e consequente ampliação do significado de inclusão digital, tornou-se necessária a criação de normas que regulamentassem o uso da internet. Sendo assim, no dia 23 (vinte e três) de abril de 2014 (dois mil e catorze) foi sancionada a Lei 12.965, popularmente chamada de Marco Civil da Internet. No entanto, são desconhecidos os efeitos dessa nova lei sobre a socialização dos “nativos digitais”. Este trabalho tem por objetivo inicial a análise da inter-relação entre o Marco Civil, a inclusão digital e a socialização primária e, em seguida, questionar se as atuais metodologias de ensino são suficientes para a uma aplicabilidade efetiva dessa lei na socialização primária.

(Metodologia) A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa de campo e a bibliográfica qualitativa e quantitativa. Foi aplicado questionário em crianças de 11 a 14 anos, pois é nessa faixa etária que o grupo já pressupõe certo nível de amadurecimento e acúmulo de conhecimentos capazes de permiti-lhes discernimento acerca do tema em estudo. Obteve-se o total de 109 entrevistados, sendo 49 meninas e 60 meninos, de uma escola pública e outra privada, localizadas no bairro Mirassol - Natal/RN, sendo o fator socioeconômico relevante em uma possível distinção na acessibilidade e percepção, entre os grupos, acerca do uso comum da internet e acesso às informações sobre o Marco Civil.

(Resultados) Dos 109 entrevistados, todos têm algum tipo de dispositivo com acesso à internet em casa. No entanto, os entrevistados da rede pública de ensino nunca foram ao laboratório de informática da escola, enquanto que os da rede privada tem disponível o acesso à sala de informática. Destes, a grande maioria, tanto da esfera pública como da privada, não possuem o mínimo conhecimento do que seria o Marco Civil da Internet, mas demonstraram interesse em conhecê-lo. Ainda, concordam que a internet deve ser direito fundamental do cidadão, como também que se estabeleçam direitos e deveres para os usuários.

(Conclusão) Com os dados levantados a partir do questionário, conclui-se que todos os entrevistados têm de algum modo acesso à internet, independente de ser em casa ou no ambiente escolar. Porém, ter acesso não é fator determinante para conhecer do que se trata o Marco Civil da Internet. É necessário que a Constituição da Internet ganhe espaço como matéria complementar e que se criem metodologias de ensino aplicadas à socialização primária e secundária dos “nativos digitais”, a fim de conscientizá-los sobre existência de direitos e deveres quanto ao uso da rede.

Palavras-Chave: Marco Civil da Internet, inclusão digital, socialização, nativos digitais

MEDIDAS FLEXIBILIZADORAS NAS RELAÇÕES DE EMPREGO

Autor(es):

Nohara Torquato Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Alessandra Noronha de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) As relações de trabalho passaram por profundas modificações em virtude da instauração das novas tecnologias e novos modos de se produzir e comercializar. Essas mudanças aguçaram o anseio pela ampliação dos lucros e deram forças a devastadora máquina capitalista no sentido de romper com um de seus mais difíceis obstáculos: os direitos trabalhistas. Entretanto, ampliação da obtenção de lucros torna-se uma atividade menos árdua quando a flexibilização dos direitos trabalhistas é possibilitada, pois os leva a mesa de negociação e permite sua redução ou supressão. No entanto, tal forma de utilizar a flexibilização remete aos conceitos de desregulamentação e precarização, causando uma verdadeira confusão entre os institutos. Sendo assim, o presente estudo pretende demonstrar que o trabalho é uma das maneiras de garantir a dignidade do homem e não uma forma de desrespeitar os direitos e garantias fundamentais fixados ao longo da história e presentes na Constituição Federal, através de uma análise dos conceitos mencionados.

(Metodologia) A construção do trabalho operou-se por intermédio de uma análise pela perspectiva da dogmática jurídica, especificamente, a Constituição Federal Brasileira, a CLT e os princípios gerais do direito do trabalho, bem como se utilizou de literatura especializada no tema. Tudo sendo abordado através do método científico dedutivo.

(Resultados) A atual forma de se vislumbrar a flexibilização não condiz com o conceito que lhe foi teorizado, estando tal instituto distorcido à uma finalidade diversa da que gerou a sua criação, qual seja ela, a de manter os postos de trabalho. Atualmente, quando se fala em flexibilização, não mais se verifica se a intenção é reduzir direitos para manutenção do emprego ou se, no caso, o que se pretende é suprimir direitos com a finalidade de diminuir os custos com a produção e ampliar a margem de lucros. Havendo assim, uma nítida confusão entre os conceitos de flexibilizar, desregulamentar e precarizar que, enquanto não resolvida, prejudica a utilização de medidas flexibilizadoras, sob pena de suprimir direitos fundamentais em detrimento do desenvolvimento do sistema capitalista.

(Conclusão) Por todo o exposto, constatou-se que o trabalho possui uma função social, que consiste em promover a dignificação do trabalhador dentro da relação de emprego. De modo que, prevalecendo o valor econômico sobre o seu valor social, elevado é o nível de vulnerabilidade do operário e de precariedade de suas condições de trabalho. Nesse contexto, reafirma-se a obrigação do Estado Democrático de Direito em garantir o mínimo e indispensável aos seus trabalhadores, como a saúde, educação, moradia, alimentação, dentre outros, antes de cogitar qualquer possibilidade de supressão ou diminuição de direitos, tendo em vista que as medidas flexibilizadoras encontram-se distorcidas e destoadas do que deveriam representar, aproximando-se mais do fenômeno da desregulamentação e conduzindo, por consequência, a precarização das relações empregatícias.

Palavras-Chave: Flexibilização. Direitos Trabalhistas. Precarização

MEDIDAS PROVISÓRIAS: UMA ANÁLISE SOB O PRISMA ÉTICO DOS CRITÉRIOS DE RELEVÂNCIA E URGÊNCIA

Autor(es):

Paulo Márcio Ferreira da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Kelly Lopes de Almeida Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Thiago Alexandre Viana da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Gabriela Achley Dantas de Macedo Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) No presente trabalho objetivamos analisar os efeitos qualitativos na adoção dos critérios de relevância e urgência na edição de Medidas Provisórias, após a mudança no processo legislativo advindo da promulgação da Emenda Constitucional nº 32/2001, pois muito embora se evidencie uma redução quantitativa na utilização deste instituto, a princípio não está claro que tenha havido modificações na adoção desses pressupostos pelo Executivo, tão pouco mudanças significativas nos mecanismos de controle pelo Legislativo e Judiciário. Neste contexto o presente trabalho objetiva analisar a adoção critérios de relevância e urgência nas exposições de motivos das MPs editadas no mandato presidencialista vigente, sob o prisma ético principiológico

(Metodologia) A pesquisa é composta por três etapas. Inicialmente efetuamos o levantamento do referencial teórico-normativo existente sobre a temática. Em seguida analisamos os dados disponíveis na plataforma governamental na internet acerca da produção de Medidas Provisórias do atual mandato presidencial no período compreendido entre 01/01/2011 a 25/08/2014. Para tanto verificamos a atual situação no processo legislativo de cada MP (1 - Convertida em Lei, 2 - Em tramitação e 3 - Vigência Encerrada) e procedemos com a classificação quanto a matéria abordada nas 134 MPs publicadas no período em referência e distribuição dos documentos em 4 categorias (1 - Orçamentária e Financeira, 2 - Políticas Públicas, 3 - Alterações Legais e 4 - Temáticas Diversas). Por fim promovemos a análise hermenêutica da eficácia e abrangência do comando constitucional de relevância e urgência presente no artigo 62 CF/88, sob o prisma ético principiológico.

(Resultados) No que concerne à análise das 134 MPs publicadas no mandato presidencialista vigente, observa-se que até a presente data 72 % foram convertidas em lei, 10% ainda então em tramitação e 18% tiveram sua vigência encerrada. Quanto à temática abordada, chama atenção, segundo a classificação adotada, o fato de 15% das Medidas Provisórias tratarem dos mais diferentes assuntos no mesmo documento legal, todos justificados na exposição de motivos como sendo relevante e urgentes.

(Conclusão) Em vista da análise apresentada, observa-se que, apesar da EC 32/2001 ter contribuído para a diminuição da edição de Medidas Provisórias, qualitativamente ainda não está evidenciada a adoção de critérios objetivos quanto à relevância e urgência, ou seja, sob a ótica da ética deontológica e do princípios da Administrativa Pública há continuidade da deturpação de finalidade na utilização deste instituto. Muito embora, do ponto de vista hermenêutico, tenha sido elasticada a possibilidade de controle pelos poderes legislativo e judiciário, não se observa até o momento a efetividade desse tipo de interpretação.

Palavras-Chave: Medidas Provisórias, Relevância, Urgência, Ética.

METODOLOGIA DE APLICAÇÃO DO ARTIGO 4º DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE VOLTADA A INTERNAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM HOSPITAIS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NATAL, RIO GRANDE DO NORTE.

Autor(es):

Felipe Fabiano Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) É possível encontrar ao menos seis hospitais pediátricos de referência em Natal/RN, inúmeras crianças sendo internadas e atendidas por diversos acidentes e incontáveis doenças e patologias clínicas. Algumas acabam permanecendo por mais de meses em estado de internação, sejam por motivos de baixa imunidade, tratamento continuado, ou até mesmo dificuldade de transporte para o regresso de casa ou para o hospital numa tentativa de dar continuidade ao tratamento. Conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 4º, todas as crianças e adolescentes têm com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Porém, as crianças internadas têm acesso a estes direitos? Qual a maneira de suprir a necessidade da educação as crianças e adolescentes internados, uma vez que não poderão frequentar a escola. Como ter respeitado seu direito ao lazer, à cultura e a dignidade internada no hospital?

(Metodologia) A pesquisa será busca alcançar mediante visitas cotidianas no dia-a-dia dos seguintes hospitais: Hospital Universitário Onofre Lopes – Em seu setor de pediatria HOSPED, Liga Norte Rio Grandense Contra o Câncer – Em seu setor de pediatria da Policlínica e o Grupo de Apoio a Criança com Câncer – GACC. Buscar e analisar desde o início do tratamento, toda a sua realização, o final até o regresso para casa. Presenciar as atividades realizadas por profissionais contratados e voluntários, em busca de assegurar todos os direitos fundamentais as crianças e adolescentes. Utilizando-se de fotos, planilhas, depoimentos e artigos, apresentar as maneiras que estes hospitais enfrentam, tendo que além de cuidar da saúde, auxiliar na educação, lazer, cultura, dignidade e respeito dentro do ambiente hospitalar.

(Resultados) Apresentados os resultados, apontando leis e atividades práticas que auxiliam e melhoram as condições de vida, saúde, educação, lazer e cultura em ambientes hospitalares. Por meio da Resolução nº 02, de 11/09/2001 do Ministério da Saúde em conjunto com o Ministério da Educação, ainda, grupos de trabalhos voluntários de humanização, como a Trupe Alegria de Teatro, Circo e os Doutores da Alegria entre outros que buscam facilitar o momento da internação levando lazer e cultura.

(Conclusão) Deverá ser informado e divulgado que é possível melhorar a saúde de crianças internadas sem a necessidade de retirá-las seus direitos fundamentais. Será apresentado ainda, que existem diversas formas de levar educação, lazer e cultura a crianças e adolescentes internadas.

Palavras-Chave: Direitos fundamentais; Crianças e adolescentes hospitalizados.

MITOS E VERDADES SOBRE O BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE AUXÍLIO RECLUSÃO

Autor(es):

Islan Alves Gonçalves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Bruna Machado Cavalcanti de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Felipe Baía Araújo Fernandes Rosado: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Moisés Gonçalves de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
José Américo Ferreira da Silva Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Analisa o auxílio reclusão, previsto nas leis brasileiras, levando em consideração divergentes opiniões. De um lado, há quem acredite tratar-se de um verdadeiro benefício pago aos dependentes do segurado que se encontram preso; de outro, há quem faça críticas afirmando que beneficia indevidamente aquele que cometeu um delito penal e foi preso. No entanto, para evitar críticas indevidas, é essencial investigar os requisitos para percepção do benefício, fazendo cessar, pois, os diversos mitos envolvidos na análise do benefício

(Metodologia) Emprego do método dialético, com estudo crítico do benefício de auxílio-reclusão, procedendo-se à pesquisa bibliográfica e da legislação aplicável

(Resultados) O estudo apontou que somente têm direito ao benefício os dependentes dos segurados: a) presos que não receba remuneração de empresa da qual sejam empregados; b) presos que não recebam da previdência o pagamento de auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência em serviço. E entende-se como preso aquele que se encontra em regime fechado ou semiaberto, não tendo direito os dependentes do preso em regime aberto, como também em liberdade provisória, livramento condicional ou fuga. Desse modo, trata-se de benefício recebido não pelo preso, mas sim por seus dependentes, isso sem falar que o preso deve ser segurado da Previdência Social, isto é, exercer, antes da prisão, atividade remunerada lícita, ou mesmo contribuir na condição de segurado facultativo

(Conclusão) Se um indivíduo for preso, mas não possuir a qualidade de segurado do RGPS, seus dependentes não terão direito ao auxílio-reclusão. O valor do auxílio-reclusão não é pago a cada um dos dependentes, mas rateado, ou seja, dividido entre eles. Além disso, o valor mínimo do auxílio corresponde ao valor do salário-mínimo, o qual, em 2014, é de R\$ 724,00. Diante da massa de benefícios pagos pelo INSS, o gasto total com o auxílio-reclusão não é significativo, o que somente reforça o caráter indevido das críticas a esse benefício impostas. Em relação aos que fazem críticas ao auxílio reclusão, é bem sabido que, deixam de se abstrair de comentários artificiais sem nenhum embasamento jurídico, abraçando opiniões sem nenhum tipo de conhecimento da causa e sim de ouvir dizer. Se o mesmo procurasse atentar para um estudo acerca do benefício, analisando o desenvolvimento no decorrer dos últimos cinquenta anos de evolução legislativa. Levaria a pensar melhor, sendo evidente que o benefício não é algo sacado de um pensamento qualquer, e sim, de uma norma, onde se faz justiça, dando a quem contribuiu em busca de um dia alcançar tal direito e por situações muitas das vezes adversas as suas perspectivas de vida, mais, por situações contrárias a sua vontade, se depara em uma situação sem a mínima condição de amparar os seus. A previdência por sua vez, visualizando beneficiar os dependentes do assegurado, contribuindo para uma melhor condição de vida dentro da sociedade, fazendo assim, de maneira justa o seu papel, a um investidor do sistema previdenciário

Palavras-Chave: auxílio-reclusão; segurado; dependente.

MOVIMENTO ARTICULADO DE COMBATE À CORRUPÇÃO (MARCCO): UM MARCO PARA A MITIGAÇÃO DA CORRUPÇÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Carlos José Cavalcanti de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O artigo aborda o combate e prevenção da corrupção sob o viés da democracia participativa constitucional. Analisa o enfrentamento desse mal no país nos últimos anos pelas instâncias públicas e iniciativa privada ambas com fundamento na participação popular, com foco principal na atuação do MARCCO. A preocupação com o tema se justifica diante da ineficácia da democracia representativa em mitigar as práticas corruptas desenvolvidas e que contribuem para que não se construa uma sociedade mais justa e igualitária.

(Metodologia) Tipo qualitativa, métodos de abordagem hipotético-dedutivo e dialético, com comparação histórica do fenômeno da corrupção e seus aspectos mais recentes, com perspectivas globais, continentais e locais. Métodos de procedimentos auxiliares: histórico, comparativo e estudo de caso, uma análise crítica da atuação do MARCCO. Utilizou-se livros especializados, artigos científicos e notícias divulgadas na mídia. Técnica: resgate histórico de documentos.

(Resultados) A corrupção não é um fenômeno recente, estando presente em toda história humana. Atualmente é um problema que atinge todas as sociedades do mundo. A globalização apesar de impactos positivos se apresenta como decisiva no avanço da corrupção. No Brasil a corrupção hoje encontrada muito se assemelha com a cultura patrimonialista ainda presente na atividade do gestor público. Observa-se que a democracia representativa praticada na história republicana do País com base no patrimonialismo tem se mostrado ineficaz para o alcance dos seus objetivos fundamentais. A distância da vontade popular das decisões políticas da classe dirigente traduzem o baixíssimo grau de legitimidade participativa, o que também certifica a farsa do modelo da democracia representativa existente facilitando a prática da corrupção. A essência de um figurino de constitucionalidade que pode ser o mais democrático, o mais legítimo de organização emancipatória da sociedade brasileira, afigura-se ser o da democracia participativa constitucional. A partir da década de 90 passou a ser consenso na comunidade internacional que o avanço da corrupção contribui para o aumento da pobreza. Priorizou-se assim o combate à corrupção na agenda internacional. Surgiram as Convenções da ONU e da OEA contra a Corrupção. A nível nacional, iniciativas foram tomadas no âmbito governamental como a criação em 2003 da Controladoria-Geral da União, responsável pelo acompanhamento da implementação das convenções e compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, cujo objeto é a prevenção e o combate à corrupção. Diversas iniciativas que observam a participação da sociedade nesse campo vem sendo desenvolvidas por organizações da sociedade civil. Destacam-se: Transparência Brasil, Instituto Ethos, Instituto da Cidadania Fiscal, Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral e o MARCCO.

(Conclusão) Os vários programas criados pelo governo e a atuação das organizações da sociedade civil visando inibir a corrupção na administração pública têm se revelado muito importantes para a mitigação desse mal no Brasil. A atuação do MARCCO no âmbito do RN tem avançado neste sentido, sendo a articulação entre as instituições que atuam nessa área, o intercâmbio de informações para a efetividade e agilidade de procedimentos, e a realização de eventos de conscientização da sociedade sobre os malefícios provocados por esse mal, os resultados mais significativos já alcançados.

Palavras-Chave: prevenção e combate à corrupção, democracia participativa constitucional, organizações da sociedade civil

MULTIPARENTALIDADE: VALORIZAÇÃO JURÍDICA DO AFETO

Autor(es):

Thamella Augusta Ferreira Moraes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Cintya Carolina Lopes de Castro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Jênnie Delane Silva de Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Presente trabalho tem como objetivo analisar diante das diversas transformações sofridas pelo direito de família, a possibilidade da concomitância entre o vínculo biológico e o socioafetivo para a mesma pessoa, consubstanciadas em princípios constitucionais e os direitos sucessórios inerentes a esta relação, materializado em princípios constitucionais e os direitos sucessórios inerentes a este relato. Com isso, surge a multiparentalidade, pautada no estado de filiação proveniente da harmonia dos vínculos de filiação erigidos no convívio do pai e do filho, sendo necessário afeto para o reconhecimento do vínculo, em detrimento de um único ato, em virtude das grandes transformações no direito familiar, derivada dos diversos parâmetros de família presentes na sociedade moderna. Nesse sentido, doutrinas e jurisprudências são recorrentes quanto ao reconhecimento do afeto como elemento jurídico digno de proteção com escopo nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, solidariedade, afetividade e melhor interesse da criança e do adolescente. Atualmente é notório nas decisões judiciais esse posicionamento, em que relativiza o vínculo biológico, o que antes era determinante. Hoje possibilita até mesmo o reconhecimento, tanto do vínculo sanguíneo, bem como do socioafetivo, simultaneamente; o que define a multiparentalidade, assim como o pai biológico não é exímio de sua responsabilidade, seja moral, seja patrimonial, em detrimento da socioafetividade.

(Metodologia) Utilizando, para tanto, o método indutivo e a análise jurisprudencial.

(Resultados) Neste novo contexto o direito tem seus olhos voltados aos anseios sociais modernos, encontrando em pessoas diferentes suas diversas “verdades”, afastando-se da família patriarcalista e patrimonialista de antigamente, como por exemplo, o afeto, que é o laço da família moderna na atualidade, encontrando seu reconhecimento junto ao vínculo sanguíneo, biológico, desmistificando a preponderância de um sobre o outro, a preferência se dá tão somente em virtude da dignidade da pessoa humana e do melhor interesse do menor ou adolescente. Os direitos sucessórios decorrentes desse tipo de filiação, assim como o da multiparentalidade, precisam está vestidos no reconhecimento registral para efetivação dos direitos, sejam morais, sejam patrimoniais, pois somente dessa maneira estará formalizado tal elo, os quais são equiparados aos do vínculo biológico. Os efeitos decorrentes da socioafetividade são os mesmos inerentes à filiação geratriz, em virtude do princípio constitucional da igualdade entre os filhos, previstos pelo art.227, §6 da CF, possuindo a mesma capacidade sucessória e sendo consideradas herdeiros necessários.

(Conclusão) Logo, conclui-se que hoje a família passa a ser uma realização pessoal de seus integrantes tendo como escopo a busca da felicidade, uma maneira de tutela da pessoa humana, como meio para o seu desenvolvimento, pois esta só existe em virtude de seus componentes. Portanto, a família é a base para a obtenção da felicidade, provendo a dignidade e a concretização da identidade de seus membros, deixando de ter seu foco voltado ao patrimônio, dando lugar aos valores sociais e coletivos inerentes a pessoa humana.

Plavras-Chave: socioafetividade – multiparentalidade - concretização da identidade

NEGRAS TERRAS: A POSSE E DA PROPRIEDADE DA TERRA QUILOMBOLA BOA VISTA DOS NEGROS – PARELHAS/RN

Autor(es):

Maxuel Batista de Araujo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ronaldo Alencar dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) A visão dialética do conhecimento, a caracterização do processo de posse e propriedade de terras destinadas às comunidades quilombolas, reconhecidas como grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas e com ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, conforme estabelece o Decreto nº 4887/03. Ressaltando ainda que essas comunidades possuem direito de propriedade de suas terras consagrado desde a Constituição Federal de 1988, direito este protelado por duas décadas e que no Rio Grande do Norte, teve como a Comunidade Boa Vista dos Negros, no município de Parelhas, uma das primeiras a ter seu direito de posse e propriedade reconhecido pela Justiça.

(Metodologia) Numa nova visão de conhecimento e numa forma de tratar a questão da posse bem como da propriedade das terras quilombolas e remanescentes no Rio Grande do Norte, utilizar-se-á, num primeiro momento, fontes secundárias como livros, revistas e artigos acadêmicos num ambiente físico ou eletrônico (web) a fim de conhecer a literatura existente, isto é, uma pesquisa documental sobre o tema. Num segundo momento, o confronto e análises documentais da bibliografia consultada, com novas formas e indícios de abordar esta questão, destacando um debate simples, didático e amplo, utilizando ainda de entrevistas e de uma visita de campo a comunidade objeto de pesquisa.

(Resultados) O Aprofundamento da discussão do debate em torno dos conceitos Posse e Propriedade das comunidades quilombolas, trazendo para o cerne da questão aspectos do Direito Civil e Constitucional; Demonstração do protelar na certificação da propriedade da terra as comunidades quilombolas; Visualização dos conflitos de interesses dos envolvidos na questão: latifundiários x quilombolas. O processo de certificação da posse e propriedade da terra quilombola em relação ao princípio constitucional da celeridade processual.

(Conclusão) As análises inicialmente dos conceitos Posse e Propriedade no tocante a questão das terras quilombolas e comunidades remanescentes no Brasil, em especial à comunidade quilombola Boa Vista dos Negros, localizada no município de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, almejando ampliar o debate tanto no viés do Direito Constitucional e quanto no do Civil brasileiro, trazendo a luz do bom Direito, maiores esclarecimentos sobre a temática. Pretende-se demonstrar visualmente uma breve explanação histórica e antropológica de como o negro e ex-escravos conseguiram a posse e propriedade de terras no Brasil; num segundo momento, explanar-se-á pelo viés do Direito Civil como é tratado os temas posse e propriedade no ordenamento jurídico brasileiro, e no terceiro capítulo, terá como lastro a atual Constituição Federal como trata as terras quilombolas e como foi efetivado o direito quilombola da comunidade "Boa Vista dos Negros".

Palavras-Chave: TERRA QUILOMBOLA - POSSE - PROPRIEDADE - BOA VISTA DOS NEGROS

NOVA DEFINIÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SEUS DIREITOS MÍNIMOS

Autor(es):

Mariana de Lima Siqueira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Ana Lygia Guedes Marinho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN
Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN

(Introdução) As pessoas com deficiência no Brasil hoje, são um grupo que buscam uma efetividade de direitos, demonstrando um desejo de autonomia e inserção social. Este trabalho teve início tendo em vista a crescente luta dessas pessoas a fim de que ocorra um devido reconhecimento de sua capacidade como ser humano e ainda que ocorra um acesso à justiça, como meio de efetivação de direitos, inicialmente previstos na Convenção Internacional da ONU sobre os Direitos das Pessoas com deficiência. Dessa forma é de extrema importância pontuar os recortes que foram feitos, delimitando o tema, a saber: a diferenciação entre Direitos Humanos e Fundamentais, os princípios da Dignidade da Pessoa Humana e da Isonomia, bem como o novo conceito de pessoa com deficiência elaborado após a Convenção Internacional da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e sua problemática, além de direitos mínimos como acessibilidade, educação, saúde e trabalho.

(Metodologia) Este tema foi analisado, partindo de um aparato legal e doutrinário, para que se tivesse uma ideia geral da situação em que as pessoas com deficiência se encontram. Sendo assim, foram coletados dados de autores consagrados, analisados documentos importantes e lei acerca dessa temática e percorrido de forma sintética, sobre os temas, sendo elaborado conclusões acerca da efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, hoje, no Brasil

(Resultados) Considerando as pontuações já mencionadas, pode-se perceber que a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência só ocorrerá quando as barreiras impostas pela sociedade forem sanadas em todos os aspectos, quando for compreendido que as limitações não advêm das pessoas com deficiências e sim da sociedade, que não saber lidar com as especificações que as pessoas com deficiência apresentam. Além disso, a informação, o conhecimento das leis protetivas as pessoas com deficiência for geral e quando as políticas públicas sejam realmente cumpridas, a fim de garantir uma vida digna a essa parcela da população.

(Conclusão) Portanto, considerando que as pessoas com deficiência são iguais a todas as outras, na medida de suas diferenças, devem ter todos os seus direitos efetivados, tudo em conformidade com a Convenção Internacional da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. E ainda, que as pessoas com deficiência estão inseridas numa sociedade, não sendo possível qualquer mudança sem que haja uma conscientização a fim de desenvolver uma cultura inclusiva, de respeito ao próximo não importando o quanto ele seja diferente ao olhar da coletividade em geral. A luta das pessoas com deficiência tem como objetivo primordial a inclusão.

Palavras-Chave: Pessoa com Deficiência; Justiça; Direitos.

O BENEFÍCIO DO SALÁRIO-MATERNIDADE NO BRASIL EM CASO DE ADOTANTES

Autor(es):

José Renaldo Alves da Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Lucas Gonçalves de Sena: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O referido projeto de pesquisa jurídica tem como objetivo estudar o benefício do salário-maternidade em casos de Adotantes no Brasil, questão que até então ocorria no país através de Medida Provisória e com prazo estabelecido de acordo com a idade do adotado, sendo alterado posteriormente pela Lei 12.873 em 2013.

(Metodologia) A pesquisa encontra-se pautada no método dedutivo, tomando-se por base a perspectiva da dogmática jurídica. O levantamento jurídico colhido parte de uma análise bibliográfica doutrinária e de legislações específicas.

(Resultados) O Salário-Maternidade é um direito resguardado na Constituição Federal, art. 7º, inciso XVIII e no art. 201, inciso II, sendo basicamente uma política de proteção à maternidade. O benefício é dado a trabalhadora que contribui para a Previdência social, tendo o direito de usufruir do salário-maternidade no período correspondente à licença-maternidade instituído por lei. Em 2013 foi sancionada a Lei 12.873/13 que estendeu o salário-maternidade para casos de adoção. No entanto, é importante ressaltar que anteriormente o direito já era garantido a mães adotantes, mas mediante Medida Provisória e com regras específicas. A Lei 12.873, art. 71-A, garante a licença-maternidade para homens e mulheres segurados da Previdência Social que adotarem, independente da idade da criança. O benefício equipara homens e mulheres, onde podem requerer o benefício casais homoafetivos ou cônjuges em casos de falecimento do segurado que preencham requisitos necessários. O principal avanço desta Lei foi o Princípio da Isonomia, gerando igualdade de gêneros, onde o pai que adotar uma criança pode gozar da licença-maternidade num período de 120 dias sem qualquer prejuízo de salário e estabilidade – assim como, receber o benefício do Salário-maternidade, pago pelo INSS. Anteriormente havia limitação legal quanto ao tempo de gozo da licença-maternidade em paralelo a idade da criança adotada, havendo distinção de 120 dias de licença para pais adotantes de criança até 01 ano de idade, 60 dias para adotantes de criança com idade de 01 à 04 anos e 30 dias de licença para adotantes ou guardião legal com fins de adoção para criança entre 04 e 08 anos de idade. Atualmente, com essa alteração legislativa não há mais essa restrição. Então caracterizada a adoção, independente da idade da criança, se o pai ou mãe for segurado do INSS e Previdência Social, ele tem o direito ao gozo da licença-maternidade no período de 120 dias para adaptação da criança a este novo lar. Caso necessário, o prazo de licença-maternidade pode ser ampliado de 120 dias para 180 dias, desde que a empresa empregadora seja filiada ao programa “Empresa Cidadã”, instituída pelo decreto 7.052/2009. Outra novidade é a ampliação do direito ao salário-maternidade para todas as crianças adotadas, independentemente da idade. Antes, adotar uma criança com mais de oito anos não dava direito ao afastamento remunerado, já que a licença-maternidade, bem como o direito ao benefício do salário-maternidade, ficavam restritos a crianças adotadas até 08 anos de idade.

(Conclusão) É notório e importante a presença dos pais na rotina dos filhos e as alterações trazidas pela Lei 12.873/13 garantem acima de tudo a valorização de proteção a criança, sendo benéficas aos segurados biológicos ou afetivos e seus dependentes em casos de falecimento. A licença-maternidade é um direito garantido por Lei, sendo no caso de pais adotantes, um período que essa mãe e pai precisam para se adequar e adaptar a essa nova realidade, sendo acima de tudo, um tempo necessário para a integração da criança adotada a essa nova estrutura familiar.

Plavras-Chave: Direito Previdenciário; Salário-Maternidade;

**O COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA E SUA ATUAÇÃO NOS CONFLITOS DO ORIENTE MÉDIO
NO SÉCULO XXI**

Autor(es):

Maria Veridiana Avelino da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Maria Gabriela Furtado Marinho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) Trata-se esse trabalho de abordar a importância Do Comitê Internacional da Cruz Vermelha– CICV - frente aos conflitos instalados no Oriente Médio. O CICV é uma organização humanitária, a maior delas, atuando em 190 países de caráter neutro, não se envolvendo em questões políticas nem militares. Sua natureza jurídica é de agência privada e tem como objetivo proporcionar a proteção e assistência às vítimas da guerra e outras situações de violência, além de ser guardião do Direito Internacional Humanitário (Direito de Guerra). O CICV completa em 2014, 151 anos de atuação e detém dois prêmios nobéis da paz, tendo como princípios a humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, serviço voluntário, unidade e universalidade e traz como lema “Inter Arma Caritas” (Em meio à guerra, caridade). O CICV mantém forte presença em todo o Oriente Médio, ajudando milhares de vítimas de conflitos armados. O objetivo geral desse trabalho é apontar as principais áreas de atuação do CICV na citada região, das quais destacamos citar a Síria, Iraque, Israel e territórios ocupados e lêmen e como vem ocorrendo as ações humanitárias nessas localidades afligidas por conflitos de guerra, que se dão através de assistência médica aos feridos, socorro, abrigos, água potável e saneamento, apoio nutricional, saúde e apoio psicológico além de ações para promover o respeito ao Direito Internacional Humanitário (DIH). A relevância do estudo foca em situar o Comitê Internacional da Cruz Vermelha como entidade neutra e imparcial, bem como a importância de sua missão humanitária no Oriente Médio.

(Metodologia) O método científico utilizado para a concretização do trabalho ora apresentado se deu através de pesquisa exploratória (não inédita) através do método dissertativo, com análises de pesquisas bibliográficas e coleta e análises de dados in loco, na Filial da Cruz Vermelha, situada no Rio Grande do Norte.

(Resultados) De acordo com a pesquisa realizada, tem-se que o Comitê Internacional da Cruz Vermelha é uma entidade dinâmica que se adapta às novas formas de conflitos armados e aos inúmeros desafios que as atividades humanitárias enfrentam, tais como falta de respeito pelo Direito Internacional Humanitário, que proíbe a violência dirigida às pessoas que não participam dos conflitos armados, como crianças, feridos, doentes, ou detidos. Muitos colaboradores do CICV sofrem tais desrespeitos, como sequestros e até mortes. No oriente médio, vimos a atuação do CICV na Síria tem fornecido água, mantimentos e materiais médicos, kits escolares, dentre outros itens para milhões de pessoas afetadas, já no Iraque, o CICV concentra seus esforços no bem estar dos detentos e esclarecimento do paradeiro dos desaparecidos em conflitos anteriores. Em Israel e territórios ocupados, o CICV protege os civis e no lêmen, atua através da ajuda a pessoas, para que possam se manter por conta própria, distribuem artigos e fortalecem o serviço médico.

(Conclusão) Ao término do trabalho, pudemos concluir que o CICV mesmo sendo uma entidade de tamanha abrangência, uma vez que atua em 190 Estados, ainda enfrenta desafios para promover a ajuda humanitária nos países em conflito, pois mesmo hasteando a bandeira da cruz vermelha, a guardião do Direito Humanitário sofre agressões aos seus colaboradores, dificultando o cumprimento de sua missão, como ocorre no Oriente Médio.

Palavras-Chave: Cruz Vermelha - Conflitos – Oriente Médio.

O CONCEITO DE SOBERANIA NA VISÃO DE HUGO GROTIUS E DE JOHN RAWLS: SEMELHANÇAS E DISTINÇÕES

Autor(es):

Fernanda Monteiro Cavalcanti: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem como objetivo a análise dos estudos sobre a concepção de soberania de dois renomados filósofos: Hugo Grotius, considerado o “pai do Direito Internacional”, tendo vivido e produzido suas obras no século XVI, tratando de questões relevantes como o Direito da Guerra e sua conhecida a influente Sociedade Internacional, e John Rawls, filósofo americano da década de 90, popular em seus estudos sobre políticas internacionais e liberalismo político. Em cada contexto de cada pensador aqui analisado, traçaremos um paralelo entre seus conceitos de soberania do Estado, assunto de enorme importância, sobretudo, nos estudos das relações internacionais.

(Metodologia) Trata-se de trabalho teórico, realizado através da exploração bibliográfica e em pesquisa de artigos científicos e obras literárias dos relacionados aos autores abordados. Como método de abordagem, utilizou-se o comparativo, de modo a analisar tal questão em ambas as obras.

(Resultados) Ao estudarmos o trabalho de Hugo Grotius, mais especificamente na obra *Jure Belli ac Pacis*, se fará notável as ideias do autor no conceito de aspectos como Sociedade Internacional, Direito da Guerra, e como é tratada a concepção de Soberania. Da mesma forma, ao notarmos uma considerável semelhança do trabalho de Grotius com as obras de John Rawls, no que diz respeito à Sociedade Internacional e Sociedade dos Povos, também se faz notável a semelhança dos autores em ambos seus conceitos de Soberania Estatal, havendo, no entanto, determinadas divergências, pois, a base de ambos os conceitos é alicerçada no conceito tradicional filosófico de Soberania, divergindo os referidos pensadores somente na aplicabilidade e consequências do uso da Soberania, tendo ambos, no entanto, o mesmo objetivo ao arquitetar seus modelos ideais de Sociedade, sendo este o bem comum dos membros que as compõem. Há muito a tratar sobre as semelhanças entre ambas as obras, mas no presente trabalho nos deteremos somente ao conceito de Soberania de Hugo Grotius e John Rawls, ponto de extrema importância nos estudos das relações internacionais, sobretudo, no próprio estudo do Direito Internacional, campo jurídico tão pouco abordado na atualidade, mas de significativa relevância para uma formação jurídica louvável, além de exercer grande influência na própria Filosofia Jurídica, base para o devido desenvolvimento de qualquer trabalho acadêmico ou argumentação no campo do Direito, pois, sem filosofia, não há de se falar em Direito.

(Conclusão) Sendo assim, concluímos que, apesar destes dois grandes estudiosos das relações internacionais possuírem um número considerável de semelhanças em determinados institutos, também existem certas divergências na aplicabilidade de suas proposições, o que os torna tão singulares.

Palavras-Chave: Rawls. Grotius, Soberania

O CONTROLE JUDICIAL DE CONSTITUCIONALIDADE NO PROCESSO LEGISLATIVO

Autor(es):

Vitor Lopes Varella: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Pedro Ruben Peres da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O controle de constitucionalidade é um mecanismo de manutenção da democracia e de efetivação dos direitos fundamentais. A Constituição é a norma máxima do ordenamento jurídico, gozando, pois, de supremacia em relação às demais espécies normativas. Contudo, para que essa supremacia não seja desvirtuada, é necessário que haja um instrumento de defesa da Carta Magna, sendo aí que surge o controle de constitucionalidade, seja na forma difusa, seja na concentrada. Desse modo, as leis ou os atos do poder público que não se adequarem à Constituição serão declarados inconstitucionais ou serão revogados. Ocorre que nem sempre a inconstitucionalidade ocorre apenas após a produção de efeitos jurídicos das normas. Há casos em que a afronta à Constituição se dá no processo de formação da norma. Nesses casos, é lícito que haja um controle preventivo de constitucionalidade, exercido pelo Supremo Tribunal Federal. Os deputados federais e os senadores são os únicos legitimados para pleitear o controle de constitucionalidade durante o processo de elaboração normativa, pela impetração de mandado de segurança. Entende-se que o parlamentar possui direito subjetivo público a participar de um processo legislativo constitucional, o que fundamenta a possibilidade do controle judicial.

(Metodologia) O trabalho teve como metodologia a pesquisa bibliográfica, com consulta à doutrina do Direito Constitucional. Realizou-se, além disso, um levantamento jurisprudencial, para entender o posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema abordado.

(Resultados) O controle judicial no processo legislativo é amplamente aceito na doutrina e na jurisprudência. Todavia, há divergências em relação à extensão desse controle. O entendimento majoritário do Supremo Tribunal Federal é de que, mediante a impetração de mandado de segurança por parlamentar, é possível que haja o controle de lei formalmente inconstitucional, mas principalmente de propostas de emenda constitucional formal ou materialmente inconstitucional. Se uma PEC tende a abolir as cláusulas pétreas, interpreta-se que já há aí uma inconstitucionalidade, devendo, portanto, ser sanada. Controverso é o controle judicial no processo legislativo por desrespeito a normas regimentais. Não sem divergência, o Supremo tem decidido que não cabe ao judiciário interferir nesses casos, em respeito ao princípio da Separação dos Poderes.

(Conclusão) Percebe-se, pela pesquisa jurisprudencial, que o controle judicial de constitucionalidade vem sendo exercido pelo Supremo Tribunal Federal durante o processo legislativo. Trata-se de um instrumento de proteção ao princípio da supremacia da Constituição e ao devido processo legislativo. Assim, o parlamentar tem legitimidade para buscar, pela via incidental, impedir que uma norma inconstitucional venha a gerar efeitos jurídicos, o que seria prejudicial a toda a sociedade.

Palavras-Chave: Controle. Constituição. Parlamentar.

O CUMPRIMENTO OU NÃO DA FUNÇÃO RETRIBUTIVA DO SISTEMA PENAL NO QUE TANGE AOS CRIMES DE CORRUPÇÃO: SOB A ÓTICA DOS JULGADOS DO STF

Autor(es):

Carmen Lorena Pereira Gomes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Isaura Gomes do Rosário Monteiro Teixeira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN
Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo aborda a questão da relação atual do sistema penal com os crimes de corrupção, com o tema “O cumprimento ou não da função retributiva do sistema penal no que tange aos crimes de corrupção: sob a ótica dos julgados do STF”. O seguinte trabalho foi conduzido pelas indagações de “Qual seria o papel essencial de cada órgão do judiciário no combate a corrupção?” e “Qual a relação existente entre a ineficácia do cumprimento das leis de corrupção com novas práticas desse delito?”. Segundo as resoluções das referidas problemáticas abordadas, o trabalho trás como objetivo analisar se a função retributiva e preventiva do sistema penal, segundo a Teoria Mista adotada pelo artigo 59 (caput) do Código Penal, estão sendo de fato cumpridas no que tange aos crimes de corrupção. Dessa forma, trata-se de significativa relevância uma avaliação da deficiência do atual sistema penal no tolhimento de tais delitos, com o intuito de ao final percebermos qual seria de fato a função ideal do sistema penal brasileiro nesse combate.

(Metodologia) O presente artigo utilizou-se do método dedutivo, partindo de um referencial geral para o problema específico, fez-se uma análise da corrupção sob a ótica do sistema penal e dos órgãos do judiciário competentes no combate a tal crime, dando embasamento doutrinário e jurisprudencial avaliando julgados do STF.

(Resultados) No decorrer de nossas pesquisas percebemos a existência de fato de leis a fim de regulamentar e punir atos de corrupção, como a lei 8.429/92 (lei de improbidade administrativa) sancionada durante o governo Collor, e a lei 12.846/13 sancionada durante o governo Dilma, que trata da responsabilização administrativa e civil também de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, fora as disposições concernentes no título XI do Código Penal - Dos Crimes contra a Administração Pública. Visto isso, constata-se que já são concretas as tipificações e suas referidas penas, o que nos falta é o cumprimento de tais leis. Pode-se visualizar tal realidade através também da análise feita pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (sob incumbência da ONU), que divulgou que são desviados em nosso país ao menos R\$200 bilhões por ano (dados de 2012). Em termos jurisprudenciais, percebe-se a impunidade dos crimes de corrupção por diversos fatores, dentre eles e principalmente, a prescrição da ação. No Supremo Tribunal Federal a condenação é a exceção, e a regra é a prescrição da pena antes de o julgamento acontecer, como se pode observar, por exemplo, no julgamento proferido pelo STF do Inquérito 3235 em janeiro deste ano, em que os investigados tiveram extinta a punibilidade estatal em razão da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva.

(Conclusão) Frente à pesquisa e produção do referido artigo, percebe-se que a melhoria no tolhimento dos crimes de corrupção, e conseqüentemente de sua prevenção virá devido a uma maior transparência nas atividades dos órgãos do judiciário, de forma a fazer com que o povo possa acompanhar cada vez mais as suas atividades de combate à corrupção de perto, dessa forma possibilitando inclusive um maior entendimento da população sobre as decisões do Supremo Tribunal Federal, estas que precisam ser reflexo da vontade e proteção dos direitos do povo, não podendo de maneira alguma admitir-se que tal Corte aja de maneira relapsa em seus julgamentos quanto ao assunto. A chave para uma maior efetividade desse combate de forma significativa é a criação de novas políticas públicas de transparência, e o pressionamento por parte da população, através da constante inspeção, de um crescente rigor quanto a apuração e penalização dos crimes de corrupção.

Palavras-Chave: SISTEMA PENAL; PREVENÇÃO; JULGADOS STF; ÓRGÃOS DO JUDICIÁRIO; CRIMES DE CORRUPÇÃO.

O DANO MORAL NO ABANDONO AFETIVO

Autor(es):

Juliana Brito Rocha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Henrique Batista de Araujo Neto: Docente do UNI-RN

(Introdução) A primeira ação ajuizada no Brasil pleiteando danos morais por abandono afetivo foi em 2003, caso em que a ação foi julgada procedente, contudo, tendo em vista que o pai foi revel durante todo o processo, não houve grande publicidade do tema. Foi apenas em 2005 que o Superior Tribunal de Justiça obteve a oportunidade de externar o seu posicionamento sobre o assunto, através do REsp 757.411, julgado pela 4ª Turma. Nesta ação foi dado provimento ao recurso, julgando improcedente o cabimento da indenização. Entretanto, mesmo com tal decisão, os posicionamentos de primeiro e segundo grau divergiam bastante. Em 2012, o tema ganhou sua maior repercussão com o REsp 1.159.242, julgado pela 3ª Turma do STJ, o qual decidiu manter a condenação por abandono afetivo. Diante da polarização de posicionamentos que atingiu até o STJ, surgiram duas correntes, uma favorável a indenização, e outra contrária, ambas com argumentos convincentes que merecem uma maior reflexão.

(Metodologia) Para tratar do assunto foi elaborada uma pesquisa teórica, abarcando a doutrina, a jurisprudência e a legislação, como meio de analisar os dois posicionamentos existentes sobre o tema.

(Resultados) Levando em consideração o posicionamento de doutrinadores como Maria Berenice Dias e Rolf Madaleno, que são favoráveis a indenização por abandono afetivo, bem como analisando o Acórdão do REsp 1.159.242, podemos afirmar que para aqueles que entendem ser possível e provida a ação, a ausência de afeto e cuidado por parte de um dos genitores constitui uma ofensa aos deveres instituídos por lei aos pais. Além disso, causa danos psicológicos ao menor, que cresce sem o devido afeto e carinho de um de seus pais, ferindo o princípio da Dignidade da Pessoa Humana e da Proteção Integral da Criança e do Adolescente. Por estas razões, entendem ser um dever do pai e da mãe, cuidar da sua prole, sendo a inobservância deste dever um ato ilícito ensejador de indenização. Em outra vertente, para os doutrinadores que entendem não ser cabível o dano moral por abandono afetivo, tais como Cristiano Chaves e Nelson Rosenvald, e com fulcro no REsp 757.411, entende-se que o não cumprimento do dever de cuidar da sua prole não constitui ato ilícito, vez que o nosso ordenamento jurídico já prevê uma pena específica, que é a perda do poder familiar, não devendo ser aplicado ao Direito de Família institutos de outras searas do direito sob o risco de patrimonializar as relações afetivas. No mais, questiona-se se seria possível colocar preço no amor, além da eficácia prática da indenização, vez que a função social do Direito é buscar a paz social, e quando se abre a possibilidade de indenizar alguém, seja, filho, pai ou mãe, por falta de amor, estaria se gerando mais conflitos.

(Conclusão) Tendo em vista o que foi estudado e pesquisado, atentando para o fato de que indenização nenhuma será capaz de ressarcir ou amenizar o sofrimento de um filho por não ter crescido na companhia do seu pai ou de sua mãe, e de que muitas vezes a ação proposta tem como finalidade uma mera vingança, não se faz correto o provimento deste tipo de ação, afinal, a sentença condenando um pai ou mãe, ao pagamento pecuniário em virtude da sua falta de amor em relação ao seu filho não traria nada de bom, além de erguer uma barreira, destruindo qualquer possibilidade de uma futura relação paterno-filial. Por fim, nas palavras do Ministro do STJ, Massami Uyeda: “Se abrímos essa tese aqui, olha, como diria o pessoal, sai de baixo. Este Tribunal irá cuidar de mágoas”.

Palavras-Chave: Abandono Afetivo. Dano Moral. Responsabilidade Civil.

**O DESVIRTUAMENTO DA PROPAGANDA POLÍTICA INSTITUCIONAL NO BRASIL: ENFOQUE
PRINCIPIOLÓGICO-ADMINISTRATIVO**

Autor(es):

Pedro Luiz Tinoco Dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Eduardo Calich Luz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) É notória a relevância da propaganda política no cenário brasileiro, por sua influência na obtenção de cargos eletivos, bem como pelos recursos e planejamento mobilizados em busca de sua efetivação. No presente estudo, busca-se analisar, principalmente, a propaganda política institucional, a qual prevê a publicização dos atos do Poder Público bem como a propaganda política eleitoral, responsável pela apresentação pública dos candidatos à representação popular. Tais ramos da propaganda política são regulados pelo Direito Eleitoral, ramo do Direito Público, e portanto norteados pelos princípios constitucionais subordinantes da Administração Pública: moralidade, publicidade, impessoalidade e legalidade. Será observada a utilização fraudulenta da propaganda institucional, enquanto instrumento para a realização de propaganda eleitoral antecipada, constituindo uma manobra ímproba, abusiva e de afronta aos princípios supracitados. Por fim, é necessário destacar a utilidade do presente artigo: este subsiste a partir da observância de reiteradas omissões de órgãos responsáveis por proteger e salvaguardar os interesses coletivos consagrados constitucionalmente, visto que a violação implícita ou não do núcleo fundamental do ordenamento jurídico tem colocado em cheque a credibilidade do Poder Executivo brasileiro, de modo aparentar paulatino afastamento da representatividade popular, prevista no parágrafo único do artigo primeiro da Constituição da República.

(Metodologia) Com a presente pesquisa pretende-se reunir conceitos teóricos vinculados à temática propaganda política, com maior detalhamento nas modalidades de propaganda institucional e propaganda eleitoral. Isso será realizado buscando-se aprimorar a análise dos posicionamentos doutrinários e jurisprudências do TSE e TRE referentes ao tema, para então subsumir o abstrativismo conceitual aos casos concretos examinados. Para tanto, será utilizado como pressuposto basilar a análise de conjuntura e o estudo de caso, aplicando-se os métodos de investigação hipotético-dedutivo e dialético.

(Resultados) Depois de coletar características usualmente obtidas, e percorrer análises jurídicas no fenômeno das práticas observadas na realização da propaganda política institucional no Brasil, foi possível observar a generalidade com a qual esta é utilizada para fins eleitorais. Além disso, a reunião e apreciação jurisprudencial realizadas potencializaram a engrenagem de novas reflexões referentes às definições de propaganda eleitoral antecipada, em especial partindo da ótica principiológica-administrativa, de modo a reduzir eventuais aberturas obtidas no texto legal acerca do tema em discussão.

(Conclusão) A constatação da frequência da utilização de má-fé na realização da propaganda política institucional tornou possível identificar a ausência de comprometimento legal e moral por parte de sujeitos candidatos a cargos eletivos, oferecendo recursos essenciais para promover discussões a respeito da eficácia direta dos princípios constitucionais-administrativos e ao necessário enrijecimento da atuação da Justiça Eleitoral como órgão garantidor da probidade administrativa aplicada ao âmbito das eleições.

Palavras-Chave: Propaganda institucional. Propaganda eleitoral antecipada. Impessoalidade e Moralidade.

**O DEVIDO PROCESSO LEGAL SUBSTANCIAL ENQUANTO PARÂMETRO PARA A AFERIÇÃO DE
CONSTITUCIONALIDADE DE ATOS NORMATIVOS**

Autor(es):

Silverio Alves da Silva Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) O inciso LIV do art. 5º da Carta Magna assegura expressamente, enquanto direito fundamental, o princípio do devido processo legal, tornando-o, portanto, parâmetro para a aferição de constitucionalidade de atos normativos. Este princípio possui duas dimensões: a formal (ou procedimental), e a material (ou substancial), visando esta demonstrar que um processo devido não é apenas aquele em que se observam as exigências formais, mas também o que gera decisões jurídicas substancialmente devidas, aferidas a partir dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. O presente trabalho pretende analisar, com base na jurisprudência do Pretório Excelso, se de fato a dimensão substancial do referido princípio faz parte do bloco de constitucionalidade.

(Metodologia) Para a efetivação dos objetivos suscitados pelo presente trabalho, utilizamos, como técnica de pesquisa, revisões bibliográficas e documentais, cujo intuito foi a prospecção das principais características da dimensão material do devido processo legal, como também da viabilidade de utilizá-lo como parâmetro para a aferição de inconstitucionalidades. Partindo da fundamentação adquirida desta base, procedemos com o método de abordagem dedutivo, tendo como escopo a aquisição de evidências, na Jurisprudência da Corte Suprema, que apontassem para a possibilidade de se utilizar tal parâmetro.

(Resultados) Partindo da premissa de que o processo devido deve gerar decisões substancialmente devidas, e como a Constituição fez referência de forma genérica ao devido processo legal, não há norma constitucional que impeça o Judiciário de declarar com base no inciso LIV do art. 5º da Constituição a inconstitucionalidade de atos normativos que imponham a restrição a um direito ou garantia fundamental desproporcionadamente, ou que erija como critério delimitador da esfera de incidência de uma dada regra de conduta um elemento que não guarde correlação lógica com o fim objetivado pelo legislador. Tal argumentação é corroborada por diversos precedentes do Pretório Excelso, que, pelo fato de não ser aferível "prima facie" a incompatibilidade material existente entre o ato normativo sob exame e a Constituição, vem se utilizando dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade para a constatação da afronta ao devido processo legal material.

(Conclusão) A partir da análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (v.g., a decisão do Min. Celso de Melo no RE 374.981/05), tanto em sede de controle difuso quanto em sede de controle abstrato, tem-se que a utilização da dimensão material do devido processo legal, respaldado na referência genérica do inciso LIV do art. 5º da Carta Magna, autoriza o judiciário a declarar, embora tal aferição não seja "prima facie", materialmente inconstitucional um ato normativo que seja julgado como desproporcional ou desarrazoado frente aos princípios que norteiam o "espírito da Constituição", como a dignidade da pessoa humana e o Estado Democrático de Direito.

Palavras-Chave: Constitucional, parâmetro, processo, material

O DIREITO A POSSE E PROPRIEDADE DE TERRAS QUILOMBOLAS

Autor(es):

Maxuel Batista de Araujo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ronaldo Alencar dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) Esta proposta é fruto de análises inicialmente dos conceitos Posse e Propriedade no tocante a questão das terras quilombolas e comunidades remanescentes no Brasil, em especial à comunidade quilombola Boa Vista dos Negros, localizada no município de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, almejando ampliar o debate tanto no viés do Direito Constitucional e quanto no do Civil brasileiro, trazendo a luz do bom Direito, maiores esclarecimentos sobre a temática. No aspecto legal, temos a Constituição Federal de 1988 que reconheceu a propriedade e consequentemente o registro das terras das comunidades quilombolas que, historicamente, tais terras foram nunca respeitadas de fato a seus reais e legítimos possuidores da sua posse, assim se faz necessário pela via legal, conhecer e valorizar nossos elementos da formação do povo brasileiro, seus traços e heranças culturais, procurando despertar o sentimento de valorização e conservação do nosso genuíno sentimento de “brasilidade”, enfatizando a construção da entidade e do “ethos de pertencer” a um local. Verifica-se ainda a necessidade de se ampliar a produção científica em torno da temática da posse e propriedade das terras quilombolas e, principalmente a partir da constituição de 1988.

(Metodologia) Para se fazer uma investigação que, venha contribuir para a possibilidade de uma nova visão de conhecimento da forma de tratar a questão da posse bem como da propriedade das terras quilombolas e remanescentes, utilizar-se-á, num primeiro momento, fontes secundárias como livros, revistas e artigos, a fim de conhecer a literatura existente, isto é, uma pesquisa documental sobre o tema, bem como a definição do campo de pesquisa e dos instrumentos de trabalho. Num segundo momento, o confronto e análises documentais da bibliografia consultada, com novas formas e indícios de abordar esta questão, destacando um debate simples, didático e amplo.

(Resultados) O Aprofundamento da discussão do debate em torno dos conceitos Posse e Propriedade das comunidades quilombolas, trazendo para o cerne da questão aspectos do Direito Civil e Constitucional no tocante a matéria, dessa maneira contribuindo para a melhoria da estruturação e compreensão dos conceitos de Posse e Propriedade. A Demonstração da percepção dos objetos da questão do protelar na certificação da propriedade da terra as comunidades quilombolas, bem como os interesses dos envolvidos na questão: latifundiários x quilombolas. A relação do reconhecimento e certificação da posse e propriedade da terra quilombola em relação ao princípio constitucional da celeridade processual, demonstrando os atrasos e dificuldades nesse processo.

(Conclusão) Atualmente existem comunidades quilombolas em pelo menos 24 estados do Brasil: Amazonas, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins. Todavia, todas passam por problemas no tocante a legalização da posse de suas terras, cobrando da Lei e das autoridades competentes o seu direito reconhecido e garantido no nosso atual ordenamento jurídico. Por fim este trabalho procura apresentar um pouco da história e da vida dessas comunidades, além de suas dificuldades para a titulação da terra.

Palavras-Chave: Posse - Propriedade - Quilombo

O DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO TUTELA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E SUA APLICAÇÃO NO STJ

Autor(es):

Danilo Gurgel Dávila: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Augusto César Costa Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Araujo de Medeiros: Docente do UNI-RN
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O direito ao esquecimento surge no contexto da sociedade da informação como uma faculdade do indivíduo de retirar do âmbito público, após um período de tempo, informações a seu respeito, ainda que originalmente verdadeiras e publicadas licitamente. Com base nisso, sua aplicação busca demonstrar a existência de um limite temporal para a publicitação da informação. Seu desenvolvimento ocorreu na esfera penal, como o direito do ex-apanado à ressocialização. No entanto, frente a crescente utilização das tecnologias de comunicação em massa, a doutrina e a jurisprudência vem reconhecendo a necessidade de ampliar sua discussão às relações civis. Nesse diapasão, o presente trabalho pretende demonstrar o direito ao esquecimento como um direito da personalidade autônomo, decorrente da dignidade da pessoa humana, e, portanto essencial ao pleno desenvolvimento da identidade pessoal do indivíduo. Bem como, a partir da análise de precedentes do Superior Tribunal de Justiça, delimitar seu espectro de incidência.

(Metodologia) Para atingir as propostas trabalhadas, utilizou-se o método dedutivo para abordagem e de pesquisa bibliográfica e documental para o procedimento. Como técnicas de pesquisas, realizou-se coleta de precedentes do Superior Tribunal de Justiça que tratam sobre o assunto, assim como a análise de conteúdo de argumentos jurisprudenciais.

(Resultados) Lembrado na expressão norte-americana “the right to be alone”, o direito ao esquecimento tem origem na proteção da privacidade. Inicialmente, esteve relacionado aos delitos contra a honra e a boa fama, nos casos em que o indivíduo pretendia, a partir da remoção de fatos inverídicos e vexatórios, o restabelecimento do status quo ante. Atualmente, abrange maior escopo ao adotar o fator cronológico e a inutilidade da informação como critério impeditivo para sua veiculação. No ordenamento jurídico brasileiro, é tratado nos artigos 43, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor e 748 do Código de Processo Penal. O primeiro determina a supressão de registros pessoais após o transcurso de certo período de tempo da situação devedora. O segundo restringe o acesso às informações da condenação à requisição do juiz. No ramo do direito civil, sua discussão ganha novos contornos a partir do Enunciado 531 da VI Jornada de Direito Civil, o qual atribui ao direito ao esquecimento a condição de ferramenta indispensável na efetivação da dignidade da pessoa humana. A partir do referido enunciado, sua aplicação foi debatida no STJ em dois julgados, sendo reconhecido em uma das situações e desconsiderado na outra. Para tanto, a Suprema Corte tratou da ponderação entre a liberdade de informação e a proteção da vida privada. Restringiu, assim, a abrangência de suas decisões ao ambiente televisivo, e delimitou como critérios para sua aplicação a historicidade da notícia, o interesse público na informação e a ausência de abuso e artificialidade do fato divulgado.

(Conclusão) Portanto, o direito ao esquecimento abrange um novo conceito de privacidade. A interpretação deste evolui do aspecto tão somente negativo de não ser molestado, e adquire aspecto positivo, no qual o sujeito possui autodeterminação informativa, isto é, a possibilidade de conhecer e controlar o uso de seus dados e informações. A importância do Enunciado 531 se dá ao reconhecer o supracitado direito no resguardo da privacidade, honra e boa fama, eliminando da memória coletiva fato que constrange o indivíduo, possibilitando assim, a dignidade humana. Entretanto, ainda não resolve os desafios enfrentados pelo Judiciário, tendo em vista a ausência de lei específica que trate do tema. Por fim, critica-se restrição do STJ em aplicar o direito ao esquecimento apenas no ambiente televisivo, o excluindo do virtual. Tal entendimento comporta perigosa interpretação, passando a ideia do espaço cibernético como livre da disciplina jurídica.

Palavras-Chave: Direito ao esquecimento. Privacidade. Identidade pessoal

O DIREITO AO ESQUECIMENTO E A SUA INCLUSÃO NA JURISPRUDÊNCIA ATUAL

Autor(es):

Mônica Oliveira de Medeiros Dantas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Gabriel Motta Damasceno: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este projeto tem como base de estudo a relevância do Direito ao Esquecimento nas relações interpessoais e a análise acerca do modo como esse contribui para a garantia da paz a pessoas e famílias que tiveram suas vidas expostas de maneira desgastante, sobretudo através da disseminação de informações por meio da internet. Esta, por sua vez, será o carro-chefe de toda a problematização, no que concerne à sua rápida difusão entre as diversas classes sociais e no que se refere, conseqüentemente, ao crescente número de usuários (visto que houve uma maior acessibilidade do usuário à rede), de sites de notícias, de redes sociais e de portais de entretenimento, contribuindo para uma considerável dificuldade em administrar o conteúdo que é exposto publicamente ou que é absorvido e socializado pelos próprios usuários, em suas comunicações interpessoais. Esse, portanto, será o grande problema a ser abordado, dentro da temática do direito de ser esquecido, buscando compreendê-lo e dar-lhe eficiência, por se tratar de um conflito atual e de extrema importância e urgência.

(Metodologia) Para a realização deste estudo, foi utilizado o método teórico e de abordagem, contextualizando e conceituando o tema em questão (direito ao esquecimento), bem como abordando diversos exemplos (casos) dentro da temática, a fim de determinar os critérios e o alcance devido da lei em cada caso concreto.

(Resultados) A jurisprudência vem cada vez mais acatando pedidos relacionados ao Direito ao Esquecimento, entendendo este como um direito privado, visto que trata de casos particulares e de assuntos relacionados à privacidade e à preservação da imagem do indivíduo, sendo este o maior desafio em tempos de fácil acesso à informação, graças ao advento da internet e à variedade de informações que o campo televisivo nos proporciona. Para dar embasamento a tal problematização, foram citados, como exemplos, casos analisados pela quarta Turma do STJ, quando a tese do direito ao esquecimento foi assegurada recentemente em dois recursos especiais, conforme mencionado no projeto. Para que prevalecesse o direito em pauta, foi necessário analisar cada caso concreto e suas respectivas repercussões na sociedade. Ficou concluído, no decorrer da análise, que tal direito de ser esquecido não poderia ser aplicado na esfera pública, pois, quando houvesse em pauta um interesse social (coletivo) de acesso a determinados acontecimentos, tais informações não poderiam ser excluídas ou distanciadas.

(Conclusão) Diante de toda a problematização no transcorrer do trabalho, ficou concluído que o direito de ser esquecido pode ser acatado somente por vias judiciais e em casos em que se comprove a procedência do requerido e quando este for deferido. Tendo preenchido tais requisitos, será então indisponibilizado o conteúdo-problema ao acesso dos usuários, efetivando o direito ao esquecimento, de modo a garantir a harmonia social. Em síntese, o exercício do direito ao esquecimento na Internet é possível, contudo não é absoluto e dependerá do caso concreto e da viabilidade de seu resultado.

Palavras-Chave: Direito ao esquecimento. Privacidade. Preservação da imagem. Disseminação de informações. Internet.

**O DIREITO DE ARREPENDIMENTO DO CONSUMIDOR NA COMPRA DE SERVIÇOS AÉREOS
ELETRONICAMENTE**

Autor(es):

Tassius Marcius Tsangaropulos Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Rodrigo Cabral de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Thiago Reis e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Juliana Maria Rocha Bezerra da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) Partindo da realidade da constante expansão do setor aéreo nos últimos anos, e a consequente flexibilização de seus preços, faz-se necessária uma análise dos direitos do consumidor nesta seara, tendo em vista não somente a violação de direitos consumeristas, mas também praticas abusivas das linhas aéreas. Buscar-se-á detalhar um direito do consumidor em especial: o direito de arrependimento, previsto no artigo 49 do CDC, analisando quando este será cabível e como aplicá-lo corretamente, sem ferir os princípios da boa-fé objetiva e vulnerabilidade.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Análise de artigos científicos e monografias, valendo-se do método dedutivo.

(Resultados) (RESULTADOS) Basta fazer uma breve leitura no dispositivo concernente ao direito de arrependimento no CDC, o artigo 49, e logo se percebe o quão esparso ele é, possibilitando assim a aplicação de várias interpretações e, logo, entendimentos diversos acerca da aplicação deste artigo. As empresas aéreas entendem que não deve haver a aplicação do dispositivo, uma vez que as informações dispostas nos sites são suficientes para que o consumidor possa adquirir o serviço; defendem que não há como o consumidor sentir-se insatisfeito com aquilo que adquiriu, e por isso podem cobrar taxas e multas de cancelamento muitas vezes desproporcionais à realidade, sem levar em consideração o que alude o artigo 740 do Código Civil, e extrapolando o previsto no seu §3º, onde nas hipóteses previstas, o transportador tem direito de reter até cinco por cento do valor pago, a título de multa compensatória. Já os consumidores se defendem com a adoção da interpretação literal do enunciado, invocando, junto à ele, o princípio da proteção ao hipossuficiente, que, no direito do consumidor, é representado pelo princípio da vulnerabilidade. E enquanto o Brasil permanece com um conflito interpretativo acerca do direito de arrependimento, a União Europeia já se mostra avançada no assunto, com a aprovação de Diretivas que se mostram avançadas em se tratando de defesa dos direitos do consumidor no comércio eletrônico.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Tendo em vista todo o exposto, defende-se que a aplicação do art. 49 do CDC na aquisição de serviços aéreos via internet deve ser ponderada, sendo indispensável a primazia pelo princípio da boa-fé, e que cada caso concreto deve ser analisado unitariamente, sendo totalmente errônea uma análise abstrata sobre a aplicação do dispositivo, e ao mesmo tempo, que seja realizada uma ponderação quanto à multa cobrada atualmente pelas empresas aéreas em face do cancelamento do contrato. Ademais, defende-se uma evolução legislativa, com o fim de se criar uma regulamentação específica para o direito de arrependimento do consumidor no que diz respeito à aquisição de serviços aéreos eletronicamente, de uma maneira tal que traga benefícios para ambas as partes da relação: o consumidor e a empresa aérea. Tal evolução legislativa já ocorreu na União Europeia, como já foi dito, através das Diretivas aprovadas pelo Parlamento Europeu, sobretudo a Diretiva 2011/83/EU, e que aparenta começar a surgir no Brasil tal evolução, por meio da Emenda proposta pelo Senador Antônio Carlos Rodrigues ao Projeto de Lei do Senado nº 281/2012. O Projeto visa aperfeiçoar as disposições do CDC, e a supracitada emenda, sanar as diferentes interpretações dadas ao art. 49, uma vez que cria um rol taxativo de inaplicabilidade do direito de arrependimento.

Plavras-Chave: Direito de Arrependimento; Consumidor; Serviços Aéreos

O DIREITO INTERNACIONAL E INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: A RESPONSABILIZAÇÃO DO BRASIL POR VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS RELACIONADOS AO TRABALHO ESCRAVO

Autor(es):

Igor de Oliveira Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) A atual disposição dos Direitos Humanos no cenário internacional aponta para a internacionalização do direito estatal, onde problemas internos são discutidos em fóruns internacionais e são preocupações dos órgãos encarregados da proteção dos direitos humanos. A proteção à direitos humanos e fundamentais está na internacionalização do Direito do Trabalho que estabeleceu unidade de tratamento jurídico de proteção ao trabalhador e o modo para um ideal de paz e entendimento entre os povos. A maneira encontrada pela comunidade internacional para se chegar a esse objetivo foi a instituição de tratados internacionais, fruto do processo de internacionalização do direito, com a influência da ordem externa na confecção de normas internas. Nesse passo, o tratado internacional é atualmente a fonte mais importante de Direito Internacional, sendo os que tratam da matéria trabalhista uma inovação do século XX. O processo internacional de elaboração da norma jurídica trabalhista caracteriza-se atualmente pela sua visível ampliação, sedimentando-se definitivamente. Noutro pórtico, os direitos humanos constituem um conjunto de faculdades e instituições que historicamente concretizam as exigências de dignidade, liberdade e igualdade humanas com conceito sempre progressivo, devendo o debate sobre esses direitos deve fazer sempre parte da nossa história; do nosso passado e do nosso presente. A proteção dos direitos humanos e o combate ao trabalho escravo se mostram como matéria supranacional, com nível de tutela e legislação continental, possuindo órgãos para amparar esses direitos, como é o caso da Corte Interamericana de Direitos Humanos que aprovou em 1969 a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. O trabalho tem como objetivo analisar a existência de instrumento jurídico capaz de responsabilizar o Estado quando há violação à Convenção e Declaração dos direitos humanos, seja por omissão ou cumplicidade e quais ações podem ser propostas como solução ao caso. Na década de 90, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos recebeu denúncias do Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEIJL) da falta de proteção e garantias pelo Estado brasileiro em meio ao descaso com as práticas de trabalho escravo que permitiam sua persistência no Estado do Pará em meio ao desinteresse e ineficácia nas investigações e processos. Em 1995, a Comissão Internacional de Direitos Humanos acompanhada do Ministério da Justiça e das Relações Exteriores fez visita ao local e recebeu testemunhos acerca dos trabalhos em condições análogas à de escravos. Em 1999, a Comissão aprovou relatório de admissibilidade concluindo que o Estado brasileiro era responsável pelas violações da Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem e da Convenção Americana dos Direitos Humanos.

(Metodologia) A metodologia aplicada ao trabalho foi a pesquisa baseada na revisão de literatura bibliográfica, análise de artigos científicos e periódicos consubstanciada no método dialético.

(Resultados) O Brasil criou a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) e assinou um acordo de solução amistosa reconhecendo a responsabilidade internacional, com pagamento de indenização por danos morais e materiais e adoção de medidas judiciais e extrajudiciais para combater o trabalho escravo do Brasil.

(Conclusão) A partir desse episódio, a defesa do direito humano ganhou espaço com a responsabilização internacional do Brasil, adoção e ratificação dos principais tratados de proteção dos direitos humanos fortaleceram o processo de democratização e consagraram os princípios da prevalência dos direitos humanos e da dignidade humana.

Palavras-Chave: Direito Internacional. Responsabilização. Direitos Humanos. Trabalho Escravo

O DIREITO NOS APLICATIVOS DE REDES SOCIAIS: A QUESTÃO DO RESPEITO E DAS GARANTIAS FUNDAMENTAIS NO QUE CONCERNE A LIBERDADE DO INDIVÍDUO NOS APLICATIVOS DE REDES SOCIAIS

Autor(es):

Ana Emília da Silva Couto : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Raffaella Gadelha Patrício de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Estamos vivenciando um momento no qual o desenvolvimento e facilidade de acesso aos dispositivos portáteis juntamente com acessibilidade a internet de baixo custo impulsionaram a utilização de aplicativos de redes sociais. As pessoas passaram a expor seu cotidiano através destes aplicativos, a facilidade de interação e compartilhamento de sua vida com pessoas de qualquer lugar do mundo, como também o anonimato permitido por algumas destas ferramentas de interação social, torna-os mais populares. No entanto, constatou-se que juntamente com esse aumento na utilização das redes sociais tem-se notado que os usuários têm abusado do seu direito a liberdade de expressão, utilizando a internet como se fosse “terra sem lei”, onde tudo se pode fazer sem sofrer punição. Essas opiniões passaram a se configurar em práticas ofensivas, através de xingamentos, preconceitos e ofensas. A possibilidade de anonimato conferido aos usuários tem incentivado a prática de crimes contra honra, imagem, privacidade das pessoas, ferindo o princípio de dignidade de pessoa humana. O Trabalho visa analisar a forma abusiva como os usuários utilizam-se da liberdade de expressão no manuseio dos aplicativos de redes sociais e no uso do anonimato, como também avaliar as medidas judiciais cabíveis utilizadas pelo Estado para coibir essa prática e por fim averiguar a responsabilização dos provedores de internet pelas praticas ilícitas cometidas pelos usuários.

(Metodologia) A fim de atingir a finalidade proposta por esta pesquisa, adotou-se o método hipotético-dedutivo e indutivo como formas de abordagem, e como método de procedimento, o histórico e o de estudo do caso. Além disso, utilizou-se levantamentos qualitativos, permitindo-se realizar análises múltiplas através de artigos científicos sobre o tema em foco, casos de grande repercussão aliado à jurisprudências, como também fazendo-se uso da própria Constituição Federal.

(Resultados) Recentemente no Brasil foi aprovada a lei 12.965/2014 que instaurou o Marco Civil da Internet, o a qual regulamenta o uso da internet no território brasileiro. Assim, os julgados nesse sentido não responsabilizam os provedores de internet pelo cometimento de atos ilícitos de seus usuários. A responsabilização só recairá sobre o provedor caso ele desobedeça a uma ordem judicial para a retirada do conteúdo. Grandes provedores como o Google, Youtube não respondem pelo que é divulgado através deles. O mesmo vale para aplicativos de redes sociais, como Facebook, Secrets, o qual garantem a privacidade dos dados dos usuários. No entanto, diante de ordem judicial esses dados a respeito do usuário deixam de ser sigilosos e são entregues as autoridades competentes que irão julgar o caso. O compartilhamento de vídeos e fotos íntima de terceiros via aplicativo do Whatsapp também é crime e tem sido uma prática cada vez mais comum.

(Conclusão) O presente trabalho visa compreender o uso da liberdade de expressão nos aplicativos de redes sociais, que está transpondo seus limites diante do cenário atual, onde não conseguimos mais enxergar uma linha delimitada entre o que se entende por liberdade de expressão e o abuso deste princípio garantido constitucionalmente, revelando um desrespeito aos direitos do outro. Além disso, faz-se mister salientar a relação entre o anonimato e a prática de atos ilícitos nesse aplicativos tendo em vista as pesquisas e estudos feitos, chegando-se a conclusão de que muitas pessoas tem utilizado os aplicativos de redes sociais de forma descompromissada com irresponsabilidade civil ético e moral, propensa a ferir o direito de terceiros e até mesmo promover atos ilícitos. Diante do exposto, observa-se a forma abusiva com que as pessoas tem se utilizado dos aplicativos de redes sociais, distorcendo sua real finalidade, além de examinar as medidas judiciais cabíveis para a coibição das práticas ilícitas nas redes sociais.

Palavras-Chave: Redes sociais. Liberdade de expressão. Medidas judiciais. Aplicativos

O DIREITO REAL DE HABITAÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS

Autor(es):

Rafaelle Capistrano Lira dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Florença Souza Batista: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Sanzia Stephany Pinheiro de Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Andressa de Menezes Monte: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Mônica Holanda Lira da Nobrega: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O objetivo desse estudo é analisar o instituto do Direito Real de Habitação, dando enfoque ao casamento e a união estável e seus desdobramentos, bem como à evolução histórica dada ao tema, desde o Código Civil de 1916.

(Metodologia) A pesquisa será desenvolvida utilizando-se do método teórico, sob a análise da doutrina e jurisprudência pátria.

(Resultados) O Código Civil de 1916, com a redação dada pelo Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.121/62), garantiu o direito real de habitação sobre o imóvel destinado à residência da família, mas somente ao cônjuge sobrevivente que era casado sob o regime de comunhão universal de bens. Entretanto, a partir da vigência do Código Civil de 2002, houve uma evolução com relação à restrição do regime de bens, que passou a abranger qualquer que fosse o regime adotado para o casamento. Segundo o art. 1.831 do Código supracitado, ao cônjuge supérstite, será assegurado – sem prejuízo da participação que lhe caiba na herança – o direito real de habitação, relativamente ao imóvel destinado à residência da família, independente do regime de bens adotado por ora no casamento. Com o advento da Lei nº 9.278/96, anterior ao CC 2002, foi conferido direito equivalente às pessoas unidas pela União Estável. De acordo com o parágrafo único do Art. 7º, “Dissolvida a união estável por morte de um dos conviventes, o sobrevivente terá direito real de habitação, enquanto viver ou não constituir nova união ou casamento, relativamente ao imóvel destinado à residência da família”. A partir de então, até o início da vigência do CC/02, a interpretação literal da legislação vigente poderia levar à conclusão de que o companheiro sobrevivente estava em situação mais vantajosa que a do cônjuge sobrevivente (casado sob regime que não fosse o da comunhão universal). Todavia, essa conveniência dada ao companheiro, provocou divergências jurisprudenciais até que fosse utilizado, por analogia, o Art. 7º da referida lei também para o cônjuge sobrevivente casado sob qualquer regime de bens. Cumpre ressaltar que, segundo a redação dada ao artigo 1.831 (segunda parte), do CC/2002, “o único daquela natureza a inventariar” é resquício do código anterior, no qual o direito real de habitação era concedido, exclusivamente, ao casado pela comunhão universal, já que por esse regime, o viúvo tem meação sobre todos os bens. Dessa forma, se houver mais de um imóvel, é praticamente certo que ficará com um deles, em pagamento de sua meação, o que já asseguraria uma moradia. Nessa hipótese, portanto, seria dispensada a aplicação do direito real de habitação. Entretanto, o entendimento atual é de que mesmo que o casal tenha mais de um imóvel, ainda assim será assegurado o direito real de habitação ao cônjuge sobrevivente referente ao imóvel destinado à residência da família.

(Conclusão) No decorrer da pesquisa, observou-se que o referido instituto do Direito Civil – objeto deste trabalho – sofreu importantes modificações ao longo de quase um século, tais como a abrangência dada aos regimes de bens do Art. 1.831 (assunto antes abordado pelo Art. 1.611, §2º CC/1916), bem como a abstenção da jurisprudência pátria de aplicar a restrição de o imóvel ser o único bem a se inventariar e, ainda, o reconhecimento ao companheiro sobrevivente à tutela do direito real de habitação (dado pela Lei 9.278/96).

Palavras-Chave: Direito real de habitação. Casamento. União Estável. Código Civil de 1916. Código Civil de 2002.

O DISCURSO JURÍDICO SOBRE A CONDIÇÃO FEMININA: CRIMES CONTRA A HONRA NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU (1866 – 1888)

Autor(es):

Érica Rocha de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa tem como objetivo o estudo do discurso jurídico frente a corrupção dos costumes e a criminalidade sexual, através da análise de processos de defloramento e rapto. Os documentos que serão trabalhados são datados de 1866 a 1888, eles pertencem a cidade de São José de Mipibu e atualmente se encontram no Laboratório de Conservação e Restauração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, LABRE. Esse trabalho se insere em um campo de estudo que envolve a criminologia, o cotidiano social e a condição do papel feminino na sociedade. Através do estudo desses processos será verificado o tratamento dado pelo Judiciário as testemunhas, as punições dos agressores e principalmente as vítimas, na época analisada.

(Metodologia) Primeiramente foi realizada a análise das construções do feminino elaboradas pelo Judiciário em seus discursos nos crimes contra a honra, desde o século XIX, até o início do século XX. Em seguida, foram realizados os estudos dos discursos jurídicos sobre as mulheres na província do Rio Grande do Norte, através da análise de ações criminais pertencentes ao Primeiro Cartório Judiciário da cidade de São José de Mipibu. No período estudado de 1866 a 1888, foram encontrados cinco processos em que a mulher aparece como ofendida. Essas ações seguem o modelo processual do Código Criminal do Império, sancionado em 1830, tendo vigorado até 1890, quando teve origem o Código Penal.

(Resultados) As mulheres que estão envolvidas nesse projeto são pobres, analfabetas, moradoras do Agreste Potiguar na cidade de São José de Mipibu e que viviam num período em que a base familiar era formada pela dominação masculina e subordinação da mulher e que encontravam no Judiciário uma maneira de serem ouvidas. Nessa pesquisa foi verificado que muitos processos são semelhantes, uma vez que a parte da investigação não era concluída devido a retirada da queixa, falta de provas ou até mesmo suspensão sem maiores explicações nos autos. Dentre outras interpretações, percebe-se então a ideia de que essas mulheres tinham a responsabilidade de conservar a moral e manter o lar e a família.

(Conclusão) Esse trabalho vem mostrar como o Judiciário brasileiro tratava as mulheres que o procuravam, tanto pessoalmente, como através de seus familiares, quando sofriam crimes contra a honra. Nesses casos de processos de sedução muitas vezes as ofendidas se tornavam mais julgadas que os próprios acusados. O magistrado avaliava antes de tudo se o comportamento e as atitudes diárias dessas mulheres facilitavam e justificavam a ocorrência das agressões

Palavras-Chave: Crimes – Discurso – Mulheres

O EXCESSO DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO: A PROIBIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS PERANTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Autor(es):

Victor Veloso Barbosa: Discendente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Nalã Ewert Cabral de Paula Salustino: Discendente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa visa discutir, fundamentalmente, a participação das cooperativas de trabalho nos processos licitatórios da União, para prestação de serviços, uma vez que, está sendo proibida o uso daquelas sociedades na terceirização da Administração Pública. Vale dizer, graças as fraudes que constantemente são deflagradas, o Ministério Público do Trabalho, visando coibir as chamadas “pseudocooperativas”, propôs um Termo de Conciliação Judicial que foi assinado pela União Federal, representada nesse ato pela Advocacia Geral da União. Neste acordo, a União se obriga a não contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o trabalho, por sua própria natureza, caracterizar a subordinação, quer em relação ao tomador, ou ao fornecedor dos serviços. Temos, assim, que o tema é de importância vital para o universo trabalhista, pois a problemática foi pensada a partir da constatação da discriminação que as cooperativas vêm sofrendo, principalmente pelas fraudes que ocorrem no uso desse instituto, gerando a vedação de sua participação nos certames licitatórios perante a Administração Pública. Note-se, entretanto, que, em nosso ordenamento jurídico não existe óbice legal expresso que proíba as cooperativas participarem de licitações e, pode-se afirmar, por sua vez, que essa prática do MPT fere os princípios da legalidade e isonomia.

(Metodologia) O método escolhido para atender aos objetivos estabelecidos na pesquisa é o da abordagem dialética, outrossim, será utilizada a revisão bibliográfica para solucionar a problemática apontada, bem como, uma possível análise jurisprudencial de julgados que demonstrem a pertinência da proposição de pesquisa que conduza a uma conclusão coerente com os resultados e argumentos esposados no presente trabalho.

(Resultados) Tomando como base a Constituição Federal e a Lei 12.690/12, é seguro afirmar que é lícita à participação das cooperativas de mão-de-obra quando tratar-se das licitações perante a União, pois, cabe destacar, dentre outras, as seguintes disposições: CF/88, art. 5º, XVIII, art. 37, XXI, art. 174, § 2º; na Lei 12.690/12, art. 10, § 2º; e no entendimento do Tribunal de Contas da União, que visam atribuir plenos direitos e garantias as cooperativas. Por sua vez, obtempera Angélica Ferreira de Oliveira que o princípio da isonomia é um dos pilares primaciais do Estado Democrático de Direito, por isso mesmo, cumpre-nos lembrar, que sua observância deve ser obrigatória nas licitações promovidas pela Administração Pública, pois tem como fim garantir o tratamento igualitário entre os licitantes. Segundo a lição de Gina Copola, deve-se ainda realçar que proibir as cooperativas regularmente constituídas no procedimento licitatório é contrapor o interesse público, que é o de ter a proposta mais vantajosa. Nessa mesma linha, anotamos que não existe disposição legal expressa que vede a possibilidade do uso de cooperativas de na terceirização da Administração Pública, portanto, essa proibição também afronta o princípio da legalidade, que é norteador do direito administrativo e, por consequência, tem que ser respeitado na lei de licitações.

(Conclusão) Temos, assim, que, analisar o termo conciliatório entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral da União, vedando as cooperativas, a participação em editais de licitação, pois é público notório que a atuação do MPT, foi excessiva por afrontar o cooperativismo e ferir os princípios constitucionais e legais expostos.

Palavras-Chave: Cooperativas de trabalho; Termo de Conciliação Judicial; Terceirização; Licitação; Ministério Público do Trabalho

O FENÔMENO DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E SEU IMPACTO NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS: BREVE CONTEXTO NO MUNICÍPIO DO NATAL, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE E BRASIL

Autor(es):

Yasmin Linhares Araujo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Leticia Arend Barichello: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A judicialização da saúde é um fenômeno ocasionado pela busca judicial com a finalidade de se obter o acesso à saúde. O presente trabalho possui como finalidade analisar tal fenômeno sobre a ótica do fornecimento de Medicamentos Essenciais no Estado do Rio Grande do Norte, município do Natal e Brasil, buscando examinar qual o impacto que esse fenômeno pode causar ao fornecimento desses medicamentos. É constitucional que a saúde é direito de todos, porém questiona-se se as demandas financeiras direcionadas à medicamentos de alto custo ocasionariam uma migração de capital dos programas estratégicos levando ao desabastecimento de medicamentos básicos.

(Metodologia) Este trabalho pretendeu realizar uma abordagem crítica, através de uma pesquisa documental, utilizando o método indutivo, sobre aspectos gerais da Judicialização da Saúde no Estado do RN, Município do Natal e Brasil, tendo como base dados do Ministério da Saúde, Secretarias do Estado (SESAU) e do Município, e órgãos do judiciário. Ademais, como método de procedimento, adotou-se a análise de dados estatísticos.

(Resultados) Entre Janeiro de 2011 e Janeiro de 2012, foram prolatadas mais de $7.000 \pm 2,5\%$ decisões em ações judiciais relacionadas à Saúde no Brasil. Destas, $243 \pm 2,5\%$ foram defendidas pela Procuradoria Federal no RN, sendo apenas $44 \pm 2,5$ decisões favoráveis à União, o que representa cerca 25% das decisões. Das referidas ações só em 2012 foram $1311 \pm 2,5\%$ novas aquisições de medicamentos. É impossível inferir o impacto de tais aquisições em detrimento à afetação dos medicamentos constantes na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, porém, neste mesmo período o Relatório de Gestão Estadual do RN constou mais de $840 \pm 2,5\%$ processos em que o Estado figurou no rol passivo das ações, segundo dados da própria SESAU, já em 2011 foi gasto mais de $6 \pm 2,5\%$ milhões de reais em demandas judiciais ao passo que pouco mais de $1,8 \pm 2,5\%$ milhões foram gastos com Medicamentos Essenciais. No Município do Natal para as despesas com medicamentos foi observado do ano de 2011 para o ano de 2012 um incremento de 16%. Considere-se que outros itens de gastos com tratamento medicamentoso foram realizados, porém, a execução dessas despesas noutras atividades que não utilizaram a codificação programática de suporte profilático e terapêutico impedem que estas figurem nos sistemas de prestação de contas, e ainda, registram-se outros pagamentos oriundos de demandas do Ministério Público e do Poder Judiciário que tenham sido executadas no exercício em questão.

(Conclusão) Embora não tenha sido possível mensurar com precisão os cruzamentos de demandas judiciais versus recursos demandados, bem como a fuga de capital da assistência farmacêutica básica, este estudo detectou um grave problema no que concerne a falta de automação da gestão em saúde dos entes citados. Chegamos à conclusão de que os estudos das demandas judiciais e seus impactos na saúde são extremamente subestimados pelos Entes Estadual e Municipal, isso pode ser facilmente constatado nos sítios destes, com dados extremamente defasados, bem como em suas secretarias de saúde, onde os dados são segmentados, inexistentes ou por imperícia do Ente gestor, negligenciado. No entanto, preliminarmente é possível inferir que há um impacto de relevância, hoje estimado em dados preliminares para o RN de cerca de 25% ($\pm 2,5\%$) equivalente ao capital da saúde em demandas judiciais na matéria de saúde, destes cerca de 50% ($\pm 2,5\%$) são demandas da UNICAT para medicamentos de alto custo. É sabido ainda que a escolha de legitimados das ações judiciais sobre medicamentos é um grave problema, pois é possível verificar ações em que o município figura no polo passivo, quando na realidade os réus do processo deveriam ser o Estado ou a União, bem como ações em que o Estado possui o medicamento e o juízo sentencia contra o Município.

Palavras-Chave: Direito à Saúde. Judicialização da Saúde. Medicamentos Essenciais.

**O GERENCIAMENTO POST MORTEM DE PÁGINAS E CONTEÚDO ONLINE DO DECUJOS: REFLEXÕES
SOBRE O PL 4099/2012**

Autor(es):

Barbara Marques Putriq: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Thiago Gouveia da Camara: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Daniel de Araújo Jofily: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa tem como objeto de estudo o gerenciamento post mortem de páginas e conteúdo online criado ou mantido pelo de cujus, de acesso pessoal e dependente de senha. Diante do crescente uso dos meios digitais de comunicação e armazenamento, não raramente tem surgido no judiciário o conflito a respeito da disputa pelo acesso ou exclusão de dados entre os familiares e as empresas mantenedoras dos referidos serviços. Nesse diapasão, por ser tema em voga e por compreender ser imprescindível aos operadores do direito o preparo para esta nova realidade, este estudo inicia o debate acerca da temática, a fim de definir as condutas a serem empreendidas pelos sujeitos dessa relação e definir os parâmetros ideais à norma que venha a delimitar os procedimentos a serem adotados com vistas ao aludido gerenciamento – visto que hodiernamente as empresas privadas estabelecem os procedimentos -, e, inclusive, à viabilização de uma solução extrajudicial ao conflito.

(Metodologia) Valendo-se do método indutivo, este estudo parte da análise do PL n.º 4099/2012, que trata de alteração no Código Civil concernente à regulação e à transmissão dos dados do de cujus aos familiares, para identificar as premissas gerais que devem nortear o gerenciamento post mortem de conteúdo digital, visando, ao fim, à proposição de norma regulamentadora. Neste ímpeto, foram executados diálogo das fontes relacionadas à matéria - as regras procedimentais impostas pelas empresas - e pesquisa de cunho bibliográfico e qualitativo, voltada ao exame dos princípios de direito atinentes ao tema.

(Resultados) Os procedimentos adotados para que a família do de cujus consiga o gerenciamento de páginas e conteúdo online pertencentes a este variam conforme as políticas das empresas privadas com as quais eram estabelecidos contratos. Nessa senda, o PL n.º 4099/2012 objetiva o fornecimento total de todos os dados digitais hospedados em servidores do de cujus aos seus herdeiros. Tal suposição, contudo, se revela uma afronta aos direitos de personalidade do autor da herança, o que fere a intimidade e privacidade e, eventualmente honra e imagem do falecido, direitos previstos na LINDB e tidos como fundamentais pela Constituição Federal, preconizados, ainda, pelo Marco Civil da Internet. Todavia, há casos em que o reportado fornecimento poderá mostrar-se necessário, caso haja extrema relevância comprovada. Destarte, em caso de judicialização de eventual demanda, deve haver extrema ponderação por parte do magistrado, de forma a julgar a lide visando a prevalência da pretensão merecedora da tutela jurisdicional. Desta feita, é necessária a elaboração de uma norma jurídica que fixe diretrizes acerca do gerenciamento de páginas e conteúdo online do de cujus, de modo a não mais permitir que a família deste se sujeite a trâmites burocráticos e morosos próprios de determinadas empresas e possibilitando o acesso a documentos específicos, quando estes se mostrarem imprescindíveis.

(Conclusão) Conclui-se que o PL n.º 4099/2012 afronta a Constituição Federal, a LINDB e o Marco Civil da Internet, por violar a intimidade e privacidade do falecido e, possivelmente lhe ferir a honra e imagem. Ademais, urge a necessidade de uma norma que melhor regulamente o gerenciamento de páginas e conteúdo online do de cujus, preconizando a facilitação da exclusão destes, bem como o acesso em casos de extrema urgência comprovada.

Plavras-Chave: GERENCIAMENTO. POST MORTEM. CONTEÚDO. ONLINE.

O IMPACTO DAS NOVAS REGULAMENTAÇÕES TRABALHISTAS DOS EMPREGADOS DOMÉSTICOS NA SOCIEDADE

Autor(es):

Vanessa Salustino Galvão Pinto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Andrea Karla da Silva Alves : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Marjorie Lopes Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Ana Luiza de Melo Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sarah de Oliveira Tenório da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) Aprovada recentemente pelo Senado, a chamada PEC das Domésticas trouxe uma série de desafios para patrões e empregados e, pode-se dizer, está gerando profundas mudanças na cultura doméstica do País. Diante da nova realidade, que corrigiu uma injustiça histórica, a economia doméstica não se resume mais a uma lista com despesas com o supermercado, o açougue e serviços ocasionais, como eletricista e encanador. Famílias já começam a fazer as contas para adequar o orçamento aos encargos trabalhistas. Com a nova lei, os empregados domésticos ficam equiparados aos demais trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e passam a ter garantidos direitos como salário mínimo, férias proporcionais, carga horária semanal máxima de 44 horas, horas extras, adicional noturno e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que antes eram facultados ao empregador pagar ou não. Conseqüentemente, a lei começa a alterar o panorama do mercado para empregadores e empregados e se inicia um incremento nos gastos do empregador.

(Metodologia) O método utilizado para a realização dessa pesquisa será bibliográfico de caráter qualitativo, a qual foi desenvolvida através da busca sistemática de artigos em periódicos, sites e revistas atuais que tratam da temática, além do ordenamento jurídico então vigente.

(Resultados) O tema aborda o embate que as novas regras dos trabalhadores domésticos terão na sociedade. Elencamos, entre outros pontos: como se preparar para os novos direitos dos domésticos, o que é possível fazer para manter a segurança na relação de ambas as partes, de quanto será a estimativa dos custos a mais que implicará no orçamento da família brasileira, etc. É possível ainda inferir ao longo do texto se poderá haver uma suposta elevação do trabalho informal, com a contratação de uma ou duas diaristas, caso os custos com um empregado doméstico fixo não esteja de acordo com a renda familiar.

(Conclusão) A alteração na lei acarreta situações novas e suscita discussões. Ainda não existe consenso e só o tempo vai ajustar as novas relações e os procedimentos da própria Justiça Trabalhista. Mesmo conceitos agora aceitos podem sofrer mudanças. A delicada relação entre empregador e empregado, construída com grande dose de informalidade, passará por um teste de fogo diante da exigência de uma profissionalização repentina, como a necessidade de controlar o ponto ou a previsão de pagamentos como seguro contra acidente de trabalho, por exemplo. Tendo em vista que as relações trabalhistas no Brasil têm de ser modernizadas e flexibilizadas, a médio e longo prazos, o país passará por uma profunda revolução em sua sociedade, onde cada segmento deve ser tratado de forma condizente com a realidade da sua profissão.

Palavras-Chave: PEC 72/13. NOVAS REGULAMENTAÇÕES. EMPREGADAS DOMÉSTICAS. MUDANÇA TRABALHISTA.

O INSTITUTO DA REMIÇÃO DA PENA E A RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO

Autor(es):

Hudson Brendo Lobato Araujo Teixeira: Discendente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Brenda Jordana Lobato de Araújo Teixeira : Discendente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Ana Belarmina do Monte: Discendente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Hallyson Brenno Lobato Ribeiro Teixeira: Discendente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Lincoln José Rufino: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa voltada para o Sistema Prisional Brasileiro. O estudo procurou investigar a condição da oferta de programas de ressocialização para os sujeitos privados de liberdade. Procurou-se analisar as possibilidades de execuções de políticas públicas nos presídios brasileiros voltadas para a reinserção do apenado na sociedade. Foi feito um breve levantamento da estrutura física, material e humana que faz parte do sistema prisional do país. A pesquisa deu suporte para produção de um artigo científico na modalidade revisional que procurou ampliar o debate sobre a temática da reintegração do preso à sociedade, no caso em análise, por meio do Instituto da remição da pena. Revisou-se a legislação constitucional e a LEP. Trabalhou-se com o conceito de estigma apresentado por Goffman (1993). Por fim, investigou-se na Cadeia Pública de Natal-RN a execução de atividades voltadas à reintegração do apenado.

(Metodologia) Metodologicamente o trabalho foi desenvolvido por meio de uma ampla revisão bibliográfica. Autores consagrados foram utilizados no sentido de dar respaldo ao tema. O objetivo foi ampliar o debate acerca da possibilidade de reintegração social do apenado por meio de programas de reabilitação. Neste caso a reabilitação proposta é por meio de uma garantia legal, o instituto da remição da pena. Buscou-se trazer informações históricas acerca do tema na tentativa de ampliar o conhecimento da temática. Trabalhou-se o instituto da remição da pena como ferramenta efetiva no processo de ressocialização. Abordou-se sobre a remição pelo trabalho e principalmente por meio da educação. Neste sentido Freire (1986) e suas teorias pedagógicas nortearam a explanação. Foi observado dispositivos legais constitucionais, bem como foi feita uma investigação na Lei de Execução Penal e o Instituto da remição.

(Resultados) A partir do presente estudo foi possível traçar um perfil genérico dos elementos que compõem o Sistema Penitenciário Nacional. Observou-se que a maior parte da população prisional é composta de negros e pardos, com baixa escolaridade e provenientes em sua grande maioria de comunidades carentes e desassistidas das ações estatais. Reconhece-se a invisibilidade com que as autoridades tratam a problemática do sistema carcerário nacional. Foi possível conhecer as dificuldades para execução de programas de reinserção social do apenado no sistema prisional. Observou-se que a falta de políticas públicas podem agravar ainda mais a situação que já é preocupante quanto a alta taxa de reincidência criminal. Foi possível constatar que é possível a reabilitação dos apenados por meio do instituto da remição da pena.

(Conclusão) Com o desenvolvimento da pesquisa chegou-se a conclusão da absoluta possibilidade de reintegração do sujeito privado de liberdade à sociedade por meio de programas de reinserção social, no caso em análise, a partir do instituto da remição da pena. Pretende-se propor a transformação do ambiente inóspito em lugar onde se produz conhecimento. Conclui-se que muito mais do que produzir conhecimento científico é preciso criar um ambiente de auto-reflexão que permita ao preso compreender regras básicas de cidadania. A reinserção é possível quando o indivíduo privado de liberdade passa a refletir sobre suas práticas e gradativamente vai entendendo o processo de sua própria reabilitação para o convívio em sociedade.

Palavras-Chave: Sistema Prisional; remição da pena; ressocialização

O INSTITUTO DO CONTEMPT OF COURT E OS MECANISMOS UTILIZADOS PARA A EFETIVAÇÃO DOS PROVIMENTOS JUDICIAIS

Autor(es):

Joana Van Rooijen Cysneiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Felipe Maciel Pinheiro Barros: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho pretende trazer à comunidade jurídica uma reflexão a respeito do instituto do contempt of court (desacato à ordem judicial) nos países da common law e sua introdução ao ordenamento jurídico brasileiro, contendo expressa previsão do dever de cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final, como forma de imprimir maior eficácia às decisões judiciais. busca também tratar sobre o artigo 14, inciso V e parágrafo único do Código de Processo Civil, assim como fazer uma análise do que se infere desse dispositivo, quem são os sujeitos que se submetem a ele e como ele deve ser abarcado no ordenamento jurídico brasileiro sem que fira os direitos fundamentais de ambas as partes.

(Metodologia) Trata-se de um trabalho de aprofundamento sobre o conhecimento do instituto do contempt of court voltado basicamente à pesquisa bibliográfica, ou seja, um estudo através de doutrinas e artigos que tratem especificamente sobre o assunto tema do trabalho. Trata-se de uma pesquisa descritivo-explicativa, pois terá o condão de aprofundar o conhecimento a respeito do instituto do contempt of court assim como tentará trazer a tona quais os benefícios da aplicação desse instituto no ordenamento brasileiro, assim como vislumbrado e aplicado nos países da Common Law seguindo os critérios exigidos pelo direito pátrio. Análise comparativa de ordenamentos jurídicos e como foi feita a adaptação do referido instituto no ordenamento pátrio sem que cause conflitos com as decisões da Corte Suprema.

(Resultados) O conhecimento de técnicas que possam ser utilizadas em favor do Poder Judiciário, na busca pela efetivação dos provimentos judiciais, fazendo com que haja diminuição dos casos de desacato a autoridade da figura do Estado-Juiz. Possibilidade da utilização de alguns dos meios utilizados pelo direito anglo-americano sem que fira o direito fundamental da dignidade da pessoa humana, nem tão pouco a prive de sua liberdade. A busca pelo devido processo legal através do uso da boa-fé, sem que haja, portanto, o desacato e o embaraço do devido andamento processual.

(Conclusão) Buscar a compreensão do instituto advindo do ordenamento jurídico da common law e como foi sua devida adaptação ao ordenamento jurídico brasileiro. Vem também demonstrar que o processo deve ser constituído por princípios éticos, impondo-se às partes e a seus procuradores uma conduta irrepreensível, mostrando que a efetividade do processo não admite a resistência injustificada às decisões e a todos os procedimentos judiciais. No Brasil, pode-se considerar que o artigo 14 passa a contemplar o contempt of court civil somente no que tange à aplicação da multa, já que a prisão apenas é admitida no direito brasileiro aos devedores de prestações alimentícias.

Palavras-Chave: Contempt of court, multa, prisão, desacato à autoridade do Poder Judiciário, embaraço ao trâmite processual por participantes do litígio, meios de efetivação da tutela dos direitos materiais, obtenção da efetivação dos provimentos judiciais.

O LICENCIAMENTO AMBIENTAL E O PODER DISCRICIONÁRIO ADMINISTRATIVO

Autor(es):

Juliana de Araújo Pereira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcus Vinicius Fernandes Andrade da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Aborda-se o Direito Ambiental, o qual visa tutelar o meio ambiente sem prejudicar o desenvolvimento socioeconômico, assim, o presente trabalho enfatiza o licenciamento ambiental, o qual se caracteriza como instrumento da Administração pública de proteção ao meio ambiente, a partir da Política Nacional do Meio Ambiente, criada pela Lei 6.938 de 1981. No entanto, o licenciamento ambiental sofre uma divergência quanto a sua natureza, sendo tratado como autorização, pois pode ser renovada, é um ato precário e deve ser analisado o caso concreto de forma individual, portanto, discricionário, já que envolve interesses; e como licença, caso tenha caráter definitivo, devendo aplicar tão somente o que já esta prevista de forma determinada, sendo considerado ato vinculado, envolvendo direito. Dessa maneira, dependendo da situação e do posicionamento majoritário em relação a discricionariedade e vinculação do ato, será conceituado o licenciamento ambiental assim como demais denominações necessárias, com o intuito de desvendar se o mesmo trata-se de um ato administrativo vinculado ou discricionário. Não obstante, o ato discricionário é conceituado como abstrato, tendo a Administração Pública a liberdade para avaliar determinado caso, visto que não requisitos legais a serem cumpridos em decorrência de determina licença. Entretanto, o ato vinculado é caracterizado por ser legalmente previsto, não podendo a Administração pública se abster caso o particular tenha cumprido com todos os requisitos legais.

(Metodologia) Para alcançar o objetivo da pesquisa, foi realizada a metodologia de pesquisa descritiva explicativa, haja vista que foram realizadas pesquisas bibliográficas, em artigos científicos, periódicos, monografias, acervos digitais e, principalmente, legislações (Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, Resoluções do CONAMA, PNMA e Leis Complementares), dentre outros, no período abrangido entre 15 de março a 24 de abril do mesmo ano.

(Resultados) Após a análise do licenciamento ambiental como autorização e como licença, fica clarividente que o mesmo se configura como ato administrativo discricionário, haja vista que se comporta como uma autorização, tendo em vista que o processo do licenciamento independe do atendimento às exigências administrativas, logo fica a critério da Administração Pública a emissão ou não.

(Conclusão) O presente estudo contribui para aumentar a discussão a respeito da natureza do licenciamento ambiental, sendo o mesmo um processo administrativo público, de competência do órgão ambiental, na esfera federal, estadual e municipal. Dessa maneira é evidente a natureza de autorização do licenciamento ambiental, uma vez que é necessária a sua renovação quando findo o prazo da licença, já que se trata de ato temporário e de possível desconstituição a qualquer momento a depender da própria conveniência da administração competente

Palavras-Chave: Licenciamento ambiental. Autorização. Poder discricionário.

O MARCO CIVIL DA INTERNET E SUAS IMPLICAÇÕES NAS SEARAS CÍVEL, PENAL E TRABALHISTA

Autor(es):

Victor Veloso Barbosa: Discendente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Nalã Ewert Cabral de Paula Salustino: Discendente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Arthur Leandro Pipolo: Discendente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Lêda Monteiro Pereira: Discendente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN
Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa visa discutir, fundamentalmente, o Marco Civil da Internet, apontando para as suas implicações em três ramos do direito, quais sejam: direito civil, direito penal e direito do trabalho. É público e notório o impacto que a Lei nº 12.965/14 causou no ordenamento jurídico, por isso se faz mister analisar minuciosamente os efeitos que essa mudança no uso da internet ocasionou nessas áreas vitais do Direito Positivo. Pode-se afirmar, por sua vez, que esse trabalho científico tem por objetivo examinar a interferência dessa lei no âmbito civil, uma vez que o art. 5º, X, da CF/88 preceitua que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, bem como na seara criminal que explicita no art. 12 da lei do Marco Civil, que não existe prejuízo das demais sanções criminais ou administrativas para quem violar os artigos da legislação. Não obstante, temos por escopo desmistificar a controvérsia que existe quanto à possibilidade do empregador fiscalizar o e-mail corporativo dos seus subordinados.

(Metodologia) O método escolhido para atender aos objetivos estabelecidos na pesquisa é o da abordagem dialética, não obstante, com mesmo intuito, também será utilizada a revisão de artigos para solucionar a problemática apontada, bem como uma possível análise jurisprudencial de julgados que demonstrem a pertinência da proposição de pesquisa que conduza a uma conclusão coerente com os resultados e argumentos esposados no presente trabalho.

(Resultados) Tomando como base a CF/88 e a Lei do Marco Civil da Internet, é seguro afirmar que são invioláveis a intimidade e a vida privada no ambiente virtual. Logo, a esfera cível, visando resguardar e proteger a vida privada do internauta, que reiteradamente vem sendo alvo de ingerências graças aos avanços tecnológicos, assegura o direito de tomar as medidas cabíveis para impedir; fazer cessar ato lesivo ou exigir reparação pelo dano já consumado. O instrumento que possibilita a reparação quando este direito for violado é a ação de indenização pelo dano material ou moral.

(Conclusão) Nessa mesma linha, anotamos que o Código Penal, bem como a famosa Lei Carolina Dieckmann, tipifica os delitos cibernéticos e deixa clara a gerência penal sobre o Marco Civil da Internet, uma vez que o corpo normativo do art. 12 aduz serem possíveis, além das sanções cíveis, as criminais ou administrativas. Cabe destacar, dentre outras, a ligação entre a referida lei e o direito trabalhista. Hodiernamente o entendimento do TST é que a empresa deve comunicar previamente ao seu empregado sobre o uso do e-mail corporativo apenas para fins profissionais. Vale dizer, admite-se ao empregador a possibilidade de fiscalizar para que o funcionário não utilize o e-mail de maneira indevida, negligente ou maliciosa, já que a responsabilidade objetiva de reparar o dano civil recai sobre a pessoa jurídica. Visto e exposto a problemática, e após todo o conteúdo ratificado pela Carta Magna e os demais códigos e leis específicas que tratam da privacidade do cidadão, bem como a lei do Marco Civil, conclui-se que o direito ao resguardo do homem em sua individualidade, nesse tema, virtual/cibernético, em sua essência, é inviolável, mas não de forma irrestrita, podendo ser relativizado caso haja interesse coletivo ou prejuízo para outrem.

Palavras-Chave: Marco Civil da Internet. Indenização. Delito. Email-corporativo.

O MÍNIMO EXISTENCIAL E A RESERVA DO POSSÍVEL, APLICADOS AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Autor(es):

Phelipi Alexander Fernandes Lopes Barros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Hede Gurjão Gaspar Junior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) Com o resumo aqui exposto iremos abordar um assunto que está precisando ser analisado e discutido nas diversas esferas sociais e políticas, e temos como objetivo provocar ao leitor um raciocínio sobre o mínimo existencial e a reserva do possível aplicados aos direitos fundamentais, o mínimo existencial está ligado a idéia de justiça social, já a reserva do possível está ligado diretamente a reserva financeira do estado juntamente com o mínimo existencial para o ser humano ter uma vida digna, com base nos direitos fundamentais elencados na constituição federal, o estado tem dever e obrigação de dar saúde, educação e segurança, e para isso alguns que tem condições financeiras menos favorecidas o estado entra com a reserva do possível para concretizar o mínimo existencial dos cidadãos para terem uma vida digna.

(Metodologia) (METODOLOGIA) A metodologia utilizada neste trabalho é a do método dedutivo, lançando mão da técnica monográfica, por meio de revisão bibliográfica de artigos e obras doutrinárias nacionais e internacionais referentes ao tema, bem como de pesquisa de jurisprudência nacional.

(Resultados) (RESULTADO) O nosso estudo tem como base de aplicação os direitos fundamentais da constituição federal nos seus artigos 196, 197, 198, 199 e 200. Apesar de o estudo realizado ter analisado o tema de forma aprofundada, a matéria, por ser de grande relevância, merece ser pesquisada constantemente, para que se consiga dar cada vez mais efetividade a um direito de tamanha importância. Neste breve espaço, procurou-se apenas delinear a discussão, haja vista ela ser bastante ampla. Além disso, é importante observar as decisões judiciais sobre o assunto, visto que quando se recorre ao Poder Judiciário é porque não se obteve a prestação material administrativamente. Ressalta-se que, em função de o Supremo Tribunal Federal ter se manifestado sobre o assunto, há uma tendência de que se alcance certa uniformização da jurisprudência nacional.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Podemos assim concluir que no Brasil nos dias de hoje, precisamos efetivar o cumprimento desses dois sistemas acima elencados, pois o que realmente acontece não é o que a lei positivada na constituição se diz escrita. É importante lembrar que há um limite de possibilidades materiais para esses direitos. Em suma: pouco adiantará, do ponto de vista prático, a previsão normativa ou a refinada técnica hermenêutica se absolutamente não houver dinheiro para custear a despesa gerada por determinado direito subjetivo, Os direitos sociais que exigem uma prestação de fazer estariam sujeitos à reserva do possível no sentido daquilo que o indivíduo, de maneira racional, pode esperar da sociedade, ou seja, justificaria a limitação do Estado em razão de suas condições sócio econômicas e estruturais.

Palavras-Chave: Palavras Chave: Direitos Fundamentais. Mínimo Existencial. Custo do Direito. Reserva do Possível. Constituição Federal. Justiça Social.

O MINISTRO DE CONFISSÃO RELIGIOSA E A TUTELA TRABALHISTA: POSSIBILIDADES DE RECONHECIMENTO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Autor(es):

Humberto Lima de Lucena: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Humberto Lima de Lucena Filho: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho está voltado para a análise da relação do ministro de confissão religiosa, sua atividade laboral e a instituição a que está vinculado, invocados os direitos sociais fundamentais e trabalhistas, tutelados pelos artigos 5º, 6º e 7º da CF e 2º e 3º da CLT, respectivamente. Presentes os requisitos constitucionais e celetistas, percebeu-se a possibilidade de reconhecimento do vínculo empregatício, bem como de direitos ainda não contemplados.

(Metodologia) O método utilizado na confecção do trabalho em pauta foi o lógico-dedutivo. Para tanto, analisaram-se alguns dispositivos normativos a partir da Constituição Federal e legislação esparsa. Pesquisaram-se, ainda, por intermédio de compilação doutrinária normativa e jurisprudencial, os possíveis pontos, convergentes e divergentes, em relação à possibilidade de reconhecimento do vínculo empregatício do obreiro junto ao ente empregador de Personalidade Jurídica, considerada empresa por equiparação.

(Resultados) Constatou-se, pelas pesquisas que o labor, enquanto meio de instrumentalização de riqueza, bens e serviços, passa por tempos de verdadeira mutação, seja no seu tratamento econômico ou jurídico. Dessa forma, a atividade ministerial, não obstante ser vocacional, ultrapassa os quadrantes da espiritualidade e da voluntariedade, pois a maioria exige dedicação exclusiva, tempo integral, formação teológica, subordinação jurídica, não eventualidade e onerosidade. O Direito do Trabalho tem como característica singular sua expansão para novas categorias antes não contempladas ou, ainda, a extensão de direitos para trabalhadores juridicamente reconhecidos, mas não alcançados pela completude das normas e direitos trabalhistas. A jurisprudência e a doutrina atuais entendem que labor de caráter religioso não constitui vínculo de emprego, uma vez que o ofício do religioso é prestar auxílio espiritual e assistir a comunidade nos seus anseios, além de divulgar a fé que acredita. Se por um lado a jurisprudência decide que “Inexiste vínculo de emprego entre o ministro de culto protestante – pastor – e a igreja, pois o mesmo como órgão se confunde com a própria igreja.” (RO. 14322 – TRT 1º Região – 4º Turma – Relator Juiz Raymundo Soares de Matos – Publicado no DORJ 08/10/02), por outro, doutrina Vólia Bonfim Cassar: “A igreja pode ser considerada por alguns como intocável, ou do “outro mundo”. Mas a realidade jurídica é algo deste mundo e regida pelas leis terrenas. A igreja é considerada pessoa jurídica de direito privado pelo Código Civil – art. 44, I, CC, logo, pode ser empregadora. Aliás, a CLT não distingue entre o empregador que explora atividade lucrativa daquele que tem finalidade beneficente ou sem finalidade econômica ou lucrativa – art. 2º, CLT. [CASSAR. Vólia Bonfim. Direito do Trabalho. São Paulo. 9ª ed. Método. 2014. pag. 256]. “VÍNCULO EMPREGATÍCIO – CARACTERIZAÇÃO – PASTOR EVANGÉLICO. Provado [...] Art 3º CLT. “(RO – 27889/2002-002-11-00 – TRT 11ª Região – Relator Juiz Eduardo Barbosa Penna Ribeiro – Publicado no DJAM em 10/12/2003)”.

(Conclusão) Finalizadas as pesquisas, constataram-se algumas realidades caracterizadoras no direito do trabalho. A instituição eclesial hodierna, por conseguinte, tem responsabilidade com o sacerdote no que tange não só ao ministério, mas à sua pessoa e à sua família, com sua formação religiosa, social, intelectual e na preparação para a inserção num universo exigente, seletivo, no qual as oportunidades surgem tendo como requisito fundamental para aceitação no mercado de trabalho, a excelência. Observou-se, ainda, que algumas instituições se afastaram da sua finalidade precípua, inserindo em seu contexto atividades próprias de empresas, produzindo materiais relacionados à denominação, exigindo que seus líderes promovam tais produtos, estipulando, inclusive, metas de crescimento da própria ordem, configurando assim a relação empregado/empresa, por equiparação.

Palavras-Chave: Obreiro; Tutela Trabalhista; Vínculo Empregatício; Equiparação.

O NOIVADO COMO UNIÃO ESTÁVEL

Autor(es):

Mariana Pinheiro de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Beatriz Araújo de Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Ana Paula de Sales Ferreira : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Karoliny Vidal Rocha : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Gabriella Simonetti Meira Pires Barbalho: Docente do UNI-RN

(Introdução) Esse trabalho abordará o noivado como união estável e suas respectivas divisões de bens – o desafio do operador de direito é fazer com que a leitura do fenômeno jurídico da união estável (que nasce do vínculo de convivência, do entrelaçamento de vidas e do embaralhar de patrimônios) não se opere na perspectiva da valorização abstrata, mas das pessoas concretas que travam essas relações de tal forma que o modelo possa ser um só instrumento de realização da dignidade humana e não um fim em si mesmo.

(Metodologia) Para alcançar o objetivo deste estudo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, mediante artigos de revistas jurídicas especializadas “Lex Magister”, bem como apelação cível nº 2455627-97.2008.8.13.0024. A fim de explorar a realidade da controvérsia existente na sociedade no noivado como união estável há embasamentos teóricos que geram reflexão, através da oposição de ideias, pois a lei não imprime à união estável contornos precisos, limitando a elencar suas características (CC/02, art. 1.723): convivência pública, contínua e duradoura estabelecida com o objetivo de constituição de família. Entretanto, Paulo Lobo sustenta que a Constituição no caput do art. 226 é clausula geral de inclusão, não sendo admissível excluir qualquer entidade que preencha os requisitos de afetividade, estabilidade e ostensibilidade. Também foi utilizado do método cognitivo– comportamental como método de auxiliar a pesquisa.

(Resultados) O trabalho torna perceptível que diante da transmutação dos costumes sociais nos relacionamentos não é mais possível ignorar a necessidade gritante da reparação de direitos perante a um relacionamento duradouro como noivado, possibilitando a equiparação dos direitos da união estável nesses relacionamentos, dando aos envolvidos amparo legal criado pelo laço afetivo de afinidade e desdobramento do patrimônio conquistado. A partir dessa análise observamos que há uma lacuna entre o relacionamento noivado e a união estável que precisa ser reparado pelo judiciário a fim de se fazer justiça aos envolvidos neste dilema, propiciando o justo em prol de um direito.

(Conclusão) O noivado e a união estável são merecedoras da mesma e especial tutela do Estado. Todavia, em que pese à equiparação constitucional, a lei civil, de forma retrógrada e equivocada, outorgou ao noivado, no qual é reconhecido o vínculo de afinidade entre os conviventes, tratamento notoriamente diferenciado em relação à união estável. Ambos são estruturas de convívio que tem origem em elo afetivo, nasce da consolidação do vínculo de convivência, do comprometimento mútuo, do entrelaçamento de vidas e do embaralhar de patrimônios. Como Lembra Silvio Venosa, depois de tantas mudanças sociais, não é fácil uma definição apriorística do que se entende por noivado e por união estável. Com a evolução dos costumes, a queda do tabu da virgindade, a enorme velocidade com que se estabelecem os vínculos afetivos, ficou difícil identificar se o relacionamento não passa de um simples namoro, um noivado ou se é uma união estável. Por isso esta definição frequentemente é delegada ao Judiciário, que se vê na contingência de proceder a um estudo para lá de particular e minucioso, para possibilitar a justa meação dos bens adquiridos durante a relação afetiva.

Plavras-Chave: Noivado. Reconhecimento. União Estável

O PAPEL DA OTAN PÓS GUERRA FRIA

Autor(es):

Walter de Miranda Pacheco Junior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Silvania Medeiros dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) Aborda-se o papel atual da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, inicialmente pensada com a finalidade militar, constituída no contexto histórico da Guerra Fria. A pesquisa tem por objetivo analisar a importância dessa organização nos dias atuais em face de seu contexto histórico. Pós Segunda Guerra Mundial, o mundo ficou dividido entre dois sistemas opostos, um movimento denominado de Guerra Fria, onde do lado leste se tinha o socialismo soviético, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, e de outro, à oeste, o capitalismo norte-americano, liderado pelos Estados Unidos e alguns países localizados na Europa, que garantiram alianças e formaram organizações para defender seus ideais de capitalismo. A OTAN surgiu em 1949, como aliança militar que objetivava garantir a segurança mútua contra uma expansão maior do socialismo na Europa. Em defesa, a União Soviética criou em 1955 o Pacto de Varsóvia, uma aliança também militar com os países socialistas do Leste Europeu. A Organização visava à época garantir a segurança militar dos países do Atlântico Norte, Estados Unidos, Canadá e alguns países do continente europeu contra as imposições socialistas. O Pacto de Varsóvia por sua vez, acabou funcionando mais expressivamente como instrumento de manutenção do regime socialistas nos países satélites, do que como defesa do capitalismo. A pesquisa, tem por objetivo mostrar a realidade da OTAN nos dias atuais e a mutação do propósito inicial dessa organização.

(Metodologia) Para o desenvolvimento do trabalho aplicou-se o método dialético e dedutivo, confrontando os dados com pesquisas bibliográficas.

(Resultados) Por resultado, percebeu-se que, com o fim da Guerra Fria, a finalidade que serviu de base para o desenvolvimento da organização, perdeu o sentido, tendo em vista que não mais existia o conflito à que ela se propôs a defender, assim sendo, no início dos anos 90, a organização adquiriu novos objetivos, tendo como membros atuais, a Alemanha, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Grécia, Países Baixos, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Reino Unido, Turquia, Hungria, Polônia, República Tcheca, Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia. Um ponto relevante para o OTAN no contexto atual referente a transformação desta organização é que até mesmo a Rússia, país contrário à organização em tempos pretéritos, manifestou interesse em ser membro. Os principais objetivos da OTAN na atualidade é garantir a segurança militar do continente europeu e exercer influência nas decisões geopolíticas, especialmente de seus países signatários.

(Conclusão) Podemos concluir, por fim, que a organização estudada ao contrário de ser extinta, ou ainda de se tornar um organismo obsoleto, adquiriu um propósito bastante louvável, sendo reestruturada para combater conflitos de amplas proporções, e funcionar para fomentar os objetivos de cooperação em matéria de segurança e de medidas de confiança para o conjunto da Europa. A hegemonia militar continua a ser incontestavelmente exercida pelos Estados Unidos, muito embora, nem sempre sua liderança política e seus interesses nacionais sejam compatíveis com aqueles dos países europeus. Atualmente, os compromissos com a causa dos direitos humanos da democracia e do meio ambiente podem levar a OTAN a caminhos um pouco mais difíceis do que aqueles anteriormente balizados da Guerra Fria, pois esse combate é silencioso, ao contrário daquele inicial, que era conflito armado.

Palavras-Chave: OTAN. Guerra Fria. Mutações de realidade.

O PEQUENO PRÍNCIPE DE SAINT EXUPÉRY: UM ENFOQUE ACERCA DO PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE NO DIREITO DAS FAMÍLIAS.

Autor(es):

Cassiene Silvério da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Isabella Jamel Lauar dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Luciana Flávia Nunes Casimiro: Docente do UNI-RN
Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A proposta desta pesquisa acadêmica é analisar a obra *O Pequeno Príncipe*, de Antoine de Saint-Exupéry, estabelecendo uma intertextualidade entre esta e o Direito Civil brasileiro, especialmente no que toca o Direito das Famílias, no qual se encontra refletido o Princípio da Afetividade, aquele que, nas palavras de Hironaka (2014, p. 194). “ganhou status de valor jurídico e, conseqüentemente, logo foi elevado à categoria de princípio como resultado de uma construção histórica em que o discurso psicanalítico é um dos principais responsáveis, vez que o desejo e amor começam a ser vistos e considerados como o verdadeiro sustento do laço conjugal e da família”.

(Metodologia) O método adotado para a pesquisa é o teórico, apoiado no complexo da análise do Princípio da Afetividade no Direito das Famílias, e da obra *O Pequeno Príncipe*, de Antonie Saint-Exupéry, promovendo assim a reflexão da intertextualidade entre Direito e Literatura.

(Resultados) Perante a delimitação feita na obra *O Pequeno Príncipe* em dois trechos e relacionando-os com o Princípio da Afetividade, responsável por nortear o Direito das Famílias, foram encontrados os seguintes resultados: No capítulo VII, conhecemos a Rosa do Pequeno Príncipe, a personagem que o leva a questionar-se sobre o que seria o verdadeiro significado do afeto e o drama do amor. Na relação afetiva entre o Príncipezinho e a sua Rosa, podemos vislumbrar os alicerces dos fundamentos do Princípio da Afetividade com valor jurídico. Ensina Dias (2014, p. 73): “O afeto não é fruto da biologia. Os laços de afeto e de solidariedade derivam da convivência familiar e não do sangue”. A essência destas palavras também é encontrada nas reflexões do Pequeno Príncipe (2007, p. 72) ao se deparar com rosas vazias de afeto: “Sois belas, mas vazias. Não se pode morrer por vós. Um passageiro qualquer sem dúvida pensaria que a minha rosa se parece convosco. Ela sozinha é, porém, mais importante que todas vós, pois foi ela que eu reguei. Foi ela que pus sob a redoma. Foi ela que abriguei com o para vento. Foi por ela que eu matei as larvas. Foi o tempo que dediquei a minha rosa que a fez tão importante”. No capítulo XII, o Pequeno Príncipe encontra a Raposa, a personagem que o leva a compreender com sabedoria a sua relação com a Rosa e a necessidade de se criar laços. Os laços do afeto, como preleciona Dias (2014, p. 75) não são somente laços que envolvem integrantes de uma família. Igualmente tem um viés externo, pondo humanidade e sentimento em cada relação e em cada determinado grupo familiar. Ao presentear o Pequeno Príncipe com um segredo, a Raposa aponta, por meio de metáforas, o valor jurídico do afeto e a responsabilidade pelos laços afetivos cativados: “Os homens esqueceram essa verdade – disse a raposa. Mas tu não a deves esquecer. Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas. Tu és responsável pela tua rosa...” (2007, p. 72).

(Conclusão) Ao vislumbrar claramente o Princípio da Afetividade nas passagens destacadas da obra *O Pequeno Príncipe*, fica configurada a existência da intertextualidade entre a análise civil e a literatura, demonstrando assim a importância, para o Direito das Famílias, de reconhecer o valor jurídico do afeto. Nas palavras de Dias (2014, p.75) “talvez nada seja necessário dizer para evidenciar que o princípio norteador do Direito das Famílias é o Princípio da Afetividade”.

Palavras-Chave: Princípio da Afetividade; *O Pequeno Príncipe*; Direito das Famílias.

O PERFIL DO PSICOPATA E O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

Autor(es):

Sabrina Jéssica Alves Madeira Antunes : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Vívian Medeiros Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este presente trabalho tem como objetivo mostrar um breve estudo sobre os seres que apresentam um transtorno de personalidade, sendo caracterizado como psicopatia. Ainda, relatar como estes são tratados no sistema carcerário brasileiro, os crimes cometidos por essas pessoas e os problemas que são encontrados atualmente no direito penal brasileiro. A partir do estudo do potencial dos seres humanos em ter atitudes destrutivas ou agressivas uns aos outros esclarecendo para a sociedade suas causas, como também , as formas em que são executas as torturas e o que há em comum entre as pessoas com o transtorno da personalidade humana.

(Metodologia) A metodologia empregada para a realização deste trabalho teve como base uma pesquisa de caráter teórico e, com ênfase em casos concretos ocorridos e conhecidos mundialmente pela sociedade, bem como, os modos de punição em que o caso foi tratado aos agressores identificados como psicopatas. Considerando a necessidade de conscientização da sociedade, pela dificuldade de traçar o perfil do psicopata, formular critérios adequados de determinação do grau de imputabilidade jurídica para ocorrer o cumprimento da pena, proporcionando assim um tratamento adequado e diferenciado a quem tem os distúrbios de personalidade.

(Resultados) O psicopata é um indivíduo com graves transtornos de personalidade, clinicamente perversos, ausência de sentimentos, frieza, desvio de caráter, manipulação, falta de remorso e de culpa aos atos cruéis, insensibilidade aos sentimentos, egocentrismo, inflexibilidade com castigos e punições. No Brasil temos a “ilusão” de que o psicopata é algo fictício, muitos pensam que esses casos só ocorrem fora do país. Porém baseado em casos concretos percebemos que isso é algo extremamente comum de se ocorrer na nosso dia a dia. A psicopatia é conhecida como um transtorno anti-social da personalidade, geralmente o mesmo desenvolve-se na infância e na adolescência. Há psicopatas em todas as partes: dirigindo um transporte público, administrando uma empresa ou até mesmo governando um país. Onde menos se espera pode haver alguém com uma psicopatia. A partir disso pode se considerar que existem vários níveis de psicopatia desde o mais leve o mais grave, porém mesmo assim apresentam delitos, ilicitudes e criminalidade, ao qual cada um na sua gravidade e para o indivíduo fazer essa diferenciação há alguns critérios, ao qual visa a segurança da sociedade em geral deixando clara a importância do exame de sanidade mental para a determinação do grau de imputabilidade jurídica do acusado.

(Conclusão) Ao estudar o perfil de um psicopata analisamos as suas características e os transtornos causados pelas suas ações, mostrando o sistema punitivo utilizado e quebrando paradigmas para que a sociedade venha entender a respeito destas pessoas. A partir dos casos concretos analisamos seu perfil de comportamento e percebemos a falta de conhecimento social a respeito do tema, juntamente com o aumento na taxa de crimes devido as dificuldades reais para as punições destas pessoas que sofrem deste transtorno de personalidade.

Palavras-Chave: Sistema carcerário; psicopatia; transtorno de personalidade.

O PLURIPARTIDARISMO NO BRASIL E O FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA EM FACE DA FRÁGIL DEFESA IDEOLÓGICA

Autor(es):

Renato Santos Veras Saldanha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Alana Câmara Queiroz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Ana Carolina Regis de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho tem por objetivo questionar a idoneidade e afincamento com que os partidos políticos existentes no Brasil defendem e erguem as bandeiras que constituem suas ideologias, porém afirmando a importância da existência de múltiplos partidos e a possibilidade que eles proporcionam de conceder voz àqueles que constituem interesses minoritários da sociedade, o que lhes faltaria nos regimes unipartidário ou bipartidário. Esses agrupamentos já existem desde a época do Brasil império, quando havia o partido Liberal que defendia os interesses dos proprietários de terras e o partido Conservador que defendia a burocracia imperial. Os partidos se expandiram e passaram a abranger maior área de interesses através da diversificação de legendas. Consolidaram-se então como poder intermediário entre o povo e o Estado institucional. Partidos políticos que exerçam sua função social, ouvindo o clamor da sociedade e o incorporando aos poderes executivo e legislativo fortalecem a democracia e garantem que o poder que pertence ao povo seja também aplicado em seu favor.

(Metodologia) O método de pesquisa utilizado foi o dedutivo, partindo de análises específicas para alcançar uma compreensão mais generalizada. Os dados coletados foram encontrados após pesquisas em livros de ciência política, artigos científicos e buscas na internet. A apresentação será reflexiva e expositiva através de argumentos e imagens em projeção de slide.

(Resultados) Os partidos revestiram-se do conceito de agremiações compostas por membros da sociedade e com poderes outorgados pelos seus supostos representados, constituindo-se de início em representantes dos interesses da burguesia ou representantes dos interesses das classes mais pobres. Desde a época dos partidos Liberal e Conservador pode-se constatar o surgimento de um fenômeno observado mais fortemente hoje em dia, os partidos, não raramente, deixam de lado suas bandeiras para elevar o discurso da convivência e abdicam de interesses em prol da acomodação no poder. Incontáveis pesquisas de opinião pública podem retratar o que se vê nas ruas e o sentimento que tem crescido no seio da população, a sensação de falta de legitimidade dos partidos e dos políticos neles presentes. Seja pelos incessantes escândalos de corrupção ou pelo excesso de siglas existentes, com muitas delas sem obter identificação recíproca com alguma parcela da sociedade.

(Conclusão) É inegável a importância da estrutura política para a manutenção saudável da democracia, especialmente na modalidade representativa que existe no Brasil. Partindo-se da premissa de que somos seres politizados, os partidos constituem uma forma que pode ser eficiente para que um grupo que defende determinada ideologia possa ser espelho aos anseios da sociedade que ancore nele seus ideais. O pluripartidarismo é assegurado no Brasil no texto do artigo 17 da constituição federal e o art. 7º, § 1º da Lei nº 9.096/95 exige um apoio mínimo por parte da população para a fundação de cada partido. Cabe questionar se é viável e sustentável a existência de 32 siglas nacionais, cinco delas criadas num intervalo de menos de dois anos, entre outubro de 2011 e setembro de 2013. Em alguns dos casos pode-se até suspeitar de que parcela dessas legendas surgiu como parte de um grande negócio de políticos insatisfeitos com suas atuais filiações buscando apenas uma alternativa a lei da fidelidade partidária e a consequente perda do mandato, partidos nascidos com acordos e alianças já estabelecidas e com diretrizes desconhecidas da população devido ao rápido processo de criação que tiveram. Com acesso a fundo partidário e a tempo gratuito de propaganda em rádio e televisão, só no ano de 2014 estima-se que custarão aos bolsos dos contribuintes mais de R\$ 839,5 milhões que deixarão de ser arrecadados em impostos que deveriam ser pagos pelas empresas de rádio e TV aberta.

Palavras-Chave: Democracia; pluripartidarismo; ideologia.

**O PORQUÊ DO CONGRESSO NACIONAL NÃO TER FEITO O PLEBISCITO PELA CONSTITUINTE DA
REFORMA POLÍTICA BRASILEIRA**

Autor(es):

Lis Belle Guerra Teixeira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) As jornadas de junho e julho de 2013 trouxeram muitas e diversas reivindicações, dentre elas uma pauta única que unia a todos que participaram das movimentações: a busca por um Brasil melhor. Pressionada pelo povo brasileiro a tomar alguma providência, a Presidenta da República Dilma Rousseff em reunião com autoridades brasileiras, em 24/06/2013, propôs em pronunciamento a construção de 05 (cinco) pactos à favor do Brasil. São estes: pacto pela responsabilidade fiscal, pacto pela reforma política e combate a corrupção (que amplie a participação popular e amplie os horizontes da cidadania), pacto pela melhoria da saúde, pacto por transporte público de qualidade e o pacto pela melhoria da educação. Diante do exposto pacto pela reforma política e combate a corrupção, veio a tona que esse tema já havia por muitas vezes estado em pauta em vários períodos da história política do Brasil. Mas essa nova proposta de reforma política teve como seus objetivos principais o combate a corrupção, e o incentivo a participação popular nas decisões do governo. Visto que qualquer plebiscito oficial deve ser promovido pelo Congresso Nacional, e que a proposta principal desta reforma política é: O fim do financiamento privado de campanha política. Assim acabando com os privilégios de ter milhões de reais para campanha política, ajudando a combater a compra de votos, e um dos pontos de início de toda corrupção do sistema político brasileiro.

(Metodologia) O método utilizado para chegar as conclusões foi por meio da pesquisa de campo. Sendo feita pela inserção da pesquisadora no meio político-partidário e no meio político-acadêmico (palestras, entrevistas e artigos de especialistas no tema). Por meio também de busca de números, através de índices pesquisados e divulgados pelo Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE), e números divulgados pelo Congresso Nacional.

(Resultados) Os resultados alcançados comprovam a hipótese anteriormente levantada. O Congresso Nacional não levou o plebiscito da Reforma Política brasileira adiante devido a maior parte convir com o financiamento privado de campanha, sendo porta de entrada para a corrupção no sistema político brasileiro. De forma que foi preciso a sociedade se unir a mais de 450 entidades, e tomar as ruas em defesa de uma Constituinte Exclusiva e Soberana da Reforma Política.

(Conclusão) Diante do exposto, é possível concluir que o Congresso Nacional se mostrou contra a Reforma Política, e por isso não prosseguiu com o projeto da Presidenta Dilma Rousseff, para acabar com o financiamento privado de campanha e sanar um dos grandes problemas da corrupção do Brasil.

Palavras-Chave: Reforma Política; Congresso Nacional; Corrupção; Plebiscito.

O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A LEGITIMIDADE DO USO DE ALGEMAS

Autor(es):

Camila Guedes Freire: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Fernanda Gurgel Patriota: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Declaração Universal dos Direitos do Homem, assinada em Paris, no ano de 1948, representou a primeira tentativa da humanidade de estabelecer parâmetros humanitários válidos universalmente para todos os homens, independentemente de raça, sexo, poder, língua e crenças. Tal declaração serviu de inspiração fundamental para a criação da Constituição Federal Brasileira de 1988, na qual foram instituídos os direitos fundamentais, expressos no Título II: Direitos e Garantias Fundamentais. Entre muitos deles, destaca-se o princípio da dignidade da pessoa humana, que inscrito no artigo 1º da Carta Magna, configura-se como rudimento norteador e axial de todo o nosso ordenamento jurídico. O respeito a esse princípio é imprescindível em todos os âmbitos: legal, penal, trabalhista, entre outros. Assim, com a observação do referido princípio no ramo penal, se verificará a sua evolução em relação ao apenado e seus referidos direitos, especialmente no diz respeito ao uso de algemas.

(Metodologia) Nesse sentido, através de uma metodologia teórico-descritiva, realizada a partir da análise de doutrinas jurídicas, da legislação e da jurisprudência, o presente trabalho demonstrou a imprescindibilidade de aplicação irrestrita do princípio da dignidade da pessoa humana, sem distinções socioeconômicas e direcionado a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país - como é configurado no artigo 5º da Constituição Federal - atentando para os critérios objetivos descritos na Súmula Vinculante nº. 11 sobre a possibilidade de uso de algemas pela autoridade policial, como forma de concretização do objetivo constitucional de proteção à dignidade e do respeito ao Estado Democrático de Direito.

(Resultados) Dessa forma, a utilização de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal levou ao entendimento da edição da Súmula Vinculante nº 11, na qual, em seu texto, não faz distinção alguma entre classes, sexo, cor ou raça, mostrando-se justa e um grande passo para o apenado. Tal súmula regula a legitimidade da utilização de algemas e respeita propriamente o princípio da dignidade da pessoa humana, na medida em que admite a licitude do uso de algemas somente em casos excepcionais - para impedir fugas ou para prevenir reações violentas contra os policiais, terceiros ou ferimentos autoinfligidos - não sendo, portanto, lícito seu uso em audiências, pois tal situação colocaria o preso num patamar degradante e humilhante, ferindo assim, sua dignidade.

(Conclusão) A necessidade de aplicação ampla do princípio da dignidade da pessoa humana e da Súmula Vinculante nº 11 a todos os réus, apenados e investigados é imprescindível. Porém, a súmula retratada em nosso trabalho, ainda que em seu texto não seja ferido nenhum princípio, na prática, sua matéria não é devidamente respeitada por todas as autoridades policiais, o que esvazia o seu conteúdo material e acaba por ferir o princípio constitucional da isonomia, na medida em que somente as classes mais abastadas socioeconomicamente são favorecidas pela sua normatividade. Neste contexto, faz-se necessário que o princípio da isonomia seja respeitado, para que as classes menos favorecidas não sejam prejudicadas, tornando assim o uso de algemas legítimo, nos termos da Súmula.

Palavras-Chave: Dignidade da Pessoa Humana. Regulamentação do uso de algemas. Aplicação indistinta.

O PRINCÍPIO DA LAICIDADE DO ESTADO: REFLEXÕES ACERCA DE SUA APLICABILIDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Autor(es):

João Henrique Tavares Lopes Cardoso: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

William Emile Germain: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Marcilio Luiz Messias Diogenes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Petrucia da Costa Paiva Souto: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa tem como o objeto de estudo o princípio da laicidade do estado na sociedade brasileira que está assegurado na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 19. Pretendemos analisar os antecedentes históricos que levaram a adoção de tal princípio na Constituição Brasileira, conceituar e diferenciar Estado laico de Estado teocrático, ateu e confessional, além de analisar de forma breve algumas situações que afrontam o Estado laico, como o ensino religioso em escolas públicas, a questão dos feriados católicos, e a adoção de símbolos em repartições públicas.

(Metodologia) Com o intuito de alcançarmos os objetivos que foram propostos para a realização do artigo científico, utilizamos vários métodos de pesquisa para a coleta de informações que serviram como base para a elaboração do artigo. Dentre tais métodos de pesquisa que empregamos está o método histórico, pelo qual analisamos os antecedentes históricos que levaram até o momento da instauração do Estado Laico no Brasil. Além deste, o estudo de caso, em que exploramos casos concretos em contraposição ao princípio da laicidade. Bem como, a pesquisa bibliográfica mediante análise de artigos em revistas jurídicas especializadas e também de estudos publicados por diversos doutrinadores.

(Resultados) Verificando a historicidade do princípio da laicidade, observamos que o caminho até o atual Estado Laico foi longo e data desde os tempos da proclamação da República, em que o Estado brasileiro foi legalmente separado da Igreja. Verificamos que o objetivo principal do princípio da laicidade é garantir e proteger a liberdade religiosa e filosófica de cada cidadão, impedindo que alguma religião exerça controle ou interfira em ações políticas. Porém, através da análise de casos concretos, como a utilização de símbolos religiosos em órgãos públicos, os feriados católicos e o ensino religioso em escolas públicas, percebemos o claro favorecimento de uma religião sobre as demais e averiguamos que o referido princípio não vem sendo devidamente respeitado no presente quadro político e social do Brasil. Dessa forma, constatamos uma grave violação a esse importante princípio de nossa Constituição e demonstramos a sua relevância perante a concretização do Brasil como um Estado democrático de direito.

(Conclusão) O Brasil é um Estado Laico, o que significa – em tese - que não se confunde com nenhuma religião, não possui uma religião oficial, permite a mais ampla liberdade de crença e descrença, com igualdade de direitos para ambas, no qual fundamentações religiosas não podem influir nos rumos políticos e jurídicos da nação. Porém, ao longo de nossa pesquisa, constatamos que há uma grande contradição entre a teoria e a prática no cenário brasileiro. Apesar do anseio do Constituinte de 1988 de dar continuidade ao projeto de construção do Estado laico idealizado pelos republicanos de mais de um século atrás, a realidade jurídica ainda está bem distante da realidade fática brasileira. Em nossa pesquisa observamos que, passados mais de 20 anos de sua promulgação, o desejo da Constituição de 1988 ainda não foi completamente realizado e que ainda vivemos em um Estado fortemente influenciado pela religião. Em vista disso, entendemos que o cumprimento do princípio da laicidade é um elemento de fundamental importância para o estabelecimento de uma democracia autêntica no Brasil.

Palavras-Chave: Princípio; Laicidade; Estado laico; Liberdade religiosa;

O PRINCÍPIO DA MORALIDADE SOB A ÓTICA JURÍDICA: DA TEORIA CONSTITUCIONAL À PRÁTICA ADMINISTRATIVA NA GESTÃO PÚBLICA.

Autor(es):

Mayara Santos da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Cláudia da Costa Aguiar: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho trata da problemática que envolve o princípio da moralidade, desde as primeiras discussões históricas acerca do tema, passando por outra vertente da história onde se observa a moralidade como princípio instituído na Constituição Federal Brasileira de 1988 e então, por uma terceira vertente, onde a moralidade está no âmbito jurídico, consolidada como princípio administrativo. Além disso, enfatiza sua aplicação prática através de jurisprudências atuais, onde ver-se o princípio servir de justificativa à sanções impostas.

(Metodologia) O referido trabalho possui uma metodologia baseada na pesquisa bibliográfica, em diversas fontes jurídicas e não jurídicas, logo: “É aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos e teses”. (SEVERINO 2007). A partir dessa perspectiva, pode-se classificar a pesquisa no âmbito metodológico, como uma pesquisa qualitativa, exploratória e documental.

(Resultados) A partir da análise de alguns conceitos, dentre eles: Ética, moralidade administrativa, legalidade e improbidade administrativa, pode-se perceber que o legal difere do moral, porém este liame é tênue. Observando a moralidade através da sua evolução histórica até sua instituição no Brasil e chegando à sua efetivação pode-se observar que houve uma difusão deste conceito, pois havia a necessidade de balizar os atos da administração, de acordo com o que é aceito pela sociedade na qual a administração pertence. Esse instituto foi inserido de diversas formas, como por exemplo, pelo art. 37 da Constituição Federal e houve também a inserção de sanções para coibir o seu descumprimento, tal como a súmula vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal, o código de ética do servidor público federal e a lei de improbidade administrativa.

(Conclusão) Sob esta análise pode-se concluir que, um princípio que emana do abstrato pode concretizar-se em uma sociedade desde que esta se disponha a colocá-lo em prática. Em tempos de alastramento da corrupção no Brasil, este é um princípio que vem sendo implementado na jurisprudência. É notável que houveram várias discussões acerca do tema em todo o mundo, porém a efetivação acontece através da união entre os poderes: Executivo, através de sua gestão, uma gestão prova que possa conduzir o país conforme o que a lei permite, Legislativo onde clama-se por maiores regramentos acerca do tema, e Judiciário, que quando provocado pode decidir com base na Constituição, nas leis existentes acerca do tema aplicando as sanções impositivas aos descumpridores da matéria. Logo, percebe-se que com a boa aplicação das funções dos três poderes a moralidade administrativa poderá ser efetivada no Brasil.

Palavras-Chave: Direito. Princípio. Moralidade

O PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA REALIDADE DOS FATOS E SUA APLICAÇÃO NO COMBATE À PEJOTIZAÇÃO

Autor(es):

Larissa Martins da Silva Barbosa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Mauricéia Cabral Machado: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Andressa Alves de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Nosso trabalho abordará o Princípio da Primazia da Realidade dos Fatos, como um dos mais importantes norteadores das relações trabalhistas, por tratar o contrato de trabalho como um “contrato- realidade”, fazendo prevalecer os fatos reais sobre as formas. Nesse contexto, explanaremos a aplicação de tal Princípio no combate à Pejotização, a qual consiste na transformação, induzida pelo empregador, do empregado em pessoa jurídica, na tentativa de se eximir dos encargos trabalhistas, ao se valer de um negócio jurídico simulado.

(Metodologia) Para alcançar os objetivos deste estudo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica mediante análise de artigos em revistas jurídicas especializadas, a fim de abordar a efetivação do Princípio da Realidade dos Fatos no combate à Pejotização. Diante da necessidade de propor uma solução para as fraudes resultantes da relação entre empregado e empregador, através da criação de um negócio jurídico simulado, foi escolhido o método hipotético-dedutivo para ser aplicado no presente trabalho de iniciação científica.

(Resultados) O presente trabalho torna perceptível a eficácia da utilização do Princípio da Primazia da Realidade dos Fatos, como instrumento indispensável para desmontar fraudes existentes nas relações trabalhistas, como a Pejotização, que visam à redução de direitos dos trabalhadores. Sendo, assim, um instituto que sobrepõe a realidade dos fatos ao disposto em instrumento escrito, servindo como um meio imprescindível de proteção ao trabalhador.

(Conclusão) Infelizmente a Pejotização tem surgido como a "melhor opção" para os empregadores que buscam a diminuição dos custos e encargos trabalhistas na tentativa de disfarçar eventuais relações de emprego que evidentemente seriam existentes, fomentando a ilegalidade e burlando direitos trabalhistas. Observa-se que os empregados, por sua vez, veem-se obrigados a pactuarem dessa farsa para não perder o posto de trabalho. Com essa prática, cresce o número de contratações aparentemente lícitas para prestação de serviços subordinados, o que fere cabalmente a realidade da relação e prejudica a aplicabilidade dos direitos sociais garantidos aos empregados constitucionalmente. Porém, apesar de existirem contratos que regulamentam negócios jurídicos entre empresas, o Princípio da Realidade dos Fatos faz com que baste a presença de elementos caracterizadores da relação de emprego (nos moldes dos artigos 2º e 3º da CLT), para que esta seja configurada; sendo, portanto, irrelevante a denominação que as partes utilizarem para intitular o negócio firmado. Assim, o negócio simulado é nulo e todos os direitos a que faz jus o trabalhador são reconhecidos; o que demonstra a grande importância dos princípios no combate à prática da Pejotização.

Palavras-Chave: Princípio da Primazia da Realidade dos Fatos; Pejotização; Fraude.

O PROCESSO DE INTERNALIZAÇÃO E A HIERARQUIA NORMATIVA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS NO BRASIL

Autor(es):

Maria da Conceição Honório de Melo Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
David de França do Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os tratados são acordos formais concluídos entre sujeitos de direito internacional público, destinados a produzir efeitos jurídicos. O processo de internalização desses acordos consiste em seis etapas ou fases: negociação, assinatura, ratificação, promulgação, publicação e registro. Até o advento da Emenda Constitucional nº 45, a Constituição Federal não tratava da hierarquia normativa que estes assumiriam quando internalizados, o que suscitava acirradas divergências doutrinárias e jurisprudenciais acerca do tema. Nesse cenário, duas correntes doutrinárias, o monismo e o dualismo, lutavam para reduzir a insegurança jurídica decorrente da omissão constitucional. O presente trabalho tem como objetivo ampliar a discussão sobre os aspectos mais relevantes que permeiam o tema, com ênfase nas questões relacionadas à incorporação dos tratados que versam sobre direitos humanos, sua importância e os motivos pelos quais lhes é dado um tratamento diferenciado dos demais.

(Metodologia) A metodologia aplicada consiste em uma revisão bibliográfica e jurisprudencial sobre a evolução histórica e doutrinária dos processos de internalização das diversas espécies de tratados, bem como as contribuições das correntes monista e dualista na construção do entendimento jurídico consolidado pelos tribunais superiores na atualidade.

(Resultados) Da análise dos elementos utilizados na pesquisa, extrai-se a importância dos embates ideológicos entre as duas correntes para a alteração do texto constitucional e para a formação do hodierno entendimento do Supremo Tribunal Federal.

(Conclusão) É cediço que, até a promulgação da Emenda Constitucional nº 45, reinava a insegurança jurídica, tendo em vista que, se de um lado os adeptos da corrente monista asseveravam que os tratados internacionais poderiam ser aplicados no direito pátrio independentemente do cumprimento de todas as etapas de um rigoroso processo de internalização, por outro lado, os dualistas defendiam que a norma externa somente poderia ser aplicada mediante o devido processo de ratificação e caso fosse com ele compatível. Além disso, as duas correntes divergiam quanto ao aspecto hierárquico assumido pelas normas advindas dos pactos internacionais em relação as já existentes no ordenamento. Durante muito tempo, visando dirimir tais controvérsias, o Supremo Tribunal Federal adotou o monismo moderado, segundo o qual, as normas internalizadas teriam status de lei ordinária. Contudo, após a referida alteração no texto constitucional, que elevou a hierarquia dos tratados internacionais que versam sobre direitos humanos ao status de Emenda Constitucional, desde que ratificados seguindo o trâmite legal exigido para essa espécie normativa, o quadro de insegurança jurídica foi drasticamente reduzido. É bem verdade, que mesmo após a EC/45 ainda permaneceram dúvidas e divergências no que tange aos tratados de direitos humanos ratificados em momento anterior mediante o rito comum. Tais controvérsias foram dirimidas após o reconhecimento pelo STF de que estes tratados possuem status supralegal.

Palavras-Chave: Tratados. Internalização. Hierarquia.

O RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA E O DIREITO SUCESSÓRIO

Autor(es):

Thays Helena Dantas Brandão: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Lucas Medeiros de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Nadyr Godeiro Teixeira Cardoso: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A proposta desta pesquisa acadêmica é analisar o progresso da paternidade socioafetiva, estabelecendo uma conexão entre esta e o Direito Civil Brasileiro, sobretudo no que concerne o Direito Sucessório e o Direito de Família.

(Metodologia) O método utilizado para a pesquisa é o teórico, apoiado no Princípio da Afetividade, no Código Civil de 2002 e na Carta Magna de 1988, promovendo textualidade entre o Reconhecimento da Paternidade Socioafetiva e o Direito Civil.

(Resultados) Com o avanço do instituto do Direito de Família, a paternidade socioafetiva vem sendo reconhecida por diversos Tribunais do país, levando-se em consideração a "posse do estado de filho", a qual consiste no tratamento, na fama e afetividade, como se filho fosse, oferecendo proteção, apoio emocional, moral, educacional, entre outros, à luz do Princípio da Afetividade. O Código Civil de 2002 em seu art. 1593 prevê outras formas de filiação, quais sejam: laço sanguíneo, adoção ou outra origem. Dessa maneira, é possível visualizar a filiação socioafetiva, uma vez que a interpretação deste artigo pode ser ampliada. Com isso, é notório que, da "outra origem" a qual o artigo supramencionado remete, tem-se uma filiação socioafetiva, quando reconhecido o vínculo. Atualmente, a jurisprudência dos tribunais pátrios vem reconhecendo casos de filiação socioafetiva e, dessa forma, estabelecendo relações jurídicas. Uma vez estabelecida a filiação socioafetiva, à luz do princípio da igualdade entre filhos, a sucessão dos descendentes terá aplicação. Dessa maneira, a Constituição Federal de 1988 corrobora este princípio em seu artigo 227, §6º, assim como o artigo 20 da Lei nº 8.069/90, estabelecendo que "Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação". Assim, conclui-se que o parentesco civil tornou-se igualado ao parentesco consanguíneo, ou seja, foi eliminada qualquer discriminação e distinção entre filhos legítimos, legitimados, adotados e socioafetivos. Vale ressaltar que, no que tange à ação negatória de paternidade, o Superior Tribunal de Justiça consagra que, para que esta ação seja efetivada e chegue ao fim com o pedido do autor concedido, deverá este demonstrar não só a inexistência de vínculos genéticos (ou biológicos), mas também a inexistência de vínculo afetivo, consequentemente referente à posse do estado de filho.

(Conclusão) Por fim, quando se consegue provar a "a posse do estado de filho" com a intenção do reconhecimento de forma voluntária e livre, conforme explicito anteriormente, se é reconhecida a paternidade socioafetiva, e esta, engloba o filho socioafetivo como se biológico fosse, levando em apresso que a Carta Magna de 1988 não permite nenhuma distinção entre os filhos. Destaca-se que o registro de nascimento do filho socioafetivo é alterado e passa a constar o nome do novo pai, como também de seus antecedentes (avós), tendo dessa forma, direito à herança, quando o seu pai vier a óbito.

Palavras-Chave: Socioafetividade; Direito Civil; Afetividade.

O RECONHECIMENTO DA UNIÃO EM ESTÁVEL EM PARALELO AO CASAMENTO CIVIL: UMA AFRONTA A CONSTITUIÇÃO PÁTRIA

Autor(es):

Hylana Marques da Silva Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Ryna Verônica Dias Góis: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Rafael Araujo Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Abordaremos nesta pesquisa de cunho acadêmico os principais aspectos que subsidiam os magistrados a reconhecer direito patrimonial para parte concubina em relacionamento paralelo ao casamento civil. Dessa forma, faremos um comparativo entre as normas constitucionais previstas acerca do reconhecimento da união estável, e as margens de abrangência das mutações constitucionais como fonte de Direito.

(Metodologia) O método adotado para embasar o presente artigo é o Legal, embasado nas normas constitucionais pátria e as diversas formas de interpretações (mutações constitucionais). Ademais, entraremos em discussões doutrinárias, trazendo as mais diversas divergências a respeito do tema, fazendo um comparativo com a norma nacional, em sede principal com a hierarquia constitucional.

(Resultados) Em uma análise abrangente sobre os direitos sucessórios, configurado pelo direito patrimonial dos herdeiros necessários e facultativos sobre os bens do falecido, encontramos algumas decisões dos Tribunais de Justiça dos Estados Federativos, como segue: No Estado do Maranhão, uma senhora procurou o poder judiciário para pleitear ser sucessora dos bens do falecido, pois alegava possuir relacionamento com o mesmo por um bom lapso temporal. Porém, o falecido já mantinha uma união estável por mais de 17 (anos) com parceira adversa daquela. Com base na exposição mencionada, o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão por unanimidade reconheceu como união estável a relação extraconjugal, possibilitando abrangência de legalidade do concubinato. Nesse sentido, não apenas o Tribunal do Estado do Maranhão, mas parte da doutrina entende que as mudanças sócio econômicas e a maior participação popular na política, foram fatores determinantes na contribuição para o reconhecimento do contexto de família abordado até os dias atuais. Em suma não haveria uma “crise familiar”, mas o seu redirecionamento como consequência natural do desenvolvimento da história da humanidade. Outrossim, nos deparamos com uma inversão de papéis, a medida em que o magistrado alastra sua competência para o campo legislativo, causando insegurança jurídica as partes em envolvidas no procedimento sucessório. Para tanto a Constituição Federal por conter cláusulas de hierárquica nos campo legislativo, não poderia se tornar vulnerável as mais abrangentes formar de interpretações, por mais que tenha como base decisões judiciais que são fontes de direito em nosso ordenamento pátrio.

(Conclusão) Com a junção das características e divergências supra mencionadas acerca da flexibilidade das mutações constitucionais, com a legislação assegurada na Constituição Federal de 1988, pretendemos mencionar argumentos e conclusões sobre a segurança jurídica das cláusulas asseguradas em nosso direito pátrio, sendo respeitada a hierarquia legislativa da Constituição Federal de 1988, inviabilizando a utilização das mais diversas formas de interpretação.

Plavras-Chave: Casamento Civil. União Estável. Inconstitucionalidade. Direito Patrimonial.

O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO E A VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Autor(es):

Gabriella Amanda de Moraes Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Lídia Soares de Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A precariedade do sistema penitenciário brasileiro merece ser estudada em razão de ser um assunto bastante discutido atualmente e por gerar grande indignação por certa parte da sociedade, visto que este sistema é uma verdadeira ofensa à dignidade do preso. Ao longo da história da humanidade, a debilidade no sistema prisional tem apresentado diversas intenções para com o apenado, sem, contudo, ter conseguido atingir seus objetivos. Esta pesquisa é relevante no ponto de vista social, uma vez que seus efeitos contribuirão para que a sociedade tome conhecimento de que é necessária uma forma digna e correta de tratamento carcerário para com os presos, o que influenciará no seu retorno à sociedade. Também é relevante no aspecto jurídico e político, já que é importante que haja investigações que busquem soluções efetivas referentes à dignidade e ressocialização do apenado, utilizando-se inclusive de políticas públicas. O intuito deste trabalho é verificar a adequação do Princípio da Dignidade da pessoa humana ao atual sistema prisional brasileiro, expondo as situações presentes nas penitenciárias do Brasil, que passam por um momento delicado, onde faltam as mínimas condições necessárias para que o preso viva de uma forma digna, dificultando a sua ressocialização.

(Metodologia) O método de abordagem utilizado para alcançar as finalidades propostas pela pesquisa é o hipotético-dedutivo, iniciando de uma análise conjunta partindo tanto do específico para o geral, como das formulações gerais para a análise concreta da problemática da pesquisa. Partindo da real situação do tema no Brasil, comparando assim com o princípio proposto da constituição federal no seu artigo 5º, III. Como método de procedimento será utilizado o histórico, observando-se o progresso do sistema e do princípio ao longo do tempo; o estudo de caso, buscando-se identificar o problema, analisar evidências, desenvolver argumentos lógicos e propor soluções. Averiguando-se a ocorrência de casos relacionados ao tema, no Brasil, como opiniões, análise de artigos e posicionamentos de diferentes autores, enfatizando e procurando formas de dirimir os novos conflitos existentes no sistema carcerário brasileiro.

(Resultados) Podemos constatar que as discussões acerca desse assunto precisam ser incentivadas, incluindo a sociedade civil composta nessa pesquisa, minimizando os problemas referentes ao sistema prisional, trazendo ao fato, por que não, os atores a participarem desse desafio, efetuar o tratamento penal. Averiguamos então a ocorrência de casos relacionados ao tema, no Brasil, assim como opiniões jurisprudenciais, análise de artigos e posicionamentos de diferentes autores, enfatizando e procurando formas de regulamentar os novos conflitos existentes no sistema carcerário brasileiro.

(Conclusão) Realizando uma síntese de todos os aspectos analisados em nossa pesquisa, constatamos que a temática do atual sistema carcerário aparente não está recebendo a devida atenção por diversas esferas da sociedade brasileira. Esperamos, portanto, demonstrar a importância do devido tratamento aos apenados baseando-se no princípio da dignidade humana, o que propicia uma verdadeira ressocialização

Palavras-Chave: Dignidade. Preso. Ressocialização

O SISTEMA CARCERÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE EM FACE DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS BRASILEIROS

Autor(es):

Juan Carlos Gentili: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Rafael Gouveia Costa dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Tomando como parâmetro o estudo do sistema penitenciário do Rio Grande do Norte, ente federativo brasileiro, pode-se inferir que o mesmo, ao acolher os reeducandos no seu recinto prisional, fere os princípios constitucionais presentes na Constituição Federal de 1988, presentes na nossa Carta Magna, como dos “Princípios Fundamentais”, o artigo 1º, inciso III – a dignidade da pessoa humana; como dos “Direitos e Garantias Fundamentais”, o artigo 5º, inciso III – ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

(Metodologia) Para atingir aos objetivos propostos, pretende-se realizar uma pesquisa de caráter teórico e qualitativo, com ênfase na análise sistemática dos casos concretos sobre a reforma estrutural do sistema prisional do Estado, como também os princípios constitucionais violados em virtude da péssima e/ou precária estrutura na qual os detentos estão submetidos.

(Resultados) É preocupante o estado em que os presídios e os apenados do RN se encontram, pois nas celas onde eles se alocam, pode-se observar urina escorrendo pelas paredes, forte odor de fezes e celas completamente escuras, apertadas e sem ventilação. Situação que fere plenamente os direitos fundamentais dos detentos defendidos pela Constituição Federal, como o princípio da dignidade humana e integridade física. Além disso, o número de agentes penitenciários está abaixo do necessário, trabalho essencial para a manutenção dos presídios, garantindo a segurança dos apenados e da própria população, pois asseguram a integridade física dos presos e evitam fugas. Assim, o Estado potiguar deveria possuir 1400 agentes penitenciários, porém só possui 870, agregado com a estrutura precária dos presídios, acaba por gerar insegurança, ocorrendo até assassinatos dentro das suas próprias instalações. Assim, podemos ver essa realidade tomando como exemplo a penitenciária de Alcaçuz, em que ao menos 21 homicídios ocorreram desde 2007, e alguns cometidos pelo uso de armas de fogo, algo absurdo de se ocorrer dentro de um presídio. Natureza inadmissível, pois é obrigação do Estado assegurar a ordem e integridade física de seus apenados e estruturas prisionais. Além disso, na falta de vagas nas penitenciárias, o Estado criou os chamados “presídios de papel”, onde os apenados cumprem suas penas nas delegacias, em celas superlotadas, inseguras e muitas vezes não possuem direito a banho de sol. Vale mister, que atualmente cerca de 20% (1430 presos) da população carcerária do Rio Grande do Norte se encontram nessa situação.

(Conclusão) Percebe-se claramente que os direitos fundamentais dos presidiários estão sendo violados, algo inaceitável, pois eles não deixam de serem cidadãos apenas por ter sido podado o seu direito de ir e vir, dessa maneira, é papel do Estado garantir que os seus direitos não sofram abusos. Contudo, é notório que a maioria dos direitos violados dos apenados se resultam da falta de estrutura dos presídios. Então para garantir a constitucionalidade das prisões potiguares, é necessária uma urgente reforma dos prédios do sistema carcerário, criando assim, estruturas decentes e qualificadas para os cidadãos cumprirem suas penas de maneira digna e humana.

Palavras-Chave: Direitos Fundamentais. Apenados. Sistema Penitenciário.

O TRABALHO COMO FORMA DE RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO

Autor(es):

Herbely Thyanne de Lima Bezerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Sylvia Regina Campos da Cunha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Thays Oliveira da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Na sociedade o trabalho é um dos principais pilares da dignidade da pessoa humana, é por ele que o homem alcança a remuneração para sua subsistência e mostra-se útil na sociedade. Da mesma forma é o trabalho do preso. Por isso, aborda-se também a importância do trabalho na vida do apenado, que tem como intuito proporcionar ao preso uma ocupação durante o período da pena, além de outros benefícios como disciplina, remuneração e a oportunidade de dar continuidade ao trabalho quando alcançar a liberdade. O sistema carcerário passou por diversas alterações e grandes são os problemas ainda enfrentados, tais como: condições subumanas, superlotação, aumento da violência, falta de estrutura, precariedade, entre outros; dificultando atingir o seu principal papel que é tornar o preso apto ao convívio social.

(Metodologia) Como método de abordagem e procedimento, a fim de obter uma análise epistemológica de todo o contexto social, foi utilizado o comparativo e o estudo de caso, tendo em vista a explicitar da melhor forma possível e com objetividade os problemas expostos, incluindo entrevistas com pessoas que vivenciaram os problemas pesquisados.

(Resultados) Segundo dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em junho do presente ano, mostraram uma estatística alarmante: o sistema carcerário brasileiro conta com um total de 715.655 presos, o que coloca o país em terceiro com o maior número de detentos no mundo. Então, mostra-se o trabalho como forma de ocupação para livrar os apenados de possíveis desvios de conduta é uma ajuda no caminho da ressocialização, abrindo muitas oportunidades enquanto preso e até depois de atingir a liberdade. Sendo possível garantir condições adequadas e justas, dentro da dignidade do homem, de sobrevivência à população encarcerada e aos seus familiares, suprimindo suas necessidades materiais, através do trabalho. Segundo dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em junho do presente ano, mostraram uma estatística alarmante: o sistema carcerário brasileiro conta com um total de 715.655 presos, o que coloca o país em terceiro com o maior número de detentos no mundo. Para tanto, faz um respaldo em algumas mazelas enfrentadas no cárcere brasileiro, que de certa forma dificulta, mas não torna a ressocialização impossível, propiciando a reabilitação do presidiário.

(Conclusão) O trabalho pode causar inúmeros efeitos no ser humano que o pratica, entre eles a autoestima, o orgulho de, mesmo preso, estar produzindo e em troca recebendo recompensa, o desejo de evolução profissional, a satisfação de sentir-se útil. Portanto, ficou constatada a importância do trabalho como uma forma de ressocialização do presidiário, visto que traz alguns benefícios, além de evitar a ociosidade, uma grande mazela enfrentada no sistema prisional brasileiro na atualidade, faz com que o presidiário adquira uma profissão tornando-o útil à sociedade e a si mesmo, facilitando sua vida quando sair do cárcere. Por esta razão, é que o trabalho deve ser compulsório, pois tanto o presidiário, quanto o Estado, somente se beneficia com este, pois o governo também poderá fazer o uso da mão-de-obra prisional.

Palavras-Chave: Ressocialização. Trabalho. Sociedade.

O TRABALHO INFANTIL SOB A VISÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Autor(es):

Lylian Isabelle Barbosa Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Andrezza Costa de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente resumo propõe como pesquisa: a exploração infantil sob a visão do Estatuto da Criança e do Adolescente. Percebemos que apesar de ser uma prática proibida em nosso território nacional e de existir projetos de combate ao seu exercício, não é recente na sociedade brasileira, visto que, ela vem desde os primórdios de sua colonização. Na análise dessas questões identificamos como objetivos: examinar o conceito de trabalho e a definição de criança, analisar a razão da existência do trabalho infantil e a posição do Direito Constitucional, como também as consequências e riscos para a criança e a postura do Estatuto da Criança e do Adolescente de como proceder no combate, visando sempre à erradicação. Dessa forma, a finalidade da presente pesquisa é esclarecer a sociedade sobre a gravidade do trabalho infantil, suas formas, consequências e os riscos para a criança e a razão da existência desta prática.

(Metodologia) O estudo foi baseado em pesquisas bibliográficas e documentais, assim como a leitura virtual de textos e artigos que somados a uma base estatística, possibilitou o levantamento de dados importantes para o desenvolvimento do Estudo. A presente pesquisa fará utilização do método dedutivo em que podemos observar as funções das leis e artigos do Estatuto citado. Partindo disso, foi utilizado o método histórico, em que analisamos a posição do Estatuto da Criança e do Adolescente perante a exploração infantil.

(Resultados) De acordo com o estudo realizado podemos chegar a uma sociedade mais esclarecida quanto à abordagem do tema e conseqüentemente mais sensível perante a gravidade da situação. Temos hoje na nossa legislação para assegurar os direitos da criança e do adolescente, lei e artigos que estão expressos na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente para junto com a sociedade propagássemos essa prática. De acordo com o ECA temos os arts. 5º, 7º, 13, 15, 18, 60. O Direito Constitucional aborda o trabalho infantil na Constituição Federal com uma visão de ordem social e nos direitos e garantias no tocante às práticas sociais do trabalho, analisando, portanto a seguinte determinação: Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

(Conclusão) O Estatuto da Criança e do Adolescente é um instrumento legal que representa uma luta histórica de vários setores em prol do desenvolvimento da dignidade, respeito e principalmente, as diretrizes para transformar Crianças e Adolescentes desprotegidos em seres humanos reconhecidos como cidadãos. O Estatuto tal qual ele é, ainda tem muito a ser pensado, fundamentado e posto em prática, realimentando a sede de fazer valer o que é de fato e de Direito.

Palavras-Chave: Criança e adolescente. Trabalho infantil. Garantia de Direitos.

O TRÁFICO DE SERES HUMANOS E SUAS MODALIDADES

Autor(es):

Juliana Fernandes Freire de Moraes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Fernanda Sousa Lucena: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente resumo sobre o tráfico de seres humanos e suas modalidades, o qual ocorre quando pessoas são vítimas por serem retiradas de seu ambiente, de sua cidade e até de seu país e ficam com a mobilidade reduzida, sem liberdade de sair da situação de exploração sexual ou laboral ou do confinamento para remoção de órgãos ou tecidos. Busca-se perquirir a razão pela qual o Brasil tornou-se ser um grande exportador de pessoas para fins de exploração sexual por meio do tráfico. Objetiva-se demonstrar a grande lucratividade e quais medidas tomadas pelo governo para a amenização dessa prática. Pela relevância social e política do assunto abordado, pretendemos expor por meio do artigo científico meios de como prevenir e punir esta modalidade criminosa, explicando a partir de um levantamento histórico o tráfico de pessoas.

(Metodologia) Ao presente projeto aplicou-se a utilização do método histórico, em que foi investigado desde sua origem, apresentando também sua problematização social e econômica. Logo aplicando-se também o método dedutivo, partindo das teorias das leis que preveem o acontecimento presente, acontecimentos posteriores do fenômeno analisado, suas consequências e de que são aplicadas. Como método de procedimento, utilizou-se o comparativo e o estudo de casos, visando proporcionar maior familiaridade com o tema em questão, tornando-o explícito e envolvendo levantamento bibliográfico, com a análise de casos concretos julgados pelo Poder Judiciário.

(Resultados) No âmbito do direito penal, direito civil e direito constitucional tem grande relevância esse fenômeno, uma vez que fere os princípios constitucionais, como o princípio da dignidade da pessoa humana e no direito penal é tipificado pelo art. 231 o crime de tráfico internacional de pessoas, se tiver como finalidade o exercício da prostituição, art. 207 como crime contra a Organização do Trabalho, denominado Aliciamento para o Fim de Emigração, e consiste em “recrutar trabalhadores, mediante fraude”, art. 245 do código penal entre outros dispositivos como o Estatuto da Criança e Adolescente. Além das leis que amparam as vítimas, há também jurisprudências referentes ao tema em questão, como: Ementa: PENAL E PROCESSO PENAL. TRÁFICO INTERNACIONAL DE SERES HUMANOS. EXPLORAÇÃO SEXUAL DE MULHERES. ARTIGO 231, 2º, DO CÓDIGO PENAL. Processo: ACR 451 BA 0000451-35.2011.4.01.3311.

(Conclusão) O tráfico de pessoas é um problema relacionado à globalização e à desigualdade social, bem como às questões de gênero, raça e etnia. Existem tratados internacionais para enfrentar esse crime, na medida em que, vários governos ratificaram o Protocolo de PALERMO, de suprema importância nesse âmbito, protocolo das Nações Unidas de Prevenção, Supressão e Punição do Tráfico de Pessoas. Os maiores fatores para impulsionarem mulheres e adolescentes (em sua maioria) a serem traficados, são em função da sua realidade social em que vivem, submetidos a uma baixa renda para sobreviverem. Desta forma, com uma expectativa de melhoria de qualidade de vida oferecida pelos aliciadores aceitam propostas de empregos fantasma na maioria dos casos em países estrangeiros.

Palavras-Chave: Tráfico de pessoas. Protocolo de PALERMO. Exploração sexual.

O TRÁFICO DE SERES HUMANOS, MAL PARA UNS, RENTÁVEIS PARA OUTROS

Autor(es):

Robson Ricardo Machado Lima de Carvalho: Discendente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Rafael Carvalho dos Anjos: Discendente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Ronaldo Ramon Aguiar Da Silva: Discendente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Elísio Pereira de Araújo Neto: Discendente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Felipe Baía Araújo Fernandes Rosado: Discendente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) Desde a Antiguidade até a atualidade, a escravidão e o tráfico de seres humanos são praticados, para os mais diferentes propósitos, pôde-se vislumbrar a escravidão, este terrível mal que aflige parcela da sociedade humana, gradativamente O tráfico de pessoas é a terceira espécie de crime mais rentável do planeta, perdendo só para o tráfico de drogas e de armas, tornando se um grande problema para o direito internacional

(Metodologia) Emprego do método dialético, com estudo crítico, A pesquisa se iniciará com uma pequena reminiscência histórica acerca da temática da escravidão e do tráfico internacional de seres humanos do qual dará conteúdo e forma ao que se pretende analisar, foi realizada dentro da metodologia teórico-descritiva, mediante encadeamentos de passos, orientados por informações teóricas, do qual se deu a partir de estudos prévios, enfocando exames de artigos e notícias recentemente veiculados em meios eletrônicos

(Resultados) Pelo acima exposto, foram vistos que, alguns países em suas Legislações Reguladoras ou Liberatórias, notadamente a Holanda é um exemplo dentre outros do meio europeu, que, trata como um empreendimento empresarial a prática e exploração da prostituição em seu território, inclusive cobrando taxas e outros tipos de tributos sobre a referida atividade da qual exploram a prostituição alheia; no entanto no Oriente Médio, é expressamente proibida a prática e exploração da prostituição, sancionando severas sanções para os criminosos que realizam o ilícito, em diversos desses Estados a pena da morte é a pena para aqueles que praticam a prostituição, Curiosamente existem países ocidentais que também adotam essas medidas, por exemplo: os Estados Unidos da América (EUA) em sua esfera jurídica, taxa como crime a exploração e prática da prostituição, detendo a quem infringir essa norma penal. Em diversos Estados que não tem desenvolvimento socioeconômico agradável, a prostituição constitui-se mediante as dificuldades financeiras de cada sujeito na sociedade de baixa renda, como uma solução comum para melhoramento de suas finanças. No Brasil o Código Penal conceitua apenas a exploração da prostituição alheia como crime, levando a idéia da licitude da prática de prostituição Mediação para servir a lascívia de outrem Art. 227 - Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem: Pena - reclusão, de um a três anos. § 1º Se a vítima é maior de 14 (catorze) e menor de 18 (dezoito) anos, ou se o agente é seu ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro, irmão, tutor ou curador ou pessoa a quem esteja confiada para fins de educação, de tratamento ou de guarda:(Redação dada pela Lei nº 11.106, de 2005) Pena - reclusão, de dois a cinco anos. § 2º - Se o crime é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude: Pena - reclusão, de dois a oito anos, além da pena correspondente à violência. § 3º - Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.

(Conclusão) Com esta análise, observou-se que a realidade interna de cada Estado no tocante a Sociedade, são a base ao tráfico de crianças e adolescentes para a prostituição internacional. Nesse sentido, verifica um esforço das organizações internacionais, com a finalidade de regulamentar estas práticas envolvendo a prostituição, através da celebração de acordos e tratados

Plavras-Chave: Trafico; Rentabilidade; exploração

O VÍNCULO SOCIOAFETIVO NO SISTEMA JURÍDICO PÁTRIO: ASPECTOS PESSOAIS E PATRIMONIAIS

Autor(es):

Delkismeika Alves Cavalcante: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Núbia de Souza Miranda: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Monaliza Vanessa de Brito Gondim Moura Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Henrique Batista de Araujo Neto: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente discorre acerca desse novo paradigma, a socioafetividade, que surgiu em decorrência das transformações sociais, tecnológicas e culturais que impoem uma nova tônica aos valores éticos e morais da família. Com isso, houve a exposição de novos modelos familiares, oriundos da liberdade das relações horizontais, explicitando a autonomia da vontade. Nesse prisma a família tradicional se curvou frente a essa nova realidade que passou a clamar também pelo afeto. Entretanto, o Estado ficou na contramão dos valores sem leis que os protegessem e foi a partir da Carta Magna de 1988 que houve inovações no Direito Civil constitucionalizando o Direito de Família. Mas, foi o princípio da dignidade da pessoa humana que tornou possível a igualdade na relação familiar. Desse modo, no atual contexto filiatório é para a pessoa que convergem os juristas, pois a paternidade não se limita à biologia. Essa é uma construção doutrinária e jurisprudencial que tutela o vínculo paterno-filial. O objetivo é analisar o vínculo socioafetivo no sistema jurídico pátrio e verificar se essa ferramenta tem alcançado a finalidade protetiva em especial do filho.

(Metodologia) O trabalho teve por metodologia um estudo teórico-descritivo com análise da doutrina e em especial da jurisprudência. Com esse fim houve um levantamento bibliográfico dos mais renomados doutrinadores e das mais recentes decisões do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

(Resultados) Como resultado foi observado através da jurisprudência que há um número elevado de julgados com negatória de paternidade, ocasionada pela instabilidade das relações. Entretanto, a paternidade socioafetiva realmente vincula na relação paterno-filial, através de sentença judicial, com irrevogabilidade do ato da vontade. Da análise dos julgados foi verificado que a socioafetividade traz efeitos pessoais individualizando a pessoa e patrimoniais pela fixação de alimentos e pela sucessão. Diante disso, o jurista aplica o princípio ao caso concreto prevalecendo a igualdade entre os filhos e efetivando o vínculo parental na filiação.

(Conclusão) Diante do analisado, entende-se que a sociedade passou por inúmeras transformações, sobretudo no campo filiatório. Na atualidade os princípios constitucionais da afetividade e da isonomia regem o melhor interesse da criança para realizar uma paternidade responsável, no aspecto pessoal e patrimonial. A verdade socioafetiva se sobrepõe à biológica, prevalecendo o vínculo oriundo do afeto, mas depende do caso concreto. Uma vez consolidada a socioafetividade pelo vínculo paterno-filial, há necessidade do reconhecimento judicial que é ato irrevogável. Conclui-se que a multiplicidade de fatos leva o jurista a analisar a casuística baseado na igualdade material. Em última análise a constitucionalização do Direito de Família trouxe uma mudança de paradigmas no tocante às relações paterno-filiais, protegendo e enaltecendo o amor.

Palavras-Chave: Socioafetividade. Parentesco. Efeitos.

OPOSIÇÃO E INCONSTITUCIONALIDADE DA REGULAMENTAÇÃO DA CAPACIDADE PARA O CASAMENTO CIVIL: CONTROVERTIDOS OS ARTIGOS 1.514, 1.535, 1.541 III, 1565 CAPUT, 1.567 CAPUT.

Autor(es):

William Bezerra Maia Pinheiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
João Vitor Guimarães Lourenço: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Tendo em vista os artigos 1.514, 1.535, 1.541 III, 1.565 caput e 1.567, constituintes do subtítulo I “Do Casamento”, integrante do código civil, e sua evidente oposição ao princípio da isonomia, expresso na Constituição Federal, é notória a necessidade de fazê-los inconstitucionais. Busca-se, portanto, o sentido e alcance do citado princípio, focando a delimitação de sua abrangência na seara da sexualidade. Efetivamente, intentamos fundamentar a arguição de inconstitucionalidade dos artigos supra, alegando oposição ao princípio constitucional da isonomia, bem como o cumprimento dos pressupostos do casamento por parte dos casais homoafetivos. A problemática leva-nos conseqüentemente a modernização do ordenamento jurídico, atualização da versão jurídica consoante à visão sociológica e promoção da interiorização do valor isonômico entre sujeito e inclusão efetiva do grupo homoafetivo.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, jurisprudencial e legislativa, onde aplicou-se os métodos de abordagem indutivo e dialético, bem como o procedimento histórico, na análise da igualdade garantida pela Constituição Federal e da alteração no instituto do casamento na sociedade contemporânea, de modo a demonstrar a inércia do legislador em editar as leis para admitir o casamento de pessoas do mesmo sexo.

(Resultados) É mister o entendimento do pano de fundo que envolve a situação. Temos a exclusão da camada social homoafetiva, regulamentada no instituto do casamento, prescrito no código civil, e por este, a oposição ao princípio da isonomia positivado na Carta magna em seu artigo 5°. Importa considerar antagônicas a as conclusões sociológicas, as quais entendem por iguais as relações vinculadas pelo afeto, e a proibição ao casamento homoafetivo ditado pelo código civil, contudo, consoante à sociologia, segue a jurisprudência, que defendem serem de mesma qualidade as uniões heteroafetivas e homoafetivas, por preencherem, ambas, os pressupostos do casamento. Ainda na jurisprudência, diz-se qualitativamente iguais as relações afetivas, em assentimento aos princípios da igualdade e dignidade as decisões dos tribunais amenizam o dano da lei, então, reconhecendo a união estável.

(Conclusão) É indubitável a existência de três pontos essenciais nesse tema: 1) A restrição ao casamento homoafetivo por parte do código civil. 2) A inconstitucionalidade dos artigos restritivos, frente ao princípio constitucional da isonomia. 3) Exclusão do direito á união conjugal pela camada social homoafetiva. No que concerne ao formalismo jurídico, é incontroversa a inconstitucionalidade dos artigos. 1.514 1.535, 1.541iii 1.565 CAPUT, 1.567 CAPUT, isso devido a condição de oposição dos seus ditames frente aos da Constituição Federal, no entanto, é mais importante, referindo-se a relação material, considerar a exclusão da camada homoafetiva ao direito do casamento. Fato teratológico, já que a qualidade homoafetiva é parte constante no sujeito, sendo predicado quase inseparável deste, e, conseqüentemente abrigado sob o cretone da isonomia. Ha de se entender, por fim, o casamento, como sendo estado de plena comunhão intersubjetiva, vinculado pelo afeto. Abrangendo, incontroverso, o sujeito homoafetivo e permitindo, de maneira cabal seu casamento.

Plavras-Chave: casamento homoafetivo, princípio da isonomia, inconstitucionalidade.

OS DANOS MORAIS EM CASOS DE INFIDELIDADE VIRTUAL

Autor(es):

Aiany Régia Ferreira da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Patricia Correia de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Thiago da Silva Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Gabriella Simonetti Meira Pires Barbalho: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo pretende trazer a tona a questão da infidelidade virtual e sua repercussão jurídica, mais especificamente quanto a possibilidade de requerer-se indenização por danos morais. A Internet faz parte do cotidiano da sociedade, possibilitando maior interação entre as pessoas, podendo ser utilizada para os mais variados fins, dentre eles para realização de pesquisas, vídeos conferências, comércio eletrônico e bem como forma de difusão dos relacionamentos afetivos.

(Metodologia) O intuito desse trabalho tem por base discorrer sobre a repercussão do acesso a internet, mas especificamente, os referentes a relacionamentos virtuais por pessoa comprometida, seja ela decorrente de casamento ou de união estável e a afronta aos deveres conjugais.

(Resultados) Sendo a dignidade da pessoa humana requisito imprescindível a justificar a razoabilidade do convívio entre os homens, fica claro que a infringência a este princípio basilar (fidelidade e monogamia) do Estado Democrático de Direito, gera a desestabilização da sociedade. E estando a relação conjugal desgastada e sem credibilidade, faz-se plenamente razoável que o cônjuge ofendido exija de seu companheiro uma reparação pecuniária pelos danos pessoais e sociais causados, ingressando, a partir do recolhimento de provas contundentes, com uma ação de indenização por danos morais.

(Conclusão) Temos que a dissolução da sociedade conjugal não decorre necessariamente da extinção do amor ou do afeto, mas sim do descumprimento dos deveres conjugais de ordem moral, relacionados ao dever de fidelidade a que se submetem ambos os cônjuges quando se casam ou decidem conviver em união estável. Portanto, o maior de todos os direitos tutelados na hipótese de infidelidade virtual, esta no fato de violar a dignidade da pessoa humana, a internet não pode ser usada como instrumento de desequilíbrio nas relações conjugais, por isso a indenização tem caráter legítimo e legal em decorrência dos constrangimentos causados no outro, o qual foi escolhido para se levar uma comunhão de vidas.

Palavras-Chave: danos morais / infidelidade virtual / internet /

OS INTERESSES DA COPA DO MUNDO NO BRASIL EM 2014 E A MANIPULAÇÃO MIDIÁTICA

Autor(es):

Valtecia Silva de Sa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Clarissa Pereira Matias da Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Daniel Silva Pinheiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) O objetivo do artigo científico em questão é trazer uma análise crítica sobre os interesses políticos e econômicos implícitos na Copa do Mundo no Brasil em 2014, focando nos seguintes aspectos: Até que ponto o futebol funciona como aparelho ideológico do Estado? Porque a escolha do Brasil para sediar o evento copa em pleno ano de eleição presidencial? Dentro do panorama abordado, é importante ressaltar que essas questões apresentadas não surtiram tanto efeito se não houvesse o exercício do poder manipulador da mídia, a qual se alia muitas vezes com empresas multinacionais que buscam o lucro a qualquer custo, inundando de contínuas distrações e de informações insignificantes e com isso estimulando a dispersão e propiciando conclusões equivocadas da grande massa, pautada tão somente nos interesses do grupo dominante.

(Metodologia) Este trabalho de cunho acadêmico foi baseado em pesquisas bibliográficas, assim como reportagens dos mais diversos meios de comunicação e tem como caráter o método dedutivo dialético em grupo, por meio da vivência social que nos impulsionou a dedicar-se na análise crítica “os meios de comunicação em massa” a cerca dos reais interesses desse evento e da mídia que estão camuflados para a sociedade juntamente com diferentes dados importantes para o desenvolvimento deste estudo.

(Resultados) A partir de uma análise sistemática, percebe-se que os resultados não foram totalmente conclusivos, uma vez que o evento encontra-se muito recente e algumas de suas consequências só veremos em longo prazo supostamente o fracasso da seleção brasileira levaria os brasileiros a pensar nos problemas do país, tais como: o decréscimo do PIB, aumento da inflação, maior custo de vida, especulação imobiliária, superfaturamento de obras e acúmulo de capital privado em escala global. No entanto a incisiva manipulação permanece persuadindo diversos brasileiros impossibilitando-o que o mesmo consiga realizar a visão do contexto real do “imaginário”. Tornou improvável que os brasileiros percebam os verdadeiros interesses que estão subentendidos na elaboração de um evento tão grandioso, quanto à copa do mundo em ano de eleição presidencial, são de impor uma determinada ideologia ilusória na mente da sociedade, haja vista que a expectativa de uma suposta vitória levaria a um otimismo contagiante, o que faria com que as pessoas esqueçam os problemas que os cercam, enquanto que o fracasso na Copa faria com que houvesse o rompimento entre o real e o imaginário, possibilitando com que as pessoas começassem a refletir no que de fato é importante, nesse contexto o futebol deixa de ser mais um aparelho ideológico do Estado, isto seria uma máquina de repressão que permite as classes dominantes assegurar sua dominação deixando obscuras as taxas de índice de desenvolvimento humano do país para os cidadãos.

(Conclusão) Diante do apresentado, pode-se chegar à conclusão que a mídia é um forte instrumento de alienação social dos interesses políticos e econômicos, tirando o foco dos reais problemas estruturais, e trazendo a sociedade uma expectativa ilusória da realidade de solucioná-los, pondo apenas no que tange a interatividade, entretenimento, diversão e cultura.

Palavras-Chave: Manipulação midiática, ideologia, política.

OS LIMITES DO ATIVISMO JUDICIAL NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO À SAÚDE

Autor(es):

Victor Veloso Barbosa: Discendente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Nalã Ewert Cabral de Paula Salustino: Discendente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa possui o caráter fundamental de discutir os limites do Ativismo Judicial na prestação do serviço à saúde, nesse sentido, temos por escopo estabelecer até que ponto o Poder Judiciário poderá ter uma atuação mais ampla do que fora disciplinado na Carta Magna, pois é público e notório a interferência dos juízes nas esferas de competências dos poderes legislativo e executivo, principalmente quando se trata da saúde pública. Nesse sentido, a atuação legislativa do julgador sob o fundamento da omissão do poder legislativo, mas que, no entanto, exorbita o limite atuante e esse mesmo poder e sobrepõe-se aos demais, ferindo a Constituição Federal, consubstanciado no princípio da separação dos poderes. Nesse contexto, analisar-se-á a maciça atuação do Judiciário nas políticas de saúde pública, interferindo, mais especificamente, na concessão de medicamentos ao cidadão, este que deveria recebê-lo pela via administrativa, e não judicial. Tais medicamentos, em algumas situações, são vetados pela ANVISA para uso em território nacional e possuem custos incalculáveis à União para a concessão de apenas um medicamento, restando inexistir óbice que impeça a criação de normas, desconhecendo o funcionamento do sistema de saúde e outros aspectos técnicos de extrema relevância, principalmente, pelo STF. O tema é de vital importância para a manutenção do Estado Democrático de Direito e para a sociedade, uma vez que, faz-se necessário o devido respeito a harmonia dos três poderes e sua competência específica para tal atividade no Estado Brasileiro e o cidadão, que, a esmo, espera a solução administrativa, mas que, não obstante, ingressa na justiça, pleiteando um remédio à saúde.

(Metodologia) O método escolhido para atender aos objetivos estabelecidos na pesquisa é o da abordagem dialética, outrossim, será utilizada a revisão bibliográfica para solucionar a problemática apontada, bem como uma possível análise jurisprudencial de julgados e enunciados do CNJ que demonstrem a pertinência da proposição de pesquisa que conduza a uma conclusão coerente com os resultados e argumentos espostos no presente trabalho.

(Resultados) Com base em análise doutrinária e jurisprudencial, no que tange a posição intempestiva do Judiciário, constata-se que o mesmo tem tomado medidas ativistas excessivas quando se trata da concessão judicial de medicamentos para a população, já que condena a União para o pagamento em virtude da responsabilidade solidária dos entes federativos, desrespeitando as competências ora elencadas no artigo 18, inciso I, da Lei do SUS, quais sejam: "À direção municipal do Sistema Único de Saúde (SUS) compete: I – planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde". Assim, aduz, que a execução dos serviços de saúde (leia-se atendimento direto ao cidadão) está a cargo do município e de forma suplementar ou em caráter complementar pelo Estado, sob a gerência da União. Na visão de José Afonso da Silva, a Lei 8080/90 estabelece competências distintas aos entes da federação, pautadas no princípio da descentralização, com o intuito de fortalecer a prestação do serviço à saúde. Deve-se realçar que os julgadores usurpam a função técnica da ANVISA, pois estão desconsiderando os medicamentos que foram proibidos por esta, concedendo-os de forma irrestrita aos indivíduos

(Conclusão) Visto e exposto a problemática, e após todo o conteúdo ratificado pela Lei do SUS e os demais enunciados do CNJ, bem como a CF/88, conclui-se que, quando se tratar do direito à saúde o ativismo judicial está autorizado a intervir nos casos de omissão e insuficiências das tais políticas públicas de saúde, vale dizer, no entanto, que os juízes devem rever suas decisões no sentido de observar melhor as competências de cada ente federativo, bem como respeitar as portarias expedidas pela ANVISA.

Palavras-Chave: Ativismo Judicial; Saúde; ANVISA; Lei do SUS

OS NOVOS MODELOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS DE CRÉDITO E O PRINCÍPIO DA DESMATERIALIZAÇÃO

Autor(es):

Wallace Bruno de Oliveira Paiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ronaldo Ramon Aguiar Da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Elísio Pereira de Araújo Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Otávio Araújo Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Leonardo Pessoa da Camara: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Olavo Fernandes Maia Neto: Docente do UNI-RN

(Introdução) Esse trabalho faz uma análise das relações cambiais e as mudanças através dos avanços tecnológicos, em face do princípio da desmaterialização. O uso dos títulos de crédito por meio de cédula vem perdendo consideravelmente espaço no mercado, em pro dos títulos de crédito virtuais, produto das revoluções tecnológicas vividas recentemente. a pesquisa teve a finalidade de mostrar os motivos que nortearam os títulos e o Princípio da Cartularidade. e sua superação Os títulos em seu meio físico material vem dando lugar ao meio ambiente eletrônico. Haja vista a finalidade de clarear futuras garantias com maior estabilidade para os títulos virtuais, como também os documentos eletrônicos em geral, não deixando margens para divergentes interpretações quanto a sua validade. Para tanto, buscou-se traçar um paralelo entre o princípio da cartularidade e a necessidade de modificações na lei vigente. O que motivou a pesquisa foram os entendimentos aos princípios citados, os quais expressam uma realidade superada. Analisou-se o título de crédito como um documento necessário ao exercício do direito literal nele mencionado, embasado nos princípios da literalidade e da autonomia, os quais produzem seus efeitos, quando preenchidos os requisitos legais

(Metodologia) está pesquisa utilizou o modelo descritivo através de uma sucessão de passos, orientados por conhecimentos teóricos, tendo em vista o emprego do método dialético, com estudo crítico, para conceituar a evolução dos meios eletrônicos, objetivando modificar conceitos diante da formulação de entendimentos doutrinários. No entanto nada contaminará as relações futuras que vierem a decorrer dos títulos. Posto isso, resta caracterizado a grande importância desses princípios, devido à explícita garantia de segurança nas relações cambiais. O princípio da cartularidade manifesta-se em razão da necessidade de apresentação de um documento por meio do qual o portador provará o direito nele mencionado

(Resultados) O estudo apontou que os princípios que,deram origem a formação do Direito Cambial e como consequência a garantia dos títulos de crédito, as inovações eletrônicas não deram consideração aos princípios já visto, analisa que não é compatível com os atos mercantis. Os princípios do direito cambial foram afetados pelos suportes eletrônico o qual deu possibilidade na circulação aos títulos de crédito, em especial o princípio da cartularidade. o início da duplicata virtual possibilitou a circulação do crédito

(Conclusão) Concluímos então, que a duplicata escritural é a única que necessita do recibo de entrega de mercadorias, o protesto virtual não precisa conter a apresentação da cédula. Assim sendo, tende decair o princípio da cartularidade, baseado na rapidez da transmissão na informática. No entanto, atualmente a lei brasileira admite a existência e a exigibilidade dos títulos escriturais, eletrônicos e virtuais

Palavras-Chave: Duplicata; Avanço Tecnológico; Desmaterialização

PARTICIPAÇÃO DA ONU E DOS ESTADOS NO GENOCÍDIO DE RUANDA

Autor(es):

Rafael Artur Perez Pinheiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Kaline Fernandes Nobrega: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo tem como objetivo analisar a participação da Organização das Nações Unidas - ONU e dos Estados no genocídio ocorrido em Ruanda no ano de 1994, observando quais as medidas adotadas e o posicionamento do direito internacional diante dessa crise humanitária. Pela gravidade desta guerra civil, a omissão de alguns países, não só questionaram os interesses e competência da ONU, como também, o próprio direito internacional, que durante 03 meses assistiu inerte ao massacre de mais de 800 mil pessoas. Essa análise tem como sua principal importância a discussão da postura do mundo diante de uma situação extrema de crimes étnicos violadores dos direitos humanos, ocorridos em pleno século XX, porém em uma região extremamente pobre e inexistente na visão do mundo capitalista em que está inserido. Busca-se também, analisar a eficácia do Acordo de Arusha como instrumento para impedir uma guerra civil no país.

(Metodologia) A metodologia utilizada será o método qualitativo, por se caracterizar como aquele que permite uma análise mais aprofundada do objeto de estudo. Através do referido método, a pesquisa será realizada mediante análise de documentação indireta que será tanto de pesquisa documental (Acordo de Arusha), como de pesquisa bibliográfica (livros e artigos). Esta pesquisa bibliográfica e documental tem como objetivo explicar o problema a partir de referências teóricas já publicadas.

(Resultados) Em se tratando de intervenção humanitária, as ações devem ser realizadas com o propósito de evitar danos às populações e não abster-se do compromisso humanitário, do qual todos os países estão envolvidos: com o bem coletivo e a cooperação para a promoção da paz e o bem-estar social. Percebe-se que a ONU e os Estados foram omissos quanto aos seus compromissos humanitários de cooperar para o bem coletivo e a promoção da paz e do bem-estar social, pois evidentemente não foram garantidas ações eficazes que impedissem o genocídio de Ruanda, que protagonizou o maior massacre por questões étnicas do século XX. Por sua vez, o Acordo de Arusha e a missão da ONU intitulada de UN Assistance Mission for Rwanda – UNAMIR, também, não foram suficientes para evitar eclosão da violência extremada motivada por questões políticas e étnicas. Por mais que tenha havido interesse em resolver a situação em Ruanda, este mesmo interesse não foi desenvolvido com ações eficazes que garantissem resultados mais precisos.

(Conclusão) O genocídio de Ruanda, ocorrido em 1994, comporta o maior exemplo omissão e ineficácia do Direito Internacional frente aos direitos humanos, pois evidentemente mostrou a fragilidade dos Estados e organizações internacionais em situações extremas em que a sociedade mundial necessariamente deveria agir com um posicionamento imediato, visando garantir resultados mais coerentes com a política de integração universal dos direitos humanos. Dessa forma, ao invés de impor medidas para evitar danos irreversíveis à população ruandesa, o que ocorreu foi à abstenção do pacto humanitário frente a uma guerra civil. Tal comportamento põe em dúvida não só os Estados e o compromisso com o bem coletivo e a paz e bem-estar social, como também, as ações da própria ONU, o que prejudica a confiabilidade da organização.

Palavras-Chave: Direito Internacional; Genocídio; Ruanda; ONU.

PATERNIDADE SOCIO AFETIVA: DIREITO DOS FILHOS DE CRIAÇÃO

Autor(es):

Lorena Cortez de Souza Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Nicolly Fernanda Felix de Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A sociedade tem proteção especial do Estado, sendo a família a base da sociedade, nós permitindo afirmar portando que o Estado também tem certa preocupação em proteger a instituição familiar. Pensando nisso, é sabido que a afeição e o respeito de um integrante pelo outro são tidos de extrema importância, em especial no que chamamos de lar, de modo que estreita ao máximo as relações familiares. Em que os desdobramentos da paternidade evoluem da fundamentação consanguínea, para funda-se no afeto. O ideal mesmo seria que estes laços afetivos vigorassem em todas as relações, e fossem considerados suficientes para nomear a paternidade. No entanto está realidade está longe de ser absoluta, de tal forma que ficamos diante da problemática que existe na paternidade socioafetiva, onde o vínculo existente nas relações entre pai e filho, não se detêm as limitações sanguíneas, pelo contrário, são relações construídas no cotidiano e enraizadas no afeto.

(Metodologia) A presente pesquisa fará utilização do método dedutivo, pelo qual investigaremos sobre a nova fundamentação das relações de afetividade na sociedade moderna, prevalecendo ainda do questionamento em torno da existência da paternidade socioafetiva para demais efeitos no âmbito jurídico envolvendo pais e seus filhos de criação. Além disso, como método de procedimento a dita pesquisa utilizará o estudo do caso, pois visando proporcionar uma maior explanação da problemática em questão, envolvendo assim um levantamento bibliográfico e análise de exemplos que auxiliem o entendimento do problema; e o comparativo, onde faremos uso de dispositivos técnicos, para respaldar a pesquisa, como a Constituição Federal Brasileira de 1988 e o Código Civil de 2002.

(Resultados) O núcleo da relação familiar é o afeto, sendo este crucial ao desenvolvimento do indivíduo, de tal forma que o ordenamento jurídico evolui junto com a sociedade, garantindo assim os mesmos direitos tanto para os filhos biológicos, como para os filhos de criação. Comprovação dessa nova realidade das relações familiares são as recentes decisões sobre paternidade socioafetiva que o poder judiciário traz. Além dos magistrados reconhecerem a importância do afeto na relação de pai e filho, muitos doutrinadores juristas discorrem sobre o tema, e conceituam a relevância do afeto na paternidade socioafetiva.

(Conclusão) O reconhecimento de filiação deixou de se autenticar apenas nos laços de sangue, para também se identificar no afeto, priorizando assim a proteção dos interesses dos filhos, independentemente do fator biológico. Garantindo o mínimo para uma vida digna, visto que os laços sanguíneos nem sempre vem acompanhados do afeto, essenciais na construção da base familiar.

Palavras-Chave: Paternidade Socioafetiva. Afeto. Filiação.

PEJOTIZAÇÃO: O USO DE INSTITUTOS DO DIREITO TRABALHISTA PARA FRAUDAR AS RELAÇÕES DE EMPREGO

Autor(es):

Vania Barbosa Peres: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) Analisa, à luz de preceitos legais, um novo cenário das relações trabalhistas onde o empregado torna-se pessoa jurídica e estabelece outro vínculo trabalhista para com o empregador, situação esta denominada de pejotização; para tanto, traz sua origem, contextualização, características e consequências. Sob a perspectiva da flexibilização abarcada pelo Direito do Trabalho, avalia esse novo liame empregado-empregador, a fim de conjecturar a existência ou não de benefícios e vantagens trazidas por esse novo panorama oriundo da pejotização, fazendo um paralelo entre a situação do empregado antes e depois de formalizar pessoa jurídica; para tanto, explanar-se-á, inicialmente, a cerca da flexibilização em si para subsidiar o entendimento dessa nova realidade. Também na perspectiva de delimitar o campo onde essa situação se insere, há de se elucidar a respeito da terceirização, uma vez que a pejotização, em tese, é vista como uma forma de prestação de serviço. Embasa esse fenômeno frente a princípios trabalhistas, como o princípio da irrenunciabilidade de direitos trabalhistas, o princípio da imperatividade das normas trabalhistas, o princípio da primazia da realidade, o princípio da proteção. Visto os aspectos legais que circundam a pejotização, ponderar-se-á sobre o fato de vislumbrar essa relação trabalhista como fraude ou não, em decorrência do fato de ser vista como uma estratégia para burlar a legislação trabalhista.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Assim sendo, para a análise do tema, far-se-á estudo a partir da doutrina - embasada principalmente em artigos, mas também em livros do ramo do Direito Trabalhista, em apontamentos oriundos de palestras sobre flexibilização e pejotização, assim como, em considerações trazidas pela única obra até agora publicada a respeito desse tema, do autor Leone Pereira -, como também do exame de julgados sobre essa matéria.

(Resultados) (RESULTADOS) Diante das abordagens supracitadas e do entrelace existente entre a pejotização, a flexibilização e a terceirização, buscar-se-á mostrar a posição doutrinária e jurídica a respeito do tema, de forma a trazer à vista a sua legalidade e, na falta desta, o que ocorre que caracteriza que a mesma versa contrária as determinações legais.

(Conclusão) (CONCLUSÕES) Com o novo cenário econômico-social interferindo nas relações trabalhistas, o Direito do Trabalho passa a permitir determinadas situações até então reprimidas pelo mesmo, eis que se tem a flexibilização. Contudo, o que nasceria para preservar direitos trabalhistas, manter postos de trabalho, gerar melhorias em aspectos diversos, tanto para os empregados como para os empregadores, entre outras situações, tem sua essência corrompida em algumas conjunturas, fazendo com que o que seria uma medida valorativa passe a ser precarizadora em seu cerne. Neste contexto, há de se inferir que flexibilizar a terceirização para que seja permitido pejotizar é uma maneira de burlar a legislação trabalhista, haja vista a pejotização ser entendida como sendo a utilização de pessoa jurídica interposta para alcançar aquele fim; o que fica marcado diante das decisões oriundas de ações com essa natureza.

Palavras-Chave: Palavras-Chave: Pejotização. Flexibilização. Terceirização.

**PERTINÊNCIA DA HERMENÊUTICA GADAMERIANA NA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS:
UMA ANÁLISE À LUZ DO PARADIGMA DA UNIÃO HOMOAFETIVA**

Autor(es):

Silverio Alves da Silva Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A palavra Hermenêutica remete-nos à mitologia grega, mais especificamente ao deus Hermes, cuja função era levar ao conhecimento dos humanos os recados do Olimpo. Hodiernamente, tem-se hermenêutica como sendo o saber que procura problematizar os pressupostos, a natureza, a metodologia e o escopo da interpretação humana. A partir do pensamento gadameriano, que não separa mais o intérprete do objeto, tal saber tornou-se ainda mais crucial para a compreensão e concretização do ordenamento jurídico, em especial no que concerne à efetivação dos direitos fundamentais. Partindo deste raciocínio, pretendemos analisar o reconhecimento do direito dos casais homoafetivos constituírem união estável promovido no Julgamento do RE 477554, demonstrando como a hermenêutica gadameriana pode nos dar subsídios para compreender de modo mais claro o processo de efetivação jurisdicional dos direitos fundamentais, valores intangíveis num Estado Democrático de Direito.

(Metodologia) Para a efetivação dos objetivos suscitados pelo presente trabalho, utilizamos, como técnica de pesquisa, revisões bibliográficas e documentais, cujo intuito precípua foi o aprofundamento tanto na seara da hermenêutica gadameriana, em consonância com o paradigma pós-moderno, quanto na sua aplicabilidade à concretização de direitos fundamentais. Partindo da fundamentação adquirida desta base, procedemos com o método de abordagem dedutivo, tendo como escopo a observação de evidências da presença dos conceitos desenvolvidos pela hermenêutica de Gadamer na decisão que reconheceu o direito de os homocasais constituírem união estável.

(Resultados) Embora a Carta Magna faça referência expressa (em seu art. 226, §§ 2º e 3º) apenas à união estável e conjugal entre homem e mulher, os ministros do Pretório Excelso, ao analisar a constitucionalidade da união homoafetiva no RE 477554, utilizaram-se de uma interpretação mais próxima da realidade social, em consonância com o horizonte histórico-cultural no qual se encontrava a norma. Assim como observa a hermenêutica de Gadamer, contribuíram de modo ativo para a construção da norma (que não existe a priori), analisando de modo hermeneuticamente circular o que o art. 226 tinha a dizer, de sorte a relacionar com o que preceituava o todo da Constituição (horizonte constitucional), e a realidade história em que esta está inserida (horizonte histórico), não olvidando, ainda, as pré-compreensões do julgador, culminando na declaração da constitucionalidade da união estável homoafetiva. De forma objetiva, quando da análise da ementa do julgado, podemos perceber evidências de algumas das pré-compreensões que foram utilizadas para o alargamento final da norma, tais como a noção de dignidade da pessoa humana, o direito que cada indivíduo tem de buscar a sua felicidade, a necessidade da proteção dos direitos civis das minorias, como também a necessidade de se atribuir à norma de direito fundamental o sentido que maior eficácia lhe dê.

(Conclusão) A partir da observação do julgamento da constitucionalidade da união homoafetiva promovido no RE 477554, concluímos que o pensamento gadameriano, ao analisar a ordem hermenêutica como ela ocorre de fato (e não simplesmente como ela deveria ocorrer), dá-nos os subsídios necessários para melhor compreender o processo jurídico de concretização dos direitos fundamentais, por meio da investigação da influência que possui a hermenêutica circular e o horizonte histórico-cultural do julgador na busca que este faz pela interpretação mais adequada para o caso concreto.

Palavras-Chave: Hermenêutica, Gadamer, constitucional, concretização

POLÍTICAS PÚBLICAS E GARANTIA DE DIREITOS: A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NO SÉCULO XXI

Autor(es):

Stephane Gomes Henriques Cavalcanti: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Ive Barbosa de Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Indyara Camilo dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O estudo proposto visa examinar as políticas públicas para as crianças e adolescentes existentes no Brasil, no estado do Rio Grande do Norte e no Município do Natal e verificar a compatibilidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente e com a Constituição Federal, apresentando sua evolução e os princípios que regem a doutrina da proteção integral com vista a soluções sócio-jurídicas para os problemas mais relevantes. Para tanto, a presente pesquisa se divide em dois eixos temáticos: a) A efetivação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes no século XXI; b) O contexto bio-psico-social do adolescente infrator e sua inclusão no Direito.

(Metodologia) Como suporte teórico-metodológico, fundamenta-se em uma perspectiva dialética. Partindo desse pressuposto, pretende-se o aprofundamento teórico de dois aspectos diferentes, mas complementares. O primeiro refere-se ao debate inclusão/exclusão social, que possibilita a ampliação do olhar sobre a temática da efetivação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes. O segundo diz respeito aos processos de organização social na garantia de seus direitos, incluindo a questão do enfrentamento da violência e o adolescente infrator. O município de Natal, no estado do Rio Grande do Norte, é o campo empírico desta investigação. Para coleta de dados empíricos são realizadas observações em instituições e entrevistas. Serão, ainda, realizados levantamentos de documentação pertinente às temáticas e dados estatísticos fornecidos por órgãos públicos. Além da análise de jurisprudências referente à infância e juventude do Tribunal de Justiça do estado do Rio Grande do Norte, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. A associação de diferentes estratégias de análise é uma característica desta pesquisa. Este Projeto de Pesquisa institucional busca a interdisciplinaridade no seu processo de desenvolvimento e discussão de resultados estando aberto para a participação de discentes e docentes de diferentes cursos e departamentos do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN.

(Resultados) A pesquisa se iniciou para acompanhar e avaliar a o processo de implantação de projetos e o funcionamento de serviços públicos para o atendimento de crianças e adolescentes e seus impactos, levando-se em consideração a participação dos sujeitos envolvidos no processo. A fim de cumprir o objetivo proposto, são eleitas periodicamente temáticas para aprofundamento das questões jurídicas mais relevantes: teoria dos direitos fundamentais, políticas públicas, saúde, educação escolar, violência sexual, prevenção ao uso/abuso de drogas, o contexto familiar e a colocação e família substituta, trabalho infanto-juvenil e a situação do adolescente infrator. Tem-se, portanto, como resultados esperados contribuir para a sensibilização da população local sobre os direitos das crianças e adolescentes, possibilitando um debate acadêmico em torno do reconhecimento e valorização do seu potencial social, e, permitir o fortalecimento de uma visão crítica em relação às violências sofridas, possibilitando ao público participante interferir no contexto político e social no município de Natal/RN a fim de buscar melhorias concretas.

(Conclusão) Em sintonia com demandas de setores organizados da sociedade, a Constituição de 1988 reconheceu as crianças e os adolescentes brasileiros como sujeitos plenos de direitos. No entanto, esta parcela da população encontra-se na condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, o que exige que suas famílias, o poder público e o conjunto da sociedade em geral reúnam esforços para garantir a efetivação daqueles direitos com absoluta prioridade, assegurando, assim, dignidade e proteção integral ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. Coibir atos de violência infanto-juvenil é lutar por premissas que transpõem nosso papel de cidadãos, representando um esforço de diversos setores da sociedade pela dignidade humana. Cabe, assim, ressaltar a atuação fundamental da educação superior em contribuir no aprofundamento dessa temática complexa.

Palavras-Chave: Direitos fundamentais da Criança e do Adolescente. Políticas Públicas. Garantia de Direitos.

POSSIBILIDADE DE DIVISÃO DA PENSÃO POR MORTE ENTRE A ESPOSA E A CONCUBINA

Autor(es):

Ana Clara Araújo de Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Nathália de Souza Martins: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A proteção da Seguridade Social auxilia no desenvolvimento das famílias e combate grandes males que atingem a pessoa humana, respeitando os direitos e colaborando para proteger o indivíduo frente à doença, à invalidez, à morte, à idade avançada e outros riscos sociais. Dando ênfase à Previdência Social, subsistema contributivo, pressupõe-se o pagamento de contribuições previdenciárias pelos segurados para a sua cobertura e dos seus dependentes. Nesse sentido, a discussão central nos leva a pensar de uma forma mais específica sobre a pensão por morte, benefício assegurado pela previdência social aos dependentes do contribuinte que falecer, presumindo-se dependência econômica daqueles descritos no art. 16, I da Lei nº 8.213/91. Apesar do rol taxativo do art. 16 da Lei, discute-se se concubina – aquela que mantém relação com o indivíduo impedido de casar – pode ou não aparecer como dependente apta a perceber o benefício. Tradicionalmente, o INSS tem dividido a pensão por morte com a esposa e a concubina desde que houvesse vida em comum. Jurisprudencialmente, a possibilidade de pensão por morte pela concubina é divergente.

(Metodologia) A construção do trabalho se baseou no método dedutivo, com estudo bibliográfico por meio de livros, artigos científicos, além de análise jurisprudencial com o intuito de buscar uma melhor compreensão sobre o tema em estudo.

(Resultados) As mudanças sobre a concepção da família determinaram a variedade de julgados quanto a possibilidade da divisão da pensão por morte entre esposa e concubina. Neste sentido, para garantidores do rateio, o direito da concubina à pensão por morte está relacionado a afetividade, a estabilidade do relacionamento, sobrelevando-se, ainda, o fato de a sua convivência ser notória perante a sociedade, assemelhando-se assim a união estável. Com base nisso, o TRF da 4ª Região, na apelação cível nº 2000.72.05.003747-5/SC, determinou o rateio entre a esposa e a concubina por entender que tudo se assemelhava a união estável (constitucionalmente protegida) e que esta mantinha relação de dependência com o de cujus, restando apenas o reconhecimento formal do concubinato. Por outro lado, não há o que se falar em existência de união estável, uma vez que essa só se configura quando na relação ambos são desimpedidos, isto com base no art. 226 § 3º da CF, uma vez que há a possibilidade da conversão em casamento, sendo este o posicionamento do RE 590.779 do STF. Além disso, o Estado brasileiro está baseado em relações monogâmicas, reconhecendo as famílias entre duas pessoas, não se tratando de infidelidade ou de traição, mas sim da impossibilidade de existência de relações paralelas.

(Conclusão) Por fim, com base na pesquisa conclui-se que não é cabível o rateio da pensão entre a esposa e a concubina, uma vez que a CF no art. 226 apresenta a família como base da sociedade que deve ser protegida pelo Estado. Encontra-se ainda no CC, Livro IV Do Direito de Família, Subtítulo I, Do Casamento as disposições para a configuração do casamento, como também o impedimento do casamento entre pessoas já casadas, excluindo-se, por definitivo, a possibilidade da união estável. Apesar de, majoritariamente, não ser possível conceder o rateio entre a concubina e a esposa do segurado, o STF reconheceu repercussão geral da questão no RE 669465 que trata sobre a possibilidade do concubinato de longa duração gerar efeitos previdenciários.

Palavras-Chave: Pensão por morte. Concubina. Previdência Social.

PRECONCEITO NAS REDES SOCIAIS: ANÁLISE DE CASOS DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO PRATICADOS POR MEIO DE REDES SOCIAIS À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Autor(es):

Jamile Holanda Fontenele: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Ingrid Farias de Lacerda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Felipe Michael Juvencio Santana: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN

(Introdução) Discorre, em uma visão dialética da ciência, sobre a análise de casos de preconceitos e discriminações de ordem social, cometidos por meio dos mecanismos contemporâneos de interações interpessoais na rede mundial de computadores – as redes sociais – abordando, por método perscrutador, seus aspectos, além de versar acerca da afronta ao ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo à lei 7.716/89 e ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, bem como a omissão do ente público para combater a aludida prática ofensiva. A problemática abordada fundamenta-se na hodierna forma de praticar o preconceito, através das redes sociais de massa. Objetiva-se, portanto, analisar casos concretos de discriminações sociais veiculados nas redes sociais, com escopo de atestar a existência de uma onda ofensiva motivada pela facilidade de sua propagação e acessibilidade. Ademais, é de suma relevância a análise do tema à baila, pois é mister que tanto a comunidade acadêmica como a sociedade passem a gerir e desenvolver recursos para coibir os atos sobreditos.

(Metodologia) Busca-se através de pesquisa descritiva, onde tem por finalidade estudar e analisar atos preconceituosos e discriminatórios no âmbito das redes sociais, com o intuito de interpretar os fatos do campo pesquisado sem interferência dos agentes pesquisadores, sobretudo, utilizando meios metodológicos de referência teórica, histórica e pesquisa participante para demonstrar o alcance do tema e sua relevância. Toma-se como ponto basilar do estudo apresentado, os casos concretos de preconceitos encontrados nas redes sociais e, na existência, suas consequências jurídicas. Da mesma forma, utilizar dados de pesquisa quantitativa e qualitativa para mensurar a constatação da prática descrita. Além de confrontar a conduta consignada com a disposição legal relativo ao tema.

(Resultados) Busca-se através de pesquisa descritiva, onde tem por finalidade estudar e analisar atos preconceituosos e discriminatórios no âmbito das redes sociais, com o intuito de interpretar os fatos do campo pesquisado sem interferência dos agentes pesquisadores, sobretudo, utilizando meios metodológicos de referência teórica, histórica e pesquisa participante para demonstrar o alcance do tema e sua relevância. Toma-se como ponto basilar do estudo apresentado, os casos concretos de preconceitos encontrados nas redes sociais e, na existência, suas consequências jurídicas. Da mesma forma, utilizar dados de pesquisa quantitativa e qualitativa para mensurar a constatação da prática descrita. Além de confrontar a conduta consignada com a disposição legal relativo ao tema.

(Conclusão) Ficou demonstrado a existência da modalidade descrita, principalmente pela facilidade de acesso às redes sociais e pelo vasto conteúdo inserido em tal meio, como também deduz-se a falta de mecanismos que auxiliem no controle de matérias expostos em tais ambientes virtuais, dificultando a aplicação da Lei 7.716/89. Aliado aos fatos descritos, há a falta de informação dos usuários em manifestar a presença da prática discriminatória, visto a ausência de esclarecimento para buscar ajuda frente à violação. Portanto, embora exista normas que punam a prática do preconceito e da discriminação, a sociedade brasileira, latu sensu, não possui conhecimento e informação suficiente para alcançar a medida judicial cabível ao caso.

Palavras-Chave: Preconceito. Redes Sociais. Lei 7.716/89.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Autor(es):

João Maria dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Marcelo Silva Farias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Vera Lúcia Gomes de Macedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A palavra Previdência pode ser traduzida por antecipar um fato e prevenir-se para ele à necessidade de sobrevivência e a incerteza sobre as condições futuras. O sistema previdenciário brasileiro pode ser sistematizado em: Regimes Básicos (Regime Geral de Previdência Social e Regimes Próprios de Previdência de Servidores Públicos Cíveis e Militares); Regimes Complementares de Previdência (Previdência Privada – aberta ou fechada e Previdência Complementar do Servidor Público- fechada). Especialistas recomendam que, a renda final do período produtivo do trabalhador seja de pelo menos 70% da renda atual. Isso levando-se em conta que os filhos já estarão crescidos, a casa própria estará quitada, e outros gastos consideráveis do período produtivo da vida já não se façam mais necessários. Há uma diferenciação entre a Previdência Pública e Previdência Privada, pois enquanto aquela visa garantir o mínimo existencial, esta visa a manutenção do padrão da qualidade de vida.

(Metodologia) O método de pesquisa utilizado é o explicativo, buscando de forma objetiva a explanação sobre a importância dos benefícios da Previdência Complementar e suas modalidades. A abordagem será direta e, como objeto de pesquisa, serão utilizadas a Constituição Federal/88, Art. 202 e as Leis Complementares 108 e 109/2001, bem como, livros e artigos na internet que tratem sobre o assunto deste trabalho de pesquisa, utilizando, para tanto, o método dialético.

(Resultados) Disseminar a partir deste trabalho, a importância de uma análise categórica das cláusulas contratuais ao adquirir uma Previdência Complementar, as leis que regem tal previdência e, se fora observado o princípio da isonomia, instrumento básico inerente a todo instituto previdenciário. - Demonstrar que no Brasil há uma tendência ao aumento da quantidade de idosos, face ao aumento da expectativa de vida, Bem como há uma queda do crescimento vegetativo, o que fará com que a pirâmide populacional se inverta, devido à baixa capacidade de renovação, pois há uma diminuição da média de filhos por mulher, o que onerará no futuro breve a saúde financeira dos órgãos públicos de previdência social. - Realizar uma diferenciação entre os Regimes Complementares de Previdência, em especial, a Previdência Privada, pois, segundo dados da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi), a preocupação com o futuro vem aumentando entre os brasileiros, embora a grande maioria da população ainda se limite apenas aos Regimes Básicos da Previdência Social. - Desenvolver senso crítico no que se refere à Previdência Complementar, bem como situá-la no contexto atual.

(Conclusão) A busca por uma qualidade de vida e manutenção do padrão sócio-econômico leva a trabalhadores assalariados e autônomos, que percebem remuneração além do teto máximo do Regime Básico de Previdência Social, a buscarem Previdência Privada para compensar a distorção sofrida com as perdas salariais provenientes de aposentadoria, sendo necessário, contudo, atentar para as peculiaridades do Regime de Previdência, evitando condições desfavoráveis para o segurado.

Palavras-Chave: Previdência complementar, isonomia, aposentadoria.

PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE

Autor(es):

Alexandre Soares da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Alexandre Santos de Sousa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) O avanço mais significativo em favor da proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, contra qualquer ação ou omissão do Estado ou dos responsáveis legais ocorre a partir da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989. A transgressão aos direitos humanos defendidos na Constituição Brasileira de 1988, igualmente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, contribuiu para a realização do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que propiciou a criação de órgãos fiscalizadores ante à ameaça aos direitos infanto-juvenis. Consequentemente surge no Brasil o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, criado em 2003, ligado à Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, como uma das estratégias do Governo Federal para o enfrentamento do tema letalidade infantojuvenil. Instituído oficialmente em 2007. A pesquisa tem por objetivo analisar o processo de implantação do PPCAAM no âmbito do estado do Rio Grande do Norte, bem como a adequação do programa à legislação pátria e aos Tratados e Convenções de Direitos Humanos e Direitos da Criança e do Adolescente em que o Brasil é parte

(Metodologia) O método de pesquisa utilizado é o descritivo, sendo realizado um estudo acerca da necessidade da proteção infanto-juvenil contra a violação de direitos. Será realizado por meio de abordagem direta, e como objeto de pesquisa serão utilizados a Convenção sobre os Direitos da Criança, o Estatuto do ECA, o Guia de Procedimentos PPCAAM e artigos na internet que tratem sobre o assunto deste trabalho de pesquisa.

(Resultados) Em âmbito nacional, o PPCAAM tem progredido com medidas protetivas, objetivando reduzir o número de mortandade dos jovens que passam a ter suas vidas ameaçadas. Dentre as ações que podem ser desenvolvidas pelo programa, estão a transferência de residência ou acomodação da criança ou do adolescente para um ambiente compatível com a proteção; a inserção dos protegidos em programas sociais; o apoio e a assistência social, jurídica, psicológica, pedagógica e financeira. No estado do Rio Grande do Norte, o Poder Judiciário cobra pela implementação do PPCAAM, que substituirá o Programa de Proteção a Vida. Apesar do nível de investimentos em políticas públicas dedicadas às crianças e aos adolescentes, os esforços ainda são insuficientes em relação às demandas existentes, considerando-se que das 27 unidades federativas o Programa está localizado em pouco mais de 1/3 do total, cerca de 10 estados envolvidos.

(Conclusão) As políticas governamentais públicas estão longe de ser eficazes por não atenderem a maioria da população visada, no sentido que os recursos são diminutos para o cenário nacional. Em consequência disso, a qualidade do Programa fica por demais afetada, retirando toda a efetividade de sua intenção quando concebida. Fragilizado em seu principal objetivo, qual seja, a preservação de vidas de crianças e adolescentes ameaçados de morte, com enormes dificuldades de garantir uma medida protetiva especial, este Programa tende a não ter a eficácia esperada. No entanto, são das análises das dificuldades inerentes à implantação de uma política pública que se podem produzir elementos para a sua construção eficaz, a fim de que se garantam às crianças e aos adolescentes deste país muito mais que intenções positivadas e distantes.

Palavras-Chave: Convenção. Letalidade. Proteção.

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO PLANO DE CARGO, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO
NO CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE NATAL: VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO NÃO RETROCESSO SOCIAL**

Autor(es):

Wilussandra Leiros de Araújo Dias Alves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho realiza uma análise a partir de um olhar ético do projeto de Lei Complementar que dispõe sobre o plano de cargo, carreira e remuneração dos profissionais do magistério público da rede municipal de ensino da cidade do Natal proposta pela Prefeitura Municipal de Natal, via Secretária de Educação a partir de comissão mista não paritária.

(Metodologia) A análise foi realizada a partir de dados coletados na observação direta em assembleias, audiência pública e reuniões de pólo promovidas para construção e análise da Lei, bem como de referencial teórico que fundamenta a pesquisa investigativa sob a ótica da ética utilitarista quando realizado a comparação entre a Lei Complementar de unificação e as já existentes. Para tanto, utilizou-se o método de abordagem dialético e o histórico no procedimento.

(Resultados) Este projeto de Lei é fruto de uma reivindicação da categoria dos educadores infantis para que adquirisse direitos e garantias semelhantes ao cargo de professor do ensino fundamental, consubstanciando-se assim a referida unificação de carreiras no contexto da função do magistério municipal. Contudo, apresenta-se em alguns aspectos como um retrocesso nas conquistas já alcançadas pela Lei anterior, como na capítulo VI Do Regime de Trabalho que em seu art. 26 quando aduz que a jornada de trabalho do profissional do magistério público municipal será parcial de 24 (vinte e quatro horas e de 30 (trinta) horas semanais e em seu inciso I que o professor que exerce funções na educação infantil (Pré-escola) e ensino fundamental cumprirá jornada de 24 (vinte e quatro) horas, configurando um retrocesso posto que a Lei Complementar anterior nº 00058/04 dos professores do Ensino Fundamental prevê no seu art. 27 que:- A jornada de trabalho do cargo de professor será parcial de vinte horas, ou integral, de quarenta horas semanais, vê-se que as horas de trabalho que na atualidade são de 20h passaria a ser de 24h sem alteração salarial, outro aspecto apresenta-se no art. 16, § 3º que prevê: A avaliação do profissional do magistério público municipal será realizada anualmente, enquanto a pontuação do desempenho e da qualificação ocorrerá a cada 03 (três) anos, quando anteriormente na lei em vigor prevê no seu art. 16 § 2º: A avaliação do professor será realizada anualmente, enquanto a pontuação do desempenho e da qualificação ocorrerá a cada dois anos, isto é, o profissional levaria três anos ao invés de dois para ter direito a promoção e consequentemente levaria mais tempo para chegar ao topo da carreira, entre outros pontos conflitantes e reveladores da não efetivação quanto a sua propositura almejada.

(Conclusão) Aferimos que esta Lei de unificação vai na contramão do processo de avanços trabalhistas na história da educação do município do Natal, uma vez que retroage nos direitos já alcançados em lei anterior como apresentado acima, deflagrando um momento de grande insatisfação na classe uma vez que se nega a máxima da valorização profissional do magistério condição sine qua non para a conquista da qualidade na educação e do progresso social, como também viola o princípio do não retrocesso social e o direito adquirido.

Palavras-Chave: Plano de Carreira. Magistério. Ética.

PROJETO DE LEI Nº. 4330/04: ANÁLISE SOB O PANORAMA LABORAL DO SÉC. XXI X FLEXIBILIZAÇÃO DE DIREITOS TRABALHISTAS.

Autor(es):

Bárbara Porpino Miranda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Mayara Santos da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho trata da terceirização, uma modalidade atípica de contratação trabalhista que surge a partir do processo de globalização tendo como instrumento principal a política neoliberalista estatal. O trabalho possui o intuito de demonstrar os dois pólos discursivos da relação, de um lado empresas privadas e instituições públicas na tentativa de diminuir encargos e do outro a flexibilização de direitos dos trabalhadores. Trataremos ainda, da necessidade de regulamentação para o exercício de tal prática laboral vivenciada por cerca de 15 milhões de brasileiros atualmente.

(Metodologia) O referido trabalho possui uma metodologia baseada na pesquisa bibliográfica, em fontes jurídicas e não jurídicas, logo pode-se classificar a pesquisa no âmbito metodológico, como uma pesquisa qualitativa, indutiva ou seja, desenvolve-se a partir de conceitos, é também exploratória já que não existe um vasto material sobre o tema especificado e faz-se também documental.

(Resultados) A modalidade de terceirização surgiu na globalização, que fez com que o mundo compartilhasse não apenas informações e técnicas, mas também formas de viver, de trabalhar e de conduzir a vida política, social e econômica. É perceptível na conjuntura brasileira que este duelo de forças entre o empresariado e os trabalhadores precariza garantias, condições de trabalho, direitos trabalhistas e previdenciários conquistados após muitos anos de lutas, rompendo com o padrão clássico de vínculo empregatício de inúmeras formas, a partir de contratos que não garantem estabilidade, não atingem sua função social, flexibilizam direitos como também tornam a autoestima, a saúde e a segurança do trabalhador fragilizadas. A partir da visão de não subordinação primordial por parte do tomador no intuito de reduzir custos através do pólo hipossuficiente da relação jurídica, o empresariado sustenta seu discurso na justificativa de querer focar apenas em suas atividades principais. A súmula 331 do TST deixou questionamentos e situações laborais em aberto, motivando o clamor social da classe trabalhista por regulamentação da atividade terceirizada, eis que surge o Projeto de lei nº4330/04 que nitidamente não atende as expectativas atinentes a solução para a problemática uma vez que dá a possibilidade de se terceirizar qualquer atividade seja ela meio ou fim, prevê a uma nova modalidade chamada quarteirização e representam um ruptura com algumas proteções consolidadas na constituição federal de 1988.

(Conclusão) Conclui-se que é imprescindível a construção de uma regulamentação de caráter justo por parte do legislativo brasileiro, de forma a garantir direitos mínimos aos trabalhadores, em uma perspectiva de uma sociedade solidária e humanitária, pois o projeto de lei existente não atende às expectativas da classe. Ele é favorável ao empresário em vários pontos, e fragiliza aspectos de saúde e de segurança do trabalhador. Outro ponto favorável ao empresariado é a insignificância do valor da sanção de multa imposta, além da proibição de aplicação com lei anterior que não esteja em consonância com o dispositivo.

Plavras-Chave: Lei. Trabalho. Terceirização

PROPOSTA DE LEI 117/2013 – PAIS PARA SEMPRE

Autor(es):

Natalia Pereira Gomes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Vanessa Cristina Araujo Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Patrice Alexandra de Farias Teixeira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Marcella Caroline Pinheiro de Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Christiano Brenner Augusto Dantas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN
Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo busca minimizar a problemática da alienação parental em consonância com o projeto de lei 117/2013, no qual traz em sua ementa a possibilidade de se tornar regra a guarda compartilhada nos casos de divórcio, tornando pai e mãe guardiões, conjuntamente, dos filhos havidos nesta relação. Rompendo com as antigas convenções impostas pela guarda unilateral, que estabelecia o poder exclusivo e egoísta de um só guardião. Tendo em vista que, caso a guarda não seja compartilhada, as possibilidades de haver alienação parental é bem maior, enfraquecendo a relação familiar entre pais e filhos. De forma que realizaremos uma comparação entre a maior incidência dos diferentes tipos de guarda ao decorrer do tempo. Estabelecendo suas diretrizes, além das consequências nas famílias em adotar determinado tipo de guarda.

(Metodologia) Para o desenvolvimento será utilizada pesquisa bibliográfica, doutrina, jurisprudência e legislação. Fazendo um estudo comparado e evidenciando as mudanças que se fazem necessárias no âmbito das relações parentais, efetivando a defesa de que se é preciso combater a alienação parental tão comum em nossos dias.

(Resultados) Os resultados obtidos foi o de que o presente projeto de lei discutido em nosso trabalho será respeitado os direitos das crianças e dos adolescentes. A partir do momento em que se estabelece a guarda compartilhada como sendo inerente àqueles que decidem por optar a celebrar uma união e posteriormente divorciam-se, conseqüentemente são assegurados pela guarda compartilhada; desta forma, minimiza-se a possibilidade de haver a alienação parental, uma vez que ambos os pais serão guardiões, conjuntamente dos filhos havidos na relação agora extinta.

(Conclusão) Dessa forma, o presente estudo conclui que a aprovação do projeto de lei e conseqüentemente a mudança em nosso ordenamento que passaria a adotar a guarda compartilhada como regras no caso de separação. Tem o condão de superar problemas constantes do passado, além de equilibrar a responsabilidade parental, promovendo uma igualdade e conseqüentemente a oportunidade de uma família equilibrada ao menor que terá a possibilidade de ter pai e mãe participando conjuntamente da vida. O Estado e todas as entidades que compõem a Administração Pública não reconhecem, de forma alguma, a violência que é cometida nas varas de família; em contrapartida, acham preferível cuidar dos problemas de delinquência juvenil, dos viciados em drogas, dos problemas psiquiátricos, não queremos, contudo, deixar em segundo plano assuntos tão relevantes em nossa sociedade, contudo, os operadores do Direito não aplicam a Lei da alienação parental, muito menos a da guarda compartilhada. De forma a cumprir todo o sentido, com todo o espírito das leis e com todas as obrigações internacionais assumidas pelo Brasil, divergindo do conhecimento das ciências humanas, que apontam claramente para a adoção da guarda compartilhada como fator essencial para a redução de graves problemas sociais.

Palavras-Chave: Guarda; Família; Menor; Projeto; Estado; Parental;

PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR NO ÂMBITO INTERNACIONAL E A AUTUAÇÃO DA OIT

Autor(es):

Scarlatt Rhyane Silva Campos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Priscila Campos Cavalcante: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os direitos fundamentais são intrínsecos à dignidade humana, e o respeito a tais direitos não se restringe apenas àqueles presentes na Constituição Federal, mas perpassa também o Direito do Trabalho e o Direito Internacional. É essencial que as relações trabalhistas sejam observadas para que haja o respeito à dignidade humana. No tocante ao trabalho do menor, a preocupação é ampliada, uma vez que exposto a um trabalho degradante à sua saúde, as consequências podem ecoar por toda a vida. Nos últimos anos o tema vem ganhando projeção, quando se vislumbra a necessidade de proteção do menor para que esse alcance a dignidade. É por esse motivo que a OIT estabeleceu inúmeras convenções que tem por finalidade a proteção do menor, pois sem o devido regulamento laboral, jamais os demais direitos serão alcançados. Desse modo, propõe-se a discutir o relevante tema diante das normas internacionais que regulam o assunto.

(Metodologia) Para o desdobramento sobre as questões abordadas, será utilizado o método dedutivo, com aplicação de estudo bibliográfico, com levantamento de dados em livros especializados, artigos científicos, monografias e doutrinas, dessa forma, buscando alcançar conhecimento para a adequada compreensão do tema.

(Resultados) Ao analisar todas as legislações pertinentes ao tema, percebe-se que os legisladores, cada dia mais, estão compreendendo que é de fundamental importância se criarem leis que protejam os direitos fundamentais dos seres humanos e também as relações de trabalho, tanto públicas como privadas, principalmente no que tange ao menor, que tem a sua saúde mais fragilizada. Há ainda a proteção internacional a todos os direitos já citados, que nesse ramo é feita pela Organização Internacional do Trabalho, que tem papel relevante no meio discutido, trazendo para os Estados normas imprescindíveis para a proteção ao trabalhador, principalmente ao trabalhador menor.

(Conclusão) Após estudo sobre o tema acima relacionado, podemos perceber a necessidade e a importância de se proteger o menor, especialmente no que se refere a exploração do trabalho infantil, ou seja, o trabalho da criança e do adolescente, pois é na infância que ocorre o desenvolvimento físico e moral. A criança e adolescente devem ter uma proteção mais significativa, tendo em vista que estão em sua fase de desenvolvimento, e qualquer erro cometido nessa etapa pode trazer resultados drásticos por toda a vida adulta desse menor. Até certa idade, eles devem ter tempo para se dedicar aos estudos, para futuramente vir a ser tornar uma pessoa qualificada e com chance de progresso na vida profissional. Se esse desenvolvimento for afetado, essas crianças e adolescentes se tornarão pessoas enfermas, incapacitadas, com uma moral afetada e que, posteriormente, poderão vir a prejudicar toda uma sociedade.

Palavras-Chave: Direitos Fundamentais. OIT. Trabalho do Menor.

QUEM TEM DIREITO AO TRONO DE FERRO? UMA ANÁLISE DO PODER CONSTITUINTE (ORIGINÁRIO) A PARTIR DE GAME OF THRONES

Autor(es):

João Henrique Tavares Lopes Cardoso: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Carlos Augusto de Souza Barbalho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

José Eduardo de Almeida Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Nosso trabalho adentrou pela problemática do Poder Constituinte Originário, tantas vezes olvidado pelos jusconstitucionalistas passados e atuais, mas que constitui o cerne do(s) constitucionalismo(s) desde fins do século 18, quando operou uma virada na fundamentação do poder, que deixou de ser hereditário e passou a pertencer a própria Nação e posteriormente ao povo. Nosso objetivo foi unir o direito à literatura para analisar o problema da fundamentação e legitimidade do Poder Constituinte Originário a partir do problema jurídico central das Crônicas de Gelo e Fogo, do escritor George R. R. Martin, que é “quem tem direito ao trono de ferro?”.

(Metodologia) A metodologia utilizada e que permeia de forma única toda a pesquisa foi o ‘decisionismo jurídico puro’ de Carl Schmitt, com bases mais remotas em Jean Bodin e Thomas Hobbes. Adotamos essa metodologia porque acreditamos que ela é a única que analisa o problema pela visão do ‘ser’, e não pelo do ‘dever-ser’. Estas últimas teorias falham exatamente porque contrariam a realidade, mas é preciso lembrar que teoria é bom, mas não muda a realidade.

(Resultados) Chegamos aos resultados de que sempre e em todos os tempos históricos houve Poder Constituinte Originário, embora a Constituição seja uma conquista sumamente moderna, do fim do século 18, de modo que com essa ideia nós fazemos uma clara inversão do pensamento de Ferdinand Lasalle. Constituição tem como conteúdo mínimo a limitação dos poderes, a garantia dos direitos fundamentais e a titularidade do poder no povo, e como isto só passou a existir nos oitocentos, rechaçamos veementemente qualquer pensamento que se olvide da historicidade e reconheça nas formas mais antigas resquícios de constitucionalismo. Verificamos também que o Poder Constituinte não tem como sua função unicamente produzir a Constituição, pois pode moldar o ‘ser’ da sociedade através de outras formas que não uma Constituição.

(Conclusão) Concluímos respondendo a questão que balizou nossas pesquisas “quem tem direito ao trono de ferro?”. Bem, tem direito ao trono de ferro quem conseguir conquistá-lo, quem conseguir tomar o poder e de modo globalmente eficaz emitir comandos que sejam respeitados pelos destinatários das normas. Isso fica evidente no universo de Game Of Thrones desde a conquista por Aegon, O Conquistador, passando a Rebelião que culmina com a extinção da Casa Targaryen e ascensão do Rei Robert Baratheon. O poder sempre precede ao direito, será direito o que quem tem o poder disser que é direito. Sendo assim, uma revolução vitoriosa, como a de Robert, é um novo poder constituinte originário, mas uma revolução que fracassa, como a de Robb Stark, constitui apenas um crime que deve ser punido.

Palavras-Chave: Poder Constituinte Originário; Soberania; Game Of Thrones; Crônicas de Gelo e Fogo; Carl Schmitt

RECUSA DE TRANSFUSÃO DE SANGUE POR CONVICÇÕES RELIGIOSAS

Autor(es):

Amanda Medeiros Pinheiro Borges: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Brenda Santos de Oliveira Martins: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Demos início ao nosso trabalho com o intuito de explanar a questão da transfusão sanguínea para seguidores da religião testemunha de Jeová, buscando discutir os pressupostos fáticos e jurídicos que levam à recusa diante da doação, como também diante da possibilidade de receber sangue de outro ser humano. Os religiosos respaldam-se na interpretação de passagens bíblicas, afirmando que nestas há uma negação da possibilidade de tal ato, situação essa que gera demasiados conflitos na nossa ordem jurídica envolvendo multidisciplinas que tentam solucionar a questão de maneira mais justa, sem se desvincular do sistema jurídico vigente.

(Metodologia) Utilizamos o método dedutivo, o qual recairá sobre a legislação do nosso sistema jurídico, abrangendo normas possíveis de se contradizerem, o que necessita de verificação adequada destas a cada caso concreto. Concomitantemente, observa-se uma abordagem empírica, através do qual nos valem para trazer à pesquisa o método de procedimento de estudo de casos concretos, a partir do método de abordagem dialético.

(Resultados) Ao realizarmos as pesquisas para a produção do artigo, pudemos encontrar diversos casos concretos e possíveis saídas que versam sobre o problema das transfusões sanguíneas. Depois de muitos estudos e desdobramentos, decidiram a jurisprudência e a doutrina majoritária que, em caso de risco de morte iminente, na inexistência de alternativa viável, o médico responsável deve fazer a transfusão sanguínea, principalmente quando o necessitado está inconsciente. Desse modo, as alternativas trazidas vêm a, juridicamente, defender direitos que de algum modo estão sendo alienados. Os meios que, durante a pesquisa e produção acadêmica trouxemos, podem ser empregados para a solução de tal conflito, o qual apresenta diversas faces e envolve diversos pensamentos sobre a religião e o direito. Como fim do que articulamos, percebemos a superioridade da nossa Carta Magna como algo precursor para a discussão acerca dos demais argumentos empregados contrariamente à transfusão.

(Conclusão) Como fim da nossa pesquisa, almejamos, principal e primordialmente, buscar a ponderação que se faz necessária a cada caso concreto. Partindo dessa prerrogativa, fez-se fundamental a nossa análise crítica, pois nela é explícita a indagação a respeito do que é, de fato, o justo. Em cada caso, as particularidades a estes atribuídas necessitam de um olhar minucioso, em que não se pode, simplesmente, aplicar-se aos diferentes casos a mesma concepção e dar-lhes o mesmo julgamento. Como salientamos em nosso artigo, cada diferente conflito deve ser destecido para que possamos encontrar o foco do problema a ser resolvido.

Palavras-Chave: Alternativa. Transfusões sanguíneas. Conflito.

**REFLEXOS DO MENSALÃO: ANÁLISE DE INCONSTITUCIONALIDADE DA EMENDA CONSTITUCIONAL
41/2003**

Autor(es):

Mirley de Almeida Cardoso: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Beatriz de Lemos Romão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rhuama Duarte Medeiros de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa tem o objetivo de explanar e trazer a conhecimento um dos reflexos, do que muitos consideram ser o maior escândalo de corrupção já ocorrido no Brasil, envolvendo os membros do Poder Público. Demonstrando assim, como a falta da probidade e moralidade de alguns desses parlamentares, por meio de um vício congênito no Processo Legislativo (Vício de Decoro Parlamentar), em decorrência de pagamento para apoio ao projeto da Emenda Constitucional 41/2003, teria dado causa a aprovação desta, alterando o texto da nossa Carta Maior, sendo, desde então, objeto de várias discussões no âmbito jurídico sobre sua constitucionalidade ou não.

(Metodologia) Desenvolveu-se a presente pesquisa tendo por base, primeiramente, Manuais de Direito Constitucional, bem como, noticiários, revistas jurídicas, artigos publicados, jurisprudência proferida pelos tribunais do Brasil. Ainda tendo por base leis presentes no ordenamento jurídico, como também entendimentos doutrinários.

(Resultados) Com a pesquisa, pôde-se constatar que já houve algumas Ações Diretas de Inconstitucionalidade, tais como: ADI 4889 do PSOL, ADI 4885 da AMB e ANAMATRA, ADI 4887 da ADEPOL, propostas por grupos representantes de classes, que pugnam pela inconstitucionalidade da Emenda Constitucional 41/2003, encontrando-se presentes os argumentos da falta de probidade e moralidade, devido a compra de votos de parlamentares para apoio na aprovação da referida emenda, constatando assim, o desrespeito com a vontade soberana do povo, assegurada na Constituição Federal Brasileira, especificamente em seu parágrafo único do artigo 1º. Nesse sentido já houve sentenças e acórdãos declarando a inconstitucionalidade da emenda, exemplo disso é sentença proferida em 03 de outubro de 2012, pelo Juiz da 1ª Vara da Fazenda de Belo Horizonte, Minas Gerais, que, decidiu pela inconstitucionalidade por já haver o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal da existência do mensalão (Ação Penal 470), e a conseqüente comprovação de que nos anos entre 2003 e 2004 existiu a compra de votos para apoio na aprovação de projetos de lei, incluindo a emenda constitucional 41/2003 que teve autoria do Poder Executivo.

(Conclusão) Portanto, com base no entendimento das pesquisas e estudos sobre o tema, percebe-se que, com o julgamento da Ação Penal 470 realizado pelo Superior Tribunal Federal, tornou-se público e notório a possibilidade de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional 41/2003 por vício de decoro parlamentar devido à percepção de vantagens indevidas recebidas por parlamentares para aprovação desta, destruindo assim, o sistema de garantias fundamentais do Estado Democrático de Direito, que está pautado no Princípio da Democracia Representativa, aonde há a soberania popular e a representação dos direitos coletivos, que restaram prejudicados diante do descaso desses Parlamentares com a população a que representa. Desse modo, constata-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados.

Palavras-Chave: Mensalão, Emenda Constitucional 41/2003, Inconstitucionalidade, Vício de Decoro Parlamentar.

REFUGIADOS AFRICANOS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Autor(es):

Fernanda Freire Maranhão Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Carolina Guanais Fortes Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO): Os africanos tiveram o primeiro contato com o território brasileiro a partir da colonização e a cultura brasileira possui muitos aspectos da cultura africana. O número de africanos que chegam ao Brasil é crescente, mesmo com o fim do tráfico de escravos. Para o Estatuto dos Refugiados é refugiado todo aquele indivíduo que devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país. O Brasil, assim, possui legislação própria sobre o assunto, além de ter ratificado internacionalmente a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967. Isso é de extrema importância, já que somos um dos países que mais recebem refugiados em todo o mundo, e sendo a maioria destes vindo fugidos da África. O objetivo da pesquisa é mostrar a realidade dessas pessoas no país e abordar as causas desse fenômeno migratório, como também, o processo de regularização através do órgão responsável por dar essa qualidade ao imigrante que aqui se encontra, sendo esse órgão o CONARE (Comitê Nacional para Refugiados). Para servir de embasamento desta pesquisa serão expostos exemplos de refugiados no país e estatísticas atuais sobre a problemática.

(Metodologia) (METODOLOGIA): A metodologia utilizada para a realização do trabalho foi a abordagem dialética, com a verificação do assunto no âmbito da lei, de artigos científicos, como também através de reportagens jornalísticas na internet. Realizada pesquisa qualitativa e quantitativa no âmbito nacional.

(Resultados) (RESULTADOS): Após a pesquisa constatou-se que qualquer pessoa que não encontra apoio e sofre perseguições em seu país, fazendo com que haja uma migração forçada, é considerado refugiado. No Brasil o número de refugiados africanos vem aumentando, sendo hoje aproximadamente o número de 2.799 africanos, representando 65% do total de refugiados no Brasil. E muitos deles se encontram em estado de pobreza, preconceito e violência, vivendo nas ruas dos grandes centros urbanos e em situação de ilegalidade. Lamentavelmente, os problemas enfrentados pelos refugiados no Brasil são semelhantes aos que eles enfrentavam no seu país de origem. Os imigrantes passam por um processo de acolhida composto de três frentes: proteção, assistência e integração, todavia tal mecanismo se torna insuficiente quando deparado com o preconceito e violência, necessidade de aprender uma nova língua, cultura diferente, falta de moradia.

(Conclusão) (CONCLUSÃO): Conclui-se, assim, que mesmo com toda dificuldade vivida pelos refugiados no Brasil, esse país continua sendo muito visado pelos africanos que estão em busca de sua segurança, sobrevivência e paz, principalmente devido ao patrimônio histórico-cultural, como um lugar para recomeçar suas vidas e fugir das guerras e perseguições sofridas em seu país de origem. Porém, muitas vezes sua situação no Brasil é precária, uma vez que é desobedecida a proteção prevista na sua própria Carta Magna de 1988, que protege os direitos sociais não só dos seus cidadãos, mas também dos refugiados, garantindo assim sua integração na sociedade e o estabelecimento de uma vida digna.

Palavras-Chave: Palavras-chave: Refugiado; Africano; Território Brasileiro.

REGIME DE DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO: ANÁLISE SOBRE A CONTRATAÇÃO INTEGRADA

Autor(es):

Lívia da Fonsêca Galvão: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Kim Ferreira de Melo Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Igor Couto Farkat: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Marjória Silva dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Edinaldo Benicio de Sa Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com a escolha do Brasil para sediar os eventos esportivos mais importantes do mundo, várias questões começaram a ser levantadas, dentre elas, a capacidade estrutural e urbana das cidades-sedes da Copa das Confederações de 2013, Copa do Mundo Fifa 2014, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. A necessidade urgente de obras de viabilidade e acessibilidade urbana, bem como obras em setores adjuntos, ou seja, o aperfeiçoamento do planejamento urbano do Brasil seria um fator determinante para a ocorrência de tais eventos, pois com o panorama vigente à época, seria inviável que se realizassem. Neste esteio, para que a Administração realizasse tais obras, licitações deveriam ser abertas e vários contratos com empreendedores seriam feitos, algo que com a Lei de Licitações nº 8.666/93, tomaria um lapso temporal bastante longo, por ser revestida de muitas formalidades, culminando numa dificuldade na realização das grandes obras para os eventos esportivos cujo Brasil seria sede. A referida Lei é bastante criticada justamente pelo fator “tempo”, algo que a Administração não dispunha com sobra, levando a mesma a buscar alguma solução para a problemática das “obras da copa”. Diante disto, a solução encontrada pelos Administradores, diante da urgência em realizar as obras de infraestrutura para a ocorrência dos eventos desportivos, foi a criação de uma Lei específica que viesse a tratar sobre a licitação de obras concernentes aos eventos cujo Brasil seria sede. No ano de 2011, foi criada a lei nº 12.462 instituindo o Regime Diferenciado de Contratações, com o escopo inicial de tornar a licitação de grandes obras menos burocrática, mais célere e mais efetiva, atendendo, preferencialmente, ao interesse coletivo. No entanto, quando da criação desta nova modalidade licitatória, um novo regime de contratação também foi criado. Trata-se da contratação integrada. Este novel instituto traz em sua essência a conferência de maior liberdade e autonomia ao contratado, dado que incumbe ao mesmo a elaboração do projeto básico da obra ou do serviço de engenharia. Em sendo assim, a Administração Pública entrega ao particular toda a responsabilidade da obra, se incumbindo de elaborar o projeto básico e executivo. Este novo plano contratual termina por favorecer os riscos financeiros, dado que o contratado pode sofrer prejuízos no decurso da prova tendo em vista o objeto da licitação não ser muito bem definido.

(Metodologia) A forma de abordagem do tema será de maneira exploratória, abordando as nuances principais do Regime Diferenciado de Contratação, com a utilização da pesquisa bibliográfica e do exame das decisões do Tribunal de Contas da União

(Resultados) Com a pesquisa se busca esclarecer aos ouvintes o que é o regime diferenciado de contratação, bem como a contratação integrada e como estes institutos podem afetar o interesse público das obras e serviços de engenharia os quais a Administração irá realizar. Analisaremos os riscos e prejuízos possivelmente causados quando se adotar estes institutos, bem como os seus benefícios.

(Conclusão) Com a análise criteriosa do tema, chegamos a conclusão que, muito embora a contratação integrada, juntamente com o Regime Diferenciado de Contratação, venha a trazer mais celeridade ao certame, diferentemente da Lei de Licitações, cujo formalismo é exacerbado, evidencia-se o acréscimo da possibilidade de prejuízos, tanto financeiros como urbanos e ambientais, à Administração, tendo em vista os novos critérios adotados pela Lei nº 12.462/11, quais sejam o orçamento sigiloso, a imprecisão do objeto na contratação integrada, bem como a imputação de elaboração do projeto básico das obras e serviços de engenharia aos particulares.

Plavras-Chave: Licitação. Regime Diferenciado de Contratação. Contratação Integrada. Riscos.

REGULAMENTAÇÃO DO USO DO CANABIDIOL PARA FINS MEDICINAIS COMO FORMA DE GARANTIR A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Autor(es):

Bianca Eugênia de Medeiros Trindade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Flávio Macedo Freire: Docente do UNI-RN

(Introdução) O ano de 2014 tem sido marcante historicamente e revolucionário no que tange às discussões e aos debates políticos, científicos e jurídicos acerca da regulamentação da cannabis sativa, principalmente na seara de seus fins medicinais, sobretudo em razão dos resultados positivos conseguidos nos tratamentos à base do canabidiol, também conhecido pela sigla CBD, e que é um dos derivados da maconha. Tais modificações e análises se deram em decorrência de o canabidiol não gerar efeitos psicotrópicos e, além disso, possuir uma eficácia jamais vista no tratamento da epilepsia refratária, dores crônicas e outras doenças raras, sem desencadear efeitos colaterais agressivos, como se vê em outros medicamentos. Especificamente no Brasil, a celeuma foi reavivada com a divulgação de um documentário denominado “Illegal”, hoje um curta metragem de mesmo nome. Nele, relate-se, essencialmente, a história e os dilemas da vida da família Fischer, em que Anny, a filha mais nova do casal Katiele e Norberto, é detentora de uma grave doença que trazia como consequência diversos ataques convulsivos no decorrer de um único dia e que só foram controlados, ao ponto de ter dias em que ela não tem nenhuma convulsão, com o uso de um óleo à base de CBD. Ocorre que, no Brasil, por ser um derivado da cannabis, o CBD está na lista de substâncias proscritas da Anvisa, gerando, portanto, em primeiro plano, ilegalidade do tratamento. Nesse contexto, há substancial importância quanto a relevância e aplicação condizente com o caso concreto dos princípios e direitos fundamentais assegurados pela nossa Constituição, essencialmente, o da dignidade da pessoa humana. Ademais, deve-se frisar também as questões que envolvem os crimes de contrabando, tráfico de drogas e consumo pessoal, pois são temas de grande validade para esta discussão.

(Metodologia) Trilhar-se-á o caminho do estudo comparativo com diferentes enfoques, pautando-se na busca por, basicamente, materiais legais, nacionais, internacionais, midiáticos e científicos, analisando-se o tema criticamente e interligando os fundamentos dos mais diversos posicionamentos, por meio do método diálogo e do pensamento interdisciplinar.

(Resultados) Os resultados nos campos para além desse trabalho ainda estão se desenhando, no entanto, no que tange a esta pesquisa, com os dados atuais, parece notável a credibilidade e confiabilidade dos medicamentos derivados do CBD e de suas repercussões na evolução dos quadros clínicos dos usuários. Por esse principal motivo a defesa da regulamentação do CBD pelas pessoas que tem conhecimento das situações em que seu uso está enquadrado são majoritárias, pois, prevalece dentre elas a concepção de que a saúde, vida e dignidade dos doentes deve ser preservada maximamente, ainda mais quando tal preservação se dá por meio de um composto que, apesar de proibido, tem sido reconhecido gradativamente pelos Estados e Conselhos de Medicina ao redor do mundo.

(Conclusão) Por conseguinte, conclui-se que o caminho para o asseguramento dos direitos e garantias fundamentais, sobretudo da dignidade dos doentes, através da utilização do canabidiol vem se abrindo, tanto por meio de liberações judiciais, quanto por meio de autorizações especiais da própria Anvisa mediante laudo e prescrição médica, que é outro ponto que tem se expandido, ainda mais após a resolução favorável ao CBD do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo.

Palavras-Chave: CBD. Canabidiol. Dignidade da Pessoa Humana. Garantias. Regulamentação.

REPRODUÇÃO ASSISTIDA POST MORTEM E O DIREITO SUCESSÓRIO

Autor(es):

Amanda Felix de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
João Paulo de Sousa Canário: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Maria Rodrigues Machado Filha de Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A proposta desta pesquisa acadêmica é expor e traçar algumas considerações a respeito dos reflexos jurídicos da reprodução assistida na sociedade, em especial ao direito sucessório do filho havido após a morte de seu genitor, tendo em vista o nível de complexidade dessas questões, as quais, cada vez mais têm sido enfrentadas pelo judiciário, em razão da lacuna existente no ordenamento jurídico brasileiro acerca da regulamentação da matéria. Muito embora exista no Código Civil de 2002, em seu artigo 1.597, incisos III, IV e V, a presunção de paternidade nos casos de reprodução humana artificial, tal norma legal se mostra omissa quanto a regulamentação dessas técnicas e os problemas jurídicos decorrentes delas, remetendo o jurista a outras fontes, como resoluções do Conselho Federal de Medicina, as quais não tem força de lei.

(Metodologia) O método utilizado para a pesquisa é o teórico, apoiando-se nas disposições legais que versam sobre o tema, bem como nas divergentes posições doutrinárias que se propõem a discutir as problemáticas jurídicas que norteiam as reproduções humanas artificiais.

(Resultados) A matéria possui bastante divergência quanto aos posicionamentos doutrinários. Parte da doutrina entende que os filhos nascidos através das técnicas de reprodução assistida após a morte de seu pai, não teriam direito a suceder o patrimônio de seu genitor, em razão do Código Civil, no artigo 1.798, limitar à sucessão de uma pessoa, os seus herdeiros concebidos ou vivos no momento da abertura da sucessão. Já outra parte da doutrina entende que tal filho teria seu direito a sucessão garantido em razão do direito à herança cristalizado na Constituição Federal de 1988, bem como o princípio da igualdade entre os filhos, o qual veda qualquer discriminação entre a prole. Todavia, enquanto a matéria não for regulamentada por Lei específica, tais posicionamentos ainda deverão confrontar o jurista na hora de elaborar suas decisões no caso concreto.

(Conclusão) O ordenamento jurídico brasileiro inovou ao trazer, no Código Civil de 2002, hipóteses de presunção de paternidade relacionadas aos filhos concebidos pelas técnicas de reprodução assistida, elencadas nos incisos III, IV e V, do artigo 1.597 daquele texto legal. Todavia, ainda não foi o bastante para extirpar as várias problemáticas jurídicas existentes acerca da utilização desses procedimentos, como é o caso do direito sucessório do filho havido após a morte de seu genitor, de modo que ainda existe lacuna legal a respeito desta temática, fazendo-se necessário, de forma imperiosa, de produção legislativa que a regule.

Palavras-Chave: Reprodução Assistida post mortem. Direito Sucessório.

RESERVA LEGAL E O NOVO CÓDIGO FLORESTAL

Autor(es):

Naama Celi Lucena Lobo Maia: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Fernanda Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Ingrid Farias de Lacerda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A reserva Legal é um instituto jurídico que foi instituído em 23.01.1934 no primeiro Código Florestal Brasileiro, em seu artigo 1º, nesta época se mostrava possível tornar floresta nativa em floresta plantada (heterogênea em homogênea), com preocupação na manutenção de uma reserva de madeira. Com o passar do tempo os conceitos foram sendo aprimorados, a Lei 4.771/65 implantou um novo Código Florestal, que assumiu um papel maior de preservação da natureza, referente a sua vegetação nativa, deixando de ser menos importante os aspectos econômicos e energéticos que eram envolvidos. A reserva legal tem por finalidade a necessidade de proteção da biodiversidade e ao abrigo da fauna e da flora em um percentual da propriedade rural, sendo que, na região Nordeste, esse percentual é de 20% do total da área. Com a promulgação no novo Código Florestal, a Lei 12.651/12, diversas mudanças foram introduzidas, porém, uma retém muita atenção, é a que se refere a incorporação das áreas de preservação permanente (APP) no cômputo da Reserva Legal, deste modo verificamos retrocesso ambiental com tal mudança.

(Metodologia) O método de pesquisa utilizado é o explicativo, buscando de forma objetiva a reflexão para importância da preservação e do zelo com o meio ambiente. Utilizando-se como objeto de pesquisa as doutrinas, artigos, decisões e jurisprudências. Assim, a metodologia empregada é a dialética.

(Resultados) Espera-se que as mudanças trazidas pelo Código Florestal atual, as quais são caracterizadas por um retrocesso ambiental sejam extintas, de modo que favoreça a conservação do meio ambiente. Assegurando a utilização de todos aqueles que necessitam da sustentabilidade dos recursos naturais, provenientes do meio ambiente. Sendo assim, é imprescindível a busca e aplicação das soluções que favoreçam o processo de recuperação e manutenção do meio ambiente.

(Conclusão) Na ausência de compromisso em cumprir suas obrigações ambientais, o não cumprimento dos limites da reserva legal, o proprietário vai tornando suas terras mais pobres, acarretando sérios danos, gerando muitas vezes perdas de mananciais que também se encontram ali. A utilização de terras em atividades agrícola, pecuniária e florestal que visam o retorno econômico, quando estas atividades não possuem uma manutenção de acordo com as leis, causam danos irreversíveis, pois sem o devido cuidado pode gerar uma perda de cobertura vegetal natural, causando a exposição do solo, o tornando frágil, assim facilitando a ocorrência de danos a propriedade com o advindo de fenômenos naturais como, chuvas, ventos e tempestades. É vedada a alteração de sua destinação nos casos de transmissão no desmembramento da propriedade rural a Reserva Legal deve ser fracionada na forma e proporção da área total (ADI 4901, 2013).

Palavras-Chave: MEIO AMBIENTE; RESERVA LEGAL; CÓDIGO FLORESTAL

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO: OMISSÃO QUANTO A MORTE DO PRESIDIÁRIO

Autor(es):

Talles Arthur Araujo de Macedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Thaís Alves de Meneses: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) As falhas no serviço público são uma realidade crescente no cenário brasileiro, não sendo diferente dentro dos estabelecimentos prisionais. Tal fato tem gerado muitas divergências doutrinárias e jurisprudenciais no que tange a responsabilização do Estado por morte do presidiário. De um lado, o Estado sustenta que não deve ser responsabilizado por omissão, já que sua responsabilidade é subjetiva. Porém, de outro lado, o artigo 37, § 6º da Constituição Federal mantém a responsabilidade objetiva da administração, sob a modalidade do risco administrativo. O exame desse dispositivo revela que o constituinte estabeleceu para todas as entidades estatais e seus desmembramentos administrativos a obrigação de indenizar o dano causado a terceiro por seus servidores, independente da prova de culpa, assegurado o direito de regresso contra o responsável pelo dolo ou culpa. Desse modo, propõe-se debater esse relevante tema, cotejando o entendimento estatal com os comandos constitucionais

(Metodologia) Para o desdobramento sobre as questões abordadas, será utilizado o método dedutivo, com aplicação de estudo bibliográfico, com levantamento de dados em livros especializados, artigos científicos, monografias e doutrinas, tudo buscando alcançar conhecimento para a adequada compreensão do tema.

(Resultados) A discussão sobre a responsabilidade civil do Estado em razão da morte do detento, nos termos do artigo 37, §6º da Carta Magna tem tido bastante destaque, porém não há entendimento pacificado sobre o assunto refletindo uma grande insegurança jurídica. Diversas cortes têm decidido no sentido de enaltecer a importância do Estado em zelar pela integridade física do preso, com base no artigo 5, XLIX da CF, em suas condutas omissivas nos estabelecimentos prisionais, aplicando a teoria do Risco Administrativo com base na responsabilidade objetiva. Sendo tal posicionamento o mais justo garantir o princípio da dignidade da pessoa humana. Por isso, com base no artigo 37, § 6º, da Constituição, incide a responsabilidade objetiva da administração pública quando assume o compromisso de velar pela integridade física da pessoa e está vem a sofrer um dano decorrente da omissão do agente público naquela vigilância. Assim, os detentos, caso sofram algum dano quando estejam sob a guarda imediata do poder público, tem direito a indenização, salvo se comprovada a ocorrência de alguma causa excludente daquela responsabilidade estatal.

(Conclusão) Diante da análise da problemática em questão, conclui-se que é necessário haver uma pacificação jurisprudencial quanto à aplicação da legislação (artigo 5º, XLIX e artigo 37, §6º, ambos da Constituição Federal), devendo-se sopesar o princípio do princípio da dignidade da pessoa no sentido de responsabilizar o Estado pela sua conduta omissiva, pela morte do detento, independente de culpa. Nesse contexto, percebe-se que o Estado deve cumprir com aquilo que está obrigado, pois quando priva um indivíduo de sua liberdade, sua atuação não deve admitir falhas. Sendo tal questão de grande relevância do ponto de vista econômico, político, social e jurídico, por isso a urgência em seu tratamento a fim de uma maior segurança jurídica.

Palavras-Chave: Responsabilidade civil do Estado. Morte do detento. Indenização.

RESSOCIALIZAÇÃO DO MENOR INFRATOR: UMA ANÁLISE DE SUA APLICAÇÃO NO ÂMBITO DO CENTRO EDUCACIONAL (CEDUC) PADRE JOÃO MARIA EM NATAL-RN

Autor(es):

Nicolly Benigno Cordeiro da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Tâmara Andrade de Sá Dias: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Busca-se discutir as principais falhas no sistema de ressocialização do menor infrator, com o intuito de debater os pontos importantes relacionados ao tema, sendo, de suma importância, enfatizar as causas que levam esses menores a serem autores de atos infracionais. Pretende-se analisar quais as chances dos jovens egressos com passagem no Centro Educacional (CEDUC) serem integrados à sociedade e, principalmente, reconstruir sua vida. A nossa maior atenção está destinada a analisar a aplicação das medidas socioeducativas aplicadas no CEDUC- Padre João Maria, bem como as falhas implantadas no sistema de ressocialização do referido Centro Educacional.

(Metodologia) A método de abordagem adotado para alcançar as finalidades propostas foi o indutivo, a partir da realização de visitas técnicas e entrevistas semiestruturadas com alguns egressos do Centro Educacional onde residem. Como método de procedimento, realizamos um estudo de caso sobre a dinâmica da ressocialização no CEDUC Padre João Maria. Os aspectos analisados foram: família, escola, comunidade e o próprio Centro Educacional, seu egresso e a vivência dos jovens entrevistados.

(Resultados) A partir de pesquisas feitas, observa-se que há um retrocesso nessas instituições socioeducativas, devido a falta de estrutura básica e necessária para a reeducação dos jovens, comprometendo, assim, as chances desses menores se tornarem sujeitos no exercício de sua cidadania. Com relação à análise teórica do tema, buscou-se dialogar com autores como: Foucault, Maria Helena Diniz e Boaventura de Souza Santos. Fixamos como objetivo geral do presente estudo, a análise e problematização do sistema de ressocialização do menor infrator, com intuito de buscar melhorias e soluções para os egressos do Centro Educacional Padre João Maria, o qual se constituiu em nosso campo empírico da pesquisa. Produto dessa coleta de dados, verificamos que o Estatuto da Criança e do Adolescente bem como as leis penais, fundamentam todas as garantias necessárias ao menor infrator. No entanto, o CEDUC Padre João Maria possui pontos que merecem ser avaliados como problemáticos e que merecem revisão, embora permitam avanços significativos. Sendo assim, surge a necessidade de investir em programas profissionalizantes para os menores infratores e melhorar a estrutura física dos estabelecimentos. O apoio pedagógico é outro fator relevante no qual observamos ao longo das entrevistas, sendo muitos desses jovens suprimidos da sociedade após o cumprimento da ressocialização.

(Conclusão) O espaço eleito para a realização do estudo foi o centro educacional Padre .Joao Maria, local em que adolescentes mulheres cumprem medidas sócio-educativas por terem cometido ato infracional, conduta descrita como crime ou contravenção penal. De acordo com as visitas técnicas realizadas ao CEDUC, podemos analisar que as condições do ambiente são precárias e que boa parte das condições impostas pelo ECA são banalizadas. De acordo com a visita e entrevistas realizadas no centro educacional, podemos constatar que uma das maiores preocupações desses jovens é a inserção na sociedade e no mercado de trabalho, preocupação esta que tem fundamento pelo fato de não haver apoio e cursos profissionalizantes adequados para preparar esses menores infratores para a vida que eles vão seguir após o cumprimento da medida sócio educativa. Sendo de suma importância relatar que o CEDUC-Padre João Maria não possui cômodos como garante o Estatuto da Criança e do Adolescente, e sim, "celas".

Palavras-Chave: Menor infrator,ressocialização,jovens,CEDUC,adolescentes,pesquisa,ECA.

REVISÃO CRIMINAL PRO SOCIETATE: INSTRUMENTO VIÁVEL A GARANTIR A EFETIVIDADE DA JUSTIÇA

Autor(es):

Larissa Lamas da Cunha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Processo Penal Brasileiro é munido por vários princípios, dentre eles o Princípio da Verdade Real, segundo o qual o juiz tem o dever de buscar a realidade dos fatos delituosos, tendo sempre em foco o agente que cometeu a infração e em quais condições perpetrou, para se fazer justiça a quem mereça. Desta forma, se o réu utiliza meios ou provas ilícitas para obter uma sentença que extinga sua punibilidade, e se esses meios ilícitos forem descobertos posteriormente, não haverá a possibilidade da decisão ser revista para declará-lo culpado, pois se trata de um instituto exclusivo da defesa.

(Metodologia) o método utilizado para a elaboração deste trabalho foi através de estudos de artigos, Código Penal e Código do Processo Civil e a Constituição Federal de 1988.

(Resultados) Revisão Criminal Pro Societate: instrumento viável a garantir a efetividade da justiça. No Brasil, o processo penal tem como característica primordial o sistema acusatório, ou seja, o indivíduo como sujeito de direitos, garantido-lhes o devido processo legal, a ampla defesa e contraditório. Típico dos Estados Democráticos de Direito. Entretanto, em muito, o sistema legislativo penal brasileiro vem favorecendo o condenado, atribuindo-lhe direitos como o princípio "in dubio pro réu" e Revisão Criminal "pro societate". Revisão Criminal "pro societate" tem cabimento quando os erros judiciais recaem em decisão de mérito absolutória com transito em julgado, ou seja, erros que ensejam a absolvição do culpado. Seria um mecanismo de defesa social. Além desses prejuízos, a proibição desse instituto afronta diretamente um dos princípios mais importantes do processo penal, o princípio da Verdade Real. Esse princípio defende uma maior proximidade do provimento jurisdicional com a realidade fática, em outras palavras, determina que o fato em análise no processo deve corresponder ao que esta fora dele, em toda sua plenitude, sem quaisquer artifícios, sem presunções, sem ficções. Deve haver a pesquisa do que realmente aconteceu, a fim de que a realidade possa se transmitir com absoluta fidelidade aos autos. Então, se você proíbe que o Estado reveja uma decisão eivada de vícios, você não permite que a Verdade Real seja alcançada. É sabido que a permissão desse instituto levará ao conflito de princípios, a saber: princípio da coisa julgada e o princípio da justiça. Como forma de solução, esses princípios devem ser valorados até que um ceda para que o outro prevaleça.

(Conclusão) Diante todo o exposto no presente trabalho, depreende-se que o Princípio da Verdade Real tem grande preponderância no Processo Penal, isso porque, admiti-se a utilização de todos os meios permitidos em direito para que os fatos levantados sejam o mais real possível. Como forma de garantir esse princípio supra mencionado chegou-se à conclusão que a revisão criminal pro societate deve ser permitida, uma vez que essa revisão tem o fito de fazer justiça, além de garantir a segurança jurídica do ordenamento. Ademais, o mesmo fundamento utilizado para criar a prerrogativa aos condenados de terem as decisões revistas, é defendido na revisão pro societate. Enquanto na primeira oportunidade busca-se a segurança do condenado frente aos erros judiciais, na segunda busca-se a segurança da sociedade em ter que conviver com um criminoso.

Palavras-Chave: verdade real, revisão criminal, justiça.

SEQUESTRO INTERNACIONAL INTERPARENTAL FRENTE AO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DO MENOR

Autor(es):

Rogéria Gomes Barbosa de França: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Paulo Leite de Araujo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) O sequestro de crianças interpARENTAL é praticado entre os pais ou parentes mais próximos, é uma prática abusiva que ocorre no próprio núcleo familiar, esse tipo de rapto é fruto, muitas vezes, de uma disputa pela guarda da criança. Houve um tempo em que o pai era o sequestrador quando perdia a guarda do filho para a mãe. Hoje, a mãe também faz o mesmo, muitas vezes motivada pela violência doméstica que sofre, ou por vingança. Esse passo tem-se como intermediador, ensejando solucionar o conflito, a Convenção de Haia. Esse tratado foi assinado em Haia no dia 25 de outubro de 1980, com escopo de proteger o direito da criança sobre toda as questões relacionadas a guarda, tutelando a criança no plano internacional, bem como dos efeitos prejudiciais de uma mudança brusca de domicílio, ou de uma retenção ilícita, de modo a criar procedimentos que resguardem o retorno do menor ao seu ambiente habitual. Ademais, o presente trabalho visa destacar a importância do Princípio do Melhor Interesse do Menor, nos casos de "sequestro" interpARENTAL e a cooperação brasileira na solução do litígio, bem como fazer uma relação entre o Princípio e a finalidade da Convenção de Haia. Sendo assim, como existe interesse da criança envolvido num conflito interpARENTAL, faz jus aprofundar o entendimento sobre o assunto, para que se possa apresentar a solução por intermédio da convenção de Haia.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Trata-se de um estudo em trabalhos e artigos publicados na internet, como o caso emblemático da criança Seam Goldman, filho do casal Bruna Bianchi e David Goldman através do método descritivo.

(Resultados) (RESULTADO) O presente trabalho possibilitou estudar três casos práticos, o da criança Seam Goldam, o caso das crianças filhos de uma brasileira com um australiano e ainda, uma ação de busca, proposta pela União em face de Fabiana Alves de Almeida.

(Conclusão) (CONCLUSÕES) A cooperação entre os Estados se dá de forma ativa e passiva. A ativa ocorre quando as autoridades estrangeiras atendem aos pedidos feitos pelas autoridades judiciais brasileiras. A cooperação passiva se dá quando o Estado ou particular requer à cooperação. Sendo, esta a regra da justiça brasileira. Sendo assim, com a cooperação da justiça brasileira, tenta-se proteger o melhor interesse do menor. Atentando-se para necessidade de trazer a criança para o seu domicílio habitual ou se a melhor solução é regularizar a estada do menor no país onde ele se encontra, já que a Convenção de Haia preza pela preservação dos direitos da criança

Palavras-Chave: Palavras-chave: sequestro, criança, interpARENTAL

SERIAL KILLERS, O DIREITO E A CRIMINOLOGIA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONDUTA CRIMINOSA E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS

Autor(es):

Jéssica Cóbe Machado: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Flávio Macedo Freire: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo tem como objetivo abordar o tema dos serial killers, uma análise da personalidade de indivíduos a partir dos confrontos e divergências entre as doutrinas clássica e positivista no que diz respeito ao crime e ao criminoso, e discutir de que modo esses conceitos da criminologia foram recepcionados pelo Direito Penal brasileiro. Nota-se que é um assunto ainda pouco estudado no Brasil, sofrendo escassez de informações e poucas conceituações a cerca do que, propriamente, seria um serial killer. Busca-se expor o conteúdo estudado na criminologia, desde a época em que a jurisdição criminal era compartilhada entre a Igreja e o Estado.

(Metodologia) A metodologia utilizada para o presente trabalho leva em consideração estudos com base doutrinária a partir de referências bibliográficas específicas, e ainda análise de dados e casos concretos de criminosos que se enquadram no padrão denominado de serial killer. Para tanto, realiza um confronto entre duas teorias ou escolas doutrinárias, a saber: a Escola Clássica e a Escola Positivista. A primeira doutrina tem como precursor Beccaria (1764) e buscava coibir a prática do crime por meio da imediata aplicação de penas, tem-se como foco o estudo do crime e não do criminoso. Por sua vez, a doutrina positivista, coordenada por César Lombroso (1876), centra seus estudos no criminoso, unindo medicina legal e cientificismo criminológico.

(Resultados) O trabalho expõe os métodos de execução do crime, as características associadas ao criminoso, identificado por seu modus operandi). Sabe-se que cerca de 82% dos serial killers sofreram algum tipo de abuso, negligência ou abandono na infância. Tendo em vista esse dado, discute-se, também, a estreita relação entre a psicopatia e os assassinos em série, até que ponto esses conceitos se relacionam. A prática judiciária brasileira demonstra, nesse viés, não estar ainda discutindo o tema dos serial killers, também pela ausência de preparo da estrutura policial com relação à maneira de abordar esse tipo de crime cometido pelo assassinos em série. Analisando os Artigos 26º e 59º do Código Penal, observa-se que as visões de ambas as escolas doutrinárias estão presentes, em maior ou em menor grau. A escolha de como estes indivíduos serão tratados, se com distúrbio mental ou desvio de caráter, pode provocar consequências diversas quanto ao tipo de punição. Neste sentido, é visível a complexidade do tema e a dificuldade em se chegar a uma definição concreta e definitiva do que seria um serial killer.

(Conclusão) Portanto, chega-se a conclusão de que esses criminosos não se encaixam facilmente em um diagnóstico psicológico concreto, provocando respostas e soluções jurídicas muitas vezes em discordância com o tratamento adequado a seus casos.

Palavras-Chave: Serial killers. Direito Penal. Criminologia

SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL, AS CONSEQUÊNCIAS DA IMPLANTAÇÃO DE FALSAS MEMÓRIAS E A EFETIVAÇÃO DA LEI 12.318/2010

Autor(es):

Larissa Martins da Silva Barbosa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Mauricéia Cabral Machado: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Andressa Alves de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Nosso trabalho versará sobre um dos reflexos negativos desencadeados pela Alienação Parental. Desde o surgimento das sociedades reconhece-se a importância do seio familiar para formação do ser humano; sabendo-se que a qualidade do vínculo existente entre os genitores pode afetar profundamente a saúde emocional e psicológica de sua prole. Assim, o rompimento do vínculo conjugal pode trazer problemas como o fenômeno da Síndrome da Alienação Parental, gerada por um comportamento adotado – na maior parte - por um dos cônjuges que consiste em induzir os descendentes frutos da relação a romper os laços afetivos com o outro cônjuge, criando assim, consequências negativas ao desenvolvimento dos filhos, como a implantação de falsas memórias.

(Metodologia) O estudo aborda a origem da Alienação Parental bem como as consequências da implantação de falsas memórias. Para alcançar os objetivos deste estudo foi utilizado o método dedutivo, através de pesquisa bibliográfica e do estudo da Lei 12.318/2010, a qual surge como um instrumento jurídico utilizado pelo Poder Judiciário para afastar os danos causados pela Síndrome da Alienação Parental, fenômeno tão maléfico na relação entre pais e filhos.

(Resultados) O trabalho evidencia os efeitos irreversíveis provocados pela Síndrome da Alienação Parental onde há a utilização do menor como centro dos problemas conjugais e a sua exposição à sentimentos de vingança, deixando-o refém das mais violentas formas de alienação. Isso causa um distanciamento entre os filhos e o genitor alienado, ficando o filho "órfão de pai vivo". Diante de tal fenômeno o Estado não poderia ficar inerte e deixar que esse grave problema se alargue nas famílias de maneira impune, percebendo-se, assim uma intervenção mais atuante do Poder judiciário em relação a esse tema.

(Conclusão) As mudanças sociais ocorridas no contexto familiar, bem como o crescente número de rupturas de vínculos conjugais contribuíram de forma significativa para que as questões envolvendo a alienação parental ganhassem cada vez maior relevância. A aplicação da nova lei, principalmente no que tange a efetivação das sanções ali previstas, torna-se indispensável no combate à chamada implantação de falsas memórias, o que demanda do Poder Judiciário maior investimento e atenção. A efetivação dos dispositivos legais que tratam sobre a alienação parental será demonstrada de forma mais veemente à medida que o Estado propiciar os recursos necessários para aplicação prática do que a lei prevê de forma abstrata, tornando assim, possível a realização da justiça e o bem-estar dos cidadãos; pois se observa que os próprios magistrados alegam a necessidade de muita cautela antes de tomar qualquer decisão, já que os seus efeitos podem ser irreversíveis para quem for punido de forma injusta.

Palavras-Chave: Alienação Parental; Reflexos; Sanção.

SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL: CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS E EFEITOS PSICOSSOCIAIS

Autor(es):

Camilo Mafra Dantas de Souza Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Júlia Leite Uchoa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Síndrome da Alienação Parental (SAP) é um distúrbio ocasionado pelo detentor da guarda da criança em face do outro genitor, geralmente quando há disputa de custódia, mediante calúnia, “lavagem cerebral”, manipulação etc. A SAP, cada vez mais ocorrente na sociedade atual, é um tema de grande relevância por envolver relações familiares e direitos fundamentais. Diante disso, pretende-se trabalhar com as seguintes questões: como identificar a SAP? Quais as consequências jurídicas? E, quais os efeitos psicossociais na criança? Objetiva-se não só conceituá-la, mas discorrer sobre os danos irreversíveis suportados pelos filhos, expondo a violação de direitos fundamentais, além de analisar o amparo legal e o comportamento do Judiciário nos casos concretos. Ademais, discutimos a essencialidade do auxílio jurídico-psicológico na tentativa de amenizar ao máximo os danos provocados no menor.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa teórica de cunho qualitativa, cujo o método de abordagem empregado para atingir os objetivos propostos consiste no hipotético-dedutivo, além do uso do método auxiliar histórico. Outrossim, quanto aos instrumentos de pesquisa empregado têm-se a análise bibliográfica – livros, artigos científicos e publicações – e o exame da legislação, bem como da jurisprudência.

(Resultados) A SAP vem ganhando destaque no meio jurídico, que tem agido para combater e prevenir, bem como para punir o alienador e dar suporte ao alienado. Nessa diapasão, em 26/08/10, foi sancionada a Lei nº 12.318 que dispõe sobre a Alienação Parental, conceituando-a, elencando atos caracterizadores cometidos pelo alienador e determinando como o profissional deve agir quando a SAP for detectada. A posição doutrinária e jurisprudencial expõe a necessidade de adoção de medidas práticas e eficientes para reprimir e coibir esse mal. A doutrina discorre sobre a indispensabilidade da responsabilização do genitor que esteja usando o filho com finalidade vingativa de lesar o outro genitor, além da proteção integral do menor. A jurisprudência visa, em suas decisões, a reparação de direitos fundamentais violados, como: a dignidade da pessoa humana, o melhor interesse da criança e o princípio da paternidade responsável, mediante punição do alienador; e a imposição de medidas assecuratórias do desenvolvimento psicossocial da vítima.

(Conclusão) A SAP é uma das formas mais graves de violência psicológica contra o menor, trazendo efeitos devastadores irreversíveis, em curto e longo prazo, como por exemplo: depressão crônica, transtornos de identidade, desorganização mental, condutas inadequadas e agressividade, além da propensão à alcoolismo e ao uso de drogas. Em casos extremos, a SAP é fator determinante para o cometimento de suicídio por parte da vítima. Por último, cabe ressaltar que a falta de aprofundamento teórico sobre o tema e a não-intervenção coagem para a violação de direitos assegurados pelo ordenamento jurídico e para a destruição do futuro promissor de cada vítima. Dessa forma, as crianças e os adolescentes necessitam de proteção estatal para a garantia e efetivação de seus direitos, bem como é imprescindível alertar a sociedade da importância de preservar os menores de conflitos emocionais desgastantes como meio de assegurar o desenvolvimento saudável dos mesmos.

Palavras-Chave: Síndrome da Alienação Parental; consequências jurídicas; violação de direitos fundamentais.

SUICÍDIO NO TRABALHO: NECESSIDADE DE EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO.

Autor(es):

Rebeca Ferreira Duarte: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa destina-se ao estudo da problemática do suicídio no trabalho, ou seja, aquele que tem como causa o exercício do labor e que se consuma no ambiente de trabalho. Trata-se de fenômeno de conjuntura global, em virtude da economia globalizada ser cada vez mais homogênea e predatória, devido ao desenvolvimento do capitalismo e as novas práticas organizacionais. O objetivo é fazer uma observação geral dos aspectos psicológicos e sociológicos do fenômeno, analisar e discutir os parâmetros legais utilizados em julgamentos de casos já submetidos à apreciação do Judiciário, em razão de não haver um regime legislativo específico acerca do tema e também apresentar sugestões afim de se efetivar uma regulamentação jurídica tanto de caráter preventivo quanto de escopo punitivo/retributivo.

(Metodologia) Trata-se de trabalho teórico com base em análise qualitativa, realizado através da exploração bibliográfica e jurisprudencial sobre a temática, nos mais diversos tribunais pátrios. Como método de abordagem, utilizou-se o hipotético-dedutivo e transdisciplinar; ao passo que, como método de procedimento, aplicou-se o comparativo, de modo a analisar tal questão no âmbito da realidade empírica de outros países.

(Resultados) Tem-se na Constituição Federal o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como fundamento da nação, assim, implica-se que tal fundamento deve permear todas as relações interpessoais. Desta feita, afere-se que em se tratando do ambiente do trabalho é tal fundamento que deve nortear as relações obreiro-patrão, obreiro-obreiro. É, portanto, sobre esse enfoque que se analisa o fenômeno do suicídio no trabalho. Apenas no setor bancário brasileiro, segundo Freitas (2011) estima-se terem sido 253 os casos de suicídios ocorridos entre 1993 e 2005 e, no âmbito internacional, segundo a U.S. Bureau of Labor Statistics foram 2.170 suicídios cometidos no trabalho entre 1992 e 2001 nos Estados Unidos. A atitude de ceifar a própria vida tendo como causa preponderante o labor, decorre da degradação das relações interpessoais, do assédio moral, do terror psicológico, da coisificação da mão de obra, dentre outros comportamentos aviltantes no contexto laboral. Segundo Mendes (2011), o suicídio no trabalho é a consequência das práticas administrativas, operadas nas organizações, sobre a subjetividade, a auto estima, o valor humano do trabalhador, sendo passíveis de reprovação tais métodos empresarias que afluem em degradação do obreiro. Desta feita, verifica-se a relevância do fenômeno, que embora estritamente individual, se generaliza quando trabalhadores são submetidos à situação degradante semelhante.

(Conclusão) Constata-se, por fim, a antinomia do fundamento da dignidade da pessoa humana e o fenômeno do suicídio no trabalho. Sob o enfoque protetivo do direito do trabalho conclui-se, portanto, pela necessidade de legislação sobre o tema, pois muito embora as decisões judiciais sigam uma vertente de compreensão acerca do tema, as mesmas não refletem a totalidade e a especificidade do tratamento da matéria. Não se trata de temática distante da realidade jurisdicional, mas converge com a função primeira do direito do trabalho, proteger a parte hipossuficiente da relação trabalhista. Desta feita, defende-se a necessidade de disciplina legal acerca do quantum indenizatório, do critério para aferição do nexos causal entre o suicídio e o exercício do labor, da amplitude da responsabilidade subjetiva do empregador, dentre outros parâmetros de julgamento, afim de que se construa um sólido arrimo jurídico às famílias desamparadas e também para que haja refreamento das práticas organizacionais nocivas ao bem estar do trabalhador que possam culminar no suicídio deste, além da possibilidade da atuação afirmativa do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério Público do Trabalho e dos sindicatos para conscientização e fiscalização com o intuito de evitar a multiplicação de suicídios no âmbito laboral.

Palavras-Chave: Suicídio no Trabalho. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Direito do Trabalho.

SUS MEDIADO: ASPECTOS SÓCIO-JURÍDICOS

Autor(es):

Ivo Lucas Moreira Pereira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem como premissa realizar uma análise da efetividade do Programa SUS Mediado, como instrumento para a resolução administrativa e judicial das questões de saúde. A positivação do direito a saúde enquanto direito fundamental pelo Texto Constitucional de 1988 acarretou a possibilidade de efetivá-lo mediante determinação judicial e, por conseguinte, tornou-se crescente a demanda da sociedade que procura o Poder Judiciário para ter acesso à saúde. Esse fenômeno é caracterizado por Judicialização da Saúde, onde sentenças judiciais se sobrepõem a vontade do gestor e obriga os entes federativos a garantir o direito à saúde em sua plenitude. Nesse aspecto, a intervenção de Programas que buscam garantir o direito à saúde sem interferir no processo decisório do Gestor Público, são grandes aliados no direcionamento dos serviços em saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS que necessitem que tal procedimento.

(Metodologia) O trabalho desenvolvido possui como alicerce em sua tipologia uma pesquisa exploratório-descritiva. A pesquisa está em fase de análise do referencial bibliográfico. Porém trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa, por se tratar de um estudo que busca além de interpretar e classificar os fenômenos jurídicos sobre a concretização do direito a saúde se propõe a utilizar os métodos de procedimento comparativo e estatístico através do levantamento quantitativo de demandas que são ajuizadas na esfera Estadual tendo como fonte os dados da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte.

(Resultados) O Programa SUS Mediado assegura-se ao cidadão que não teve o seu caso solucionado no âmbito extrajudicial, a possibilidade de propor demanda judicial própria, através de Defensor Público Estadual ou Federal. Nesse aspecto, analisando as demandas judiciais oriundas do SUS Mediado, pode-se afirmar que elas corroboram para efetivação do direito, sendo no caso de solicitação de Leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI com o nível de resolutividade de 63%. Vale destacar que a pesquisa ainda está em fase de andamento, portanto, não há como informar outros dados estatísticos em outros procedimentos que não foram analisados. Entretanto, não deve desconsiderar a capacidade resolutiva no âmbito judicial. Sendo assim, pode-se presumir uma importante na atuação do próprio programa.

(Conclusão) O Programa SUS Mediado é um instrumento de suma importância para a efetivação do direito fundamental à saúde, pois é responsável pela criação de fluxos de comunicação entre os entes federativos, direcionando suas competências na responsabilidade de garantir os serviços em saúde. Esse intercâmbio de ações e a difusão de informações proporcionam uma maior efetividade às políticas públicas de saúde, introduzindo os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS como prerrogativa para a concretização desse direito. A luz do direito é notório o avanço na perspectiva do acesso aos serviços de saúde e na redução de demandas judiciais na área de saúde, otimizando e acelerando os serviços no Judiciário. Na perspectiva do acesso à saúde, se torna uma forma alternativa de garantir determinado serviço, colaborando com a Administração Pública para o planejamento estratégico e a adoção de políticas públicas que busquem resolver problemas que dão origem a Judicialização da Saúde.

Palavras-Chave: Direito à Saúde; SUS Mediado; Judicialização da Saúde

TEMA: DEFICIENTES FÍSICOS E OS DIREITOS HUMANOS: A FALTA DE EFICÁCIA DAS NORMAS NO BRASIL

Autor(es):

Maria das Graças da Costa Ferreira Neri: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Flávio Macedo Freire: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) A Organização Mundial da Saúde (OMS) conceitua o deficiente como sendo toda pessoa que possui uma perda ou anomalia de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica. No mundo, o percentual de pessoas com alguma deficiência passa dos 7%, no Brasil, esse percentual é de 23,91% de acordo com o IBGE no censo de 2010. Em 2000, o censo foi de 14,5%. Em dez anos, eles se tornaram quase um quarto da população do país. Nos últimos vinte anos houve uma crescente produção de normas jurídicas e programas, voltados para estabelecer e defender os direitos dos deficientes. Criou-se até um novo termo “Ações Afirmativas”, que são ações voltadas para a diminuição das desigualdades sociais, referentes a raça, sexo, idade, opção sexual e pessoas com deficiência, que ocorrem no mundo e também no Brasil. As pessoas com deficiência precisam ter seus direitos respeitados para que elas possam viver em melhor condição de igualdade possível, como acessibilidade nas calçadas, com rampas, os motoristas de ônibus respeitando as paradas, e os motoristas às vagas nos supermercados e bancos. Espera-se que a punição seja algo real e não apenas no papel, pois as limitações precisam ser respeitadas. A sociedade precisa ser conscientizada de que as leis são normas jurídicas imperativas que obrigam os sujeitos a cumpri-las. Por que o grau de impunidade é tão elevado? O objetivo desse trabalho é mostrar e enfatizar, que apesar de toda preocupação existente, nas últimas décadas para que esses direitos sejam respeitados, isso não ocorre, principalmente, nos países onde a educação não é prioridade, em especial na cidade do Natal/RN.

(Metodologia) (METODOLOGIA) A metodologia utilizada será uma análise criteriosa da bibliografia e dos estudos direcionados a esse tema.

(Resultados) (RESULTADOS) Nesse trabalho, ainda não houve pesquisa de campo.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Os Poderes Legislativos Federal, Estaduais, Distrital e Municipais executam seu papel de produzir normas jurídicas que, em sua grande parte, atendem à finalidade de proteção às pessoas com deficiência física. O Poder Executivo cria programas, porém, deixa de desempenhá-los e verifica-los, sendo esse o Poder que mais descumpri os direitos desse grupo. O Poder Judiciário acompanha o desenvolvimento normativo e reconhece a efetividade desses direitos. É o Judiciário, também, com sua força vinculante que exige que o Executivo cumpra com suas obrigações constitucionais e internacionais, contudo, este Poder só pode agir se for provocado. O grande problema é a existência de vários obstáculos ao acesso à justiça no Brasil. Todavia, o maior problema está na falta de conscientização da sociedade, como o desenvolvimento de uma cultura inclusiva, que seriam os caminhos mais eficazes a garantir o respeito às pessoas com deficiência.

Palavras-Chave: Palavras chaves: Deficientes, direito e conscientização.

TEORIA GERAL DO ESTADO

Autor(es):

Gustavo Henrique Câmara de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Teoria Geral do Estado é a ciência que estuda os fundamentos e princípios formadores da sociedade política moderna, conhecida também por Estado. Assim sendo, e focado no conceito de Estado, o estudo ainda vem a detalhar a sua origem, forma, evolução histórica, estrutura e afins, sob os aspectos tríplices que regem a Teoria Geral do Estado, sociológico, político e jurídico. O estudo sobre o Estado não é recente, Aristóteles em sua obra “A Política”, ele já escrevera sobre o mesmo, retratando ainda, pela organização de Esparta e Atenas. Platão, também foi outro filósofo que tratou de Estado em suas obras. Em “A Republica”, Platão, fala sobre um ideal de Estado, este espelhados em sua visão sobre as coisas, o homem e o mundo. Estes, além de outros, ao longo da história chegaram a elaborar visões e posicionamentos sobre uma ideia de Estado. Na evolução histórica, foi notada uma noção geral sobre o Estado consiste na sociedade natural, política e assim, aspirarem sempre à consecução do bem comum. Este que só será alcançado com coordenação e cooperação social para conseqüentemente nascer o instinto social e desenvolvimento social. Então, o Estado moderno, dentro de suas prerrogativas, tem o poder máximo dentro de seu território reconhecido. Revestido dessa autoridade conferida a ele, para a manutenção dos interesses comuns, ele se torna a organização política e jurídica, dotada de legitimidade para realizar o bem comum, com território determinado e modelo de governo próprio. E é por esse propósito, que o estudo dessa teoria é objeto de estudo desse trabalho.

(Metodologia) Por meios de pesquisas bibliográficas e documentais, foi possível unir a doutrina e a letra da lei em consonância para o melhor entendimento dos conceitos específicos que fundamentam o instituto do Estado e todos seus mecanismos, formas, estruturas. Adjunto com alguns artigos online, a pesquisa tornou substancial a temática, uma vez que, serviu de fundamento para o desenvolvimento do estudo acerca do contexto histórico, do desenvolvimento da causa e sua positivação.

(Resultados) Foram notados por toda a evolução histórica, os modelos de Estados modernos e contemporâneos. Por sua força social ou pelo mal que ele pode causar a toda uma nação. Sendo assim, adentrando-se mais na ideologia contemporânea da visão estatal, se fez mister perceber que para se assegurar a permanência do Estado como essência da sociedade, que os conflitos de opiniões e interesses é natural. E que assim sendo, os indivíduos buscaram prevalecer os seus ideias e interesses, sendo dever do Estado coordenar esse conflito de maneira que os mesmo se sintam livre para se expressar, regulamentando normais gerais e indiferentemente, para a consecução da justiça. Se esses mecanismos não forem suficientes, através da força cabe ao Estado coordenar essa situação sem vícios. Pois, caso o contrário, este não correspondera a seu propósito inicial.

(Conclusão) O Estado é fundamento de tutela de comum anseio dos homens, mesmo que não detenha todos os elementos de coletividade. Essa postura invoca um conflito que é a explicação, em termos sociais e políticos como os indivíduos se encontram unidos num conceito de Estado. Tornando bastante nítida, a ideologia que inúmeras vezes, o Estado se comporta como um ente impositor de força, este que por sua vez, esfumaça a concepção real que nos impede de conhecer a realidade pura.

Palavras-Chave: Teoria Geral do Estado; Sociedade; Estado.

TERCEIRIZAÇÃO E OS PREJUÍZOS CAUSADOS AOS DIREITOS TRABALHISTAS COM UMA POSSÍVEL APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI 4.330/2004

Autor(es):

*Josiclécia Alves Firmino: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Natalia de Carvalho Menezes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Uma grande preocupação em todos os âmbitos da sociedade, desde a busca por medidas de políticas públicas por parte dos governos até a garantia dada nas resoluções dos casos concretos, gira em torno da efetividade dos direitos sociais. Tais direitos são elencados na Constituição Federal em seu artigo 6º, e entre eles está discriminado o trabalho, passando o capítulo II a discorrer sobre os direitos pertencentes aos trabalhadores de forma que sempre visem sua melhor condição social. Assim, pelo trabalhador ser a base da sociedade, visto que move a economia beneficiando ambas as partes da relação de emprego, o empregador e o empregado, e por permitir a sua manutenção e melhoria na qualidade de vida, é fundamental zelar pelos seus direitos. Com isso, propõe-se a análise dos prejuízos que poderiam ser causados em relação a parte hipossuficiente da relação trabalhista com uma possível aprovação do projeto de lei 4.330/2004 que pretende regulamentar a terceirização no Brasil.

(Metodologia) Com o intuito de esclarecer os eventuais danos com a aquisição da nova legislação supracitada ao ordenamento jurídico brasileiro, utiliza-se nesse trabalho o método dialético de abordagem, pois parte-se de uma análise comparativa do atual estágio de normatização da terceirização, que gira em torno do conteúdo da súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), e o texto do projeto de lei 4.330/2004. Utiliza-se o confronto entre as letras das leis para se chegar as consequências que afetariam os direitos trabalhistas.

(Resultados) Pela comparação jurídica das normas acima mencionadas, é possível perceber que se for aprovado, o projeto de lei prejudicará o empregado, enquanto por outro lado, o empregador lucrará com a nova regulamentação. Com o PL, todas as atividades exercidas por uma empresa, seja ela pública ou privada, poderão ser terceirizadas, diferentemente do que consta na súmula 331 do TST, na qual apenas as atividades-meio podem ser objetos de contrato cível com empresas interpostas mediante a prestação de serviços de empregados terceirizados. Portanto, diante dessa possibilidade de terceirizar a atividade-fim, constata-se que a inovação sugerida pelo referido projeto tornará mais precária a mão de obra, tendo em vista que o projeto não exige que o trabalhador terceirizado tenha as mesmas condições de trabalho dos funcionários fixos da companhia. A partir disso, verifica-se a seriedade da questão por ferir um direito que é garantido constitucionalmente e o rompimento com o princípio da igualdade.

(Conclusão) Pelo estudo positivo do Direito, conclui-se que a terceirização é um artifício de que dispõe os envolvidos na relação de emprego que tem grande crescimento, tendo em vista a necessidade que a empresa tem de focar em seu negócio principal (atividade-fim) e na melhoria da qualidade do produto ou da prestação de serviço. É fato que há a necessidade de uma lei que regulamente a terceirização no Brasil, mas não apenas por fazer, como no caso do PL 4.330 que fere direitos trabalhistas. Conclui-se que se aprovado, o projeto de lei significará um retrocesso na justiça.

Palavras-Chave: Terceirização. Direitos trabalhistas. Súmula 331. Projeto de lei. Retrocesso.

TERCEIRIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Autor(es):

Régia Cristina Alves de Carvalho Maciel: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Luanny Almeida Galvão de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos: Docente do UNI-RN

Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pena inicialmente era uma sanção de cunho meramente retributivo, a fim de compensar o mal com o mal. Posteriormente, ela deixou de ter apenas o caráter punitivo e passou ter o objetivo de ressocializar o apenado, para que este regressasse a sociedade. Porém para que isto seja efetivado, se faz necessário um sistema prisional que vise alcançar este objetivo, abarcando a segurança dos direitos humanos deste detento e a aplicação da Lei de Execuções Penais. Mas, isto não é visto no sistema prisional brasileiro. Surgindo assim propostas de terceirização do sistema penitenciário, como um caminho à privatização da execução penal. A terceirização ocorre quando existe um intermediário, em uma relação entre duas pessoas, para executar atividades que geralmente não constituem o objeto principal de uma empresa. É uma relação de complementariedade, em que a ajuda do terceiro aperfeiçoa uma determinada situação que o terceirizador não tem condições de fazer. Ou seja, o Estado contrata terceirizados para que realize a administração das atividades meio. A adoção de tal medida é justificada em virtude do caos do sistema prisional brasileiro, rebeliões acontecendo, celas superlotadas, devido a falta de estrutura, em que o indivíduo e seus direitos são renegados, desrespeitando tratados internacionais, como o do tratamento dos reclusos (1955, ONU) do qual o Brasil é signatário.

(Metodologia) Fenomenológico, com base em dados do Complexo Penitenciário João Chaves, Natal/RN e revisão literária.

(Resultados) O estudo busca um contra ponto, em aspectos positivos e negativos da privatização e terceirização do sistema prisional. A terceirização traz como ponto positivo o cumprimento da lei, dando condições do preso se recuperar, é um sistema utilizado em diversos países, podemos citar a França, em que o Estado permanece junto à iniciativa privada, diferente do modelo Americano, o qual entrega o preso inteiramente nas mãos da empresa privada. No Brasil existem duas experiências de privatização de presídios, uma na cidade de Guarapuava (PR) em que são garantidas condições de higiene, saúde, todos trabalham e estudam. E a segunda ocorre em Juazeiro do Norte (CE), considerada lícita pelo TST por se tratar da terceirização de atividade-meio, respeitando a Súmula 331, incisos I e III, do TST. Como ponto negativo, seria o aumento da despesa estatal que subiria para R\$ 1.200,00 ao invés dos R\$ 800,00 gastos atualmente com o serviço prisional por detento. Os contrários à privatização argumentam a possibilidade de formação de milícias nos presídios, a problemática de greves dos terceirizados, a falência da empresa, e principalmente quanto à indelegabilidade dessa função estatal. Mas vale salientar que o Estado não perde o monopólio da atividade quando a terceiriza. E uma alternativa em meio ao embate de opiniões, são as parcerias público-privada, que é uma forma inteligente de contornar a atual situação precária dos presídios. Estas parcerias surgiram como um teste, para a privatização, nela tudo fica a cargo da empresa privada, mas a execução penal ainda fica a cargo do Estado. São melhorias na qualidade de atendimento do preso e na infra-estrutura dos presídios. Nesse sistema penaliza-se financeiramente a empresa que não cumpre os indicadores e não podem abrigar mais presos do que as vagas disponíveis. Na parceria pública-privada, os presos recebem assistência social, psicológica e jurídica por voluntários da comunidade.

(Conclusão) O estudo revela que podemos encontrar nas parcerias público-privada uma alternativa de reverter o atual sistema. O investimento nesta medida vem sendo adotado em diversos presídios brasileiros e que alcançam resultados como o modelo de privatização Francês, em que o preso estaria propício a ressocialização sob supervisão do Estado, sendo uma forma mista de administração do presídio.

Palavras-Chave: Terceirização. Privatização. Presídios

TESTAMENTO É VITAL

Autor(es):

Maxuel Batista de Araujo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Luzinete Alves de Oliveira Weber Neta: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Ana Beatriz Maia Lira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Pretende-se discutir neste estudo de forma didática e visual, no Direito Civil na parte das Sucessões, o tema Testamento Vital. De modo geral, o brasileiro não se preocupa em fazer seu testamento, tampouco conhece os tipos e modalidades testamentárias, entretanto, nos últimos anos estudos nos campos da Medicina, Direito e Ética estão se voltando para a questão do princípio da dignidade humana, uma vez que o Testamento Vital, a princípio gerou alguma polêmica ao ser confundido como eutanásia, contudo, gradativamente foi inserido no nosso ordenamento jurídico tal instituto do direito sucessório. O Testamento Vital é considerado como uma diretiva do paciente (em casos de doenças terminais) que orientam seus herdeiros a oferecerem o melhor tratamento digno até o seu falecimento. A sociedade brasileira concebe a ideia da morte natural não se preocupando com o fazer testamento, mas diante de enfermidade grave e respeitando a vontade do paciente terminal, a ideia do testamento vital vem sendo reconhecido como uma forma de aliviar o sofrimento do paciente e de seus familiares.

(Metodologia) Diante da dificuldade de encontrar dados reais em Cartórios, Hospitais e outros meios sobre o Testamento vital no Brasil, optou-se metodologicamente, em pesquisar em fontes secundárias como livros e artigos científicos, demonstrando aqui de forma visual os resultados da pesquisa bibliográfica.

(Resultados) Os resultados obtidos da pesquisa bibliográfica demonstraram que no Brasil ainda perdura o desprezar pelo Testamento, principalmente no tocante ao Testamento Vital, onde percebeu-se um forte preconceito que reside no desconhecer e a confusão, no senso comum, como "abreviar a vida".

(Conclusão) A sucinta pesquisa bibliográfica revelou que ainda se precisa aprofundar os estudos e debates esclarecedores à respeito do Testamento Vital, pois ainda não se tem dados bem definidos acerca do tema. É importante destacar que a aceitação no que diz respeito a elaboração do testamento vital é diretamente proporcional ao tempo de doença. O paciente que se encontra em tratamento há mais tempo apresenta maior desejo de decidir sobre o seu processo de morrer. Por algum tempo, houve uma confusão se tal prática seria eutanásia, entretanto, após um debate no campo da Medicina e do Direito, chegou a conclusão que seria na verdade um procedimento Ortotanásico. Porém, no campo jurídico, já existe um Enunciado da Jornada Civil de nº 533 onde diz: "o paciente plenamente capaz poderá deliberar sobre todos os aspectos concernentes ao tratamento médico que possa lhe causar risco de vida, seja imediato ou mediato, salvo as situações de emergência ou no curso de procedimentos médicos cirúrgicos que possam ser interrompidos". Entretanto, ainda são necessários estudos para avaliar a percepção dos pacientes e de seus acompanhantes nas diversas regiões do Brasil.

Palavras-Chave: Testamento - Vital - Paciente - Ortotanásia

TÍTULO DA PESQUISA: MARCO CIVIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Autor(es):

Layana Medeiros de Albuquerque Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Maria Cecília de Lima Guedes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Amanda Louise Dias Barros de Azevedo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Juliana Maria Rocha Bezerra da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Após inúmeros casos e escândalos, viu-se necessária a criação de uma lei que regulamente e responsabilize os atos praticados na internet, sendo estes, principalmente, aqueles que afrontem direitos fundamentais garantidos pela Constituição, como o direito à privacidade, direito à imagem, direito à propriedade, bem como o direito à liberdade de expressão. Os direitos fundamentais são de suma importância. Há muito essa área carecia de uma regulamentação específica. Foram criados projetos de lei a respeito do assunto, como o do Senador Eduardo Azeredo PL 84/99 apresentado no dia 24/02/1999 a qual previa penalidades, entre outras providências para os crimes cometidos na área da informática. Mas somente neste ano, após diversos esboços, foi sancionada a Lei do Marco Civil da Internet, número 12.965/14. Neste artigo pretendemos analisar os aspectos abordados pela lei, suas relações com a realidade e com os direitos fundamentais. Deste modo, este artigo tem como objetivo entender como o Marco Civil foi elaborado e sua aplicabilidade.

(Metodologia) Utilizaremos a pesquisa exploratória para realizar um estudo preliminar do principal objetivo da pesquisa que será realizada. Baseado no método dialético, iremos entender qual a relação entre o Marco Civil e os direitos fundamentais para analisar a realidade a partir de confrontação de teses, hipótese ou teorias. Assim, utilizaremos jurisprudências, entendimentos e posicionamentos de ministros renomados como Gilmar Mendes, bem como utilizaremos artigos científicos e revistas científicas. Ainda estudaremos casos concretos, como os casos das atrizes Carolina Dieckmann e Daniela Cicarelli, entretanto sem esquecermos aquelas outras incontáveis vítimas de crimes nas redes virtuais, chegando a ter o próprio Estado como vítima, como pôde ser observado no escândalo com o PRISM de Eduardo Snowden.

(Resultados) Chegamos ao resultado de que o Marco Civil da Internet já era esperado no ordenamento jurídico brasileiro e que trouxe maior segurança as relações virtuais. Que apesar das críticas sofridas, com relação a grande demanda no judiciário, poder-se-a agir mais coercitivamente e mais rapidamente na resolução de pequenos conflitos neste âmbito.

(Conclusão) Com o passar do tempo, a tecnologia tem se tornado cada vez mais acessível, gerando uso exacerbado e falhas na segurança da informação, facilitando que ocorram crimes na internet. Concluímos por tanto que a lei do marco civil atende as carências de legislação para o ambiente virtual garantindo neste os direitos fundamentais. Por fim, analisar-se-á a citada Lei 12.965/14 através dos seus 32 artigos, observando os seus pontos positivos e negativos quanto à proteção aos direitos fundamentais no sistema jurídico brasileiro.

Palavras-Chave: Marco civil. Direitos fundamentais. Constituição Federal.

TÍTULO DA PESQUISA: SÚMULA 443 DO TST – VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E O DIREITO AO DANO MORAL

Autor(es):

Layana Medeiros de Albuquerque Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Raquel de Melo Mendonça: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

ThaËs Pires Monteiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Ingrid Katherine Bezerra de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Luiz Eduardo Marinho Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) Com o intuito de coibir os inúmeros casos de dispensas discriminatórias nas relações laborais, e com fulcro nos Direitos Fundamentais garantidos pela Constituição Federal, somado aos princípios específicos que versam o Direito do Trabalho, como o Princípio da Proteção (“In dúbio pro operário”, Aplicação da Norma mais Favorável e Aplicação da Condição mais Benéfica) e recomendações da OIT, analisar-se-á a Súmula 443 do TST. A já citada súmula, cumulada com a Lei 9.029/98 presume a não dispensa discriminatória do trabalhador em razão de possuir o vírus HIV, bem como outra doença grave que gere estigma social. Assim, quando violado essas garantias, atingimos o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana que abrange uma diversidade de valores existentes na sociedade, que se adéqua de acordo com a evolução da sociedade contemporânea. A violação a estes preceitos, atrelada à comprovação da conduta discriminatória, gera um dano à honra subjetiva de uma pessoa, lhe dando direito a exigir a reparação, neste caso o dano moral. Todavia, o dano moral sofrido não possa ser reparado com mera indenização e sim, compensado, esta é uma forma de punição aquele que praticou conduta indevida.

(Metodologia) Utilizaremos a pesquisa descritiva com o intuito de apresentar mais uma visão a respeito do tema. Baseada no método dialético, pretendemos discorrer sobre a súmula 443 do TST e suas implicações sociais, consultando princípios Constitucionais, a citada súmula, artigos científicos, revistas científicas e os entendimentos e posicionamentos de diversos doutrinadores.

(Resultados) A dispensa do trabalhador portador de HIV/AIDS ou de doença grave basea-se, sim, em uma discriminação indireta ofensiva aos direitos fundamentais, pois sob a despedida até mesmo com justa causa, quem arca com o peso social de se ver prejudicado no mercado de trabalho em momento de absoluta delicadeza é o trabalhador. Sendo assim, de acordo com o artigo 5º, XLI da Constituição Federal: “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”.

(Conclusão) Concluimos que com base na OIT e nos princípios acima ensejados, bem como, com a evolução social, se viu a necessidade da criação de uma legislação específica que pudesse garantir ao trabalhador, neste caso a parte hipossuficiente, o cumprimento de seu direito. Neste ponto, a súmula nº 443 foi criada em 2012, como forma de complementação a Lei nº 9.028/98, que trazia em seu corpo proteções ao acesso à relação de emprego, mas não especificava como agir em casos de doenças graves e portador do vírus HIV.

Palavras-Chave: Súmula 443. Dispensa discriminatória. Direitos Fundamentais. Dano Moral.

TÍTULOS DE CRÉDITO E O PRINCÍPIO DA CARTULARIDADE EM FACE DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS

Autor(es):

Islan Alves Gonçalves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Bruna Machado Cavalcanti de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Felipe Baía Araújo Fernandes Rosado: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Moisés Gonçalves de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
José Américo Ferreira da Silva Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN

(Introdução) Desde que o homem deixou de produzir bens destinados apenas à sua sobrevivência, pôde-se vislumbrar um gradativo processo de criação de ferramentas destinadas ao comércio, tendentes a fazer com que as trocas mercantis se materializassem de forma muito mais célere e segura. Um desses instrumentos é o título de crédito, cuja definição do artigo 887 do novel Código Civil brasileiro, dada por Cesare Vivante, e unanimemente aceita pela doutrina remonta à ideia de ser um documento necessário ao exercício do direito literal nele mencionado. Tal definição remete, por meio de suas expressões, aos princípios da cartularidade, literalidade e autonomia, todos informadores do regime jurídico cambial. Em síntese apertada, o princípio da cartularidade ou princípio da incorporação, para alguns, permite atestar que o direito de crédito mencionado na cártula não existe sem a mesma, razão pela qual ele não pode ser transmitido sem a sua tradição (entrega) e, tampouco, pode ser exigido sem a sua apresentação. É preciso destacar, entretanto, que hodiernamente tal princípio vem sendo posto em xeque, em virtude do crescente avanço tecnológico e da consequente criação de títulos de crédito magnéticos

(Metodologia) A pesquisa que dará conteúdo e forma ao que se pretende analisar foi realizada dentro da metodologia teórico-descritiva, através de uma sucessão de passos, orientados por conhecimentos teóricos, o que se deu a partir de estudos prévios, com enfoque no exame de artigos e notícias recentemente veiculados em meios eletrônicos, jurisprudência e doutrina brasileira, especialmente em livros recentes e artigos de periódicos, dado o fato de o direito virtual ter se desenvolvido mais efetivamente a partir da segunda metade da década de 90 (noventa)

(Resultados) Pelo acima exposto, foram vistos princípios que, em sua essência, originaram a criação do Direito Cambial e resultaram na garantia dos títulos de crédito. Abordando uma nova face do Direito Cambial, diante do avanço tecnológico dos meios eletrônicos e seu processo de desmaterialização, com base nas inovações eletrônicas que acabam por desconsiderar a presença dos princípios anteriormente mencionados, interpretando-os como não mais compatíveis com os atos comerciais contemporâneos. A disseminação da prática comercial utilizando o suporte eletrônico com vistas a possibilitar a circulação do crédito afetou, significativamente, os seculares princípios do direito cambial, aplicados aos títulos de crédito, em especial o princípio da cartularidade. Com a criação da duplicata virtual foi possível dinamizar a circulação do crédito

(Conclusão) Com esta análise, observou-se que a duplicata escritural possui executividade com a apresentação do recibo de entrega de mercadorias, o protesto da virtual é feito sem a apresentação da cártula. Nesse sentido o princípio da cartularidade entrou em declínio, em breve deixará de existir, pois, o uso do meio eletrônico para a transmissão de informações é rápido, seguro e ainda ecologicamente correto

Plavras-Chave: Títulos de crédito. Cartularidade. Desmaterialização

TÍTULOS DE CRÉDITO: A SUPERAÇÃO DA CARTULARIDADE MEDIANTE A DESMATERIALIZAÇÃO DOS TÍTULOS VIRTUAIS.

Autor(es):

Leilianne Maria Vital Pinheiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN

(Introdução) O crédito surgiu para tornar as transações comerciais mais viáveis, como um verdadeiro facilitador do comércio. Segundo o economista francês Gide, o crédito era conceituado como sendo o alargamento da troca, “a troca no tempo, em lugar de ser no espaço”. Acrescentou, ainda, que a venda a prazo e o empréstimo constituem as suas duas formas essenciais. O conceito de título de crédito é trazido pelo artigo 887 do Código Civil e, a partir de tal enunciação, é possível extrair seus princípios mais expoentes: a literalidade, a autonomia e a cartularidade. No que tange a esse último, é possível evidenciar que o uso dos títulos de crédito por meio de cártula vem perdendo espaço no mercado hodierno. Diante da nova realidade que se apresenta, as cártulas cederam lugar aos títulos de crédito eletrônicos, ferramentas que surgiram a partir das revoluções tecnológicas vividas pela sociedade contemporânea.

(Metodologia) O estudo que dará conteúdo e forma à nascente pesquisa será realizado dentro da metodologia teórico-descritiva e terá enfoque no exame de artigos e notícias recentemente veiculados em meios eletrônicos, jurisprudência e doutrina brasileiras, especialmente em livros recentes e artigos de periódicos, dado ao fato de o direito virtual ter se desenvolvido mais efetivamente a partir da segunda metade da década de 90 (noventa).

(Resultados) No Direito Romano dificilmente a transferência do capital circulava através do crédito. A obrigação ficava consolidada por um elo pessoal entre credor e devedor. O credor não poderia cobrar nos bens do devedor, uma vez que a Lei das XII Tábuas autorizava matar o devedor ou vendê-lo como escravo. Na Lex Papíria, a garantia pessoal e corporal foi transferida ao patrimônio, até que na Idade Média, com a expansão comercial, procurou-se simplificar a circulação de capitais através do aperfeiçoamento dos títulos, consolidando a letra de câmbio. A partir de então, difundiram-se as mais variadas formas de títulos de crédito. A evolução tecnológica tem influenciado os diversos ramos do direito. A possibilidade de circulação de um título de crédito emitido através de meios eletrônicos é objeto de discussão. A ausência de regulamentação, o princípio da cartularidade como característica intrínseca à validade do título, como também o desconhecimento das pessoas sobre o assunto são os principais obstáculos ao título de crédito eletrônico. A cartularidade é a materialização do direito no documento específico. Para o exercício do direito resultante do crédito concedido, torna-se essencial a exibição da cártula. Ou seja, somente com o papel, o direito ao crédito será possível. Sem a sua exibição, nenhum credor poderá exigir ou exercer qualquer direito fundado no título respectivo. Contudo, o Código de 2002 trouxe uma evolução ao apresentar a possibilidade e a previsão legal de títulos através de dados eletrônicos e magnéticos. Não pode tratar como um choque de valores por uma inclusão desta espécie a qual não segue necessariamente os princípios dos demais, trazendo uma limitação, mais diretamente do princípio da cartularidade, pois a legalização trazida em nosso Código é uma resposta à evolução tecnológica que todos suportam.

(Conclusão) A tecnologia e a modernização aperfeiçoam a forma como são tratados, até mesmo, os próprios princípios norteadores do direito, como é o caso, ao revelar a superação do princípio da cartularidade nas operações hodiernas. Os hábitos humanos evoluem ao longo do tempo e o direito, como ciência social e intervencionista das relações humanas, deve acompanhar esta mudança, não de modo a frear o desenvolvimento, e sim, de modo a dar segurança às novas técnicas comerciais proporcionadas pelo desenvolvimento tecnológico. O desenvolvimento gera a necessidade de mudanças de paradigmas.

Palavras-Chave: Títulos de crédito; cartularidade; tecnologia

TRÁFICO HUMANO: REALIDADE DA ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA

Autor(es):

Luciana Santana Pessoa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Leni de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) O tráfico humano reduz o homem em sua humanidade quando em nome da mercantilização da vida subjuga homens ao poder de outros homens. Considerando a posição da pessoa traficada, embora a legislação pátria estabeleça como princípio supremo a dignidade da pessoa humana, onde todos são iguais perante a lei, o tráfico humano extingue a dignidade da pessoa humana transgredindo de forma contundente a condição de ser humano uma vez já nascerem dotados de liberdade e igualdade em dignidade e direitos. As pessoas aliciadas pelos traficantes geralmente se encontram em estado de vulnerabilidade por ser o tráfico humano um fenômeno desprezível e cada vez mais preocupante constituindo uma forma grave de crime organizado e violação aos direitos humanos. Dentre as causas estão a pobreza, o desemprego, a falta de educação e de acesso ao conhecimento. A vítima do tráfico humano não consegue enxergar o crime porque muitas vezes são ameaçadas, suas famílias correm risco ou porque vivem em situação de penúria, de violência doméstica, de abuso sexual fazendo com que qualquer coisa seja melhor ante a situação ao qual está sendo submetida. Dessa forma, tem-se como objetivo fazer uma análise da legislação nacional e dos tratados internacionais voltados à prevenção e a cooperação jurídica contra o tráfico humano.

(Metodologia) A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa será a dialética, através de pesquisa bibliográfica de caráter descritivo no qual a revisão literária será em livros, artigos, pesquisas científicas, doutrinas e legislações, pertinentes à temática abordada.

(Resultados) A ONU no Protocolo de Palermo define e aponta as modalidades de tráfico humano. Segundo a ONU, o tráfico humano movimenta 32 bilhões de dólares/ano em todo o mundo. Desse valor, 85% vêm da exploração sexual. Em 2012, o Ministério da Justiça divulgou análise sobre o tráfico de pessoas no Brasil e mais recentemente, em 2014, um relatório com números de vários órgãos ligados ao MJ, MTE, das Relações Exteriores, da Saúde, do Desenvolvimento Social, Secretaria de Política para Mulheres, e outros, ordenados em conjunto com o UNODC, onde os números revelam maior notificação do crime em 2012. O documento afirma que a maior parte das vítimas é de mulheres jovens, pretas e pardas, mas não soma o total de casos no país porque os dados não estão unificados em um só banco de dados. A lei penal brasileira só menciona o tráfico humano, na modalidade internacional ou interna para fins de exploração sexuais, elencando em seu Código crimes correlatos, indo de encontro ao Protocolo de Palermo. A Polícia Federal está em fase de elaboração do Sistema de Direitos Humanos e do EPOL. Porém, o fruto dessas ações só poderá ser imaginado num prazo mínimo de cinco anos.

(Conclusão) O tráfico humano é atividade muito lucrativa e, talvez por isso, difícil de combater. O baixo índice de punição aos criminosos é fruto de uma dificuldade em reunir provas do crime e também de falhas na própria lei penal pátria, que prevê somente o tráfico para fins de exploração sexual deixando à margem outras modalidades de tráfico humano. O tráfico humano deve ser tipificado como crime para poder proteger aquele que se encontra em risco. É mister que a sociedade civil, o poder público e as comunidades internacionais abram os olhos e mirem a triste realidade das vítimas desse famigerado crime.

Palavras-Chave: Tráfico Humano; Exploração Sexual; Punição.

**TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL: UMA ANÁLISE ACERCA
DESTE FENÔMENO TRANSNACIONAL.**

Autor(es):

Katherine Alessandra Fernandes Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Felipe Douglas da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) A temática abordada é conhecida mundialmente com a sigla TSH - o tráfico de seres humanos que, notadamente, consiste na exploração sexual de determinados indivíduos, oriunda de uma rede (máfia) de membros, compostas por diversas pessoas que conjuntamente atuam para atingirem a finalidade do “negócio” que é a prática criminal (tráfico). Assim, A pesquisa objetiva mostrar como ocorre essa prática ilícita e como essa situação vem sendo combatida, dando especial enfoque às mulheres, crianças e adolescentes, além de outros segmentos sociais vulnerabilizados, nos quais se incluem travestis, também alvos desta cadeia criminosa.

(Metodologia) O presente trabalho pautou-se no método quantitativo, diante da análise de reportagens e artigos publicados em canais eletrônicos.

(Resultados) De acordo com a Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil, publicada em 2002, já existiam, à época, cerca de 240 rotas de tráfico de pessoas em nosso país. O tráfico de seres humanos não é uma prática da vida contemporânea, pois, conforme estudos realizados, em torno de 1900, o termo “tráfico” foi utilizado para fazer uma alusão à “troca de escravas brancas”, isto é, de mulheres. Nessa época o tráfico era encarado como uma mera atividade escrava e, por sua vez, implicava o movimento de mulheres, com intuito da prostituição. Além de no Brasil, a expansão desse fenômeno atinge o âmbito mundial, impulsionando a criação de um sistema internacional que visa à proteção aos direito humanos, mediante a utilização de tratados, convenções e protocolos. Esses instrumentos são capazes de contribuir para o combate a esse delito, com a implementação de novas legislações internas de cada país, além do fomento à extinção desta atividade criminosa por meio de campanhas de informação e sensibilização da população mundial, em prol da prevenção, atenção às vítimas e repressão ao TSH. Sabe-se que, em se tratando de tráfico humano ou tráfico internacional de pessoas, as mulheres brasileiras são grandes alvos desse crime que visa unicamente a exploração sexual. Salienta-se, ainda, que essa atividade ilícita mostra-se como uma das atividades mais lucrativas do crime organizado, o que repercute em 31,6 milhões de dólares por ano em média, sendo considerada a terceira atividade ilícita mais lucrativa do mundo pela Organização das Nações Unidas (ONU), o que de acordo com o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (UNODC), “[...] os aliciadores, por sua vez, são majoritariamente homens entre 31 a 40 anos, com bom grau de instrução e relações estáveis”.

(Conclusão) Percebe-se, portanto, que o TSH deve continuar sendo intensamente combatido, vez que utiliza mulheres, crianças e adolescentes, afrodescendentes e travestis como uma típica mercadoria, ocasionando um sofrimento imposto àquele que passa a ser visto e tratado como sujeito de direitos internacionais, tendo sua dignidade humana alienada e comercializada. Assim, apesar de os tratados internacionais e da legislação brasileira ofertarem instrumentos para o combate ao problema, ainda tornam-se necessários eminentes investimentos no setor de fiscalização do sistema internacional, cabendo ao Estado a tarefa de reprimir o tráfico dentro de seu território, punindo e coibindo o crime organizado, bem como de prestar assistência às vítimas, pois deve ser garantida a todo ser humano a proteção contra toda forma de abandono, crueldade e exploração.

Plavras-Chave: Tráfico Humano. Direito Internacional. Direitos Humanos.

TRÁFICOS INTERNACIONAL DE PESSOAS

Autor(es):

Humberto Corrêa de Oliveira Andrade Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Jéssica Cóbe Machado: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo tem como objetivo abordar o tema do tráfico internacional de pessoas, uma breve análise acerca da prática criminosa mundial e sem fronteiras que movimentam bilhões de dólares por ano em todo o mundo, chegando a atingir milhões de vítimas em condição análoga ao trabalho escravo, forçadas aos mais diversos tipos de trabalho, inclusive os de natureza sexual, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação.

(Metodologia) A pesquisa realiza-se através do método lógico-dedutivo, o qual permitirá, através de uma breve exposição bibliográfica, tornar explícita a temática abordada, mediante análise dos aspectos jurídicos referentes à legislação brasileira, relacionando-os aos preceitos dos direitos humanos. Não menos importantes são as consequências geradas pela prática ilícita e que tendem a levar o crime a um nível de problema mundial.

(Resultados) O tráfico de pessoas é um crime sem fronteiras, que acomete não só os países que se encontram em dificuldades econômicas e sociais, como também famílias vulneráveis, que passam a vender suas próprias filhas para que assim se assegure a sobrevivência. É uma máfia que movimentam por ano mais de US\$ 30 bilhões no mundo todo. De acordo com dados do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (UNODC), a exploração de uma pessoa traficada pode gerar lucros de até 30 mil dólares por ano. Só perde em questões de rentabilidade para o tráfico de drogas e armas. Sendo assim, considerado uma evolução moderna de escravidão. Caso se faça uma comparação entre a escravidão praticada nos séculos passados e essa nova forma do fenômeno, a segunda irá apresentar características peculiares.

(Conclusão) Portanto, chega-se a conclusão que a pesquisa apresenta uma grande complexidade e que tende por envolver segmentos de várias espécies, tanto estatais como não estatais, visando o combate e a prevenção do tráfico internacional de pessoas. Uma prática antiga e que em decorrência dos anos, passou por grandes transformações até tornar-se um problema mundial e é caracterizado pelo uso da força ou de outras formas de coerção, tendo como objetivo a exploração sexual, os trabalhos forçados, a escravidão e outras práticas semelhantes.

Palavras-Chave: Tráfico de pessoas. Legislação Brasileira. Exploração.

TRATADO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER.

Autor(es):

João Maria dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Marcelo Silva Farias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Vera Lúcia Gomes de Macedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) É marco destacável a Declaração dos Direitos Humanos em 1948, tendo como princípio básico a universalidade de direitos, sua indivisibilidade e inalienabilidade, contudo, predominava a exclusão da mulher. Neste mesmo ano consubstanciou-se tratados e convenções, encadeando movimentos em defesa dos Direitos das Mulheres. A Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Civis à Mulher nesse período, ainda, teve sua promulgação no Brasil por meio do Decreto nº 31.643 de 23 de outubro de 1952. O dispositivo em exame necessita de maior efetivação para adequar os ditames da norma, às necessidades de proteção da mulher, visto que, a Lei Maria da Penha representa um avanço no enfrentamento à violência contra as mulheres, de acordo com o relatório da ONU, para o Progresso das Mulheres no Mundo.

(Metodologia) O método de pesquisa utilizado é o explicativo, buscando de forma objetiva a reflexão para importância da mulher, os seus direitos e a relevância deste ser na sociedade. Será feito por meio de abordagem direta, e como objeto de pesquisa, serão utilizados os tratados, convenções, livros e artigos na internet que tratem sobre o assunto deste trabalho. Conforme esses meios, a metodologia deverá ser a dialética.

(Resultados) Disseminar uma melhor compreensão sobre o tema para conhecedores deste trabalho, bem como, conscientizar de forma humanitária sobre o gênero feminino. Todavia, não basta só ouvir e reconhecer as necessidades da mulher, mas admitir fazer parte do contexto histórico. Fazendo a história, permitindo a partir do seu próprio lar, da sua vida, do seu meio, da sua família. Combater as diversas formas de discriminação e atrocidades com a vida humana, particularmente, contra a mulher tanto no meio social quanto profissional. Consolidar esses direitos da mulher através das convenções, cartas, conferências, seminários e encontros diversos que vieram a dar forma à importância da mulher na sociedade, sua luta, sua colaboração na educação dos filhos e a manutenção da família, a maternidade, o direito e desejo individual de ser mãe. Abordar as divergências doutrinárias e jurisprudenciais sobre o tema, configurada pela disparidade existente entre os preceitos normativos e necessidade prática de proteção integral à mulher.

(Conclusão) A busca deste direito está fundamentada inicialmente na própria Constituição Federal/88. Embora o movimento esteja à décadas, crescendo paulatinamente, ainda caminha de forma lenta, recheada de preconceitos e armaduras, obstaculando o crescimento profissional, a liberdade de expressão, a igualdade de direitos com o sexo oposto e o direito à liberdade de ser e querer ser. Será uma constante luta para as futuras gerações.

Palavras-Chave: Direitos Humanos; Discriminação; Mulher.

TRAUMATIZADOS DIGITAIS

Autor(es):

Lara Targino Bezerra Alves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Maria Beatriz Torquato Rego: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Eduarda Lima Saldanha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Marcela Galvão de Lima Martins Freire: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Cláudia da Costa Aguiar: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho buscará compreender a correlação entre o Direito e o fenômeno moderno da comunicação, “Redes Sociais”, destacando a maneira como elas são utilizadas para, em muitos casos, lesionar os direitos de terceiros. Nesse intuito, o enfoque será na publicação de mensagens anônimas, isto é, aplicativos cujos destinatários são apócrifos, saindo inúmeras vezes impunes dos danos que deflagram. Neste cenário de desamparo legal, a polêmica rede, “Secret”, foi alvo da atuação do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), especificamente na Ação Civil Pública que resultou na remoção da rede. Dentre os argumentos mais pertinentes e que o Juiz Paulo Cesar de Carvalho, (processo:0028553-98.2014.8.08.0024), destacou, servindo de base para construção deste corpo, foi o Art.5º,IV, da Constituição Federal: “É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”.

(Metodologia) A pesquisa será desenvolvida através do método dialético, mediante o confronto de teses e antíteses em busca de uma síntese crítica que possa contribuir para a reflexão crítica da Ciência do Direito. A técnica aplicada será a documentação indireta, com ênfase na revisão bibliográfica pertinente ao tema.

(Resultados) As redes sociais consistem em uma plataforma de interação virtual capaz de reunir pessoas com objetivos semelhantes, a necessidade de comunicação as tornou um dispositivo comumente utilizado. O recente e polêmico “Secret”, lançado nos Estados Unidos, no início de 2014, por Chrys Bader e David Byttow, tem objetivo de proporcionar aos usuários um espaço para que pudessem compartilhar problemas e conselhos anonimamente. Esta rede disponibiliza a possibilidade de postar frases, imagens e de receber comentários de outrem sobre si. O acesso ao conteúdo é feito pela conexão com “Facebook”, o que permite configurar a página para visualizar, exclusivamente, postagens dos seus amigos e “dos amigos dos amigos”, ou através do registro da conta de e-mail ou telefone, no qual as postagens são dos contatos rastreados com base nesses dados. No Brasil, a sua finalidade foi desvirtuada, protegidas pelo anonimato, os usuários passaram a usar o aplicativo como instrumento para macular a imagem alheia através do cyberbullying. O “Secret” infringe reiteradamente nossa legislação, visto que os próprios desenvolvedores afirmam ser “impossível identificar quem contou o segredo, porque não há nenhum dado ou foto do usuário”, isto é, no caso de danos a outrem os responsáveis pelo aplicativo assumem contrariedade ao texto constitucional constante no art.5º,inc.IV. Deste modo, através da ação supracitada, a Justiça deferiu o pedido liminar do MPES, determinando que a Apple e o Google removessem o aplicativo de suas lojas oficiais e também dos “smartphones” que já os instalaram.

(Conclusão) A Internet está formando uma geração de traumatizados digitais, dados da pesquisa “Este Jovem Brasileiro”, realizada pelo Portal Educacional, aponta que 39% dos jovens relatam já ter sofrido preconceito, insultos ou outras formas de violência na web. Desta forma, mais importante do que retirar o aplicativo inconstitucional do ar, é conscientizar o uso das redes, precisamos de educação. Afinal, a liberdade de expressão são pressupostos fundamentais da democracia, mas o respeito ao outro e o direito à privacidade também, não devemos agir sem ética e abusivamente nas redes.

Palavras-Chave: REDE SOCIAL, SECRET, ANONIMATO, CYBERBULLING

UMA ANÁLISE DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, CRIADOS POR MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

Autor(es):

*Francialdo Cassio da Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Eleonora Bezerra de Melo Tinoco: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Art. 40 da CF/88 assegura o Regime Próprio de Previdência Social-RPPS para os servidores públicos efetivos. Ocorre que, apesar da previsão constitucional, não existe uma obrigatoriedade para sua criação pelos entes públicos. No entanto, nos últimos quatro anos, esse modelo de Previdência Pública tem sido difundido entres os pequenos municípios do Rio Grande do Norte, estimulados pela FEMURN - Federação dos Municípios do RN, tudo, incentivado pela possibilidade de diminuição da contribuição dos entes para o Regime Geral, aplicado na ausência do Regime Próprio. Ocorre que tais entes não têm nenhuma estrutura para instituir um regime previdenciário. Atualmente, no RN, 25 municípios já instituíram, porém todos são municípios cujo quadro de servidores efetivos é insignificante, como é o caso, por exemplo, de Itau/RN, que, segundo o IBGE/2010, tem pouco mais de 5 mil habitantes e instituiu o RPPS. Por outro lado, segundo o IBGE, a média de servidores públicos para cada grupo de 100 habitantes deve ser 2,5, desta forma, numa população de 5 mil habitantes a quantidade de servidores públicos efetivos não deve ultrapassar dos 125 servidores e no caso em análise, seria inviável a implantação do RPPS. Com isso, percebe-se que a criação de regimes próprios de previdências por pequenos municípios é no mínimo temerária, uma vez que, pela quantidade de servidores, é inviável a implantação. Neste sentido, o trabalho visa analisar as dificuldades que os municípios pequenos do Rio Grande do Norte podem enfrentar, a médio e longo prazo, ao criar o RPPS, apenas com fim de reduzir a contribuição para a previdência.

(Metodologia) O presente estudo tem como base metodológica a análise de dados da Previdência Social que acompanha e fiscaliza a criação e regulamentação dos RPPS pelos entes públicos, em especial dos municípios do RN, além de interpretar o art. 40 da Constituição Federal de 1988, bem como da jurisprudência, no que concerne a relativização da obrigatoriedade ou não da instituição do RPPS pelos entes públicos.

(Resultados) Percebe-se com o estudo que, muitos dos entes que instituíram RPPS no Rio Grande do Norte são municípios com menos de 50 mil habitantes, excetuando o Município de Natal, os quais, se não for observado o cálculo atuarial, estarão fadados ao fracasso. Outro fator de grande peso a ser observado é a relação servidor ativo/inativo, que não deve passar de 10 para 1. Essas observações são essenciais para determinar o equilíbrio do RPPS e no futuro garantir os benefícios.

(Conclusão) Por fim, entende-se que a criação do RPPS por pequenos municípios é no mínimo temerária, pois a falta de estrutura física, humana e tecnológica, aliada a pouca receita, já que são irrisórios os servidores, são entraves a criação do RPPS, por outro lado, o fundo pode ser alvo da notória corrupção que assola os políticos de nosso país. A criação de RPPS visando apenas reduzir custo sem nenhuma responsabilidade para com os servidores é uma manobra que pode, no futuro, colocar o servidor e o ente que o instituiu em dificuldade financeira e até falência.

Palavras-Chave: RPPS, municípios e servidor público.

UMA ANÁLISE JURÍDICA ACERCA DO ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEIS

Autor(es):

Rodrigo Bezerra Rosado Cascudo Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Igor Giovanne Negreiros Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Kallyanne Dayanna Mendes Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Barbara Martins Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Thaís de Lima Teixeira Machado: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

Anderson Araujo de Medeiros: Docente do UNI-RN

(Introdução) A proposta dessa pesquisa acadêmica é abordar alguns aspectos da responsabilidade civil em face das construtoras que atrasam na entrega das obras. Inicialmente, a compra de um imóvel é sempre vista como um negócio jurídico vantajoso para o incorporador, entretanto, tornou-se comum, nos dias de hoje, a espera abusiva pelo comprador do imóvel na entrega do mesmo. Trata-se, pois de um enorme descumprimento contratual e conseqüentemente, um grande desrespeito ao consumidor, que é justamente o público alvo de tais empresas. Quando as construtoras laçam um empreendimento vendem os imóveis ainda na planta com um prazo de entrega. O consumidor, ao comprar o imóvel já se compromete ao seu pagamento se organizando financeiramente para o pagamento total até a data na qual se encontra no contrato. Porém, quando o comprador pretende se mudar para o imóvel ou aluga-lo o mesmo estar ainda em reforma, trazendo um constrangimento para a família e um prejuízo por estar pagamento sem usufruir o bem.

(Metodologia) Diante do mencionado, a proposta do presente estudo é analisar pelo método lógico dedutivo, através da utilização de jurisprudências, legislação, dados estatísticos, entre outros, acerca dos atrasos nas entregas dos imóveis, visando discutir a conduta das construtoras, resguardada por cláusulas contratuais, perante o consumidor e a ilegalidade dessas, em razão da hipossuficiência do consumidor.

(Resultados) Conforme estudo feito acerca desse tema, observou-se como resultado a necessidade da utilização do código do consumidor nos contratos de adesão de imóveis, para trazer uma segurança maior ao incorporador e lhe assegurar que as cláusulas contratuais sejam cumpridas devidamente, até porque o patamar social das empresas e do comprador é bem diferenciado. É justamente por esse motivo que as cláusulas contratuais devem ser cumpridas, pois tal objeto tem por intuito trazer ou pelo menos buscar um equilíbrio nessa relação entre consumidor-empresa. Fazendo por necessidade a análise dos princípios que regem o consumidor, pois muitas vezes as empresas se utilizam da desinformação de alguns consumidores para lhes enganar acerca do contrato, fazendo com o que esperem mais que o tempo estabelecido e que extrapolem os dias de carência após a data estabelecida que fosse no máximo 180 dias, fazendo por muitas vezes que o incorporador tenha danos morais ou financeiros por conta do atraso das obras.

(Conclusão) Está sendo costumeiro nos ramos das construtoras esse atraso na entrega no imóvel, o que devemos nos informar é acerca da responsabilidade na qual elas são detentoras e que o prejuízo do comprador moral ou financeiro cabe à construtora reparar o dano, em razão de encontrar-se em inadimplemento, em virtude no atraso da entrega da obra, constituindo-se assim a responsabilidade civil da construtora em reparar os danos causados.

Plavras-Chave: Construtoras. Atraso. Consumidor.

UMA ANÁLISE SOBRE AS NORMA DE DECISÃO DO TJRN

Autor(es):

Nailton Gomes Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

José Eduardo de Almeida Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) No Brasil, é pacífico o entendimento de que o Poder Judiciário constitui e declara direitos. Frequentemente, pois, observa-se a concretização ou aplicação do direito como resultado de um processo judicial, quando, através de uma decisão judicial, sentença ou acórdão, o (órgão) julgador materializa uma norma jurídica. A propósito, a norma jurídica, que confere a solução ao caso concreto e dá validade ao dispositivo, pode ser denominada de norma de decisão, a qual é tida como o principal objeto do presente estudo. A importância e justificativa dessa investigação são desveladas diante das discussões sobre a necessidade de um maior rigor e consistência nas decisões judiciais, ainda baseadas em padrões aplicados nos primórdios da retórica judicial, ofensivas, inclusive, aos atuais padrões de racionalidade. Objetiva-se, dessa maneira, investigar: (i) qual a relação entre norma jurídica e norma de decisão; (ii) como se produz a norma de decisão; (iii) se há relação entre a norma de decisão e teorias de argumentação jurídica; e (iv) de que forma a norma de decisão é apresentada em acórdãos proferidos pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN), buscando, em sede de conclusões, elencar proposições para uma maior rigidez na concretização do direito.

(Metodologia) Com a intenção de descobrir, interpretar e alcançar os objetivos propostos, adotou-se como metodologia as pesquisas bibliográfica e documental, empregando o método indutivo. Em detalhe, o referencial teórico foi composto por obras de Manuel Atienza, Katharina Sobota, Miguel Reale, Eros Roberto Grau, Stephen Toulmin e Robert Alexy. Noutro vértice, foram analisadas aproximadamente 50 (cinquenta) acórdãos do TJRN, escolhidos por um critério de acessibilidade, constituindo um singelo, porém expressivo, material empírico.

(Resultados) Os resultados dessa investigação são capazes de intrigar. Em primeiro lugar, (i) constatou-se que a norma de decisão é uma espécie de norma jurídica que ocupa uma posição precípua em relação ao discurso e raciocínio jurídico, ofertando coerência e validade. Ela é, portanto, o elemento central de qualquer decisão judicial. Ademais, (ii) a norma de decisão é produzida por meio de técnicas de interpretação e/ou aplicação, partindo-se da compreensão de textos normativos e de fatos, quando se fabricam normas jurídicas que podem ser ponderadas para a solução do caso, até a escolha de uma que põe termo à questão em discussão. Sob outro ângulo, verificou-se que (iii) a norma de decisão muito se assemelha com a premissa maior (do silogismo) e/ou com a garantia (“warrant”) do modelo de argumento concebido por Toulmin. Por derradeiro, (iv) da análise dos acórdãos do TJRN, observou-se a ausência de qualquer silogismo completo e explícito, embora houvesse uma tendência de se estruturar a decisão “silogisticamente”, estando, porém, a norma de decisão subentendida, o que dificultava sobremaneira a plena compreensão das decisões jurídicas desse Tribunal.

(Conclusão) Em suma, verificou-se que os desembargadores do TJRN, em geral, não declaram suas normas de decisão, apesar de fundamental, sob o ponto de vista da boa técnica de argumentação, o que ofende aos princípios da racionalidade e transparência. Uma possível explicação é que as normas de decisão não precisariam ser mencionadas por serem autoevidentes. Porém, quando assim se procede, oculta-se a inconsistência de todo o sistema normativo e se abre a possibilidade de modificar o significado alegado da norma e adaptá-lo a cada situação, o que enseja uma ausência de firmeza (de segurança) nas decisões judiciais.

Palavras-Chave: Norma Jurídica, Aplicação do Direito, Argumentação Jurídica, Decisões Judiciais

**UMA REINTERPRETAÇÃO DA LEI DE ANISTIA COM BASE NO ORDENAMENTO JURIDICO BRASILEIRO
VIGENTE FRENTE ÀS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DURANTE A DITADURA MILITAR**

Autor(es):

Mariana Socoloski Fernandes de Jesus: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Beatriz Mariz Lobo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos: Docente do UNI-RN

(Introdução) A ditadura militar representou o período mais longo de autoritarismo no Brasil. Um regime instaurado através da tomada do poder estatal pelos militares e pelo cerceamento de liberdades individuais e coletivas em desrespeito ao princípio do Estado Democrático de Direito. É neste cenário que, durante o período de transição entre ditadura e democracia, agentes estatais promoveram a aprovação da Lei de Anistia brasileira em 1979, anistiando todas as espécies de crimes perpetrados por eles. Entendendo por este fato que a anistia concedida dá-se de forma geral e irrestrita, questiona-se se ela pode abranger crimes lesa-humanidade, descriminalizando-os e promovendo a impunidade de seus autores. A partir desta problemática o presente trabalho tem como escopo atestar que os crimes praticados na ditadura militar violaram direitos humanos, permitindo uma reinterpretação da Lei 6.683/79 com base em preceitos internacionalmente consagrados e garantidos pela CF/88. É evidente, portanto, a importância da presente pesquisa para a sociedade brasileira, em favor da memória, verdade e justiça.

(Metodologia) O método de trabalho dedutivo se utiliza do raciocínio lógico para obter resposta a problemática traçada, configurando uma análise voltada ao estudo de uma premissa geral, a de que os crimes praticados pelos agentes públicos da ditadura militar foram de lesa-humanidade, a fim de se constatar uma conclusão verdadeira para tal premissa, a necessidade de revisão da Lei de Anistia brasileira. O viés exploratório de levantamento de dados para a pesquisa bibliográfica centralizou-se em livros, artigos científicos, leis e doutrina jurídica.

(Resultados) A partir da ADPF 153 impetrada pela OAB no STF, tentou-se abrir uma discussão acerca da interpretação jurídica da Lei 6.683/79 no tocante a sua (in) constitucionalidade. Segundo a OAB, os crimes praticados por agentes públicos contra opositores durante o regime tratam de crimes comuns e, não, de crimes políticos, requerendo a não extensão da anistia a crimes dessa natureza. Argumentando sobre a obscuridade quanto às espécies de crimes anistiados pela lei. No entanto, o STF julgou improcedente o pedido destoando da aplicabilidade dos direitos humanos e da tendência regional de países latino-americanos em abolir suas leis de anistia em face da consagração de direitos humanos pelo Pacto São José da Costa Rica. Em contrapartida, a Corte Interamericana de Direitos Humanos se posicionou a atestar que os crimes praticados foram de lesa-humanidade, alegando a sua imprescritibilidade e a obrigação do Estado brasileiro em investigar e punir tais condutas. Além disso, a ONU também sugeriu que o Brasil reavaliasse sua lei através da responsabilização penal dos autores das atrocidades cometidas durante o regime. Por fim, em análise aos crimes lesa-humanidade, fica claro a necessidade de apuração em respeito aos direitos humanos garantidos pela CF/88 e por tratados internacionais.

(Conclusão) Finalmente, podemos afirmar que houve a violação de direitos e garantias fundamentais previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos, consagrados constitucionalmente e sendo tais violações imprescritíveis, podem ser argüidas a qualquer tempo. Torna-se latente, assim, a necessidade de uma reinterpretação da Lei de Anistia brasileira pelo judiciário brasileiro no sentido de se permitir uma ampla investigação das violações perpetradas pelos agentes estatais brasileiros na ditadura, promovendo a punição destes, além da apuração da verdade amordaçada nos “porões” da ditadura e a conscientização da memória e valorização da justiça entre o povo brasileiro. E assim, lembraremos, no decorrer da história, de toda a violência perpetrada pelas mãos do próprio Estado para que através da força do povo, a história não se repita jamais, em nome das vítimas massacradas e de seus familiares para sempre marcados pelas perdas.

Palavras-Chave: Lei de Anistia Brasileira. Reinterpretação. Ditadura militar. Violação. Direitos Humanos. Crimes Lesa-Humanidade.

USO MEDICINAL DA MACONHA: UMA ALTERNATIVA AO DIREITO À SAÚDE

Autor(es):

Luis Octavio Lima Barbalho de Mello: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Gabriel Rodrigues Saraiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO). O grande embate que inspira o desenvolvimento da presente pesquisa é o fato de existirem alguns casos em que, para a manutenção do direito à saúde – e, conseqüentemente, da dignidade da pessoa humana – o uso de substâncias consideradas ilícitas em nosso ordenamento jurídico se faz necessário para a garantia dos direitos supracitados. Dessa forma, o projeto em desenvolvimento busca trazer alternativas para permitir o uso de substâncias proibidas – nesse caso, a maconha –, de forma a se buscar sempre a razoabilidade no que concerne às normas jurídicas que, por ventura, venham a se colidir. É com fulcro na observância da proporcionalidade que o artigo vem a respaldar sua existência e necessidade; visto a seriedade do tema trabalhado e as conseqüências que advirão nas vidas de pessoas que possam se encontrar, futuramente, nas mesmas situações daquelas que protagonizaram os casos concretos que estão sendo analisados.

(Metodologia) (METODOLOGIA). Primeiramente, busca-se com esse projeto, transmitir com clareza e precisão, o conteúdo estudado no que concerne à problemática em questão. Com relação ao tipo de abordagem, a construção desta se dá através de uma pesquisa teórica, mais especificamente doutrinária e jurisprudencial; na qual será abordada de forma dedutiva, interdisciplinar – tendo em vista que haverá uma conexão entre a seara jurídica e a medicina – e de forma dialética, observando-se as discussões travadas entre a tese vigente no ordenamento jurídico a antítese que vem a ser apresentada. No que se refere aos métodos de procedimento, estes serão expostos por meio de uma síntese da evolução histórica dos direitos em conflito e a posterior aplicação destes em um estudo de caso.

(Resultados) (RESULTADOS). No referente aos resultados, é percebido que o uso de medicamentos à base da maconha foi permitido em casos específicos e extremamente especiais; sendo sempre necessária muita diligência e observância das peculiaridades do caso. Isso é dito, devido ao fato de que em dois casos particulares – aqueles que estão sendo analisados –, a utilização de algo que, num primeiro momento é proibido, só deve ser feita quando o objeto da proibição venha a se tornar a única solução para assegurar a manutenção dos direitos e garantias constitucionais.

(Conclusão) (CONCLUSÃO). Com o desenvolver do trabalho, percebe-se a possibilidade da flexibilização da norma proibitiva – a que proíbe a utilização da maconha – e a admissão de determinadas condutas – a utilização dos medicamentos à base da maconha – em casos específicos e feitos de forma extremamente ponderada. Desta forma, pode-se inferir que a permissão para realizar uma conduta que, inicialmente, é vedada, deve levar em consideração uma análise minuciosa do caso concreto para avaliar se a flexibilização é possível ou não como meio de tornar efetivo o direito à saúde e a dignidade da pessoa humana.

Palavras-Chave: Maconha, Direito à saúde, Dignidade da pessoa humana

USUCAPIÃO CONDOMINIAL

Autor(es):

Georgia Franklene Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Priscilla Ryana do Nascimento Anselmo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maira Costa Godeiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Marizaldo José Furtado Fialho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Todo bem, móvel ou imóvel, deve ter uma função social. Deve ser utilizado pelo proprietário de forma direta ou indireta, de modo a gerar utilidades. Se o dono abandona esse bem; descuida no tocante à utilização, deixando-o sem uma destinação e se comportando desinteressadamente como se não fosse o proprietário, pode, com tal conduta, proporcionar a outrem a oportunidade de se apossar da aludida coisa. Aqui, observa-se, o enfraquecimento da propriedade, ganhando espaço o instituto da posse, que visa harmonizar o interesse individual e coletivo, na qual, o bem tem que ter uma função social. Essa posse, mansa, pacífica e continuada por determinado tempo previsto em lei, será hábil a gerar a aquisição da propriedade por quem seja seu exercitador leva à usucapião. A questão da admissibilidade da usucapião pelo condômino tem relevância não só no condomínio (comum) como também na propriedade horizontal. Portanto, o presente trabalho, tem como propósito analisar a usucapião na modalidade condominial, demonstrando entendimento doutrinário divergentes e a aplicabilidade desse instituto aos casos concretos pelos Tribunais, logo, esse estudo tem como utilidade a disseminação do tema para a comunidade acadêmica, visando, a conscientização de todos para o entendimento e possíveis debates.

(Metodologia) O método utilizado para a realização desta pesquisa será o dialético, através de pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo a partir da Doutrina do Direito Civil e Direito Constitucional, além da análise da legislação vigente, bem como artigos e pesquisas científicas pertinentes à temática abordada. O trabalho apresenta também um caráter descritivo, pois tem como objetivo principal, a descrição de características de um determinado fenômeno.

(Resultados) Como resultado para o presente trabalho será observado à discussão não pacificada da doutrina e a aplicabilidade do instituto – usucapião condominial – nos casos concretos. O estudo não tem um caráter de demonstrar dados estatísticos, mas de provocar nos estudantes de direito, o entendimento dessa modalidade de usucapião e busquem debatê-la em sala de aula, junto com os professores e colegas de turma, visando assim, ter um alicerce sobre tal temática e possam sair do ambiente acadêmico, mais preparado para lidar com o dia-a-dia profissional.

(Conclusão) Por fim, conclui-se que a usucapião de partes comuns, na propriedade horizontal é inviável, pois o bem é indivisível e comum a todos os condôminos, conforme entendimento doutrinário. Mas constata-se, se alguém estiver praticando atos de posse, acompanhados dos demais requisitos, numa área comum de condomínio, faz surgir para ele o direito de pleitear através da usucapião condominial a posse definitiva e posteriormente, a propriedade dessa área, resultando assim, a perda da área comum para o próprio condomínio e também para os demais condôminos, que tem o direito de preferência sobre essa área. Logo, a parte usucapida perderá permanentemente o uso dessa área comum, permanecendo assim o conflito social, situação essa afastada do instituto da usucapião. Mas, esclarece-se, que o condômino (possuidor) não tem posse exclusiva, portanto, não pode adquirir a propriedade dessa área pela usucapião em estudo.

Palavras-Chave: Usucapião; Usucapião Condominial; Posse; Propriedade

USUCAPIÃO DE BENS DE HERANÇA JACENTE

Autor(es):

Ana Belarmina do Monte: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Paulo Cruz Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Hyldrênia Maély Nunes de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A proposta desta pesquisa acadêmica é analisar como ocorre a usucapião de bens imóveis que compõem a herança jacente. Elucidar a possibilidade de usucapir bens que compõem acervo jacente, garantindo proteção legal e segurança jurídica para o possuidor que viu completado em seu favor o prazo da prescrição aquisitiva antes da prolação da sentença de declaração de vacância, demonstrando que o acervo jacente só é transferido para o domínio público com a prolação da referida sentença.

(Metodologia) O Método adotado para a pesquisa é o teórico, tendo como objetivo precípuo esclarecer os questionamentos sobre o tema de forma clara e elucidativa, saneando possíveis controvérsias, com base na melhor doutrina e na jurisprudência pátria mais moderna.

(Resultados) Sobre a modalidade de herança jacente, podemos verificar no nosso Código Civil de 2002, no art. 1819, que "falecendo alguém sem deixar testamento nem herdeiro legítimo notoriamente conhecido, os bens da herança, depois de arrecadados, ficarão sob a guarda e administração de um curador, até a sua entrega ao sucessor devidamente habilitado ou à declaração de sua vacância". Por sua vez, no entendimento unânime da doutrina, a herança é considerada jacente quando não há herdeiro certo ou determinado, ou quando a herança é repudiada por todos os herdeiros, ou ainda quando não se sabe de sua existência. Trata-se, de uma fase do processo que antecede a vacância. Ocorre que, há muito tempo, mesmo antes do advento do CC/02, o Superior Tribunal de Justiça já vinha adotando o entendimento, hoje pacífico em nossos tribunais, de que é possível, sim, usucapir bens imóveis que compõem o acervo hereditário jacente, deixando clara a opção pela teoria da natureza constitutiva da sentença que declara a vacância. Analisando vários julgados, verificamos que não é possível falar em controvérsia sobre a matéria, pois a jurisprudência é unânime e pacífica aos bens que compõem a herança jacente, no tocante que eles só passam para o domínio público após a declaração de vacância desses bens e que, para usucapir, o usucapiente deve comprovar que o prazo da prescrição aquisitiva se completou em seu favor antes da declaração, por sentença, da vacância dos bens. Vale salientar que, mesmo sob a égide do Código Civil de 1916, também era esse o entendimento.

(Conclusão) Por fim, não há que se falar em usucapião de bens públicos quando o prazo para aquisição do bem através de ação de usucapião já estiver completo quando da jacência da herança, já que esses bens só passam para o domínio público com a declaração de vacância, sem prejuízo do direito dos herdeiros legítimos. Tão logo, podemos concluir que ainda que haja uma lacuna tanto no direito sucessório quanto no direito das coisas no que toca à usucapião de bens jacentes, nossos tribunais, guiados pela jurisprudência pacífica do STJ, vêm trilhando um caminho de respeito aos princípios, direitos e garantias fundamentais, tais como a dignidade da pessoa humana, o direito à moradia e a função social da propriedade ao reconhecerem o direito à usucapião dos bens da herança jacente, ainda que essa já tenha sido declarada vacante, quando o prazo da prescrição aquisitiva já havia se completado.

Palavras-Chave: Usucapião, Herança Jacente.

USUCAPIÃO FAMILIAR E O ABANDONO DO LAR

Autor(es):

José Jaime da Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Arthur Fernandes Borges de Macêdo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Jessica Karoline Alves Sales Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Carlos Alberto Pinheiro Fontes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Larissa Lamas da Cunha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo científico, tem como objetivo abordar acerca da nova modalidade da usucapião que foi acolhido em nosso ordenamento jurídico a partir de 2011, a Usucapião Familiar. Esta nova modalidade esta regulamentada no artigo 1240-A do Código Civil Brasileiro de 2002, incluído pela Lei 12.424, de 16.06.2011, visou regularizar questões habitacionais, estabelecendo condições para que o cônjuge que permanecer no bem abandonado por seu ex-consorte possa pleitear a usucapião da meação do outro cônjuge ou companheiro. O legislador visou à função social da propriedade, destinando ao cônjuge/companheiro que habita o bem, o direito de garantir o seu futuro, adquirido parte do imóvel que caberia ao outro.

(Metodologia) O método utilizado pela pesquisa é o teórico, baseado na leitura de artigos e o Código Civil Brasileiro de 2002.

(Resultados) De acordo com a 12.424 de 16 de Junho de 2011, mediante a Medida Provisória 514/2010 que diz: Aquele que exercer, por 2 (dois) anos interruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. Salienta-se que a posse nesse período de 2 (dois) anos, após o abandono do lar do ex-cônjuge e ex-companheiro, deve ser exclusiva daquele cônjuge ou companheiro que ficou no lar, não podendo ser posse comum. Se o consorte ao abandonar o lar, deixa regularizado a posse do imóvel, lhe autorizando o comodato ou pelo uso exclusivo do bem, este não seria cabível a proposição da ação de usucapião familiar em face da parte que ficou com a posse direta. Para configurar o abandono do lar, o juiz vai analisar se houve o rompimento do vínculo afetivo e patrimonial com o cônjuge/companheiro, e o afastamento no período de dois anos do imóvel. E o indivíduo que permaneceu com a posse direta do imóvel, poderá ajuizar a ação de usucapião familiar. Apesar de que o abandono do lar é um ato voluntário, não se leva mais em consideração o fator culpa, já que o ordenamento jurídico aboliu esta hipótese. Não há uma definição específica acerca do que seja o abandono do lar, é um conceito amplo, sendo analisado a situação fática no caso concreto. Há de se destacar o que vem a ser o “abandono do lar”, objeto de discussão deste artigo. Para que o cônjuge possa requerer a “usucapião familiar”, deve preencher nove requisitos legais.

(Conclusão) Por fim, resta claro que a Usucapião Familiar tem a virtude de regularizar a situação do cônjuge que continua a morar no imóvel depois do outro cônjuge abandonar o lar compreendido pelo lapso temporal de dois anos, por outro traz questionamento sobre o que poderia se compreender por abandono para fins desta nova modalidade de usucapião. O abandono do lar é um requisito subjetivo que deve ser atentamente examinado para se adquirir a posse ad usucapionem nesta modalidade de aquisição originada propriedade.

Palavras-Chave: Usucapião familiar, abandono do lar, família, propriedade, patrimônio

VIABILIDADE DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO À CRIANÇA/ADOLESCENTE SOB GUARDA.

Autor(es):

Sara Emanuelle Ferreira Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Rafaela Câmara da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Seguridade Social, nos termos do art. 194 da Constituição Federal de 1988, “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. A pensão por morte (Lei nº 8.213/91, art. 18, II, “a”), abarca um desses benefícios oferecidos pelo RGPS. Para fins de recebimento de tais benefícios, o art. 16 da Lei nº 8.213/91, elenca na condição de dependentes em seu inciso I o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido. Equiparam-se aos filhos, mediante declaração do segurado, o menor que por determinação judicial, esteja sob sua guarda. Cumpre registrar que, a guarda é uma das formas de colocação da criança/adolescente em família substituta, objetivando a assistência moral, educacional e material pelo guardião. Portanto, o menor sob guarda ostenta a condição de dependente do segurado por morte, quando o óbito deste, tiver ocorrido na vigência desta lei, conforme se verifica do art. 16, § 2º da Lei, nº 8.213/91. Porém foram excluídos do rol dos dependentes equiparados, com a nova redação dada pela Lei nº 9.528/97. No entanto, existem divergências, é o que se despeita concluir no presente trabalho.

(Metodologia) Este artigo científico utilizou-se do método qualitativo dedutivo de pesquisa para propor a realização de uma análise acerca dos conceitos e conflitos trazidos pela legislação brasileira e por entendimentos jurisprudenciais.

(Resultados) Tendo em vista os conflitos existentes entre a lei nº 8.112/1991, alterada pela lei nº 9.528/1997 e a lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do adolescente) acerca da possibilidade da criança/adolescente sob guarda ser dependente previdenciário, o Superior Tribunal de Justiça, primeira seção, em sede de RMS 36.034 – MT, baseando-se no princípio da proibição do retrocesso, consolida entendimento de que nesses casos, aplica-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, que conforme previsto no seu §3º do art. 33 “a guarda confere a criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários”, por estes serem protegidos integralmente, principalmente, pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 227. Ademais, em consonância, o Supremo Tribunal Federal, em sede de medida cautelar em mandado de segurança 32.907, complementa que é irrelevante o fato de a guarda ser provisória ou definitiva.

(Conclusão) Portanto, baseando-se nos fins destinados a esta pesquisa, comprova-se que apesar da lei 9.528/97 ter retirado a criança/adolescente sob guarda, do rol de dependentes beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, os tribunais firmaram entendimento de que o Estatuto da Criança e do Adolescente deve prevalecer sob a lei retro mencionada, levando em consideração o princípio da Proibição ao retrocesso e conseqüentemente da segurança jurídica, devendo atentar-se também para o princípio da Isonomia entre os filhos, adotivos ou naturais, tutelados ou sob guarda. Por fim, salienta-se que também é dever do Estado preservar os direitos destes, logo devem gozar do benefício previdenciário para fins de recebimento de pensão por morte.

Palavras-Chave: Criança/adolescente sob guarda. Dependência do segurado do RGPS. Pensão por morte. Conflito legal. ECA

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E DIREITOS HUMANOS: ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO HOSPITAL WALFREDO GURGEL

Autor(es):

Luma Sabino Labanca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Núbia de Souza Miranda: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Nayara Regina Gomes Revorêdo Marques: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Monaliza Vanessa de Brito Gondim Moura Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Flávio Macedo Freire: Docente do UNI-RN

(Introdução) Ao longo da história a mulher sempre exerceu um papel social secundário, sendo vítima de todas as formas de discriminação e violência. Após a introdução do ideal de direitos humanos e das fortes lutas em busca de reconhecimento, foi criada, em resposta, a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação da Mulher (1979), dentro do sistema internacional de proteção dos direitos humanos, na busca pela dignidade de gênero. Contudo, essa igualdade de gêneros não foi alcançada, pois, segundo estatísticas atuais da ONU (Organização das Nações Unidas), sete em cada dez mulheres já foram ou serão violentadas em algum momento da vida. No Brasil, a criação da Lei Maria da Penha demonstrou um avanço na busca da proteção da mulher e diminuição da desigualdade entre os sexos. Nesse contexto, buscou-se por meio da coleta de dados estatísticos do maior hospital de referência do estado do Rio Grande do Norte demonstrar a incidência da violência física contra a mulher (violência de gênero) em casos atendidos pelo Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel, no período dos anos de 2010 a 2013.

(Metodologia) O estudo foi realizado com base em pesquisa empírica com a coleta de dados estatísticos e informações fornecidos pelo Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel, em Natal, em que são retratados os atendimentos dos casos de violência física contra a mulher, nos anos de 2010 a 2013. Para esse fim, compararam-se os dados em função da faixa etária da vítima e do local de ocorrência da violência, analisando o desrespeito aos direitos humanos das mulheres, presentes em várias referências normativas no plano interno e internacional.

(Resultados) Da análise dos dados coletados se obteve os seguintes resultados: nos anos pesquisados foram registrados 988 atendimentos oriundos da violência de gênero. Assim, quanto ao lugar da ocorrência da violência de gênero observou-se que 361 (36,54%) ocorreram em via pública, 332 (33,6%) casos ocorridos em residências; 215 (21,76%) casos de local ignorado; e 80 (8,09%) casos em outros lugares. Quanto a demonstração dos dados em relação a faixa etária, observou-se que as vítimas de violência gênero com idade inferior a 1 ano atingiram 16 casos (1,62%); aqueles com idade entre 1 a 14 anos apresentaram 54 (5,46%) casos; nas vítimas com idade entre 15 e 19 anos perfazem um total de 161 (16,29%) casos; entre as idades de 20 a 34 são os índices apontam 439 (44,43%) casos de atendimento; nas idades entre 35 a 49 são 239 (24,1%) atendimentos; para as vítimas com idade entre 50 a 64 foram registrados 52 casos (5,26%); acima de 65 anos 27 (2,73%).

(Conclusão) Da análise dos resultados foi possível observar determinados padrões de violência contra a mulher. Nesse contexto, do estudo dos dados em relação ao local da agressão, percebe-se que as ocorrências em vias públicas atingiram níveis mais altos do que as violências cometidas na residência. Dessa estatística é possível perceber um comportamento diverso do que realmente ocorre, uma vez que a maioria das agressões acontece na residência da vítima, a discrepância desse dado se apresenta no fato de que muitas mulheres, se sentindo oprimidas em suas próprias casas optam por não procurarem auxílio médico, o que as impossibilita de figurarem nas estatísticas. Em relação a idade das vítimas, observou-se que o grupo de idade entre 20 e 34 anos apresentaram os maiores índices, seguidos das idades entre 35 a 49 anos e das idades de 15 a 19. De fato, a intensidade da violência está em consonância com o momento vivido por essas faixas etárias, ocorrendo que a maioria dos casos de violência de gênero são cometidos por parceiros ou parentes das vítimas.

Palavras-Chave: Violência de Gênero. Violência Contra a Mulher. Direitos Humanos.

CONIC 2014

Inovação e Tecnologia para o Desenvolvimento Profissional



unirn.edu.br

CSET4 – Engenharia Civil

"CORRIDA PARA O MAR" - ESTUDO DE VIABILIDADE PARA IMPLANTAÇÃO DE USINA DE ONDAS NO LITORAL DO RN

Autor(es):

Samara Regina dantas dos Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Mariana Bezerra Josino: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Victória Maria dos Santos Pessigty: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Andréa de Freitas Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Thalles Amaury Ramalho Pessoa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN

Leaivlam Rodrigues de Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) As fontes não renováveis de energia, ou seja, aquelas que se encontram na natureza em quantidades limitadas (carvão, petróleo bruto, gás natural e o urânio), se extinguem com a sua utilização e, uma vez esgotadas, essas reservas não podem ser regeneradas. Com isso, pesquisas têm avançado na descoberta de fontes energéticas renováveis, como a energia eólica e solar, entre outras. Além destas citadas, outra fonte de energia limpa vem ganhando destaque em pesquisas sobre esta temática: a usina de ondas. No mundo existem entre 15 a 20 protótipos de usinas para a geração de energia elétrica a partir do movimento de ondas do mar, especialmente em países europeus como Dinamarca e Reino Unido. Estudos preliminares revelam que o litoral do Brasil tem potencial para suprir 15% do total de energia elétrica consumida no país, hoje em torno de 300.000 GHW/ano.

(Metodologia) Pesquisadores da COPPE (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia) desenvolveram um projeto piloto, instalando a primeira usina gerada a partir de ondas em um laboratório a céu aberto, no porto de Pecém, no Ceará, onde a mesma é fabricada com tecnologia 100% nacional. A princípio, o Porto Ilha localizado no Rio Grande do Norte, na cidade de Areia Branca, região costeira do Rio Grande do Norte, possui grandes condições geográficas e estruturais para a implantação dessa nova tecnologia. Com isso, a Ilha poderia ter a sua energia gerada através das ondas do mar. Apesar dos custos inicialmente elevados para implantação desta nova tecnologia, acredita-se que com o avanço de pesquisas a mesma poderá ser viável diante dos seus benefícios para o meio ambiente. Por isso, essas pesquisas são de fundamental importância para estudos relacionados com a geração de energia limpa, com menos utilização de recursos finitos.

(Resultados) Segundo os professores do blog do curso isolado de História e Geografia do CIS, composto pelos professores: Luís Eduardo Suassuna (Kokinho), Adailton Figueiredo, Henrique Lucena, João Carlos Rocha, Mariano Azevedo e Wellington Albano (História), Agenor Pichini, Elmar Anselmo, Bosco Oliveira e Sami Andrade (Geografia) o estado do Rio Grande do Norte possui condições favoráveis para o desenvolvimento desta tecnologia. Diante do exposto anteriormente serão aprofundadas pesquisas sobre o tema e verificadas as possibilidades de se utilizar esta técnica no litoral do Rio Grande do Norte. Para isso serão realizadas pesquisas em livros, vídeos, artigos científicos e notícias relacionadas ao tema.

(Conclusão) O que se evidencia quando se estuda sobre alternativas limpas para a geração de energia é que além de incentivar a população a aderir à utilização dessas fontes tecnológicas, mostra-se a sociedade sobre a importância da sustentabilidade para preservação do meio ambiente. E a usina de ondas tem como objetivo poder superar o grande desafio de empresas e institutos de pesquisa do mundo inteiro, que hoje buscam converter a energia das ondas em energia elétrica, reduzir custos e garantir a competitividade comercial desta nova fonte renovável e não poluente que tem como reservatório o próprio mar.

Palavras-Chave: Palavras-chaves: usina de ondas, energia limpa, novas tecnologias.

ANÁLISE DA ÁGUA OBTIDA DE FONTES ALTERNATIVAS VISANDO SEU APROVEITAMENTO.

Autor(es):

Gustavo Lopes dos Reis Balbino: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Artur Rodrigo Bezerra de Medeiros: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Antônio Luíz de Araújo Guerra Filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Jório Queiroz de Castro Filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN
Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A água é um recurso essencial para o desenvolvimento e manutenção da vida. Desde os tempos mais antigos este recurso natural foi fator determinante para o sucesso de muitas civilizações. Historicamente, as maiores civilizações da antiguidade se desenvolveram as margens de grandes fontes de água potável, como a civilização egípcia, que se situou às beiras do rio Nilo e a Mesopotâmia obtendo dos rios Tigre e Eufrates os recursos necessários para seu desenvolvimento. Com o acelerado crescimento populacional em todo o planeta e a ocorrência de mudanças climáticas e poluições oriundas do desenvolvimento das civilizações, recursos fundamentais como a água se tornaram cada vez mais escassos, sobretudo em regiões de difícil acesso e com condições climáticas adversas. Devido a isso é de suma importância a utilização de novas fontes de água que eram anteriormente negligenciadas ou desconhecidas. O interior do estado do Rio Grande do Norte é um perfeito exemplo de um lugar com tais características climáticas, e a falta d'água nessa unidade da federação é um problema histórico que atinge a população. Tendo em vista esta problemática que atinge o nosso Estado, buscou-se com este trabalho obter e classificar as possibilidades de uso da água através de fontes alternativas as quais muitas vezes passam despercebidas, mas que podem fazer grande diferença no consumo de nossos recursos hídricos.

(Metodologia) Análise laboratorial da água de diferentes praias, de condensação de ar condicionados e provenientes da chuva para avaliar suas características e assim designa-las para diversos usos

(Resultados) Apesar do aproveitamento de água das chuvas já ser bem difundido no interior do nosso estado buscamos ampliar nossas fontes de obtenção para reaproveitamento de água: com a utilização da água do mar, que com o uso de equipamentos conhecidos como dessalinizadores, pode ser aproveitada para diversos fins, e da água condensada resultante do funcionamento de equipamentos de ar condicionado, apresentando um grande potencial de geração de água principalmente em condomínios e hotéis, em virtude da existência de estados em nosso País com altas médias de temperaturas anuais como o nosso, gerando uma utilização cada vez mais frequente e em grande escala destes aparelhos. Ao final do trabalho teremos os resultados das composições químicas das águas obtidas das fontes alternativas citadas, analisadas por ensaios laboratoriais, com uma classificação em relação as possibilidades de aproveitamento.

(Conclusão) Este artigo beneficiará desde pessoas carentes do interior do estado, residências, condomínios até grandes Hotéis e Resorts, fazendo o aproveitamento da água com geração de economia para a população e o mínimo de impacto ambiental, sendo exemplos de cases de desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: água; composição química; aproveitamento;

ANALISE DE NOVAS TECNOLOGIAS VISANDO A SUSTENTABILIDADE DE RESIDENCIAS

Autor(es):

Lucas Mateus Felipe Saraiva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Aline Barboza da Silva : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Juliana Rodrigues Siqueira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
John Lennon França da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Victor Dominguez Frutuoso de Menezes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN
Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Para que o ser humano interaja com o mundo preservando o meio ambiente e não comprometa os recursos naturais para as gerações futuras é inevitável que haja um projeto sustentável. Pois pelo fato deste projeto ser interdisciplinar e possuir premissas mais abrangentes ele consegue garantir o benefício do meio ambiente e o bem estar do usuário. De uma forma simples, podemos afirmar que para garantir a sustentabilidade de uma edificação temos que assegurar que mesmo explorando uma determinada área, ela continuará a prover recursos e o bem estar econômico e social. Isso mantém a força vital e a capacidade de regeneração do solo diante da contínua ação humana. Este artigo tem por objetivo apresentar novas tecnologias existentes no mercado da construção civil visando o desenvolvimento sustentável. Será apresentado mesmo, um projeto arquitetônico de uma residência multi-familiar, na versão eletrônica AutoCAD 2014, com a aplicação de diversas tecnologias e uma demonstração de uma análise de custo/benefício entre a execução de uma residência multi-familiar com aplicação de tecnologias sustentáveis e outra sem a aplicação das mesmas.

(Metodologia) Neste trabalho faremos uso de ecomateriais e de soluções tecnológicas para promover o bom uso e a economia de recursos finitos (água, energia hidroelétrica...), dentre todos os principais serão: A utilização de madeiramento reciclado e controlado, painéis e escoras de aço, pó de pedra (substituindo a areia), agregados reciclados dos entulhos das obras, concreto com fibras de aço, equipamentos elétricos com menor consumo de energia, tintas ecológicas, equipamentos hidráulicos que possibilitem o menor consumo de água, geradores movidos a gás natural, painéis solares fotovoltaicos, blocos pré-moldados de concreto, peças pré-fabricadas (portas, janelas...), grades modulares de cerâmicas e azulejos, mobília reciclada, além do aproveitamento de água da chuva e água servida (provenientes de lavatórios e chuveiros), a individualização da água, realização de coleta, separação e destinação de resíduos (aterro sanitário) e a instalação de fossas e sumidouros e drenagem para os respectivos locais e a automação de toda a residência.

(Resultados) A construção sustentável busca, além do melhor aproveitamento dos materiais finitos, maior comodidade ao seu usuário, pois além de estar ajudando o meio ambiente, também traz conforto para o lar, provocando o mínimo de alterações e impacto sobre o nosso ecossistema, contribuindo assim, para a saúde física e mental de todos os seres vivos.

(Conclusão) Concluiu-se após a elaboração deste artigo as vantagens destes materiais e tecnologias que podem ser aplicadas em uma residência sustentável multi-familiar, dentre elas podemos citar principalmente a economia de energia e de água, a diminuição da agressão que a edificação em estudo traria ao meio ambiente, diminuição do consumo de energia não sustentável, diminuição de despesas mensais da conta de luz e água, evidenciamos estas vantagens no comparativo dos benefícios de uma casa sustentável e outra com construção tradicional.

Palavras-Chave: Sustentabilidade. Residência. Meio ambiente.

AValiação DO POTENCIAL EÓLICO ON-SHORE E OFF-SHORE DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Antônio Luíz de Araújo Guerra Filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Quando falamos em energia eólica, a primeira imagem que nos vem a mente é a de aerogeradores modernos, agrupados em enormes parques gerando uma bela paisagem. Entretanto a energia eólica é usada desde a antiguidade, tendo como primeira aplicação registrada a locomoção de barcos veleiros, com eficiência superior do que os remos anteriormente usados. Logo após foram criados os moinhos de vento, estas enormes estruturas para os padrões da época surgidos na Pérsia desde o século VII, utilizando a energia dos ventos para a moagem de grãos, substituindo os antigos que usavam a força de animais para a realização dos trabalhos. O estado do Rio Grande do Norte possui uma localização privilegiada no que diz respeito ao potencial eólico, já que está localizado no extremo leste do continente, onde os ventos alísios convergem gerando médias de incidência de ventos anuais fortes e constantes, características indispensáveis para uma boa geração de energia. Tal potencial foi bem percebido por empresários da área da energia eólica, de modo que já existem 25 parques instalados no estado e 87 encontram-se em construção. A Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEeólica) prevê que em 2017 o Rio Grande do Norte seja o líder brasileiro na produção de energia eólica, desbancando o estado vizinho Ceará. Esse fato evidencia ainda mais o potencial eólico norte-riograndense.

(Metodologia) Com o objetivo de descobrir novos municípios e praias com características ideais para a implementação de parques eólicos no Rio Grande do Norte, será realizada nesta pesquisa a seguinte metodologia executiva: identificação dos novos municípios e praias com potencial eólico em locais aonde não existam estações de energia eólica através do mapa eólico do estado, realização de medições anemométricas in-loco neste locais para determinação das velocidades de vento obtidas, elaboração da listagem dos municípios e praias com base nas medidas do vento em ordem crescente e a elaboração de um mapa eólico On-Shore e Off-Shore atual de nosso estado com identificação das áreas propícias para implementação de novos parques.

(Resultados) Após a realização da pesquisa com os dados dos resultados das medidas anemométricas obtidas nas praias e municípios do estado serão identificadas através de mapas eólicos On-Shore e Off-Shore do Rio Grande do Norte, as novas áreas de nosso estado com características propícias para implementação de parques eólicos.

(Conclusão) Com a elaboração de um novo mapa eólico off-shore e in-shore com a identificação das novas áreas para aplicação, daremos uma contribuição técnica para a execução de novos parques eólicos no estado, e por conseguinte atração de investimentos que irão movimentar a economia, além da geração de empregos e renda para a população, sem falar na contribuição para uma matriz energética mais ecologicamente correta e uma geração de energia eficiente que atenda a nova demanda industrial e populacional do estado.

Palavras-Chave: Energia Eólica; Geração; Vento

AVALIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO POTENCIAL SOLAR DE NATAL EM EDIFICAÇÕES

Autor(es):

Aline Barboza da Silva : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Pelo fato do Brasil se encontrar no Equador, ele é um dos países que mais recebe incidência dos raios solares. Segundo o Atlas Solarimétrico do Brasil, no ano 2000, Natal/RN teve um índice de radiação solar anual de 18 MJ/M² dia. Apesar do alto grau de insolação, o Brasil não está na lista dos 10 países do mundo que mais utilizam energia limpa e renovável mostrando que infelizmente esse potencial energético não é explorado apropriadamente. A utilização de painéis solares é uma alternativa viável e sustentável para produção de energia elétrica ou térmica nas edificações. Este artigo tem como objetivo avaliar o potencial solar de Natal/RN nas edificações e suas diferentes utilizações, sendo dividido em duas fases, inicialmente mostraremos o estado da arte da energia solar de Natal/RN, ou seja a descrição do sistema mostrando o histórico da energia solar fotovoltaica, seu funcionamento e os diferentes tipos de painéis existentes. Na segunda fase, vamos mostrar as aplicações dos painéis solares em Natal/RN, onde vamos entrar em contato com no mínimo 10 hotéis, mais 3 residências para avaliarmos a aplicação, o funcionamento e as vantagens da utilização dos painéis solares no Rio Grande do Norte.

(Metodologia) Na primeira fase deste trabalho faremos o uso de pesquisas para salientar o potencial energético de Natal/RN, mostrando os fatores que influenciam a energia solar (O sol, espectro solar, massas de ar, ângulo de incidência dos raios solares e radiação incidente sobre a superfície inclinada), histórico dos painéis fotovoltaicos, histórico da energia no Rio Grande do Norte, análise da radiação global em Natal, ângulos da instalação dos painéis (ângulo de inclinação da superfície, ângulo azimutal da superfície(Y)), diferentes tipos de painéis solares fotovoltaicos, painéis solares térmicos, a tecnologia usada no sistema de aquecimento solar e a utilização da energia solar nas construções.

(Resultados) A energia solar é caracterizada como uma energia inesgotável e é considerada uma alternativa energética muito promissora para enfrentar os desafios da expansão da oferta de energia com menor impacto ambiental. Embora ainda o custo de fabricação e instalação dos painéis solares seja muito elevado e ainda haja dificuldade de armazenamento da energia solar (o melhor painel fotovoltaico tem uma eficiência de 18%), sua utilização traz considerável custo/benefício ao usuário a médio e longo prazo.

(Conclusão) Ao final do desenvolvimento do artigo descreveremos as vantagens obtidas pela utilização dos painéis solares em edificações, como a economia de energia e a diminuição de despesas mensais de contas de luz dando ao usuário melhor custo/benefício ao utilizar esta fonte.

Palavras-Chave: Energia, Sol, Sustentabilidade, custo/benefício

ENERGIA DOS MARES

Autor(es):

Giovanny Pereira Belarmino da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Makysuel filipe de Sousa Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Lucas de Figueiredo Formiga Alves: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Leaivlam Rodrigues de Lima: Docente do UNI-RN

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Um dos maiores problemas mundiais é a falta de uma matriz energética sustentável e eficaz que possa abastecer todo o planeta com menor impacto ambiental. Existem vários estudos no tocante a pesquisas de fontes alternativas de energia elétrica. Dentre as principais fontes, podemos citar a energia eólica, a solar e a maremotriz. Em alguns países desenvolvidos, a maremotriz, importante tecnologia, que transforma a energia cinética das correntes marítimas em grandes quantidades de energia elétrica está sendo estudada e desenvolvida para se obter uma fonte de energia mais limpa e sustentável.

(Metodologia) Um dos princípios físicos fundamentais da natureza é que a energia não pode ser criada nem destruída, mas sim transformada. Foi esse princípio físico que nos motivou a pesquisar as várias formas de transformação de uma modalidade de energia cinética em energia elétrica, tendo em vista um baixo impacto ambiental e um grande benefício para o homem. Dentre as diversas tecnologia que pesquisamos, o aproveitamento das correntes marítimas na produção de energia elétrica nos pareceu bastante eficaz, uma vez que os oceanos cobrem cerca de 70% da superfície terrestre e suas massas de água se encontram em constante movimento. Esse movimento intenso e, de certa forma, perpétuo são responsáveis por enorme e inesgotável fonte de energia mecânica. Estima-se que a potência média das ondas e das correntes marítimas esteja entre 1 e 10 Terawatts. Isso significa que as energias marítimas poderiam ter uma contribuição significativa para a produção de energia elétrica, bem como ser uma das fontes renováveis para as futuras gerações, preservando assim o nosso planeta.

(Resultados) Observando o mapa oceanográfico da costa brasileira, verificamos que o estado do Rio Grande do Norte é bem rico em correntes marítimas, o que nos leva a acreditar que a implantação dessa tecnologia na nossa costa teria um grande sucesso. Se aproveitarmos essa energia de forma significativa, deixaríamos de depender tanto da energia hidroelétrica, aumentando o leque de fontes alternativas e diminuindo o impacto ambiental. Contudo, essa tecnologia é muito cara, porém o custo de produção tende a diminuir com o aumento da demanda a longo e médio prazo.

(Conclusão) Esse trabalho pode ser um ponto inicial para a implantação de novos tipos de energia na região, uma vez que vem dando certo em outros países. Posto em prática pode ter uma considerável diminuição na demanda da energia hidroelétrica e um aumento nas formas alternativas de energia para garantir um futuro mais sustentável.

Palavras-Chave: Energia, sustentável, maremotriz.

ENERGIA EÓLICA OFFSHORE: UM POTENCIAL INESGOTÁVEL NAS NOSSAS MÃOS.

Autor(es):

Caio Vinícius Oliveira Paiva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Silvio Bezerra Cortez Filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Lucas de Oliveira Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Luis Filipe Nascimento de Oliveira : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Victor Salomão Freire Amador: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Leaivlam Rodrigues de Lima: Docente do UNI-RN
Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O mundo vem passando por diversos processos de transformação. Desde a maneira de pensar até o momento de agir, o homem moderno tem batido de frente com seus antigos ideais e se deparado com questionamentos que o fazem refletir sobre o que pensar do futuro. A dúvida de como produzir energia de forma sustentável e de como a tecnologia pode ajudar na busca por novos métodos de produção dessa energia tem ficado no centro desses questionamentos. Com a proposta de apresentar um método de produção de energia ainda inexistente no cenário nacional, esse projeto de características interdisciplinares tem o objetivo de apresentar no Conic um revolucionário método de produção de energia: a energia eólica OffShore. Esse método de produção se baseia na instalação de aerogeradores a certa distância da costa, em água, onde a incidência de ventos é maior e mais produtiva. Tratando-se de um processo de produção de energia totalmente sustentável, vemos, nesse modelo, uma solução a curto prazo para diversos problemas de ordem ecológica no Brasil. O novo conceito de produção ainda promove o crescimento econômico da localidade onde instalado e, acima de tudo, o crescimento da sustentabilidade e maior aproveitamento dos ventos, fonte inesgotável de energia limpa.

(Metodologia) Tendo como fonte de pesquisa livros, arquivos e estudos feitos, o trabalho a ser realizado baseia-se em parâmetros que regem as constantes dúvidas sobre a fonte de energia mais rentável para a crescente substituição dos combustíveis fósseis, em nosso cotidiano, a nível socioambiental. Os resultados obtidos são de grande ânimo, uma vez que a energia eólica OffShore é uma das mais cabíveis e mais constante no desenvolvimento das atividades. O potencial de uma futura produção de energia eólica, via OffShore no Brasil, é imensa. São diversos os fatores físicos que proporcionam o desenvolvimento desse projeto, tais como: ventos fortes e constantes, grande extensão litoral, bem como mão de obra capacitada e disponível.

(Resultados) Com a pretensão de tornar esse tipo de produção de energia mais conhecido entre estudantes e profissionais da cidade de Natal, o objetivo principal do projeto é mostrar que a energia OffShore é uma grandiosa alternativa em que o Brasil poderá se basear para produzir energia totalmente limpa e inesgotável.

(Conclusão) De fato, é notável a necessidade de que o Brasil tenha um plano futuro para recorrer a uma fonte de energia que não seja sinônimo de poluição, atraso e falta de compromisso como futuro, tendo em vista que nunca foi tão grande a busca por novas fontes de combustível. Com isso, a energia eólica OffShore pode ser a solução para esse “porém”, já que o Brasil tem capacidade de ser um grande produtor desse tipo de matéria-prima, e ser assim independente de qualquer fonte poluente de energia e ter grandes avanços socioambientais.

Palavras-Chave: Energia, desenvolvimento, sustentabilidade.

RECICLAGEM DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Autor(es):

Manoela Monte Carrilho Torres: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Anne Carolinne Cavalcanti Pereira Pinto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Ana Cássia de Oliveira Gomes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Sacha Fernandes Pereira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN
Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A indústria da construção civil ao longo de sua história não teve grande preocupação com os prejuízos causados pelos desperdícios de materiais e pela destinação dos resíduos pós-obra, que, na maioria das vezes, foram e são ainda hoje depositados em lugares inapropriados de forma ilegal. Contudo, desde as grandes construções do Império Romano já havia o pensamento de reutilização dos resíduos, ocorrendo o início da sua utilização, na reconstrução dos países da Europa, com a reciclagem do entulho gerado pela Segunda Guerra Mundial. A partir daí, surgiu a ideia do reaproveitamento dos entulhos na construção civil, iniciando o desenvolvimento da tecnologia da reciclagem de entulhos.

A criação de um sistema de gestão ambiental e de políticas públicas com ênfase na Reciclagem de Resíduos são medidas que reduzirão os impactos da exploração da matéria prima, já que a construção civil é responsável por utilizar 20 a 50% do total dos recursos naturais consumidos pela humanidade, fato este que causa grande preocupação, pois muitos deles têm reserva limitada, maximizando assim a reutilização de recursos naturais e ampliando a utilização de recursos renováveis e/ou recicláveis.

(Metodologia) O artigo tem por objetivo apresentar o funcionamento de todo o processo da reciclagem de resíduos da construção civil do Rio Grande do Norte, embasando-se na lei Conama 307/02, desde a coleta até seus casos de reaproveitamentos. Descreverá ainda resultados, com base no material coletado junto as Usinas de Reciclagem, em relação a eficiência da utilização e destinação final dos resíduos reciclados e seus custos de operação e venda, comparados com os das matérias primas tradicionais, com citação de outras soluções e medidas, para planejamento e desenvolvimento de projetos relacionados aos impactos ambientais causados pela construção civil.

(Resultados) A pesquisa apresenta como resultado a produção de novos materiais com baixo custo comparando-se as matérias-primas originais, ou seja, com custo inferior ao utilizado nos materiais de construção civil tradicionais, sempre com diversas utilizações e mantendo-se a qualidade exigida pelas normas brasileiras e algumas medidas de soluções e planejamento para minimizar os danos ao meio ambiente.

(Conclusão) Foi evidenciado ao final da pesquisa que o funcionamento de Usinas de Reciclagem traz: beneficiamento social e ambiental a partir da reutilização e reciclagem de resíduos da construção civil (RCC) reduz os impactos resultantes da exploração de matéria prima virgem; maximiza a reutilização de recursos naturais ou deles gerados; amplia a utilização de recursos renováveis ou recicláveis; elimina os impactos sobre a paisagem urbana decorrente da deposição irregular dos resíduos e reduz os custos pela minimização da dispensa irregular destes.

Palavras-Chave: construção civil, resíduos, reciclagem.

A ADOÇÃO DA GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM EMPRESAS

Autor(es):

Daniel Donizeti Correa da Cruz: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Patrick Reinecke de Alverga: Docente do UNI-RN

(Introdução) Governança de Tecnologia da Informação surge no início da década de 1990 a partir de uma demanda gerada por conta de uma deficiência da dos gestores de tecnologia da informação da época, que demonstraram uma fragilidade em relação ao controle de serviços e ativos de TI, e nasce como um importante instrumento que tem o objetivo de alinhar os processos de TI voltados aos negócios das companhias. A Governança de Tecnologia da Informação atualmente contribui de forma bastante incisiva no intuito de oferecer ferramentas ágeis e eficientes para auxiliar a gestão e principalmente as tomadas de decisões por parte da alta direção das grandes companhias, para tal finalidade frameworks como o Cobit e o Itil, que tem a finalidade de ditar normas e procedimentos a serem seguidos a fim de garantir máxima qualidade de serviços de TI, são utilizados em larga escala por parte dos gestores de tecnologia da informação. A maioria das pequenas e medias empresas utilizam algum tipo de tecnologia da informação, porem o uso da Governança de TI por parte destas empresas ainda é inviável por conta da falta de estrutura e alto custo. O principal objetivo deste trabalho é realizar uma revisão teórica sobre o assunto e chamar a atenção dos profissionais de Tecnologia da Informação em relação ao amplo mercado de trabalho disponível já que atualmente existe uma carecia de profissionais deste setor.

(Metodologia) Nesta pesquisa foi utilizada a metodologia e revisão teórica, através de averiguações em livros, artigos científicos e sites especializados no assunto publicado entre os anos de 2004 e 2014, onde foi encontrado um amplo material disponível para estudo do assunto.

(Resultados) Os estudos vivenciados nesta pesquisa demonstraram que a Governança de TI é algo vital para as grandes empresas do mundo atual, pois ela traz consigo muitos benefícios tais como, eficiência e agilidade aos processos, alinhamento da TI com os negócios da companhia, transparência nas ações, maior confiabilidade nas projeções e principalmente auxilio nas ações de planejamento estratégicos e nas tomadas de decisões e consequentemente vantagens competitivas em relação aos seus concorrentes. Cada vez mais empresas de pequeno e médio porte aderem algum tipo de tecnologia da informação, porém a aplicação de Governança de TI neste tipo de negócio ainda é inviável devido à falta de estrutura, alto custo financeiro como também a não existência de ações de planejamento estratégico, porém há uma tendência de popularização de sua utilização. E Também demonstra um certo déficit de profissionais habilitados a trabalharem neste setor que é muito promissor.

(Conclusão) As grandes empresas enxergam a Governança de TI como um importante ativo responsável por trazer vantagens competitivas, sem ela, no mundo atual nenhuma empresa de grande porte consegue acompanhar o ritmo dos seus concorrentes, pois se faz cada vez mais necessário à disponibilidade rápida e confiável de informações e conhecimento para tomadas de decisões precisas e planejamentos estratégicos cada vez mais eficientes, para isso os processos dos frameworks Cobit e o Itil se mostram como importantes aliados para o sucesso de sua implementação. Já as pequenas e médias empresas em sua grande maioria utilizam ao menos um tipo de tecnologia de informação, porém a Governança de TI ainda é algo distante para elas, pois além de requerer alto investimento a adoção de tal pratica necessita também de um mínimo de estrutura física e gerencial que normalmente não é aplicada nesta parcela de empreendimentos. O mercado de trabalho para um gestor de TI é bastante amplo e atualmente existe um certa deficiência de profissionais capacitados na área.

Plavras-Chave: Governança, Tecnologia da Informação

ANÁLISE DOS CONHECIMENTOS DOS USUÁRIOS DE SISTEMAS OPERACIONAIS

Autor(es):

Luciano Barros de Souza: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Frankle dos Santos Dantas: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
José Leonardo Gomes Ferreira: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN

Orientador(es):

Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN
Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho tem como objetivo verificar o grau de conhecimento dos usuários finais, na área ligada à informática sobre seus conhecimentos em relação ao sistema operacional que cada um utiliza em suas atividades do dia a dia, desmistificar alguns pontos onde possam surgir questionamentos, com isso procurar informar o usuário de como lhe dar com determinado sistema operacional.

(Metodologia) Foi realizado um trabalho em forma de pesquisa de campo, através de um questionário online onde os entrevistados poderiam optar entre alternativas para definir seus conhecimentos em relação ao sistema operacional de computador que mais utiliza ou que venham a conhecer, a partir disso podemos obter resultados mais detalhados e esclarecer possíveis dúvidas que possam surgir, instruindo o usuário final com alternativas para redução de custos entre outros fatores.

(Resultados) Os resultados obtidos através da pesquisa mostrou o grau de conhecimento de um modo geral do usuário final e o sistema operacional que ele mais utiliza, através de perguntas específicas sobre algumas preferências, configurações e a utilização do sistema. A pesquisa mostrou que mesmo que os usuários conheçam comandos básicos do sistema que utiliza, não conhecem o meio de aquisição correta do software e seus utilitários, devido à o sistema vir junto com o computador que compraram. O Windows independente da versão instalada ainda é o sistema mais utilizado pelo usuário final, apesar de alguns conhecerem outras opções citadas na pesquisa, como o Linux e o IOS. A preferência é pelo Windows, mesmo utilizando o Dual Boot. A pesquisa também mostrou que os usuários nem sabiam que o sistema Windows tem uma licença de ativação para utilização do software, e que a mesma possui um custo a ser pago para uso. Existem ainda outros que mesmo sabendo da existência dessa licença, optam por baixar ativadores na internet não sabendo o que isso possa acarretar. Outros ainda não sabiam que ao comprar um computador pagam pela licença do sistema operacional, e ao chegar em casa chamavam um técnico para trocá-lo por outro, e não tinham ideia que esse outro era uma cópia não validada. Desconheciam ainda que podia ser multado pelo fabricante do software, acusado de falsificação de software.

(Conclusão) A partir dos resultados obtidos, concluiu-se que a utilização de outros sistemas operacionais é somente fato em usuários que possuem algum conhecimento em informática. Outro fato importante é que os usuários com menos conhecimento em informática se mostravam reticentes a utilização de outro sistema além do Windows. Esses usuários também não apresentavam conhecimento avançado no sistema que utilizavam. Descobrimos também que a maioria dos entrevistados sabia que o sistema é pago porém não tinha conhecimento de que poderiam ser beneficiados com a diminuição do valor de custo da aquisição do equipamento. A partir dos dados apresentados ainda seria possível desvendar alguns questionamentos sobre os navegadores mais utilizados pelos usuários para acessar a internet.

Plavras-Chave: Sistema Operacional, Usuário, Conhecimento.

ANÁLISE FORENSE EM REDE: A IMPORTÂNCIA DOS CABEÇALHOS.

Autor(es):

Athawilldson Melo de Queiroz: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN

Orientador(es):

Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Forense Computacional compreende a identificação, conservação e análise da informação, seja ela armazenada, transmitida ou produzida por um sistema computacional. Um dos principais objetivos da perícia forense é realizar uma investigação de forma organizada e estruturada, com padrões e metodologias que auxiliem no processo de descobrir detalhes específicos dos crimes, apresentando resultados que possam ajudar também no processo criminal em si. A análise forense computacional pode ser definida como a inspeção científica e sistemática em ambientes computacionais, físicos e lógicos, com a finalidade de encontrar evidências de autoria e materialidade de algum ilícito via recursos computacionais como memória, rede, mídias de armazenamento, dentre outros. A análise forense computacional em mídias (discos rígidos, pendrives e outros dispositivos de armazenamento) embora exija do perito conhecimento de conceitos, ferramentas e técnicas específicas do hardware e software envolvidos nestas mídias, apresenta um ambiente para a investigação bem definido e limitado, permitindo, após a coleta adequada e preservação de evidências, a análise controlada do sistema de arquivos em busca de arquivos pelos métodos de extração e recuperação. Na análise forense em redes de computadores é necessária a manipulação de dados voláteis, isto é, dados que não estão armazenados em mídias, mas trafegando na rede. A computação forense em rede é uma das vertentes desse tema e envolve procedimentos computacionais para busca e análise de dados, seja em mídias físicas (estáticas) ou tráfego de rede (dinâmicas), para buscar evidências de fraudes ou mesmo estudo de sistemas de segurança a fim de encontrar falhas ou problemas futuros, o chamado pentest.

(Metodologia) Esse estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, através de livros de computação Forense dos autores Ricardo Kleber, Sandro Melo e Pedro Eleutério, conceituados especialistas na área, tendo como objetivo citar procedimentos e ferramentas utilizadas na análise forense computacional.

(Resultados) Serão apresentados inicialmente conceitos sobre a ciência forense, posteriormente sobre redes de computadores e seus protocolos destacando o TCP/IP, padrão atualmente utilizado na internet e nas redes locais. Serão apresentados também detalhes de como os pacotes trafegam nas redes e seus aspectos de conexão, que utilizam, na sua maioria, a pilha de protocolos TCP/IP, passando por conceitos, técnicas e ferramentas para captura e análise detalhada dos dados de cabeçalho e carga (payload) destes pacotes. Em destaque será apresentada uma importante ferramenta conhecida como o sniffer ou ferramenta de captura - wireshark.

(Conclusão) É preciso, portanto, compreender desde a estrutura das redes investigadas, a identificação do(s) melhor(es) ponto(s) para a realização da captura dos dados a serem investigados, os protocolos de rede envolvidos, os métodos de coleta (sniffing), análise, reconstrução de sessões, recuperação de arquivos em trânsito, informações críticas (logins, senhas e mensagens) e, quando necessário e possível, quebra de protocolos de criptografia para a obtenção destas informações.

Palavras-Chave: Forense, Rede, Cabeçalho

ÁREAS DE APLICAÇÃO DOS ALGORITMOS GENÉTICOS

Autor(es):

Marcos Antonio da Silva: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Heytor Felipe Ferreira de Mesquita: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Alcides de Souza Martins Filho: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Dayvyd Nascimento Araujo: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN
Ytalo Rosendo do Amaral: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com base na teoria da seleção natural, de Charles Darwin, 1858, e fundamentada principalmente por John Holland, 1975, os algoritmos genéticos foram criados para substituir métodos já existentes, como a otimização combinatória, para auxiliar na resolução de problemas. Os algoritmos genéticos (AGs) buscam aleatoriamente uma melhor solução para um dado problema, onde tais características podem ser descritas no algoritmo, de maneira que se chegue a um resultado satisfatório. Fazendo uma analogia do funcionamento dos AGs, acontece assim: É gerada uma população com indivíduos aleatórios que podem vir a ser a resolução do problema; É dada uma nota para classificar cada indivíduo no processo de evolução, e os que melhor se adaptam são selecionados; Os melhores indivíduos selecionados são mantidos e os outros descartados; Pode ocorrer mutação e recombinação genética nos indivíduos mantidos, e isso vai implicar na modificação de suas características. Esse é o processo que, aparentemente, parece simples mas é complexo e traz resultados satisfatórios.

(Metodologia) Foi feita uma pesquisa bibliográfica e explicativa. O foco da pesquisa foram as áreas de aplicação dos algoritmos genéticos em problemas reais. Tal estudo visa mostrar uma parte dessa grande gama de aplicações dos AGs, sendo focado, neste trabalho, as áreas de trânsito, farmacêutica, e agrícola.

(Resultados) Através das pesquisas foram constatados que são muitas as áreas de aplicação dos algoritmos genéticos, sendo aplicados desde as áreas da saúde como nas áreas de melhorias urbanas e da computação, entre tantas outras, como por exemplo: Semáforos Inteligentes, onde se procura a otimização nos tempos dos semáforos, utilizado desde 1994 pela cidade de São Paulo buscando solucionar a disparidade na demora entre os tempos de cada semáforo, e implementar uma melhor distribuição para tal problema; podemos também aplicar no escalonamento de tarefas em máquinas paralelas idênticas, apresenta uma metaheurística buscando minimizar o atraso máximo que as tarefas pesquisadas deram, onde o AG irá encontrar estratégias de busca local para resolver o problema de escalonar tarefas feitas em máquinas idênticas, agilizando assim o processo de resolução dessas tarefas; outro exemplo é a seleção de atributos por meio de AGs, para o diagnóstico auxiliado por computadores em cardiopatia ISQUÊMICA, utilizando no algoritmo genético variáveis clínicas e outras obtidas a partir do eletrocardiograma de exercícios, para avaliar se o paciente se encontra doente, facilitando o trabalho dos profissionais de saúde, e agilizando a passagem do paciente pela clínica; Na otimização de rotas para entregas de farmácia é muito encontrado o algoritmo genético, implementado para auxiliar a entrega dos seus produtos, verificando rotas de melhor acesso para a agilidade, e segurança da entrega do produto; e por fim o algoritmo genético pode ser encontrado no planejamento agrícola, auxiliando o trabalhador agrícola a evitar prejuízos. A técnica de AG está entre as mais utilizadas nos problemas de otimização e resolução de problemas da vida real.

(Conclusão) Os algoritmos genéticos baseados na teoria da Seleção Natural é aparentemente um algoritmo simples, tanto em sua estrutura quanto em sua execução, entretanto mostra ser um eficiente nas mais variadas aplicações desde semáforos inteligentes até diagnósticos médicos, isto é problemas simples a problemas mais complexos. Além disso, parece estar presente em nosso dia a dia, podemos estar parados em um sinal que é controlado por um AG e muitos de nós nem sabemos disso.

Palavras-Chave: Algoritmo Genético, Otimização, Solução de Problemas.

BANCO DE DADOS EM NUVEM PÚBLICA: UM MODELO EM ASCENÇÃO

Autor(es):

Roberto Dias de Queiroz: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
João Antônio da Silva Neto: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Patrick Reinecke de Alverga: Docente do UNI-RN

(Introdução) As empresas de hoje estão cada vez mais utilizando os recursos de nuvem pública e especificamente, os bancos de dados em nuvem, para uma variedade de processos. A nuvem pública aumentou em grande escala a importância para grandes empresas de TI. A Migração de processos operacionais para a nuvem significa reduzir plataformas de hardware, manutenção e necessidades de atualização de software, liberando assim o foco para tomada de decisões estratégicas, para as quais ela deve voltar-se. Com o crescimento da nuvem como um todo e seu amadurecimento em diversos requisitos nas questões de segurança e também no amadurecimento dos clientes em aceitar o uso dessas tecnologias, podemos dizer que o banco de dados já está pronto para o grande crescimento entre os mais variados produtos existentes na nuvem. Hoje em dia facilmente encontramos empresas usando ambientes de nuvem pública tanto para a produção como para desenvolvimento e teste, respectivamente. O atual cenário da tecnologia e da computação vem passando por uma fase de transição, onde o fornecimento de serviços na internet está sendo muito explorado, com o modelo de computação em nuvem. Aspectos de disponibilidade, custo e mobilidade são os temas que mais ganham destaque com a utilização de tecnologias baseadas no modelo proposto. Este artigo retrata os serviços e as características do armazenamento de banco de dados em nuvem relacionando conceitos importantes para usuários que desejam direcionar suas atividades com banco de dados para esse novo contexto.

(Metodologia) A pesquisa foi realizada com base em artigos feitos entre os anos 2010 e 2014, onde foram extraídos resultados de empresas do ramo que utiliza esta tecnologia, que ajudou na extração de informações para esclarecer e mostrar a importância do tema para a TI.

(Resultados) Uma pesquisa no ano de 2010 apontou um crescimento de 25% a 34% onde pequenas e também médias empresas estavam movendo cada vez mais os seus bancos de dados para a nuvem pública, reduzindo os custos e melhorando a eficiência, reduzindo mão de obra, tempo e consequentemente melhorando produtividade do setor de TI.

(Conclusão) Podemos comprovar o real crescimento do serviço, consequentemente o alto aceitação das empresas que se estende a cada dia, por possibilitar um baixo custo com segurança. O objetivo de um DBaaS é que o cliente não tenha que pensar em instâncias de servidores, armazenamentos, backups e restores. A virtualização permite a nuvem fornecer serviços a clientes ao automatizar grande parte do tradicional gerenciamento, instalação e configuração desses recursos. O que comprova a ascensão do banco de dados em nuvem como serviço público.

Palavras-Chave: Cloud, DBaaS, Banco de dados

BANCOS DE DADOS NOSQL NA SOCIEDADE DE CONSUMO

Autor(es):

Daniel Cosme Rodrigues: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Everardo Marcelo Meireles: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Ytalo Rosendo do Amaral: Docente do UNI-RN

(Introdução) A popularização dos computadores pessoais mudou nosso modo de vida completamente, fez com o que a partir da década de 2000 houvesse uma crescente demanda de armazenamento de dados exponencial que preocupava os especialistas pela falta de espaço. Bancos de dados, recolhem todos os dados que um certo usuário gera e permite que administradores e analistas se preocupem em como usá-los mais tarde. O NoSQL surgiu da necessidade de uma performance superior e de uma alta escalabilidade. Os bancos de dados relacionais são muito restritos quanto a isso, a cada dia milhares de pessoas ganham acesso á internet, recentemente, empresas começaram a aproveitar os bilhões de possíveis consumidores na internet e começaram a armazenar os dados das pessoas massivamente em bancos de dados, isto hoje é chamado de big data.

(Metodologia) Este trabalho foi realizado por pesquisa bibliográfica, consultando blogs, revistas, vídeos, assim como artigos de sites especializados como Tectudo e Devmedia, juntando dados sobre a importância, aplicações e quem usa estes bancos de dados, a pesquisa tem por finalidade analisar as vantagens, o impacto do big data e do NoSQL na sociedade moderna e as possíveis aplicações futuras destes métodos.

(Resultados) Apesar de bancos de dados relacionais terem sido o tipo de banco de dados mais utilizado por muito tempo, os principais gigantes da internet hoje reconhecem as vantagens dos bancos de dados NoSQL, principalmente por ter maior desempenho e processar grandes volumes de dados, sendo essencial para lidar com o crescente volume de dados que são criados a cada dia. Empresas como google, facebook e youtube utilizam estes bancos de dados NoSQL como Bancos big data, como estas empresas lucram principalmente com propaganda, as mesmas utilizam o big data para oferecer á possíveis consumidores os produtos certos de acordo com o que o usuário pesquisa na internet, assim ambos o consumidor e a empresa são beneficiados. O facebook além de utilizar o big data em propagandas, o usa para sugerir novos amigos, jogos, aplicativos, e selecionam as postagens que são mais ao gosto do usuário.

(Conclusão) O tipo de banco de dados NoSQL foi criado em resposta ao aumento da criação de dados na ultima década e se tornou essencial para empresas usarem ao seu favor informações de clientes, Empresas que usam o big data tem um rendimento de até 70% a mais que as outras e é mais eficaz a cada dia com o crescimento da internet. Em um futuro próximo, se estima que sejam popularizadas geladeiras inteligentes, que analisam os produtos disponíveis, e compram os que estão em falta, outro exemplo de aplicação de bancos de dados é de uma empresa obter informações da oferta e demanda de seu produto em certa região do país para assim, saber precisamente aonde investir seu dinheiro. Por seu uso estar se mostrando proveitoso, a tendência deste tipo de banco de dados é crescer.

Plavras-Chave: NoSQL, dados, Big data.

BIG DATA

Autor(es):

Rafael Silva Santos: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Igor Gabriel de Sousa Melo: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Carlos Augusto Ambrosio de Medeiros: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Patryck Hernandez Costa e Silva: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Ytalo Rosendo do Amaral: Docente do UNI-RN

(Introdução) Big data implica no armazenamento de grande quantidade de dados e a capacidade de extrair valor dessas informações em rápida velocidade. É um grande facilitador quanto à questão de grandes informações, geradas por pequenas e grandes empresas. Pode-se definir big data como a combinação de três fatores que são: volume, variedade, velocidade e veracidade dos dados. O volume é a informação gerada pelos transacionais, somados aos dados gerados por sensores, câmeras, mídias sociais via pcs, smartphones, tablets e etc. A variedade é a forma com que esses dados são apresentados podem ser estruturados, semi-estruturados, não estruturados, tais como, fotos, vídeos, e-mails, tuites, logs, etc. A velocidade, muitas vezes a resposta ao evento precisa ser praticamente em tempo real e com isso estamos falando da análise e tratamento de um volume massivo de dados. E quanto ao aspecto da veracidade, sabe-se que os dados geralmente não são fidedignos, e o ideal é analisar esses dados, e verificar se o mesmo vai gerar informações úteis e considerar os custos para torná-los bons. Em 2012, estimavam que cerca de 2,5 exabytes de dados eram criados a cada dia e iria dobrar a cada 40 meses. Outro aspecto relevante do big data é a velocidade em que dados podem ser capturados e processados, quase em tempo real, dando a uma organização vantagem competitiva. As ferramentas computacionais vem acompanhando o crescimento dessa velocidade e do volume de dados, em termos de capacidade e armazenamento.

(Metodologia) Estudo baseado em artigos de BRETERNITZ e SILVA da Revista RETC em 2013, "Um novo conceito gerando oportunidades e desafios". YAMAMOTO "Solucionando desafios em Big Data".

(Resultados) Os desafios tecnológicos envolvidos no Big Data são muito grandes, mas os que se referem a gestão empresarial são bem maiores. Um dos desafios mais críticos, está ligados a tomada de decisões, quando o volume de dados disponíveis é considerado pequeno, de difícil obtenção ou não disponível em formato digital, é usual e razoável deixar que as pessoas situadas em pontos elevados da hierarquia organizacional tomem com base em sua experiência, o que fazem geralmente levando em conta padrões e relacionamentos que internacionalizam ao longo de suas carreiras. Operando dessa forma, pessoas estabelecem convicções quanto ao futuro, do que pode ou não funcionar. E é a partir dessas convicções que as empresas planejam. Empresas que utilizam Big Data: Facebook, Microsoft, Fusionex e Esri.

(Conclusão) O Big Data está relacionado a grande quantidade de dados que serão analisados e novos dados são criados a todo momento, possuindo não só um bom custo benefício, tem também o grande volume, velocidade, variedade e veracidade de dados. Com isso, foi criada um tipo de "lei", que a cada dois anos o montante de dados disponíveis será dobrado (é comparada até com a Lei de Moore). Possui um gerenciamento e ferramentas de mineração de dados, tendo um fácil acesso a eles, podendo ter um monitoramento e aplicações de diagnósticos. Muitos desafios são feitos, um deles é sobre o armazenamento, pois a tendência vem sendo armazenar tudo e logo após consultar os dados e ver o que realmente é relevante, e a aplicação da análise de alto desempenho.

Palavras-Chave: Big Data. Armazenamento. Gestão empresarial.

DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS

Autor(es):

Dora Bortone Justino Lopes: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Daniilo de Sousa Cortez: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN

(Introdução) O uso de software educacionais em instituições de ensino, auxilia as coordenações no monitoramento das aulas, e aos professores no qualidade do ensino. O CAE (Controle de Aulas Educacionais) é um software desenvolvido especialmente para esta finalidade, tendo como problema, o monitoramento das aulas de laboratórios serem manuais. Tem como objetivo gerir as aulas elaboradas pela equipe de Atividades Educacionais e auxiliada pelos monitores dos laboratórios, que usarão um relatório que indicará a ocorrência das aula, o uso do material elaborado, facilitando a avaliação das aulas e uma assistência mais rápida e prática.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi a bibliográfica, onde foi pesquisado em artigos online, livros e sites sobre as linguagens utilizadas, códigos, métodos educativos. Também usamos a explicativa aplicativa, onde pois procurou-se explorar o assunto e aplicá-lo no desenvolvimos do sistema. Todas estas devidamente ponderadas, levantando dúvidas e discursões sobre se o acompanhamento do desenvolvimento das preferências do consumo exigidos pelo usuário, relevando a precisão e a definição dos paradigmas corporativos.

(Resultados) O sistema foi criado usando as linguagens: PHP, HTML5, CSS3, BOOTSTRAP e JQuery. Um sistema via web browser (navegador web), integrado a um banco de dados (MySQL). A escolha dessas tecnologias deve-se ao grande avanço tanto nos navegadores quanto ao próprio HTML, possibilitando layout amigáveis, rápido e confiáveis, além disso possibilita boa qualidade nas visualizações de sistemas/sites via dispositivo móveis, agilizando o processo de interação. O HTML5 teve o papel importante na criação das tela, o CSS3 na parte organizacional das telas e principalmente na parte de auto adaptação de tamanho de telas, possibilitando que o sistema seja usado tanto em computadores, quanto em dispositivos moveis, como celulares, tablets, entre outros. O JQuery foi utilizado na criação do calendário, possibilitando a captura dos dados fornecido nos formulários HTML e repassando de maneira segura ao banco de dados. Foi apresentado ao usuário final, e o mesmo pediu alguns reajustes, e aprovou.

(Conclusão) Esse trabalho parte do principio de que o software desenvolvido, por si só, não melhorará a qualidade das aulas ministradas nem na dinâmica do ensino, mas ajudará na organização das aulas elaboradas, fazendo melhor uso do horário, e na avaliação do conteúdo, permitindo melhor aprendizado do aluno. O sistema cumpriu com o seu proposito, que era ser desenvolvido para auxiliar coordenadores e professores na organização das aulas em laboratórios de informatica, facilitando a troca incessante de conhecimento que se vive na atual instituição. O coordenador relatou que o sistema possui uma acessibilidade adequada para o qual foi desenvolvido, por se tratar de um sistema simples e ao mesmo tempo de qualidade.

Plavras-Chave: software, sistema, educação, gestão

DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES DE GERENCIAMENTO FINANCEIRO PARA MEDIAS E PEQUENAS EMPRESAS UTILIZANDO TECNOLOGIAS OPEN SOURCE

Autor(es):

Luiz Felipe Varela Lima de Gois: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Alexandre Luiz Galvão Damasceno: Docente do UNI-RN

(Introdução) O mercado atual para micro e pequenas empresas está competitivo visto o volume de novas empresas que surgem. Mostra-se, então, a necessidade de buscar diferenciais e isso é possível não só nos produtos como também na forma de gerir o negócio. E é essa necessidade que os softwares de gestão devem suprir. Entretanto, as dificuldades de implantação de sistemas para gestão nessas micro e pequenas empresas é grande. A logística antiga ou defeituosa dessas empresas pode dificultar e até gerar prejuízos quando a atualização da forma de gerir não for bem pensada. A compra de máquinas desnecessárias e a contratação de softwares caros e muitas vezes complicados são alguns dos problemas que devem ser evitados. Outra dificuldade é a falta de preparo dos gestores para a utilização de ferramentas de informática. Observando essas dificuldades e necessidades há abertura para novos softwares, que mais baratos, simples e muitas vezes online, descartam a necessidade de maquinários para bancos de dados e treinamento avançado para sua utilização. As vantagens não se detém somente à suprir dificuldades, mas a oferecer benefícios como otimização de tempo, organização, facilidade de acesso a informações e previsões. A vista disso, o trabalho objetiva o desenvolvimento de software para gerenciamento financeiro de médias e pequenas empresas que supra as necessidades encontradas no mercado atual de forma eficiente e fácil.

(Metodologia) Para o desenvolvimento da aplicação, foram usadas ferramentas software livre (open-source), pois reside nessas a inovação e barateamento dos custos de produção. As ferramentas utilizadas foram Framework Ruby on Rails, banco de dados Postgresql, HTML5, CSS3, Javascript e Angular.js para o front-end da aplicação.

(Resultados) O software é visado para apresentar as características necessárias afim de amparar uma média ou pequena empresa. Contando com: interface descomplicada e intuitiva, a fim de atingir o público que não possui prática em utilizar tecnologias; ferramentas simples e complexas a se adequar às exigências de gestão; bem como pacotes de serviços para melhor adaptação dos custos às necessidades da empresa. Assim, faz-se completo em caráter de adequação ao mercado atual.

(Conclusão) Com a competitividade atual entre micro e pequenas empresas faz-se necessário a atualização dos sistemas de gestão, saindo do papel para a informática. As dificuldades encontradas podem ser facilmente supridas pelos próprios softwares, restando ao gestor apenas pensar corretamente a implantação e contratação de forma adequada. Assim, os softwares de gestão não somente acabam com as dificuldade, mas oferecem vantagens que fazem a diferença no mercado de negócios.

Palavras-Chave: desenvolvimento de software; open source; MPE; gestão;

DESENVOLVIMENTO DO SUBSISTEMA DE EXTENSÃO E INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNI-RN

Autor(es):

Eder Brendo da Silva Souza: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN

(Introdução) Devido ao alto fluxo de informações em diversos sistemas independentes, e também a necessidade de automatizar setores importantes, O DTI “Departamento de Tecnologia de Informação” da UNI-RN decidiu criar o SISUNI, um sistema web que tem como seu principal objetivo centralizar os diversos sistemas existentes da instituição em um único software e desenvolver subsistemas que atendam a necessidade dos setores que não estejam automatizados, para obter uma única base de dados compartilhada, um desses setores era o de “Extensão Universitária”, setor responsável por administrar as atividades acadêmicas articuladas ao ensino e a pesquisa, desenvolvida por professores, alunos, funcionários da instituição e grupos pertencentes à comunidade, foi criado então o “Subsistema de Extensão e Iniciação Científica” que visa criar um ambiente administrativo para monitorar o ciclo de vida dos projetos de extensão e seus respectivos eventos, possibilitando gerar relatórios para a tomada de decisão. Além do ambiente administrativo, foi criada também a interface pública do sistema, chamada de “Central de Eventos” onde possibilita a interação dos alunos e pessoas da comunidade.

(Metodologia) Foram utilizadas três métodos de Pesquisa, Bibliográfica, Explicativa e Aplicativa, onde foi necessário inicialmente pesquisar sobre a atual forma de funcionamento do setor, através de análise de documentos e reuniões com funcionários do mesmo e alguns coordenadores dos cursos, obter conhecimento de ferramentas de desenvolvimento ágil que é utilizada no sistema principal e é necessária para a criação do subsistema, desenvolver a aplicação web com essas ferramentas obedecendo aos requisitos adquiridos e implantar o subsistema no setor de "Extensão Universitária" da UNI-RN.

(Resultados) Foi utilizado para o desenvolvimento do subsistema, o Framework Grails, pois o sistema principal já se utiliza do mesmo, mas suas características é ser uma ferramenta de criação de aplicações web de alta produtividade e fácil aprendizagem. Foram criados dois ambientes, um administrativo, onde apenas coordenadores dos cursos, docentes e funcionários da instituição têm acesso, nesse ambiente são cadastrados os projetos de extensão e seus respectivos eventos, como palestras, congresso, exposição, dentre outras, no caso do congresso, há funcionalidades para os docentes tratar dos trabalhos submetidos pelos alunos, que necessitam de sua aprovação, inscrições em minicursos disponíveis no evento, além tratar a confirmação da inscrição, no caso de submissão de trabalho, se foi aceito ou não pelo orientador, e no caso dos minicursos, se está isento ou pendente de pagamento, dentre outras funcionalidades para a tomada de decisão, o ambiente público chamado de “Central de Eventos”, pode ser utilizado por discentes e participantes externos, nesse ambiente, o discente pode visualizar os eventos, confirmar sua presença, submeter trabalhos no caso dos congressos, acompanhar se seu trabalho foi aprovado, e futuramente solicitar seus certificados.

(Conclusão) O Subsistema trouxe melhorias para o setor de extensão, alguns processos, antes feitos de forma manual, utilizando-se de papeis e fichas foram automatizados, fazendo o setor começar a seguir o conceito básico de TI Verde, que tem relação com o impacto dos recursos tecnológicos com o meio ambiente, neste caso, o subsistema conseguiu proporcionar a diminuição de uso de papel. Hoje, o mesmo se encontra em funcionamento, até agora cinco eventos foram cadastrados, no qual resultaram em mais de 1400 inscrições, dentre eles o “XIV Congresso de Iniciação Científica (CONIC) da UNI-RN”, que é considerado o evento mais importante da instituição, onde já se foram feitas mais de 900 inscrições distribuídas entre 51 minicursos disponíveis, aproximadamente 650 trabalhos foram submetidos por discentes, onde docentes podem aprovar ou não diretamente pelo sistema. Em breve, será implantado no subsistema a funcionalidade de emissão de certificados e o histórico de participação.

Palavras-Chave: Aplicação Web, Extensão Universitária, Grails

ESTUDO DE CASO DA IMPLANTAÇÃO DA NFC-E EM UM POSTO DE COMBUSTIVEL

Autor(es):

Francisco Antonio da Fonsêca Andrade: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Ytalo Rosendo do Amaral: Docente do UNI-RN

(Introdução) Nos últimos 30 anos, aconteceram mudanças significativas na legislação tributária brasileira e nos procedimentos contábeis. O processo de escrituração contábil manual foi substituído pelo mecânico e, logo em seguida, pelo eletrônico. As melhorias na forma de fazer a contabilidade de uma empresa, utilizando-se a tecnologia da informação, trouxeram enormes benefícios para os profissionais da área. Em 2001, surgiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil), instituída pela medida provisória 2200-2/01, visando garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, tornando mais seguras as transações eletrônicas e viabilizando o uso de documentos eletrônicos. A partir desse evento, deu-se início ao processo de modernização governamental. A emenda constitucional nº 42 evidenciou a necessidade da modernização das formas das formas de atuação do Fisco. No Encontro Nacional de Administradores Tributários aprovou-se, ainda, dois protocolos de cooperação técnica: o Projeto do Cadastro Sincronizado e da Nota Fiscal Eletrônica. Em 2005, realizou-se em São Paulo uma Reunião para a unificação dos diferentes projetos em andamento no âmbito das administrações tributáveis. Este artigo apresenta a implantação da NFC-e em um Posto de Combustível, que tinha instalado uma versão que utilizava ECF-Emissor de Cupom Fiscal, ou seja, uma impressora fiscal.

(Metodologia) A metodologia adotada para a desenvolvimento deste estudo de caso foi baseada na observação do ambiente proposto, a fim de identificar de forma eficaz, seus principais processos e iterações com relação a dinâmica de trabalho junto a solução de tecnologia adota, desta forma foi possível avaliar os impactos das mudanças pós implantação bem como também seus benefícios tanto no processo da empresa como um todo, como na dinâmica de trabalho dos funcionários. Para complementar esta experiência foram aplicados questionários aos envolvidos diretamente no processo de mudança como também na equipe de gestão e coordenação, com o objetivo de descrever as funcionalidades antes e depois da implantação.

(Resultados) Mesmo com problemas de conexão com a SEFAZ, de validação das NFC-e devido aos erros nos cadastros, certa dificuldade dos usuários com a nova forma de trabalhar, as análises foram satisfatória, pois demonstra um nível aceitável da ferramenta junto aos usuários e gerentes.

(Conclusão) As facilidades proporcionadas pela NFC-e vem trazer uma diminuição nos custos na geração de uma venda, onde a mesma não tem a necessidade de imprimir o DANFE. Sem dizer que a Nota Fiscal já está validada na Secretária de Tributação.

Palavras-Chave: NFC-e, DANFE, SEFAZ, ECF, Legislação Tributária Brasileira

EXPANSÃO E IMPLANTAÇÃO DE REDES EM FIBRA ÓPTICA

Autor(es):

Walquíria Mara Oliveira de Lima: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN

Orientador(es):

Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN

Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O uso crescente da fibra óptica vem mudando dramaticamente o mundo das telecomunicações. Ao longo de todo o planeta, a fibra óptica vem substituindo os cabos convencionais de cobre, como os cabos pares trançados e os cabos coaxiais. Porém, o alto custo da instalação e a dificuldade em levar a fibra óptica até os lares das pessoas tornaram esse mercado pouco atraente para a maior parte dos provedores de serviço. Porém, algumas tecnologias vem possibilitando o barateamento das soluções utilizando fibras ópticas, dentre elas destacam-se as tecnologias GPON e a Metro-Ethernet. Nesse trabalho abordaremos os custos contínuos para dirigir o sistema ou solução implantada (OPEX) e de fornecimento ou desenvolvimento (CAPEX) envolvidos na implantação de ambas as tecnologias em projetos para a Cidade Digital (aproximadamente 50 mil habitantes), afim de concluir qual das soluções apresenta o melhor custo-benefício em sua utilização em redes metropolitanas.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, através de sites, monografias e artigos, buscando investigar a comparação entre as tecnologias GPON e Metro-Ethernet com relação aos custos de projetos, como forma de aumentar a implantação e a expansão das redes de fibra óptica.

(Resultados) Analisando os custos obtidos de estudos feitos durante um período de 5 anos (IBGE, 2010), observamos que ambos CAPEX e OPEX no projeto utilizando a tecnologia GPON foi 84% menor do que os custos envolvidos com a implantação da tecnologia Metro-Ethernet no mesmo cenário. Para uma população com menos de 50 mil habitantes, temos um CAPEX de 1.339 (34,65%) para um OPEX de 3.864 (100%). Desta forma, deduzimos que tanto a solução Metro-Ethernet, quanto à solução GPON, apresentaria um CAPEX de aproximadamente 34% em relação ao OPEX.

(Conclusão) Devido ao custo reduzido do projeto implementado utilizando GPON com relação ao projeto aplicando a tecnologia Metro-Ethernet na Cidade Digital, conclui-se que um projeto pode ser realizado em torno de 84% do valor utilizado em um projeto Metro-Ethernet. O que torna a fibra óptica um meio adequadamente viável a nova realidade de telecomunicações, que traz ao atual cotidiano a necessidade de velocidade com a qual a informação chega ao seu destino torna-se cada vez mais necessária para o êxito funcional das diversas áreas da nossa sociedade, tanto para a questão privativa quanto, sobretudo, para corporativa. Portanto, projetos de redes metropolitanas utilizando fibras ópticas devem estar a par do custo envolvido em ambas as tecnologias e devem avaliar as reais vantagens envolvidas, principalmente com relação aos custos de projeto.

Palavras-Chave: Fibra-óptica; Metro-Ethernet; Custos; Benefícios; GPON; MAN

FERRAMENTAS PARA RECUPERAÇÃO DE DADOS EM SISTEMAS LINUX.

Autor(es):

Afonso-Tsé Pereira e Carvalho: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Juvenal Xavier de Souza Júnior: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Alessandro Wildson Rodrigues da Silva: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN

Orientador(es):

Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN
Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN

(Introdução) CSTS - INFORMÁTICA Recuperação de dados com segurança Discente do Curso de Tecnologia em Redes de Computadores, Centro Universitário do Rio Grande do Norte Afonso-Tsé Pereira e Carvalho Alessandro Wildson Rodrigues da Silva Juvenal Xavier de Souza Junior Gilles Velleneuve Trindade Silvano Docente do Curso de Tecnologia de Redes de Computadores, Centro Universitário do Rio Grande do Norte Introdução A segurança dos Sistemas Operacionais é um tema bastante importante que engloba um software, hardware e um usuário. Esse artigo irá abordar alguns temas sobre o sistema operacional Linux, e tem como objetivo principal mostrar que ele possui ferramentas de recuperação de dados como o foremost que serve para recuperar dados no Sistema Operacional Linux. Esse sistema operacional é diferente dos demais principalmente na área de segurança do mesmo, em que tudo é feito por linhas de comando em seu terminal sendo que para sua segurança é necessário que vc crie uma senha de acesso. O Linux hoje em dia é um dos Sistemas Operacionais mais seguros com relação a vírus no sistema. Os componentes de segurança do Linux começam pela parte física, seguido do kernel do sistema, depois passa pelo protocolo, sistema de arquivo e de autenticação, serviços prestados pelo sistema operacional e por ultimo as aplicações de usuário. Arquivos Linux No GNU/Linux tudo aquilo que pode ser manipulado é denominado arquivo. Recuperação de arquivos Uma das formas de recuperação de arquivos que possa ser utilizada é o foremost que é uma ferramenta em modo texto, que a princípio foi desenvolvida para as forças armadas dos Estados Unidos, que trabalha com recuperação de arquivos a partir de imagens de disco, cabeçalhos e rodapés dos arquivos nativos (criadas pela dd, Safback, Encase, etc). Uma vez que a imagem é gerada use o firemost para recuperar os arquivos da imagem que foi criada, em que geralmente seu meio de uso é foremost -i arquivo_de_entrada -o diretório_de_saída, no diretório de saída é criada uma pasta para cada extensão de arquivo que foi recuperado, a única desvantagem é que eles voltam com os nomes trocados.

(Metodologia) Esse trabalho foi feito com base nas pesquisas pela internet, que tem como objetivo frisar como recuperar dados as autoridades, deletados ou corrompidos no sistema operacional Linux. Essa ferramenta de recuperação de dados pode até levar algum criminoso para a cadeia pela prática de crimes cibernéticos como, roubo de contas virtuais, de redes sociais da internet ou até mesmo arquivos computadores pessoais.

(Resultados) O foremost é relativamente melhor devido ao fato de ser uma ferramenta do próprio sistema operacional, lhe trás mais facilidade de manuseio, segurança pelo fato de sr usada pelas forças armadas e é gratuita para todo sistema operacional Linux.

(Conclusão) Este trabalho mostrou que é possível recuperar dados corrompidos ou deletados no sistema operacional Linux a partir de uma ferramenta do próprio sistema denominada foremost, e que também é de grande ajuda para as forças armadas. Bibliografia <http://www.tecmundo.com.br/como-fazer/27765-linux-como-recuperar-arquivos-deletados.htm>
<http://www.vivaolinux.com.br/artigo/Recuperacao-de-Dados-com-o-PhotoRec>
<http://pt.kioskea.net/faq/1296-recuperacao-de-dados-perdidos-disco-rigidov>
<http://technet.microsoft.com/pt-br/library/cc716469.aspx>
<http://pt.slideshare.net/NLDT/segurana-em-sistemas-operacionais-de-rede-so>
<http://www.smartsec.com.br/linux.html> Revista de Engenharia e Tecnologia

Plavras-Chave: Segurança Linux; Foremost dd

FIREWALL E SEGURANÇA: PFSense

Autor(es):

Adriano José Quaresma dos Santos: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Rildo Ribeiro da Silva: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Diogenes Denis da Silva: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Renan Anselmo Debruem: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Emerson Valério Menezes do Nascimento: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN

Orientador(es):

Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN
Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) PFSense é um sistema operacional de código aberto usado para transformar o computador em um firewall, roteador. PFSense é uma distribuição FreeBSD feita com base no projeto monowall, uma distribuição de firewall poderoso e leve. PFSense se baseia basicamente em monowall e toma decisões de todas as suas funções, e foi adicionado mais uma variedade de serviços de rede mais usados. PFSense; sendo um firewall, roteador, ou até mesmo um AP sem fio! Uma vez o PFSense instalado e configurado de acordo com o descrito, você vai ter um firewall operacional que vai além de um roteador. Em seu nível mais básico, uma máquina PFSense pode ser usado para substituir um roteador doméstico com a funcionalidade que deseja. Em configurações mais avançadas, PFSense pode ser usado para estabelecer um túnel seguro para um escritório remoto, equilíbrio de carga de tráfego. Existem realmente centenas de formas de se configurar um PFSense.

(Metodologia) Adotamos a forma explicativa de metodologia tendo em vista a existência de pouco material sobre assunto onde através da prática experimental do sistema Pfsense extraímos as informações necessárias para elaboração desse artigo.

(Resultados) O PFSense foi implementado na rede corporativa, após os estudos feitos em laboratório, antecipando os possíveis impactos que poderia causar e também os benefícios a partir de pacotes existente no sistema que podem ser utilizado de acordo com a necessidade. O foco do trabalho foi voltado para segurança dos dados trafegados na rede, dando preferência aos pacotes de firewall (Squid Server; Squid Guard), Proxy e hotspot (Captive Portal). O Pfsense se mostrou estável, "sem falhas", com os serviços oferecidos pelos de pacotes destinados a segurança da rede, todos estes acompanhados e monitorados através de gráficos e relatórios fornecidos pelo Pfsense que permite facilmente o acompanhamento dos sites acessados, bloqueados, tentativas de acesso não autorizado a conteúdos proibidos, gráficos demonstrando em tempo real o consumo de banda bem como, a identificação de utilização por ip ou até mesmo usuários autenticados.

(Conclusão) Depois dos estudos feitos concluímos que PFSense é uma ferramenta simples, leve e que exige configurações mínimas de hardware, no entanto, o gerente de redes deve buscar hardwares homologados pelo Pfsense para evitar possíveis incompatibilidades, principalmente com placas de redes. Além disso, deve-se monitorar o sistema de 03 (três) formas: 1ª direto no servidor Pfsense, 2ª via ssh remotamente e 3ª via interface web no Browser. A ferramenta, apesar de pouco conhecida e com pouco material bibliográfico, desempenha funções importantes na administração de redes e é uma boa solução para redes corporativas. Podemos acrescentar ainda que sendo um software livre facilita sua implantação pela TI das empresas, pois dispensa a aquisição de licenças.

Palavras-Chave: firewall,proxy.hotspot

GESTÃO DE PROJETOS: PRÁTICAS PMBOK E SCRUM

Autor(es):

Paula Angela Vasconcelos de Carvalho: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) Na área de engenharia de software um dos desafios está relacionado à gestão de projetos no relevante a construção de software. Com o mercado cada vez mais competitivo e com as constantes mudanças relacionadas a requisitos do negócio, se faz necessário pensar numa melhor forma de gerir, com maior flexibilidade e dar uma resposta ao demandante, em tempo hábil e mantendo a qualidade na entrega. Com o intuito de pesquisar uma melhor metodologia de gerência relativa ao ambiente de desenvolvimento, e de que maneira conduzir um projeto será analisado, nesse trabalho, a relação entre dois métodos de desenvolvimento, onde ambos têm como premissa, melhor conduzir a equipe de desenvolvimento a uma implementação mais eficaz e preventiva, tal pesquisa será realizada sob a visão do que é descrito como "boas práticas" pelo PMI (Project Management Institute) contidas no guia PMBOK (Project Management Body of Knowledge), e sob a perspectiva da uma metodologia ágil denominada Scrum.

(Metodologia) (METODOLOGIA) A pesquisa pode ser classificada como bibliográfica, explicativa e básica. Estudou-se o processo de desenvolvimento de software para que seja visto uma melhor forma de conduzir o gerenciamento de projeto, apresentando que é possível aliar as boas práticas do PMI aos métodos ágeis Scrum, com o intuito de alcançar uma maneira eficaz e em tempo hábil.

(Resultados) (RESULTADOS) Até o momento foram estudadas as duas metodologias de desenvolvimento fortemente defendida por empresas, baseado em contextos diferentes, mas que por fim visam reduzir as dificuldades encontradas na gestão de projeto de software, onde por muitas vezes não se consegue alcançar o resultado desejado. Dentre os grandes desafios sofridos por uma equipe de desenvolvimento, um dos quais pode ser citado é a dificuldade em lidar com constantes mudanças no escopo, e a entrega em um tempo cada vez mais curto. Foi analisado que uma das características mais marcante no PMI é a forma rígida de como o projeto é documentado, sendo no Scrum mais flexível, apesar de existir uma documentação ela poderá ser adaptada com facilidade.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Através da pesquisa é notável os extremos entre o desenvolvimento utilizando a metodologia PMI e o Scrum (classificado como ágil), apesar de terem práticas semelhantes que são executadas de forma distintas. É importante acrescentar que apesar de serem práticas reconhecidas e recomendadas para a utilização nos projetos, os processos nem sempre são aplicados rigorosamente. Por fim é apresentado os pontos positivos e negativos de tais metodologias, sendo considerado a possibilidade de se ter um equilíbrio e a utilização de técnicas diferentes entre as metodologias pesquisadas, visando uma entrega ágil, um desenvolvimento com qualidade e por fim ter o demandante satisfeito.

Palavras-Chave: Gestão de Projetos. PMBOK. Scrum

IMPLANTAÇÃO DE SAAS (SOFTWARE AS A SERVICE) ESCALÁVEL E DE ALTA DISPONIBILIDADE UTILIZANDO WINDOWS AZURE

Autor(es):

Vitor Eduardo Saraiva Coelho: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Alexandre Luiz Galvão Damasceno: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Windows Azure é uma plataforma da Microsoft que hospeda aplicações e serviços baseados nos conceitos de Cloud Computing. Ela permite flexibilizar fatores como escalabilidade e alta disponibilidade dos aplicativos e serviços, como também oferece redução nos custos em relação a compra de equipamentos para a montagem de toda infraestrutura necessária para ter uma aplicação disponibilizada na internet. A implantação de um software neste ambiente requer alguns cuidados, como a manutenção de arquivos binários, que diferente de servidores de hospedagem web convencionais, deve usar um serviço de storage para realizar essa tarefa. Este trabalho tem o objetivo de mostrar os principais conceitos sobre a computação nas nuvens como também as informações necessárias para realizar a implantação de um software na plataforma de nuvem Windows Azure.

(Metodologia) Foram realizadas pesquisas nos sites oficiais da Microsoft e também foi feito um estudo prático criando uma conta e realizando a implantação de um software de controle e manutenção de diários de classe na plataforma Windows Azure.

(Resultados) Após implantar o software no Azure, foi identificado que ele poderia ter seus custos reduzidos, visto que este custo poderia ser rateado para todos os clientes que utilizam o software, pois a plataforma de nuvem só vai cobrar a empresa desenvolvedora o valor referente a quantidade de recursos computacionais que for utilizado pelas aplicações nela implantada, permitindo que essa aplicação possa consumir uma quantidade maior de recursos computacionais a qualquer momento, bastando apenas que o administrador do ambiente de nuvem faça essa alteração de forma bastante simples. Essa tarefa pode ser feita também de forma automatizada, quando por exemplo a aplicação aumentar o número de usuários conectados a ela, que por sua vez vai consumir um número maior de recursos computacionais, o Windows Azure pode escalar recursos para atender essa demanda automaticamente.

(Conclusão) Ter uma aplicação escalável e de alta disponibilidade não é tão caro quanto parece quando usamos recursos disponibilizados por uma plataforma de nuvem com Windows Azure, pois a medida em que o software vai crescendo, em relação a quantidade de usuário que utilizam a aplicação ou em relação a quantidade de funcionalidades implementadas, é que se faz necessário a utilização de um número maior de recursos computacionais, e neste caso, usamos um dos recursos mais importantes do conceito de computação nas nuvens, que é a escalabilidade. O pagamento pelo uso de recursos é outra vantagem, pois mesmo pequenas empresas podem aderir a softwares que fazem uso da computação nas nuvens, por que neste caso, o custo desta implantação tem a tendência de diminuir, na medida em que novos clientes passarem a usar o software desta empresa.

Palavras-Chave: cloud computing, computação nas nuvens, Windows Azure, Escalabilidade

IMPORTÂNCIA DA DOCUMENTAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Autor(es):

Evandson da Costa Maranhao: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN

(Introdução) Ao longo do tempo a documentação de software tem se caracterizado por ser o ponto fraco de muitas organizações da área de Tecnologia da Informação. Da perspectiva da Tecnologia da Informação, realizar a documentação de software é fator crítico para o sucesso, pois a mesma funciona como um componente central, para que o software suporte a gerência de mudança positivamente. Cada vez mais a Engenharia de Software aprimora métodos, técnicas e ferramentas em busca de aumentar a produtividade do desenvolvimento de software, neste contexto a documentação de software tem grande importância, influenciando na qualidade e produtividade. Muitas empresas têm dificuldades para desenvolverem seus softwares cumprindo os prazos e orçamentos estipulados, muitas vezes o prazo de entrega pode significar a sobrevivência ou não de uma organização, novamente a documentação de software tem grande importância neste contexto, pois essa variação de tempo na entrega do projeto pode variar de acordo com a quantidade e qualidade dos artefatos de softwares a serem entregues.

(Metodologia) Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida no Núcleo de Desenvolvimento de Software do UNI-RN, baseado no Software de Gerenciamento de Clínica-Escola (UNI-SGCE), na busca por o que era necessário para a documentação do sistema, buscando artefatos de software já desenvolvidos e analisando o que faltava para compor a documentação.

(Resultados) Com a pesquisa realizada em cima do material já desenvolvido do sistema UNI-SGCE, foi iniciado o desenvolvimento da documentação do módulo já implantado, módulo recepção. Para a documentação de um software se faz necessário toda a descrição geral sobre o sistema, descrevendo sobre os objetivos do projeto, os métodos e organização do trabalho, descrição do problema que vai ser solucionado com o software, suas características, regras de negócio e requisitos. Também necessário para a documentação de um software é a parte de análise, contendo o diagrama de classes, os casos de uso, as interações do sistema, a arquitetura do sistema e toda análise da base de dados, sendo a parte de análise, bastante importante ao sistema, pois na mesma fica toda a lógica do negócio. Finalizando a documentação, descreve sobre a implementação, o plano de teste, a implantação e o manual do usuário do software. Na documentação do UNI-SGCE módulo recepção, existem algumas lacunas a serem preenchidas, pois o mesmo trata-se de um sistema já implantado, gerando dificuldades para a criação de alguns requisitos necessários a documentação de software, sendo eles, o plano de testes, requisito bastante importante para detectar possíveis erros antes da implantação do software, outro requisito ausente são as análises referentes à base de dados. Muitas vezes, tais ausências de informações, gera a necessidade de uma engenharia reversa sobre o sistema.

(Conclusão) A documentação de software é um componente importante do sistema que não tem ganhado a devida importância, as empresas do setor estão cada vez mais preocupadas apenas com o produto final funcionando para seus clientes, ou seja, o software pronto. Como pontos a destacar para documentar um software, fica a sua capacidade de auxiliar o entendimento dos programadores durante uma atividade de manutenção, outro ponto é seu auxílio na comunicação durante o projeto. A falta de documentação, muitas vezes chega a se tornar um problema para empresas do setor, pois não existe a certeza de que o programador responsável pelo projeto terá sempre tudo guardado na cabeça ou continuará sempre na mesma empresa.

Palavras-Chave: documentação, sistema, importância.

INFORMATICA DO FUTURO: TECNOLOGIAS QUE IRÃO CONTRIBUIR COM O MEIO AMBIENTE

Autor(es):

Daniel Francisco Dantas: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Ricardo Lima Garcia: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Franco Lankardy Fernandes da Costa: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Arthur da Silva Gomes: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN

Ytalo Rosendo do Amaral: Docente do UNI-RN

(Introdução) É comum nos dias atuais, notar que a tecnologia tornou-se mais presentes em nossas vidas, seja ela no seu cartão de crédito, em seu celular, nos letreiros eletrônicos, caixas rápidas, entre outros. A diversidade é tão grande, que mal percebemos sua existência. Com isso geramos uma quantidade de lixo eletrônico, seja ele por descarte inapropriado, ou pelo objeto ter se tornado obsoleto. O presente trabalho busca apresentar soluções para esse problema. Com conscientização, educação e uso de novas tecnologias, é possível reverter o atual cenário em que vivemos.

(Metodologia) O trabalho foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, buscando encontrar em artigos científicos sobre o tema, explorando soluções que enfatizassem benefícios ao meio ambiente. E incrementado outra pesquisa quantitativa e qualitativa com o intuito de analisar o nível do conhecimento das pessoas sobre o assunto abordado, o lixo eletrônico.

(Resultados) Foi aplicada uma pesquisa para verificar o conhecimento dos alunos da UNI-RN, referindo-se ao lixo eletrônico e depois de aplicada, analisamos que: a maioria dos entrevistados desconhece do assunto, quando perguntando, “qual seria o correto destino para descarte do material eletrônico obsoleto”, “O conhecimento dos postos para recolhimento de coletas do lixo eletrônico”, “enquanto a utilização de materiais ecologicamente corretos”, “Se os entrevistados tinham conhecimento da Lei 12.305/10, que obriga fabricantes e varejistas a dar destinação correta ao lixo e aos resíduos produzidos”, “E a utilização e práticas que ajudam a preservar o meio ambiente”. Na pesquisa em artigos e revistas que falam uma solução para tratar do lixo eletrônico é recicla-lo e vender seus componentes separadamente, já que aproximadamente 94% dos materiais contidos nos aparelhos eletroeletrônicos é reciclável. Por se tratar de um problema de nível global, as ONG's tomando como base a Greenpeace, vem através de campanhas pressionado a indústria de eletrônicos de consumo, isso desde 2005. Elas pedem que a indústria aga com responsabilidade, e recebam de volta o lixo eletrônico, para de reusar os produtos químicos mais nocivos em novos produtos. Tendo em vista o Brasil um dos maiores produtores de lixo, o Governo Federal em 2010 sancionou a Lei 12.305/10 com o intuito e envolver todos os responsáveis (empresas e sociedades), que deem destinação corretas ao lixo produzido. E dando continuidade na preservação do ecossistema, podemos aderir a utilização de dispositivos de redes e de computação móvel, para uma serie de utilidades, tipo, conexões de wireless, ao invés de cabeamentos, armazenamento em nuvem ao invés de pendrive, hd's externos e mídias, livros eletrônicos ao invés de papeis impressos, entre outros. Finalizando, os usuários de produtos podem ainda evitar ainda mais o desperdício, e economizar tanto em recursos humanos e econômicos aderindo itens com selos verdes.

(Conclusão) Como visto anteriormente, já que a maioria da população parece desconhecer o modo correto de descartar o lixo eletrônico, conscientizar a sociedade sobre o alto consumo do material eletrônico, que gera lixo e vem causando um grande impacto ambiental. Não só isso mas, a partir da Lei Federal as empresas também devem fazer sua parte.

Palavras-Chave: Reciclagem; TI verde; Computação Ubíqua; Tecnologias do Futuro.

INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS WEB COM O PADRÃO DE IMAGEM DICOM: UM ESTUDO DE CASO

Autor(es):

Kandell Alberto Andrade de Oliveira: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Romulo Fagundes Cantanhede: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com intuito de agilizar o atendimento ao paciente no que diz respeito a diagnóstico, foi necessário utilizar um sistema que possibilitasse um ambiente com alta disponibilidade, por se tratar de um ambiente que visa o acompanhamento e diagnóstico de doenças em exames radiológicos, e desta forma garantir a continuidade para o atendimento e a realização de análise nas imagens digitais(DICOM). Com a utilização da solução TELERAD o processo da telemedicina tornar-se simples e prático, onde as imagens médicas serão gerenciadas havendo o armazenamento, transmissão, recuperação e integração com o serviço de armazenamento de imagens facilitando assim o acesso a tais imagens nas estações de trabalho. Essa tecnologia segue o conceito de computação em nuvem permitindo o compartilhamento e interligação por meio da internet assim havendo a possibilidade de que em qualquer dispositivo, dispondo de um browser com conexão de dados, será possível a manipulação e realização dos estudos de forma descentralizada, com a utilização de um servidor de imagens denominado de PACS(Picture Archiving and Communication System - Sistema de Comunicação e Arquivamento de Imagens).

(Metodologia) A pesquisa pode ser classificada como bibliográfica, explicativa e aplicada. Estudou-se todo o processo que envolve o envio e recuperação da imagem seguindo as normas do protocolo DICOM(Digital Imaging and Communications in Medicine - Comunicação de Imagens Digitais em Medicina), armazenamento em um servidor PACS, e a disponibilidade dessas imagens pelo TELERAD um sistema web.

(Resultados) Com a utilização do protocolo DICOM, tornou possível a disponibilidade e manipulação das imagens geradas pelos dispositivos, tendo uma linguagem única quando se trata de imagens médicas, seguindo o mesmo padrão em qualquer modalidade clínica como por exemplo: tomografias, ressonâncias magnéticas, radiografias digitais, ultrassonografias, hemodinâmicas, endoscopias, colposcopias, eletrocardiogramas entre outros, com um sistema distribuído sendo utilizado para disponibilizar as imagens dando uma agilidade na execução dos estudos clínicos. Este sistema foi desenvolvido com um modelo de arquitetura MVC (Model-View-Controller/ Modelo-Visão-Controlador), como linguagem de programação Java e o framework Grails, banco de dados PostgreSQL. A escolha do Grails deu-se pela possibilidade de alta produtividade e simples configuração.

(Conclusão) Buscando agilizar o atendimento ao paciente, fazendo uso de uma maneira padronizada e descentralizada, seguindo o padrão do protocolo DICOM e utilizando a solução TELERAD um sistema único e independente, produzindo um ambiente computacional integrado para o médico garantindo assim a otimização dos estudos realizados. O objetivo foi alcançado havendo uma melhora em todo o processo dos laudos radiológicos de forma a auxiliar nas atividades realizadas.

Palavras-Chave: Sistema Web, Cloud Computing, DICOM, Processamento de Imagens, Grails

LINGUAGENS DE PROGRAMAÇÃO MAIS POPULARES NO BRASIL: BREVE INVESTIGAÇÃO NO STACKOVERFLOW EM PORTUGUÊS.

Autor(es):

Mauricio Pereira Martins: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Ihago Pietro da Silva Alves: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Wilson Vieira Junior: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Kleyton Peres Batista : Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Daniel Martins dos Santos: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN
Romulo Fagundes Cantanhede: Docente do UNI-RN

(Introdução) É notável a crescente profusão das Tecnologias de Informação e Comunicação, a informática tem aumentado sua importância na economia mundial. Nesse momento de transformação, o mundo se torna cada vez mais codificado, demandando um crescente aprimoramento das linguagens de programação. Este trabalho propõe a análise das oito linguagens mais populares no índice TIOBE através da investigação do número de perguntas acerca destas linguagens na Stackoverflow em português, contribuindo para investigar de quais as linguagens são mais discutidas entre os programadores brasileiros. Este trabalho deve contribuir para que o programador ou estudante em programação possa investir mais tempo de aprendizado, ajudando-o a encontrar foco, ou selecionar para conhecer as linguagens com maiores chances de empregabilidade no mercado brasileiro.

(Metodologia) O escopo do trabalho se limita às oito primeiras linguagens de programação no ranking TIOBE de outubro de 2014: C, Java, Objective-C, C++, C#, Basic, PHP, Python. Índice TIOBE faz a classificação de popularidade das linguagens de no mundo baseado no número de páginas de TI especializadas, cursos e fornecedores encontrados através dos mecanismos de busca do Google, Google Blogs, MSN, Yahoo!, Baidu, Wikipedia and YouTube. Para investigar qual a popularidades dessas linguagens de programação no Brasil, foi consultada a página Stackoverflow em português, cujas as frequências de cada etiqueta (Tags) representa o número de perguntas e respostas acerca do assunto etiquetado. A distribuição dessas frequências gera um novo ranking, que se comparado com o ranking TIOBE deve revelar se existem especificidades para o caso o brasileiro em relação à tendência mundial. A análise é refinada comparando com a Stackoverflow em inglês.

(Resultados) É possível observar que a página Stackoverflow em inglês tem um número de registros 750 vezes maior que a página em português. JAVA é a linguagem na segunda posição do ranking TIOBE. Na Stackoverflow em Inglês, a etiqueta com o maior número de registros corresponde à linguagem JAVA, 732841 registros de um universo de 8.233.184 perguntas, representando 8,90% destas. Das linguagens escolhidas para esta pesquisa, é a terceira mais frequente na Stackoverflow em português, 1120 registros de um universo de 10.492 perguntas, o que corresponde a 10.68% destas, e portanto, proporcionalmente mais discutida em português que em inglês. Esses dados permitem inferir que os programadores brasileiros estão próximos da tendência global. JAVA é uma linguagem que independe da arquitetura do hardware, o que pode contribuir esteja entre as mais populares tanto no Brasil como no índice global. A linguagem C está no topo do ranking TIOBE, na página em português da Stackoverflow a linguagem PHP é a que apresenta o maior número de registros. PHP é uma linguagem para desenvolvimento web. Aparece em 7º lugar no índice TIOBE. C, uma linguagem usada em sistemas operacionais, aplicativos, games e integração com o hardware, é a 4ª linguagem na Stackoverflow em português. Entretanto o PHP está em 3º lugar na Stackoverflow em inglês.

(Conclusão) As comparações revelam que as discussões acerca de linguagem de programação no Stackoverflow em português seguem uma tendência diferente do índice de popularidade TIOBE ou da observada na Stackoverflow em inglês. Os dados sugerem que os programadores brasileiros estão mais envolvidos com desenvolvimento Web que à tendência mundial, entretanto alguma observações na base em inglês podem recomendar que o enverede por análises mais cuidadosas, apontando algumas fragilidades na avaliação das tendências.

Palavras-Chave: linguagem de programação, TIOBE, StackOverflow

MÁFIA DOS BOLETOS

Autor(es):

Isaac Abraão Ricardo dos Santos: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Jefferson Gomes da Silva: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Inácio Araújo de Medeiros: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN

(Introdução) No mundo moderno as pessoas buscam utilizar a tecnologia a seu favor, para ganhar mais tempo e comodidade para outras atividades. Com a popularização da internet nas camadas mais populares a internet passa a ser um instrumento acessível a todos facilitando o dia a dia da população brasileira. Com a possibilidade de executar transações bancárias através da internet, boa parte da população passou a agilizar a vida com esse instrumento. Destaca-se nesse contexto que prejuízos bilionários, foram causados por criminosos que desenvolveram golpes que focam as transações feitas na internet por meio de boletos bancários.

(Metodologia) Diante deste cenário, foi realizada uma pesquisa através de um questionário eletrônico a fim de obter informações sobre o conhecimento de estudantes da UNIRN acerca dos vários golpes executados na internet, entre eles a fraude em boletos bancários. Os quesitos avaliados foram: o nível de conhecimento desse público sobre fraudes da internet originadas por pagamento através de boletos bancários; as principais medidas de proteção como atualizações de sistema operacional e antivírus e o nível de confiabilidade nas transações realizadas pela internet como, por exemplo, compras e pagamentos.

(Resultados) De acordo com os resultados da pesquisa foi observado que: 78% das pessoas utilizam Windows, 80% utilizam antivírus, 93% mantém o antivírus e/ou Sistema Operacional atualizados. Ainda de acordo com os resultados, apenas 3% dos entrevistados informaram nunca ter realizado compras ou pagamentos pela internet, dentre os que realizam transações pela internet, 23% informaram que efetuaram pagamento através de boletos. Dos entrevistados, 4% informaram já terem sido vítimas de algum tipo de golpe pela internet e 50% desconhece sobre o tema "Máfia dos boletos".

(Conclusão) A maior parte dos entrevistados utilizam o sistema operacional Windows em seus computadores, no entanto, esse é o sistema considerado como mais vulnerável. Sabe-se que o sistema operacional tem papel fundamental em termos de segurança para que não ocorram problemas relacionados à quebra de sigilo de informações e até mesmo o uso indevido das mesmas. Por se tratar de um sistema mais comum entre os usuários, criminosos focam em criar Malwares para esse tipo de sistema operacional, visto que utilizam esse sistema operacional todo tipo de usuário. Mesmo com as precauções de atualizar o sistema e antivírus é fundamental tomar certos cuidados como, por exemplo, não abrir e-mails de destinatários desconhecidos, ou até mesmo com arquivos de origem duvidosa; não acessar anúncios com links de páginas de sites de conteúdos duvidosos. A "máfia dos boletos" aproveita-se dessas falhas, sejam por parte dos usuários ou até mesmo vulnerabilidades no sistema operacional.

Palavras-Chave: Fraude, boletos, pesquisa, sistema operacional, malware

O DESAFIO EM OTIMIZAR A REFRIGERAÇÃO E CONSUMO DE ENERGIA NOS DATACENTERS.

Autor(es):

Silvestre Cavalcanti da Silva: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN

Orientador(es):

Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os Data Centers são conhecidos como ambientes de missão crítica, pois eles abrigam equipamentos responsáveis pelo processamento e armazenamento das informações importantes de uma organização. Além de ser um elemento chave da infraestrutura, é onde se concentra boa parte do consumo de energia do ambiente de Tecnologia da Informação (TI). Com o aumento do uso de energia, aumentam também os gastos das empresas, seja no uso de equipamentos que tratam o fluxo de dados ou no resfriamento do local onde fica instalado.

(Metodologia) Esse estudo apresenta uma pesquisa bibliográfica e de artigos publicados na internet, tendo como embasamento estudos de casos de empresas que se adequaram ao formato do Data Center, e obtiveram resultados significativos.

(Resultados) Ante a grande importância da eficiência energética no Data Center, a otimização do esquema de refrigeração é um modo eficaz de ganhar eficiência. Implantar um sistema de contenção com corredores é uma medida nesse caminho. A lógica por trás destas configurações é que, evitando a mistura de ar quente com ar frio, a eficiência do sistema de refrigeração aumenta; para atingir esse resultado é possível implantar sistemas de contenção com corredores quentes/corredores frios. De acordo com Paulo Sérgio Marin, quase cem por cento de toda energia elétrica consumida no Data Center é convertida em calor, que precisa ser retirado do ambiente. Adotar o sistema corredor quente e corredor frio além do insuflamento sob piso elevado, é o primeiro passo para obter um maior controle do fluxo de ar no Data Center e eliminar pontos quentes. A distribuição de ar pelo teto (overhead) deve ser dimensionada para o ar frio ser diretamente distribuído no corredor frio pela parte superior do corredor. O ar quente resultante do funcionamento dos equipamentos irá formar também corredores quentes, onde deverão ser posicionados exaustores para a retirada do ar quente.

(Conclusão) Logo, com os aspectos ambientais sendo cada vez mais considerados, o aumento do custo de energia e a limitação do fornecimento de energia por parte de alguns provedores, é natural que os gerentes de TI repensem as estratégias para o Data Center e considerem o aspecto ecológico nas diversas escolhas que precisam fazer, incluindo equipamentos e a própria operação. A fim de reduzir o custo com impostos existe o projeto de lei brasileiro nº 6.304 de 2013 que propõe a criação de instrumentos de desoneração tributária sobre os insumos e equipamentos utilizados no desenvolvimento e na instalação de Data Centers a fim de contribuir para acelerar o avanço tecnológico do país além de contribuir para a redução do consumo de energia, produto cada vez mais escasso.

Palavras-Chave: Corredor Quente, Corredor Frio, Data Center.

O TEF É SEGURO? ENTENDA COMO FUNCIONA

Autor(es):

Carlos Lavoisier dos Reis Araújo: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN

Orientador(es):

Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN

Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Rotas, segurança, entraves, no simples ato de pagar uma conta ou realizando uma compra, todas essas questões envolvem esta transação obrigatória e necessária na grande maioria dos estabelecimentos comerciais do Brasil. A Transferência Eletrônica de Fundos (TEF) é um sistema que permite transações financeiras de forma eletrônica. Essa aplicação realiza a comunicação entre o estabelecimento comercial, as administradoras de cartões e os bancos, o que torna possível as vendas com cartões de crédito, débito, vouches e diversas formas eletrônicas de pagamento. Com base nesta evolução do mercado, faz-se necessário esclarecer ao público em geral todo o conceito que envolve esta tecnologia, homologada pelas secretarias estaduais de tributação, na qual estamos diretamente envolvidos nas melhorias e obrigatoriedades desta transação bancária que substitui o uso da moeda em espécie.

(Metodologia) Há no mercado diferentes tipos de TEF de acordo com o porte e o tipo de comércio, diferenciando entre si em função do desempenho na resposta de autorização de uso do cartão. As principais ferramentas para as transações eletrônicas utilizadas atualmente usam comunicação via IP entre clientes/gateways, bem como via X.25 entre gateways e operadores de cartões. No Brasil, as redes X.25 são administradas e operadas por empresas de telefonia, operadoras de telecomunicações, nas quais pode-se citar a Oi/Telemar, Claro/Embratel, dentre outras. Ainda em uso, o serviço X.25 está perdendo espaço devido aos sistemas de interligação baseados em novos protocolos como o Frame Relay e a ADSL, sobretudo, devido aos seus circuitos antigos, sem projetos de reestruturação e renovação do meio físico. O fluxo é complexo, mas ao mesmo tempo tão rápido e transparente aos operadores e portadores de cartão. Esse estudo detalhará seus diferentes tipos e funcionamento baseado em artigos da FEBRABAN (federação brasileira dos bancos) e textos bibliográficos relacionados ao tema.

(Resultados) Uma transação de TEF dura em média 5 segundos, podendo atingir surpreendentes 2 segundos em alguns casos (em rede estabilizada e sem congestionamentos), sobretudo, os benefícios já são bem conhecidos: comodidade e praticidade a lojistas e clientes, minimiza filas para compras e pagamentos, transações de programas de fidelidade com parceiros estratégicos, relatórios avançados e atualizados, dentre outros. Mas assim como há benefícios, existem algumas desvantagens: em caso de algum tipo de falha no link contratado (seja X.25, Frame Relay ou internet protocolo) ou no servidor TEF, mas principalmente, aos que optam pela tecnologia discada, de baixo custo ao estabelecimento, porém de grande perda a curto prazo, se considerado o grau de insatisfação do consumidor, onde o estabelecimento fica sem transacionar, por time out, a não ser que exista uma contingência para tal.

(Conclusão) Logo, no que tange a segurança, existe um conselho PCI Security Standards Council formado pelas principais bandeiras de cartões de crédito como Amex, Rede e Cielo, que definem algumas políticas de segurança e melhores práticas referentes aos meios eletrônicos de pagamento como o uso de VPNs (Virtual Private Network), criptografias avançadas, etc. E, como toda tendência, caminha-se para o pagamento via celular (podemos citar a pioneira Oi Paggo) e o fim de comprovantes de papel acrescentando e readequando novas práticas de segurança a este ambiente que cada vez mais investe no tema segurança, já que hoje tudo se encontra conectado ou nas nuvens, inclusive o usuário e suas aplicações.

Palavras-Chave: TEF, CARTÕES, TRANSAÇÕES.

O TEF É SEGURO? ENTENDA COMO FUNCIONA.

Autor(es):

Carlos Lavoisier dos Reis Araújo: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN

Orientador(es):

Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN

Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN

(Introdução) Rotas, segurança, entraves, no simples ato de pagar uma conta ou realizando uma compra, todas as questões que envolvem esta transação obrigatória e necessária na grande maioria dos estabelecimentos comerciais do Brasil, a Transferência Eletrônica de Fundos (TEF) é um sistema que permite transações financeiras de forma eletrônica. Essa aplicação realiza a comunicação entre o estabelecimento comercial, as administradoras de cartões e os bancos, o que torna possível as vendas com cartões de crédito, débito, vouchers e diversas formas eletrônicas de pagamento. E com base nesta evolução do mercado, faz-se necessário, esclarecer ao público em geral todo o conceito que envolve esta tecnologia homologada pelas secretarias estaduais de tributação, as quais somos diretamente envolvidos nas melhorias e obrigatoriedades desta transação bancária que substitui o uso da moeda em espécie.

(Metodologia) Há no mercado diferentes tipos de TEF de acordo com o porte e o tipo de comércio, diferenciando entre si em função da performance na resposta de autorização de uso do cartão. As principais ferramentas para as transações eletrônicas utilizadas atualmente usam comunicação via IP entre clientes/gateways e X.25 entre gateways e operadores de cartões. No Brasil, as redes X.25 são administradas e operadas por empresas de telefonia, operadoras de telecomunicações, nas quais pode-se citar a Oi/Telemar, Claro/Embratel, dentre outras. Ainda em uso, o serviço X.25 está perdendo espaço devido aos sistemas de interligação baseados em novos protocolos como o Frame Relay e a ADSL, sobretudo, devido aos seus circuitos antigos, sem projetos de reestruturação e renovação do meio. O fluxo é complexo, mas ao mesmo tempo tão rápido e transparente aos operadores e portadores de cartão. Esse estudo detalhará seus diferentes tipos e funcionamento baseado em artigos da febrabam (federação brasileira dos bancos) e textos bibliográficos relacionados ao tema.

(Resultados) Uma transação de TEF dura em média 5 segundos, podendo atingir surpreendentes 2 segundos em alguns casos de rede estabilizada e sem congestionamentos, sobretudo, os benefícios já são bem conhecidos: comodidade e praticidade a lojistas e clientes, minimiza filas para compras e pagamentos, transações de programas de fidelidade com parceiros estratégicos, relatórios avançados e atualizados, dentre outros. Mas assim como há benefícios, existem algumas desvantagens: em caso de algum tipo de falha no link contratado (seja X.25, Frame Relay ou internet protocolo) ou no servidor TEF, mas principalmente, aos que optam pela tecnologia discada, de baixo custo ao estabelecimento, porém de grande perda se considerado o grau de insatisfação do consumidor, o estabelecimento fica sem transacionar, a não ser que exista uma contingência para tal.

(Conclusão) Logo, no que tange a segurança, existe um conselho PCI Security Standards Council formado pelas principais bandeiras de cartões de crédito como Amex, Rede e Cielo, que definem algumas políticas de segurança e melhores práticas referentes aos meios eletrônicos de pagamento como o uso de VPNs (Virtual Private Network), criptografias avançadas, etc. E, como toda tendência, caminha-se para o pagamento via celular (podemos citar a pioneira Oi Paggo) e o fim de comprovantes de papel acrescentando e readequando novas práticas de segurança a este ambiente que cada vez mais investe no tema segurança, já que hoje tudo encontra-se conectado ou nas nuvens, inclusive o usuário e suas aplicações.

Plavras-Chave: TEF, CARTÕES, TRANSAÇÕES

O USUÁRIO O A COMPUTAÇÃO MÓVEL

Autor(es):

Dora Bortone Justino Lopes: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Daniilo de Sousa Cortez: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN

Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com o avanço da tecnologia, houve um aumento significativo na produção de aparelhos celulares. O que inicialmente executava como principal função fazer ligação, hoje realiza comunicação via satélite. Com essa evolução, os dispositivos moveis geraram o fenômeno chamado mobile computing (computação móvel). Os Smartphones agregam funcionalidades em seus hardwares e softwares, possuem capacidades de comunicação com redes em computadores e interagem com outros dispositivos. A iniciativa dos fabricantes mundiais evidenciou os dispositivos em relação ao aperfeiçoamento e recursos. O Sistema Operacional é responsável pelo controle e alocação desses recursos, com a função de gerir o hardware. Ele age como uma interface entre o usuário e o hardware, provendo uma base de execução de programas, tendo como principais funções gerenciamento de processos, gerenciamento de memória, e sistemas de arquivos. O objetivo desse trabalho é analisar o conhecimento e a opinião dos alunos da UNIRN sobre o sistema operacional que possui no celular.

(Metodologia) Como metodologia utilizamos a pesquisa bibliográfica em artigos e livros que abordassem sobre o histórico, a tecnologia e a parte técnica de sistemas operacionais para dispositivos móveis. Também utilizamos uma pesquisa exploratória de campo com uma amostra de 127 alunos de graduação da Instituição da UNIRN, que possui aproximadamente 5.000, através de um questionário.

(Resultados) Nos dados coletados, entrevistamos alunos de áreas, idades e períodos diferentes. O Android teve maior destaque com 71,7%, seguido do iOS com 15,7%, e o Windows Phone com 5,5%, e 7,1% outros. Analisando por idade, do mais novo ao mais velho, a maioria teve preferência pelo Android, com 37,8% entre 18 e 25 anos, mostrando que adquiram por necessidade de funções específicas como ligação e internet. Sendo a maioria do sexo masculino, que também possuem Android, mostrando o interesse pela tecnologia em internet e jogos. A pesquisa resultou que os usuários de celulares possuem um conhecimento superficial influenciado pelas indicações e propagandas.

(Conclusão) Ainda impera na sociedade uma tendência a usar o que os demais estão utilizando, no caso dos sistemas Android é o que está mais na mídia publicitária, também sua usabilidade influencia na escolha do sistema. Logo o mesmo é de fácil acesso e útil para os entrevistados. O iOS, também tem uma boa parcela de usuários, isso devido ao seu sistema ser robusto como o seu próprios usuários dizem “nunca travou”, contando pontos positivos para o mesmo. O que mantém o iOS abaixo do Android é custo. O Windows Phone ainda não conseguiu conquistar como o seu fabricante esperava, pois apesar de possui um sistema instável, peca no requisito usabilidade, diferente dos seus concorrentes que são bem intuitivo, também perdendo pro Andriod em relação ao custo.

Plavras-Chave: sistema, smartphone, computação, celular

PIRATARIA DE SOFTWARE X LICENÇA

Autor(es):

Talles Emmanuel de Alencar : Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Higo César Alves da Silva : Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Wânderson de Figueiredo Dantas: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Hercules dos Santos Nascimento: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN

Orientador(es):

Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN
Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Pirataria de software é a prática ilícita, caracterizada pela reprodução ou uso indevido de programas de computador, legalmente protegido, em outras palavras, é a reprodução ou utilização não autorizada de software de outrem, uma falsificação enfim. Sendo ela uma prática ilícita, a Lei 9.609/98, garante as vítimas da violação, sem distinção – sejam elas pessoas físicas ou jurídicas – uma proteção ampla, tanto na área cível quanto na penal. No Brasil, a pirataria de software teve início com a criação dos microcomputadores na década de 70 do século XX, tendo se expandido fortemente em decorrência da criação da chamada “Reserva de Mercado”, cujo escopo era proteger a empresa e o mercado nacional. O efeito, contudo foi exatamente o contrário, tendo a reserva de mercado sido responsável por anos de atraso no desenvolvimento tecnológico nacional.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, em artigos, livros e sites que abordam o assunto sobre casos de pirataria de software no Brasil. Será realizada uma pesquisa exploratória de campo, onde será aplicado um questionário que coletará dados sobre o conhecimento das pessoas sobre o assunto abordado.

(Resultados) Por fatores históricos e sociais muitos brasileiros utilizam softwares piratas em seu computador, em quase todos os casos a resposta principal é o preço elevado dos produtos originais e muitas delas não sabem que estão infringindo uma lei. Ao se deparar com as mesmas possibilidades gratuitamente, o usuário é tentado a escolher o pirata. Além disso poucos usuários conhecem as versões livres do software ou até mesmo gratuita. A falta de fiscalização e de medidas mais duras quanto à prática, também favorece a ação dos “pirateiros”. Segundo dados da “Business Software Alliance” (BSA) estudo sobre a pirataria o Brasil perdeu 1.645 bilhões de reais no ano passado com a pirataria de softwares. Isso barra a criação de novos empregos e reduz os ganhos dos desenvolvedores de aplicativos, além de arrecadação de impostos com softwares legítimos. Os usuários que compram software legais com licença possuem muitas vantagens, como atualizações, suporte, além de segurança contra ameaças de vírus e estarão preparados para algumas eventualidades. Já para aqueles que adquirem versões “piratas” terão algumas desvantagens tais como: não terá acesso ao suporte, correrá o risco de estar usando uma versão infectada por vírus, muitas vezes a vulnerabilidade do software que normalmente não será atualizada e também o risco de ser atuado pela Lei. Uma opção para não gastar com software seria a utilização de sistemas operacionais abertos e softwares gratuitos tais como Linux, Open Office, Acrobat Reader, Google Chrome, entre outros.

(Conclusão) Conclui-se que o modo que as pessoas agem adquirindo softwares piratas, tanto são prejudiciais para si, como para aqueles que passam anos estudando para criar os mesmos e colocar no mercado. Se todos comprassem programas originais, o preço poderia ser reduzido em comparação a realidade atual. Quanto aos sistemas operacionais, a melhor maneira de tornar os softwares mais baratos são de compra-los junto com computadores novos, em parcerias com empresas do ramo. O valor do sistema agregado ao equipamento sai bem mais barato do que compra-lo avulso. Entretanto que a venda do software casado com computadores novos é opcional caso o usuário deseje utilizar softwares livres ou gratuitos o mesmo poderá comprar a máquina sem o sistema barateando o valor do computador.

Palavras-Chave: pirataria, software, licença

PROCESSADORES QUÂNTICOS: O FUTURO DOS PROCESSADORES

Autor(es):

Thiago de Oliveira Barbosa: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Francisco Cidileido Damascena Candido: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN
Ytalo Rosendo do Amaral: Docente do UNI-RN

(Introdução) Podemos considerar o processador como a alma de um computador, pois ele é responsável pelo processamento, isto é, cálculos. Até hoje todos os processadores usam a arquitetura de Von Neumann. Os processadores Quânticos parecem ser mesmo o futuro da computação. A arquitetura atual, que consiste em construir processadores usando transistores, fatalmente chegará ao seu limite dentro de poucos anos. Será necessária então uma arquitetura mais eficiente. Por que não substituir os transistores por átomos? Os processadores Quânticos tem potencial para serem eficientes ao ponto de realizarem em poucos segundos o que os processadores atuais não poderiam nem em milhões de anos.

(Metodologia) A pesquisa foi feita de forma bibliográfica em sites de pesquisadores nas áreas de informática e física. Buscando explicar como irá funcionar esse processador e para que tipo de aplicações poderemos usar a capacidade de processamento do mesmo.

(Resultados) A ideia de usar átomos para processar dados não é nova, existem pesquisas neste sentido desde o início da década de 80, mas eram apenas teorias vagas, que apenas atualmente começam a tomar forma. Num processador quântico, temos átomos ao invés de transistores. Ao invés de bits temos bits quânticos, ou qubits. A ideia fundamental é que em um átomo, a rotação de cada elétron corresponde a um pequeno movimento magnético, que pode ser controlado caso o átomo seja colocado sobre uma superfície magnética suficientemente sensível. Um transistor permite apenas dois estados, ou seja, ligado ou desligado, cada qubit possui três estados diferentes. 1 e 0 e os dois ao mesmo tempo. Isto permite ampliar exponencialmente a capacidade dos processadores quânticos, já que dois qubits correspondem a 4 bits, 3 qubits correspondem a 8 bits e 5 qubits correspondem a 32 bits. 10 qubits seriam suficientes para 1024 bits, enquanto 20 correspondem a mais de um milhão. Esta pode ser a grande chave para aumentar de forma inimaginável tanto a potência dos processadores quanto a capacidade dos dispositivos de armazenamento de memória. Não fala-se de processadores operando a 100 ou 500 GHz, mas de computadores capazes de resolver em poucos segundos cálculos que um processador atual demoraria milhões de anos para resolver. Seria potência suficiente para construir um mainframe capaz de calcular todas as variáveis possíveis de surgimento de vida em um planeta ao longo de bilhões de anos, por exemplo. Esses cálculos são muito usados nos algoritmos dos programas que fazem reconhecimento de imagens, visão de máquina e inteligência artificial. Vale lembrar que para a maioria das aplicações convencionais os computadores atuais são eficientes. Porém para aplicações que requerem um processamento intenso, o computador quântico é a opção mais promissora. “Segundo o físico Ivan Oliveira, do Centro de Pesquisas Físicas (CBPF) e o físico Daniel Loss” um software quântico poderá até ajudar bioquímicos a projetarem novas drogas, afinal, são feitas de moléculas, que são objetos quânticos. Nada melhor que um computador quântico para simular seu comportamento.

(Conclusão) Para realizar a maioria dos cálculos matemáticos, editar textos ou navegar na Internet, os computadores atuais (baseados na arquitetura de Von Neumann) são a melhor solução. Entretanto, em áreas como a Inteligência Artificial, reconhecimento de imagens ou processamento da fala torna-se interessante a utilização de outros tipos de computadores e arquiteturas. Para esse tipo de aplicação, torna-se mais interessante um tipo de computador que possua bastante poder de processamento paralelo. Entre as diversas propostas alternativas, o computador quântico apresenta-se como a opção mais promissora, justamente porque a computação quântica é a que mais se diferencia da arquitetura de Von Neumann, e com um poder de processamento paralelo maciço.

Palavras-Chave: Processadores Quânticos; Computação Quântica.

RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SEGURANÇA

Autor(es):

Afonso-Tsé Pereira e Carvalho: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Juvenal Xavier de Souza Júnior: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Alessandro Wildson Rodrigues da Silva: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN

Orientador(es):

Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN
Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN

(Introdução) CST5 - INFORMÁTICA RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SEGURANÇA Discente do Curso de Tecnologia em Redes de Computadores, Centro Universitário do Rio Grande do Norte Afonso-Tsé Pereira e Carvalho Juvenal Xavier de Sousa Júnior Alessandro Wildson Eodrigues da Silva Gilles Velleneuve Trindade Silvano Docente do Curso de Tecnologia de Redes de Computadores, Centro Universitário do Rio Grande do Norte INTRODUÇÃO Objetivo desse trabalho é mostrar que no sistema operacional Linux possui algumas, ferramenta uma delas é o foremost para recuperação de dados. No sistema operacional Linux a segurança é um pouco diferente tudo é feito por linha de comando no terminal usando o usuário administrador para ativa as senhas de segurança do sistema. Deixando mais seguro. Muitos usuários armazenam seus dados em notebooks, desktop, HD, Pen Drives, CD ROM e disco rígido e acidentalmente ou recuperar lembranças que foram gravadas nesses equipamentos eletrônicos com fotos, vídeos documentos e gravações de parentes e amigos. ou proposital documentos que inocenta ou acusa uma pessoa ou uma formação de quadria que cometeu crimes cibernetisticos ou de outra categoria querendo queimar provas para não ser preso ou não inocentar um crime que foi cometido e o culpado não pode ser achado porque apagaram tudo do computador mas com a ferramenta correta os dados podem ser achados usando a recuperação de dados e mostrando informações que foram apagadas. Uma das formas é usar o foremost para recuperar os dados e é uma aplicação forense para ajudar as autoridades e pessoas da área de TI (Tecnologia da Informação a usar essa aplicação para recuperar dados). Com computas dores não podemos mais confia porque tudo que apagamos fica registrado e os leigos pesão que foi apagado mais não foi só moveu de uma lixeira para outra.

(Metodologia) METODOLOGIA A pesquisa foi Para recupera os dados usando como base artigos e sites da Internet as autoridades pode usa uma ferramenta para recupera dados importantes que possa elevar um suspeito a prisão por roubar uma conta na Internet e outros crimes digitais.

(Resultados) RESULTADOS O foremost é uma criação forense que é o mais usado para a recuperação de dados porque ele e grátis para todo o Linux e é de fácil manuseio. Qualquer pessoa que tenha um pouco mais de aprendizado e seja dedicado cocegus usar o foremost.

(Conclusão) CONCLUSÃO Concluídos que a recuperação de dados é uma boa ideia porque podemos encontrar arquivos importantes para punir alguém ou lembranças de parentes e amigos que gravarão,tiraram fotos fizeram vídeos e é bom ter essas informações recuperadas. BIBLIOGRAFIA
<http://snardins.blogspot.com.br/2012/09/foremost-recuperador-forense-de.html> <http://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2012/07/como-recuperar-arquivos-deletados-no-linux.html>
<http://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2012/07/como-recuperar-arquivos-deletados-no-linux.html> <http://technet.microsoft.com/pt-br/library/cc716469.aspx> <http://pt.slideshare.net/NLDT/segurana-em-sistemas-operacionais-de-rede-so>
<http://www.tecmundo.com.br/como-fazer/27765-linux-como-recuperar-arquivos-deletados.htm>
<http://www.vivaolinux.com.br/artigo/Recuperacao-de-Dados-com-o-PhotoRec> <http://pt.kioskea.net/faq/1296-recuperacao-de-dados-perdidos-disco-rigidov>
Revista de Engenharia e Tecnologia 2001-SSI-flavio.oliveira-forense.ntfs Paradigma_Seguranca 2001-WSeg-flavio.oliveira-marcelo.reis-forense 2001-SSI-jansen.sena-associacoes.seguranca

Plavras-Chave: dados,recuperação,segurança

SEGURANÇA DE REDE WIRELESS COM O USO DA FERRAMENTA PFSENSE

Autor(es):

Kaio Magno Lemos de Miranda: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Ytalo Rosendo do Amaral: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pesquisa aborda um tema bastante comum e importante na informática, as redes WIFI e suas facilidades de invasão. As comodidades oferecidas são tão interessantes quanto as facilidade de roubo de informações nesse tipo de rede. O projeto apresenta pontos relevantes, como conceitos de criptografias, as vulnerabilidades, algumas ferramentas utilizadas para descobertas específicas, um estudo sobre a realidade da rede Wireless em um ambiente fictício, apontando seus pontos falhos em relação à segurança, centralização das configurações e equipamentos utilizados, será também exposto uma ferramenta bastante interessante que ajuda a combater as falhas nesse tipo de conexão, o firewall PfSense, onde é possível centralizar todas as regras e configurações necessárias para o bom uso e controle do ambiente. Em cima dos pontos falhos, serão mostradas algumas soluções cabíveis para este ambiente, dessa forma melhorando o desempenho e segurança, além de facilitar a gestão da rede.

(Metodologia) A pesquisa aborda um conceito sobre firewall e também será destacado o uso da ferramenta PfSense, conhecido software livre licenciado sob o BSD License, utilizando do sistema operacional FreeBSD e adaptado para o papel de firewall, mostrando alguns recursos existentes especificamente para proteção de redes WIFI.

(Resultados) Foi abordado um estudo de caso em um ambiente fictício, de acordo com os exemplos citados no projeto os resultados se mostram promissores uma vez que a ferramenta utilizada proporcionou uma estratégia de defesa para o ambiente que torna a evitar as intrusões, roubo de informações sigilosas, dentre outros fatores. Ficou notável que a estrutura do PfSense é bastante robusta assume muito bem o papel de firewall da rede, suporta uma grande quantidade de máquinas, por outro lado, houve uma simplicidade de uso na criação de grupos e regras de bloqueio/desbloqueio, devido possuir um layout bastante intuitivo que tornou a configuração bastante simplificada.

(Conclusão) Mostrou-se a importância da segurança em redes, principalmente a WIFI, onde existem diversas formas de conectar a esse tipo de rede. Alguns problemas recorrentes com a falta de segurança são em relação ao roubo de informações sigilosas, espionagem, roubo de documentos pessoais, propagação de vírus, dentre outros. Devido ao perigo invisível que os usuários correm diariamente, tornou-se interessante fazer um estudo sobre o tema, identificando falhas, como demonstrado anteriormente, sugerindo algumas correções com a ferramenta PfSense e uma mudança na política do ambiente. Por meio dessas informações dadas, foi possível chegar a algumas soluções, que de acordo com a análise feita a respeito das falhas encontradas, puderam ser sugeridas na realidade proposta deste projeto.

Palavras-Chave: Wifi, Vulnerabilidade, Segurança, PfSense.

SEGURANÇA EM SISTEMAS OPERACIONAIS

Autor(es):

Walquíria Mara Oliveira de Lima: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Athawilldson Melo de Queiroz: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Arthur Rodrigues de Carvalho Chagas: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN

Orientador(es):

Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN
Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A informática está presente em todos os lugares, sendo assim é cada vez mais necessário garantir a sua segurança não só com informações confidenciais, bem como de qualquer outra informação obtida ou criada. A proteção é feita por programas, que teoricamente podem nos assegurar que teremos segurança. Os próprios Sistemas Operacionais são responsáveis por possuírem firewall para a proteção de computadores ligados em rede. Esses ataques são originados através de vários tipos de programas maliciosos desenvolvidos por hackers, crackers, script kiddies, insiders, cyberpunks, entre outros. Esses programas acessam dados restritos dos usuários como senhas e outras informações pessoais, podem acabar burlando às vezes até proteção de antivírus, Malwares, spywares, adwares, cavalos de tróia, que podem corromper o sistema.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, através de pesquisas em sites, monografias e artigos. Buscamos investigar a comparação entre os sistemas Linux e Windows, identificando como eles se protegem de ataques e como eles são.

(Resultados) Segundo os próprios sites de computação, o Windows obtém 100% das ameaças se comparado ao Linux, que fica com 0%. Entretanto, é errôneo dizer que todos os problemas citados estão concentrados em apenas um sistema operacional. O certo seria dizer que o Windows possui 99% das ameaças e o Linux com 1% delas. No mercado brasileiro, o Windows é responsável por 95,5% de usuários no Brasil, já o Linux está presente apenas em 3% deles, e 1,5% que usam outros Sistemas Operacionais. Na maioria das empresas, há uma predominância do uso do Windows, todavia, vimos uma crescente mudança na substituição pelo Linux em escolas ou até mesmo empresas, levando em conta o seu custo benefício. Para se protegem de ataques procedentes do acesso à rede, o recurso que será utilizado para essa proteção, será o Firewall, que existem tanto para Windows, como no Linux, que resistem a inúmeros ataques geralmente desconhecidos pelos usuários, que em alguns casos são ocultos. De acordo com a McAfee, 85% dos computadores examinados contam com essa proteção básica e 15% estão completamente desprotegidos. O sistema Linux é considerado mais seguro que o Windows por ser em código aberto, eliminando diversas chances de problemas provenientes de arquivos maliciosos. Comparado com o Brasil, na Europa os ataques são bem menores devido ao maior uso do sistema MAC que tem por base o Linux, lá eles utilizam muito o SO MAC com 14% mesmo com a maioria sendo Windows que tem 85% e a minoria sendo Linux 1%. No Brasil o MAC não passa de 1,5% o Linux fica com 3%, e o Windows com 95,6%. Nos EUA 20 % para MAC, 68 % é Win e, Linux 12%.

(Conclusão) Conclui-se que em todo o Brasil, o Windows tem uma grande predominância em relação ao Linux, e por consequência chama mais atenção, por possuir uma quantidade bem maior de usuários em todo o mundo, a quantidade de ataques é bem maior e mais notório que no Linux. Sendo assim, deve se manter sempre atualizados o navegador, antivírus, programas contra spywares e seu Firewall. Para a proteção ser realmente eficaz, o Firewall deve ser aliado com um bom antivírus para proteger o computador e a rede, de acesso de hackers ou qualquer software mal-intencionado.

Palavras-Chave: Windows, Linux, firewall, antivírus, segurança

SISTEMA DE CONTROLE DE RESTAURANTE

Autor(es):

Felipe Fernandes Cassiano Fagundes: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Alexandre Luiz Galvão Damasceno: Docente do UNI-RN

(Introdução) Cada dia que passa se torna mais visível a intenção de inovar diversos segmentos com o uso de Tecnologia de Informação e comunicação - TIC, e é nessa linha que o presente trabalho aborda mais uma ferramenta que visa melhorar um segmento bastante amplo e necessário na vida das pessoas, o alimentício. O sistema de Controle de restaurante tem como objetivo principal melhorar o relacionamento dos estabelecimentos com o seu público em geral, assim seguindo essa ideia, foram pensadas algumas funcionalidades para que pudesse realmente conseguir tal objetivo. Por outro lado também foi pensado no gerenciamento do estabelecimento de uma forma geral, oferecendo alguns cadastros, controlando estoques e gerando relatórios. Portanto, o sistema visa facilitar os dois lados da moeda, um melhor relacionamento entre as partes, inovando na forma de pedidos e na parte organizacional da empresa em si.

(Metodologia) Como forma de metodologia foi utilizado um estudo de mercado que a partir daí foram levantadas situações corriqueiras na forma de relacionamento entre o cliente e o estabelecimento, com isso foram pensadas soluções que tem por intuito inovar a forma de atendimento visando diminuir significativamente os erros que ocorrem envolvendo as duas partes. As ferramentas que serão utilizadas no desenvolvimento do sistema será a linguagem Ruby utilizando o framework Rails e uma aplicação mobile que será disponibilizada para o cliente na mesa do estabelecimento, o projeto tem como base o produto em si para resolução do problema.

(Resultados) Com o intuito de inovar o atendimento ao cliente nas mesas de um determinado restaurante, o sistema visa automatizar o processo de pedidos, que através de uma aplicação mobile o cliente possa ter acesso a todo o menu do estabelecimento e possa assim solicitar seu pedido da mesa sem ter que solicitar nada a um terceiro, ou seja, o garçon. Percebendo a necessidade de diminuir os erros dos pedidos, cobranças indevidas e esquecimento de certas solicitações, o sistema lista todos os pedidos em uma tela de pedidos que será controlada por gerente de produção que designará cada função para o funcionário responsável, depois de ter sido feito o pedido o sistema ordenará e contará o tempo que foi solicitado o pedido e por fim apresentará a conta parcial do cliente até aquele exato momento. Portanto o sistema de controle de um restaurante visou acabar com diversas dores de cabeça ocasionadas com o mal entendimento das pessoas na hora que estão atendendo ou sendo atendidas em um estabelecimento, dando total controle para ambas as partes.

(Conclusão) Ao final deste projeto tanto o cliente como o dono do estabelecimento ganharão com a implementação do sistema, tornando o relacionamento entre as partes mais direta na parte de atendimento gerando assim mais rapidamente a satisfação, o maior objetivo é deixar nas mãos do cliente todo o controle da sua mesa, com isso o estabelecimento ficará responsável em focar mais na rapidez do atendimento e qualidade do serviço prestado.

Palavras-Chave: sistema, restaurante, inovar, pedidos

SISTEMA DE DECLARAÇÃO DE BENS

Autor(es):

Rafael de Souza Pires Tavares: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Romulo Fagundes Cantanhede: Docente do UNI-RN

(Introdução) Nos dias atuais, com o avanço da tecnologia da informação e comunicação - TIC, a tecnologia vem sendo utilizada como uma ferramenta para auxiliar os órgãos e empresas a sanarem suas necessidades pela organização da informação e automação de processos e serviços. Nas instituições públicas, o aspecto regulatório e de controle deve ser priorizado pelos seus gestores sendo a tecnologia um importante meio que visa auxiliar a gestão e fiscalização de gastos públicos. O presente artigo tem como objetivo apresentar o sistema web de Declaração de Bens - DBens, que trata-se de uma importante ferramenta desenvolvida pelo Departamento de Projetos e Sistemas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN), para aperfeiçoar e/ou até mesmo viabilizar o ato da declaração de bens, em cumprimento a normatização interna da Corte Judicial, sendo esta uma medida necessária, imposta para fiscalizar e impedir possíveis fraudes ou enriquecimento ilícito de servidores e magistrados do Estado. O sistema visa solucionar tais problemas de modo fácil, rápido e via internet, livre de qualquer burocracia.

(Metodologia) A metodologia utilizada nesse projeto foi à pesquisa teórica e por meio desta, o desenvolvimento do sistema, sendo o conhecimento teórico adquirido através de livros e artigos da Internet. As ferramentas utilizadas para o desenvolvimento do projeto fazem parte da plataforma Java Enterprise Edition, consistem de frameworks como JavaServer Faces, Hibernate, Spring MVC e Maven. O presente trabalho tem como foco o produto como solução para o problema.

(Resultados) A observação do projeto demonstrou a importância do uso do sistema web de Declaração de Bens como ferramenta para solução de problemas relacionados ao controle e fiscalização de crescimento patrimonial dos servidores e magistrados do Tribunal de Justiça do RN. Através deste sistema, atualmente os servidores podem realizar suas declarações com mais praticidade dentro do período estabelecido, declarando seus bens um por um ou com o anexo e o recibo emitido pela receita federal. Após a finalização da declaração, a Secretaria de Controle Interno do TJRN efetua o acompanhamento, observando o aumento patrimonial dos seus servidores e magistrados, efetuando a análise do crescimento patrimonial, e, quando for o caso, instaurando processos administrativos para esclarecer situações não compreendidas ou nebulosas diante da declaração.

(Conclusão) Ao final desse projeto, concluímos através de testes e da observação do funcionamento do sistema, além do feedback dos gestores, que o sistema de Declaração de Bens cumpriu com êxito o propósito para o qual foi desenvolvido. Atualmente o DBens encontra-se em funcionamento, permitindo a realização e consulta da declaração de bens por seus usuários e atendendo as necessidades de seus demandantes, de forma eficaz e precisa.

Palavras-Chave: informática para internet, sistemas judiciais

SISTEMA DE MONITORAMENTO DE COMPUTADORES UTILIZANDO CHAMADAS DE SERVIÇO

Autor(es):

Matheus Lucena Marques: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Romulo Fagundes Cantanhede: Docente do UNI-RN

(Introdução) A proposta desse artigo é apresentar o x9server, que é um sistema de monitoramento que visa a coleta de informações de um computador efetuando o mínimo de configurações possíveis. Os dados são coletados por um script que fica em execução no computador, o qual se deseja ser monitorado, e são enviados de tempos em tempos para um serviço web, que armazena as informações e notifica os usuários caso algo esteja fora do padrão aceitável da configuração, tornando a ocorrência de falhas em um estado pró-ativo, ou seja, realizando o alerta de um possível erro, antes do mesmo gerar um transtorno para o usuário final.

(Metodologia) A pesquisa pode ser classificada como bibliográfica, explicativa e aplicada. Estudou-se outros sistemas que propõem o monitoramento de computadores para verificar as dificuldades de implantações do serviço. Após o recolhimento dos requisitos foi desenvolvido um protótipo do sistema para verificar a viabilidade do mesmo.

(Resultados) Em um primeiro momento foi feito o levantamento dos requisitos para a modelagem do sistema, bem como as suas regras de negócios. Muitos dos requisitos foram baseados em sistemas já existentes, porém com melhorias que facilitem a implantação. O sistema está em fase de desenvolvimento, e com a utilização de linguagens de programação que possuem como essência o desenvolvimento ágil foi possível desenvolver um protótipo para uso e validação de alguns requisitos. No lado de quem consome o serviço (computador a ser monitorado) foi desenvolvido um script que é o responsável pela coleta e envio dos dados, onde com poucas configurações já é possível ter esse serviço funcionando. O serviço web, desenvolvido em Grails, é o responsável pelo controle e tratamento dos dados para que possam ser gerados relatórios e alertas para o usuário. O Grails é um framework de desenvolvimento web que usa como modelo de arquitetura o padrão MVC (Model View Controller/ Modelo Visão Controle). Para o armazenamento dos dados, o banco utilizado é o Postgresql. Todas estas tecnologias foram escolhidas por trazerem uma alta produtividade para o desenvolvimento da ferramenta x9server.

(Conclusão) Ao adotar linguagens de programação que possuem como filosofia o desenvolvimento ágil, é possível tornar o desenvolvimento e o aprendizado mais fácil e prazeroso. Com a adoção do framework Grails para a criação do serviço web, por o mesmo possuir o conceito de convenção sobre configuração (CoC), foi possível implementar uma primeira versão da aplicação em pouco tempo, sendo possível utilizar como um protótipo e analisar se a aplicação possui a capacidade de realizar o monitoramento de um ambiente em produção. Com o protótipo do sistema foi possível verificar se realmente seria uma aplicação viável e de fácil integração nos mais diversos sistemas operacionais, ajudando a prever e corrigir problemas que possam acontecer, minimizando os problemas causados pelos mesmos. As principais regras de negócios do sistema já foram desenvolvidas, mas ainda faltam outras para que o sistema se torne comercial e rentável atendendo às necessidades para que se possa monitorar computadores.

Palavras-Chave: Monitoramento, Serviço Web

SISTEMA GERADOR DE HORÁRIOS DE AULAS ACADÊMICO

Autor(es):

Felipe Eduardo Cabral Vianna de Souza: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Alexandre Luiz Galvão Damasceno: Docente do UNI-RN

(Introdução) O foco principal deste trabalho é fazer um sistema para gerar automaticamente um horário de aulas acadêmico. Busca-se direcionar o trabalho para mostrar para que serve e como pode ser útil um modelo de sistema como esse na área educacional. Apresentar e ser capaz de propiciar à instituição o quanto um sistema como este pode ajudar na hora de criar um horário acadêmico automaticamente, pois, bem sabemos que gerar um horário de aulas manualmente não é algo tão rápido de se fazer, devido aos diversos fatores.

(Metodologia) Na fase inicial do artigo, foram estudados quais os principais motivos para se criar um sistema como esse, as principais necessidades de uma instituição para que se tenha este sistema ao seu alcance. Em seguida foi a vez de entender as necessidades, para nas quais esse sistema foi criado, visto que há alguns fatores a serem considerados para poder gerar um horário acadêmico automaticamente. Então é preciso compreender cada critério, cada detalhe pra que seja criado um horário visando o melhor para todas partes, que são: a instituição, os professores e os alunos. E também procurar entender, a partir daí, como funcionará a lógica que está por trás do sistema.

(Resultados) O sistema para gerar o horário acadêmico automaticamente, permite criar um horário vendo principalmente o lado do professor e dos alunos, pois os professores dependem de alguns fatores para que possam ter seus horários ajustados, como dar aulas em outra instituição, dar aula em outra turma, compromissos pessoais e etc. Consequentemente consegue-se criar um horário que também fique bom para a turma, pois há toda uma consideração quanto a questão do estímulo dos estudantes em relação à sequência das aulas, como, por exemplo, colocar duas aulas seguidas, que dependendo da matéria é algo que desestimula, verificar as aulas da sexta-feira que também pode haver desestímulo e a turma não se comprometer tanto, por consequência.

(Conclusão) O objetivo do sistema é poder criar um horário acadêmico automaticamente, visando os fatores principais, que são a disponibilidade de cada professor e a questão do estímulo da turma. Vimos que um sistema pra essa solução é algo pra facilitar essa criação de horários, pra não ficar tão complicado, pois os diversos fatores já são previamente estabelecidos. Com isso a instituição ganhará bastante tempo na hora de criar o horário, evita sempre de verificar a indisponibilidade de cada professor e terá tempo suficiente pra fazer a melhor escolha do horário acadêmico.

Palavras-Chave: acadêmico, horário, professor

SISTEMAS OPERACIONAIS NAS NUVENS: O FUTURO

Autor(es):

Alexandre Magno Azevedo de Lima: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Emmanuel Ricardo Calixto: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Flávio Soares de Sousa: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Edmar Diogenes de Oliveira Paes: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN

Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN

(Introdução) O objetivo desse trabalho é apresentar a computação em nuvem falando também sobre os sistemas operacionais que operam com base nessa tecnologia. A computação em nuvem, também chamada de cloud computing, permite grande poder de processamento, escalabilidade, armazenamento e portabilidade de informações. Com a peculiar característica de disponibilizar serviços sob demanda, a computação em nuvem mostra-se imprescindível quando pensamos em redução de custos ao passo que queremos melhorar a parte operacional do negócio. Além disso, esse modelo de computação é a base para uma das mais incríveis arquiteturas computacionais: Os sistemas operacionais nas nuvens. Esses sistemas, que podem ser operados de qualquer lugar, permitem ao usuário não só o acesso aos arquivos e aplicativos, mas, acessar uma plataforma inteira, com arquivos pessoais, aplicativos e configurações. Exemplos dessa tecnologia são o Chrome OS do Google e o iCloud da Apple.

(Metodologia) A metodologia que foi usada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, onde buscamos o conteúdo em artigos científicos. Sendo encontradas várias coisas sobre a computação em nuvem que serão descritas neste trabalho.

(Resultados) Esse modelo de computação surgiu com a ideia de disponibilizar, serviços computacionais, onde o usuário só paga o que usar. O modelo assemelha-se aos serviços básicos como água ou luz, onde só pagamos o que usamos. Por isso, financeiramente, a computação em nuvem vale mais a pena para seus usuários. Além disso, ainda do ponto de vista do usuário, existe grande viabilidade, pois, como o processamento é feito na nuvem, não é necessário ter um computador robusto, bastando um simples computador conectado com a internet e o usuário poderá acessar seus arquivos e aplicações de qualquer lugar. No entanto, apesar de todos os benefícios, a segurança é o principal desafio desta tecnologia, pois, informações na nuvem, que são facilmente acessadas pelo seu dono, também podem ser alvo de ataques. A segurança dos dados é primordial para que mais pessoas possam aderir ao armazenamento em nuvem. Não há dúvida que a computação em nuvem é uma realidade cada vez mais presente no nosso dia-a-dia.

(Conclusão) Com base no que foi pesquisado, podemos comprovar o quanto a computação em nuvem e os sistemas operacionais nas nuvens têm a agregar para as pessoas e organizações. Percebemos também que ainda há um grande caminho a percorrer, mas, que as soluções existentes no mercado mostram que essa promissora tecnologia está no caminho certo. A conclusão que temos é que a computação em nuvem se popularizará como um modelo barato, eficiente e seguro de trabalhar com as informações. Referências Bibliográficas: PEDROSA, Paulo H. C.; NOGUEIRA, Tiago. Computação em Nuvem, 2010. Disponível em: . Acesso em 15 de outubro de 2014. RUSCHEL, Henrique; ZANOTTO, Mariana Susan; MOTA, Wélton Costa da. Computação em Nuvem, Curitiba, Abril de 2010. Disponível em: < <http://www.ppgia.pucpr.br/~jamhour/RSS/TCCRSS08B/Welton%20Costa%20da%20Mota%20-%20Artigo.pdf> >. Acesso em 15 de outubro de 2014.

Palavras-Chave: Computação em Nuvem, Sistemas Operacionais nas Nuvens, Serviços Sob Demanda, Escalabilidade, Flexibilidade

TEF (TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA DE FUNDOS) FIDELIDADE AO CONSUMIDOR

Autor(es):

Carlos Lavoisier dos Reis Araújo: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN

Orientador(es):

Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN

Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Rotas, segurança, entraves, todas as questões que envolvem esta transação obrigatória e necessária na grande maioria dos estabelecimentos comerciais do Brasil. A Transferência Eletrônica de Fundos (TEF) é um sistema que permite essas transações financeiras de forma eletrônica. Essa aplicação realiza a comunicação entre o estabelecimento comercial e as administradoras de cartão, o que torna possível as vendas com cartões de crédito, débito e outras diversas formas eletrônicas de pagamento. Hoje em dia existem alguns tipos de TEF, que são recomendados de acordo com o porte e o tipo de comércio: POS: terminais de ponto de venda de cartões independentes de computadores, que se conectam via linha telefônica; TEF discado: utiliza computadores e PinPads conectados à linha telefônica; TEF IP: utiliza computadores e PinPads que se conectam utilizando uma Rede Privada Virtual (VPN); TEF dedicado: utiliza computadores e PinPads que se conectam por meio da conexão X-25.

(Metodologia) Caminhos percorrido... A automação comercial do estabelecimento, já com o clichê impresso na Impressora Fiscal, regido pelas leis de responsabilidade fiscal do estado, definindo a forma de pagamento do consumidor (cartão de crédito/débito), aciona um sistema responsável pela inicialização do todo o processo da transação eletrônica, conhecido como MÓDULO DISCADORA, (alguns fornecedores SITEF, CTF, DIREÇÃO, dentre outros), de posse do cartão, seja magnético, seja com chip, é realizada a leitura do conteúdo armazenado em sua superfície, através de um equipamento denominado PIN-PAD, o que irá fazer o papel de interação entre consumidor/administradora de cartão/banco. Próximo passo, o módulo monta o pacote de envio da tabela padrão de informações em TXT, e no cabeçalho, reconhecendo o número inicial do cartão estabelece uma comunicação segura, canalizada, privada, com a administradora específica (ver estrutura de rede). Reconhecido pela administradora a veracidade das informações embutidos no pacote, solicita neste momento uma senha criptografada pessoal e intransferível, com o uso do mesmo PIN-PAD, o que permitirá interagir a respeito dos limites de crédito junto aos bancos, enviando códigos de retorno referenciando o status se aprovado (código 00) ou se reprovado (diversos códigos) com base na comunicação em tempo real com a Base de Dados das Instituições Financeiras. Ainda que montado o pacote de retorno das informações pessoais do consumidor, o processo ainda fica em aberto, aguardando a automação comercial do estabelecimento, devolver a informação que a ECF-IF, imprimiu a última linha de último cupom vinculado com sucesso. Se cartão de débito, neste momento, a instituição financeira reserva a quantia em até 24 horas, na conta bancária do correntista, dono do cartão de chip/tarja. Quando na opção crédito, a comunicação não se faz necessária com a instituição bancária. TUDO ISSO, DEPENDENDO DA TECNOLOGIA ADOTADA, O PROCESSO DE PASSAR O CARTÃO À APROVAÇÃO, DURA APENAS 2 a 3 SEGUNDOS.

(Resultados) Esclarecer ao público em geral todo o conceito que envolve esta tecnologia homologada pelas secretarias estaduais de tributação, as quais somos diretamente envolvidos nas melhorias e obrigações desta transação bancária que substitui o uso da moeda em espécie.

(Conclusão) Ao utilizar um cartão de Crédito/Débito, as informações percorrem caminhos e utilizam de tecnologias seguras, tudo em apenas 3 segundos.

Palavras-Chave: TEF

UMA APLICAÇÃO DE GRAFOS USANDO GRAILS FRAMEWORK E GOOGLE MAPS

Autor(es):

Marcio Davi Martins Maciel: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Google Maps é um serviço de mapeamento web desktop e móvel fornecido pela Google que fornece imagens de satélite de todo mundo além de várias funções, entre elas o de planejamento de rotas. A partir de 2005, a google lançou a Google Maps API, gratuitamente, para permitir que desenvolvedores integrassem o serviço em seus sites. Um grafo, definido por um conjunto de pontos (ou vértices) e linhas (ou arestas), pode ser usado para representar diversos problemas, entre eles os problemas de geolocalização, de roteamento de redes e de análise de imagens. O problema do Caixeiro Viajante é bastante utilizado em vários contextos. Trata-se de calcular o menor caminho entre dois pontos passando por uma rota específica. Por sua aplicação óbvia no contexto geográfico, o cálculo de rotas em mapas cartográficos digitais torna-se um caso de estudo de fácil modelagem. Este trabalho apresenta uma ferramenta para cálculo de rotas em mapas online, construída usando o framework grails e a api javascript do google maps v3, e uma variação do algoritmo de Dijkstra.

(Metodologia) Foi realizada uma pesquisa aplicada, exploratória e bibliográfica. Aplicada pois o estudo foi direcionado à implementação de uma aplicação prática utilizando as ferramentas e tecnologias propostas. Exploratória no sentido de proporcionar um conhecimento de causa sobre o assunto, familiarização com o problema, soluções propostas e suas implicações além de fornecer embasamento teórico, que poderão ser utilizados em trabalhos futuros. Finalmente a pesquisa realizada foi bibliográfica, utilizando como principal fonte de informações, as documentações oficiais do Google Maps disponíveis na internet e livros sobre grafos, mais especificamente sobre o problema do Caixeiro Viajante e Algoritmo de Dijkstra.

(Resultados) Primeiramente fez-se um estudo sobre a API javascript do google maps v3, que atualmente é a API oficial do produto. Esta oferece classes e serviços para criação e manipulação de vários elementos, entre eles: Mapas (Map), Marcadores (Marker), Balões de Informação (InfoWindow), Ícones (Icon), Polilinhas (Polyline), Animações (Animation), Círculos (Circle) e Retângulos (Rectangle). Além disso, usamos o framework grails para desenvolvimento de aplicações web, cuja proposta principal é a de ser um framework de desenvolvimento ágil, utilizando o padrão MVC para estruturar o projeto em camadas de Modelo, Visão e Controle para entidades do domínio escolhido (nesse caso, grafos, vértices e arestas). Com isso, construímos uma ferramenta para geração e cálculo de grafos e rotas entre diferentes pontos geográficos espalhados pelo mundo. A aplicação exibe o mapa do planeta e o usuário interage com ele através do mouse para criar marcadores (que representam vértices) nos locais desejados, selecioná-los e conectá-los (com arestas) ou calcular a rota de menor caminho entre dois marcadores quaisquer passando pelos pontos existentes, se a mesma existir.

(Conclusão) Após o término da construção da aplicação percebe-se que a API do Google Maps é extremamente simples de manipular, desde que o usuário possua um conhecimento básico sobre programação. A mesma fornece uma camada de abstração sobre um banco de imagens de satélite e serviços de dados simplificando bastante o processo de criação de mapas dinâmicos. A construção de aplicações mais complexas torna-se simples ao se integrar tecnologias diferentes ao projeto, como o framework grails, expandindo o leque de possibilidades para adição de novas funcionalidades, além de permitir facilmente a substituição de serviços para a solução de determinado problema, por exemplo a implementação de algoritmos genéticos no lugar do algoritmo de Dijkstra, para resolver o problema do Caixeiro Viajante.

Palavras-Chave: google-maps, mapa, google, grails, groovy, grafo, caixeiro-viajante, algoritmo-de-dijkstra

VULNERABILIDADE E SEGURANÇA NO LINUX

Autor(es):

Afonso-Tsé Pereira e Carvalho: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Juvenal Xavier de Souza Júnior: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Alessandro Wildson Rodrigues da Silva: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN

Orientador(es):

Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN
Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN

(Introdução) O autor fala sobre a vulnerabilidade do sistema operacional Linux apesar de ser conhecido com um dos sistemas mais seguro.

(Metodologia) Em uma pesquisa sobre o assunto encontrou no site SANS 20 maiores vulnerabilidades, onde 10 para servidores Windows e 10 servidores Unix. Datada no ano de 2003 que até hoje são bastante pertinentes. São elas: Bind é o principal serviço de ataque dos hackers por uma questão de tempo e funcionalidade a maioria das pessoas não mudam e permanecem com bind antigo. RPC serviço executado remotamente. Apache vários ataques e sistemas operacionais NIX ocorrem pelo Apache entre eles servidores com execução de scripts e permissões de acesso a programas. Conta de usuários a vulnerabilidade devido senhas fracas ou nulas, serviço de transferência em ASCII como email e FTP relacionados a serviço o conteúdo pode capturado, pois não escriptado. Sendmail, considerado pior serviço de email do NIX por ser lento e problemático. Contudo o mais utilizado por o mais operacional.

(Resultados) Um dos principais fundamentos da forense computacional é o da Teoria de Locard. Segundo Venema (VENEMA, 2007), esse princípio diz que qualquer um ou qualquer coisa que entra no local do crime leva consigo algo do local e deixa algum rastro quando sai. No mundo virtual dos computadores, o Princípio da Teoria de Locard ainda é válido, pois qualquer violação em um sistema operacional deixa rastros. Tais rastros com maior ou menor dificuldade poderão ser identificados e seguidos. Nesses casos o processo de análise forense pode se tornar extremamente complexo e demorado, necessitando do desenvolvimento de novas tecnologias para a procura de evidências. Essa procura de evidências é necessária para examinar e encontrar vestígios de alguma prova de invasão, alteração em arquivos, ou nos sistemas de computadores, fazendo uso de software específico tais como: analisadores de discos, analisadores de pacotes, ferramentas de clonagem, analisadores de logs, scanners. A vulnerabilidade não está ligada ao uso destes serviços, mas está muito relacionada à má configuração dos mesmos (DORNELLES). Diante dessa pesquisa Dornelles afirma que um sistema bem administrado diminui enormemente a probabilidade de invasão. E apresenta algumas dicas de segurança: 1. BIND procurar adotar uma política de mascaramento das informações. 2. RPC usar o serviço somente se necessário. 3. APACHE ajustar bem as configurações; 4. Contas de usuários evitarem criar contas de usuários em demasia. 5. Serviços ASCII fazer a comunicação deve ser encriptada. 6. Sendmail atualizar e configurar corretamente. 7. SNMP estabelecer as regras de utilização de serviço. 8. SSH configurar de forma bem restrita. 9. Bloqueio passphrases em branco. 10. Compartilhamento de rede somente o que for necessário e restrinja ao máximo o acesso. 11. SSL's ser restritivas, se possível, ficar sem as mesmas. Dicas gerais de segurança: Sempre atualizar o seu sistema operacional; Rode somente os serviços necessários; Verificar se os serviços estão rodando com privilégios de root; Observar se os serviços estão configurados adequadamente à sua rede; Estabelecer uma política de segurança; Estabelecer um filtro de tudo que entra na sua rede (Firewall); Evite serviços de comunicação p2p; E finalmente, monitore.

(Conclusão) Em suma, como diz Dornelles não confie demais na sua segurança. A desconfiança é o melhor aliado de um bom administrador.

Plavras-Chave: Segurança, vulnerabilidade

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS SUJEITOS NO MST

Autor(es):

Indira de Jesus Lopes: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Bárbara Milena Cordeiro Bezerra: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Rosângela Santos da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Larissa Fagundes Dantas: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Francineide Ramos da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN

(Introdução) INTRODUÇÃO O referido trabalho tem como objetivo apresentar o Movimento dos Sem Terra (MST) e relatar como ocorre o processo de construção da identidade dos sujeitos participantes. Criado em 1984, o MST tem como principal bandeira a luta pela terra, por meio da reforma agrária, a construção de um novo modelo agrícola e a luta por transformações na estrutura da sociedade brasileira, por meio de um projeto de desenvolvimento nacional com justiça social.

(Metodologia) Os instrumentos utilizados para coleta dos dados foram através de entrevista e observações; as entrevistas foram realizadas em dois assentamentos, localizados no município de Ceará-mirim; chamados de Assentamento Carlos Maringuela e Cícero Pedro Nunes, aconteceram no período de 15 a 25/09. Os entrevistados eram militantes, ou seja, pessoas que dentro do movimento são aqueles que reivindicam e fazem parte da equipe de negociações; o método da pesquisa utilizada é um estudo de caso de natureza exploratória.

(Resultados) O Movimento é composto por relações pouco hierarquizadas, em que as lideranças e mediadores que decidem as principais questões do assentamento, considerando, em parte, a opinião da maioria; com isso, o processo de construção da identidade coletiva ocorre de forma significativa no movimento. Dentro do movimento existe também algumas divisões hierárquicas como: militantes, coordenador de grupo e dirigentes; os militantes são representados por aqueles que reivindicam e ocupam as terras que pretendem ser apossadas pelo movimento para a distribuição igualitária no grupo; os coordenadores de grupo são os que coordenam os grupos e promovem a organização das tarefas dentro do assentamento e os dirigentes são os que organizam as reuniões e geralmente estudam as possíveis terras que também servirão para o plantio, ou seja, as possíveis terras a serem negociadas para nova morada, porém, a junção da estrutura piramidal e da estrutura em rede gera um nível médio de democracia interna.

(Conclusão) Conclui-se que a participação no movimento propiciou aos sem terras uma grande melhoria em sua vida, visto que muitos se encontravam sem famílias e agora dentro do movimento encontram-se amparados, a equidade pregada no movimento faz com que todos sintam-se iguais e pertencentes a mesma família, além disso percebeu-se através das entrevistas pelo movimento; um sentido de pertencimento, ou seja, de inclusão social, política e econômica. Ainda percebeu-se que além dos latifundiários; que não querem dividir as terras, uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo movimento é interna: elevar o nível de formação política dos seus participantes. Temas como reforma agrária e as diretrizes do movimento em si precisam ser constantemente reforçados; pode-se dizer que o nível de informação é de médio para baixo, ou seja, pouco se compreende sobre os aspectos levantados sobre essa questão.

Palavras-Chave: identidade; sujeito; construção

A IMPORTÂNCIA DO LEITE MATERNO: O RESGATE DA CONSTRUÇÃO DA CULTURA DA ALEITAMENTO MATERNO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Autor(es):

Wenia Ivo de Mendonca: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Daniela Quaresma de Souza: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Cileide Carlos da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Ruan Deibel Xavier da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Maria do Socorro da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Rachel Ribeiro Resende dos Santos Melo: Docente do UNI-RN
Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este texto traz assuntos como os direitos das crianças que começam na amamentação, além de favorecer o crescimento e o desenvolvimento adequado do bebê. A cultura do corpo físico, o mercado de trabalho frente a nova lei sobre a licença maternidade, o processo de conscientização da importância do aleitamento materno e as adaptações culturais e as intervenções do assistente social.

(Metodologia) Atualmente tem-se enfatizado a importância do aleitamento natural uma vez que o leite materno é o melhor alimento do ponto de vista nutricional, reforça o sistema imunológico do bebê e pode exercer um importante papel preventivo quanto a alterações miofuncionais e ortodônticas. Amamentar promove o estabelecimento de uma ligação emocional, muito forte e precoce, entre a mãe e a criança, designada tecnicamente por vínculo afetivo. Atualmente, sabe-se que um vínculo afetivo sólido facilita o desenvolvimento da criança e o seu relacionamento com as outras pessoas; O ato de mamar ao peito melhora a formação da boca e o alinhamento dos dentes. Se fosse disponibilizada uma nova vacina que pudesse prevenir a morte de um milhão de crianças ou mais por ano e que, além disso, fosse barata, segura, de administração oral e não exigisse uma cadeia de frio, esta tornar-se-ia numa prioridade imediata para a saúde pública. A amamentação pode fazer tudo isso e mais ainda, mas precisa da sua própria "cadeia quente" de apoios - ou seja, cuidados profissionalizados que permitam às mães ganhar confiança e lhes mostrem o que fazer e as protejam de más práticas.

(Resultados) Após a Licença por Maternidade (120 dias ou 150 dias) a mãe pode gozar a Licença Parental, que, numa das suas modalidades, consiste em trabalhar a tempo parcial (metade do tempo completo) durante um período máximo de 12 meses, com a consequente redução do salário. A mãe pode solicitar uma licença sem vencimento, ao abrigo da Licença Parental ou da Licença Especial para assistência a filho até aos 6 anos de idade. A associação entre mortalidade infantil e ausência de aleitamento materno é modificada por diversos fatores de ordem demográfica, sócio econômica, dietética e ambiental. A proteção conferida pelo leite materno contra mortes infantis é maior em crianças pequenas, exclusivamente amamentadas, residindo em locais onde há pobreza, promiscuidade, água de má qualidade e alimentos contaminados e de baixa densidade energética. Na Malásia, por exemplo, o número de mortes devido à alimentação com leite não humano de crianças menores de 1 ano foi estimado em 28 a 153 para cada 1000 crianças nascidas vivas, dependendo das condições sanitárias e do acesso à água potável.

(Conclusão) Há evidências epidemiológicas suficientes que embasam a recomendação de amamentação exclusiva por aproximadamente 6 meses e a manutenção do aleitamento materno complementado até os 2 anos ou mais. No entanto, ainda é baixo o número de mulheres que cumprem com essa recomendação. Entre os fatores envolvidos encontram-se o desconhecimento da importância do aleitamento materno para a saúde da criança e da mãe, algumas práticas e crenças culturais, a promoção inadequada de substitutos do leite materno, a falta de confiança da mãe quanto a sua capacidade de amamentar o seu filho e práticas inadequadas de serviços e profissionais de saúde.

Palavras-Chave: A importância do leite materno, serviço social, conscientizações.

A PESQUISA DOCUMENTAL COMO INSTRUMENTO DE ESTUDO PARA O ASSISTENTE SOCIAL

Autor(es):

Thalita Rodrigues Dos Santos: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Luiza Donata Torres de Oliveira: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pesquisa documental é um tipo de pesquisa que se baseia na análise de documentos que não passaram por análises prévias. Parte-se de um amplo e complexo conjunto de dados para se chegar a elementos manipuláveis em que as relações são estabelecidas e obtidas as conclusões. Tem como propósito selecionar, criteriosamente, o que será relevante para o estudo da pesquisa; tratar as informações necessárias; interpretar as informações em estado bruto; extrair o máximo de informações possíveis; aproximar as informações da realidade vivida.

(Metodologia) Os procedimentos básicos são a coleta de documentos; análise do conteúdo e a análise dos documentos selecionados. Deve-se em seguida organizar as informações colhidas; selecionar as informações relevantes; estudar as informações recebidas e extrair o que contribuirá para o projeto e elaborar sínteses. Existem vários documentos que podem servir de base para pesquisas documentais, sendo esses, escritos, estatísticos, diários, relatos de viagens, cartas, biografias, enquetes, relatórios, filmes, fotografias, entrevistas, contratos, mapas, tabelas, atas, discursos, documentos de arquivos públicos, entre outros. O objetivo da pesquisa foi mostrar a relevância da pesquisa documental como ferramenta de trabalho do assistente social na sua prática cotidiana. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica na área da metodologia da pesquisa e da instrumentalização da prática do Serviço Social.

(Resultados) Os dados coletados permitiram constatar que a pesquisa documental se constitui uma ferramenta indispensável para o registro de informações e possui vários estágios: Epistemológico - a avaliação da pesquisa, se é ou não científica, se os dados estão ou não de acordo, se serão ou não utilizados. É o primeiro momento de análise do pesquisador; Teórico - é a fundamentação teórica e científica que vai orientar a pesquisa. É preciso considerar que o investigador precisa de uma fundamentação científica que possua validade perante o mundo acadêmico; Morfológico - é a estrutura do objeto de investigação, como os dados serão investigados e analisados. Qual será o rumo, o destino, dos objetos em estudo e Técnico - é o controle dos dados coletados e sua organização junto à fundamentação teórica da pesquisa, seja, a harmonia entre dados coletados e o objetivo que se busca alcançar. Ao se analisar um documento deve-se considerar o contexto; o autor (autores); a autenticidade e confiabilidade do texto; a natureza e a lógica interna do texto.

(Conclusão) Conclui-se que em relação ao Serviço Social, a pesquisa documental é de grande importância, pois permite colher informações subjetivas de maneira mais autêntica e possibilita maior aproximação do investigador com o objeto de estudo em questão. No entanto, é preciso que o pesquisador seja criterioso no uso desses documentos, pois, por não terem sido analisados previamente, essas fontes podem não possuir a cientificidade necessária para caracterizar a atividade como uma pesquisa.

Palavras-Chave: Pesquisa documental; Ferramenta metodológica; Serviço Social.

A PESQUISA EXPLORATÓRIA PARA FERRAMENTA DO SERVIÇO SOCIAL

Autor(es):

Susana Lais Medeiros da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Larissa Mercia Feitosa de Carvalho: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pesquisa exploratória se constitui um dos tipos de pesquisa que pode ser desenvolvidas na área do Serviço Social. Normalmente é realizada quando há pouco conhecimento sobre a realidade/tema/assunto a ser abordado. Trata-se do primeiro estágio de toda pesquisa científica. Ressaltam-se algumas finalidades primordiais, como: proporcionar maiores informações sobre o assunto que se vai investigar; facilitar a delimitação do tema de pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses; ou descobrir um novo tipo de enfoque sobre o assunto. Uma das características da pesquisa exploratória, refere-se à especificidade das perguntas, o que é feito desde o começo como uma forma de abordagem. Busca, assim, proporcionar maior intimidade com o problema, fazendo um levantamento bibliográfico, entrevistas ou estudo de caso. A pesquisa exploratória pode ser usada para qualquer uma das seguintes finalidades: formular um problema ou defini-lo com mais precisão; Identificar cursos alternativos de ação; desenvolver hipóteses; Isolar variáveis e relações para desenvolver uma abordagem ou problema; estabelecer prioridades para pesquisas posteriores. A pesquisa exploratória pode ser explicativa ou descritiva. E pode ser usada para levantamentos bibliográficos/documentais, levantamentos de informações públicas, estatísticas publicadas, observação informal, entrevistas com “experts”, entrevistas focalizadas de grupo, estudos de casos, entre outros. O objetivo desse trabalho foi o de mostrar como a pesquisa exploratória pode ser utilizada na área das ciências sociais aplicadas, especificamente, no campo do Serviço Social, como realizá-la e quais são suas vantagens e desvantagens.

(Metodologia) Para isso fez-se o uso da pesquisa bibliográfica nos sites, artigos de periódicos e livros especializados na área.

(Resultados) Como resultados a literatura existente sobre o assunto mostra que esse tipo de pesquisa estabelece critérios, métodos e técnicas, oferecendo informações sobre o objeto desta e orienta a formulação de hipóteses. A pesquisa exploratória tem como finalidade reunir dados preliminares para elucidar de forma mais completa a natureza real de problema e sugerir possíveis hipóteses ou novas ideias. Os levantamentos em fontes secundários é um dos métodos utilizados na pesquisa. A coleta de dados, através de dados secundários tem vantagens e desvantagens. A vantagem é que o seu custo é mais econômico e há maior facilidade de conseguir tais dados, porém, são menos confiáveis. Uma das razões é o seu período de coleta visto que determinados dados exigem atualizações contínuas. Na área do serviço social possui vasta aplicação, tendo em vista o leque de utilizações na prática cotidiana.

(Conclusão) Conclui-se que a pesquisa exploratória se constitui um instrumento útil para o assistente social, pois contribui no conhecimento das características da população. Oferece, ainda, subsídios para se planejar de forma mais eficiente as intervenções, reunindo dados preliminares para elucidar de forma mais completa a natureza real de problema e sugerir possíveis hipóteses ou novas ideias.

Palavras-Chave: Pesquisa exploratória, Vantagens e desvantagens, Serviço Social, Intervenções.

CANCER: UM DESAFIO PARA A SAÚDE PÚBLICA

Autor(es):

Ayane Maria Santos de Lima: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Suzan Laleska Souza: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Brasil vem sofrendo mudanças em seu perfil demográfico, consequência, de diversos fatores internos e externos decorrentes do próprio processo de urbanização populacional, da industrialização e dos avanços da ciência e da tecnologia. A essas novas características da sociedade brasileira, unem-se os novos estilos de vida e a exposição, ainda mais intensa, a fatores de risco próprios do mundo contemporâneo, associado à transformação nas relações entre as pessoas e seu ambiente, trouxe uma alteração importante no perfil de morbimortalidade, diminuindo a ocorrência das doenças infectocontagiosas e colocando as doenças crônico-degenerativas como novo centro de atenção dos problemas de doença e morte da população brasileira. Entre essas incluem-se um grupo de doenças, que, pela importância crescente na morbimortalidade do país, vem, progressivamente, sendo acrescentado ao repertório tradicional da vigilância epidemiológica: o Câncer. Esse é o nome dado a um conjunto de mais de 100 tipos diferentes de doenças que têm em comum o crescimento desordenado de células anormais com potencial invasivo. Essa pesquisa tem como objetivos Geral: identificar os casos de câncer registrados no Rio Grande do Norte no período de 2009 a 2013 e específico: Conhecer os tipos de cânceres registrados nesse período; traçar um perfil sociodemográfico da população afetada pelo problema.

(Metodologia) Será realizado um levantamento na Base de dados do INCA no período escolhido, tendo em vista a identificação do número de casos e a tipologia de câncer encontrada, caracterizando, assim, o tipo de pesquisa bibliográfica, já que se trata de informação publicada por fonte oficial. A coleta dos dados será feita no INCA por ser este o site onde se encontram os dados da doença mais atualizados, sendo considerado referência nacional. Esses dados, uma vez coletados, serão analisados, visando apresentar através de tabelas e gráficos, utilizando números relativos e absolutos os tipos de cânceres mais incidentes na população do estado e no período.

(Resultados) Os dados parciais, até então encontrados, mostram uma predominância dos cânceres de Mama, Cólon e Reto e Colo do Útero nas mulheres e de Próstata, Pulmão e Cólon e Reto nos homens. No entanto outros tipos têm sido frequentes, embora menos incidentes. Apesar de toda divulgação que é feita sobre a doença, nos últimos anos, há necessidade de se reforçar este aspecto já que muitas pessoas procuram os serviços de saúde quando a doença já se encontra em sua fase terminal.

(Conclusão) O conhecimento dessa realidade servirá de suporte para a atividade dos profissionais de saúde das Instituições que lidam com esta patologia. Há como necessidade de reforçar ações de prevenção, controle e promoção de saúde da população.

Palavras-Chave: Câncer, INCA, Tipologia dos cânceres.

**DORES FÍSICAS E MUTILAÇÕES DA ALMA, UMA REFLEXÃO SOBRE AS CICATRIZES DEIXADAS PELAS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROFILAXIA A HANSENÍASE EM REGIME DE ISOLAMENTO NO RN.**

Autor(es):

Francisca Edileuma Maia de Medeiros: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Alessandra Silva de Oliveira Martins: Docente do UNI-RN

(Introdução) □ (INTODUÇÃO) A trajetória de vida dos filhos de portadores de hanseníase em regime de isolamento, a partir das décadas de 1920 - 1960 no Educandário Osvaldo Cruz em Natal-RN faz despertar uma reflexão acerca do papel das políticas públicas de profilaxia. Este tema provoca discussões a respeito de fatores psicossociais não levados em consideração pelos órgãos competentes, seus profissionais e pela falta de informação da sociedade à época, cujo tratamento dado a essa doença levou-se apenas em consideração a patologia, escondendo assim, famílias e pacientes atrás de “muralhas” expressas pelo preconceito e isolamento social. Tais situações de segregação, violência social e até física praticada não apenas contra o doente, mas também a seus familiares, em parte, crianças sadias obrigadas a interromper suas histórias e tornando-se portadoras de um “estigma congênito” que as acompanharia por toda a vida, diminuindo assim, suas possibilidades de viver de maneira justa e igualitária.

(Metodologia) (METODOLOGIA) utilizaremos para este trabalho análise bibliográfica e documentos da época como: fotos, fichas de internamento dos envolvidos, visitas de campo e entrevistas com algumas vítimas de isolamento compulsório. Analisaremos os fatos e traçaremos paralelo entre a lei que determinou tal prática com as dos dias atuais, bem como buscaremos identificar situações de segregação e violência Praticadas não apenas contra o portador da doença, mas também a seus familiares, muitas vezes crianças e inclusive recém-nascidos sadios, sendo obrigados a submeter em situações desumanas, ao afastamento compulsório e imediato da convivência de seus pais.

(Resultados) □ (RESULTADOS) Ao término da pesquisa esperamos obter dados que possam clarificar e denunciar essa realidade dentro dos preventórios, bem como, apontar possibilidades e alternativas em nossas conclusões, de forma a contribuir para a luta da hanseníase e conseqüentemente, tratamentos mais dignos e de reparação às suas vítimas por parte das políticas públicas do Estado, para que a pessoa acometida por este mal , tenha a possibilidade de um tratamento não apenas para a doença e sintomas físicos, mas que haja um acompanhamento psicossocial.

(Conclusão) □ (CONCLUSÕES) É um assunto ainda pouco discutido dentro do Serviço Social, no âmbito das políticas públicas de combate à patologia e que traz à tona a lamentável certeza do quanto desconhecemos problemáticas que englobam aspectos físicos, emocionais, psíquicos, morais e sociais, os quais fazem toda diferença na luta contra a hanseníase. Reforça ainda que para reparar os malefícios de dores físicas nem sempre tornará o mundo mais digno e humano, se alma estiver mutilada. Percebemos a necessidade e importância do(a) Assistente Social nesse processo que envolve pessoas tão fragilizadas, discriminadas por serem acometidas de um mal que acompanha a humanidade há milênios , e apesar da Medicina ter avançado em seu diagnóstico e tratamento, cabe a todos combater o preconceito, sem esquecer de que antes de adoecer seus portadores têm uma vida, uma história e merece acima de tudo apoio e respeito. .

Palavras-Chave: □ PALAVRAS CHAVES: hanseníase, psicossociais, isolamento.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

Autor(es):

Wenia Ivo de Mendonca: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Cileide Carlos da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Daniela Quaresma de Souza: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Ruan Deibel Xavier da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Maria do Socorro da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Rachel Ribeiro Resende dos Santos Melo: Docente do UNI-RN
Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este texto aborda uma breve discussão a respeito das principais questões relacionadas à degradação do meio ambiente e formas de atuação do profissional do Serviço Social como um educador ambiental. Para tanto se embasou em pesquisa bibliográfica e documental, que norteou a compreensão de que a Educação Ambiental abrange muito mais do que um repasse de informações sobre o meio ambiente. Ela é uma forma inovadora de aprender a respeitar, conhecer a natureza e analisar a influência do ser humano neste processo de degradação.

(Metodologia) Percebeu-se que o assistente social pode, por meio da intervenção e mediação, trabalhar nessa área relativamente nova para a profissão. O discurso sobre a importância do meio ambiente no Brasil é antigo, e o uso indiscriminado dos meios naturais, também, não é nenhuma novidade. Porém, a busca de alternativas para a solução ou amenização das questões ambientais, como: queimadas, degradação, poluição, aquecimento, dentre outros, é uma preocupação relativamente atual. Esta preocupação não é universal, entretanto, existem organizações, públicas e privadas, que estão tendo que tomar contato com este tema. Além destas organizações, a população precisa refletir criticamente sobre a utilização dos recursos naturais em contraposição ao crescimento econômico.

(Resultados) A sociedade capitalista tem como objetivo o crescimento econômico e, para conseguir este objetivo precisa do lucro, que acaba impulsionando este processo acelerado de desenvolvimento. Assim, as pessoas levam uma vida mais competitiva e movimentada, não tendo muito tempo de pensar nas coisas que estão à sua volta. Uma forma de exemplificar esta situação é falando sobre o meio ambiente, que, está ao redor do homem e, que cada vez mais está sendo destruído. O homem poderia minimizar esta destruição ou interagir mais com o meio natural, valorizando a natureza e os outros seres humanos. Esta valorização pode ser trabalhada junto com o assistente social, que vai tentar resgatar a história, o estudo, a valorização e participação do homem no meio ambiente. O homem precisa sentir-se parte do meio natural e não superior, como algumas vezes acontece. Sendo parte ele deve defender e proteger o meio ambiente e não somente explorar os recursos naturais. Infelizmente, o que se observa, é uma exploração sem fim, uma forte degradação ambiental. O assistente social é um profissional que pode contribuir para o processo de educação ambiental, onde cada um compreende a importância de preservar o meio natural.

(Conclusão) Enfim, é nesta perspectiva que este estudo, embasado na pesquisa bibliográfica e documental, foi elaborado, para mostrar a importância do meio ambiente na sociedade. Também, tem como objetivo compreender o papel do assistente social neste contexto Sócio ambiental. Para trabalhar com a Educação Ambiental os assistentes sociais devem planejar suas ações, tendo como foco a participação da população. É interessante que neste planejamento tenha o resgate de saberes e a reflexão sobre alternativas para resolução ou amenização da questão ambiental.

Palavras-Chave: Serviço Social, educação ambiental, meio ambiente.

LIVRO DE PANO (DIVERSIDADE DE CONTEXTO)

Autor(es):

Lídia Cavalcante da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O LIVRO DE PANO é um método utilizado, para desenvolver o prazer pela leitura, de uma forma lúdica, para incentivar o pensamento criativo, a imaginação e a criação de sua própria história com cenários figurativos, proporcionando o prazer da leitura, permitindo uma interação entre crianças, jovens, idosos e deficientes visuais, trabalhando o resgate de valores e habilidades e também a inclusão do deficiente visual ao mundo da leitura. Este método é desenvolvido em sala de aula com crianças e em projetos que trabalhem com jovens, idosos e deficiente visuais. O, quando é confeccionado para o deficiente visual e todo trabalhado em relevo, livro para ler com as mãos, utilizando a forma em braile, que é um sistema de leitura com o tato, proporcionando ao deficiente a leitura de suas páginas. Quando é confeccionado pelos jovens e idosos, proporciona experiências marcantes em suas vidas, momentos de reflexão que expressões através da arte, o passado, o presente, uma cena de violência ou simplesmente um sonho, um desejo. Há vários tipos de livros de pano, livro para ler com os pés, um livro tapete que proporciona sensações táteis, livros em alto relevo e em forma de dobradura móvel dando a sensação de mobilidade e de existência própria, livro de papelão e caixas de pizzas, tem aparência e resistência da madeira. O objetivo do trabalho foi mostrar o livro de pano como uma das estratégias que podem ser utilizadas pelo assistente social ao trabalhar com a população.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi a revisão da literatura e a pesquisa documental a partir de livros, sites acadêmicos que tratam do assunto na área pedagógica e do serviço social, além de outros.

(Resultados) Como resultados da revisão da literatura pode-se dizer que o livro de pano ou brinquedo-livro-de-pano, adota um caminho pedagógico com uma metodologia participativa, lúdica, na qual as páginas do livro são construídas de uma forma dinâmica, através de diversos materiais como: sucatas, panos, retalhos, botões, papéis e pinturas. Busca-se desenvolver o prazer pela leitura, criar e estimular habilidades manuais, numa forma criativa de se expressar, compartilhando histórias, cenários vivenciados e sonhos a serem realizados, promovendo a inclusão dos deficientes ao grupo dos leitores. A proposta do livro é levar as crianças a compreender os elementos constitutivos de sua feitura, auxiliando-a na aprendizagem de diversas formas, estimulando os sentidos; a visão, o tato e a compreensão das formas dos objetos, ao mesmo tempo que aprendem brincam com eles.

(Conclusão) O livro de pano que se encontra no mercado editorial possui um alto preço, o que inviabiliza sua compra por parte de muitos leitores e instituições. Confeccionar livros é possível. A confecção artesanal não menospreza a importância de um material confeccionado com melhor qualidade, apenas proporciona momentos e experiências inesquecíveis, brincadeiras e o prazer de fazer com suas próprias mãos, a arte e a reciclagem caminham juntos. O assistente social pode utilizar este instrumento pedagógico para atuar numa das dimensões da sua ação: o contexto educativo. Com esta metodologia pode-se desenvolver habilidades como, colar, cortar, e desenhar, utilizando materiais recicláveis, estimulando a construção, coletiva do conhecimento e das descobertas.

Palavras-Chave: PALAVRAS-CHAVE: Livro de pano, Metodologia participativa e Estratégia de intervenção do assistente social.

O ASSISTENTE SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO: A IMPORTÂNCIA DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM FACE À EXCLUSÃO SOCIAL

Autor(es):

Thaís Anyele Andrade de Oliveira: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Alessandra Silva de Oliveira Martins: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho tem por objetivo aprofundar a análise sobre a intervenção do profissional de Serviço Social nas sociedades atuais marginalizadas da cidade de Natal/RN construídas sob a égide da desigualdade social e da negação dos direitos fundamentais. Por um lado, tal desigualdade se caracteriza pelos contrastes entre a miséria e a abundância e se torna mais intensa e contínua em um mundo globalizado. De outro, o reflexo mais chocante nas sociedades marginalizadas é o quadro de exclusão social, o qual nega e desrespeita o indivíduo em sua condição de cidadão e, portanto, apto e merecedor de usufruir dos serviços e direitos fundamentais a ele assegurados pelo Estado. Tal violação de direitos (liberdade, saúde, educação, a segurança, acessibilidade, moradia, trabalho, convívio social e outros), torna esse mesmo “cidadão” cada vez mais à margem socialmente e por isso, excluído da vida política, econômica e sociocultural. Estando, portanto, imerso na total exclusão, sobretudo, social o indivíduo se torna vulnerável em suas condições: objetivas (falta de moradia digna, saúde, educação, entre outros) e subjetivas (violência, drogadição, prostituição, etc.).

(Metodologia) Para realizar tal análise pretende-se metodologicamente utilizar o registro fotográfico para a demonstração de inúmeras situações de exclusão social na cidade de Natal/RN, sobretudo, em suas principais avenidas, bem como, o uso das técnicas de observação, pesquisa de campo e análise bibliográfica e o recurso de entrevistas a serem utilizadas com os profissionais de Serviço Social que estão intervindo em situações de extrema exclusão social.

(Resultados) Espera-se com isso, poder denunciar tal situação de exclusão social no cotidiano através de exposição fotográfica dos principais resultados do trabalho e desse modo, expandir possibilidades de melhorias nas políticas públicas e ratificar o compromisso com a autonomia, igualdade e justiça social pelos assistentes sociais e com isso estabelecer na sociedade o conhecimento e a concretude sobre seus direitos e garantias para uma vida digna. Com isso espera-se também despertar um maior interesse na área com ênfase nas minorias e buscar um olhar diferente sobre a população mais vulnerável da sociedade.

(Conclusão) Em face disso, lutar por direitos sociais é sem dúvida, uma tarefa coletiva e o Serviço Social se faz presente na busca da efetivação dos direitos fundamentais de qualquer cidadão, sobretudo, os vulneráveis e excluídos, preocupando-se em decifrar as desigualdades de forma interventiva respondendo às necessidades sociais, com o compromisso ético-político para com a população e a efetivação de seus direitos e pelo exercício de sua cidadania.

Palavras-Chave: Inclusão e Exclusão Social, Direitos Fundamentais, Políticas Públicas.

O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NO COMBATE AO ABANDONO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL.

Autor(es):

Carla Priscila Lopes Segundo: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Ayane Maria Santos de Lima: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O abandono de crianças e adolescentes é uma problemática recorrente desde o período da escravidão, que até meados do século XIX, em geral, conceituava-se a criança como algo tão irrelevante, tão desvalioso, tão inexpressivo, que eram abandonadas por sua genitora, na maioria escravas, na roda dos enjeitados ou desvalidos. Portanto, os objetivos demarcados por esta pesquisa são: diagnosticar o perfil dos pais ou responsáveis, os tipos de violências sofridas por essas crianças e adolescentes, a idade de risco em que frequentemente estão a maioria dos casos e o motivo pelo qual as estatísticas referente a essa problemática crescem a cada dia. Desta forma, este profissional assim como os demais que atendem às crianças e adolescentes sob medidas protetiva de abrigo deve contribuir para o favorecendo a preservação e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, conforme prescrito no ECA.

(Metodologia) A metodologia aplicada neste artigo é de uma pesquisa documental com dados qualitativos e quantitativos que serão obtidos nos relatórios oficiais do IPEA, Mapa da violência 2014, IBGE, CFESS e Ministério Público. Mostrando que a visão do século XIX sobre a forma de ver a criança ainda existe, porém, hoje existe o Estatuto da Criança e do Adolescente o ECA, que é o mediador na proteção e na garantia dos direitos desses cidadãos.

(Resultados) De acordo com o resultado da pesquisa constatamos que os fatores responsáveis pelo abandono de crianças e adolescentes no Brasil são constituídos pela negligência com 84% dos casos de acolhimento e a dependência química estava relacionada com 81%, isso em 2012. Mais, em 2013 a dependência química passou a ser a principal causa de acolhimento, além da violência doméstica com 57%, o abuso sexual por familiares com 44%, e situações de rua com 35%. Trabalho infantil, agressões físicas, tráfico humano e tortura, também são apontados como casos de abandono. Deste modo, pelos motivos citados encontram-se atualmente cerca de 46 mil crianças e adolescentes que vivem em abrigos no Brasil, segundo o Mapa da Violência 2014. Além do que o Mapa acusa que nos últimos dois anos o país registrou 27.625 casos de abandono. Diante disso, as desigualdades sociais não são mais suficientes para explicar as situações de risco e abandono em que vivem crianças e adolescentes em nosso país, e que propiciam marginalização, exclusão e perda dos direitos fundamentais. Estas situações repousam principalmente sobre os fenômenos de vulnerabilidade social.

(Conclusão) Desta forma, é importante salientar nesse contexto, a realização de Políticas Sociais para crianças e adolescentes e, ao mesmo tempo, melhorar os serviços de Assistência Social do público-alvo e o papel do Assistente Social para o cumprimento de todas as obrigações legais, referentes às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Palavras-Chave: Abandono; Combate; O papel do Assistente Social.

O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL SOBRE À QUESTÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

Autor(es):

Indira de Jesus Lopes: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Bárbara Milena Cordeiro Bezerra: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Rosângela Santos da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Larissa Fagundes Dantas: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Francineide Ramos da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Deyse Silvana dos Santos Sena: Docente do UNI-RN

(Introdução) Esta pesquisa foi realizada como parte das atividades desenvolvidas na disciplina de Brasil e RN: Cenários Sociais no curso de Serviço Social, e teve como objetivo identificar as principais causas da “Violência contra mulheres” no Centro de Referência da Mulher cidadã e a atuação do Serviço Social nesta instituição.

(Metodologia) O método utilizado foi a entrevista onde entrevistamos no dia 09\05\2014 a administradora da Casa Ana Cláudia Aguiar Mendes da Silva, que fica localizado na zona norte da Capital. A mulher que vem de um cenário de violência passa por ela e faz-se uma análise com apoio de uma equipe multidisciplinar, seu atendimento é das 08 às 17 horas, mais dependendo das demandas esse horário pode ser modificado.

(Resultados) O Centro de referência Mulher Cidadã foi inaugurado no ano de 2010, tem como objetivo principal o atendimento à mulheres vítimas de violência doméstica. Os serviços desenvolvidos são atendimentos Jurídicos, Sociais e Psicológicos. Geralmente as demandas vêm com um apoio jurídico no primeiro momento enquanto aguardam decisões relacionadas á divórcio e pensão alimentícia, e nesse espaço de tempo que é feito o diagnóstico com o apoio psicossocial. A casa no ano de 2013 teve 392 atendimentos, e até momento da pesquisa no mês de maio de 2014 já tinha sido 60 casos de atendimentos. A mulher vítima de violência domésticas sempre carregam consigo filhos mães, idosos e agregados, nesse sentido a Casa trabalha em conjunto com os 9 CRAS e 4 CREAS que faz o papel de assistir os outros membros e dar o suporte necessário enquanto elas passam por esse período, nesses casos onde existem crianças e adolescentes o Centro faz o encaminhamento para o Conselho Tutelar e que é enviando para esses outros setores de acompanhamento que tem essa função. O caso de repetições de violência doméstica estão muito ligados ao descaso do Estado com as políticas públicas, no sentido de que na falta de equipes multidisciplinar nas delegacias especializadas deixam muito a desejar no recolhimento de informações, que irão integrar os BO (Boletim de Ocorrência) que os juízes se baseiam para condenar os agressores, nesse empobrecimento às condenações nem sempre são de acordos com a gravidade da violência, sentindo-se injustiçadas as mulheres que buscam ajuda ficam desacreditadas na segurança e nas leis de proteção, e o agressor ficando livre para continuar seus atos de covardia e sentem-se ileso para muitas vezes concluir suas barbáries.

(Conclusão) O papel do Serviço Social é a busca pela inserção da mulher vitimada e sua família à sociedade, fornecendo apoio durante o período em que a mulher estiver sob a medida protetiva, além de proporcionar as mesmas capacitação para o retorno ao mercado de trabalho.

Palavras-Chave: Violência doméstica, mulheres.

O PAPEL DO CRAS NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Autor(es):

Cintia Maria de Lima Maciel Silva : Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este estudo tem por objetivo investigar como ocorre a atuação do CRAS na garantia dos direitos sociais. Sua importância deve-se ao fato de que o crescimento das políticas de assistência nos últimos anos vêm intensificando a necessidade de um funcionamento eficiente dos CRASS.

(Metodologia) O método adotado foi a pesquisa documental na legislação vigente e o instrumento aplicado foi fichamento, direcionado às questões: Os Critérios de Criação do CRAS, O objetivo de Seu Funcionamento, A Composição do Seu Corpo Profissional e As Políticas as Quais Presta Serviço.

(Resultados) Critérios para Criação do CRAS ele deve ser instalado em locais de maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade, com concentração de famílias com renda per capita de até 1/2 salário mínimo, com a presença significativa de famílias e indivíduos beneficiários dos programas de transferência de renda como BPC-Benefício de Prestação Continuada, Bolsa Família e outros. O objetivo do CRAS representa a principal estrutura física local para proteção social básica, desempenha papel central no território onde se localiza, possuindo a função exclusiva da oferta pública do trabalho social com famílias por meio do serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF); articular e fortalecer a rede de Proteção Social Básica local; Prevenir as situações de risco em seu território de abrangência fortalecendo vínculos familiares e comunitários e garantindo direitos A composição da equipe de referência do CRAS varia pela quantidade de famílias referenciada que são de até 2.500 famílias 2 técnicos de nível superior, sendo 1 assistente social e o outro, psicólogo; 2 técnicos de nível médio; 3.500 famílias, 3 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais e 1 psicólogo, e 3 técnicos de nível médio; A cada 5.000 famílias, 4 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõe o SUAS, e 4 técnicos de nível médio.

(Conclusão) É a dificuldade de dar continuidade ao trabalho e a importância de mais integração dos serviços conforme defende a seguridade social. As propostas de reformulação da Política de Assistência Social, com a sua gestão baseada no modelo único SUAS representa avanços no processo democrático de construção da Política, dentre os quais se pode destacar a concepção dos CRAS/CRES, enquanto unidades inseridas no contexto das comunidades. A proximidade física das populações aos CRAS promove aos usuários um melhor acesso aos serviços sócio-assistenciais disponibilizados em seu município. Esse é um aspecto relevante tendo em vista a precariedade de informações e de condições de deslocamento que vivencia a maioria da população que necessita de tais benefícios.

Palavras-Chave: CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS, SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -SUAS, PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA -PAIF.

OS PRINCÍPIOS PREVIDENCIÁRIOS E O SERVIÇO SOCIAL

Autor(es):

Indira de Jesus Lopes: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Francineide Ramos da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Referido trabalho tem como objetivo apresentar os princípios da seguridade social; haja vista que os princípios da seguridade social conforme previsto no texto constitucional, visam a implementação de políticas públicas, destinadas ao atendimento nas áreas de saúde pública, assistência social e alguns desses princípios também são comuns a previdência social. Os artigos da previdência social estão previstos no art. 201 da Constituição Federal, sendo que a maior parte destes também está mencionado no art. 2 da Lei 8.213/91

(Metodologia) Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram através de pesquisas documentais, na qual tivemos acesso a Constituição Federal e a Legislação Previdenciária. Realizamos uma análise de todos os dados coletados; de todo o conteúdo; buscando relacionar os dados da pesquisa juntamente com a Constituição Federal e os princípios. Dessa forma conseguimos extrair as ideias que se encontram na base de cada princípio e sua principal relação com a Constituição de 1988 e a seguridade social. O método da pesquisa utilizada é uma pesquisa documental.

(Resultados) Os princípios previdenciários se encontram inseridos no contexto da política de seguridade social, previsto no parágrafo único, do art. 194 da Lei Maior. Princípio apresenta uma ideia de universalidade, que é aceita mesmo se não estiver escrito; é uma diretriz cujo conteúdo é determinante na elaboração e interpretação das normas. A Constituição de 1988 incluiu a seguridade social no título VIII, da ordem social, entre os artigos 194 a 204. Os dispositivos legais, ali inseridos, estruturaram toda a seguridade social, estabelecendo os objetivos, princípios, bem como a forma de financiamento previdenciário. Os princípios detectados foram: I – Contributividade: Os benefícios e serviços previdenciários serão oferecidos em caráter oneroso, ou seja, somente para aqueles que estiverem filiados e contribuindo para o RGPS farão jus; II- Filiação obrigatória ou Automaticidade da Filiação: Os trabalhadores que exercem atividade remunerada estão automaticamente filiados a previdência social, independentemente de sua vontade ou não; III- Universalidade de Participação nos Planos Previdenciários: A Previdência Social deve buscar abranger a todos que dela desejam participar, como segurado obrigatórios ou segurados facultativos; IV- Uniformidade e Equivalência dos Serviços dos Benefícios e Serviços as Populações Urbanas e Rurais: As populações urbana e rural tinham benefícios e requisitos diferenciados, inclusive na questão salarial, hoje isso não é mais possível; V- Seletividade e Distributividade dos Benefícios e Serviços: Possui o mesmo raciocínio que se aplica a previdência social; VI- Cálculos dos Benefícios Considerando-se os Salários de Contribuição Corrigidos Monetariamente: Os salários de Contribuição são utilizados para cálculo da maioria dos benefícios previdenciários; VII- Irredutibilidade do Valor dos Benefícios de Forma a Preserva-lhes o Poder Aquisitivo: Preservar o próprio valor dos benefícios, garantir que as mesmas não sejam corroídas pela inflação; VIII- Valor da Renda Mensal dos benefícios substitutos do salário de contribuição: O segurado vai sobreviver com o rendimento do benefício previdenciário, é natural que o benefício não possa ser inferior ao salário mínimo.

(Conclusão) Conclui-se também que o princípio da solidariedade social é o princípio mais importante, em que pese não estar explícito no texto constitucional. Este princípio consiste no fato de toda sociedade, indistintamente, contribuir para previdência social, independentemente de se beneficiar de todos os serviços disponibilizados. Contudo, os benefícios são distribuídos de acordo com a necessidade pessoal, bem como a previsão legal. A solidariedade fica clara quando se trata dos benefícios da assistência social, uma vez que estes benefícios são destinados exclusivamente para a população de baixa renda.

Plavras-Chave: seguridade social e serviço social

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E QUALIDADE DE VIDA DOS MOTORISTAS DE TRANSPORTES DE LOTAÇÃO

Autor(es):

Ana Jessica Nunes de Araújo: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O trabalho realizado pelos motoristas profissionais, normalmente se caracteriza por turnos irregulares com as consequentes repercussões à saúde. Uma parte realiza o seu trabalho em zonas urbanas, outros em pequenos itinerários nas estradas rurais. Esses podem retornar ao lar e ao convívio social ao final do dia. Um terceiro grupo realiza o seu trabalho em longos percursos, em rotas estaduais, federais e até internacionais. Nessas situações, passam muito tempo longe das famílias e de seus ambientes sociais. O convívio social limita-se aos encontros com colegas de trabalho, com os trabalhadores das rodovias e dos postos de serviços das estradas, na maioria das vezes. Além disso, a falta de uma infraestrutura adequada, resultado de vários anos de baixos investimentos públicos, que restringem o desenvolvimento do país e das empresas, afeta diretamente a segurança e a qualidade de vida desses trabalhadores. A influência entre a jornada de trabalho longas com horários irregulares e a consequente sobrecarga física e psicológica evidencia-se no aparecimento de sintomas e sinais físicos e mentais, tais como problemas de relacionamento, solidão, sonolência, uso de substâncias psicotrópicas, automedicação, irritabilidade, fadiga, reflexos diminuídos, que podem levar ao aparecimento de doenças crônicas e agudas, entre estas os politraumatismos por acidentes nas rodovias. O objetivo geral da pesquisa é traçar o perfil epidemiológico dos motoristas de transportes de lotação e como específicos: identificar as doenças prevalentes no grupo a ser estudado e conhecer a qualidade de vida desses profissionais.

(Metodologia) Trata-se de um estudo transversal descritivo e exploratório a ser realizado a partir da aplicação de uma entrevista estruturada utilizando-se como instrumento um formulário com perguntas fechadas, abertas e mistas. Os sujeitos da pesquisa serão sessenta motoristas associados à Cooperativa de Transportes de Lotação COOPTRANSTUR que atuam nos percursos Natal X Mossoró X Natal, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e esclarecido – TCLE e aceitação da carta de Anuência por parte da direção da COOPTRANSTUR. Os dados coletados serão tabulados, posteriormente, no EXCEL e apresentados em forma de tabelas e gráficos.

(Resultados) As condições de saúde e de trabalho de motoristas de transportes coletivos urbanos podem ser consideradas fator importante de dimensionamento da qualidade de vida desses profissionais. O custo cognitivo e afetivo imposto aos trabalhadores afetam a sua integridade biopsíquica e refletem sobre a organização do trabalho, com longas jornadas. Nisto os trabalhadores travam uma luta entre as vertentes vigília-sono, durante dias seguidos, no cumprimento das suas tarefas sob condições-limite. Os fatores de risco decorrentes das condições de trabalho interferem no estado psicofisiológico, traduzindo-se em irritabilidade, insônia, distúrbios da atenção e em sintomas musculoesqueléticos, além de outros agravos à saúde.

(Conclusão) A pesquisa mostra a necessidade de se realizar estudos mais aprofundados sobre o tema. Empresários e trabalhadores devem investir na melhoria da saúde e qualidade de vida, criando um ambiente de trabalho, onde as relações humanas sejam valorizadas.

Palavras-Chave: Perfil epidemiológico dos motoristas. Qualidade de vida. Transportes de lotação.

**PROTEÇÃO SOCIAL À CRIANÇA E ADOLESCENTE VITIMAS DE VIOLÊNCIA, ABUSO EXPLORAÇÃO SEXUAL:
O CASO DA ONG VISÃO MUNDIAL.**

Autor(es):

Lorena Priscila Nunes de Souza: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Márcia Viana de Lima: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Mônica Najara Lira Fragoso: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Rita Nélia Alves de Oliveira : Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN

Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Esta pesquisa visa analisar a Assistência Social enquanto o Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes que são vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual, crianças cujo os pais são dependentes químicos e não a condições de educá-los, e essas crianças vão ser encaminhados para outros familiares. Para tanto realizou um estudo de caso na ONG santa Rita de Cássia com uma Visão Mundial, a qual tem por missão realizar buscar o desenvolvimento transformador, baseado na defesa dos direitos e deveres do cidadão, contribuindo na comunidade de Parnamirim. Suas atividades se iniciaram ao atendimento às crianças, adolescentes e às famílias em vulnerabilidade social.

(Metodologia) A pesquisa de campo de natureza qualitativa, foi feito um estudo de caso adotada ao método de apoio a criança violada a entrevista semi estruturada com uma psicóloga e assistente social, entrevistados também outros funcionários da instituição, em ONG santa Rita de Cassia em Parnamirim. Com Missão de Proporcionar à criança que se encontra em situação de risco e vulnerabilidade social uma alternativa de moradia provisórias com medida de proteção, buscando conferir-lhes a condição de sujeito de direitos, moral espiritual e educacional.

(Resultados) Criada desde 2007, a casa abrigo Santa Rita de Cassia, é uma alternativa de moradia provisória dentro de um clima residencial, onde as crianças permaneceram abrigadas durante um período de tempo relativo curto, até que apresentem condições favoráveis ao retorno ao convívio familiar ou famílias substitutas. Seu público alvo são Crianças na faixa de 0 a 07 anos, que são vítimas de abuso, maus tratos, negligencia, exploração, cujos direitos foram violados, por tanto tem um total apoio dessa instituição onde crianças permanecerão abrigada durante um período de tempo relativamente curto, até que apresentem condições favoráveis ao retorno ao convívio ou família substitutas. A moradia provisória com medida de proteção buscando conferir a condição sujeito de direito, oferecendo assistência material, moral, espiritual e educacional. Onde são realizadas algumas atividades como reforço escolar, brincadeira lúdicas, reflexível, diversão no parque, passeios, festa, rodas de conversas, vídeos, oficinas. O assistente social é decisivo no processo desse ambiente harmonioso, acolhendo desenvolvendo políticas sociais, intervendo de forma a atender ao interesse desta população.

(Conclusão) O trabalho do assistente social na casa é proteger os direitos das crianças e combater a violência, abuso e exploração. O Estado e a sociedade em geral ainda não são capazes de promover e assegurar, plenamente, a proteção à criança e ao adolescente no Brasil. Nesse sentido, a violação de direitos no Brasil é fato recorrente e lamentável. E mais lamentável ainda é constatar que, em relação a crianças e adolescentes, a violação dos direitos se dá, em algumas vezes, até mesmo por entidades ou instituições que têm do dever de resguardá-los. Porém, é possível constatar que muitas empresas utilizam a criação de ONG', promovendo ações a cidadania garantindo efetivação dos direitos referente a criança e ao adolescente.

Plavras-Chave: Proteção social, organização não governamentais; Serviço social; Exploração sexual ao menor; abuso ao menores, casa de apoio ONG, Centro de desenvolvimento social comunitário.

TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL: UMA PROFISSÃO EM CONSTRUÇÃO

Autor(es):

Kézia Eliane Ribeiro: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Andreia Letícia Nascimento de Lima: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Fabiana Alves de Lima Tavares: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Mayara Albino da Costa: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Serviço Social é uma profissão de caráter sócio-político, crítico e interventivo, que utiliza instrumental científico multidisciplinar das Ciências Humanas e Sociais para análise e intervenção nas diversas refrações da "questão social". Esta é entendida como o conjunto de desigualdades que se originam do antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho. O serviço Social possui projeto profissional coletivo e hegemônico, denominado projeto ético – político, construído pela categoria a partir de 1970 a 1980 e que expressa o compromisso com a construção de uma nova ordem societária, mais justa, democrática e de direitos universais. O projeto tem sua filosofia expressa na Lei 8662/19 93, no código de Ética Profissional – 1993 e nas Diretrizes Curriculares.

(Metodologia) A emergência e institucionalização do Serviço Social ocorre nos anos 1920 e 1930, sob influência católica europeia. Nos anos 40 e 50, do século passado, o Serviço Social recebe influência norte-americana. Marcado pelo tecnicismo, pela sociologia de base positivista e funcionalista/sistêmica, dá ênfase a ideia de ajustamento e de ajuda psicossocial. Nos anos de 1960 e 1970 há um movimento de renovação na profissão, expressa na reatualização do tradicionalismo profissional e na busca de ruptura com o conservadorismo. Nos anos de 1980, inaugura o debate da Ética no Serviço Social. Assume-se no Código de Ética Profissional de 1986, a ideia de "compromisso com a classe trabalhadora".

(Resultados) Nos anos 1990, discute-se os efeitos do neoliberalismo, da flexibilização da economia e reestruturação no mundo do trabalho, da minimalização do Estado e da retração dos direitos sociais. Discute a instrumentalidade na trajetória profissional e cria novos instrumentos, como mediação para o alcance das finalidades, na direção da competência ética, política e teórica, vinculada à defesa de valores sóciocêntricos emancipatórios. A conjuntura dos anos 2000 provoca novas disputas em torno da questão social e do papel a ser cumprido pelas políticas sociais. O objetivo do trabalho foi mostrar a trajetória da profissão ao longo das décadas. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica através de sites e documentos da história da profissão. Como resultados, atualmente se verifica o aumento do número de cursos de graduação em instituições privadas, implementação do ensino de graduação à distância, redução da capacidade de mobilização em torno de projetos coletivos, o que gera novos desafios para a profissão na busca pela consolidação dos direitos da população usuária dos serviços públicos prestados. O assistente social se encontra inserido nas mais diversas áreas (saúde, previdência, educação, habitação, lazer, assistência social, justiça, etc) com papel de planejar, gerenciar, administrar, executar e assessorar políticas, programas e serviços sociais.

(Conclusão) Conclui-se que o profissional efetiva sua intervenção nas relações entre os homens no cotidiano da vida social, através de uma ação global de cunho socioeducativo e de prestação de serviços, ampliando os campos de atuação, passando a intervir no chamado terceiro setor, nos Conselhos de Direitos, entre outros. Esses elementos apontam para a necessidade de fortalecer o projeto ético-político profissional, que vem sendo construído pela categoria há mais de três décadas.

Palavras-Chave: Serviço Social, Trajetória da profissão, Assistente Social, Questão Social.

VIOLÊNCIA CONJUGAL COMETIDA PELO COMPANHEIRO CONTRA A MULHER NA CIDADE DO NATAL: 2009-2014

Autor(es):

Maria Karoliny Alves Soares: Discente do curso de Enfermagem do UNI-RN
Suzan Laleska Souza: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Denomina-se violência conjugal, um tipo de violência doméstica contra a pessoa com quem se tem um relacionamento íntimo/amoroso. Acomete homens e mulheres nas mais variadas faixas etárias, causando danos físicos, emocionais e sociais à vítima de modo a ser tratado como um caso de saúde pública que dificultam o pleno desempenho familiar, social e laboral. As estatísticas mostram que os índices de violência entre os sexos têm vindo a aumentar nos últimos anos. Apesar da proteção legal da lei Maria da Penha (11.340/2006), 70% das denúncias registradas nas Delegacias de Defesa da Mulher foram cometidas por parceiros ou ex-parceiros.

(Metodologia) A Delegacia da Mulher é um órgão especializado da Polícia Civil, e foi criada primeiramente na cidade de São Paulo em 1985 como política social de luta contra a impunidade e para dar atendimento mais adequado às mulheres vítimas de violência conjugal e crimes sexuais. Ao longo dos anos 80-90, foram sendo instaladas em todas as grandes cidades brasileiras. O seu objetivo maior é a instrução dos inquéritos policiais que levam ao judiciário. Se encontra ancorada na relação desigual entre os sexos, podendo ser mais cabível sua compreensão com base na categoria de gênero. A Declaração para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres definiu esse fenômeno como qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada. O objetivo da pesquisa é identificar os tipos de agressão mais frequentes, seus motivos, faixa etária e situação socioeconômica das vítimas. Trata-se de uma pesquisa documental em que os achados são os registros dos Boletins de Ocorrência- BO dos casos de violência conjugal contra a mulher que foram notificados na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - DEAM, situada na Rua Frei Miguelinho, 109, Ribeira, Cep: 59012-180, Natal/RN, referentes ao período de 2009 a 2014.

(Resultados) A notificação compulsória, lei nº 10.778 sancionada no ano de 2003, preleciona que a partir desta data todos os casos de violência contra a mulher que forem atendidos nos serviços de saúde, sejam privados ou públicos, devem ser notificados em todo o território nacional. A pesquisa usa como forma de tratamento dos dados a abordagem quantitativa e toma forma qualitativa quando se analisa os fatores sócio demográficos. A pesquisa bibliográfica, até então realizada, mostrou que após a implantação da Lei Maria da Penha os registros de casos de violência contra a mulher, cometida pelos companheiros, aumentaram. Esta Lei criou condições para que as mulheres denunciem a violência conjugal uma vez que podem enfrentar, com alguma segurança, fazendo valer os seus direitos sem temerem a impunidade de seus agressores. O artigo 2º desta Lei enuncia: Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.

(Conclusão) Conclui-se que há necessidade de que a sociedade, como um todo, se empenhe no enfrentamento dessa questão social no sentido de informar, denunciar e encaminhar os casos identificados. A Delegacia da Mulher, como forma de proteção às vítimas, desempenha um importante papel no acolhimento destas, uma vez que se constitui um espaço reservado a este segmento da população.

Palavras-Chave: Violência conjugal contra a mulher, Delegacia da Mulher, Lei Maria da Penha.

CONIC 2014

Inovação e Tecnologia para o Desenvolvimento Profissional



unirn.edu.br

PG1 – Administração

AGRONEGÓCIO: VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA PARA ABERTURA DE UMA FAZENDA AUTOSSUSTENTÁVEL

Autor(es):

Kayo Coutinho Carvalho: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Ana Jussara Feitosa Soares: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Maria Welyne Moura Cabral: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Fabiana Pinheiro Bezerra: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Francisco de Alcir dos Santos: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN
Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) O crescimento do setor agropecuário brasileiro e o crédito facilitado para o agronegócio têm atraído muitos empreendedores para o setor rural. Diante da necessidade de preservação dos recursos naturais que viabilizam esse tipo de negócio é necessário que as empresas inseridas nesse setor invistam na preservação do meio ambiente. Nesse contexto, observa-se um cenário favorável para a implantação de uma fazenda autossustentável, produzindo alimentos orgânicos de qualidade e que proporcionem lazer e bem-estar através do turismo rural. Portanto o objetivo geral, é apresentar formas de promover o desenvolvimento rural sustentável, melhorar a qualidade de vida da comunidade, gerar emprego e renda para a população nativa e por meio da preservação do ecossistema, contribuir para a evolução do meio ambiente, através de manejos adequados das culturas praticadas na propriedade, da implantação do biodigestor

(Metodologia) A pesquisa é do tipo descritiva e exploratória tendo como subtipo pesquisa de campo. De maneira a proporcionar maior familiaridade com o problema, utilizou-se entrevistas estruturadas focadas na população local com 150 entrevistados e questionário com perguntas abertas e fechadas aplicados a um total de 143 respondentes classificados aleatoriamente, segundo classificação de Vergara (2000). Buscou-se entender qual a real necessidade de um empreendimento dessa natureza na região. Os dados coletados no questionário foram organizados, registrados, classificados e interpretados. Com uma abordagem qualitativa e quantitativa e a ajuda do Excel para estruturar as informações encontradas

(Resultados) Foi elaborado um plano de negócios para demonstrar a viabilidade ou não do projeto. Após análise chegou-se os seguintes resultados: Com um investimento total de R\$ 1.484.314,05 o empreendimento se mostrou bastante atrativo, com rentabilidade do capital de 5,10% a.m. Assim proporcionando ao investidor um excelente retorno sobre o capital investido, se comparado com a caderneta de poupança que rende algo em torno de 0,69 a.m. Remunera quase 8 vezes mais e terá o retorno do investimento (pay-back) em 19,61 meses. Para fortalecer ainda mais essas informações, o VPL e TIR apresentaram ótimos resultados. O VPL (valor presente líquido) para os três primeiros anos do empreendimento apresentou os seguintes resultados: na perspectiva otimista levando em conta uma variação de 10%, apresenta VPL > 0 favorável em R\$ 1.089.999,36. Observado pelo cenário pessimista, no mesmo período, com variação de 24%, continua viável com o VPL positivo em R\$ 566.211,57. Apresentando TIR (taxa interna de retorno) para o cenário otimista de 24,48% a.a e de 12,71% a.a para o cenário pessimista.

(Conclusão) De acordo com os resultados apresentados a implantação da fazenda autossustentável, se mostrou altamente viável, tanto âmbito estrutural e social, bem como nos investimentos. O projeto foi elaborado rigorosamente dentro da realidade econômica da região, com uma proposta ambiciosa de alavancar a economia da região, ampliando o agronegócio e assim, contribuir para o desenvolvimento econômico do município. Como na região onde o será implantado não existe nenhum empreendimento com essas características a ideia foi bem recebida pela população, que enxerga no empreendimento excelente oportunidade de geração de empregos e renda, já que existe uma demanda crescente pelos produtos orgânico e turismo rural

Palavras-Chave: Agronegócio, Autossustentável e Turismo Rural

ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FINANCEIRA E ECONÔMICA DA GUARARAPES S/A NOS ANOS DE 2012 E 2013.

Autor(es):

Jhonwadson Cesário de Lima: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN

Robson do Nascimento Silva: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN

Diogo Dias Belarmino de Macedo: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN

Priscilla Fernandes Machado Limeira de Sousa Maia: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN

Pollyana Crystina Soares Pinheiro Rosa: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Guararapes S/A atua no mercado há 67, no ramo de confecções. Além da Riachuelo, o grupo é proprietário do Shopping Midway Mall em Natal (RN) e da Midway Financeira. A Riachuelo conta com 212 lojas em todo o País, dois parques industriais e 35.000 funcionários. O objetivo deste trabalho foi analisar o equilíbrio financeiro da Guararapes Confecções S/A, identificando sua relação com a saúde econômica, bem como avaliações, econômica e financeira, com destaque para os indicadores da capacidade para atender obrigações de curto e rentabilidade da atividade operacional. O problema de pesquisa foi: qual a situação financeira, econômica e patrimonial da entidade nos anos de 2012 e 2013? A pesquisa tem uma importância para o meio acadêmico e profissional servindo de exemplo de como o gestor pode atuar em todo o processo operacional e comercial.

(Metodologia) Foi realizado um estudo de caso através de uma pesquisa documental, descritiva e feita uma análise comparativa de dois anos (2012 e 2013) do Grupo Guararapes e suas controladas (Lojas Riachuelo, Shopping Midway Mall, Midway Financeira e Transportadora Casa Verde). Os dados coletados (demonstrações financeiras) foram através do site da própria empresa. Esses mesmos dados foram analisados através dos índices financeiros como: estrutura de capital, liquidez, rentabilidade e de atividades.

(Resultados) Os resultados mostraram que no índice de estrutura de capital 2012 foi melhor que 2013 na participação de capital de terceiros, pois em 2012 ela usou 12,40% de empréstimos a terceiros a cada R\$ 100,00 de seu capital próprio e em 2013 13,33%. No índice de liquidez geral, a empresa apresentou em 2012 1,92 e em 2013 1,53 mostrando o quanto possui de ativo circulante mais realizável a longo prazo para cada R\$ 1,00 da sua dívida total. Na liquidez corrente, mostra o quanto a empresa possui de ativo circulante para cada R\$ 1,00 de passivo circulante o índice é de 4,70 em 2012 e 3,41 em 2013. No índice da rentabilidade mostra o que a empresa vendeu para cada R\$ 1,00 de investimento total, em 2012, 0,29 e em 2013 0,28. Sua margem líquida em 2012 foi de 44,63% e em 2013 46,36% mostrando quanto à empresa obtém para cada R\$ 100,00 vendidos. Destaca-se o PMRE onde indica a média de quantos dias a empresa espera renovar seu estoque devido as vendas. Em 2012 foi de 111,63 dias e em 2013 92,02 dias que significou maior rotatividade de seu estoque. O PMRV, a empresa apresentou um prazo de 157,22 dias em 2012 e 158,42 dias em 2013 indicando a média que a mesma espera receber suas vendas a prazo. Já o PMPC, a média de dias para pagar suas compras a prazo foi de 7,56 dias em 2012 e 13,45 dias em 2013 necessitando de um maior capital de giro para a manutenção do estoque.

(Conclusão) Com relação à situação financeiro-econômica, o grupo registrou aumento na margem bruta, consequência da expansão das margens dos produtos Guararapes em virtude do forte controle dos custos de produção que vem sendo realizado pela companhia, do maior desenvolvimento de peças modais nas plantas industriais próprias e, também, do forte investimento realizado nas equipes de estilo e de produto. Foi verificado que para manter quaisquer que seja a empresa, seu ponto de equilíbrio financeiro é fundamental para manutenção da atividade da mesma.

Palavras-Chave: Análise Financeira, Rentabilidade, Endividamento, Tomada de decisão, Indicadores.

**DIGNIDADE VIOLADA: UM ESTUDO SOBRE O ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO NA SOCIEDADE
BRASILEIRA**

Autor(es):

Jessyca Wanna Malaquias de Albuquerque: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Marciela Alves Farias: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Anne Kaline Alves de Macêdo: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Caio Cesar Cardoso de Arruda: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN

(Introdução) Nos dias de hoje com a grande competitividade no mercado de trabalho imposto pelo sistema capitalista, registra-se um número muito alto de ocorrências de assédio moral dentro das organizações, sendo na maioria das vezes praticada pelos chefes para com seus subordinados. Sabe-se que o assédio moral no trabalho caracteriza-se por atos repetitivos que tem como objetivo: agredir, humilhar, oprimir, ridicularizar, inferiorizar, desvalorizar a vítima, fazendo-a se sentir pressionado e desmotivado com medo de perder o emprego. As consequências sofridas pela vítima de assédio moral fazem com que abale as estruturas físicas e psicológicas, causando sérios danos às relações humanas em aspectos diferentes.

(Metodologia) O estudo foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica em artigos, livros e sites públicos. Baseia-se cientificamente em dois tipos de pesquisa: bibliográfico e descritivo, tendo como objetivos identificar como o assédio moral pode afetar a vida dos trabalhadores socialmente, psicologicamente e suas consequências. Definir o conceito e quais leis punem os agressores e como a vítima deve agir quando for agredido. Tendo como base algumas situações do cotidiano.

(Resultados) Nas pesquisas realizadas sobre a atual legislação federal, não foi identificada nenhuma lei específica que trate sobre a problemática. Destaca-se o estudo desenvolvido por Barreto (2000) onde foram apontados alguns sintomas relacionados ao assédio moral entre homens e mulheres. A pesquisa revelou que os homens costumam ser mais agressivos depois de sofrerem algum tipo de assédio moral. Essa agressividade é demonstrada por meio do depoimento dos entrevistados que alegaram terem sede de vingança e ideia de suicídio. No que se refere ao comportamento das mulheres, as mesmas demonstram ficarem mais abaladas psicologicamente, apresentando sintomas como crises de choro e sentimento de inutilidade. Pela observação dos aspectos analisados percebe-se que o assédio moral compromete a vida social, familiar e profissional da vítima, alterando o comportamento apresentando agressividade, exclusão e afastamento dos laços familiares e sociais, o que muitos chamam de morte social.

(Conclusão) Há evidências que o assédio moral dentro das organizações é um dos maiores problemas enfrentados pela sociedade nos últimos anos. As consequências podem ser devastadoras chegando a causar doenças físicas e psicológicas que podem acompanhar as vítimas pelo resto da vida. Foram encontrados vários registros onde apontavam a falta de leis federais como principal motivo para a continuidade e intensificação desse tipo de agressão. É importante ressaltar que já existem algumas leis à nível estadual e municipal, mesmo assim nesses estados/municípios ainda se registram muitos casos de assédio moral. Sendo assim, pode-se dizer que apenas a implantação de leis não é o bastante, é necessário uma mudança de cultura na sociedade brasileira.

Palavras-Chave: assédio moral, trabalho e consequências.

FINANÇAS PESSOAIS – ORÇAMENTO DOMÉSTICO

Autor(es):

Mariana Guimarães Manoel: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Gisely Santos de Souza: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Dayvid Carlos Monteiro Bezerra dos Santos: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Laura Vasconcelos Simonetti: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Felipe Viana Marcelino: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) Finanças pessoais auxiliam no conhecimento do patrimônio familiar, como administrá-lo e utilizar os recursos a favor da família. Caracterizam os eventos financeiros de acordo com as necessidades cotidianas, fixas e variáveis, bem como a manutenção destes. O orçamento familiar é uma das ferramentas utilizadas no controle das finanças domésticas, considerando a renda familiar, que é o somatório da remuneração de todos os integrantes da família. Considera os gastos com a manutenção da casa e economias futuras. Medidas como diminuir gastos com cartões de crédito, evitar compras por impulso, não adquirir bens de alto capital em momentos inoportunos, criar planilhas de controle dos gastos, ponderando elementos como alimentação, educação e saúde, de acordo com a sua importância são essenciais para o sucesso da programação orçamentária. A falta de conhecimento financeiro básico, ou seja, do controle das despesas e receitas, ausência de um fundo de reservas, causas atípicas (doença, divórcio etc.) e hábitos de consumo inadequados são responsáveis por muitas famílias estarem negativadas. Busca-se diagnosticar e orientar sobre a relação entre a renda familiar e sua aplicabilidade através de métodos específicos que contribuam para um planejamento financeiro familiar eficiente.

(Metodologia) Realizado estudo utilizando a pesquisa bibliográfica exploratória e descritiva, visando a saúde financeira familiar e sua reeducação, através de medidas orçamentárias. Foram utilizados artigos publicados em sites da Internet relacionados ao tema.

(Resultados) Pesquisas apontam que o nível de famílias endividadas aumentou para 63,6% em agosto de 2014, percebendo-se um aumento de 0,5% em relação ao ano passado. A maior parte do endividamento (75,8%) é referente a cartões de crédito, sendo o restante distribuído entre carnês e financiamentos. Quanto à inadimplência, o consumidor de menor renda é o que mais contrai dívidas e conseqüentemente o que compromete quase 100% das suas finanças. Em contrapartida, as famílias brasileiras com contas em atraso apresentaram uma queda de 2,9% comparada ao mesmo período do ano anterior, bem como o número de famílias que não teriam condições de pagar suas dívidas. Esta realidade vem se modificando devido a uma maior consciência no que diz respeito a futuros endividamentos, estes incompatíveis com a arrecadação familiar, evitando fatores complicadores do orçamento doméstico, como alta taxa de juros, facilitação de crédito, extensão de prazos e parcelamentos em inúmeras amortizações. Baseado na atual situação econômica do país conjuntamente com a política financeira adotada e a realidade encontrada nos lares brasileiros, faz-se necessária a elaboração imediata de um planejamento orçamentário doméstico, que organize de forma estratégica a receita em decorrência das despesas. Tem-se, portanto, o controle das contas familiares como fator imprescindível, a fim de proporcionar retornos, reservas e estabilidade financeira.

(Conclusão) Conclui-se que o nível de endividamento familiar aumentou, porém, de forma consciente e pré-analítica. Observa-se o interesse em honrar os compromissos assumidos atrelado a um maior conhecimento da disposição de capital, ainda que exista um alto grau de desconhecimento sobre a dinâmica financeira e suas alternativas. Entende-se que a realização de um orçamento doméstico aliado a decisões adequadas de alocação dos recursos disponíveis é primordial para manutenção da saúde financeira familiar, propondo-se um maior aproveitamento de capital para a obtenção de maiores retornos e uma garantia de segurança em termos de finanças, que possibilite cumprir os compromissos assumidos e resoluções de situações inesperadas em meio a um cenário de incertezas.

Palavras-Chave: Orçamento, Endividamento, Finanças Pessoais.

UM ESTUDO SOBRE A SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FINANCEIRA E ECONÔMICA DA JBS S/A NOS ANOS DE 2012 E 2013

Autor(es):

Maria Rosália da Costa Neta: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN
Catarine Dalianny Araújo do Amaral: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A JBS atua a seis décadas no mercado. É a maior produtora de proteínas do mundo. A companhia opera com carnes bovina, suína, ovina e de frango e no processamento de couros. Comercializa produtos de higiene e limpeza, colágeno, embalagens metálicas, biodiesel, entre outros. O objetivo geral deste trabalho foi analisar a situação econômica, patrimonial e financeira da empresa em 2013 e 2012. Esta análise é importante, pois por se tratar de maior produtora de proteínas do mundo mexe com a economia do país e tem suma importância no ramo alimentício. É relevante, pois analisou toda a situação da organização e com isso verificou-se a necessidade da utilização dos índices financeiros para tomada de decisão.

(Metodologia) Foi feita uma análise comparativa de dois anos de 2012 e 2013. Os dados coletados (demonstrações financeiras) foram através do site da empresa e analisados através dos índices financeiros: estrutura de capital, liquidez, rentabilidade e de atividades. A pesquisa é descritiva. Descreve as características de um grupo. Estudo de caso, já que analisou apenas uma empresa. Bibliográfica porque utilizou registros disponíveis no site da empresa e em artigos publicados anteriormente e documental, pois se utilizou de tabelas estatísticas e relatórios da empresa.

(Resultados) A margem líquida é quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$100 vendidos, 1,20% em 2013 e 1,01% em 2012. A rentabilidade do ativo demonstra quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$100 de investimento total, 1,63% em 2013 e 1,53% em 2012. Em 2013 o giro do ativo foi 1,35 e 1,52 em 2012. A rentabilidade do PL foi 4,83% em 2013 e 3,56% em 2012. A liquidez geral no ano de 2012 foi 0,76 e em 2013, 0,71, esta mostra quanto a empresa possui de ativo circulante AC mais realizável a longo prazo, para cada R\$1 de dívida total. A liquidez corrente, indica quanto a empresa possui de AC para cada R\$1 de PC, 1,63 em 2013 e 1,68 em 2012. A liquidez seca atingiu 1,05 em 2013 e 0,99 em 2012, esta indica quanto a empresa possui ativo líquido para cada R\$1 de PC. Em relação a participação de capital de terceiros a empresa obteve 196,85% em 2013 e 132,14% em 2012. O índice composição do endividamento é quanto o capital de terceiros está alocado a compromissos de curto prazo, 38,89% em 2013 e 40,74% em 2012. A imobilização do PL mostra o percentual do PL que foi aplicado no AP. Foi investido 90,52% em 2013 e 75,62% em 2012. A imobilização de recursos não correntes mostra o grau de recursos da empresa que esta investido em ativo permanente, 41,09% em 2013 e 42,41% em 2012. O prazo médio de recebimento das vendas indica, quantos dias a empresa espera receber suas vendas a prazo, ou seja, 34 dias em 2013 e 27 dias para 2012. No prazo médio de renovação de estoque a empresa demorou 30 dias em 2013 e 28 dias em 2012. No prazo médio de pagamento de compras a empresa pretende pagar suas compras com 30,67 dias em 2013 e 27,84 dias em 2012.

(Conclusão) Com apenas imobilização dos recursos não correntes, liquidez seca, rentabilidade do ativo, rentabilidade do PL e composição do endividamento melhorando nos resultados da empresa, nos esclarece o quanto a empresa, apesar de estar indo bem no mercado, poderia melhorar. Levando em consideração o grande aumento da participação do capital de terceiros, que reflete direta ou indiretamente os índices citados como tendo melhora de 2012 para 2013. Além disso, em relação aos índices de atividades a empresa teve em média 13 dias entre o pagamento das compras para o recebimento das vendas.

Palavras-Chave: índices financeiros; tomada de decisão; demonstrações financeiras; rentabilidade; liquidez

VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA PARA CRIAÇÃO DE UMA LAVANDERIA HOSPITALAR ACREDITADA

Autor(es):

Victor Hugo Casimiro Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Daniel Lindbergh Cunha: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Jeanne Menezes da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Ruitza Georgia Campos Confessor: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Rafaella Carvalho de Farias: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) Na Atualidade o numero de hospitais e clinicas estão crescendo de forma vertiginosa, e com isso todo o cuidado com a higienização e o cuidado com material a ser utilizado deve ser dobrado. Assim viu-se a necessidade de ser abrir uma empresa de lavagem e esterilização de material hospitalares, desde um bisturi, até o enxoval. Em natal só existe uma clinica que faz esse trabalho, mas de forma simples. Essa empresa vai trazer maquinários que podem retirar até 98% de todas as impurezas do material. O objetivo do trabalho é mostrar a viabilidade econômico-financeira do negócio, ensinar a forma certa de manipular os materiais infectados, para diminuir o numero de infecção hospitalar, pois 54% de todas as complicações são causadas por infecções e com essa consultoria, propõe-se viabilizar conhecimentos para hospitais e clinicas a se prevenirem e assim reduzir esse índice, que a cada ano vem crescendo.

(Metodologia) A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, bem como pesquisa de campo, por ter sido feita em 8 (oito) hospitais e 6 (seis) clinicas da Capital. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se entrevistas presenciais e focadas nos objetivos propostos. Além das pesquisas na internet e noticias divulgadas sobre a indústria de esterilização de materiais hospitalares. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa e quantitativa, com o uso de um modelo de plano de negócio do SEBRAE-PB que é estruturado em planilhas do Excel.

(Resultados) O mercado de esterilização de material hospitalar ainda está muito carente de inovações. A pesquisa revelou que os hospitais estão precisando de equipamentos mais avançados para realizar tais procedimentos de esterilização. Mas não adianta um procedimento mais seguro se não for viável. Na proposta de mercado realizada o serviço é 20% mais barato que o da concorrência, a preocupados não é com o prazo de retorno dos investimentos e sim com a fidelização do cliente e a educação hospitalar. A empresa tem capacidade de atender 70% de toda a carteira de hospitais da grande natal e dos pequenos municípios, pois como o investimento para se ter uma lavanderia particular é muito elevado, muitos não fazem a lavagem e a esterilização em lavanderias e acabam por usar produtos recicláveis, que no final de todo o processo, não são viáveis. Pretende-se com a empresa, atender cerca de 70% dos hospitais e clinicas particulares da cidade, com capacidade de negociar licitações com o estado, não só para a esterilização de todo o material mas também, a educação hospitalar como consultoria.

(Conclusão) De acordo com todos os dados obtidos na pesquisa através das entrevistas e simulações que foram feitas, obteve-se um VPL positivo e também um alto prazo de retorno do capital investido. Levando em consideração que esse mercado é crescente, e essa empresa se enquadra no ramo das empresas que ajudam o meio ambiente, e na capacidade administrativa de seus sócios, pode-se concluir que a empresa é viável economicamente. E esse estudo não só mostra como é viável financeiramente, como quase todos os hospitais e clinicas de natal, precisam melhorar seu conhecimento interno de como manipular esses materiais infectados, para que assim o índice de infecção possa diminuir gradativamente.

Plavras-Chave: Negócios, Inivação, Viabilidade

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DOS INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS DAS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LISTADAS NA BM&F BOVESPA NOS EXERCÍCIOS DE 2012 E 2013

Autor(es):

Sérgio Roberto Costa Oliveira Júnior: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Lis Daiana Bessa Taveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O setor de construção civil possui significativa importância no cenário econômico nacional, bem mais do que os demais segmentos da construção vistos isoladamente visto que o setor absorve insumos, produtos industrializados, matérias primas e principalmente os serviços de mão-de-obra, considerados primordiais em sua cadeia. Nas duas últimas décadas a construção civil tem seguido uma trajetória de crescimento exponencial, particularmente em termos de produção no Brasil. A estabilização da economia, comparado a décadas anteriores e a promoção de programas sociais e de incentivo à habitação tem colaborado para tal evolução. A indústria da construção ainda é grande fonte geradora de impostos. Nos últimos dez anos, o setor foi responsável por cerca de 9% do volume total de tributos arrecadados no país. Os impostos gerados pelos produtos consumidos no macrossetor da construção são responsáveis por cerca de 26% do total dos impostos sobre o consumo intermediário da economia. A importância da construção civil também pode ser mensurada pelo déficit habitacional. A construção de moradias é fundamental para a redução deste déficit que, em 1996 era de 5,4 milhões de unidades e a cada ano registra-se um incremento neste déficit, visto que a produção não acompanha a demanda. Este segmento, assim como todos os outros componentes da indústria, sofreu os impactos da crise econômica. Segundo o IBGE, através do Sistema de Contas Trimestrais, o resultado das atividades do setor em 2009 foi extremamente negativo (-6,3%). Porém, esta estatística não reflete o real desempenho da construção civil. Em 2009, o setor desempenhou um papel anticíclico na economia nacional, com o governo incentivando suas atividades através de instrumentos como políticas fiscais (redução no IPI de alguns materiais de construção) e introdução de programas de concessão de subsídios como o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) que, além do caráter social, veio para aquecer as atividades na economia.

(Metodologia) Objetivando analisar o comportamento dos indicadores econômicos e financeiros das empresas de construção civil listadas na BM&F Bovespa nos exercícios de 2012 e 2013, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de caráter documental e abordagem qualitativa. Utilizando-se de uma amostra definida por conveniência abrangendo as empresas Cyrela Brazil Realty S/A, Gafisa S/A, PDG Realty S/A, Rossi Residencial S/A e MRV Engenharia e Participações S/A, extraiu-se em 01/10/2014 por meio do website da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, os valores das contas do balanço patrimonial e Demonstração dos Resultados do Exercício - DRE das empresas das referidas empresas que dariam subsídio ao cálculo e composição dos indicadores de liquidez, endividamento e rotatividade calculados neste trabalho. Em conformidade com pesquisas já escritas na área, utilizou-se como base de estudos as obras de Silva (2013), Marion (2009), Assaf Neto (2009), Ludicibus (1998) e Olinquevich (1998).

(Resultados) Apesar dos resultados ainda estarem em fase de análise já se observa, de forma superficial que alguns índices apresentaram resultados bem distintos de empresa para empresa, no entanto, observa-se um aumento médio nos indicadores de liquidez geral e composição de endividamento, retorno sobre ativo e retorno sobre patrimônio líquido e um decréscimo nos indicadores de liquidez corrente, liquidez seca, imobilização do patrimônio líquido, participação de capitais de terceiros, giro do ativo e retorno sobre vendas.

(Conclusão) Em fase desenvolvimento

Palavras-Chave: Balanço Patrimonial. DRE. Índices Econômico-Financeiros

**CONTROLE INTERNO: UM ESTUDO NO BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A SOB A ÓTICA DAS NORMAS
INSTITUÍDAS PELO BACEN**

Autor(es):

Janaína Shirley Rocha de Souza: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Lis Daiana Bessa Taveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O sistema bancário brasileiro vem passando por diversas modificações em seus sistemas internos, a fim de melhorar cada vez mais os seus serviços e inibir as irregularidades e principalmente as fraudes que vem acontecendo ao longo dos anos. Essas modificações trouxeram a necessidade da implantação do sistema de controle interno, para que houvesse um crescimento saudável das organizações. Com o objetivo de impedir a ocorrência de fraudes, as instituições vêm aprimorando cada vez mais o seu sistema de controle interno, que são processos e práticas adotadas pela administração de uma instituição, que tem por finalidade assegurar que todas as ações sejam executadas adequadamente, através de regras, procedimentos e métodos que auxiliam a empresa na confiabilidade e eficiência, fazendo com que suas metas e objetivos sejam cumpridos com excelência. O BACEN, para evitar fraudes bancárias, instituiu através de sua resolução nº 2.554/98, uma norma onde padroniza o sistema de controle interno das instituições bancárias por ele regido, que é composto por regras a fim de haver um aprimoramento das atividades por elas exercidas, focados em seus sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais. Diante do exposto surge o seguinte problema de pesquisa: As medidas de controles internos do banco Itaú Unibanco S.A utiliza, estão em conformidade com as normas instituídas pelo Banco Central do Brasil?

(Metodologia) O presente estudo é caracterizado como descritivo, pois objetiva observar, analisar, interpretar e descrever os resultados encontrados, mediante a, pesquisas e entrevistas. O procedimento utilizado para a pesquisa é caracterizado como bibliográfico, pois busca apresentar a história e a importância dos controles internos em uma instituição, bem como documental, pois busca apresentar através de normas instituídas, resultados pertinentes ao objetivo do presente trabalho.

(Resultados) Foi constatado através de pesquisas e entrevistas que o banco Itaú, busca em suas normas e circulares, expor aos funcionários a importância das normas instituídas pelo BACEN bem como a importância de segui-las. Nota-se, que a instituição aplica suas medidas de controles de acordo com a complexidade de cada risco, tendo em vista que cada caso é um caso, com suas respectivas prevenções. Estabelecendo objetivos à instituição, com seus respectivos procedimentos e com a devida averiguação da diretoria para garantir o cumprimento dos mesmos, pois seus gestores buscam a otimização e a excelência de seus serviços.

(Conclusão) Após pesquisa e estudos sobre o assunto é possível notar a grande importância de um eficiente sistema de controles internos para uma instituição, por tratar-se de uma importante ferramenta contra os riscos e as fraudes. Através do estudo das normas e circulares do banco Itaú Unibanco S/A, percebe-se que a instituição, presa bastante pelo cumprimento das normas instituídas pelo BACEN, tendo em vista que tudo que foi proposto pelo mesmo, é de fundamental importância para a saúde financeira da instituição e de seus clientes, fornecendo assim uma maior segurança em seus sistemas, a fim de evitar ou sanar os riscos e erros existentes no dia a dia da instituição. Nota-se, através do questionário aplicado aos funcionários, que as normas, não só são de livre acesso a todos, como também são rigorosamente cumpridas pelos mesmos, a fim de manter o padrão de excelência da instituição.

Palavras-Chave: controle interno, Bacen, Fraudes

ECONOMIA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO RN: O PERFIL SÓCIO ECONÔMICO DA CIDADE.

Autor(es):

Silvestre Ferreira Aguiar: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Rodrigo Daniel Campelo Severino: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Francisco Gomes de Oliveira Sobrinho: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Josivânia Kelly Flor de Lima Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Lucas Mateus Martins Freires: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN
Aluísio Alberto Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho analisa o processo de formação e desenvolvimento econômico do município de Santo Antônio, procurando elencar fatos e dados que contribuam para um entendimento mais significativo do atual panorama econômico da cidade. Com objetivos secundários, a partir da interpretação das informações coletadas e processadas, identificar algumas oportunidades de melhoria e desenvolvimento, talvez ainda não vislumbradas pela administração pública. Portanto diante do exposto, o objetivo deste trabalho é compreender a o andamento da economia da cidade e analisar a seguinte problemática: qual o nível de educação, de saúde e de trabalho do município de Santo Antônio? O que ajudará a melhorar esses aspectos, Portanto, exerce um papel fundamental na orientação de economia. O estudo mostrará a estruturada da cidade de Santo Antônio visualizando a situação de vacilante e desigual elevação na oferta de empregos onde dificulta a recuperação geral da economia, apresentando melhorias para esse problema visando uma tendência de redução de desemprego, assim como os problemas de saúde e educação neste município.

(Metodologia) Em função dos objetivos do estudo, se propõe um estudo de pesquisa bibliográfica quantitativa, identificando a quantidade de habitantes, de trabalhadores, total de assalariados e o valor total de salários anual, entre outros. Qualitativa assim utilizando-se técnicas de análise de conteúdos como o andamento da educação, saúde e do trabalho. Aqui se propõe um estudo para analisar a economia do desenvolvimento da cidade do Rio Grande do Norte: Santo Antônio, com a escolha de principais aspectos que é a de identificar o grau de ensino, a dimensão da saúde e a escassez de trabalho. Diante de uma pesquisa de questionário feito com 20 (vinte) habitantes da cidade de Santo Antônio/RN, com o intuito de saber a opinião sobre o município.

(Resultados) Este trabalho teve como objetivo esclarecer a um estudo de pesquisa bibliográfica quantitativa, identificando a quantidade de habitantes, de trabalhadores de Santo Antônio/RN. A pesquisa deixa como resultado uma grande base teórica sobre o perfil da cidade de Santo Antônio, visando desenvolver uma breve descrição, novas ideias e novos conhecimentos em uma área abrangente e ainda pouco explorada. Vale salientar ainda a importância de pesquisas como esta para minimizar a escassez de material acadêmico sobre o panorama socioeconômico de pequenos municípios, especificamente com a finalidade de extrair determinados parâmetros, o que faz deste trabalho um desafio motivador e uma pesquisa viável que apresenta muita relevância no contexto social, administrativo e econômico.

(Conclusão) O presente artigo tem como objetivo realizar uma análise exploratória do desenvolvimento de uma cidade que está situada na Região agreste do estado do Rio Grande do Norte: a cidade de Santo Antônio, buscando entender o funcionamento da economia do município e conhecer o perfil socioeconômico da cidade. Assim, busca analisar o processo de formação e desenvolvimento econômico do município, procurando elencar fatos e dados que contribuam para um entendimento mais significativo do atual panorama econômico da cidade.

Plavras-Chave: Economia. Saúde. Educação.

**GOVERNANÇA CORPORATIVA E TRANSPARÊNCIA: UM ESTUDO NO BANCO ITAÚ S.A. NOS ANOS DE 2010
À 2013 Á LUZ DO PARECER TÉCNICO DA CVM Nº15/87.**

Autor(es):

Maria Bruna de Medeiros: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Lis Daiana Bessa Taveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) A Governança Corporativa é um conjunto de práticas, padrões e sistemas que possibilitam o relacionamento entre todas as partes interessadas e a direção executiva das organizações para monitorar e controlar todos os processos dentro das organizações. Dentre os princípios relevantes e indispensáveis das práticas de Governança encontra-se a transparência que deve ser observada em todos os relatórios administrativos e informações divulgadas pelas empresas na busca por maior confiabilidade. Diante disso, surge o seguinte problema de pesquisa: O relatório de administração do Banco Itaú S.A. atende ao princípio da transparência, conforme recomenda o Parecer da CVM n. 15/87? O objetivo do trabalho é de verificar se o relatório de administração do Banco Itaú S.A. atende ao princípio da transparência, conforme recomenda o Parecer da CVM n. 15/87. O trabalho será dirigido para verificar os resultados e práticas de Governança necessárias para que todos os interessados nos resultados das empresas possam identificar as mudanças que ocorrem ao se ter boas práticas de Governança e princípios.

(Metodologia) (METODOLOGIA) A pesquisa caracteriza-se como descritiva ao fazer um levantamento e análise dos relatórios de administração do Banco Itaú de 2010 a 2013 e fazer uma comparação às orientações do parecer da CVM Nº15/87, que gerou um total de 11 assuntos a serem pesquisados, para verificar qual adesão das práticas de governança Corporativa e transparência em seus relatórios. No que diz respeito aos procedimentos é bibliográfica e documental que foi realizada através de livros, sites, artigos e os principais documentos da pesquisa é composto pelos relatórios administrativos do Banco Itaú e o parecer da CVM nº15/87 para fazer aplicação das orientações da CVM nos relatórios da instituição.

(Resultados) (RESULTADOS) Buscou-se verificar se as informações apresentadas no Relatório de Administração do Banco Itaú S/A no período de 2010 a 2013 se os mesmos seguiam as orientações do Parecer da CVM nº 15 de 1987. Foi relacionado às orientações citadas pelo Parecer em relação ao Relatório de Administração que levou aos seguintes assuntos a serem apresentados nos Relatórios: A descrição dos negócios, conjuntura econômica, recursos humanos, investimentos, pesquisa e desenvolvimento, novos produtos e serviços, proteção ao meio ambiente, reformulações administrativas, investimentos em controladas e coligadas, direitos dos acionistas, perspectivas e planos para o exercício. Após relacionar esses assuntos apresentados pelo parecer buscou-se localizar os mesmos nos relatórios do banco Itaú e assim perceber qual a aderência da instituição as orientações da CVM quanto aos relatórios de administração. Todas as orientações estavam presentes nos relatórios do Itaú no período de 2010 a 2013, que serão apresentadas em uma tabela.

(Conclusão) (CONCLUSÕES) Durante o decorrer da pesquisa foram analisados os relatórios divulgados pelo Banco Itaú e confrontados com as diretrizes da CVM em seu parecer nº15/87 quanto aos relatórios de administração. O resultado encontrado foi apresentado em uma tabela; foram localizadas todas as orientações nos relatórios de administração do banco Itaú no período de 2010 a 2013 que demonstram que a instituição está em conformidade com as práticas de Governança e transparência ao seguir as orientações da CVM.

Plavras-Chave: Governança, transparência, orientações.

O TURISTA NA GRANDE NATAL

Autor(es):

Amanda Cândido Araújo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Ingrid Beatriz Santana da Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Jackson Borges da Costa: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Maria Lucinara Gomes dos Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Keliton Pereira da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Aluísio Alberto Dantas: Docente do UNI-RN
Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo trata do turismo na grande Natal a qual é a capital do Estado do Rio Grande do Norte, possui uma área de 167.263 km², é a segunda capital brasileira com a menor área territorial (maior apenas que Vitória) é também a sexta capital do país em densidade populacional, foi fundada em 1599 as margens do Rio Potengi. Destaca-se pelas belezas naturais, pelos pontos turísticos e pela culinária nordestina. O objetivo geral é analisar o perfil socioeconômico do turista na grande Natal. Os objetivos específicos são analisar o crescimento do fluxo de turistas em Natal durante o período de 2010-2012; Demonstrar os benefícios que o turista trás a economia Natalense e Analisar o perfil do turista que vem a Natal. Assim lançamos a problemática que é demonstrar o crescimento do fluxo de turistas em Natal no período de 2010-2012?

(Metodologia)) Esta pesquisa é bibliográfica, descritiva e documental. O universo e Amostra aqui utilizados é probabilístico, os tratamentos dos dados se deram em: Quantitativos e qualitativos, nas quais se fizeram necessários para pode se chegar aos resultados.

(Resultados) A realização da pesquisa demonstrou o perfil socioeconômico do turista na grande Natal, que de acordo com Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPCD) diz que a renda estipulada dos turistas que foram entrevistados é de R\$ 3.001,00 e 6.000,00. Sendo assim essa renda é um benefício dos turistas na economia natalense. Assim de acordo com dados fornecidos por Rita Maria, que trabalha no setor de estatística da SETURN/RN, relatamos que houver um crescimento no fluxo de turistas nacionais no período de 2010-2012, e em contra partida houve uma depreciação do fluxo de turistas estrangeiros na região de Natal.

DESCRIMINAÇÃO	NATAL 2010	FLUXO 2011	FLUXO 2012
BRASILEIROS	92,69%	92,70	93,48%
ESTRANGEIROS	7,31%	7,30%	6,52%

(Conclusão)) a realização da pesquisa demonstrou o perfil socioeconômico do turista na grande Natal, que de acordo com Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPCD) diz que a renda estipulada dos turistas que foram entrevistados é de R\$ 3.001,00 e 6.000,00. Sendo assim essa renda é um benefício dos turistas na economia natalense. Uma principal vantagem desta pesquisa, é o fato que os turistas deixam a sua renda na grande Natal, pois é a segunda fonte de renda do estado, e que 94% dos turistas indicam a cidade a outros, mas com sua desvantagem chegou um percentual de 58% destes turistas são homens no que dar-se a um turismo sexual na cidade. Concluímos que o fluxo de turistas nacionais teve um aumento não muito significativo no período de 2010-2012 e em contra partida houve uma diminuição do fluxo de turistas estrangeiros neste mesmo período. Os resultados a que se chegou deixam o campo aberto para outras pesquisas na mesma área, como por exemplo: Qual seria a vantagem dos turistas em relação a empregabilidade no estado? Por que ocorre o turismo sexual? Qual impacto dos turistas no estado?

Plavras-Chave: turismo-fluxo-estrangeiros

CONIC 2014

Inovação e Tecnologia para o Desenvolvimento Profissional



unirn.edu.br

PG3 – Direito

A ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS: ASPECTOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA A LUZ DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Autor(es):

Maiara Gabriela Dantas da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com o reconhecimento da união estável entre casais homoafetivos através de jurisprudências e o entendimento de que a formação da família é a base da sociedade, o número de casos de adoção por essa união vem crescendo bastante, com uma importância singular para a compreensão e quebra de paradigmas que a sociedade mesma criou. Os dados são significativos e atuais, sinalizando para uma nova realidade familiar no seio da sociedade contemporânea. Entretanto, o preconceito ainda é bastante forte em um universo de seres humanos que acreditam que a orientação sexual distinta da maioria tornaria um subcidadão com incapacidades para exercer atos da vida civil, com um olhar especial à paternagem/maternagem. O ato de adotar uma criança ou adolescente não deve estar unida em função de uma orientação sexual e sim do desejo de também constituir uma família.

(Metodologia) A metodologia caracteriza-se no procedimento de pesquisas bibliográficas, provenientes de estudos já realizados sejam por artigos, publicações, jurisprudências, legislação na área do Direito de família à luz da adoção por união Homoafetiva e aplicação dos Princípios previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, visando sempre a proteção absoluta e garantias fundamentais, bem como o melhor interesse da criança e do adolescente. Desta maneira, poderemos compreender melhor sobre o pensamento da sociedade atual frente ao tema de alta relevância social e jurídico- constitucional e as quebras de paradigmas que a sociedade mesma criou.

(Resultados) O resultado consistirá na análise dos aspectos da adoção para casais homoafetivos na contemporaneidade à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, traçando um perfil da possibilidade de adoção por casais que são do mesmo sexo constituir também um núcleo familiar. E mostrar o posicionamento jurisprudencial que vem sendo adotado pelo Brasil.

(Conclusão) Decisões de tribunais vêm apontando mostrado que adoção por casais homoafetivos tem alta relevância social e jurídico-constitucional na sociedade contemporânea. São significativos os números de pedidos de adoção por casais do mesmo sexo, devido o desejo, o sonho de construir uma família ser também possível entre esses casais. A constituição Federal considera a família a base da sociedade, a merecer a especial proteção do Estado (Art. 226). Não é por outro motivo que assegura a crianças e adolescentes, com absoluta prioridade, essa que é regida sob a doutrina da proteção integral, um punhado de direitos fundamentais, entre eles, o direito à convivência familiar (Art. 227). Ademais, impende destacar que é um Direito Fundamental previsto no ECA, além de outros tantos direitos, o Direito à convivência familiar e Comunitária, pois quando não for possível a convivência com a família natural, a colocação em família substituta, sob a modalidade de adoção é uma previsão.

Palavras-Chave: União estável, Homoafetivos, Família, Adoção

**A APLICAÇÃO DAS PENAS ALTERNATIVAS NOS CRIMES PRATICADOS CONTRA A PREVIDENCIA SOCIAL -
APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA BAGATELA.**

Autor(es):

Joelma dos Santos Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O advento da lei n. 9.714/98 trouxe a aplicação das penas restritivas de direito que substituem quando da aplicação das penas privativa de liberdade com pena não superior a 4 (quatro) anos, além disso, devem ser crimes cometidos sem a presença da violência ou grave ameaça. O surgimento da lei se deu pela necessidade de proteção dos bens indispensáveis ao convívio em sociedade. Para sua aplicação são observados requisitos cumulativos que devem estar presentes no caso concreto, servindo de norte ao julgador que por sua vez deverá analisar e substituir a pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos, objetivando evitar um mal desnecessário, que seria encarcerar o condenado a outros de maior grau de periculosidade. Analisando sua aplicação aos crimes praticados contra o patrimônio público, especificamente nos casos de fraude contra a previdência social verificamos que no caso de recebimento de parcelas indevidas de seguro desemprego, na condição de segurado, este estabelece vínculo de emprego indevidamente, percebendo ambos o salário e parcelas do seguro desemprego configurando assim crime previsto no Código Penal em seu art. 171, crime de estelionato, onde a pena prevista por ser inferior a 4 anos de reclusão, poderá ser convertida na pena restritiva de direitos, as quais a saber são as seguintes: pena de multa, perda de bens e valores, prestação de serviços a comunidade, limitação de fim de semana e interdição temporária de direitos. Observando os aspectos desse tipo de crime, podemos perceber que o princípio da bagatela não pode ser utilizado, mesmo o valor sendo considerado ínfimo, justificando pois que o dano é ao patrimônio abstrato dos trabalhadores, além de trazer prejuízos ao programa de seguro desemprego.

(Metodologia) Utilizou-se o método de direito comparado, verificando a doutrina e a jurisprudência adotada pelos Tribunais acerca do assunto. Questiona-se, como se dá a aplicação das penas alternativas aos crimes praticados contra o programa de seguro desemprego? O princípio da dignidade da pessoa humana está sendo observado nestes casos? A não utilização do princípio da bagatela mesmo sobre valores considerados ínfimos, traz prejuízo ao que concerne ao princípio da dignidade humana?

(Resultados) O presente estudo originou-se a partir de análise aos acórdãos publicados pelos Tribunais Regionais nos casos previstos no Código Penal como é o caso do crime de estelionato art.171 CP, praticado contra a previdência social, sua pena tem previsão legal no art. 43, da lei nº 97.14/98, onde poderão ser aplicadas segundo requisitos as penas alternativas, ou seja, as penas restritivas de direito, onde a lei amplia em seu rol vários requisitos para sua aplicação.

(Conclusão) Nos acórdãos investigados, se observou o não cabimento da aplicação do princípio da bagatela, mesmo o valor percebido indevidamente sendo considerado ínfimo, o entendimento se deve ao fato de haver perigo de desestabilização ao programa de seguro desemprego.

Palavras-Chave: Palavras-chave; Dano. Patrimônio público. Pena privativa de liberdade, princípio. Bagatela, dignidade humana.

A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Autor(es):

Maciele de Barros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Carlos Mateus Pereira Barreto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Constituição Federal de 1988 deu ao Ministério Público total independência e autonomia no que tange a defesa da ordem jurídica, o regime democrático e os direitos e interesses sociais indisponíveis, considerando-o como verdadeiro representante da ordem e do interesse público. Desta feita, analisaremos aqui o papel de suma importância que é desenvolvido pelo referido Ministério – sua área de atuação, seus interesses institucionais e acima de tudo o dever de guarda deste para com os interesses sociais. O Ministério Público, como bem ressalta a Constituição Federal, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, e lhe é confiada a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Em um Estado Democrático de Direito, a ordem jurídica tem como objeto principal o respeito e a defesa dos direitos humanos, cabendo punição às eventuais violações, punições estas que consistem desde as penas restritivas de direito à privativas de liberdade. A atuação central do Ministério Público consiste, portanto, na defesa dos direitos humanos e no combate às suas violações. Em face disto, faremos aqui um estudo sucinto acerca da atuação do Ministério Público em face dos direitos pessoais indisponíveis, dando uma atenção especial aos direitos que cercam o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, analisando o papel do referido Ministério no que tange a aplicabilidade dos referidos direitos, para efeitos práticos e aplicáveis na vida cotidiana.

(Metodologia) Com o desiderato de alcançar os objetivos propostos, pretende-se realizar uma pesquisa de caráter qualitativo, com ênfase no levantamento bibliográfico, segundo o entendimento majoritário de parte dos grandes doutrinadores do Direito, bem como nos embasaremos nas decisões, entendimentos, súmulas vinculantes e demais meios de interpretação baseados nos pareceres dos tribunais superiores. Acerca do método de abordagem, em virtude da impossibilidade da pesquisa de campo, por razões de tempo, utilizaremos ainda o método hipotético-dedutivo.

(Resultados) Ainda não obtidos.

(Conclusão) O presente artigo teve por principal finalidade investigar o papel fundamental do Ministério Público na promoção dos Direitos Humanos Fundamentais. Por Direitos Fundamentais entendemos o conjunto de direitos e garantias atribuídos a quaisquer cidadãos, independentemente de sexo, idade, cor, raça, credo, condição social ou afins; é a gama de direitos automaticamente garantidos pelo simples fato de se nascer humano. O Ministério Público exerce ainda um papel de fundamental importância na promoção do acesso à justiça. Justiça, por sua vez, é aquilo que está positivado em lei, a saber, aquilo que o Direito diz ser justo. Diante das possíveis dificuldades de interpretação do que se é justo ou injusto, da aplicabilidade do direito real em um caso concreto, visando a diminuição de possíveis injustiças no que tange os interesses coletivos, tem-se a atuação do Ministério Público. Atuação essa assegurada expressamente pela Constituição Federal de 1988, no momento em que a mesma dá ao referido Ministério o status de Guardião da Justiça.

Palavras-Chave: Ministério; Público; Direitos; Fundamentais; Constituição.

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO COMBATE AO CRIME DE TRÁFICO DE PESSOAS

Autor(es):

Adriano Cesar Freire da Costa e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Pedro Calixto Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem por objetivo apresentar as medidas de integração internacional no combate ao tráfico de pessoas no Brasil e em diversos países do mundo, bem como, apresentar as legislações adotadas pelas relações internacionais para combater tal crime. O referido trabalho aborda, também, os programas realizados por diversas organizações mundiais, a fim de erradicar tal delito e proporcionar apoio às vítimas. O conceito adotado para tráfico de pessoas está definido no art. 3º do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transacional. O mesmo dispõe que tráfico de pessoas significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos.

(Metodologia) Esta é uma pesquisa que se classifica quanto ao seu objetivo como sendo do tipo bibliográfica e tem por finalidade mostrar a atuação das legislações e tratados internacionais, bem como, a interação dos países no combate ao Crime Organizado Internacional de Tráfico de Pessoas. Para tanto, a coleta de dados foi realizada em artigos na internet e em sites governamentais que versam sobre o tema.

(Resultados) Vários fatores contribuem para o tráfico de pessoas e os mesmos diferem de país para país. O Governo brasileiro tem contribuído para a construção de declarações e posicionamentos na OEA e no MERCOSUL, que buscam garantir ampliação e defesa dos direitos de migrantes e participação da sociedade civil nesses espaços. Várias organizações internacionais desenvolvem programas de combate ao crime organizado do tráfico de pessoas como, a OIT, o Escritório das Nações Unidas para o Combate às Drogas e ao Crime (UNODC), o Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias (ICMPD) e o Winrock Internacional do Brasil. Destaca-se o programa desenvolvido pela OIT que tem como objetivo fortalecer a capacidade das organizações nacionais para aplicar a legislação existente sobre o tema, bem como para implementar políticas e programas de combate ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual comercial e trabalho forçado. Um dos grandes resultados adquiridos pelo Brasil no combate ao referido crime, foi a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em 2010.

(Conclusão) Sob a ótica do Direito Internacional temos algumas legislações que lastreiam o trabalho de combate e prevenção ao crime organizado internacional como, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção de Palermo em seu Protocolo sobre o Tráfico de Pessoas, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, bem como, a Legislação Brasileira, com o advento da Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005, que realizou significativas alterações no Código Penal brasileiro, no que se refere ao tráfico de pessoas. A Cooperação Internacional tem por principal finalidade integrar os diversos órgãos governamentais, sociedade civil e organismos internacionais para a implementação de ações, contribuindo para a redução do tráfico de pessoas. Como consequência desta cooperação, foi criado um campo de atuação nos três grandes eixos estratégicos para o enfrentamento ao tráfico de pessoas elencados na Política Nacional, sendo eles, prevenção ao tráfico de pessoas, repressão ao tráfico e responsabilização de seus atores e, por fim, atenção às vítimas.

Palavras-Chave: Tráfico de Pessoas, Cooperação Internacional, Direitos Humanos.

A FILOSOFIA DO DIREITO DE DWORKIN: DA CRÍTICA AO POSITIVISMO A COERÊNCIA E INTEGRIDADE DO DIREITO.

Autor(es):

João Pedro de Araújo Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) A doutrina de Dworkin é construída durante a segunda metade do século XX, e é de fundamental importância para compreensão do fenômeno jurídico contemporâneo, principalmente por distanciar-se do positivismo jurídico, e propor uma filosofia do direito que tenha como ponto principal a atividade dos juízes na construção do ordenamento, dando subsídios, portanto, às discussões sobre o ativismo judicial e os limites das decisões nos tribunais. Para a efetiva compreensão das ideias do autor, ele deve ser lido sob o contexto da hermenêutica filosófica, no qual os conceitos “interpretativismo”, “direito como coerência e integridade”, e a “resposta correta”, distanciam-se de uma pureza metodológica, sendo construídos dialogicamente, revelando a importância do direito enquanto ciência prática. Outro aspecto fundamental que norteia suas obras é a aproximação com a teoria da justiça de John Rawls, que apesar de corroborar com o filósofo em alguns pontos, o critica naqueles em que não concorda.

(Metodologia) O método utilizado na pesquisa foi o hipotético dedutivo, no qual se busca responder as seguintes perguntas: qual o embate travado por Hart e Dworkin? O que a doutrina do filósofo pode trazer para a construção do direito? A partir destes questionamentos, tendo como parâmetro as obras: O império do Direito, Levando os Direitos a sério, e justiça de toga, procuramos responde-las, de modo a relacionar essas ideias com a formação do direito moderno.

(Resultados) Em virtude do distanciamento da filosofia do direito de Dworkin ao positivismo jurídico, o filósofo critica as ideias de Joseph Raz, e, principalmente, Herbert Hart, no qual o modelo de padrões jurídicos, sobretudo as normas de textura aberta, cujo conteúdo se aproximaria do que Dworkin chama de princípio, deixava a mercê da subjetividade do juiz a resolução do caso concreto, que para o seu feroz crítico, isso não era possível, pois a moralidade política da sociedade vincula os juízes. Outro resultado importante da pesquisa, é que os padrões de interpretação apresentados pelo filósofo, além de serem vinculados à moralidade social, devem ser lidos conjuntamente, de modo que um dependa do outro. Do conceito “coerência e integridade”, presente no livro “O império do direito”, traz a reflexão do caráter político e social do direito, mostrando que a interpretação dos juízes consolida as instituições da sociedade, e, ao mesmo tempo, assegura para o futuro um parâmetro para aferição das normas jurídicas.

(Conclusão) A importância do estudo da filosofia do direito de Dworkin está em estabelecer um ponto de ruptura na maneira de pensar o direito na atualidade que, todavia, não foi superado ainda, devido à maneira como o positivismo engendrou suas bases na cultura jurídica. Aliado a isso, se compreendida suas obras através do encadeamento dos conceitos em uma escala evolutiva, quer seja na aferição da “resposta correta”, passando pela atividade normativa do “juiz hércules”, até a consolidação dos princípios da comunidade política que formam o direito como “coerência e integridade”, concluímos, portanto, que o direito não deve ser considerado a partir de um fato isolado, mas que sua consolidação pelos tribunais a partir da percepção da sua cooriginariedade com a moral.

Palavras-Chave: Dworkin. Coerência e integridade. Interpretativismo. Positivismo jurídico.

A LEI DA COPA E A FLEXIBILIZAÇÃO DA SOBERANIA DO BRASIL

Autor(es):

Luciana Mauricio Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Juliana Dal Ava Augusto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em meio ao grande evento esportivo, ocorrido no Brasil, que foi a Copa do Mundo de 2014, surge o seguinte questionamento a respeito da flexibilização da Soberania da Nação em prol de benefícios e vantagens financeiras atribuídas ao País sede do evento. É notório que o futebol é o esporte mais famoso do mundo, sendo agregado a este, grande valor nas áreas econômica, cultural, social, política e até mesmo jurídica do país. Dentro desse cenário, sabe-se que um evento como uma Copa do Mundo mobiliza um grande número de pessoas, possibilitando uma maior visibilidade ao país sede, como também, fomentar a economia local. Neste sentido o objetivo da pesquisa busca verificar até que ponto se deve relativizar a soberania da Nação por meio de imposições estabelecidas por uma Instituição Internacional, como é o caso da Federação Internacional de Futebol Associados - FIFA, com fulcro a obtenção de vantagens.

(Metodologia) A pesquisa deste trabalho será baseada através do método dialético, tendo como objetivo realizar uma análise crítica acerca da aplicabilidade da Lei Geral da Copa e a flexibilização da soberania do Brasil.

(Resultados) Depreende-se do conceito de soberania o poder supremo de um Estado, representada pela capacidade de se organizar politicamente sem a interferência de terceiros, ou seja, é a capacidade que o poder constituinte tem em exercer efetivamente os poderes inerentes de sua personalidade jurídica estatal. Nesse contexto, ressalta-se a análise crítica a respeito da aplicabilidade da Lei 12.663, de 2012, conhecida como Lei Geral da Copa, uma vez que, durante a vigência da mesma ocorreu à violação de diversos diplomas legais vigentes no Brasil. Isto ocorre porque os países que desejam sediar uma Copa do Mundo têm que se submeter a uma série de exigências da FIFA, sob pena, em caso de descumprimento, do descredenciamento da Confederação Brasileira de Futebol- CBF.

(Conclusão) Nesse cotejo, a Lei Geral da Copa, que, num modo geral, deveria apresentar-se como uma das séries de medidas à adequação do sistema legal brasileiro aos moldes internacionais pôde vir a ferir a soberania do Estado, a FIFA, impôs ao Brasil regras que melhor lhe atendem, contudo, violou os Princípios Constitucionais da soberania, cidadania e dignidade da pessoa humana. Ao concordar com tais imposições, o governo brasileiro revogará temporariamente vários direitos dos cidadãos durante a Copa. Assim, o país estará submisso aos interesses da FIFA, instituindo entre os brasileiros um estado de exceção, pois as garantias mínimas estabelecidas nas leis em vigor forma o direito adquirido, o que não pode ser desconsiderado em virtude de uma Copa do Mundo. É cediço que, embora a Carta Magna estabeleça princípios norteadores ao desporto no Brasil, e que suas entidades administradoras possuam autonomia para gerir e representar o país, no que tange a Copa do Mundo, a FIFA delega ao país que se associa a participar do evento todo ônus da organização, impondo-lhe, inclusive, sua normatização, que diversas vezes é contrária à lei nacional, e esses países deixam se subjugar na expectativa da obtenção de lucros e melhores condições na infraestrutura.

Palavras-Chave: Soberania, Futebol, FIFA, Estado, Princípios

A MAIORIDADE PENAL NO BRASIL E O DIREITO INTERNACIONAL

Autor(es):

Ressú Ferreira Pires: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Thayanne Clélia Nogueira Pinto : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O mundo passa por constantes e profundas transformações o que não seria diferente no direito penal, as alterações nas esferas sociais, econômicas e tecnológicas fazem com que se tenha cada vez mais acesso as informações que termina interferindo no ritmo do desenvolvimento bio-psicológico infanto-juvenil, um exemplo destas mudanças seria o entendimento jurisprudencial brasileiro de que não se pode mais considerar estupro de vulnerável o sexo praticado por adolescentes de 14 anos, visto que atualmente os adolescente iniciam sua vida sexual cada vez mais cedo. Além destas mudanças houveram também movimentos sociais a favor do aumento da idade da punibilidade. Este tema é bastante discutido na comunidade internacional devido ao aparecimento de crimes hediondos praticados por crianças e adolescentes e a pressão da sociedade por uma punição mais rigorosa do Estado para estes crimes. O Brasil também faz parte desta realidade inclusive possui uma proposta de redução da maioridade penal através do Projeto de Lei Suplementar 23/2012 de autoria do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) que reduziria a maioridade penal de 18 para 16 anos. Este projeto foi rejeitado pelo senado por 11 votos contra 8, mas ainda gera polêmica entre os brasileiros. Por essa razão é imprescindível uma análise mais profunda sobre a política criminal relativa a criança e o adolescente para que desta forma não se prejudique os avanços alcançados na área do direito da criança e do adolescente nem a eficiência e eficácia da punibilidade estatal.

(Metodologia) As autoras realizaram uma pesquisa explicativa, pois foi feito o registro dos dados e procurado as razões da eficácia, legalidade e legitimidade da redução da maioridade penal. O método de abordagem utilizado foi o dialético e o método de procedimento foram comparativo, histórico e estatístico. Por fim, a técnica utilizada foi à documentação indireta, pois não houve entrevistas, somente coleta de dados.

(Resultados) O resultado da pesquisa mostrou que a maioridade penal é um instrumento de política criminal que não inibe a prática do crime, mas gera responsabilidade para o indivíduo em relação aos seus atos. A Organização das Nações Unidas recomenda como método para a redução da criminalidade entre crianças e adolescentes a criação de políticas afirmativas do Estado para a garantia de seu bom desenvolvimento bem como a existência de uma justiça especializada que conceda a estes sujeitos uma justa responsabilização sem ferir seus direitos e garantias constitucionais. Estas recomendações são cumpridas pelo Estado brasileiro, porém a sua prática é bastante limitada tendo em vista o enorme demanda e a falta de estrutura e funcionários para atendê-la.

(Conclusão) A redução da maioridade penal não está relacionada com a diminuição da criminalidade como pode-se observar na Espanha e na Alemanha que reduziram a maioridade penal porém não se registrou redução da violência. Assim pode-se constatar que a idade não é um fator determinante para o cometimento de delitos levando em consideração outros fatores sociais relevantes tais como a falta emprego, moradia, saúde e educação. Uma possível solução para o fenômeno estudado seria um investimento do Estado na promoção da dignidade da pessoa humana principalmente no que tange a criança e do adolescente fazendo com o que tais sujeitos não fiquem a margem do corpo social, mas o integre e edifique.

Palavras-Chave: Direito internacional; redução da maioridade penal; criança e adolescente.

A MILÍCIA E SUAS PECULIARIDADES: ANÁLISE DE CONCEITOS E SUA TIPIFICAÇÃO

Autor(es):

Jailton Barros de Freitas Junior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O trabalho tem como intuito, dissecar a milícia, isso é mostrar a origem, a evolução, os elementos, peculiaridades e os campos de atuações. Frente a dificuldade de definir o que é milícia, vamos recorrer a ajuda da sociologia. Além de estudarmos o tipo penal específico para esse fenômeno, vamos diferenciar a milícia de outros grupos armados que possuem seu respectivo tipo penal. A partir do estudo realizado para conhecer mais sobre a milícia, descobrimos críticas, dúvidas, sugestões e organizações criminosas que se confundem com a milícia. Desta forma, vamos compartilhar o conhecimento adquirido ao longo da pesquisa. Tendo como objetivo, alcançar diversos operadores do Direito, com o intuito de repassar definições de núcleos dos tipos penais – a serem estudados, os reflexos que este fenômeno social causou no mundo legislativo, consequentemente no jurídico.

(Metodologia) Para atingir aos objetivos propostos, pretendem-se realizar uma pesquisa de caráter teórico, com ênfase na análise de artigos científicos, revistas produzidas por institutos de pesquisa, bibliografia, relatórios produzidos por órgãos e pesquisas de campo realizado por institutos. Pretendemos abordar apenas um dos métodos de abordagem científica, será a Dialética. Além disso, utilizaremos dois métodos de procedimentos, o Histórico, como também a Estatística.

(Resultados) Diante desse fenômeno social tão interessante e tão rico de informações, decidi estudar e escrever sobre. Com o passar do estudo, fiz descobertas tanto da seara sociológica, como também do Direito, principalmente. Como dito anteriormente, encontrei diversas críticas a Lei 12.720/12, como exemplo, a grande dificuldade em definir e diferenciar cada grupo a que se refere. A problemática de definir cada grupo num caso concreto trás diversos desentendimentos entre os operadores do Direito, pela subjetividade deixada pelo legislador em não defini-los e especificá-los. Assim, vamos percorrer desde a sua origem até os dias atuais para definir a milícia. Sugerindo ao mundo jurídico um conceito.

(Conclusão) Portanto, devido a falta de conceituação do legislador e a falta de concordância entre os doutrinadores sobre o conceito da Milícia, por ser um fenômeno social e que se encontra em constante mutação. Nos esforçaremos para trazer aos operadores do Direito um conceito atual e firme. Para isso, como dito anteriormente, será necessário o estudo desde suas origens até os dias de hoje, bem como o estudo dos tipos penais e suas classificações. Com isso tentaremos solucionar o conflito doutrinário e consequentemente sugerir alguma solução a ser estudada para a falha tipificação(art.288-A), em que é tão criticada por eles.

Palavras-Chave: Conceito. Milícia. Art. 288-A . Direito Penal

A PEC Nº72 E SEUS DESDOBRAMENTOS NA SEARA TRABALHISTA

Autor(es):

Silmara Chiara Dias Pinheiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Antônio Auto Damas Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Khelyane de Lima Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Bárbara Moura Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Aline Magda Vasconcelos Leadebal Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) O objetivo de nossa pesquisa foi analisado o pretense problema do advento da PEC nº 72, de 02 de abril de 2013 (dos direitos dos empregados domésticos), e suas dobraduras na aplicação de casos concretos na seara trabalhista concomitante com as relações e demandas surgidas e que surgirão ao longo do seu aprimoramento, reconhecimento e regulamentação. A relevância do objeto de nossa problemática intensifica-se na medida em que se busca entender os desdobramentos no mundo da relação emprego/trabalho, se o advento da referida emenda buscou de forma geral ou parcial a inclusão ou isonomia do trabalhador doméstico as garantias previstas na Constituição Federal e Consolidação das Leis Trabalhistas.

(Metodologia) A metodologia usada em nosso trabalho foi a da revisão bibliográfica da obra de diversos autores constitucionalistas brasileiros, trabalhistas bem como revisão dos textos da PEC nº 72, de 02 de abril de 2013, cuja temática é o objeto de nossa problemática.

(Resultados) A classe dos trabalhadores domésticos por um bom tempo foi discriminado em nossa sociedade, não sendo equiparadas as demais relações trabalhistas existentes em nosso ordenamento jurídico, existindo uma desigualdade perante a classe. Os trabalhadores domésticos mesmo preenchendo os requisitos e características de um contrato individual de trabalho não se equivaliam aos demais. “A criação da emenda constitucional nº 72, mas conhecida como “PEC das Domésticas” vem beneficiar e regulamentar a situação do trabalhador doméstico, que adquire a partir dessa lei os mesmos direitos de qualquer outro trabalhador, e pondo fim a injusta discriminação sócio jurídica, além de trazer para o doméstico a garantia de seu direito escrito, podendo recorrer judicialmente caso o seu empregador não esteja cumprindo com sua parte da obrigação, uma lei que flexibilizou e trouxe consigo diversos aspectos positivos embasado na dignidade dos trabalhadores doméstico, acarretando a isonomia dessa classe com as demais trabalhadoras existentes. O objetivo desse trabalho é demonstrar o impacto social que essa emenda constitucional e sua atuação flexibilizadora diante dessa emenda, assim avocar uma isonomia de direitos e deveres para a classe. Encontramos como resultado que a emenda constitucional criada com o intuito de igualar os direitos dos empregados domésticos, se mostra realmente necessária e urgente, uma vez que mais de 70% dos empregados domésticos não tem carteira assinada, em sua maioria são mulheres e negras. Ressalta-se o total abandono e desrespeito não só dos políticos como também da sociedade que não valoriza o empregado doméstico, e termina pagando ao trabalhador menos que um salário mínimo sem qualquer outro benefício. Muito se falou, ao longo dos últimos anos, sobre a necessidade de equiparação dos empregados domésticos aos demais trabalhadores urbanos rurais, no que diz respeito ao rol de direitos constitucionalmente assegurados no art. 7º da Constituição Federal da República.

(Conclusão) Conclui-se que, por meio da PEC nº 72/05, o Congresso Nacional equiparou os empregados domésticos aos demais trabalhadores, conferindo-lhes proteção contra a jornada excessiva e a dispensa arbitrária, por exemplo, estendendo-lhes também o direito ao FGTS sobre o salário percebido, os intervalos intra jornada e Inter jornada e a proibição do trabalho noturno, dentre outras garantias. Portanto, percebe-se que a emenda constitucional nº 72, de 02 de abril de 2013, buscou e trouxe embora de forma parcial, a isonomia e equiparação dos trabalhadores domésticos aos outros trabalhadores com direitos já garantidos e previstos na Constituição Federal e na Consolidação das Leis Trabalhistas, restando ainda, a concretização e regulamentação dos direitos trabalhadores na PEC constitucional nº 072, de 02 de abril de 2013, ainda não recepcionados.

Palavras-Chave: Equiparação trabalhista; Isonomia aos direitos trabalhistas.

A POÉTICA DE WALT WHITMAN EM FOLHAS DE RELVA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS: O CÂNONE DA LIBERDADE E DA IGUALDADE PRESENTES NO ART. 5º E 6º DA CONSTITUIÇÃO.

Autor(es):

Bianca Carvalho de Oliveira Amorim: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Carlos Henrique Medeiros Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A obra Folhas de Relva do poeta Walt Whitman lançada em 1855 nos Estados Unidos estabelece um novo patamar na literatura tanto em forma literária, inaugurando o verso livre sem métrica exata, quanto em tema abordado. Para a época, foi bastante chocante a defesa da tese no livro que todos são iguais e livres para agir como também para pensar, ora, isso não era novo principalmente num período pós-revoluções liberais, mas a diferença se dá no fato de que esse “todos” dessa vez verdadeiramente se referia a todos: os homens, as mulheres e os escravos que foram esquecidos dessas revoluções libertadoras. O valor foi transferido dos atributos que um possa ter para a própria condição humana completando o sistema com o conceito de democracia defendido pelo autor. Uma obra dessa magnitude não poderia estar restrita apenas ao campo literário, então questionou-se sua influência no âmbito jurídico visto que a literatura é um reflexo social e a partir dela pode-se entender os fenômenos que ocorrem nesse meio, logo, entendendo o processo social/literário ao longo do tempo chega-se ao entendimento dos fenômenos do meio jurídico. Seria possível ainda encontrar fragmentos desse pensamento no ordenamento jurídico atual? Esta foi a pergunta motora da pesquisa.

(Metodologia) Visando solucionar o problema de pesquisa, tomou-se como base a primeira edição do livros Folhas de Relva e principalmente o poema Song of Myself que ocupa aproximadamente metade do livro inteiro. Também adotou-se a análise histórica e dialética para entender durante o passar do tempo a influência do pensamento whitmaniano na sociedade assim como em outros escritores e críticos literários. Ainda para esse fim, a análise comparativa entre os poemas e os dispositivos legais fora adotada.

(Resultados) Após pesquisa, percebeu-se que existe desde a publicação do livro em 1855, uma vanguarda dos ideais nele apresentados. Esta vanguarda se tornou muito mais forte com o movimento modernista na década de 1920, o movimento beat e hippie nas décadas de 1950 e 1960 respectivamente. Os três movimentos sociais citados transformaram a realidade ocidental profundamente acarretando em mudanças jurídicas igualmente profundas. Whitman e suas folhas passaram o teste do tempo, sendo possível até encontrar semelhanças na redação dos poemas com artigos 5º E 6º na Constituição Federal de 1988.

(Conclusão) Conclui-se que Whitman pode ser reconhecido nos princípios do ordenamento jurídico brasileiro moderno, apesar de que seu ideal etéreo e inviolável de liberdade e igualdade, hoje, ser passível desconsideração por meio de ações afirmativas, discriminação positiva e direito a diferença por exemplo, mas in summa o que é defendido pelo autor permanece praticamente inalterado quando levado à positivação jurídica.

Palavras-Chave: Walt Whitman. Folhas de Relva. Constituição. Direitos Fundamentais.

A VIOLÊNCIA VIGENTE CONTRA A MULHER: ENTRE O PATRIARCALISMO E A LEI MARIA DA PENHA

Autor(es):

Daniela Pacheco Felix: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ademilson Lacerda Félix: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Esdrália Oliveira Saraiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
José Figueiredo de Lima Júnior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelle de Oliveira Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A discriminação da mulher e, conseqüentemente, a violência psicológica ou física oriunda dessa discriminação acompanham a evolução histórica da humanidade e a complexa organização social. Nessa organização, os regulamentos são os mais eficazes disciplinadores de comportamento, sendo capazes de orientar toda a mudança estrutural da sociedade. É preciso ter em mente que essa violência é fruto de comportamentos oriundos da cultura, dos usos e costumes e da imposição de papéis sociais rígidos.

(Metodologia) Para concretizar esse estudo foram feitas várias pesquisas sobre o tema através de livros, teses, dissertações, periódicos e artigos pertinentes ao assunto, esses em meio físico e digital.

(Resultados) A lei Maria de Penha marca uma verdadeira “judicialização” da violência contra a mulher, sendo fruto de reiteradas reivindicações expressadas, principalmente, através das atividades desenvolvidas pelos grupos feministas. Antes da judicialização, os problemas eram resolvidos dentro do próprio lar, onde ou aceitava-se o problema, submetendo-se a violência, ou entrava em combate com o agressor. É imperioso ressaltar que a violência contra a mulher é uma violência baseada no gênero. Sendo assim, a causa primordial desse tipo de violência é o machismo, como resultado de uma tradição patriarcal e escravocrata, ainda hoje bastante difundida socialmente, inclusive entre mulheres. Comprovam isso os números referentes à violência contra a mulher, que são preocupantes e seguem vitimando milhares de mulheres diariamente. Conforme o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em 2013, as taxas de mortalidade foram 5,28 por 100 mil mulheres no período 2001 a 2006 (antes da lei) e de 5,22 em 2007 a 2011 (depois da lei). Houve apenas um pequeno decréscimo da taxa no ano 2007, em seguida à vigência da lei, mas depois a taxa voltou a crescer. É válido ressaltar que a maioria dos crimes são cometidos por parceiros ou ex-parceiros. Foram Quase 17 mil mulheres vítimas de agressões, entre 2009 e 2011, por causa de conflitos de gênero, ou seja, apenas por ser do sexo feminino (Ipea, 2013). Em uma outra pesquisa, divulgada pelo Instituto Sangari em 2012, o Brasil é apontado, dentre 87 países pesquisados, o sétimo onde mais matam mulheres, sendo 4,4 assassinatos em cada grupo de 100 mil mulheres. Nesse cenário, o Estado do Espírito Santo é apontado como o mais violento, com 9,4 homicídios por 100 mil mulheres e o do Piauí como o menos violento, com 2,6 homicídios por 100 mil mulheres. Os dados revelam, ainda, que essas mortes se concentram, preponderantemente, na faixa etária entre 20 e 29 anos (com 7,7 mulheres assassinadas por 100 mil habitantes femininas) e, na maioria dos casos, o assassino é o próprio cônjuge ou companheiro/ex-companheiro.

(Conclusão) Objetiva-se, portanto, com esse trabalho, uma revisão teórica dos dados mais recentes acerca da violência contra a mulher, tendo como pano de fundo a Lei nº 11.340/2006 conhecida como Lei Maria da Penha, que surge como forma de tirar do anonimato e da esfera privada esse tipo de violência, reconhecendo o caráter preventivo e repressivo na tentativa de coibir, através de lei integral, esses tipos de agressões. É negável que essa lei é um marco fundamental e preciso, mas é apenas um breve começo de uma luta desigual e histórica.

Palavras-Chave: patriarcalismo; violência contra a mulher; Lei Maria da Penha

ADI 2.240 –BA (INCONSTITUCIONAL / VALIDADE)

Autor(es):

Antônio Auto Damas Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rhuama Duarte Medeiros de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) O objetivo de nossa pesquisa foi analisar o suposto conflito existente entre as normas e princípios nas decisões tomadas e fundamentados pelo STF e que tem como objeto de nossa pesquisa o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Partido dos Trabalhadores em detrimento da Lei Estadual baiana 7.619/2000, que criou o município de Luís Eduardo Magalhães tendo em vista o desmembramento do município de Barreiras. Nota-se a relevância do objeto da pesquisa concomitante com a problemática daí surgida, pois se questiona o poder da Suprema Corte em que prepondera as fundamentações de suas decisões para decidir o caso concreto baseado no Pan principiologismo e a não existência da ofensa ao parágrafo 4º do artigo 18 da CF ou ao princípio federativo, entendendo que a existência é válida do município e que deveria ser reconhecida.

(Metodologia) A metodologia usada em nosso trabalho foi a revisão bibliográfica de obras de diversos autores constitucionalistas como também o texto da nossa Magna Carta e somados a estes o conteúdo da ADI 2.240-BA.

(Resultados) Os resultados encontrados na nossa pesquisa foram de que STF, para fundamentar sua decisão, utilizou-se de princípios, alegava-se, ofensa ao artigo 18, parágrafo 4º, da Constituição Federal, porquanto o referido ente fora criado em ano de eleições municipais, sem que existisse a lei complementar federal prevista no texto constitucional, a qual compete definir o período em que os municípios poderiam ser instituídos. Sustentou-se, ainda, que o preceito da Constituição baiana que atribuíra à lei complementar estadual os requisitos para a criação de municípios teria sido revogado com o advento da Emenda Constitucional 15/96 e que a lei impugnada viola o regime democrático, uma vez que a consulta prévia constitucionalmente exigida, por meio de plebiscito, não fora realizada com a totalidade da população envolvida no processo de emancipação, tendo apenas determinado distrito se manifestado.

(Conclusão) Conclui-se que embora a excepcionalidade do caso, apesar da clara e frontal a violação do novo município em detrimento do citado dispositivo constitucional, foi julgado improcedente o pedido, e que o município fora efetivamente criado a partir de uma decisão política, assumindo existência de fato como ente federativo dotado de autonomia há mais de seis anos e que esta realidade não poderia ser ignorada, logo afirmou-se que esse ente assumira existência e, desta, resultaram efeitos jurídicos, ressaltando-se, ainda, que a situação existente no momento da criação do citado município era anormal, haja vista a não edição de lei complementar dentro de prazo razoável. Ponderando aparente conflito de inconstitucionalidades, quais sejam ofensas ao parágrafo 4º do artigo 18 da CF ou ao princípio federativo, entendeu que a existência válida do município deveria ser reconhecida, para que afastar a ofensa à federação. Nesse sentido, considerou os princípios da segurança jurídica e da continuidade do Estado. O STF ao final do julgamento da ADI 2.240-BA, à unanimidade, julgou procedente a ação direta, e, por maioria, ao não pronunciar a nulidade do ato impugnado, manteve sua vigência pelo prazo de 24 meses até que o legislador estadual estabeleça novo regramento e no aparente conflito de inconstitucionalidades impor-se-ia o reconhecimento da existência válida do Município, a fim de que se afaste a agressão à federação. Percebe-se notoriamente que a decisão emanada pelo STF baseou-se no pan principiologismo tendo como princípio norteadores o princípio da segurança jurídica bem com o princípio da continuidade do Estado.

Palavras-Chave: pan principiologismo: conflito de inconstitucionalidade.

ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO

Autor(es):

Carolina Camilo Guedes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Poilla Gurgel Diniz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Luiz Eduardo Marinho Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O assédio moral é uma prática que sempre esteve presente na sociedade, mesmo que de forma obscura ou encoberta, por isso, surgiu à necessidade de averiguar tal prática e seus efeitos sociais, morais e legais. É de grande relevância alertar e informar os empregados e empregadores, bem como, à sociedade, de seus direitos e deveres na esfera trabalhista, social e moral. Além disso, é necessário perceber que há limites entre a subordinação e o constrangimento. Ao não seguir a forma da lei, infringindo suas normas organizacionais e princípios como, por exemplo, o da Dignidade da Pessoa Humana, aplicam-se sanções as condutas dos agentes praticantes do Assédio Moral, pois esta forma de “chefiar” pode gerar ao trabalhador constrangimentos capaz de levá-lo, em alguns casos, à morte, mediante tamanho desequilíbrio psicológico.

(Metodologia) Com o intuito de proporcionar o êxito na presente pesquisa, fez-se necessário o uso de técnicas de dados e análises de diversos meios de informação, bem como, a Constituição Federal, CLT, Jurisprudências, Doutrina, Código Penal, Código Processual Civil, tentando proporcionar uma maior familiaridade com o atual problema, tornando-o claro para o leitor, fomentando uma melhor compreensão da abordagem do tema, além da utilização do método de abordagem dialético na análise dos argumentos contraditórios ou adversos e do método hipotético-dedutivo no confronto entre teorias e, por fim, realização de análises não apenas jurídicas sobre a temática, mas também, psicológica, social e moral.

(Resultados) O assédio moral no trabalho está regulamentado na segunda parte do Art. 483 da CLT, é possível compreender que a problemática não parte apenas de um constrangimento, mas de um déficit psíquico, moral e emocional, em que as vítimas de tal conduta são inúmeras, e estas, precisam ter ciência dos seus direitos para exercê-los e as medidas a serem tomadas como meio de combate ao Assédio Moral no Trabalho. Através da esfera processual é possível analisar diversos casos de ressarcimento sobre danos morais que incidem de forma subjetiva (ao atingirem o íntimo do ser) essas decisões, partem de princípios protetivos tanto da nossa Constituição Federal, quanto dos princípios trabalhistas.

(Conclusão) O assédio moral não pode ser camuflado. É preciso que os empregados violados, tomem a iniciativa de entrarem cada vez mais com ações para reprimirem esse tipo de violência, diante das causas de grandes danos psíquicos à vítima. A CLT por sua vez, deve dar maior amparo ao assédio moral no trabalho, de modo que, é a consolidação das Leis do trabalho, e deve apoiar e proteger cada vez mais o trabalhador de qualquer espécie de agressão ou repressão. No tocante aos autores do assédio moral, devem, os mesmos, se auto educarem e deixarem de ferir o próprio ordenamento jurídico ou serão enquadrados na esfera penal de acordo com a punibilidade de tal crime presente em seu Art. 136 do Código Penal brasileiro podendo gerar aumento de um terço da pena se praticado contra menor de quatorze anos. Direitos iguais existem e é para serem respeitados. Falta apenas uma dose de consciência em cada cidadão, e esta dose é imprescindível para a construção de um mundo melhor, para um ambiente de trabalho digno e para humanos que não apenas cobrem os seus direitos, mas saibam exercer os seus deveres.

Plavras-Chave: Assédio Moral; Trabalho; Sanções;

AUXÍLIO RECLUSÃO: MITOS E FATOS NO QUE SE REFERE A TAL BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

Autor(es):

Adriano Cesar Freire da Costa e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Pedro Calixto Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem por objetivo explicitar o benefício do auxílio reclusão, para que assim se possa desmistificar tal auxílio, uma vez que esse benefício é alvo de muitas inverdades quanto aos seus requisitos, vindo a sofrer, conseqüentemente, muitas críticas por leigos no assunto. É muito comum, principalmente nas redes sociais, críticas referentes a tal auxílio, sendo que na grande maioria das vezes estas são baseadas em mentiras.

(Metodologia) Aplicando o método dedutivo, a presente pesquisa se classifica quanto ao seu objetivo como sendo do tipo bibliográfica e tem por finalidade mostrar de forma clara e simplificada o que realmente traz a legislação previdenciária vigente. Para tanto, a coleta de dados foi realizada em artigos na internet, além da doutrina especializada.

(Resultados) O auxílio reclusão é um benefício pago aos dependentes do segurado que se encontrar preso, porém há de se fazer ressalvas, já que se faz necessário que: a) ele não receba remuneração da empresa da qual seja empregado; b) não receba da previdência o pagamento de auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência em serviço; c) o segurado se encontre em regime fechado ou semiaberto. Tal benefício tem por objetivo amparar a família do segurado da previdência social, somente no período em que ele se encontre preso em regime fechado ou semiaberto. E mais importante, em virtude das críticas pelos leigos no assunto, para que seus dependentes tenham direito ao benefício, se faz necessário que o preso seja segurado da Previdência Social, ou seja, antes de ser preso este estava pagando contribuições previdenciárias mensalmente.

(Conclusão) O benefício do auxílio reclusão se encontra na esfera contributiva da Seguridade Social, qual seja a Previdência Social, logo, não é um assistencialismo para o qualquer cidadão que cometeu um crime e foi preso, mas sim um benefício de caráter previdenciário para os dependentes do preso, como forma de evitar que os efeitos econômicos da prisão atinjam quem dependa economicamente do cidadão preso. Para a concessão de tal benefício é imprescindível que haja a contribuição do cidadão que tem sua liberdade privada, no regime fechado ou semiaberto, bem como que não receba da previdência o pagamento de auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência em serviço, ele não receba remuneração da empresa da qual seja empregado, configurando-se tais requisitos como o fato gerador da concessão do benefício do auxílio reclusão, uma vez que sem tal auxílio a família do segurada estaria desamparada e sem condições de se sustentar.

Palavras-Chave: auxílio-reclusão; esfera contributiva; previdência; dependentes.

CONCUBINATO X UNIÃO ESTÁVEL: O DIREITO ALIMENTAR DA CONCUBINA

Autor(es):

Hipólita Maria Pereira de Menezes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Araujo de Medeiros: Docente do UNI-RN

(Introdução) O referido trabalho tem o objetivo de explanar com maior riqueza de detalhes o mundo atual acerca do que vivemos com o tema. É percebido no mundo atual, que após várias modificações no nosso cotidiano, bem como no código civil vigente, o tema passa a ter uma abordagem diferenciada, o que nos permite falar mais abertamente sobre o tema e sobre os direitos que lhe convém.

(Metodologia) Esse projeto ocorreu com base em pesquisas realizadas em doutrinas e jurisprudências. Trata-se de uma análise moderna, porém o assunto é conhecido desde os nossos primórdios e com o decorrer do tempo passou a acompanhar a evolução necessária para uma possível estabilidade e entendimento jurídico, o que ainda não tem opinião totalmente formada, de fato.

(Resultados) A Concubina passa a ter um papel relevante perante a sociedade. O tema ainda tem caráter muito amplo, o que não define de fato uma maioria sobre os seus direitos, deveres e obrigações. Foram observadas Leis, Jurisprudências e pesquisas acerca do tema que nos mostra que a realidade sobre a Concubina ainda não é totalmente aceita nem pela sociedade bem como pelo nosso código civil vigente. A constituição, também demonstra a evolução das famílias e o seu parâmetro na sociedade atual, contudo ainda necessária de ser revolucionada.

(Conclusão) No primeiro ponto, observou-se a evolução histórica das famílias e seu cotidiano no decorrer da história. A família passa por várias alterações, a incluir meios de convívio, obrigações e deveres traçados, buscando por uma melhor adaptação. A constituição federal de 1988 relata uma grande alteração na postura familiar que até então tinha caráter duradouro e não revolucionário. Com a nova roupagem trazida pela constituição, a família traz um novo diferencial, ficando mais ativa diante dos seus direitos e deveres. No entanto, após anos, observa-se a necessidade de uma nova visão familiar ao observar-se que as famílias se remodelaram com o decorrer do tempo, surgindo, portanto a atualização do código civil de 2002 que relata nova estrutura no padrão familiar, mas que ainda não consegue acompanhar a figura familiar dos padrões de vida atual da nossa sociedade. Em um segundo momento, tratou-se acerca da relação e diferenciação entre União Estável e Concubinato, em que ao tratar da união estável, verifica-se que para ela caracterizar-se como tal, necessita das seguintes características: convivência e coabitação, unicidade de vínculo e intenção de formar família. Contudo, ao analisar os dois conceitos, percebeu-se que a diferença entre união estável e concubinato é que o primeiro é visto como uma união pública, contínua e duradoura, sem impedimentos legais, sem vínculo matrimonial vivendo desta forma, como se casados fossem. Já o segundo, é uma relação não eventual, entre um homem e uma mulher, mais ou menos estável, mas que são impedidos de casarem e constituírem um matrimônio na forma legal. Por fim, surge a necessidade de abordar os direitos alimentares destas famílias, em uma narrativa pontuada entre a mulher casada, companheira e concubina, bem como o que relata o código civil atual sobre estes direitos e as atualidades jurisprudenciais que cada ponto traz, percebida a necessidade dessas atualizações com o decorrer do tempo e a evolução traçada pelas famílias. Percebe-se que mesmo com tal evolução evidenciada, há entendimento de alguns doutrinadores e a própria legislação não admitem alimentos decorrente da união concubinária, uma vez que nos termos do art. 1.694 deste código a concubina não configura em meios aqueles que podem pleitear alimentos. Por outro lado, existem diversas jurisprudências neste campo que já deferiu alimentos a uma concubina. Como se percebe, existe opiniões opostas. Enfim, esta pesquisa busca apenas apresentar alguns elementos para eventuais discussões acerca do tema abordado.

Plavras-Chave: Evolução Histórica, Concubina, Famílias, Código Civil.

CONTEXTO PROCEDIMENTAL DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

Autor(es):

Fernando Bezerril de Araújo Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Renato Breno de Faria: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Bruno Tavares Padilha Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) Na ótica jurídica brasileira, a reparação do dano causado pelo Estado demanda o conhecimento dos fatos à análise do Poder Judiciário, que após um burocrático processo emitirá uma decisão com aptidão a formar coisa julgada. Com o fim desta etapa, e reconhecido o direito postulado, iniciase, caso o devedor não cumpra a disposição judicial espontaneamente, uma fase executória, aonde se busca, através de procedimentos jurídicos, a satisfação da tutela do demandante. Em face da Administração Pública, entretantes, o ordenamento jurídico prevê um regime próprio de execução, a saber, dos precatórios, cujo procedimento encontrase disciplinado no art.100 da Constituição da República, objeto do presente artigo. A Fazenda, com isso, responderá pelos danos que seus agentes causarem a terceiros. Tal dever de indenizar, ressaltese, independe de dolo ou culpa na conduta do agente, consubstanciando a responsabilidade civil objetiva do Estado.

(Metodologia) Este trabalho de cunho acadêmico foi desenvolvido a partir de pesquisas documentais e bibliográficas aonde se buscou analisar a própria previsão constitucional em seu art. 100, cujo objetivo buscou oferecer noções básicas sobre o procedimento de satisfação das demandas em face da Fazenda Pública.

(Resultados) Observouse a obrigatoriedade de inclusão, no orçamento das entidades de direito público, da verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte. O pagamento será processado, em princípio, na ordem cronológica de apresentação e à conta dos créditos respectivos, vedando, o art. 100 da Constituição, a designação de casos ou pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim. A requisição de pagamento, ora denominada precatório, não pode mais, destarte, ser processada pelo procedimento do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conquanto tenha sido objeto de declaração de inconstitucionalidade durante o desenvolvimento de ADI perante o Supremo. As Fazendas demandadas podem definir em Lei, ainda, o valor de requisições de pequeno valor que devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado, sobre as quais não se aplica a expedição de precatórios.

(Conclusão) Se, porventura, o Estado, no exercício e suas atribuições legais, cometer um dano a um cidadão, possui o dever de indenizá-lo independentemente de culpa ou dolo do agente causador, consubstanciando, desta forma, sua responsabilidade objetiva. A execução judicial contra a Fazenda Pública é dotada de regime próprio, donde se estabelecem uma série de prerrogativas e regalias nos âmbitos constitucional e infraconstitucional, amparados pelo princípio da supremacia do interesse público em detrimento do interesse particular. Dentre essas regalias, a impenhorabilidade e a imprescritibilidade fazem com que a execução contra a Fazenda seja efetuada pelo requerimento judicial, ora denominado precatório.

Palavras-Chave: Precatórios, Processo Civil, Fazenda Pública, Constituição, Execução

CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE: OS DIREITOS HUMANOS COMO PARÂMETRO DE VALIDADES DAS LEIS

Autor(es):

Mariana Lustosa Fonsêca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Thalita Rodrigues Vianna de Farias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) A posição hierárquica dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos recepcionados pelo Brasil influencia direta ou indiretamente, na tomada de decisões administrativas ou judiciais. Essa discussão transformou-se em presente trabalho que aborda do tema controle de convencionalidade das leis, tendo como objetivo a compreensão dos aspectos dessa espécie de controle de validade dos atos normativos. Analisa-se aqui, a hierarquia formal dos tratados internacionais ratificados pelo governo brasileiro e a necessária compatibilização formal e material das normas infraconstitucionais, com esses tratados, como requisitos de validade das normas domésticas.

(Metodologia) A pesquisa parte da doutrina sobre o tema, seu conceito e tratamento na jurisprudência da Corte Interamericana de direitos, bem como na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e demais cortes constitucionais latino-americanas. Nesse prisma, fez-se necessária a distinção entre o controle de convencionalidade e controle de constitucionalidade, para que fosse possível compreender com clareza os elementos fundamentais e característicos do primeiro. Passa-se a análise dos fundamentos constitucionais para a sua aplicação no direito brasileiro, consideradas as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional 45/2004, que introduziu o novo parágrafo terceiro do art. 5º, especialmente no que diz respeito à posição hierárquica dos tratados sobre direitos humanos no ordenamento jurídico.

(Resultados) Trata-se de espécie de controle cujo fundamento é o respeito aos direitos humanos e da soberania do Estado de Direito, sendo certo que, tornando-se signatário de uma convenção sobre direitos humanos, não se pode admitir o retrocesso de um Estado no sentido de justificar-se que um governo nacional promova ou mesmo tolere a prática ou a manutenção dos efeitos de graves violações de direitos humanos em seu território, à revelia dos compromissos internacionais assumidos.

(Conclusão) Conclui-se que o controle de convencionalidade é uma realidade essencial ao Estado de Direito, seja no âmbito da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, tratando-se da teoria que, ademais é plenamente compatível com o ordenamento constitucional brasileiro, em especial por aplicação do disposto nos parágrafos 2º e 3º da Constituição da República e até mesmo como verdadeiro parâmetro de validade da produção normativa nacional. De fato, deve-se observar que tal retrocesso é que implicaria em afronta à ordem constitucional, pois é dela que deriva a proteção da dignidade humana como fundamento da República. Importa em dizer que o parâmetro de controle da convencionalidade não se limita ao texto da convenção, mas engloba todo o corpo que se pode denominar "bloco de convencionalidade", integrado por todos os tratados de direitos humanos que compõe o sistema interamericano (desde que ratificados pelo país), além da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos (no que diz respeito ao Sistema Americano) e até mesmo seus pareceres consultivos. Nesse sentido, verifica-se que a chave da questão está na própria sistemática pela qual se realiza o controle, com base no princípio pro homine, uma vez que o sistema internacional de garantias se combina ao sistema constitucional de proteção aos direitos humanos, complementando-se de forma a se extrair um corpo normativo de proteção máxima aos direitos humanos, que resulta na análise da produção legislativa constitucional por meio de uma lente que combina ambos os controles, de constitucionalidade e de convencionalidade. Assim, garante-se a soberania do Estado Constitucional de Direito, que só pode ser classificado dessa forma quando garante o respeito à dignidade humana.

Palavras-Chave: CONVENCIONALIDADE, CONTROLE, DIREITOS HUMANOS.

DA CRISE DA CULPABILIDADE A CRISE DO DIREITO PENAL

Autor(es):

Antônio Auto Damas Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Henrique Tavares Lopes Cardoso: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
William Emile Germain: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Marcilio Luiz Messias Diogenes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Carlos Augusto de Souza Barbalho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O objetivo de nossa pesquisa foi analisar o pretense problema da crise da culpabilidade no direito penal moderno. Existe, de fato, alguma crise na culpabilidade? Se sim, em que consiste essa crise? Ainda assim, porque se está em crise? Por fim, tem como 'resolver' a crise? A relevância do objeto de nossa problemática se intensifica na medida em que a culpabilidade está atrelada ao próprio direito de castigar, e caso não se tenham elementos científicos que embasem a validade jurídico-dogmática do conceito de culpabilidade a consequência é que o próprio direito de punir ("ius puniendi") do Estado também ficará sem fundamento, sem legitimidade.

(Metodologia) A metodologia usada em nosso trabalho foi a da revisão bibliográfica da obra de diversos autores juspenalistas brasileiros e estrangeiros, bem como partimos sempre do topo da criminologia radical ou criminológica crítica, buscando ver o problema de um modo em que não repetíssemos acriticamente as ideias ventiladas pelos doutos majoritários.

(Resultados) Encontra-se como resultado que a culpabilidade tem como fundamentação material o livre-arbítrio, a autodeterminação absoluta do ser humano, e percebemos que essa fundamentação material do conceito de culpabilidade é indemonstrável, pois não se tem como provar nem empiricamente nem cientificamente a tese do livre-arbítrio, já que ela parte unicamente do axioma da liberdade, de modo que a culpabilidade não passa de uma ficção e não consegue fundamentar o direito de punir, necessitando uma redefinição do conceito com o incremento dos necessários avanços da criminologia e da política criminal de um Estado garantista.

(Conclusão) Chega-se à conclusão de que se faz premente uma redefinição do conceito de culpabilidade, pois a culpabilidade tal como se encontra atualmente não possui elementos que a legitimem na dogmática penal, nem muito menos na criminologia, na neurociência, na filosofia, ente outros, sendo preciso a introdução de elementos trazidos da criminologia e da política criminal, tal qual propõem Zaffaroni e Roxin, para que a culpabilidade possa se fundamentar cientificamente e servir de limite ao poder punitivo do Estado, como uma garantia do cidadão frente ao Estado, e não como um curinga que permite ao Sistema de Justiça criminal seletivamente condenar e massacrar as classes marginalizadas. Encerrando, acreditamos que a crise da culpabilidade é apenas um sintoma, jamais uma doença, pois que tem como pano de fundo a própria crise do direito penal, da legitimação do sistema penal e da função das penas, fazendo com que a crise signifique a crise da própria teoria do delito.

Palavras-Chave: Direito Penal; Culpabilidade;

DENOMINAÇÕES DOS ATOS INTERNACIONAIS

Autor(es):

Diego Sousa de Carvalho Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) É variada a denominação dada aos atos internacionais, tema que sofreu considerável evolução através dos tempos. Embora a denominação escolhida não influencie o caráter do instrumento, ditada pelo arbítrio das partes, pode-se estabelecer certa diferenciação na prática diplomática, decorrente do conteúdo do ato e não de sua forma. As denominações mais comuns são tratado, acordo, convenção, protocolo e memorando de entendimento. Nesse sentido, pode-se dizer que, qualquer que seja a sua denominação, o ato internacional deve ser formal, com teor definido, por escrito, regido pelo Direito Internacional e que as partes contratantes são necessariamente pessoas jurídicas de Direito Internacional Público.

(Metodologia) PESQUISA

(Resultados) **TRATADO** A expressão Tratado foi escolhida pela Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969, como termo para designar, genericamente, um acordo internacional. Denomina-se tratado o ato bilateral ou multilateral ao qual se deseja atribuir especial relevância política. Nessa categoria se destacam, por exemplo, os tratados de paz e amizade, o Tratado da Bacia do Prata, o Tratado de Cooperação Amazônica, o Tratado de Assunção, que criou o Mercosul, o Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares. **CONVENÇÃO** Num nível similar de formalidade, costuma ser empregado o termo Convenção para designar atos multilaterais, oriundos de conferências internacionais e que versem assunto de interesse geral, como por exemplo, as convenções de Viena sobre relações diplomáticas, relações consulares e direito dos tratados; as convenções sobre aviação civil, sobre segurança no mar, sobre questões trabalhistas. É um tipo de instrumento internacional destinado em geral a estabelecer normas para o comportamento dos Estados em uma gama cada vez mais ampla de setores. No entanto, existem algumas, poucas é verdade, Convenções bilaterais, como a Convenção destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal celebrada com a Argentina (1980) e a Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita celebrada com a Bélgica (1955). **ACORDO** O Brasil tem feito amplo uso desse termo em suas negociações bilaterais de natureza política, econômica, comercial, cultural, científica e técnica. Acordo é expressão de uso livre e de alta incidência na prática internacional, embora alguns juristas entendam por acordo os atos internacionais com reduzido número de participantes e importância relativa. No entanto, um dos mais notórios e importantes tratados multilaterais foi assim denominado: Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). O acordo toma o nome de Ajuste ou Acordo Complementar quando o ato dá execução a outro, anterior, devidamente concluído. Em geral, são colocados ao abrigo de um acordo-quadro ou acordo-básico, dedicados a grandes áreas de cooperação (comércio e finanças, cooperação técnica, científica e tecnológica, cooperação cultural e educacional). Esses acordos criam o arcabouço institucional que orientará a execução da cooperação. Acordos podem ser firmados, ainda, entre um país e uma organização internacional, a exemplo dos acordos operacionais para a execução de programas de cooperação e os acordos de sede.

(Conclusão) Assim podemos tratar o termo tratado, em sentido jurídico, exprime: “O convênio, o acordo, a declaração, ou o ajuste firmado entre duas, ou mais nações, em virtude do que as signatárias se obrigam a cumprir e respeitar as cláusulas e condições que nele se inscrevem, como se fossem verdadeiros preceitos de Direito Positivo. [...], desse modo, quando o tratado exprime o ato jurídico de natureza internacional, em que dois, ou mais Estados, concordam sobre a criação, modificação, ou extinção de algum direito, é tido em sentido mais amplo, para compreender qualquer espécie de acordo, convenção, ou declaração (destaques originais). (SILVA, 2006, p. 1429)”.

Palavras-Chave: TRATADO

DESAPOSENTAÇÃO DO MILITAR E AVERBAÇÃO DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA EFEITO DE APOSENTADORIA MAIS BENÉFICA

Autor(es):

*Ricardo Amaury Vasconcelos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Anderson Kleiton de Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Linian Lariele de Paula Brasil: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Tem sido frequente os inúmeros casos de militares que desejam ingressar na reserva/reforma (forma de inatividade própria dos mesmos e insculpida na Lei nº 6.880/80) e, futuramente, reinserirem-se no mercado de trabalho, seja como estatutários ou mesmo na atividade privada. Assim, ao se verem possuidores de tempo de novo trabalho com contribuições, apto a gerar aposentadoria, os referidos militares são surpreendidos pela incerteza de ser possível ou não requerer a desaposentação do benefício e poder averbar o tempo de contribuição para a percepção da aposentadoria no Regime Próprio de Previdência Social por tempo de serviço, em busca de uma aposentadoria mais benéfica para o dito militar aposentado. Para tanto, analisam-se vários princípios, em especial: o da Legalidade, da Liberdade do indivíduo perante o Estado (direito de renúncia da aposentadoria), da Condição mais favorável para o aposentado e da Irrepetibilidade. Todavia, no tocante aos requerimentos realizados pela citada classe, resta tão somente a negativa da renúncia, tendo como fundamento a irrenunciabilidade e a irreversibilidade da aposentadoria, alegadas no artigo 181-B, do Decreto 3.048/99. Entende-se, pois, que o maior objetivo é mostrar a dificuldade que o militar encontra para legitimar seu tempo de serviço e averbá-lo em regime distinto possibilitando a novel aposentadoria.

(Metodologia) A respeito deste tema a pesquisa foi realizada principalmente através de uma análise de jurisprudências dos diversos tribunais pátrios, projetos e artigos científicos tratando sobre casos de militares envolvendo a desaposentação; bem como de um processo administrativo de um determinado militar das forças armadas que não conseguiu obter Certidão constando a contribuição de serviço para ser computador em Regime diverso do militar. O método utilizado foi o indutivo, partindo-se de um caso específico para uma apreciação geral.

(Resultados) Após pesquisas sobre os Regimes Previdenciários tratando sobre a desaposentação e nova aposentação, verificou-se que atualmente não se vê tantos conflitos de jurisprudências, já que o entendimento é de possibilitar a renúncia do aposentado. Todavia, não é o que se percebe nas decisões administrativas das Forças Armadas, no tocante aos pedidos de renúncia da aposentadoria do Regime militar acompanhado de Certidão constando o tempo de serviço para a percepção de nova aposentadoria em Regime distinto.

(Conclusão) Nos julgados dos Tribunais pátrios entende-se que a relação entre segurado e o regime previdenciário é de reciprocidade; assim, se o beneficiário contribuiu mesmo depois de aposentado, pode reverter essas contribuições em seu favor para receber uma aposentadoria melhor, apesar de alguns tribunais insistirem na possibilidade da renúncia combinado com o pagamento dos valores recebidos como forma de benefício. Por fim, resta tão somente o STF julgar o Recurso Extraordinário 381.367/RS, com vista desde 2011 para o Ministro Dias Toffoli.

Palavras-Chave: Constituição e Regime Previdenciário. Desaposentação. Averbação do tempo de contribuição.

DIFICULDADES NO COMBATE À CORRUPÇÃO

Autor(es):

Raphael Targino Dias Gois: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Rinaldo Santos Feijó de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem por escopo analisar as dificuldades enfrentadas para a efetiva punição dos agentes públicos que praticam o crime de corrupção. Para tanto, utiliza de metodologia linear, aprofunda-se no conceito, no histórico brasileiro, perpassando por um exame dos dados estatísticos, em âmbito mundial e interno, e da legislação pátria que envolve a matéria. Para, posteriormente, expor quais os principais óbices processuais existentes que evitam o efetivo combate à corrupção e indicando possíveis soluções para otimizar a atuação estatal, enaltecendo a necessária pressão social. Neste estudo não restou dúvidas quanto aos efeitos negativos da corrupção, pois ela desestabiliza a economia, prejudica os programas de governo ao retirar os investimentos de áreas importantes como saúde, educação, segurança. Contudo, a principal controvérsia ainda se encontra na análise de suas causas, as quais devem ser o foco das políticas governamentais que visem a combater essa prática em nossas sociedades. Infelizmente, a corrupção marca o Brasil há muito tempo – pode-se afirmar que desde o período colonial. O primeiro sistema institucional em nosso território, o de capitânicas hereditárias cedidas pelo Rei de Portugal, em 1954, já era usado para fins marcadamente privados. Os donatários administravam-nas como bens pessoais e familiares, ignorando as populações que nelas viviam. Havia uma confusão entre a esfera pública e privada. Não obstante ao passado, o Brasil ainda apresenta elevados índices de corrupção, percebida, apesar de seus esforços em combatê-la. Este fenômeno é antigo não só no Brasil, mas no mundo. O tema é bastante amplo e difícil de ser esgotado, pois abrange aspectos históricos, administrativos, jurídicos e sociais. Neste trabalho, analisaram-se alguns pressupostos das principais dificuldades no combate à corrupção e as causas da impunidade. Bem assim serão aduzidos ainda possíveis caminhos no combate à corrupção.

(Metodologia) Este trabalho baseia-se numa metodologia linear, resultado de uma pesquisa, de cunho teórico, na doutrina especializada associada ao direito penal, aprofundando-se no histórico da evolução e combate à corrupção, tanto no Brasil, como no mundo.

(Resultados) Constitui-se como objetivo deste trabalho ressaltar as dificuldades encontradas pelos agentes públicos brasileiros responsáveis pelo combate à corrupção, bem como a aplicação da legislação que concerne a temática.

(Conclusão) Com base nisso, conclui-se que a necessidade de uma ampla mobilização nacional, um plano estratégico de combate à corrupção de longo prazo, que envolva o setor público, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada, com um trabalho também fortemente centrado na educação, para poder fazer a diferença, tornando efetivo e eficaz o combate à corrupção.

Palavras-Chave: Corrupção. Impunidade. Combate

DIREITO DE MATERNIDADE DAS GESTANTES NA PENITENCIÁRIA BRASILEIRA.

Autor(es):

Carla Pereira da Silveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Ana Beatriz Câmara Luz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O sistema penitenciário brasileiro é um tema pouco estudado na sociedade que vem passando por uma crise sem precedentes. Nem todos os presídios brasileiros, atualmente, possuem estrutura suficiente para atender o que está determinado na Lei. Decorrente disso, para que o direito seja efetivado de fato, há garantias na Lei de Execução Penal e na Constituição Federal, pois é obrigação do Estado oferecer devidas condições. À grande problematização das penitenciárias femininas não são apenas o número de mulheres encarceradas, mas sim o grande número de gestantes, que se soma diante do aumento das mulheres nos cárceres, pelo simples fato de serem raros os casos de penitenciárias projetadas para serem femininas. A maioria são masculinas, que foram adaptadas para receber as mulheres, muitas vezes quando não serviam mais para abrigar os homens. Para garantir o direito das presidiárias durante a gravidez, em alguns casos, é preciso a retirada do presídio sem estrutura, com condições precárias, alguns dias antes do parto, para terem um melhor acompanhamento médico.

(Metodologia) Dentro de uma análise jurídica, destacamos diversas faces do Sistema Penitenciário Brasileiro, fazendo uma ligação especialmente com as gestantes encarceradas. Nesse contexto, as garantias asseguram-se na concepção sistêmica do direito constitucional e do direito penal. O método de abordagem tem por característica ser dialético e o método de procedimento ser estruturalista.

(Resultados) Diante da análise dos procedimentos, é perceptível que o sistema presidiário brasileiro precisa de novas adaptações para alcançar uma melhoria, implantando novas políticas, voltadas para temática real, principalmente quando está relacionado a mulheres gestantes, enfatizando-se a necessidade de orientação e acompanhamento médico à mulher e ao bebê para ter-se um bom desenvolvimento durante o período da gestação. Na esfera da realidade, recorre-se ao Estado a cobrança dos direitos e garantias fundamentais que estão expostos na Constituição Federal, os quais asseguram o cidadão.

(Conclusão) A partir da análise e da problematização dos presídios femininos brasileiros, diante da realidade exposta, tem que haver um redirecionamento da ação do que deve ser feito para solucionar os problemas, à luz de uma concepção sistêmica do direito penal e do direito constitucional, decorrente do que está previsto em Lei, com o intuito de definir uma melhoria na estrutura e no acompanhamento das gestantes presas, de maneira de proteger os direitos e deveres de maternidade. Cuidando das mulheres que têm filhos nos presídios e como solucionar a colocação destas crianças em lares substitutos, trazendo a legislação à realidade do sistema penitenciário, dentro do modelo de modificação do caráter e do comportamento do preso, solucionando e modificando o sistema penitenciário falido existente, levando a uma nova metodologia de adaptação ao homem à sociedade.

Palavras-Chave: Direito. Penitenciária feminina. Lei

DIREITOS HUMANOS INTERNACIONAL E GÊNERO: A PARTIR DA EXPERIÊNCIA ORGANIZATIVA DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES GIRASSOL

Autor(es):

Vanessa Christina Macêdo da Silva Dias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Jessika Mayara Silva Rufino: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) O fenômeno de universalização das Constituições trouxe como consequência a universalização dos Direitos Humanos, isso se consolida com a Declaração Universal de 1948 que cumpriu um importante papel nesse cenário, garantindo direitos a grupos oprimidos. Com a globalização o Direito Internacional ganha força, em especial com a crescente criação de tratados e convenções internacionais. É com o processo de internacionalização dos direitos humanos da mulher que começa o processo de internacionalização dos direitos mulheres. Não são poucas as disposições nesse cenário que visem a eliminação das opressões de gênero, porém, apesar de ser discutida com frequência no cenário internacional, o avanço sobre o assunto é de se questionar, frente a um cenário de vasta violação aos direitos das mulheres em diferentes nações. Com relação às mulheres do campo essa situação ainda é mais agravada. Essas mulheres ainda possuem menos acesso aos seus direitos se comparadas às urbanas. Essa realidade não é diferente das mulheres da Associação de Mulheres Girassol, do Assentamento Modelo II, localizado no município de João Câmara, que surgiu por causa da dificuldade que estavam enfrentando de participar dos espaços políticos da comunidade juntamente com os homens. Elas dizem que enfrentaram muita discriminação, pois os homens afirmavam que aquele espaço não era para mulheres, por isso se uniram e formaram a associação, que vem trazendo benefícios para todo o assentamento, como a conquista, junto ao INCRA, de três lotes de terra para o plantio coletivo entre elas. Embora ainda enfrentem dificuldades, a associação se mostrou um caminho de fortalecimento dessas mulheres, mas não eliminou a violação de direitos que ainda enfrentam na comunidade em que vivem. Nesse sentido, apesar das crescentes conquistas é preciso uma educação jurídica que pense, especificamente a questão de gênero. É nesse contexto que devemos analisar criticamente o real papel do Direito Internacional, baseado em seus tratados e convenções, e especialmente do Direitos Humanos para a superação dessas opressões.

(Metodologia) Trazendo como recorte da Associação de Mulheres Girassol do assentamento Modelo II- João Câmara/RN, busca-se analisar os Tratados e Convenções Internacionais que versem sobre a questão de gênero e sua influência sobre as mulheres, especialmente as que vivem no contexto rural. Através de visitas feitas ao assentamento, se analisa a realidade específica daquelas mulheres fazendo referência ao contexto geral e de que forma esse grupo representa um reflexo das opressões de gênero no contexto agrário.

(Resultados) Foi observado que, apesar do constante esforço internacional, inclusive de normatização, na erradicação da discriminação de gênero pouco tem influenciado na vida das mulheres, em especial do grupo estudado.

(Conclusão) Apesar de notáveis conquistas das mulheres, ainda vivemos inúmeras situações de violência contra a mulher. A realidade das mulheres do Assentamento Modelo II é um reflexo desse cenário que apesar de avanços não é capaz de romper com a barreira do patriarcado. Assim, percebe-se que o problema referente a essas questões vai muito além de uma normatização, que já existe, ou uma efetivação, como assim defendia Bobbio. É necessário, além das normas, que se proporcione as mulheres as condições materiais e imateriais necessárias, entendendo o Direito como mais um instrumento na busca da dignidade humana desse grupo oprimido.

Palavras-Chave: Direitos Humanos Internacional, Gênero, Associação, Assentamento Rural.

ETICIDADE NA JUSTIÇA COM AS PRÓPRIAS MÃOS: AUTOTUTELA OU BARBÁRIE?

Autor(es):

Vanessa Ferreira de Holanda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução)) Enfatizando a descredibilidade do Judiciário, bem como o não reconhecimento de linchamentos como crime pelo Código Penal vigente, pode-se considerar justiça a punição de transgressores realizada por civis, visto que a ética comprime-se em valores morais e princípios sociais capazes de fundamentar um bom funcionamento e equilíbrio da sociedade? Fictamente, aos olhos da ética perante a sociedade, sim, pois esta em sua individualidade torna-se uma ação virtuosa ao ser realizada em sua forma livre, ou seja, em uma decisão interior e própria do indivíduo, não influenciada por uma ordem, comando ou pressão alheia. Assim, consegue-se remover da ética, a restrita obediência às leis, exalando apenas o sentimento de justiça social que esta comporta. Entretanto, seguindo o modelo de uma autotutela contemporânea, é inexistente qualquer espécie de ponderação quanto a proporcionalidade do crime cometido e a gravidade de sua punição, remetendo aos cidadãos dominados por vingança, a fúria e a seguridade de estar acompanhado por vários outros “justiceiros”, ocasionando uma temporária insanidade durante o ato, a qual gera consequências exorbitantes ou morte ao condenado por mera convenção. Há ainda casos em que a chacina ocorre a meros suspeitos, dispensando até provas oculares, e que posteriormente após efetivo trânsito em julgado, verifica-se a inocência do agredido.

(Metodologia) Para atingir a finalidade desta pesquisa, o método de abordagem utilizado foi o comparativo, proveniente do estudo de três específicos casos concretos ocorridos no estado do Rio Grande do Norte no atual ano de 2014, analisando a possível eticidade comprimida em meio a degradação pública dos atos considerados horrendos e/ou humanitários que constituem a justiça com as próprias mãos, a qual cresce repentinamente e não possui a devida atenção que merece.

(Resultados) A indução da culpabilidade dos crimes que serão abordados sob a perspectiva social de pessoas reunidas improvisadamente para punir sem mais delongas o, muitas vezes suposto, infrator, suprindo a justiça que o Estado não as proporciona.

(Conclusão) Isso indica que, implicitamente, de uma visão social, casos de justiça com as próprias mãos não se configuram apenas momentos de barbárie, terror ou calamidade social, mas, à luz da ética, são atitudes que refletem, anteriormente em sua gênese, toda uma precariedade estatal, como inércia de imputação penal a criminosos, inconsistente reabilitação de apenados no sistema carcerário, inimputabilidade de menores ou a insanável corrupção da polícia, não são exaustivos esses motivos apontados, logo há uma imensa pluralidade a qual incita revolta à sociedade desprotegida, que exterioriza tal manifesto agindo por medo e impõe sua própria justiça adversa do ordenamento jurídico brasileiro.

Palavras-Chave: Justiça. Ética. Autotutela. Crime. Sociedade.

FLEXIBILIZAÇÃO DA SUPREMACIA CONSTITUCIONAL ANTE A PROTEÇÃO ESPECIAL AOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL DA LEI GERAL DA COPA: VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA E DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

Autor(es):

Mauricio Neves Gomes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) É razoável afirmar que a lei 12.663/12 (Lei Geral da Copa) proporcionou para FIFA benefícios e regalias, acerca dos direitos de propriedade industrial, caracterizando uma afronta aos Princípios da Isonomia e Proporcionalidade, e dessa maneira a consequente flexibilização da supremacia constitucional? Para atestar como positiva a problematização proposta, objetivamos com o presente artigo realizar um estudo comparado da realidade legislativa e concreta do nosso país, com a legislação especial proposta pela lei em estudo e os efeitos que ela acarretará no plano concreto. Sendo necessário o desenvolvimento do trabalho para que possamos levantar no meio jurídico a reflexão da força normativa da constituição brasileira, o questionamento do interesse público vinculado aos eventos, e principalmente levantar a preocupação para uma futura lei que venha descaracterizar o ordenamento assim como feito pela Lei Geral da Copa

(Metodologia) A presente pesquisa tomará como método de abordagem o método dedutivo, no momento em que parte-se da Constituição Federal e do ordenamento infraconstitucional para confrontar o dispositivo em estudo, ou seja, partiremos de um conhecimento geral a fim de verificar um conhecimento específico. Como metodologia auxiliar, o presente projeto utilizará essencialmente o método comparativo, sempre utilizando como referenciais comparativos normas e realidades diversas e incompatíveis com a situação proposta pela Lei Geral da Copa

(Resultados)) A Lei Geral da Copa traz em seu capítulo II, seção I, os artigos referentes à proteção especial que a FIFA obteve perante os direitos de propriedade industrial. A primeira prerrogativa que constatamos é da possibilidade da criação de marcas com matéria esportiva, o que é vetado pela lei nacional que trata da regulamentação do direito em pauta, a lei 9.279/96. Outro benefício proporcionando pela Lei da Copa refere-se à concessão de marcas de alto renome. A tamanha complexidade para o registro dessas marcas fez necessário à criação da Resolução 107/2013, desconsiderada pelo artigo 5º que favorece a criação de marcas de alto renome pela FIFA. Ainda a respeito das regalias obtidas, temos a antecipação e estipulação de prazos, para que os órgãos competentes realizem o mais rápido possível o registro das milhares de marcas a serem registradas (Art. 7º ao 9º). E por fim, o artigo 10º traz para a Federação Futebolística a isenção de custas referentes a todos os registros que forem realizados, trazendo um prejuízo milionário para o país

(Conclusão) Os benefícios concedidos exclusivamente para a FIFA para realização de eventos privados, claramente caracterizam discriminações negativas que ferem descaradamente o princípio da isonomia. A situação das empresas nacionais que tanto contribuem para o país é cada vez pior quando falamos em registro de marcas e patentes, e ainda tivemos que suportar e esperar que todas as regalias da FIFA fossem atendidas. Pelo mesmo motivo, nos parece claro e evidente a inconsonância da legislação em estudo com os requisitos necessários para observância da proporcionalidade, sejam eles: adequação, ponderação, necessidade. Dessa forma, certificando a violação de preceitos tão importantes da nossa constituição, percebemos nitidamente a flexibilização da supremacia constitucional ante a Lei Geral da Copa

Palavras-Chave: direitos de propriedade industrial - supremacia constitucional - isonomia - proporcionalidade

LAQUEADURA COMPULSÓRIA PARA MÃES VICIADAS EM DROGAS PESADAS EM ALTO GRAU DE DEPENDÊNCIA COM MAIS DE 3 FILHOS

Autor(es):

Aparecida Rodrigues de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) Cresce o número de mães viciadas em crack e cocaína e com isso perdem a tutela dos filhos devido ao seu vício deixando-os aos cuidados da família que muitas vezes não tem condições financeiras e nem psicológicas para educar, ou ao poder do Estado. Estas crianças já nascidas e condenadas sofrem de sintomas sérios de irritação, desnutrição, deformação e crises de abstinência, e ainda outra gravidade é os que são soros positivos. Este é o quadro clínico dos bebês de jovens mulheres viciadas em drogas a maioria usuária de crack. O Objetivo deste trabalho é despertar a necessidade de discutir a Laqueadura Compulsória para aquelas mães que tiveram mais de três filhos e já estão em quadros de dependência mais séria onde sua vida está em risco e será mais uma criança gerada para somar a uma estatística de crianças colocadas em abrigos com chances mínimas de serem adotadas devido a suas limitações e preconceitos. O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) no seu 2º princípio diz: “A criança tem o direito de ser compreendida e protegida, e devem ter oportunidades para seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade. As leis devem levar em conta os melhores interesses da criança”. A pergunta a fazer é: A mulher portadora de vício em quadro crítico tem o direito de parir vários filhos, mas é incapaz para educa – lós? Há um conflito em considerar a mãe viciada absolutamente capaz para uma coisa e incapaz para outra.

(Metodologia) Um análise criterioso bibliográfico do tema, opiniões e análises fundamentados de especialistas da área como juristas, médicos, sociólogos. Precedentes e projetos de lei. Pesquisa de dados do atual cenário social desta área. Pesquisa se há algum país que já adota este método para analisar seus resultados

(Resultados) Neste trabalho ainda não houve pesquisa

(Conclusão) Chamar a atenção para a necessidade de olhar com seriedade para as mulheres que estão nas ruas e muitas delas com filhos entregues ao poder do Estado ou a famílias sem a menor condição financeira e psicológica para educar uma criança que já nasce com necessidades especiais e daí gerando um efeito dominó social. Acionar os poderes como: Corregedoria do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Regional de Psicologia, o Conselho Regional de Serviço Social, Médicos, Químicos e demais setores no intuito de buscar uma forma legal e justa para evitar que uma mãe não gere tantos filhos sem controle.

Palavras-Chave: LAQUEADURA COMPULSORIA PARA MÃES VICIADAS EM CRACK

LEI 12.850/13: UMA VISÃO GERAL; (IN)CONSTITUCIONALIDADE DOS ARTIGOS 15, 17 E 21 E A PROBLEMÁTICA DO AGENTE INFILTRADO

Autor(es):

Victor Jorge Nunes Martins de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho visa a análise detalhada dos artigos da Lei 12.850/13 com ênfase na legalização da possibilidade de atuação de agentes infiltrados, bem como, as ações por ele cometidas. Visa também a análise dos artigos passíveis de interpretação ambígua quais sejam: os artigos 15, 17 e 21 da referida Lei o qual, tanto podem ensejar em uma interpretação de clara inconstitucionalidade, como também na interpretação a qual não é ferido o direito constitucional a comunicação sigilosa, assim como determina o artigo 5º e seus incisos. A Lei 12.850/2013 publicada em 02 de agosto de 2013, trouxe consigo diversas inovações acerca dos crimes de Organização Criminosa, assim como os meios de repressão e combate aos crimes desta natureza, como também dispôs sobre a investigação criminal e os meios de obtenção de provas e o procedimento criminal a ser aplicado, outrossim, Revogou a Lei 9.034/95 e mudou o Art. 288 do Código Penal Brasileiro.

(Metodologia) Pesquisas de campo, análise profunda das leis que antecederam e que tiveram por base esta Lei.

(Resultados) Possibilidade da interpretação ambígua de alguns artigos da Lei, e o aprofundamento das formas de investigação criminal do agente infiltrado

(Conclusão) É notável, no tocante ao campo teórico, que a lei promulgada como dito anteriormente carece de revisão, em todo seu arcabouço. Como pode-se notar, desde os artigos notadamente passíveis de interpretação inconstitucionais como os artigos 15, 17 e 21 o qual foi demonstrado, embora há jurisprudência diversa que, de uma forma ou de outra existe a quebra do sigilo de comunicação quando se obtém os dados cadastrais, bem como, a lista detalhada das ligações feitas e recebidas, ou dados trocados via IP-Internet Protocol, embora o conteúdo das conversas e dos dados não sejam revelados. Imagine-se que embora não tenha conhecimento de conteúdo seja facilitada a disponibilização de tais informações a polícia, a fim de proceder quaisquer investigações dando fomento a requisição da quebra de tais sigilos. Outrossim, é mister ressaltar que o instituto da infiltração de agentes pode configurar-se uma absoluta inviabilidade e incoerência interna com o próprio sistema penal e processual penal vigente, devido a ausência dos limites não estabelecidos em Lei para a conduta do agente. Ao se aprofundar mais nas interpretações constitucionais da lei, como se pode admitir que, num Estado Democrático de Direito, se AUTORIZA que um agente público, o qual representa o ESTADO é autorizado a atuar praticando um crime, diga-se injusto penal, ato ilícito? Imagine, que num país onde não se existe o controle burocrático ou judicial de certos crimes, como corrupção, estaria criando-se uma indústria onde o crime passaria a ser “legalizado”, ou seja, o controle entre a ação do agente e o motivo pelo qual executou e obteve o resultado, perde-se de certa forma num contexto não controlado, não tendo punição apenas porque, embora seja um criminoso, age acobertado por uma mera excludente de culpabilidade. Pois bem, num Estado Democrático de Direito é inaceitável tal situação em que um agente estatal, e por meio do próprio Estado, se tornasse uma “pessoa impunível”.

Palavras-Chave: Organização Criminosa, 12.850/13, agente infiltrado, Direito Penal.

LIBERDADE SINDICAL E A PROBLEMATIZAÇÃO DA NÃO APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO Nº87 DA OIT NO BRASIL

Autor(es):

Luana Jaslana Oliveira do Nascimento: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Elisama Priscila Reges de Faria : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Rafaela Bezerra Rosado Cascudo Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Dorathy de Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Manuella Fonseca dos Santos Byone: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho apresenta como problematização, a não ratificação da Convenção número 87 da OIT, no ordenamento jurídico brasileiro. Essa apresenta como tema a liberdade sindical e consagra a pluralidade sindical de uma categoria em uma mesma base territorial. Hoje, no Brasil, é vedada a existência de mais de um sindicato em uma área menor do que de um município. Para alguns doutrinadores, essa proibição é algo obsoleto, já que impede a faculdade do trabalhador em fundar um sindicato e, além disso, ainda impede a autonomia do mesmo. Na prática isso faz com que um trabalhador que queira fundar uma associação ou sindicato, se veja impedido de o fazer, quando já houver outra organização do tipo em sua região. Sendo ele obrigado a filiar-se ao já existente se quiser participar da defesa dos direitos e interesses da categoria. Esse impedimento é resquício de regulamentação anterior da década de trinta, quando o Estado controlava e exercia influência sobre os sindicatos para manter um controle sobre a classe dos trabalhadores.

(Metodologia) No cumprimento dos objetivos da presente pesquisa, utilizamos do método dialético, ou seja, no trabalho apresentado foram observadas teses apresentadas por doutrinadores afirmando a necessidade da mudança no texto da Constituição, contraposta com a situação atual da legislação em questão e a determinação do Conselho Internacional do Trabalho que versa sobre o assunto. Eles mostram a importância da evolução do Direito, em questão o Direito do Trabalho, diante do avanço da sociedade. No momento da criação do artigo 8º, inciso II, CF/88, a realidade brasileira era bem diferente da vivenciada hoje. Naquele momento havia uma intervenção estatal enorme, o que impossibilitava o efetivo direito sindical.

(Resultados) Diante do estudado, o trabalhador precisa garantir o seu direito pleno, no que tange a liberdade sindical, algo hoje não efetivamente consagrado pela norma brasileira, porém prevista na Convenção apresentada. A liberdade sindical é de extrema importância para proteção dos direitos dos trabalhadores, assim como para garantir que possam lutar por seus interesses. É através dela que a relação empregado/empregador pode se desenvolver de forma justa e proveitosa, promovendo assim o desenvolvimento da sociedade.

(Conclusão) Assim a ratificação da Convenção número 87 é algo imprescindível ao trabalhador, pois com ela, terá a faculdade de fundar um sindicato e também desse sindicato ter autonomia, característica que hoje não esta presente em virtude da organização sindical ser imposta por unicidade e ser estabelecida por categorias. Já existe um Projeto de Emenda Constitucional de nº 369 que altera os artigos 8º, 11º, 37º e 114º visando assegurar as garantias discutidas acima.

Palavras-Chave: Convenção, ratificar, unicidade, liberdade sindical, proteção

O DESVIRTUAMENTO DA PROPAGANDA POLÍTICA INSTITUCIONAL NO BRASIL

Autor(es):

Eduardo Calich Luz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) É notória a relevância da propaganda política no cenário brasileiro, por sua influência na obtenção de cargos eletivos, bem como pelos recursos e planejamento mobilizados em busca de sua efetivação. No presente estudo, busca-se analisar, principalmente, a propaganda política institucional, a qual prevê a publicização dos atos do Poder Público bem como a propaganda política eleitoral, responsável pela apresentação pública dos candidatos à representação popular. Tais ramos da propaganda política são regulados pelo Direito Eleitoral, ramo do Direito Público, e portanto norteados pelos princípios constitucionais subordinantes da Administração Pública: moralidade, publicidade, impessoalidade e legalidade. Será observada a utilização fraudulenta da propaganda institucional, enquanto instrumento para a realização de propaganda eleitoral antecipada, constituindo uma manobra ímproba, abusiva e de afronta aos princípios supracitados. Por fim, é necessário destacar a utilidade do presente artigo: este subsiste a partir da observância de reiteradas omissões de órgãos responsáveis por proteger e salvaguardar os interesses coletivos consagrados constitucionalmente, visto que a violação implícita ou não do núcleo fundamental do ordenamento jurídico tem colocado em cheque a credibilidade do Poder Executivo brasileiro, de modo aparentar paulatino afastamento da representatividade popular, prevista no parágrafo único do artigo primeiro da Constituição da República.

(Metodologia) Com a presente pesquisa pretende-se reunir conceitos teóricos vinculados à temática propaganda política, com maior detalhamento nas modalidades de propaganda institucional e propaganda eleitoral. Isso será realizado buscando-se aprimorar a análise dos posicionamentos doutrinários e jurisprudências do TSE e TRE referentes ao tema, para então subsumir o abstrativismo conceitual aos casos concretos examinados. Para tanto, será utilizado como pressuposto basilar a análise de conjuntura e o estudo de caso, aplicando-se os métodos de investigação hipotético-dedutivo e dialético.

(Resultados) Depois de coletar características usualmente obtidas, e percorrer análises jurídicas no fenômeno das práticas observadas na realização da propaganda política institucional no Brasil, foi possível observar a generalidade com a qual esta é utilizada para fins eleitorais. Além disso, a reunião e apreciação jurisprudencial realizadas potencializaram a engrenagem de novas reflexões referentes às definições de propaganda eleitoral antecipada, em especial partindo da ótica principiológica-administrativa, de modo a reduzir eventuais aberturas obtidas no texto legal acerca do tema em discussão.

(Conclusão) A constatação da frequência da utilização de má-fé na realização da propaganda política institucional tornou possível identificar a ausência de comprometimento legal e moral por parte de sujeitos candidatos a cargos eletivos, oferecendo recursos essenciais para promover discussões a respeito da eficácia direta dos princípios constitucionais-administrativos e ao necessário enrijecimento da atuação da Justiça Eleitoral como órgão garantidor da probidade administrativa aplicada ao âmbito das eleições.

Palavras-Chave: Propaganda institucional. Propaganda eleitoral antecipada. Impessoalidade e Moralidade.

O FETICHE DA SOLUÇÃO MÁGICA DAS PRIVATIZAÇÕES: A GESTÃO PRISIONAL PELAS APACS E PPPS

Autor(es):

Antônio Auto Damas Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Henrique Tavares Lopes Cardoso: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
William Emile Germain: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Marcilio Luiz Messias Diogenes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Carlos Augusto de Souza Barbalho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Um dos problemas mais graves enfrentados pelo Estado brasileiro é a da gestão do sistema penitenciário. É vislumbrado por todos que os presídios encontram-se sem condições estruturais para abrigar os apenados, que as fugas, rebeliões e motins são uma constante, e que o Estado vem falhando no cumprimento da finalidade da pena, tanto no que diz respeito à ressocialização (prevenção especial) quanto no que cabe a prevenção (presos continuam cometendo crimes e comandando de dentro das cadeias). Nesse panorama, o método APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) e a Parceria Público-Privada (PPP) surgem como uma alternativa para solucionar os problemas de gestão do sistema prisional.

(Metodologia) A metodologia usada em nosso trabalho foi a da revisão bibliográfica das obras e artigos de diversos autores juspenalistas brasileiros, bem como partimos sempre do topos da criminologia radical ou criminologia crítica, buscando ver o problema de um modo em que não repetíssemos acriticamente as ideias ventiladas pelos doutos majoritários.

(Resultados) Chegamos aos resultados de que a utilização do método APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) e a Parceria Público-Privada (PPP) na gestão do sistema prisional brasileiro é absolutamente inviável por violar preceitos legais (no caso, os arts. 28, 34, 47 e 48 da Lei Nº 7.210/84 – Lei de Execução Penal), por desrespeitar na estrutura e essência a própria Constituição da República Federativa do Brasil, na medida em que permite a privatização (independentemente de ser uma privatização em sentido estrito ou em sentido amplo) de uma das funções do Estado, que é a da execução penal em sua esfera administrativa e, por fim, por ferirem preceitos éticos e morais metajurídicos, como o que veda o lucro em detrimento do sofrimento alheio, que apesar de não constituir direito positivo é um direito pressuposto pelo nosso sistema jurídico.

(Conclusão) Concluimos que a utilização das APACs e das PPPs são tentativas de soluções 'mágicas' para problemas concretos reais e complexos. Precisamos primeiro identificar os motivos que nos fez chegar a terceira maior população carcerária do mundo. Sem dúvidas, cada país decide politicamente o número de presos que quer ter. O legislador brasileiro sofre de um desvario punitivista desde a edição da Lei dos Crimes Hediondos (8.072/90). As APACs e as PPPs são privatizações em sentido amplo e em sentido estrito, respectivamente. Privatizar a função estatal da execução penal em sua esfera administrativa é decretar o fim da República, a extinção do Estado Democrático de Direito, só faltando privatizar o Poder Executivo e o Legislativo.

Palavras-Chave: APAC; PPP; Gestão Penitenciária;

O FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS NO BRASIL

Autor(es):

Camilla Carvalho Leite : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) Devido, principalmente, aos vários escândalos de corrupção que assolam o país e as constantes ligações destes com o período eleitoral (desvio de verbas públicas para o financiamento de campanha, pagamento do “investimento” feito por empresários, dinheiro frio em circulação e em desacordo com as normas legais, entre outros) nasce um tema bastante recorrente na política brasileira, tema este que define se as campanhas devem ser financiadas exclusivamente com dinheiro público, exclusivamente com dinheiro privado ou ainda com um sistema intermediário entre ambos. Portanto, na pesquisa a seguir serão abordados os pontos de vista com relação ao tema exposto acima.

(Metodologia) Este trabalho faz a opção pelo método indutivo reflexivo. Esta opção se justifica porque o método escolhido é aquele que parte de verdades menores, pontuais, para generalizações; Enquanto procedimento, este trabalho será realizado por meio de observação indireta, sendo estudado por artigos e pesquisas que envolva o financiamento das campanhas eleitorais para que assim se crie um pensamento crítico sobre o tema.

(Resultados) De fato, já adotamos um sistema misto de financiamento de campanha, já que o atual sistema eleitoral depende da contribuição de recursos públicos. Assim, temos recursos públicos e privados utilizados de forma combinada. A realidade é que as doações do setor privado acabam por privilegiar políticos ligados a grandes empresas e corporações que destinam verbas milionárias para campanhas de forma a macular o resultado pelo poder econômico exercido. Assim, ficam os candidatos escravizados aos desejos dos seus patrocinadores e cria-se um mecanismo de perpetuação da elite no poder. Uma ótima sugestão seria a criação de uma conta exclusiva com atualizações semanais das arrecadações obtidas e também das despesas. Esta conta deveria ter uma página na internet onde esses dados seriam de fácil compreensão. Pois isto daria oportunidade do eleitor avaliar o balanço do candidato em “tempo real” e diminuiria o potencial de corrupção oriundo da omissão de gastos.

(Conclusão) Portanto, existem várias sugestões dadas para acabar com essa problemática. Porém, apenas pode surtir algum efeito se a população começar a participar da vida política e encarar o processo eleitoral como o “futuro das nossas vidas”, pois os políticos são eleitos para defender os nossos interesses e não os dos seus financiadores, além de apresentar normas de fiscalização é preciso ressaltar a importância de cada cidadão na vida política, pois os cidadãos são proprietários do Estado então cabe a todos nós cobrar o trabalho dos nossos políticos, os quais são os nossos funcionários, portanto a população precisa dar maior importância no processo eleitoral, pois, em geral, os interesses da elite econômica são defendidos pelos nossos representantes, onde o desenvolvimento social não é bem visto por esse grupo dominador.

Palavras-Chave: Financiamento de campanhas eleitorais; Campanhas eleitorais; Prestação de contas eleitorais; Financiamento público de campanhas eleitorais; Financiamento privado de campanhas eleitorais;

O SISTEMA PRISIONAL NO RN E A LEI DE EXECUÇÃO PENAL

Autor(es):

Luana Jaslana Oliveira do Nascimento: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Elisama Priscila Reges de Faria : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Rafaela Bezerra Rosado Cascudo Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Dorathy de Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Manuella Fonseca dos Santos Byone: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O seguinte trabalho de pesquisa faz uma análise do Sistema Prisional no Rio Grande do Norte, e a lei de execução penal, visando mostrar a realidade do sistema prisional do nosso Estado. Traz conceituações dos estabelecimentos prisionais, buscando identificar as diferenças entre os modelos que deveriam ser adotados, com os que são utilizados atualmente. Discute brevemente a atual falência do sistema penitenciário, buscando levantar os maiores problemas que assolam as casas de recuperação em nosso Estado, como as constantes fugas dos detentos, a saúde precária, a superpopulação, a visão da sociedade atual no tocante ao preso, as penas e o estabelecimento penitenciário, colocando em questão, o princípio a respeito da dignidade humana, estabelecendo conceitos e comparações quanto à realidade atualmente.

(Metodologia) No cumprimento dos objetivos da presente pesquisa, nos fazemos valer do método dedutivo, ou seja, partimos da análise legislativa, da Constituição Federal e da Lei de Execução Penal, além da pesquisa de campo. O embasamento jurídico utilizado foi especialmente no que tange a aplicação do Princípio da Dignidade Humana, alguns artigos da LEP, além do Código penal em vigência. Queremos demonstrar o tratamento desumanos a que os detentos são submetidos, a falta de condições de trabalho aos agentes penitenciários, sem levar em consideração a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984 (LEP).

(Resultados) Com o trabalho realizado, e a confirmação pelo CNJ, pudemos observar que, o Sistema Penitenciário do Estado é muito precário e que os detentos são a todo o momento postos em condições deploráveis, em ambiente sem estrutura física adequada, ocasionando no aumento a criminalidade. Não há uma preocupação em inserir novamente o preso na sociedade, diferentemente do que diz o Código Penal Brasileiro que adota a teoria mista, em que a pena tem uma função dupla: retribuir e prevenir. O que se observa é que a pena tem a função apenas de punição.

(Conclusão) Conforme exposto, o Sistema Carcerário do Rio Grande do Norte no que tange questões relacionadas às leis que estão vigentes, é falho e carece de profundas mudanças. A Constituição Federal vigente no Brasil assegura aos presos direitos que muitas vezes não são respeitados pelo Estado, a Lei de Execução Penal da mesma forma. A dignidade da pessoa humana é um direito fundamental de todo ser humano, muito embora na maioria das vezes, não se aplica ao preso. O tratamento dado às pessoas condenadas está muito aquém do estabelecido pela Carta Magna, o que acaba gerando um aumento na criminalidade, já que o presídio é considerado uma faculdade do crime. O art. 1º da Lei de Execuções Penais estabelece que "a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado," além disso, a mesma norma prevê assistência, educação e trabalho, aos apenados, sendo que tal não está sendo cumprida pelo Estado. Resta por fim, a esperança de que num tempo muito breve, haja efetivação dos Direitos que deveriam ser de fato, garantias fundamentais não só dos presos, mas de todos aqueles que ainda vivem em condições de miserabilidade total.

Palavras-Chave: Criminalidade; Constituição Federal; Dignidade Humana

PODER DE POLÍCIA E AS AÇÕES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

Autor(es):

Lívia da Fonsêca Galvão: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Kim Ferreira de Melo Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Igor Couto Farkat: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Marjória Silva dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Edinaldo Benicio de Sa Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) Prerrogativas e sujeições sempre foram características fundamentais da Administração Pública. Como meio de assegurar o exercício da prestação de seu serviço à coletividade, atendendo ao interesse público, existem as prerrogativas, e como limitação a sua atuação, tendo em vista atingir diretamente os direitos individuais, a Administração também possui sujeições. Dentro de suas prerrogativas a Administração Pública é dotada de poderes administrativos, os quais funcionam como verdadeiros instrumentos de trabalho. Esses poderes se apresentam de forma diversificada em acordo com a demanda do interesse da coletividade, o serviço público prestado e aos objetivos aos quais devem atingir. Podem ser classificados em conformidade com a liberdade da Administração na prática dos seus atos, em discricionário e vinculado; em poder disciplinar e hierárquico, de acordo com a necessidade de organização interna e punição de seus servidores; quanto a sua faculdade normativa, em poder regulamentar; e tendo em vista seus objetivos de contenção dos direitos individuais, em poder de polícia. A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece uma série de direitos individuais como forma de garantias fundamentais. Contudo, esses direitos devem ser exercidos em harmonia com o bem-estar social. O exercício da liberdade e da propriedade individual não pode conflitar com a realização dos objetivos públicos, quando isso ocorre, a Administração Pública utiliza-se do seu poder de polícia para regularizar a situação. O objeto de estudo aqui é análise da intervenção estatal no exercício da vigilância sanitária. Como deve ser analisado os mandamentos constitucionais de proteção as liberdades individuais, frente a exigência igualmente constitucional de proteção e defesa da saúde pública. Quais seriam as abrangências e os limites da atividade de ordenação da Administração Pública em matéria de vigilância sanitária.

(Metodologia) A metodologia utilizada para investigar o poder de polícia administrativa, é a utilização da pesquisa bibliográfica e do exame criterioso das decisões dos Tribunais Superiores brasileiros e das principais Agências Reguladoras, a respeito da matéria.

(Resultados) O presente trabalho visa a melhor compreensão dos limites dos direitos e garantias individuais, e das prerrogativas e poderes do Estado. Até onde iria o poder do Estado em restringir a atuação do particular, levando em consideração o bem-estar social. E até onde poderia o particular exercer seus direitos a liberdade e a propriedade em detrimento da sociedade.

(Conclusão) Desta forma, a Administração Pública em sentido amplo, utiliza-se de suas prerrogativas, baseada no princípio da supremacia do interesse público, para estabelecer o modo pelo qual devem os particulares atuar perante a sociedade, devendo sempre pautar seus atos nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Portanto, no exercício do poder de polícia, mediante um juízo de ponderação, os meios e os fins são colocados em equação, com o objetivo de se avaliar se meio utilizado é ou não desproporcional em relação ao fim. Trata-se, pois, de uma questão de medida e desmedida para se alcançar um fim: pesar as desvantagens dos meios em relação às vantagens do fim.

Palavras-Chave: Poder de Polícia; Vigilância Sanitária.

PODER DIRETIVO DO EMPREGADOR X DIREITO À PRIVACIDADE DO EMPREGADO

Autor(es):

Lívia da Fonsêca Galvão: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Igor Couto Farkat: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Kim Ferreira de Melo Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Marjória Silva dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) A problemática do Direito à Privacidade do Empregado durante o contrato de trabalho em confronto com o Poder Diretivo do Empregador tem sido discutida em inúmeros nichos doutrinários e jurisprudenciais. Com efeito, o presente trabalho analisa, sob a ótica trabalhista, as formas de controle e fiscalização da atividade laboral, por parte do empregador, fazendo uma análise e observando o confronto existente entre a intimidade/vida privada do trabalhador e o poder diretivo do empregador.

(Metodologia) A cada ano que se passa observa-se um grande avanço tecnológico, representando um considerado desenvolvimento no universo empresarial, trazendo sem sombra de dúvidas diversos benefícios, porém, atrelado a estes alguns prejuízos. Assim, o que se pode observar é que não mais se cobra do trabalhador moderno tão somente o esforço físico, mas também habilidades específicas e intelectuais. Em relação aos prejuízos ocasionados pelo avanço tecnológico nos deparamos com a “invasão” à vida privada dos trabalhadores por parte do empregador, já que tais aparatos tecnológicos possibilitam a invasão da privacidade, tornando-se mais do que necessário uma proteção à intimidade e à vida privada do trabalhador. Desta feita, o problema que se vislumbra é a necessidade que o empregador tem de se beneficiar com os avanços tecnológicos, respeitando os limites, para não violar o direito à intimidade e à vida privada do trabalhador.

(Resultados) Em uma breve análise às evoluções tecnológicas e a ambientes de trabalho, observa-se o uso de diversas inovações que aparecem com mais frequência em nosso dia-a-dia, podemos citar, o detector de metal, câmaras de vídeo, computador (uso do e-mail), telefones, entre outros. Fato notório é que não tem como o empregador não acompanhar tais evoluções, porém, para diminuir ou até mesmo evitar à violação ao direito à intimidade e à vida privada do trabalhador, deve-se procurar meios de utilização de tais aparatos que tanto traga benefícios para o empregador quanto a diminuição ou até mesmo exclusão dos prejuízos e violações causadas aos empregados.

(Conclusão) O desiderato é analisar o confronto existente entre o poder diretivo do empregador e a privacidade do empregado, fazendo uma análise em relação à utilização de equipamentos tecnológicos por parte da empresa para fiscalizar o desempenho laboral e a invasão à vida íntima do obreiro. Assim, o presente trabalho pretende esclarecer os métodos adequados e possíveis de fiscalização, achando uma maneira que não traga grandes prejuízos à vida privada do empregado, devendo-se para tanto observar uma razoabilidade e proporcionalidade na inspeção dos funcionários.

Plavras-Chave: Direito a privacidade; poder diretivo do empregador; colisão.

POLÍTICA DE COTAS PARA UM PROBLEMA SOCIAL E HISTÓRICO ESTRUTURANTE: UM DEBATE MAIS AMPLO PARA A SUA COMPREENSÃO JURÍDICA

Autor(es):

Jessika Mayara Silva Rufino: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ronaldo Alencar dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) A aprovação da Lei 12.711, lei federal, chamada Lei de Cotas, mudou a forma de ingresso nas universidades públicas brasileiras e dos institutos federais de educação. O Documentário “Raça Humana” produzido em 2010, com a direção da TV Câmara, mostra que o processo de implementação de cotas na educação é uma proposta discutida pelo movimento negro a vários anos. Foi após A III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, que inicia o debate institucional em torno das ações afirmativas voltadas para a população negra no Brasil. Embora exista o acórdão pela constitucionalidade das cotas raciais na UNB e aprovação da Lei de Cotas com o recorte racial, muito se discute sobre a legitimidade dessa ação afirmativa, seja na esfera jurídica, em que se tramitam recursos contra as cotas raciais, nos meios de comunicação, na academia em suas diversas áreas ou nos movimentos sociais. Em 2010, o STF ao julgar pela constitucionalidade trouxe uma unanimidade que não refletia as intensas divergências do debate na esfera jurídica ou da opinião pública. Sendo comuns os inúmeros argumentos contrários que começaram a surgir antes mesmo da implementação da política afirmativa, o que revela o caráter polêmico do assunto. Tal repercussão social deixa claro a importância de se debater e estudar o tema, como um debate atual importante e que não se mostra esgotado. Sendo recorrentes e oportunas as produções nesse sentido por refletir uma importância social posta na atualidade.

(Metodologia) Discute-se a partir de uma pesquisa bibliográfica o problema que dá origem a política afirmativa para a população negra, propondo uma discussão mais ampla como pressuposto para compreensão dos aspectos jurídicos que fundamentam a sua constitucionalidade. Para isso se faz uma análise dos argumentos contrários, mostrados no documentário “Raça Humana”, entendendo como sendo os mais recorrentes a política de cotas no ensino superior brasileiro, a fim de traçar um caráter geral desses argumentos, sem a pretensão de esgotá-los; Recupera-se a história de inserção da população negra no Brasil buscando um entendimento mais amplo da política. Através de três autores, Darcy Ribeiro, em sua obra “O Povo Brasileiro”, Florestan Fernandes, em sua obra “A integração do Negro na Sociedade de Classe” e Emilio Gennari, em sua obra “Em busca da Liberdade”, por entender como autores que se propõe a pensar problemáticas que envolvem a particularidade brasileira histórica e social. E por último, analisar os votos dos ministros do STF de constitucionalidade das cotas na UNB. E só a partir disso problematizar a medida de forma mais real por se propor um debate mais amplo.

(Resultados) Compreende-se que para avaliar a política de cotas raciais é preciso compreendê-la de forma mais ampla. Para isso, analisar os aspectos históricos e sociais são fundamentais para compreender os aspectos jurídicos de legalidade e constitucionalidade por hora debatidos na esfera jurídica.

(Conclusão) Traçamos aqui um debate inicial que se propõe a compreender as cotas raciais a partir do problema social e histórica que lhe dá origem, por acreditar que só assim é possível compreender os aspectos jurídicos que a legitima, como a de constitucionalidade julgada por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal. Ao avaliar a história da inserção da população negra na sociedade brasileira, se compreende a desigualdade racial histórica presente na sociedade. Apoiada pelo Estado tornou-se um problema estrutural que só recentemente vem tomando espaço na agenda dos debates públicos. Problematiza-se aqui não a sua aplicabilidade, ou seu funcionamento, mas a necessidade de um debate mais amplo em torno da medida, que tragam de fato os seus aspectos fundantes e permita uma compreensão jurídica plena.

Palavras-Chave: Política de cotas, Lei de Cotas, Problema social e histórico, Constitucionalidade.

PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS: A ORIGEM CONSTITUCIONAL DOS PRINCÍPIOS QUE REGEM A ATIVIDADE FINANCEIRA NACIONAL

Autor(es):

Luana Jaslana Oliveira do Nascimento: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Elisama Priscila Reges de Faria : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Dorathy de Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rafaela Bezerra Rosado Cascudo Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Manuella Fonseca dos Santos Byone: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) Direito Tributário é o ramo do direito público que regula e fiscaliza os tributos. Este, por sua vez, é o instrumento que o Estado obriga para arrecadar dos contribuintes taxas, impostos ou contribuição de melhoria. Nesse sentido o Sistema Constitucional Tributário é um conjunto de disposições relacionadas na constituição de um Estado, destinadas a regulamentar a atividade tributária deste. Tais disposições delineiam os instrumentos da tributação impostos, taxas e contribuição de melhoria. A Constituição Federal contém em seu texto os chamados princípios constitucionais tributários, normas cujo conteúdo se sobrepõe às demais, tanto em razão de sua natureza constitucional quanto em decorrência de sua importância para a harmonia do sistema tributário. Isto é, princípios são proposições estruturantes dos sistemas, situação que se maximiza quando os princípios são impressos no ordenamento constitucional. Portanto, o estudo dos princípios constitucionais tributários deve englobar a compreensão do que são princípios, da importância da Constituição Federal e, feita essa contextualização, do sistema constitucional tributário e dos princípios específicos da matéria.

(Metodologia) Para realização do trabalho se utilizará de alguns métodos comuns às ciências sociais e pertinentes à ciência do direito e da sociologia, tais como o método de abordagem dedutivo e o dialético.

(Resultados) O presente trabalho tem como finalidade uma breve apreciação dos princípios tributários, analisando sua origem e relação com a Constituição Federal Brasileira, que por sua vez é a base jurídica de todo o ordenamento jurídico, devendo ter seus princípios respeitados por todas as outras normas infraconstitucionais, a exemplo da legislação tributária. O presente trabalho tem por objetivo elencar e estudar individualmente as matérias principiológicas relacionadas ao tema, seus desígnios e consequências para a entidade tributante, bem como para os qualificados como contribuintes. A constitucionalidade de um tributo, enfim, deve seguir todos os princípios elencados na Constituição, sob pena de serem refutados pelo Supremo Tribunal Federal por serem inconstitucionais.

(Conclusão) Estudar os princípios constitucionais tributários é descobrir que o Estado sofre limitações em seu poder no dever de instituir e cobrar tributos. Não fossem essas limitações, a vida social tornar-se-ia insuportável. Com todos esses bloqueios, a cólera fiscal estatal é voraz, e nos faz reconhecer os limites à atuação estatal nesta seara, o que foi observado ao longo desse trabalho. Nesse ínterim, pode-se concluir que os princípios constitucionais tributários são limitações ao poder de tributar e devem ser observados sob dois aspectos: o primeiro diz respeito aos princípios, os quais regulam, norteiam a competência dos entes políticos; o segundo, às imunidades, regras que proíbem a tributação sobre certos bens, pessoas ou fatos com intuito de proteger determinados conteúdos axiológicos na Constituição. Dessa forma se percebe a importância dos princípios gerais constitucionais e tributários no ordenamento jurídico pátrio, responsáveis por limitar o poder Estatal de tributar, tanto é sua importância que os superiores tribunais estão sempre usando tais princípios para determinar suas decisões, como fora demonstrado durante a presente explanação.

Palavras-Chave: Princípios Constitucionais; Princípios Tributários; Constituição Federal.

PROPORCIONALIDADE “ESTRITO SENSU”: CRÍTICAS E APONTAMENTOS.

Autor(es):

João Pedro de Araújo Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) A proporcionalidade, enquanto meta critério para resolução de problemas jurídicos envolvendo princípios e regras constitucionais, desenvolveu-se, fundamentalmente, na jurisprudência alemã, já a partir da década de 50, no contexto das novas constituições europeias surgidas no pós-guerra. Nesse momento histórico, necessitavam os tribunais de um instrumento para interpretar a constituição, que traziam no seu bojo, um extenso rol de direitos e garantias fundamentais. Assim, dada a insuficiência dos critérios utilizados na legislação ordinária, ligados, sobretudo, às necessidades de uma legislação de cunho privatista, é desenvolvido um modo de aferir as normas jurídicas, levando em consideração as relações entre meios e fins perseguidos pelo estado. Com passar dos anos, após vários trabalhos científicos sobre o tema, desenvolveu-se o subcritério da “proporcionalidade em sentido estrito”, que na visão de Alexy, seria a última etapa na aplicação do princípio da proporcionalidade, no qual os princípios constitucionais são tencionados de modo a criar uma regra do caso concreto, através de um procedimento argumentativo feito pelo intérprete. É importante destacar, que os defensores dessa teoria, queriam também possibilitar o balanceamento de valores constitucionais, para além do valor deontológico, estabelecia a constituição valores a serem perseguidos. Diante disso, surge a seguinte pergunta: poderiam os magistrados se valer desse procedimento, sem usurpar as funções do legislador? Existem limites à racionalidade na ponderação de interesses? Este trabalho tenta responder essas perguntas.

(Metodologia) O método aplicado na pesquisa foi o hipotético dedutivo, no qual partimos da seguinte pergunta: qual o grau de compromisso da jurisprudência na aplicação desta meta-regra? Seria a ponderação de interesses aplicável diretamente sem a observância das outras fases da proporcionalidade? Tendo como base esses questionamentos, buscamos na doutrina especializada, e no confronto com as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), os elementos que apontam para formação da jurisprudência da corte.

(Resultados) A partir de uma análise anterior a teoria dos Direitos Fundamentais, percebemos que a construção da proporcionalidade na jurisprudência alemã, tem fundamento no princípio do Estado de Direito, pois surgiu como uma forma de contingenciar os poderes do Estado, neste sentido, ponderar em sentido estrito, significa contradizer-se com a ideia inicial da qual o conceito surgiu, pois outorga aos juízes um poder que eles não deveriam ter. Outro resultado importante da pesquisa, é que a teoria da argumentação jurídica é insuficiente em estabelecer os contornos precisos das decisões judiciais, principalmente, quando se trata de ponderar valores, sendo passível de ocorrer o esvaziamento deontológico das decisões, diluindo, por consequência, a força normativa da constituição. Por derradeiro, verificou-se que a moral necessária ao direito não é aquela verificada caso a caso, mas a moralidade política da sociedade, como afirmava Dworkin.

(Conclusão) Da investigação feita nos livros e artigos, concluímos que, diante da necessidade de trazer efetividade ao texto constitucional, a proporcionalidade em sentido estrito, que apesar de ser um instrumento engenhoso, é incapaz de lidar com o problema de controle das decisões judiciais, porque não supera o paradigma positivista da discricionariedade, de modo que a interpretação das categorias da proporcionalidade estrito sensu, análise fático-jurídica, fica a mercê da subjetividade do intérprete, solapando a ideia de constitucionalismo construído no pós-guerra, que implica o respeito dos poderes públicos diante dos direitos fundamentais. Dito isso, torna-se premente a reformulação da teoria da norma jurídica e da decisão jurídica, à luz das necessidades constitucionais.

Palavras-Chave: Proporcionalidade em Sentido Estrito. Ponderação. Princípios Constitucionais. Direitos Fundamentais

RECEPÇÃO PÁTRIA E PRODUÇÃO DE EFEITOS DO CASAMENTO POLIGÂMICO ESTRANGEIRO

Autor(es):

Ana Priscyla Braga Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Raphaella Maria Falcão Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN
Henrique Batista de Araujo Neto: Docente do UNI-RN

(Introdução) A velocidade das comunicações e transportes em todo o planeta propiciou além de outros fatores, o intercâmbio de povos, ou seja, os intensos fluxos migratórios, o que há alguns anos atrás talvez não fosse imaginado. As tradições e costumes dos diferentes povos por vezes são tolhidas quando em terras estrangeiras. A inexistência de um ordenamento jurídico Universal, que regule tantas situações de diferenças, fomenta as reflexões internas, no âmbito dos direitos nacionais acerca de temas como a poligamia, sua recepção pátria e os efeitos que produz em Estados que, qual o Brasil, não reconhecem tal união. Frente a esse contexto atual, visualizado não só no âmbito do Direito de Família e diante das relações que se espalham quando do deslocamento de pessoas oriundas das mais diversas nações e seus distintos direitos tutelados, torna-se necessário dentro do ordenamento jurídico brasileiro, pensar o reconhecimento das relações poligâmicas que foram adquiridas em uma ordem que dá validade e garante a produção de efeitos jurídicos a este tipo de formação familiar. O objetivo deste projeto é, portanto, refletir a recepção e produção de efeitos do casamento poligâmico estrangeiro, em respeito aos princípios da ordem internacional, princípios constitucionais e referentes à dignidade da pessoa humana.

(Metodologia) Utilizou-se como método de abordagem o hipotético-dedutivo, no qual foi apresentada uma lacuna no ordenamento brasileiro: a produção de efeitos da poligamia estrangeira, foi formulada uma hipótese, qual seja, a vinda para território brasileiro de famílias praticantes desta formação familiar e por fim, apresentou-se uma solução para a ocorrência do fenômeno, que no caso, é o respeito a valores fundamentais dos envolvidos.

(Resultados) Inferiu-se que, com o advento da Globalização, fenômeno constante tem sido a alteração de regras, leis e comportamentos de forma geral, inclusive nos relacionamentos mais íntimos dos indivíduos, ou seja, nos reflexos comportamentais que interferem na estrutura da sociedade a partir das relações afetivas. Diante deste quadro, o direito não pode permanecer omissivo e ignorar as profundas modificações culturais que ocorrem na sociedade. O Direito Internacional Público assegura não só que a lei nacional não se deve aplicar a fatos totalmente desligados do seu campo de aplicação, mas também que se deve reconhecer que tais fatos foram juridicamente modelados pelo ordenamento de origem, devendo, receber tratamento de direito adquirido. Tratando-se do caso aqui debatido, o direito adquirido é um direito fundamental: o direito à família. O que os estrangeiros reclamam neste caso, é que a nova ordem jurídica respeite a comunidade afetiva que eles criaram.

(Conclusão) A problemática que envolve o reconhecimento e a produção de efeitos do casamento plurimatrimonial estrangeiro na ordem jurídica nacional abarca diversos princípios e valores merecedores de tutela jurídica e por isso, deve ter sempre analisadas as especificidades do caso concreto. Ademais, a garantia dos direitos fundamentais do estrangeiro nunca pode ser preterida.

Palavras-Chave: Direito Internacional Privado; Casamento poligâmico estrangeiro; Família.

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: MERO PLACEBO SOCIAL

Autor(es):

Mara Cíntia Ribeiro da Silva Gomes: Discente do curso de Especialização em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho do UNI-RN

Orientador(es):

Edinaldo Benicio de Sa Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho nasceu do anseio frente às pesquisas teóricas a respeito da problemática da criminalidade juvenil no Brasil, afirmando que a implementação da redução da maioridade penal não irá solucionar ou diminuir a violência. Tendo em vista, ser a criminalidade uma questão predominantemente social, oriunda de uma exclusão histórica, desajustes sociais, como o consumismo, a concentração de renda, a facilidade as drogas ilícitas. A violência é consequência da realidade social. Chama-se a atenção da sociedade a conscientizar-se a respeito do seu papel, de forma integrada com o Estado, de modo a deixar de lado a zona de conforto e passar a buscar transformações positivas, humanísticas e dignas para nossos jovens, como projetos de educação, melhores oportunidades, amenizando as desigualdades sociais, econômicas e culturais. É fato o crescimento da violência em geral, e com isso cresce o sentimento de insegurança na sociedade, bem como o clamor aos órgãos públicos por uma solução para tal problemática, entre elas a redução da maioridade penal. Principalmente quando há delitos graves que tomam proporções, patrocinadas em especial pela mídia. Importante destacar que nos países que ocorreram a redução da idade penal, não houve baixa da criminalidade. A redução pode até parecer eficiente, mas até quando? Por que se usarmos como justificativa para a redução o uso de adolescentes de 16, 15 anos pelos adultos para a prática de crimes ou até mesmo, serem responsabilizados por seus atos, amanhã será o de 14, 12 anos e daí por diante, como ocorreu em vários outros países. Nesse sentido, define-se como objetivo deste estudo propor a sociedade um olhar mais crítico a respeito da problemática da redução da idade penal, de forma a analisar seus possíveis desdobramentos, afastando o aspecto punitivo da sociedade, buscando compreender o fenômeno da inserção desses jovens na criminalidade e o que oferecemos (governo nas três esferas e sociedade) como alternativa em termos de oportunidades, bem como analisar o fator “ressocialização” conjuntamente com o sistema penitenciário.

(Metodologia) Dados do INFOPEN - Sistema Integrado de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça (2013), no Rio Grande do Sul, revelam que os altos índices de criminalidade consistem na faixa de 18 a 29 anos, alcançando o patamar de 69%. Considerando faixa de 18 a 34 anos, o percentual atinge 87%. E ao analisar o fator escolaridade, os maiores índices asseveram que os envolvidos possuem apenas o ensino fundamental incompleto.

(Resultados) A aprovação da redução da idade penal serviria apenas como marco a um equívoco retrocesso. Devemos buscar a cada dia integralizar crianças e adolescentes na sociedade, conscientizando que não será a mudança na lei que será solucionado o problema da violência, é necessário políticas públicas eficientes, de modo a reduzir as desigualdades sociais e regionais.

(Conclusão) Conclui-se que será um grande equívoco a aprovação da redução da maioridade penal, baseada como solução a diminuição da prática de crimes. Por acreditar que a Redução da Idade Penal será como mero placebo, rápido e eficiente momentaneamente, até o despertar, pois essa, repita-se, é uma problemática histórica, decorrente de anos de exclusão, desigualdade social e oportunidades, alta concentração de renda, pobreza, déficit educacional, marginalização dos economicamente desfavorecidos, consumismo em alta, avanço do tráfico de drogas. Tal fato, só confirmaria o despreparo do Estado, ocasionaria o agravamento do sistema penitenciário, e conseqüente os índices de criminalidade aumentaria, além de punir duplamente nossos jovens. Deve-se acabar com esse modelo punitivo e repressor, articulando políticas públicas para o campo da prevenção, integralizando Estado, sociedade e família. A aprovação de medidas severas não acabaria com a violência, pois não atinge a raiz do problema. Repressão só gera repressão.

Plavras-Chave: Redução. Maioridade. Desigualdades. Violência

REFLEXÃO SOBRE A TAXATIVIDADE DO ROL DE DOENÇAS GRAVES PARA A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM PROVENTOS INTEGRAIS PARA SERVIDORES PÚBLICOS.

Autor(es):

Thaiane Ohanna Gomes da Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Mariana de Lima Siqueira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Ana Carolina Câmara Silva Gama: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) Nos Regimes Próprios de Previdência Social, os servidores públicos que, por acidente em serviço ou doença grave, contagiosa ou incurável ou moléstia profissional, fiquem incapacitados de exercer suas atividades laborais ou qualquer outro tipo de serviço para o seu sustento, mediante perícia médica, têm direito ao benefício da Aposentadoria por Invalidez correspondente a integralidade dos seus proventos, independente de carência. Tendo em vista a constante demanda judicial para incluir doenças como graves e a recente decisão da Suprema Corte, é de evidente relevância a análise que se segue.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Através de uma análise dialética da legislação e dos recentes entendimentos jurisprudenciais, o presente trabalho almeja a reflexão sobre quais doenças devem ser acatadas para fins de reconhecer a integralidade dos proventos de aposentadoria.

(Resultados) (RESULTADOS) A taxatividade do rol de doenças graves, contagiosas ou incuráveis que ensejam a concessão de aposentadoria por invalidez com integralidade de proventos é demasiadamente discutida perante a doutrina e Tribunais pátrios. Há quem defenda que o legislador, ao normatizar as doenças, não consegue acompanhar o mutante entendimento médico-científico e, portanto, o rol normativo deve ser interpretado como exemplificativo. Porém, a atuação administrativa, vinculada ao princípio da legalidade, fica adstrita ao texto da norma, deixando ao encargo do Poder Judiciário a devida adequação da mesma ao caso concreto, pois, se tratando de estado de saúde, cada caso deve ser analisado particularmente por um profissional especializado, tendo em vista as constantes descobertas científicas. Entretanto, o Supremo Tribunal Federal, em 21 de agosto de 2014, por unanimidade, firmou entendimento de que o rol de doenças que implicam em aposentadoria por invalidez com proventos integrais é de natureza taxativa. No RE 656860, o ministro relator Teori Zavascki votou pelo provimento do recurso do Estado de Mato Grosso, que questiona acórdão do Tribunal de Justiça que decidiu em favor da aposentadoria por invalidez de uma servidora, com proventos integrais, mesmo que a sua doença não seja especificada legalmente, interpretando o rol de doenças como meramente exemplificativo.

(Conclusão) (CONCLUSÕES) Conclui-se, da análise da problemática exposta, que o Supremo Tribunal Federal, ao interpretar a Constituição Federal, de maneira literal e formalista, estagnou a evolução da jurisprudência pátria. É notória a necessidade do direito de interagir com outros ramos de conhecimento, permitindo uma interpretação além da positivada. Ademais, também é evidente que a decisão do STF causará inúmeras injustiças nos casos que diariamente são levados ao Judiciário para a devida tutela, pois a dita decisão entrega ao legislador a definição das doenças e moléstias são causadoras da invalidez e, com isso, deixará ao risco do erro ou descaso legislativo a decisão do justo benefício do contribuinte.

Palavras-Chave: Palavras-chave: aposentadoria por invalidez, proventos integrais, rol de doenças graves.

SITUAÇÃO CARCERÁRIA NO BRASIL

Autor(es):

Maria Gabriella Maciel Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Maria Alice Lima Filgueira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Busca-se tratar a ineficiência e o descaso presente nos presídios, superlotados e abandonados pelo poder público. Visto que o princípio da dignidade da pessoa humana é um dos princípios basilares da constituição e deve ser respeitado, ele é fundamentado na individualidade, liberdade, respeito à vida e valorização do ser humano. A superlotação das celas e a falta de investimentos acabam tornando o presídio local propício para a proliferação de epidemias. A LEP determina que os presos tenham acesso a vários tipos de assistência, inclusive assistência médica. O que na prática não ocorre, pois sem quaisquer condições básicas de saúde acarretará uma grande proliferação de doenças como as doenças infectocontagiosas e mazelas carcerárias.

(Metodologia) A atual situação carcerária apresenta uma verdadeira afronta aos direitos fundamentais. A própria Lei de Execução Penal (LEP), no seu art. 88, estabelece que o cumprimento da pena se dê em cela individual, com área mínima de seis metros quadrados. Ademais, o art. 85 da LEP prevê que deve haver compatibilidade entre a estrutura física do presídio e a sua capacidade de lotação. Ocorrem na prática constante violação de direitos e a total inobservância das garantias legais previstas na execução das penas privativas de liberdade. Com atual situação o presídio não tem como oferecer ressocialização do apenado, culminando para uma forte tensão, violência dentro do presídio, constantes rebeliões e tentativas de fugas. A título de exemplo podemos destacar os dados fornecidos pelo Departamento Penitenciário Nacional, que indicam um deficit de mais de 180.000 vagas em todo o País. São quase 500 mil presos no país, em um sistema prisional que só tem capacidade para 260 mil detentos.

(Resultados) Outro mecanismo que deveria funcionar e o sistema prisional é carente, é a oportunidade de trabalho. Há dentro do sistema das penas privativas de liberdade a possibilidade do apenado trabalhar, interna ou externamente dependendo de sua condenação. Porém esse é um problema, pois eles acabam não tendo seu direito e assim sobra mais tempo para que arquitetem certas delinquências. Uma vez que comandam o crime dentro e fora da prisão Dessa forma, o estado gasta dinheiro público, não consegue reabilitar o apenado, e a sociedade continuará sem segurança.

(Conclusão) O objetivo da nossa pesquisa é mostrar os principais fatores causadores da precariedade no nosso Sistema Carcerário: O descaso do Estado se tratando de Penitenciárias, como já foi dito anteriormente, o Estado deveria cumprir com o que é dito na constituição, o princípio dos direitos humanos, onde o mesmo passa por cima, sem dar nenhum exemplo à sociedade, com sua ausência de compromisso e fingindo que nada está acontecendo nas penitenciárias. A falta de fiscalização do sistema penitenciário é algo muito preocupante também, como se não bastasse o pequeno número de unidade de penitenciária, ainda falta fiscalização e manutenção desses presídios, causando assim, um dos maiores problemas a superlotação, e corrupção. Os estabelecimentos carcerários hoje comportam muito mais do que suportam. Não podemos esquecer a falta de manutenção básica de saúde, com a falta de atendimento clínico de qualidade, profissionais e remédios, deixa a saúde do penitenciário bastante comprometida, levando em consideração que não existe exames ao detento antes de adentrar no presídio, nem exames periódicos, causando assim, a proliferação de doenças sexualmente transmissíveis, tuberculose, pneumonia, entre outras infectocontagiosas.

Palavras-Chave: Constituição, LEP, Direitos Fundamentais, Departamento Penitenciário Nacional, Sistema Carcerário, Direitos Humanos,

SITUAÇÃO PRISIONAL EM DESCONFORMIDADE COM A RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO

Autor(es):

Priscila Pereira do Ramo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa tem como objeto o estudo da aplicação da lei de execução penal analisada à luz das realidades vivenciadas nas prisões brasileiras que são sinônimas de caos e negligência do Estado, que inverte os papéis e passa a violar o próprio texto normativo, descumprindo com o seu escopo. Violência entre encarcerados; corpos mutilados; corrupção de agentes públicos; superlotação; reincidência elevada; a falta de assistência jurídica, descumprimento da Lei de Execução Penal e a permanência de encarcerados que já cumpriram penas, são alguns dos exemplos aterrorizantes que se tornaram rotina. Deve-se buscar soluções para que seja efetivado o que é assegurado por lei aos reeducandos.

(Metodologia) Para atender ao problema de pesquisa formulado, deve-se analisar de quem é a responsabilidade de ressocializar. Esta que recai não só ao Estado, que tem o grande papel de criar novos estabelecimentos penais, dispor de trabalho e estudo para auxiliar na reintegração desses indivíduos na sociedade, como também da própria coletividade de modo a aceitar a convivência social dos mesmos. Busca-se abordar o tema com o uso de documentação indireta através da técnica de pesquisa bibliográfica e estatística. Quanto ao método de procedimento para atingir os objetivos narrados na introdução, foi utilizado o Método Dedutivo que de acordo com o tema, parte-se de uma concepção geral analisando a situação das prisões brasileiras, restringindo, em um segundo momento, nas prisões do Natal/RN.

(Resultados) Ao longo da história, as punições abandonaram a arte dos tormentos insuportáveis como os suplícios e aquelas previstas no Código de Hamurabi e passaram para supressão dos direitos à liberdade, tocando-se o mínimo possível no corpo. No Brasil segundo o CNJ, a superlotação dos estabelecimentos prisionais chega a 99%. O RN abriga 6.973 presos, mas dispõe de 5.625 vagas, gerando um déficit de 1.348 vagas. Na capital do Estado, destaca-se a barbaridade que se encontram as prisões, falta o mínimo necessário para sobreviver dignamente, sem condições de higienização e acomodações. Observou-se que hoje cerca de 70% dos presos reincidem nos crimes por falta de oportunidades. Isso já era previsto por Foucault: "As prisões não diminuem a taxa de criminalidade: pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável, ou ainda pior, aumenta".

(Conclusão) Diante do exposto, demonstra-se que construir novas prisões não é a única forma de consumir o problema. Claro que ambientes maiores para suportar o número de apenados se faz necessário, afinal um dos desafios do Brasil perante a ONU é mudar este quadro das cadeias brasileiras e também o tratamento oferecido aos presos. Muito se defende a privatização para sanar o problema, mas uma solução que vai mais além seria a implantação de mais unidades para o cumprimento de pena no regime semiaberto, pois a atividade laboral aliada ao cumprimento da pena prepara o apenado para reingressar na sociedade como um indivíduo produtivo atingindo assim a finalidade da pena, que é a ressocialização. Esse regime se torna viável economicamente, pois o trabalho do apenado é facilmente revertido em receitas Estatais. Essa solução ainda se faz pertinente, pois a maior parte da população carcerária brasileira cumpre pena em regime semiaberto, ou assim deveria, já que a maioria dos crimes tipificados no Código Penal possuem penas inferiores a oito anos de duração. Todavia, não basta apenas ficar no plano teórico, é preciso, sobretudo, uma ação mais efetiva das autoridades competentes para que uma reforma no sistema carcerário seja de fato promovida.

Palavras-Chave: Ressocialização, Execução Penal, Reincidência

UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE CONTROVERTIDA DECISÃO DA SUPREMA CORTE AMERICANA CONTRA A SOBERANIA DE OUTRA NAÇÃO.

Autor(es):

Ricardo Rodrigues Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Eduardo Xavier da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) A soberania é elemento essencial e inerente a Estado componente da comunidade internacional, consubstanciando-se no plano interno no poder de uma Entidade se mostrar hierarquicamente superior aos demais integrantes de uma nação, por sua vez, no plano exterior, demonstra-se mais como um direito concedido a cada Estado em, pelo menos teoricamente, ser considerado e tratado como igual a todos os outros Estados da comunidade internacional. A doutrina clássica entende que soberania é una e indivisível, ao mesmo tempo que é indelegável e irrevogável, pois seria poder supremo e perpétuo. Assim, ninguém na ordem interna, bem como nenhum outro Estado na ordem externa, pode ameaçar ou embaraçar o pleno exercício da soberania de um outro Estado. Sendo cediço que o poder soberano é insuscetível de afronta, ressalvados pequenas exceções. Nesse diapasão, é de causar espécie a decisão exarada pela Suprema Corte Americana em 16.06.2014, pois além de negar recurso interposto pela Argentina – em processo contra credores desse país dos chamados “Títulos Abutres” - concedeu o direito aos credores de buscar ativos da Nação Sul-americana nos bancos Estadunidenses e em quaisquer outros bancos ao redor do mundo. Em tese, a controvertida decisão da Mais Alta Corte dos EUA faz sobrepor o direito dos credores de receberem os valores do crédito à própria soberania de um Estado. Portanto, o poder judiciário dos EUA enquadrou-se em exceção ou perpetrou grave afronta a soberania de outra nação?

(Metodologia) O método científico utilizado será o analítico explicativo, mediante pesquisa de estudo de caso, onde tentar-se-á desenvolver minucioso e aprofundado estudo de caso concreto. Contudo, não se furtará o trabalho de fazer uso de pesquisas bibliográficas que se fizerem necessária, sobretudo, no que concerne aos conceitos e evoluções históricas da soberania.

(Resultados) O presente trabalho traz a clara proposta de empreender análise crítica da citada decisão da Suprema Corte Americana, no sentido de compreender se houve ou não real afronta ao poder de soberania de um outro Estado, caso afirmativo, quais as consequências podem decorrer de tal ato do judiciário estadunidense, inclusive suscitar se haverá abertura de precedentes para que os poderes judiciários de outras nações mitiguem unilateral a soberania alheia; tudo isso perpassando pela conceituação do que venha a ser soberania nos planos interno e externo

(Conclusão) A Argentina sofreu "violação de suas imunidades soberanas" e da "obrigação internacional de não aplicar ou estimular medidas de caráter econômico e político para forçar a vontade soberana de outro Estado", motivo pelo qual representa contra os EUA na Suprema Corte de Haia, a respeito do conteúdo da decisão da corte estadunidense.

Plavras-Chave: Suprema Corte, Soberania, Decisão

USUCAPIÃO FAMILIAR: UM CONSOLO PARA QUEM FOI ABANDONADO?

Autor(es):

Laila Daniele Gomes de Araujo Freire: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Bárbara Priscila Lira de Paiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Iandra Izabelli Honorato Vidal: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

José Adilson Canella Silva dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A usucapião familiar foi introduzida em nosso ordenamento jurídico através da Lei 12.424/2011, sendo recepcionada pelo Código Civil no seu Art. 1240-A. Ocorre que, diversas controvérsias começaram a surgir a partir desta nova modalidade de usucapião, e conseqüentemente, trazendo insegurança jurídica, mais especificadamente com relação ao abandono do lar, que deve ser comprovado, retornando a antiga discussão sobre a culpa nos casos de separação de dissolução conjugal, que foi abolida pela Emenda Constitucional 66 de 2010. Além disso, a usucapião familiar atinge apenas imóveis urbanos, excluindo, dessa forma, os imóveis rurais, ocasionando um tratamento desigual dos indivíduos, e, conseqüentemente violando o princípio da igualdade entre os cidadãos.

(Metodologia) O método utilizado na presente discussão será a análise do art. 1240-A do Código Civil, bem como a Lei 12.424/2011 a qual abarca o Projeto “Minha Casa, Minha Vida”, e a Emenda Constitucional 66 de 2010. Ainda assim, é necessário uma alusão ao princípio constitucional da igualdade previsto na Constituição Federal de 1988.

(Resultados) A usucapião familiar abarca que: “aquele que exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até duzentos e cinquenta metros quadrados cuja propriedade dividia com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural” Sob essa perspectiva, a doutrina entende que a questão referente ao abandono de lar retoma a antiga celeuma sobre a culpa vista nas dissoluções conjugais, caracterizando, assim, um retrocesso legislativo. Na Emenda Constitucional 66 de 2010, o legislador suprime o requisito de prévia separação conjugal por mais de um ano ou de comprovada a separação de fato por um ano, não necessitando, assim, a evidência da culpa como requisito necessário. Por outro lado, tem-se também a omissão do legislador com relação a exclusão dos indivíduos que residem no meio rural, na maioria dos casos, são os que mais necessitam de renda, oriunda de suas terras

(Conclusão) Diante do exposto, constata-se a inconstitucionalidade e a contradição do legislador constituinte ao introduzir o abandono de lar como requisito essencial para a Usucapião Familiar, ensejando assim, a emblemática com relação àquele que abandonou o lar e o porquê da situação, fomentando desgaste emocional aquele indivíduo que permanece na propriedade. No que se refere à disposição do artigo 1240-A do Código Civil ao mencionar os reflexos da usucapião familiar serão atingidos tão somente os indivíduos que residem em imóvel urbano, presume-se total exclusão do direito de usucapir daqueles que estão nas propriedades rurais, ferindo um dos princípios norteadores da Constituição Federal: o da igualdade.

Palavras-Chave: Usucapião Familiar; Abandono de lar; Culpa, Princípio da igualdade, inconstitucionalidade.